

SÉRIE V . VOLUME 3

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA, 2013

N IMPRESA
NACIONAL

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



Revista fundada em 1895 por José Leite de Vasconcelos

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

SÉRIE V . VOLUME 6/7

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
IMPrensa NACIONAL

LISBOA, 2016-2017

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

DIRETOR

António Carvalho

COORDENAÇÃO

Livia Cristina Coito

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Doutor Armando Coelho F. da Silva – Universidade do Porto

Prof. Doutor João Luís Cardoso – Universidade Aberta

Prof. Doutor José d'Encarnação – Universidade de Coimbra

Dr. Luís Raposo – Museu Nacional de Arqueologia

Prof. Doutor Nuno Bicho – Universidade do Algarve

Prof.ª Doutora Rosa Varela Gomes – Universidade Nova de Lisboa

Prof. Doutor Victor S. Gonçalves – Universidade de Lisboa

DESIGN GRÁFICO

Artlandia

PAGINAÇÃO

Undo

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

TIRAGEM

1000 exemplares

Impresso em dezembro de 2019

Periodicidade anual

ISSN 0870-094X

Depósito legal n.º 3161/83

Solicita-se permuta – On prie l'échange – Exchange wanted – Tauschverkehr erwünscht – Sollicitiamo scambio

As opiniões expressas em texto e imagens são da exclusiva responsabilidade dos seus respetivos autores, salvo quando devidamente assinalado.

© Toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a expressa autorização dos autores ou dos detentores dos direitos legais, nos termos da lei vigente, nomeadamente o DL 63/85, de 14 de março, com as alterações subsequentes.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

PATRIMÓNIO
CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural



N

I M P R E N S A
N A C I O N A L

Museu Nacional de Arqueologia

Praça do Império

1400-206 Lisboa

Portugal

Tel.: 213 620 000 Fax: 213 620 016

E-mail: diretor@mnaarqueologia.dgpc.pt

www.museuarqueologia.pt

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Av. António José de Almeida

1000-042 Lisboa

Portugal

Tel.: 217 810 700

E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt

www.incm.pt

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Sumário

- 9 *In Memoriam*
Numa evocação de Jeannette Nolen – Arqueóloga e Senhora!
In an evocation of Jeannette Nolen – Archaeologist and Lady!
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
- 15 A evolução dos rituais funerários da Idade do Ferro no Ocidente
Peninsular: uma nova proposta de faseamento para a necrópole
do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)
The evolution of Iron Age funerary rituals in the Western Iberian Peninsula:
a new interpretation of the sequence of the Olival do Senhor dos Mártires
necropolis (Alcácer do Sal)
FRANCISCO B. GOMES
- 59 Um unguentário de alabastro na Azougada (Moura, Portugal)
An alabaster vase in Azougada (Moura, Portugal)
ANA SOFIA ANTUNES
- 125 Uma oficina de ourivesaria da Idade do Ferro no Sudoeste da Península
Ibérica. Observações sobre a ourivesaria de Vaiamonte e outros brincos
An Iron Age gold workshop in southwest Iberia. Reflections on the jewelry from
Vaiamonte and other earrings
VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA
- 149 As colunas duplas ou bilobadas na Lusitânia: o caso de Bobadela
The «double columns» or «bilobate» columns in Lusitania: The Bobadela case
LÍDIA FERNANDES
- 185 Contributo para o estudo da *villa* de Pisões (Lusitânia): Escavação
de dois fornos romanos de produção cerâmica
Contribution to the study of Villa de Pisões (Lusitânia): Excavation of two
ceramic kilns of Roman origin
PATRÍCIA BARGÃO, RAQUEL HENRIQUES
- 201 Banqueting for eternity – two reliefs of the Lisbon National Museum
of Archaeology
Banquetes para a eternidade – dois relevos do Museu Nacional de Arqueologia
de Lisboa
MARIA DO SAMEIRO BARROSO

- 221 Monedas y propietarios. La *villa* romana de Quinta das Longas (Elvas, Portugal)
Coins and owners. The roman *villa* of Quinta das Longas (Elvas, Portugal)
NOÉ CONEJO DELGADO; ANTÓNIO CARVALHO
- 251 Inscrição árabe de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz, Évora)
Arabic inscription in Santa Vitória do Ameixial (Estremoz, Évora)
ANA LABARTA, CARMEN BARCELÓ
- 265 Cerâmica pintada a branco sobre engobe vermelho: Uma produção tardo-medieval de difusão suprarregional
White painted reddish slipware: a late medieval production with a supra-regional diffusion
MARCO LIBERATO, HELENA SANTOS, NUNO SANTOS, MASSIMO BELTRAME, JOSÉ MIRÃO
- 283 Algunas fortalezas portuguesas olvidadas en el Norte de Marruecos: la Graciosa, Mamora y el Seinal
Some forgotten portuguese fortresses in the North of Morocco: Graciosa, Mamora and the Seinal
CARLOS GOZALBES-CRAVIOTO, ENRIQUE GOZALBES-CRAVIOTO, HELENA GOZALBES GARCÍA
- 307 Nota de leitura
- 313 The Lisbon book of *pantuns*
IVO CASTRO, HUGO C. CARDOSO, GIJS KOSTER, ALEXANDER ADELAAR, ALAN BAXTER
- 319 Normas de redação

In Memoriam

Jeannette Nolen
(1930-2016)



Numa evocação de Jeannette Nolen – Arqueóloga e Senhora!

In an evocation of Jeannette Nolen – Archaeologist and Lady!

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Houve oportunidade de salientar, nas páginas 12 a 19 do volume *Actas da Jornada Abel Viana (1896-1964) – Paixão pela Arqueologia*, publicado pela Fundação da Casa de Bragança (2016), sob a orientação de Maria de Jesus Monge, aspetos da vida e da personalidade de Jeannette Ulrica Smit Nolen, arqueóloga que tanto acarinhou, dos mais diversos modos, o Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia.

Nesse texto me pareceu oportuno incluir os depoimentos de arqueólogos que tiveram ensejo de usufruir da sua companhia, do seu saber e sempre pronta colaboração. Referiu-se também a atividade arqueológica desenvolvida: nas campanhas luso-francesas de Conímbriga; na necrópole de Santo André (Montargil, Ponte de Sor); em S. Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira) e na *villa* do Monte da Cegonha (na Vidigueira também); e nas publicações que preparou.

Deu-se realce ao empenho com que, sistemática e denodadamente, se entregou ao estudo de materiais que há longo tempo esperavam por quem os fizesse sair da obscuridade em que jaziam – os vidros e cerâmicas das escavações levadas a efeito por Estácio da Veiga em Torre de Ares (onde se localizou a cidade romana de *Balsa*), por exemplo – e, de modo particular, o indefetível entusiasmo, não desprovido de abnegado espírito de serviço, com que se dedicou, durante muito tempo, à inventariação do variado espólio guardado no castelo de Vila Viçosa, da Fundação da Casa de Bragança, proveniente da atividade arqueológica desenvolvida por Abel Viana nos úberes sítios de ocupação romana – e não só! – dos arredores da vila. A inserção de um *in memoriam* no atrás citado volume de atas visou mui justamente associar Jeannette Nolen ao incansável labor desse pioneiro da Arqueologia alentejana. O nome de Jeannette Nolen fica, pois, indelevelmente ligado à reestruturação e consequente abertura museológica ao público desse muito significativo acervo.

Injusto seria não relevar o indesmentível carinho que o casal Nolen dedicou ao Museu Nacional de Arqueologia. Gostosamente acedeu Jeannette Nolen a exercer funções de direção do respetivo Grupo de Amigos, quando ele foi criado, não porque esse cargo lhe viesse a conceder regalias, prestígio ou notoriedade,

mas porque, mais uma vez, o encarou como serviço à comunidade arqueológica portuguesa, em que de bom grado se inseria. Sabia que, assim, poderia mais facilmente – e mais discretamente, diga-se – SERVIR a causa que abraçara. Foi vice-presidente desde a fundação do GAMNA e presidente entre 2004 e a data em que faleceu.

Intui-se do que ora escrevi não se haver limitado a sua ação a mera e exemplar atividade científica, alicerçada na vasta experiência internacional, de que, aliás, nunca fez alarde. Nesse aspeto, teve o Dr. Luís Raposo a gentileza de me dar dois exemplos dessa vontade de servir:

«Durante vários anos, a atualização da biblioteca do MNA foi essencialmente feita através de verbas, de vários milhares de euros anuais, que ela colocava à nossa disposição, sem qualquer requisito que não fosse o de as listas de compras resultarem de pedidos feitos pelos leitores e pelos nossos técnicos, documentados depois em listas que deveriam (e eram) divulgadas publicamente; nunca ninguém soube quem era o nosso mecenas: pois era ela.»

Em situações de maior crise, na defesa daquilo que o diretor do MNA e a direção do GAMNA entendiam ser os interesses do Museu, aí estava ela sempre, com a sua presença solidária e, mais do que isso, com a disposição de ajudar a suportar, ou até pagar por inteiro, os custos a que porventura houvesse lugar, inclusive em sede judicial. De facto, tendo eu dela a imagem de alguém discreto, avesso a «batalhas», ela conseguiu um dia surpreender-me ao dizer que gostava imenso de Portugal, mas achava que os portugueses eram demasiado acomodados, não lutavam como deviam por aquilo em que acreditavam e por isso nos saudava e apoiava em tudo o que fosse preciso.

Gestos concretos de mui benemerente apoio, individual e institucional, mantidos também eles em segredo, atitude que, de resto, ficou bem patente no facto de só tardiamente se ter conhecido a doação da sua casa de Janes, um ícone na arquitetura portuguesa contemporânea, à Associação de Defesa do Património de Mértola, quando o casal se apercebeu das iniciativas promovidas por aquela instituição não apenas na defesa e valorização do património físico, palpável, consubstanciado nas suas vertentes arqueológica, arquitetónica e ambiental, mas também na promoção e reabilitação de comunidades dos países de língua oficial portuguesa, como Moçambique e Cabo Verde. Dava a mão direita; mas a esquerda desconhecia a dádiva; e os beneficiários desconheciam a quem pertenciam ambas as mãos!...

Dos muitos aspetos em que, para mim, o casal Nolen foi exemplar, há, porém, um que não posso deixar de frisar. Que me seja perdoada essa referência, devida, naturalmente, à circunstância de também eu já me encontrar na chamada terceira idade e ser, por tal motivo, a isso mais sensível. Para mim, embora com eles haja privado durante mais de três décadas, os Nolen sempre estiveram nessa fase da

vida. Erro meu – claro! – mas sabemos bem como varia, no decorrer da nossa efêmera existência, o prisma através do qual encaramos os que têm mais idade do que nós. William já se aposentara há tempos do seu magistério na Faculdade de Letras de Lisboa; Nettie era a Senhora que governava a casa, que superintendia, com o marido, nas lides da horta e do jardim; que saía, a horas mais ou menos fixas, para o pinhal a passear os cães. Frequentavam ambos com assiduidade os concertos da Gulbenkian, que faziam questão em não perder. Recebiam – e sabiam receber! – o estreito núcleo de amigos, mormente da «colônia» estrangeira como eles radicada no acolhedor recanto verdejante de Janes com aquele inesquecível horizonte para o Oceano sem fim... Por conseguinte, uma existência sem horários nem obrigações pautadas pelo ponteiro do relógio.

Escolheu a Santa Casa da Misericórdia de Cascais para a sua Residência Sênior de Alcoitão, o termo **envelheser**, pitoresca forma de vincar a necessidade de o envelhecimento ser encarado não como um fim mas como uma oportunidade mais para desenvolvermos as nossas potencialidades e... **sermos**, ou seja, vivermos em plenitude o nosso dia-a-dia. E o vocábulo **envelheser**, nessa sua aparentemente estranha grafia, enquadra-se cabalmente no que foi a vida do casal Nolen. Meticulosamente, William lia diariamente e anotava os dados da pequena «estação meteorológica» instalada na propriedade, de modo que sabia dizer-me com rigor qual fora o dia mais quente do verão dos últimos 30 anos, o mais frio ou mais chuvoso do inverno, o ano em que houvera maior amplitude térmica...

Jeannette vinha ter uma reunião comigo; habitualmente, William ficava no carro (amiúde, o Volkswagen de primeira geração, diria eu, que religiosamente mantinham para as pequenas voltas quotidianas) e lia, lia... enquanto esperava por ela. Estava, pois, sempre a par das novidades e delas se fazia eco, por exemplo, na correspondência que meticulosamente mantinha com amigos, familiares e antigos colegas. Cartas que não eram de simples protocolo, mas eivadas, mui frequentemente, de considerações filosóficas e existenciais – e eu apenas o soube porque, num serão, em Coimbra, um dos nossos amigos comuns, meu colega na Faculdade, mo revelou.

Nunca o casal Nolen falou comigo de questões religiosas ou políticas. Suspeitava eu que perfilhariam uma confissão religiosa, nunca soube qual nem jamais ousei perguntar-lhes. Também teriam as suas opções políticas; nunca, no entanto, soube quais. Confidenciou-me Jeannette Nolen, após a morte do marido, que eu deveria ler as reflexões que ele, durante a vida, fora passando à mão para os inúmeros cadernos cuidadosamente alinhados na estante. Redigidos em holandês, suponho, Nettie achou por bem inutilizá-los mais tarde, naquela atitude de recatada reserva de uma existência serena e bem vivida.

Um «exemplo» – é o termo que me ocorre em jeito de conclusão de um testemunho evocativo. Exemplo de vida familiar, em que a ausência de filhos não

enjeitou a entrega incondicional a outras filiações. Exemplo de mui sadio envelhecimento e de organização de vida. Recordarei sempre o facto de, arrumadas as decorações natalícias, Jeannette anotar de imediato na agenda do ano seguinte o que se estragara e era, por isso, necessário substituir. Admiravam-se os caseiros como é que ela, mesmo antes de ir às gavetas, já sabia o que precisava de comprar para o Natal – e o segredo estava aí, no modo singelo de, com elevado espírito prático, ser organizada!

Perdoar-se-me-á se deixei de lado a Arqueóloga, a investigadora incansável, a Mestra que foi sem oficialmente o querer ser. É que a sua dimensão humana obnubilou todas as outras. Ou melhor, todas as outras que inevitavelmente envolveu!

A evolução dos rituais funerários da Idade do Ferro no Ocidente Peninsular: uma nova proposta de faseamento para a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)

The evolution of Iron Age funerary rituals in the Western Iberian Peninsula: a new interpretation of the sequence of the Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal)

FRANCISCO B. GOMES*

RESUMO

A complexa história da investigação sobre a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) legou-nos uma informação em muitos casos lacunar e incompleta sobre a qual, não obstante, se foram construindo propostas de interpretação e faseamento que permitiram estabelecer uma aproximação ao enquadramento cronológico e cultural deste conjunto funerário. O estudo integral dos espólios ali exumados, recentemente realizado pela primeira vez, permite complementar e matizar essas propostas, estabelecendo com bases mais sólidas um quadro evolutivo que revela o pleno enquadramento da comunidade sidérica de Alcácer do Sal na evolução social, cultural e geopolítica do Sul Peninsular durante praticamente toda a Idade do Ferro.

Palavras-chave: Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) – I Idade do Ferro – II Idade do Ferro – Rituais funerários – Sociedade

* UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Fundação para a Ciência e Tecnologia.

ABSTRACT

The complex history of the research concerning the necropolis of Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) has left us with an information that is in many cases vague and incomplete but which has nonetheless been the base of interpretative and sequencing hypothesis that were fundamental to assess the chronological and cultural setting of this funerary site. The exhaustive study of the material retrieved in the necropolis, accomplished for the first time only recently, allows for a revision of those hypothesis and the construction on more solid grounds of a framework of reference which reveals the meaningful participation of the community of Alcácer do Sal in the social, cultural and geopolitical evolution of the southern Iberian Peninsula throughout most of the Iron Age.

Key words: Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) – Early Iron Age – Late Iron Age – Funerary rituals – Society

1. A NECRÓPOLE DO OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES: BREVE HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO

Dado o seu estatuto como um dos sítios de referência para o estudo da Idade do Ferro no Sudoeste Peninsular, a história da investigação sobre a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (OSM) (Alcácer do Sal) é bem conhecida, tendo sido objeto de diversas sínteses e resenhas anteriores (cf. Paixão, 1970, p. 25-42; Rouillard et al., 1988-9, p. 46-50; Fabião, 1998, p. 350-351; Gomes, 2015a; 2016, p. 72-80).

Não obstante, para melhor compreender o desenvolvimento das hipóteses interpretativas e de faseamento desenvolvidas em torno deste conjunto funerário torna-se imprescindível neste contexto recordar, ainda que brevemente, as principais etapas dessa história da investigação, procurando resenhar muito especialmente os esforços de seriação dos dados arqueológicos ali exumados, esforços esses que se pretende complementar nas páginas que se seguem com uma nova leitura global baseada num estudo exaustivo dos espólios exumados na necrópole de Alcácer do Sal.

Assim, caberia recordar, antes de mais, que a necrópole do OSM, situada sensivelmente a um quilómetro a ocidente da elevação onde se implantaria o povoado correspondente (fig. 1) (cf. Silva et al., 1980-1; Paixão, 2001; Gomes, 2008) e onde posteriormente se ergueu o Castelo Medieval de Alcácer do Sal, foi identificada já nos finais do século XIX no decurso de trabalhos agrícolas que resultaram na descoberta de um importante lote de materiais, prontamente resenhado por J. Possidónio Narciso da Silva (1875) e estudado, entre outros autores, por S. Estácio da Veiga (1891, p. 266-273).

Esta precoce descoberta não deu, contudo, origem à realização de trabalhos arqueológicos sistemáticos, que só viriam a ter lugar, já na década de 1920, sob a responsabilidade de V. Correia, que ali conduziu, entre 1925 e 1927, extensos

trabalhos arqueológicos que o seu prematuro desaparecimento o impediu de publicar exaustivamente. Legou-nos, ainda assim, um conjunto de estudos sobre o OSM (Correia, 1925a, 1925b, 1925c, 1928, 1930) que permanecem até hoje como uma das bases incontornáveis para a compreensão da necrópole.

Para o propósito do presente contributo importa sobretudo assinalar que os trabalhos de V. Correia lhe permitiram reconhecer, com grande acuidade, a existência de fácies funerárias diferenciadas dentro da necrópole, que ordenou em quatro grandes tipos, cuja descrição geral se recolhe na Tabela 1:

Fig. 1 – Localização do Olival do Senhor dos Mártires no atual território português (base cartográfica do Professor Doutor Victor S. Gonçalves).



Tipo	Descrição	Espólios
1.º Tipo	«Urna ou vaso-osuário (...) deposta a pouca fundura sôbre as armas, jóias e outros objectos (...) recolhidos após a cremação e colocados em volta do osuário juntamente com vasos pequenos...» (Correia, 1928, p. 172)	«As jarras cinerárias (...) eram depostas a pouca fundura, tapadas com uma espécie de taça de bordas cônicas (...). Ao lado eram colocados um ou dois vasos pequenos (...) e as duas <i>çoquiras</i> ou <i>fusaïolas</i> . Por baixo da urna amontoavam-se (...) as armas e adereços do defunto: – enovelado o <i>soliferreum</i> , dobradas as laminas das falcatas e das adagas, encurvadas as folhas das lanças longas, deformadas as bainhas, torcidas as placas de cinturão, as fibulas, os braceletes. Só as navalhas (...) guardam (...) a rigidez rectilínea.» (Correia, 1928, p. 173); «Assemelham-se [as urnas] (...) ao <i>hydrie</i> mais antigo, áptero e sem prato ou suporte de base. O colo é mais ou menos alto e refogado, o bôjo mais ou menos ventruado, mas o galbo é idêntico em todos. Esses vasos eram pintados com largas bandas vermelhas (...). Sôbre o bojo tal ornamentação transformava-se algumas vezes em outra de linhas ondeadas, horizontais (<i>sic</i>), cortadas a espaços de novas linhas ondeadas, verticais. Banhadas na mesma tinta foram tôdas as taças de cobertura...» (<i>idem</i> , p. 174); «...é com estas vasilhas que encontramos no cemitério alcacerense vasos gregos (...) – a cratera <i>oxibaphon</i> , o <i>skiphos</i> , a <i>péliké</i> , a <i>pátera</i> ...» (<i>ibidem</i>).
2.º Tipo	«Vaso-osuário (...) deposto isoladamente sobre a rocha do fundo (...) ou em concavidade especialmente aberta nêsse fundo.» (Correia, 1928, p. 172)	«A forma dos vasos é ovoide, de gola curta e estreita, com ou sem asículas de ligação, típica forma norte-africana vulgar em Carmona (...). Alguns desses vasos são decorados (...) com uma pauta de linhas vermelhas ou castanho-escuras.» (Correia, 1928, p. 175); «Êsse vaso era coberto (...) com pequenas lajes de xisto, ou ainda com uma espécie de testos de <i>asado</i> coimbrão, de côvo semi-esférico e abas direitas.» (<i>ibidem</i>); «Ao lado, depositavam por vezes uma candeia (...), simples malgas circulares em que se apertou uma secção do bôrdo de modo a formar bico...» (<i>ibidem</i>); «Sob os osuários nada de armas dobradas ou de adornos (...). Excepcionalmente uma navalha (...), um cravo de ferro, qualquer peça de cobre ou bronze.» (<i>ibidem</i>).

Tipo	Descrição	Espólios
3.º Tipo	«Depósito funerário composto dos restos (...) da cremação (...), vasilhas pequenas, armas e jóias tendo sofrido a acção do fogo, tudo deixado sem resguardo lateral no próprio terreno da combustão...» (Correia, 1928, p. 172)	«...as lanças haviam sido depositas ao longo do corpo e (...) a meia altura deste, os braços conservavam as arcaicas armilhas, pesadas de sanguessugas.» (Correia, 1928, p. 176); «...alguns bovídeos de barro, cujos membros desligados se encontravam disseminados por toda a área...» (<i>ibidem</i>); «Entre essas vasilhas há-as de barro grosso e forma singela – como o púcaro lisbonense actual, com uma asa ligando o rebôrdo ao bôjo, – e de pasta fina e galbos elegantes.» (<i>ibidem</i>); «São vulgares (...) as candeias abertas, de um só bico (...). Não faltam também as coçoiras rituais.» (<i>ibidem</i>); «Encontram-se nestas sepulturas anéis e brincos de ouro...» (<i>ibidem</i>); «As peças de armamento peculiares destes depósitos são: lanças de folha curta e larga, navalhas de vários modelos, e placas de cinturão de <i>garfo</i> . Nenhuma espada. As fíbulas são circulares, de arco giboso, de grandes dimensões, modelos hispânicos. O único tipo de braceletes é o de toro cilíndrico ôco, donde prendem grossas sanguessugas dobradas.» (<i>ibidem</i>).
4.º Tipo	«Depósito funerário composto de ossos carbonizados, carvões e cinzas, dentro do qual jazem vasilhas pequenas, armas, jóias e outros objectos (que todos sofreram a acção do fogo), resguardado superiormente por uma camada de pedras aglutinadas, e inferior e lateralmente por um verdadeiro sarcófago, caixa ou caixão cavado na rocha do fundo.» (Correia 1928, p. 172)	«Embrulhadas com as cinzas, jazendo sem ordenação, armas, jóias, os vasilhos rituais, as coçoiras, um ou outro objecto estranho – como restos de instrumentos musicais ou as rodas de bronze de um carro de combate.» (Correia, 1928, p. 177); «No tópo nascente das sepulturas (...) recolhem-se ossos de animais sacrificados...» (<i>idem</i> , p. 178);

Tabela 1 – Tipologia de sepulturas estabelecida por V. Correia (1928): descrição da estrutura funerária e dos espólios associados a cada um dos tipos.

Dado o carácter incipiente da metodologia arqueológica em geral, e da investigação sobre a Idade do Ferro em particular, durante a década de 1920, a seriação destes vários tipos funerários não constituiria então uma tarefa fácil, pelo que V. Correia se limita a assinalar a posterioridade do seu 1.º Tipo, que data corretamente de uma fase avançada da Idade do Ferro, com respeito às restantes tipologias sepulcrais (Correia, 1928, p. 178).

Não obstante, assinala também um conjunto de outras observações que, como adiante se verá (cf. *infra*), puderam posteriormente ser valorizadas numa ótica já guiada por princípios plenamente estratigráficos para analisar a sequência

de utilização da necrópole, e que são reveladoras dos méritos da metodologia empregue nestes primeiros trabalhos de escavação na necrópole.

A transferência dos interesses de investigação de V. Correia, centrados desde 1929 em Conímbriga (Correia, 1945; cf. tb. Fabião, 2011, p. 174), e o seu prematuro falecimento, ditaram um hiato na investigação sobre o OSM, que se prolongaria ao longo das décadas seguintes, entrecortado não obstante por alguns relevantes estudos sobre os materiais ali exumados tanto nos finais do século XIX como nos anos 20 do século passado (Arthur, 1951; Pereira, 1962; Almeida e Ferreira, 1962; Schüle, 1969). A periodização interna da necrópole não foi, contudo, objeto de novas análises durante este período.

A etapa seguinte da investigação sobre o OSM foi inaugurada já nos finais da década de 1960 com o retomar dos trabalhos de campo na necrópole, desta feita sob a responsabilidade de A. Cavaleiro Paixão, que logo em 1970 deu a conhecer de forma monográfica os resultados da sua primeira campanha de escavações no sítio com a sua tese de licenciatura (Paixão, 1970, 2014), que constituiu um contributo fundamental para o conhecimento da necrópole.

Infelizmente, os trabalhos de escavação posteriormente realizados por este mesmo investigador na necrópole entre os finais dos anos 70 e os inícios dos anos 80 permanecem na sua maioria inéditos, apesar da publicação de algumas notas que permitem aferir da importância dos resultados obtidos (Paixão, 1983, 2001).

No que diz respeito ao problema da sequência e faseamento da necrópole, cabe assinalar que os trabalhos realizados por A. Cavaleiro Paixão não lhe permitiram reconhecer a mesma diversidade funerária observada por V. Correia, facto que não parece surpreendente uma vez que este último investigador havia já assinalado que as sepulturas pertencentes ao seu 1.º Tipo se encontravam circunscritas a uma área específica e restrita da necrópole (Correia, 1928, p. 171).

Assim, os trabalhos de escavação dos anos 1960 a 1980 só permitiram a identificação de sepulturas enquadráveis nos 3.º e 4.º Tipos de V. Correia (Paixão, 1970; 1983; 2014), pelo que o seu contributo para a compreensão da sequência global da necrópole é algo limitado. Ainda assim, e como se verá, a aplicação de uma metodologia estratigráfica mais desenvolvida e a realização de uma documentação gráfica relevante permite extrair algumas ilações sobre a evolução das práticas e arquiteturas funerárias da necrópole durante as suas fases mais antigas (cf. *infra*).

Após esta nova etapa de trabalhos de campo, a investigação sobre o OSM voltou-se uma vez mais para a análise dos espólios ali exumados, com a publicação de novos estudos de classes de materiais específicas, tais como as fíbulas (Ponte, 1985), as cerâmicas gregas (Rouillard et al., 1988-89) e alguns outros recipientes cerâmicos (Frankenstein, 1997).

As primeiras tentativas de ordenar a informação resultante deste irregular trajeto de investigação só se produzirão, contudo, já nos anos finais do século XX,

com três trabalhos fundamentais onde se ensaiou pela primeira vez de forma global a seriação dessa informação e a restituição global da sequência de uso da necrópole (Fabião, 1998, p. 350-369; Torres Ortiz, 1999, p. 114-115; Arruda, 1999-2000, p. 72-86).

As propostas de faseamento apresentadas por estes vários investigadores têm servido desde então como base fundamental para a análise e discussão da necrópole do OSM. As suas abordagens encontravam-se, contudo, condicionadas pelo incompleto conhecimento das estratigrafias e contextos escavados durante as várias intervenções arqueológicas no sítio, por um lado, mas também pela natureza parcelar dos estudos dedicados aos espólios, nunca analisados de forma integrada e exaustiva.

Lamentavelmente, a primeira destas condicionantes não se pode até ao momento superar, dado que os registos de campo resultantes das intervenções no OSM, caso subsistam, permanecem por localizar. A segunda das lacunas mencionadas foi, contudo, suprida recentemente com a realização de um estudo de conjunto dos materiais do OSM (Gomes, 2016), que serve de base à proposta de faseamento aqui apresentada.

Como se verá, muitas das hipóteses colocadas nas sínteses citadas foram confirmadas por estes novos trabalhos, que contudo permitiram também ampliar algumas dessas conclusões e elucidar algumas das questões que as propostas anteriores necessariamente haviam deixado em aberto, facto a que não será também alheio o próprio desenvolvimento do conhecimento sobre a Idade do Ferro e a sua cultura material no Sudoeste Peninsular, que permite hoje seriar cronologicamente os materiais estudados de forma bastante mais segura do que há apenas duas décadas.

2. UMA NOVA PROPOSTA DE FASEAMENTO PARA A NECRÓPOLE DO OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES

Um dos aspetos diferenciadores da necrópole do OSM é a sua invulgar longevidade, sem paralelo em nenhum outro conjunto funerário da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular e que a converte num excecional caso de estudo para a análise da evolução diacrónica das práticas funerárias, mas também da estrutura social e ideológica das comunidades sidéricas do Ocidente Peninsular.

De facto, e como já se assinalou em sínteses anteriores (Fabião, 1998, p. 355; Torres Ortiz, 1999, p. 114-115; Arruda, 1999-2000, p. 81), o início do uso da área do OSM como espaço funerário parece remontar aos meados do século VII a.n.e., podendo hoje afirmar-se, à luz dos dados compilados no decurso do estudo dos espólios ali recolhidos (Gomes, 2016), que esse uso se terá prolongado de forma aparentemente ininterrupta até à Romanização, prolongando-

-se inclusivamente, ao que parece, ao longo de todo o período Romano Republicano (Gomes e Alves, 2017).

Naturalmente, ao longo deste dilatado período de utilização a necrópole conheceu transformações muito significativas, reflexo dos próprios desenvolvimentos sociais, políticos e ideológicos da comunidade que ali depôs os seus mortos e também da evolução das suas relações com outras comunidades, regionais e suprarregionais, no contexto de um quadro geopolítico também ele dinâmico e cambiante.

Essas transformações, materializadas nas arquiteturas e nos rituais funerários, assim como nos espólios e oferendas que acompanham os defuntos e que materializam a ordem social e os discursos identitários da comunidade dos vivos, manifestam-se também na intensidade da utilização do espaço funerário.

De facto, e ainda que não possuamos leituras espaciais e estratigráficas finas, a seriação dos materiais estudados permite compreender que, apesar de ser ao que tudo indica contínuo, o uso funerário do OSM conheceu momentos de maior e menor intensidade, que podem também eles relacionar-se com os ritmos desiguais da evolução histórica da comunidade de Alcácer do Sal, como adiante se procurará evidenciar.

Com efeito, o cruzamento dos dados obtidos mediante a seriação tipológica dos materiais exumados no OSM com a escassa informação disponível sobre as arquiteturas e os rituais funerários permite estabelecer um faseamento dotado não apenas de coerência interna mas também bastante ajustado à sequência histórica regional (cf. Silva, 2005), restituível a partir das sequências documentadas na própria Alcácer do Sal (Silva et al., 1980-1981; Paixão, 2001; Faria, 2002; Gomes, 2008; Arruda et al., no prelo), em Setúbal (Soares e Silva, 1986; Silva et al., 2014) e em Abul (Mayet e Silva, 2000).

	650	625	600	575	550	525	500	475	450	425	400	375	350	325	300	275	250	225	200	175	150	125	100	75	50	25	1	25	50
	Fase I (I Id. do Ferro)								Fase II (II Id. do Ferro)								Fase III				Fase III								
	Subfase Ia				Subfase Ib				Sf. IIa	Sf. IIb	Subfase IIc				República				Alt. Império										
Seps. Rom.																													
1º Tipo																													
2º Tipo																													
3º Tipo																													
4º Tipo																													

Fig. 2 – Proposta de faseamento da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires – cronograma.

Esta proposta de periodização (fig. 2) assenta em duas grandes Fases, *grosso modo* correspondentes à I Idade do Ferro (Fase I) e à II Idade do Ferro (Fase II), passíveis por sua vez de subdivisão em Subfases concretas que refletem o carácter não-monolítico destes dois períodos históricos genéricos, marcados pelo contrá-

rio por dinamismos internos que os dados da necrópole permitem analisar e discutir. A estas poderiam ainda somar-se duas Fases adicionais, já enquadráveis em Época Romana (Fase III – República; Fase IV – Alto Império), que, contudo, serão apenas afloradas no presente contributo.

2.1. Fase I – a I Idade do Ferro (meados do século VII – segundo quartel/meados do século V a.n.e.)

A Fase I do OSM, balizada entre os meados do século VII e o primeiro quartel ou os meados do século V a.n.e., corresponde *grossa modo* à I Idade do Ferro regional. Do ponto de vista das arquiteturas e dos rituais funerários, esta fase caracteriza-se por uma considerável heterogeneidade, decorrente não apenas de uma evolução diacrónica, mas também, pelo menos numa primeira etapa, da efetiva diversidade das práticas funerárias, porventura como reflexo da complexidade cultural da comunidade presente em Alcácer do Sal na transição para a Idade do Ferro.

Do ponto de vista do seu enquadramento regional, a Fase I do OSM pode considerar-se pelo menos parcialmente paralela à Fase III definida para a sequência de ocupação do Castelo de Alcácer do Sal (Silva et al., 1980-1981) e à Fase II estabelecida a partir dos dados da sondagem da Travessa dos Apóstolos, em Setúbal (Soares e Silva, 1986). Esta fase recobre também a totalidade do período de utilização do edifício de Abul A (Mayet e Silva, 2000), cuja fundação é praticamente contemporânea à da necrópole em apreço, e grande parte da vida útil do complexo de Abul B (*idem*; cf. tb. Mayet e Silva, 2001).

A análise do material enquadrável nesta fase e o seu cruzamento com os poucos dados sobre as arquiteturas e ritos funerários que a caracterizam permite subdividir esta Fase em duas Subfases com características diferenciadas.

2.1.1. A Subfase Ia (c.650 – 575/550 a.n.e.)

A Subfase Ia marca o início do uso da área do OSM como espaço funerário da comunidade sidérica de Alcácer do Sal. Caberia assinalar que, apesar das evidências de uma etapa de transição anterior marcada pelos primeiros contactos com a interface colonial e comercial fenícia, e que caberia porventura enquadrar na primeira metade do século VII a.n.e. (cf. Silva, 2005), a consolidação da I Idade do Ferro regional não parece ocorrer até aos meados daquela centúria, pelo que a inauguração de uma área funerária formalmente estabelecida enquanto tal se deve relacionar com esse processo de consolidação.

Do ponto de vista das práticas funerárias, esta Subfase caracteriza-se pela convivência entre o rito da incineração *in situ* – particularmente em fossas escavadas na rocha de secção escalonada, ditas «de canal central» (as sepulturas do 4.º Tipo de V. Correia), que parecem constituir a tipologia funerária mais antiga

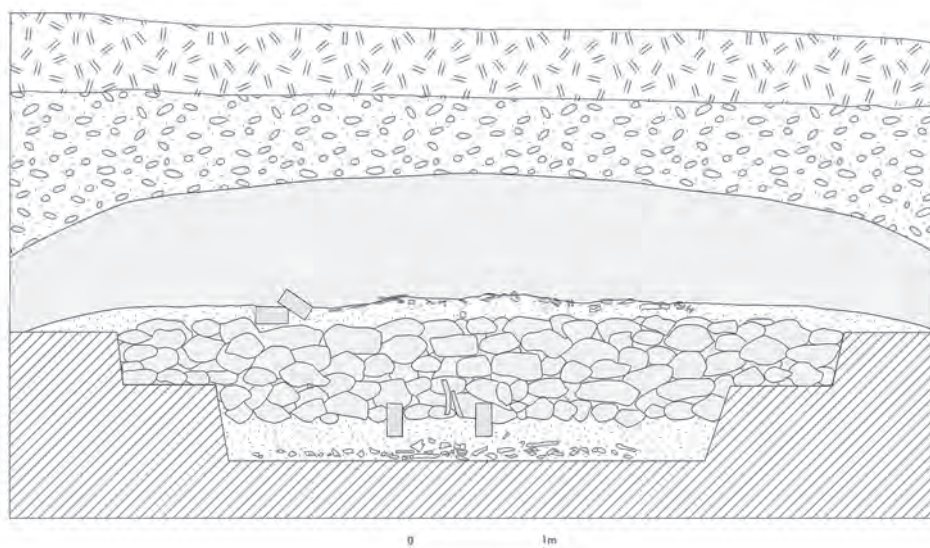


Fig. 3 – Corte estratigráfico da sepultura G10, enquadrável no 4.º Tipo (segundo Paixão, 1970, adaptado).

da necrópole, mas também em fossas simples, de tipo *busta* (as sepulturas do 3.º Tipo de V. Correia) – e o rito da incineração em *ustrinum* com a deposição secundária das cinzas em urnas de tipo «Cruz del Negro», posteriormente alojadas em alvéolos igualmente escavados na rocha (sepulturas do 3.º Tipo de V. Correia).

As sepulturas «de canal central» do 4.º Tipo do OSM apresentam uma configuração muito característica (fig. 3), passível de restituição graças tanto aos testemunhos de V. Correia (1928, p. 177-178) como aos dados compilados por A. Cavaleiro Paixão durante as suas intervenções.

Assim, pode afirmar-se que correspondem a sepulturas de planta retangular escavadas na rocha com comprimentos normalmente em torno aos 2 m, ainda que excecionalmente pudessem atingir os 4 m (*ibidem*), em cujo centro se abriria uma segunda cavidade retangular mais funda que lhes confere uma secção escalonada, tanto em sentido transversal como longitudinal. Esta configuração parece resultar de considerações de ordem prática, permitindo o «canal central» o arejamento da pira funerária, potenciando assim a ação crematória (Bartoloni, 1996).

Estas sepulturas apresentam por outro lado uma orientação Este-Oeste bastante normalizada (Correia, 1928, p. 178; Paixão, 1983, fig. 4).

O depósito funerário resultante da incineração *in situ* dos defuntos parece ter sido posteriormente selado com recurso à deposição de níveis de pedras compactadas, que pelas descrições disponíveis não chegariam a formar qualquer tipo de estrutura tumular (Correia, 1928, p. 178; Paixão, 1970, Est. 8; Silva e Gomes, 1992, fig. 48).

Estas estruturas poderão contudo não ter sido tão simples como *a priori* se poderia imaginar, já que V. Correia observou que «...entre essas pedras calcá-

reas, directamente postadas sôbre as cinzas, se encontram outras de substância diferente, conglomerados ou schisto, talhadas em paralelepípedo, em disco, em marco ou em lage, que se compreende terem sido propositadamente deixadas à cabeceira e aos pés da caixa tumular» (Correia, 1928, p. 178), o que poderia sugerir que estas sepulturas poderão ter sido assinaladas com recurso a estelas ou outros marcadores, hoje ao que tudo indica desaparecidos.

Ainda ao nível da superestrutura destas sepulturas cabe assinalar que durante as suas intervenções dos anos 60, A. Cavaleiro Paixão registou, pelo menos em alguns casos, a existência de pequenas elevações de terra assinalando a sepultura, que poderão originalmente ter correspondido a pequenos *tumuli* (Paixão, 1970, 2014).

Esta tipologia sepulcral parece corresponder a um modelo de origem fenícia, documentado por exemplo nas necrópoles de Monte Sirai, na Sardenha (Bar Toloni, 2000; Guirguis, 2011), de Puig des Molins, em Ibiza (Fernández-Gómez e Costa Mas, 2004) ou ainda na necrópole tardo-arcaica de Cádiz (Perdigones, Muñoz e Pisano, 1990).

A partir do âmbito colonial fenício este tipo sepulcral parece ter-se difundido entre as comunidades locais do Sudoeste Peninsular, verificando-se a sua presença nas necrópoles de Bencarrón, El Judío y Cruz del Negro, na Baixa Andaluzia (cf. Torres, 1999, p. 131-133, com bibliografia). A cronologia da utilização deste tipo de sepultura nos vários núcleos citados parece balizar-se entre os finais do século VII a.n.e. e os finais da centúria seguinte (*idem*, p. 132).

No que diz respeito à sua vigência no OSM, o enquadramento cronológico da mesma oferece alguns desafios devido à dificuldade em atribuir espólios concretos às sepulturas deste tipo, ainda que se possa tomar como ponto de partida o testemunho de V. Correia, que afirma que «...[e]mbrulhadas com as cinzas, jazendo sem ordenação, [se recolheram] armas, jóias, os vasilhinhos rituais, as coçoiras, um ou outro objecto estranho – como restos de instrumentos musicais ou as rodas de bronze de um carro de combate» (Correia, 1928, p. 177).

Com base nestas indicações, mas também nalguns dados adicionais publicados por A. Cavaleiro Paixão, muito particularmente sobre a Sepultura 22/80 por si escavada e enquadrável nesta tipologia (fig. 4) (Paixão, 1983), foi possível, mediante o estudo integral do material da necrópole, propor uma restituição mais detalhada dos espólios destas sepulturas.

Assim, parece seguro que o armamento citado por V. Correia integraria lanças longas da variante IA de F. Quesada (1997), de que são bom exemplo as duas peças (fig. 4) da já citada Sepultura 22/80 (Paixão, 1983, fig. 5), bem como, possivelmente, outras peças das variantes IIA e IIIA do mesmo autor, já recolhidas por W. Schüle (1969, Taf. 102-4) e recentemente reanalisadas (Gomes, 2016, p. 279).

A estas somar-se-iam sem dúvida facas afalcatadas, tal como se verifica uma vez mais na Sepultura 22/80 (Paixão, 1983, fig. 5) (fig. 4), sem dúvida pertencentes aos grupos mais antigos dentro deste tipo de peças (Grupos 1 a 3 do OSM, v. Gomes, 2016, p. 273-276). Esta associação entre lanças longas e facas afalcatadas é de resto muito característica dos ambientes da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, tendo-se já considerado como a «panóplia orientalizante» típica (Lorrio, 2008a).

A identificação das «joias» mencionadas por V. Correia é bastante menos clara, já que os únicos elementos áureos recolhidos na necrópole se podem associar com maior propriedade a outra tipologia sepulcral (cf. *infra*), pelo que caberia talvez considerar que este investigador se referia a elementos de adorno num sentido mais geral, entre os quais se destacariam os braceletes de tipo «xorca», abundantes na necrópole (Gomes, 2016, p. 254-256), um dos quais se exumou na já citada Sepultura 22/80 (Paixão, 1983, fig. 5) (fig. 4), pelo que a sua associação às sepulturas deste tipo parece suficientemente demonstrada.

A identificação dos contentores cerâmicos associados a estas sepulturas é igualmente difícil, ainda que pareça provável a adscrição a este horizonte funerário de uma *oil bottle* de tipo fenício exumada na necrópole (Gomes, 2015b) bem como de um *dipper juglet*, igualmente de tipologia fenícia, e de um conjunto de anforiscos de cronologia relativamente antiga (Gomes, 2016, p. 122-123). Note-se ainda a presença nestas sepulturas de cossoiros, de resto bastante raros em ambientes da I Idade do Ferro (cf. Gomes, 2017a).

Quanto aos elementos «estranhos» citados por V. Correia, a identificação dos instrumentos musicais que referencia com um par de crótalos atualmente depositado no Instituto de Arqueologia de Coimbra (Gomes, 2016, p. 266-267) parece muito provável. Estas peças contam com paralelos bastante próximos na necrópole de Medellín, em Badajoz, exumados em ambientes cronológica e culturalmente muito similares ao das sepulturas em apreço (Almagro Gorbea, 2008, p. 558).

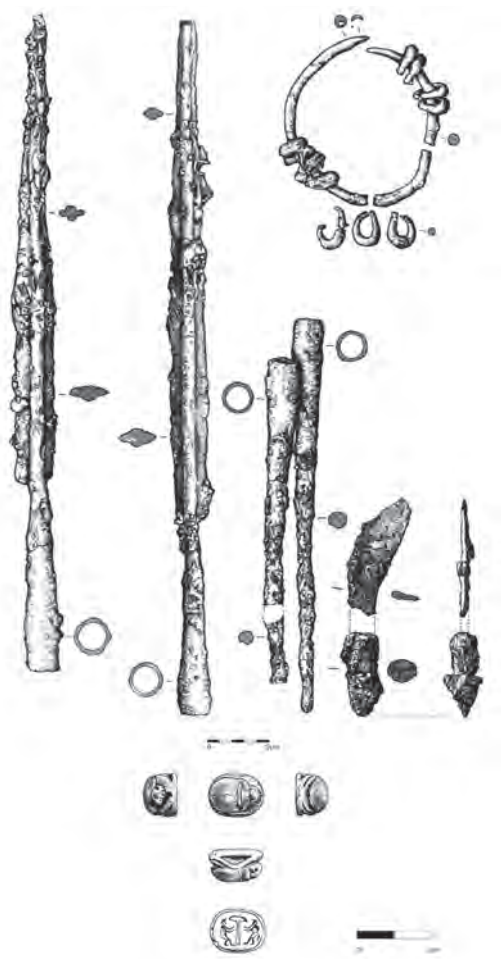


Fig. 4 – Espólio da sepultura 22/80 (segundo Paixão, 1983).

De igual modo, as rodas de carro citadas por este investigador parecem corresponder aos remates de eixo de bronze já publicados por W. Schüle (1969, Taf. 107) e estudados mais recentemente por J. Jiménez Ávila (2002, p. 223-225; cf. tb. Gomes, 2016, p. 298-299), a que haveria, contudo, que somar os elementos de roda, neste caso de ferro, exumados por A. Cavaleiro Paixão na sepultura G10 (Paixão, 1970, p. 85-87).

Nesta mesma sepultura, claramente enquadrável no tipo em discussão, exumaram-se também abundantes peças metálicas pertencentes a elementos de mobiliário – possivelmente bancos ou leitos funerários – incluindo uma charneira assimilável ao Tipo 4 definido para os exemplares da necrópole de Medellín (Jiménez Ávila, 2008) e várias braçadeiras englobáveis nos Grupos 1, 2 e 4 definidos para o material do próprio OSM (Gomes, 2016, p. 301-305).

Os dados das escavações realizadas por A. Cavaleiro Paixão permitem ainda somar alguns outros elementos a este inventário dos espólios seguramente pertencentes a sepulturas do 4.º Tipo, entre os quais cumpre destacar alguns exemplares precoces de fechos de cinturão de tipo «céltico», como atesta a presença de um exemplar do tipo CV1a de M^a. L. Cerdeño (1978) exumado na já citada Sepultura G10 (Paixão, 1970, p. 85-87).

A presença de um escaravelho de tipo egípcio na também já comentada sepultura 22/80 (fig. 4) (Paixão, 1983), somada à descrição geral do contexto de outro destes amuletos exumado por V. Correia (1925c), permite igualmente assumir que parte, se não a totalidade, das peças deste tipo recolhidas no OSM (cf. Almagro Gorbea e Torres, 2010) provêm de sepulturas do tipo em apreço.

Os testemunhos diretos de que dispomos relativamente aos conteúdos destas sepulturas permitem ainda afirmar que as mesmas continham oferendas cárnicas (Correia, 1928, p. 178; Paixão, 1970, p. 86), que corresponderão pelo menos em parte aos restos faunísticos recentemente estudados (Cardoso e Arruda, 2016).

Além destes materiais, pode ainda elencar-se um conjunto de outros elementos que poderiam, pela sua cronologia, associar-se a este horizonte funerário, e que incluem as duas ânforas T.10.1.2.1 exumadas no OSM (Gomes, 2016, p. 211-213), bem como um conjunto de fíbulas de tipologias arcaicas, nomeadamente de enrolamento no arco (tipo Ponte 1b), de arco engrossado (tipos Ponte 4 e 5) e de dupla mola (tipo Ponte 3b) (cf. Ponte, 1985; Gomes, 2016). Não pode, contudo, excluir-se uma associação destes materiais a sepulturas de outras tipologias (cf. *infra*).

Em face deste panorama material, a atribuição destas sepulturas a uma fase precoce do uso da necrópole parece evidente, tendo estas sepulturas «de canal central» sido unanimemente reconhecidas como a fácies funerária mais antiga do OSM (Fabião, 1998, p. 355; Torres Ortiz, 1999, p. 114-115; Arruda, 1999-2000, p. 76). Com efeito, a cronologia de alguns dos materiais atrás referenciados permite enquadrar o arranque desta tipologia sepulcral dentro da segunda metade

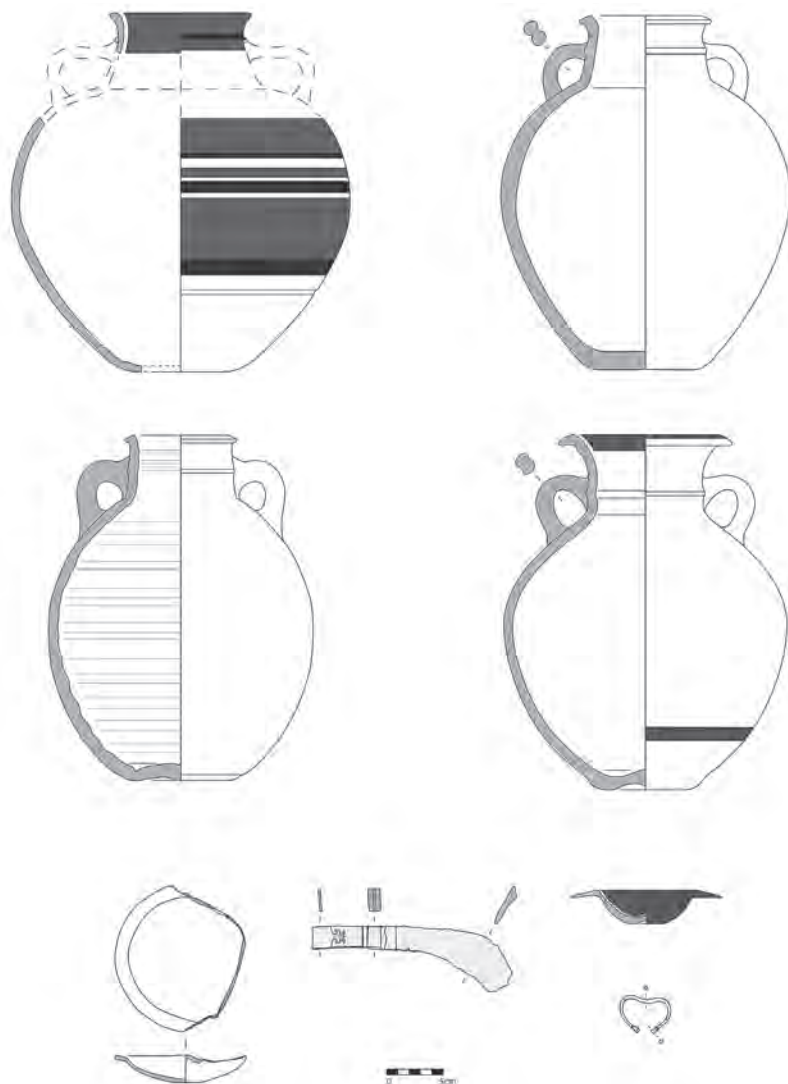


Fig. 5 – Urnas «Cruz del Negro» do Olival do Senhor dos Mártires (acima) e espólio atribuível a uma sepultura do 2.º Tipo (Sepultura 11).

do século VII a.n.e., leitura que sai reforçada se se optar por atribuir a estas sepulturas alguns dos materiais sem contexto já citados, ou mesmo o recentemente publicado jarro piriforme de bronze recolhido à superfície na área da necrópole (Arruda, Lourenço e Lima, 2015), sem contar com numerosos outros materiais de cronologia antiga sem contexto preciso recentemente analisados (Gomes, 2016).

Não obstante, a leitura de conjunto desses materiais parece indiciar que a fase de maior difusão das sepulturas deste tipo corresponde já ao século VI a.n.e., e muito em particular à sua primeira metade (cf. Arruda, 1999-2000, p. 77-78),

sendo já raras as evidências de utilização desta tipologia sepulcral na segunda metade daquela centúria, embora a presença de um fecho de cinturão de tipo «céltico» com uma cronologia relativamente avançada na já comentada sepultura G10 (Paixão, 1970, p. 85-87) possa indiciar perdurações pontuais deste grupo funerário para lá dos meados do século VI a.n.e.

Se a atribuição das sepulturas do 4.º Tipo à fase inicial do OSM parece consensual, a questão da adscrição cronológica das sepulturas em urnas de tipo «Cruz del Negro» enquadráveis no 2.º Tipo de V. Correia (1928, p. 175) constituiu um problema bastante mais discutido, facto a que não será alheia a escassez dos dados veiculados por este investigador – de resto não secundados pelas posteriores intervenções na necrópole, que não permitiram a identificação de nenhuma sepultura deste tipo (cf. Paixão, 1970, 1983, 2014) – bem como a própria sobriedade dos materiais que se lhes associam.

Assim, a única descrição formal das sepulturas deste grupo advém dos trabalhos daquele investigador, que indica que nas sepulturas do seu 2.º Tipo se procurou «...depositar o vaso contendo os resíduos da cremação no terreno firme do fundo, sôbre a própria rocha, que muitas vezes escavavam para tal efeito em escudela elíptica ou oval» (Correia, 1928, p. 175).

Esta observação de índole quasi-estratigráfica merece destaque na medida em que foi posteriormente utilizada como argumento para defender a antiguidade desta fácies sepulcral, que se considerou genericamente coetânea das já discutidas sepulturas do 4.º Tipo (Fabião, 1998, p. 356). Esta hipótese foi, contudo, contestada com base na cultura material atribuível a estas sepulturas (Arruda, 1999-2000, p. 74), podendo hoje, não obstante, matizar-se as objeções então levantadas.

Com efeito, considerou-se que os contentores cinerários atribuíveis a este tipo de sepulturas, de que se conheciam então alguns exemplares publicados por S. Frankenstein (1997, Láms. 48-50), ao afastar-se dos protótipos clássicos das urnas «Cruz del Negro» da Baixa Andaluzia, deveriam adscriver-se a cronologias relativamente avançadas dentro da linha evolutiva deste tipo de recipiente, tendo estas peças sido datadas da segunda metade do século VI a.n.e. (Arruda, 1999-2000, p. 75), cronologia que se considerou também mais adequada aos pratos de peixe publicados igualmente por S. Frankenstein (1997, Lám. 57) e interpretados como as putativas tampas das urnas «Cruz del Negro» (Fabião, 1998, p. 356).

Não obstante, nessa apreciação das urnas «Cruz del Negro» do OSM havia-se já ressaltado «...la hipótesis de que la forma de estas urnas pudiera ser unicamente entendida como una variante local de las conocidas urnas 'Cruz del Negro' y de no poseer, por tanto, ningún significado cronológico» (Arruda, 1999-2000, p. 75). O recente estudo e seriação das abundantes urnas «Cruz del Negro» da necrópole de Medellín (Torres Ortiz, 2008), igualmente periférica com respeito

à área baixo-andaluza, permite hoje afirmar que esta hipótese parece ser afinal a mais correta, já que os exemplares do OSM, a que se somaram recentemente alguns exemplares inéditos (Gomes, 2016, 132-3), se enquadram perfeitamente nos Subtipos mais antigos da necrópole pacense.

Com efeito, as urnas «Cruz del Negro» de Alcácer do Sal (fig. 5) enquadram-se sem dificuldade nos Subtipos 1, 3, 4 e 5 de Medellín, com cronologias que recobrem a segunda metade do século VII e os inícios do VI a.n.e. (Torres Ortiz, 2008), o que parece comprovar a antiguidade das sepulturas do 2.º Tipo e a sua contemporaneidade com as sepulturas «de canal central».

A objeção relativa à identificação das tampas destes contentores cinerários pode hoje igualmente considerar-se superada, já que o estudo integral das cerâmicas de engobe vermelho da necrópole permitiu a identificação de um conjunto de pratos de tipologia mais arcaica (Gomes, 2016, p. 111-113) que poderão mais plausivelmente corresponder aos ...*testos de asado coimbrão, de côvo semi-esférico e abas direitas* referenciados por V. Correia (1928, p. 175) como tampas das urnas presentes nas suas sepulturas do 2.º Tipo (fig. 5).

Quanto aos restantes espólios associados às sepulturas deste grupo, os dados são francamente escassos, evidenciando a natureza bastante sóbria destes depósitos funerários. Assim, sempre com base nos testemunhos de V. Correia (*ibidem*), e além dos contentores cinerários, estas sepulturas conteriam unicamente lucernas de um só pico, única tipologia documentada na necrópole e comum de resto às sepulturas do 3.º Tipo (cf. *infra*), bem como, mais pontualmente, facas afalcatadas de tipologia imprecisa e outros elementos metálicos não discriminados (fig. 5).

A este nível, haveria unicamente a assinalar também a provável adscrição do único bracelete cordiforme (fig. 5) exumado na necrópole a uma sepultura deste tipo, a julgar pela descrição do seu contexto veiculada por V. Correia (1925a, fig. 9).

Quanto ao enquadramento cultural das incinerações depositadas em urnas «Cruz del Negro», tema de resto bastante polémico, pode assinalar-se que, apesar das origens inegavelmente orientais destes contentores funerários, o foco de maior concentração destas peças corresponde sem dúvida ao Sudoeste Peninsular, sendo uma das tipologias sepulcrais mais características dos horizontes ditos «Orientalizantes» (cf. Torres Ortiz, 1999, p. 172; 2002, p. 149-150).

Podem citar-se a este respeito as grandes concentrações de sepulturas deste tipo na necrópole epónima da Cruz del Negro, em Sevilha (Aubet, 1978), ou na de Medellín, em Badajoz (Almagro-Gorbea, 2008; Torres Ortiz, 2008), a que se podem ainda somar os exemplos de Las Cumbres, em Cádiz (Ruiz Mata e Pérez, 1995) ou de La Joya, em Huelva (Garrido e Orta, 1978).

Não pode, contudo, obviar-se a presença de deposições funerárias em urnas «Cruz del Negro» em ambientes propriamente fenícios, de que o exemplo mais significativo é talvez a necrópole de Puig des Molins, em Ibiza, na qual este tipo

de depósitos constitui a fácies sepulcral mais abundante dentro dos horizontes arcaicos deste conjunto funerário (Fernández Gómez-Pantoja e Costa Mas, 2004). Caberia também citar a presença de sepulturas deste tipo noutros contextos do Mediterrâneo Central, quer da Sardenha (Bartoloni, 2012, p. 84, com bibliografia) quer do Norte de África (Harden, 1937; Vuillemot, 1955; Torres Ortiz e Mederos Martín, 2010; Bartoloni, 2012).

No próprio Sudoeste Peninsular a associação de urnas «Cruz del Negro» a ambientes com uma clara componente oriental encontra-se plenamente atestada na necrópole de Hoya de los Rastros, em Ayamonte (García-Teyssandier e Marzoli, 2013), a que poderiam somar-se os casos portugueses da necrópole do Convento da Graça, em Tavira (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008) e de Abul A (Mayet e Silva, 2000, fig. 12, n. 3).

O panorama disponível com respeito à repartição e difusão cultural da tipologia sepulcral em apreço parece, como se pode apreciar, bastante inconclusivo. A escassez de informação contextual que caracteriza os exemplos do OSM não contribuem para aclarar esse panorama, mas há apesar de tudo um dado relevante a assinalar, e que diz respeito à representatividade da fácies funerária em análise dentro do conjunto da necrópole.

Com efeito, e se em análises anteriores os três exemplares de urnas «Cruz del Negro» publicados por S. Frankenstein (1997, Láms. 48-50) se podiam tomar como uma amostra dentro de um universo mais vasto cuja extensão permanecia por apurar, hoje em dia, concluído o estudo exaustivo dos materiais do OSM, pode afirmar-se que esse universo é afinal bastante restrito, já que o conjunto total das urnas «Cruz del Negro» do OSM não ultrapassará os oito ou nove exemplares, já contando com fundos de problemática adscrição tipológica (Gomes, 2016, p. 332-337).

Quando se confronta este número com o das sepulturas de incineração *in situ*, representadas só nos trabalhos de A. Cavaleiro Paixão por mais de três dezenas de conjuntos (Paixão, 1970; 1983), a que devem ainda somar-se numerosos outros exemplos escavados por V. Correia (1928, p. 175-178), parece lícito afirmar que as sepulturas do 2.º Tipo correspondem a um horizonte funerário minoritário, e porventura intrusivo (cf. Gomes, 2016, p. 332-337), próprio de uma fase inicial da necrópole, largamente dominada pelas sepulturas «de canal central» do 4.º Tipo.

Finalmente, e para reforçar o aspeto de heterogeneidade próprio desta Subfase, caberia ainda assinalar que o aparecimento das sepulturas de incineração *in situ* em fossa simples, de tipo *busta* – o 3.º Tipo de V. Correia (cf. *infra*) – parece também ter lugar ainda durante esta etapa, tendo os exemplares mais antigos desta tipologia sepulcral convivido com as já comentadas sepulturas dos 4.º e 2.º Tipos.

De acordo com os dados da cultura material, esta etapa formativa caracterizada por uma acentuada heterogeneidade das práticas funerárias deu pro-

gressivamente lugar a um panorama mais homogéneo, cuja cristalização parece poder datar-se de meados do século VI a.n.e. Este facto pode considerar-se significativo, já que coincide com um momento de aparente reordenamento da malha de povoamento regional, materializada pelo abandono do complexo de Abul A nos finais do primeiro quartel do século VI a.n.e. e pela subsequente fundação do santuário de Abul B (Mayet e Silva, 2000; 2001), com uma mais vasta reestruturação de amplo escopo das redes-sociopolíticas regionais e suprarregionais.

2.1.2. A Subfase Ib (c.575/550 – 475/450 a.n.e.)

O desaparecimento das sepulturas «de canal central» do 4.º Tipo e das deposições em urnas «Cruz del Negro» do 2.º Tipo marcam o início de uma nova Subfase dentro do horizonte da I Idade do Ferro da necrópole do OSM, caracterizada pela generalização das sepulturas de incineração *in situ* em fossa simples, de tipo *busta*, englobadas por V. Correia no seu 3.º Tipo (Correia, 1928, p. 175-177).

Estas sepulturas, que apresentam notórias concomitâncias com as suas congéneres do 4.º Tipo, apresentam não obstante uma morfologia mais simples (fig. 6), consistindo em fossas de tendência retangular escavadas na rocha e amortizadas uma vez mais com recurso a aglomerados de blocos pétreos (*idem*, p. 175-176).

Não contamos, neste caso, com indicações específicas relativas às dimensões das sepulturas deste grupo, embora a leitura da planta publicada por A. C. Paixão (1983, fig. 4) permita entrever que as mesmas mantiveram a orientação Este-

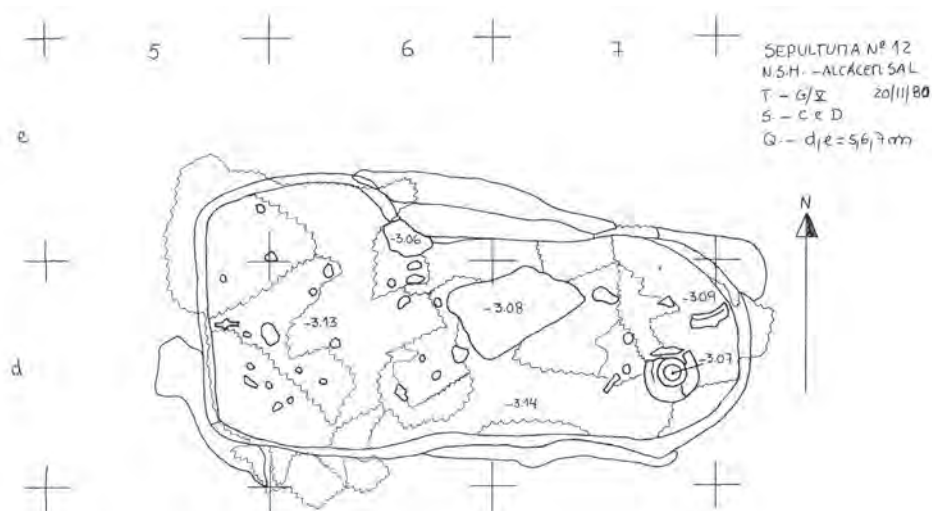


Fig. 6 – Planta da Sepultura 12/80, enquadrável no 3.º Tipo (planta inédita de A. C. Paixão preservada no Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia).

-Oeste já documentada nas sepulturas do 4.º Tipo, sobrepondo-se nalguns casos às suas congéneres mais antigas.

Quanto ao seu enquadramento cultural, e contrariamente ao que sucedia com as sepulturas «de canal central», as sepulturas em *busta*, pela sua simplicidade formal, apresentam uma assinalável transversalidade cultural. Ainda assim, pode assinalar-se a presença frequente de sepulturas deste tipo em ambientes funerários fenícios e púnicos, documentando-se por exemplo nas necrópoles de Monte Sirai (Bartoloni, 2000; Guirguis, 2011) e de Bithia (Bartoloni, 1996), na Sardenha, ou nas de Ibiza (Fernández-Gómez e Costa Mas, 2004), Jardín (Málaga) (Maass-Lindemann, 1995) e Villaricos (Almería) (Astruc, 1952).

Esta tipologia sepulcral é também bastante frequente nas necrópoles da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, registando-se a sua presença na necrópole de La Joya (Huelva) (Garrido, 1970), em várias das necrópoles da região de Carmona – nomeadamente as da Cruz del Negro, Bencarrón e El Acebuchal (Sevilha) (Torres Ortiz, 1999, p. 129-131, com bibliografia) –, na de Setefilla (Bonsor e Thouvenot, 1928) ou na de Medellín (Badajoz) (Almagro Gorbea, 2008).

As sepulturas de incineração em fossa simples presentes nos vários conjuntos funerários citados recobrem um amplo espectro cronológico, cujos extremos parecem estar representados, por um lado, na necrópole de La Joya, onde esta tipologia sepulcral se documenta já nos finais do século VIII ou nos inícios do VII a.n.e. (Garrido, 1970) e, por outro, na necrópole de Medellín, onde os *busta* perduram até pelo menos aos inícios do século V a.n.e. (Almagro Gorbea, 2008). O período de maior difusão deste tipo sepulcral parece, contudo, coincidir com os séculos VII e VI a.n.e. (cf. Torres Ortiz, 1999, p. 129-131).

No caso específico do OSM, e como ficou dito acima, esta tipologia sepulcral, ao que tudo indica, marcava já presença durante a Subfase Ia, podendo as suas origens remontar mesmo aos finais do século VII a.n.e. (cf. Arruda, 1999-2000, p. 79; Gomes, 2016, p. 324-329). Não obstante, este tipo sepulcral parece ter-se convertido a partir de meados do século VI a.n.e. na solução funerária predominante, senão mesmo exclusiva, da comunidade de Alcácer do Sal. Por outro lado, e de acordo com a análise dos espólios atribuíveis às sepulturas deste grupo (cf. *infra*), a vigência destas sepulturas em *busta* parece ter-se prolongado até ao segundo quartel ou mesmo aos meados da centúria seguinte (Gomes, 2016, p. 329).

Esta homogeneização das arquiteturas funerárias parece ter sido acompanhada de uma simplificação dos rituais e dos espólios funerários, que, apesar da sua notória continuidade cultural com respeito às sepulturas do 4.º Tipo, evoluem no sentido de uma maior sobriedade, porventura como reflexo da própria evolução sociopolítica da comunidade de Alcácer do Sal.

A restituição dos espólios associados às sepulturas do grupo em apreço é possível, pelo menos em parte, graças uma vez mais aos testemunhos de V. Correia

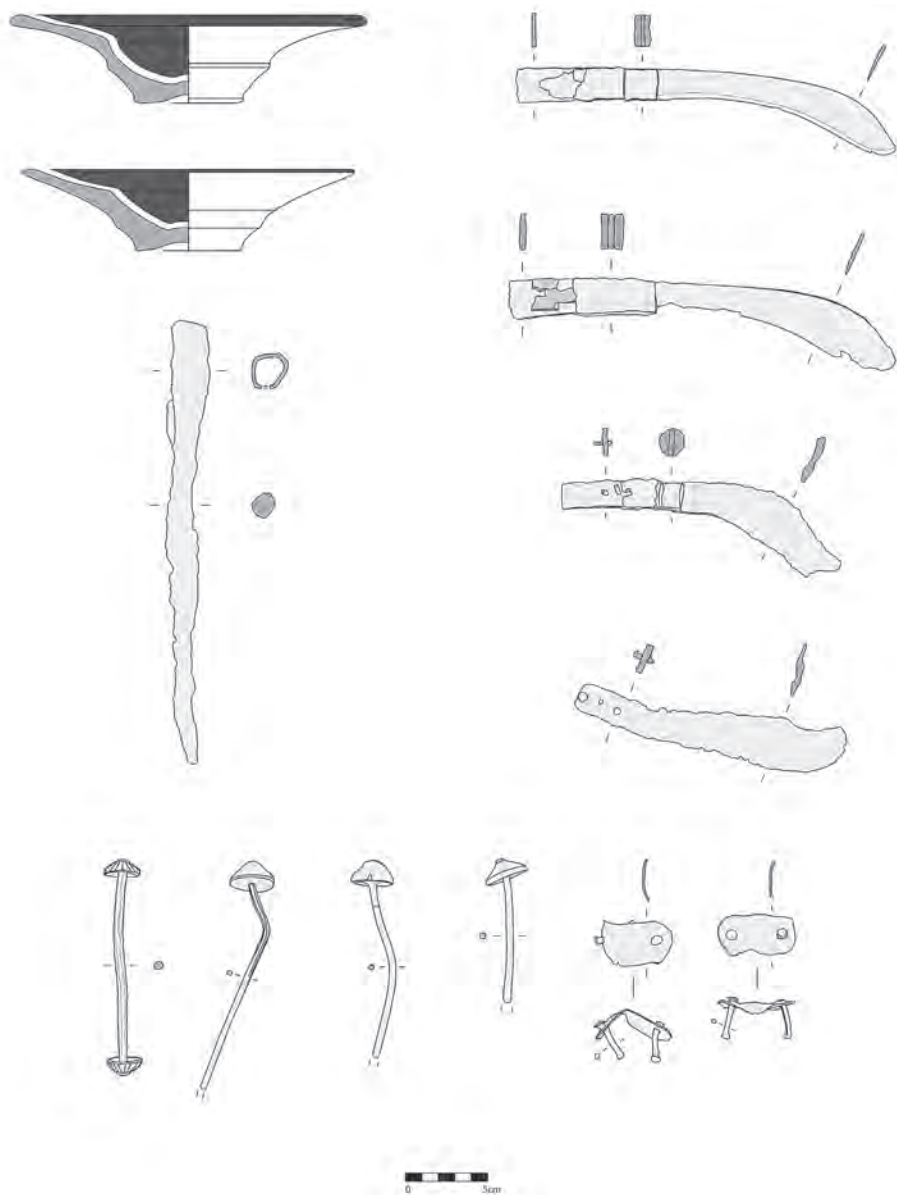


Fig. 7 – Espólio atribuível à sepultura 12/80.

(1928, p. 175-177). Assim, e de acordo com este investigador, parece repetir-se nas sepulturas do seu 3.º Tipo a presença de dois ou três pequenos recipientes cerâmicos, de tipologia difícil de especificar.

Ainda assim, a referência a recipientes «...de barro grosso e forma singela – como o púcaro lisbonense actual, com uma asa ligando o rebordo ao bôjo...» (*idem*, p. 126) permite pensar que pelo menos parte dos *cooking pots* de

cerâmica manual exumados no sítio (Gomes, 2016, p. 85) e assim como os púcaros de cerâmica comum e cinzenta recentemente estudados (*idem*, p. 108-110 e 163-164) poderão provir de sepulturas deste tipo.

Mais complexa é a identificação dos recipientes «...de pasta fina e galbos elegantes...» (Correia, 1928, p. 126), que poderão corresponder a várias tipologias de púcaros, jarras e pequenos potes presentes entre o repertório cerâmico da necrópole (Gomes, 2016). Ainda ao nível do repertório cerâmico, caberia referenciar a presença em sepulturas deste tipo de lucernas de um só pico (Correia, 1928, p. 176), similares às encontradas nas sepulturas do 2.º Tipo comentadas *supra*, e de cossoiros (*ibidem*), à semelhança do que sucedia nas sepulturas do 4.º Tipo.

Por outro lado, a planta da Sepultura 12/80 escavada por A. C. Paixão (fig. 6) (cf. Gomes, 2016), pertencente ao tipo em apreço, permite atribuir a este horizonte sepulcral pelo menos dois dos pratos de engobe vermelho recentemente estudados (fig. 7) (*idem*, p. 176-179), enquadráveis genericamente no grupo dos pratos do tipo P.3.d de P. Rufete Tomico (1988-1989, p. 376).

Virgílio Correia referencia igualmente a presença de joias nas sepulturas do seu 3.º Tipo, nomeadamente «...anéis e brincos de ouro formados por hastes metálicas cujas extremidades afiladas se cruzam e enrolam depois simetricamente no toro da joia» (*ibidem*), claramente identificáveis com o pequeno conjunto de brincos de tipo *nazm* atualmente depositados no Museu Didático do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra (Gomes, 2016, p. 252).

Ainda ao nível dos elementos de adorno e indumentária, contamos com a referência à presença de ...*placas de cinturão de garfo*... (Correia, 1928, p. 177), que podem sem dúvida identificar-se como fechos de cinturão de tipo dito «tartésico» (Schüle, 1969, Taf. 95, n. 11; Taf. 108, n. 3; Gomes, 2016, p. 244-247), e de fíbulas ...*circulares, de arco giboso, de grandes dimensões*... (Correia, 1928, p. 177), identificáveis sem lugar a dúvidas como fíbulas anulares hispânicas, tipo predominante na necrópole e representado por diversas variantes (Ponte, 1985; Gomes, 2016). Verifica-se ainda, uma vez mais, a presença de braceletes de tipo «xorca» (Correia, 1928, p. 177).

Já no que diz respeito aos elementos de armamento presentes nestas sepulturas, as referências de V. Correia são bastante mais vagas. Assim, a identificação precisa das ...*lanças de folha curta e larga*... (*idem*, p. 176) não se afigura como tarefa fácil, podendo as mesmas corresponder a praticamente qualquer das múltiplas variantes de lanças curtas exumadas na necrópole (Schüle, 1969, Taf. 93 e p. 103-104; Gomes, 2016, p. 278-285). De igual modo, as ...*navalhas de vários modelos*... (Correia, 1928, p. 176) que referencia poderiam corresponder a qualquer das variantes de facas afalcatadas documentadas entre os espólios do OSM (fig. 7) (Gomes, 2016, p. 272-277).

Finalmente caberia assinalar a presença nas sepulturas deste grupo, de duas terracotas figurando bovídeos (Correia, 1928, p. 176; Gomes, 2016, p. 225-229)

que foram já interpretadas como eventuais substitutos simbólicos das oferendas cárnicas documentadas nas sepulturas de «canal central» (Fabião, 1998, p. 356).

No seu conjunto, estes elementos configuram um panorama similar ao das sepulturas do 4.º Tipo mas do qual estão já ausentes alguns dos elementos mais destacados desse outro horizonte sepulcral, nomeadamente os carros, bem como alguns outros elementos sumptuários, verificando-se pelo contrário uma crescente homogeneização das práticas de representação social, patente ao nível da adoção de elementos de indumentária e adorno mais padronizados que na etapa precedente.

Seria particularmente interessante confrontar esta evolução das práticas funerárias com a dinâmica global da sociedade de Alcácer do Sal, mas infelizmente esta Subfase da necrópole corresponde a uma etapa bastante mal caracterizada dentro da sequência sidérica do Baixo Sado. Ainda assim, esta etapa encontra-se representada pelos interessantes contextos exumados na Rua do Rato, no Centro Histórico de Alcácer do Sal (Arruda et al., no prelo), e que poderiam evidenciar uma transferência de algumas das funções do complexo de Abul A para uma área mais estreitamente vinculada ao povoado de Alcácer do Sal (*ibidem*).

Esta centralização de funções no povoado de Alcácer do Sal poderá porventura evidenciar a consolidação do carácter urbano deste povoado, o qual ajudaria a explicar a maior padronização dos ritos funerários, crescentemente complementados enquanto palco privilegiado de representação e negociação do poder por outros âmbitos próprios de uma esfera já plenamente urbana (cf. Aubet, 2011).

Por outro lado, e de uma forma mais geral, não deve obviar-se que esta Subfase coincide com uma série de importantes mutações no sul do atual território português, entre as quais caberia destacar a (re)estruturação e consolidação das comunidades sidéricas do interior (Beirão, 1986; Arruda, 2001; Mataloto, 2004, 2008), a reorganização de alguns povoados do litoral, como Castro Marim (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007) ou a crescente exploração do *hinterland* de outros, como parece suceder no caso de Lisboa (Arruda, 1999-2000; Cardoso, 2004; Sousa, 2014).

A progressiva transformação de Alcácer do Sal durante este período não parece, portanto, ter constituído um fenómeno isolado, sendo antes um reflexo mais do processo de consolidação das redes sociopolíticas regionais do Sul de Portugal durante a etapa em análise.

2.2. Fase II – A II Idade do Ferro (segundo quartel/meados do século V – meados do século II a.n.e.)

A Fase II do OSM, balizada entre o segundo quartel/meados do século V e os meados do século II a.n.e., corresponde *grosso modo* à II Idade do Ferro regional. Os dados correspondentes a este período são, contudo, muito desiguais, verificando-se a existência de momentos de muito difícil caracterização, que correspondem

ao início e aos finais deste período, contrastando com uma fase intermédia para a qual dispomos de informação bastante mais concreta e fiável (cf. *infra*).

Não pode deixar de notar-se que este desequilíbrio se deve em parte a questões relacionadas com a história da investigação. Com efeito, os únicos dados para a análise dos contextos funerários da II Idade do Ferro provêm dos trabalhos de V. Correia (1925a, 1928), já que os trabalhos dirigidos por A. C. Paixão não lhe permitiram ao que tudo indica documentar nenhuma sepultura desta fase (cf. Paixão, 1970, 1983, 2014).

Assim, e apesar do considerável volume do material atribuível genericamente à II Idade do Ferro, a informação contextual relativa a este horizonte é significativamente mais parca do que a respeitante aos horizontes mais antigos acima referenciados.

Por outro lado, o défice crónico de informação sobre a II Idade do Ferro regional e nomeadamente a falta de estudos crono-tipológicos fiáveis relativos à sua cultura material (cf., contudo, Sousa, 2014) dificulta a seriação dos dados disponíveis, que tendem a ser analisados em bloco, valorizando-se porventura excessivamente os poucos elementos datantes disponíveis, nomeadamente a cerâmica grega.

A análise circunstanciada dos espólios enquadráveis na segunda metade do I milénio a.n.e. permite, contudo, entrever a existência de períodos diferenciados dentro da sequência da II Idade do Ferro do OSM, e permite também afirmar que o já citado desequilíbrio documental não é unicamente fruto das vicissitudes da investigação, refletindo também efetivamente as especificidades do uso da necrópole durante as várias etapas deste período histórico.

2.2.1. A Subfase IIa (c. 475/450 – 400 a.n.e.)

Nenhum dos elementos que se podem associar às sepulturas do 3.º Tipo permite afirmar que esta tipologia sepulcral se tenha prolongado no tempo para lá do primeiro quartel ou, quando muito, dos meados do século V a.n.e.. Infelizmente, o período imediatamente posterior, que corresponde à Subfase IIa, encontra-se bastante mal caracterizado, facto a que não será alheia a falta de bons fósseis-diretores para esta primeira etapa da II Idade do Ferro regional.

Caberia contudo pensar que esta Subfase se caracteriza, do ponto de vista das práticas funerárias, pelo ressurgimento do rito da incineração em *ustrinum* com a deposição secundária dos restos cremados em urna (sepulturas do 1.º Tipo de V. Correia), podendo remontar a esta Subfase os primeiros exemplares de urnas bitroncocónicas, em cerâmica comum e pintada (Frankenstein, 1997, Láms. 53-54 e 56; Gomes, 2016, p. 113-114 e 133-135), a que poderão eventualmente somar-se outras tipologias aptas para a função de recipiente cinerário presentes nos repertórios da cerâmica comum, pintada e cinzenta da necrópole (Gomes, 2016).

Infelizmente, a ausência de dados contextuais finos não permite analisar com o detalhe desejável o processo de substituição do rito da incineração *in situ* pelo da deposição secundária em urna, não sendo de todo claro se a generalização desta última solução funerária na II Idade do Ferro constitui uma inovação sem raízes no horizonte das sepulturas em urnas «Cruz del Negro» ou se, pelo contrário, o aparente hiato entre as sepulturas do 2.º Tipo e as do 1.º Tipo se deve apenas a uma deficiente documentação.

Existem de facto no OSM vários recipientes (fig. 8) de grande dimensão de cerâmica comum, pintada e cinzenta com cronologias compatíveis com as da Subfase Ib e que podem paralelizar-se com os contentores cinerários utilizados durante esse período em outras necrópoles, como Medellín (Almagro Gorbea, 2008; Lorrio, 2008b), pelo que não se pode excluir a existência pontual de incinerações em urna recobrimdo o aparente hiato entre as deposições em urnas «Cruz del Negro» de inícios da I Idade do Ferro e as deposições em urnas de tipologias próprias já da II Idade do Ferro.

É certo que nenhum dado, seja direto ou indireto, permite de momento assegurar que os referidos recipientes do OSM foram também eles utilizados como urnas, no entanto a sua existência aconselha prudência no momento de interpretar as transformações ocorridas ao nível do ritual funerário nos alvares da II Idade do Ferro como uma rutura mais ou menos radical na sequência da necrópole.

Do ponto de vista dos espólios associados às deposições desta Subfase, a escassa definição cronológica da maioria dos materiais da II Idade do Ferro torna quase impossível destrinchá-los dos espólios mais propriamente enquadráveis na Subfase seguinte.

Não obstante, parece lícito associar a este horizonte a única espada de frontão exumada no OSM (Schüle, 1969, Taf. 94, n.1; Gomes, 2016, p. 289), bem como os mais antigos exemplares de espadas de antenas do Tipo III (Schüle, 1969,

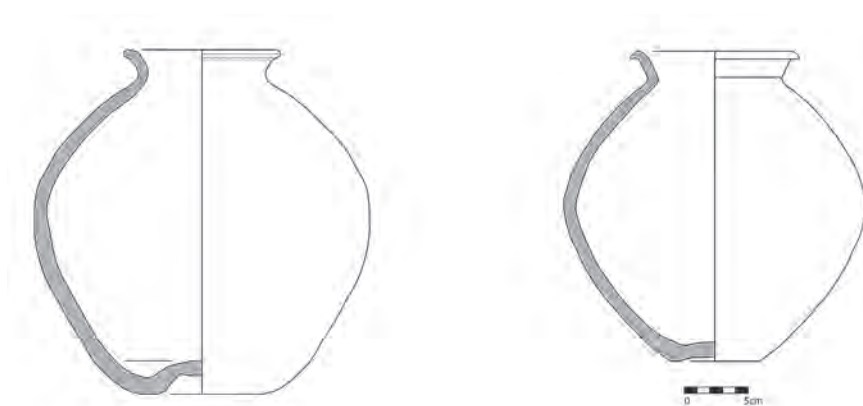


Fig. 8 – Recipientes da sepultura 64 – possível exemplo de uma incineração em urna «intermédia»?

Taf. 96-97; Gomes, 2016, p. 290-291). Os primeiros exemplares de *soliferrea* e de falcatas (Schüle, 1969, Taf. 98-101; Gomes, 2016, p. 287-288 e 293-295) poderão também ter-se incorporado nos inventários da necrópole durante esta etapa.

Do ponto de vista cultural, esta fase corresponde a um *intermezzo* de difícil caracterização, registando-se uma aparente continuidade com respeito às etapas precedentes, ao mesmo tempo que se esboça uma relação privilegiada com a área da Baixa Andaluzia, traduzida na tipologia das urnas cinerárias empregues durante esta Subfase, e, de uma forma mais geral, com o Sul Peninsular, relação que assumirá durante a Subfase seguinte uma fisionomia bastante mais definida.

Esta Subfase pode, como hipótese, paralelizar-se com a Fase IV definida para a sequência de ocupação do Castelo de Alcácer do Sal (Silva et al., 1980-1981), com características próprias já da II Idade do Ferro, mas onde estão ainda praticamente ausentes as importações áticas. A Fase III da Travessa dos Apóstolos, em Setúbal, poderia reportar-se também a este horizonte (Soares e Silva, 1986).

De um ponto de vista mais geral, caberia assinalar que esta etapa parece igualmente corresponder, *grosso modo*, à fase terminal da sequência dos monumentos tumulares da área de Ourique (Beirão, 1986; Correia, 1993: Fase IV; Correia e Beirão, 1995), caracterizada pela presença pontual de incinerações em urna, consideradas por C. de Mello Beirão como intrusivas no contexto deste grupo funerário (Beirão, 1986, p. 49), e que parecem generalizar-se também no contexto baixo-alentejano durante a II Idade do Ferro (Correia e Beirão, 1995; Fabião, 1998; Arruda e Lopes, 2014).

2.2.2. A Subfase IIb (c.400 – 350 a.n.e.)

A chegada massiva de importações gregas a partir do início do século IV a.n.e. (Rouillard et al., 1988-1989; Arruda, 1997; Gomes, 2017b) marca o início de uma nova Subfase dentro da sequência da necrópole, que parece de alguma forma corresponder ao apogeu da II Idade do Ferro regional.

De facto, e ainda que se possa argumentar que a existência de um fóssil-diretor tão expressivo como a cerâmica ática cria um efeito de distorção, obscurecendo outras fases dentro da II Idade do Ferro que não contam com um elemento datante tão reconhecível e preciso – o que sem dúvida acontece –, a verdade é que a análise dos materiais resenhados por V. Correia na descrição das sepulturas do seu 1.º Tipo (Correia, 1928, p. 172-174) permite afirmar que se trata de um período destacado dentro da sequência da necrópole, quer pela quantidade quer pela qualidade dos espólios depositados nas sepulturas deste horizonte.

Essa riqueza dos espólios contrasta, até certo ponto, com a simplicidade das arquiteturas funerárias, que parecem ter correspondido a simples fossas abertas no terreno, com escassa profundidade, nas quais os recipientes cinerários se depo-

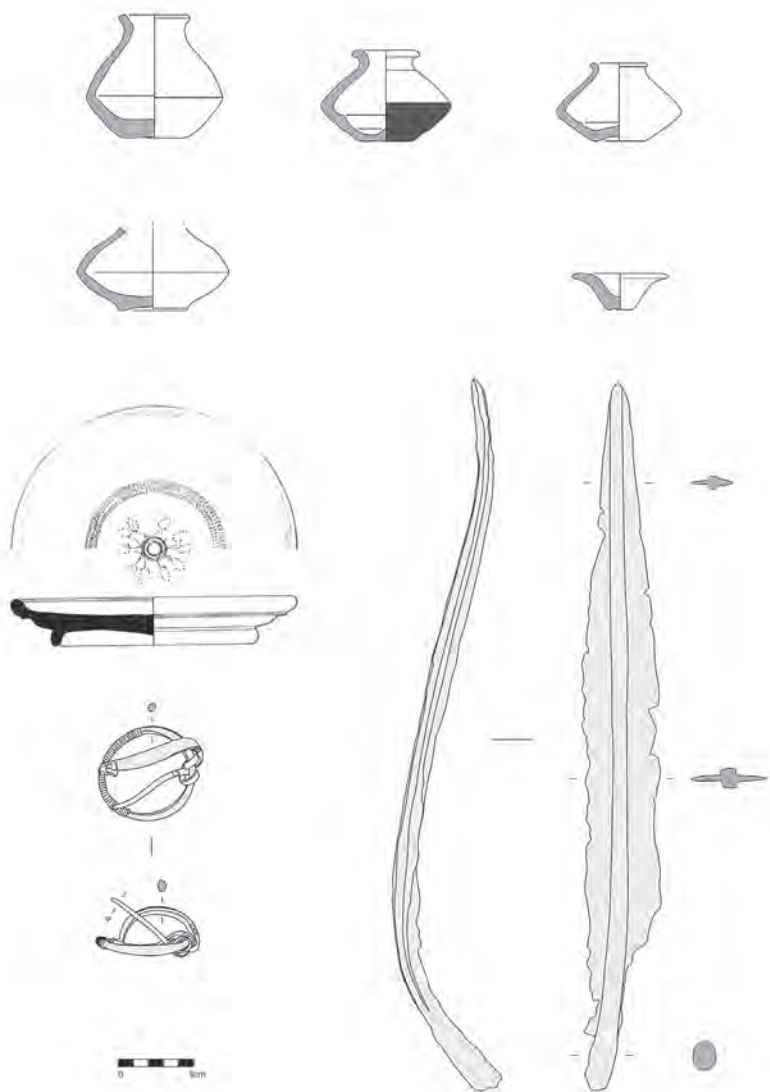


Fig. 9 – Espólio da sepultura 15, atribuível ao 1.º Tipo (prato ático segundo Rouillard et al. 1988-1989).

sitavam calçados com blocos pétreos e, ao que parece, cobertos igualmente por aglomerados pétreos (Correia, 1928, p. 174). A maioria destas sepulturas continha uma única urna, embora V. Correia referencie pelo menos três sepulturas que continham vários destes recipientes (*idem*, p. 173).

Quanto à tipologia dos contentores cinerários, e aparte as urnas bitruncocónicas introduzidas muito provavelmente já na Subfase anterior (cf. *supra*), caberia assinalar a utilização de vasos gregos, em particular *krateres*, como urnas. Em contrapartida, recipientes áticos de outras tipologias (fig. 9) terão sido utilizados como contentores de oferendas (Correia, 1928, p. 173; Rouillard et al., 1988-1989).

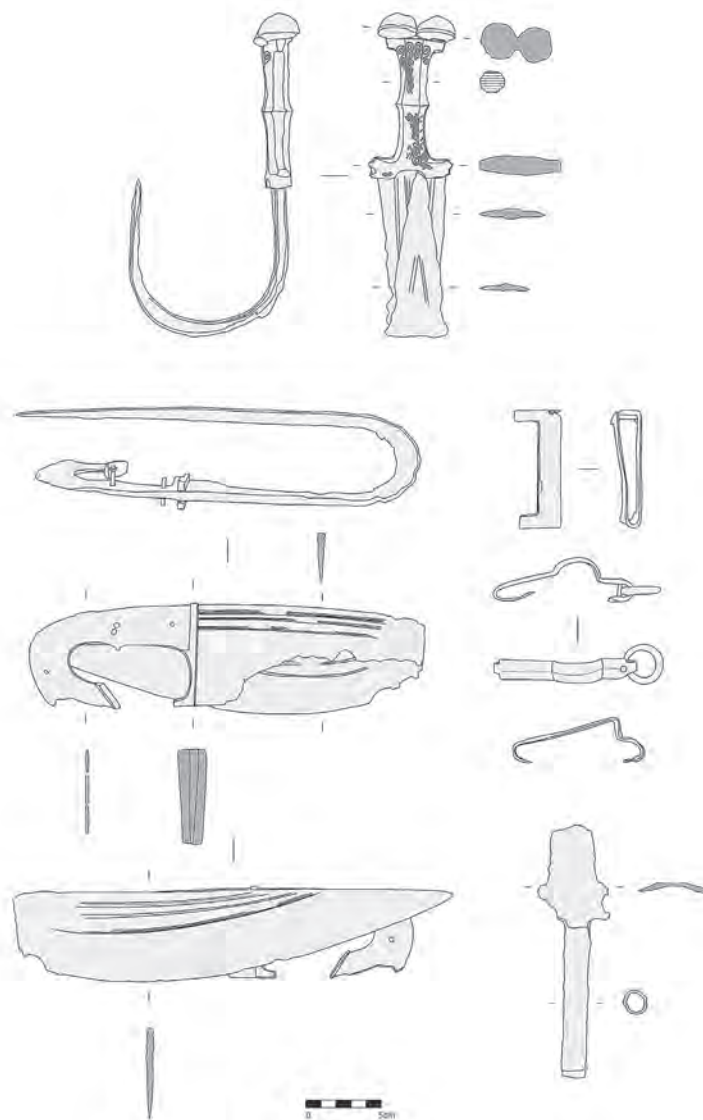


Fig. 10 – Espólio da sepultura 15, atribuível ao 1.º Tipo (continuação).

Os recipientes cinerários encontrar-se-iam cobertos por pratos e tigelas, ao que parece predominantemente de cerâmica pintada e de engobe vermelho (Correia, 1928, p. 174).

Ainda ao nível do repertório cerâmico, podem atribuir-se às sepulturas deste horizonte pela sua cronologia os numerosos pequenos potes de cerâmica comum, pintada e cinzenta (fig. 9), possivelmente interpretáveis como contenedores de óleos ou essências (Gomes, 2016, p. 119-121, 136-138, 165-167), bem como as relativamente abundantes jarras documentadas no seio dessas mesmas produções (*idem*, p. 115-118, 164-165), ou pelo menos parte deles. Os cossoiros,

presentes já nas sepulturas da I Idade do Ferro, permanecem também como parte integrante destes conjuntos (Correia, 1928, p. 173).

Ao nível dos materiais metálicos, a informação veiculada por V. Correia (*idem*, p. 173) somada aos dados resultantes do estudo tipológico dos materiais do OSM permite restituir um panorama rico e diversificado, que inclui elementos de armamento, de adorno e de indumentária.

No que diz respeito aos primeiros, caberia assinalar que a diversidade da panóplia guerreira durante a II Idade do Ferro é muito superior à das etapas precedentes, incluindo, além de lanças de diversas tipologias, espadas de antenas dos Tipos III e IV de F. Quesada (1997), falcatas, *soliferrea*, elementos de escudo e facas afalcatadas (fig. 10) (Correia, 1928, p. 173; cf. tb. Gomes, 2016). A estes elementos devem igualmente somar-se os significativos elementos relacionados com a prática equestre, entre os quais se destacam os bridões e cabeçadas de cavalo (Gomes, 2016, p. 300-301).

Ao nível dos elementos de indumentária, podem associar-se com segurança a este horizonte os fechos de cinturão de tipo «ibérico» (Correia, 1928, p. 173; Schüle, 1969, Taf. 88 e p. 108; Gomes, 2016, p. 250-251). Durante esta Subfase permanecem também em uso as fíbulas anulares hispânicas (fig. 9) (Correia, 1928, p. 173), provavelmente enquadráveis nos tipos mais evolucionados dentro deste grupo tipológico (Ponte, 1985; Gomes, 2016, p. 235-243).

Estes elementos, e em particular alguns aspetos do repertório cerâmico e a configuração da panóplia armamentícia, parecem revelar a existência de relações privilegiadas durante esta Subfase entre Alcácer do Sal e o Sudeste Peninsular (cf. Fabião, 1998, p. 357), que se traduzem na adoção de certas fórmulas de representação e ostentação social que parecem emular as práticas próprias das florescentes elites urbanas do mundo Ibérico meridional (cf. Gomes, 2016, p. 348-349).

Este horizonte crono-cultural encontra-se por outro lado representado no Castelo de Alcácer do Sal, onde se exumou um provável santuário de cariz urbano datável deste período no qual se recolheram abundantes *ex votos* de bronze (Gomes, 2008) cuja tipologia e iconografia encontram também os seus melhores paralelos no mundo Ibérico do Sudeste e Levante Peninsular (Nicolini, 1969; Prados Torreira, 1992).

Por outro lado, ao período coberto por esta Subfase pode também atribuir-se a fundação de uma segunda necrópole, a necrópole de S. Francisco (Faria, 2002, p. 63-64), situada a norte do povoado, facto que poderá explicar a marcada retração do OSM a partir de meados do século IV a.n.e..

2.2.3. A Subfase IIc (c.350 – 175/150 a.n.e.)

A Subfase IIc corresponde, com efeito, a um período extremamente mal caracterizado dentro da sequência do OSM, de tal forma que se chegou mesmo a

pensar que os meados do século IV a.n.e. marcariam o final do uso da necrópole (Arruda, 1999-2000, p. 80-81).

Entre outros aspetos, a quebra abrupta das importações gregas, quiçá o principal elemento datante disponível para o horizonte da II Idade do Ferro do OSM, em torno a 350 a.n.e. e a ausência de bons fósseis-diretores atribuíveis a momentos posteriores dificultavam com efeito a apreciação do posterior desenvolvimento da necrópole, justificando a hipótese de uma interrupção no uso funerário da área do Senhor dos Mártires durante os momentos finais da Idade do Ferro.

O estudo global dos espólios exumados no OSM permite, contudo, matizar esta hipótese em função de dois dados fundamentais. Por um lado, o referido estudo permitiu identificar evidências substanciais da utilização funerária do OSM durante o período Romano Republicano (Gomes e Alves, 2017; cf. tb. *infra*), difíceis de explicar caso a necrópole tivesse sido abandonada quase dois séculos antes da inclusão de Alcácer do Sal na esfera romana.

Por outro lado, e tendo em mente esta aparente incongruência, tornou-se possível identificar um conjunto de materiais que permitem de alguma forma suprir esta lacuna e sustentar a hipótese de uma utilização continuada da área do OSM durante a segunda metade do século IV a.n.e. e toda a centúria seguinte, alcançando a primeira metade do século II a.n.e. e entroncando com as primeiras evidências enquadráveis já em Época Romana.

Entre esses materiais caberia destacar um conjunto significativo de recipientes cerâmicos de produção comum, pintada e cinzenta que reproduzem formalmente tipologias próprias do repertório da cerâmica grega, especialmente pratos de peixe e taças de bordo reentrante (fig. 11) (Gomes, 2016, p. 195-211).

Com toda a probabilidade estas peças enquadram-se numa dinâmica mais geral de imitação local das formas da cerâmica ática como forma de suprir o vazio deixado pela quebra abrupta das importações gregas (cf. Niveau, 2003, p. 25 e

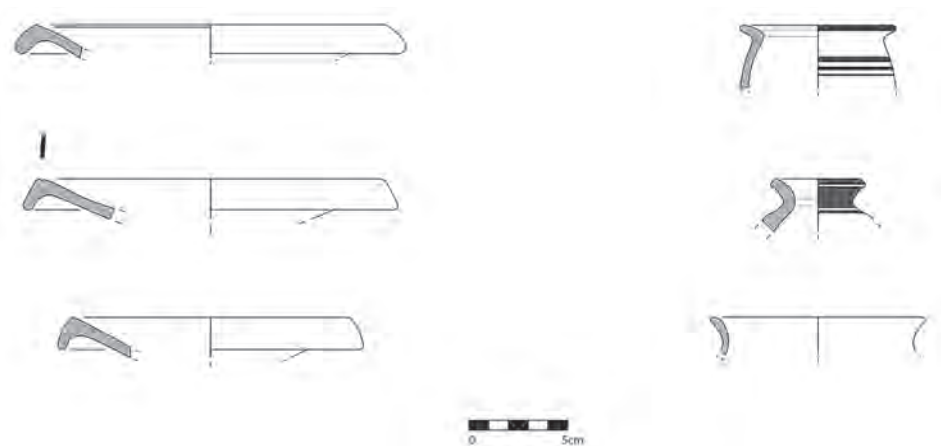


Fig. 11 – Espólio da sepultura 160, possivelmente enquadrável na Subfase IIc.

s.; Saéz Romero, 2014; García Fernández, 2014), dinâmica essa potenciada pela ampla difusão de certas produções de cariz helenístico, entre as quais se destacam no Sudoeste Peninsular as cerâmicas de tipo «Kuass» (Niveau, 2003; Sousa, 2009), que poderiam igualmente estar residualmente representadas no OSM.

Outros elementos do repertório cerâmico, como os pequenos potes globulares e bitruncocónicos ou as urnas bitruncocónicas (Gomes, 2016, p. 113-114, 119-121, 133-135, 136-138, 165-167), poderiam porventura ter perdurado ao longo desta Subfase, ao passo que outros tipos de urnas, nomeadamente as de corpo tendencialmente piriforme e colo alto (*idem*, p. 115, 135-136) poderiam mesmo considerar-se tardias, a julgar pelos seus paralelos, que adentram pelo período Romano Republicano (Belén, 1982).

Também ao nível do repertório metálico caberia destacar a presença de um pequeno conjunto de possíveis fíbulas de esquema La Tène (Gomes, 2016, p. 243) cujas cronologias poderiam perfeitamente enquadrar-se neste horizonte tardio dentro da sequência sidérica da necrópole. Ao nível do armamento, e dada a escassa definição cronológica da maioria das categorias armamentícias representadas no OSM, a questão é menos clara, mas pode ainda assim recordar-se que vários dos exemplares de lanças presentes no OSM, como por exemplo os que se enquadram nas variantes VIB, VIC e IX de F. Quesada (1997), podem considerar-se tendencialmente tardios (cf. Gomes, 2016, p. 283-284).

Assim, e apesar da escassez de indicadores fiáveis para a identificação dos horizontes finais da Idade do Ferro regional, parecem existir suficientes evidências de uma perduração da necrópole do OSM para lá dos meados do século IV a.n.e. Essas evidências são, contudo, reduzidas, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, o que parece evidenciar que o uso da área funerária do OSM durante esta Subfase foi substancialmente menos intensa do que durante a etapa anterior, facto que poderia porventura relacionar-se, como ficou dito acima, com a transferência de parte substancial da atividade funerária para a recém-fundada necrópole de S. Francisco (Faria, 2002, p. 63-64); o OSM parece, não obstante, subsistir até aos alvares da romanização.

2.3. Fases III e IV – O Período Romano (meados do século II a.n.e. a finais do século II/inícios do III a.n.e.)

Embora a análise das fases de utilização de Época Romana do OSM escape aos limites estritos do presente contributo, parece indispensável referenciar, ainda que brevemente, os dados disponíveis respeitantes a estas últimas fases de uso deste conjunto funerário, devendo, contudo, salvaguardar-se que essa informação é muito desigual.

Com efeito, e se os materiais respeitantes à ocupação do período Republicano foram já objeto de uma análise tão sistemática quanto possível (Gomes e

Alves, 2017; cf. tb. Gomes, 2016), a documentação respeitante ao período do Alto Império permanece escassamente estudada (Gomes, 2013; Viegas, 2014), aguardando ainda uma abordagem de conjunto. Os dados contextuais disponíveis para os conjuntos destas fases são, por outro lado, praticamente nulos. Ainda assim, a sua análise permite traçar em linhas muito gerais a evolução da utilização do OSM durante uma parte significativa da Época Romana.

2.3.1. A Fase III (c.150 – 25 a.n.e.)

O período Romano Republicano encontra-se representado no OSM por um conjunto expressivo de materiais, entre os quais se destaca um lote de materiais cerâmicos cujas características datantes os converte na principal evidência da utilização continuada do OSM ao largo desta etapa histórica (Gomes e Alves, 2017).

Entre estes materiais caberia destacar um expressivo conjunto de cerâmicas de verniz negro de tipo itálico, incluindo produções da área de Nápoles/Ischia (*vulgo* Campaniense A) e da área de Cales/Teano (fig. 12), bem como algumas escassas imitações de pasta cinzenta. Funcionalmente, a maioria, se não mesmo a totalidade, destas peças poderia relacionar-se com o consumo de bebidas e alimentos e eventualmente com a prática de libações.

Embora menos expressivos do ponto de vista quantitativo, os contentores anfóricos deste período estão também presentes no OSM, tendo-se documentado um exemplar do tipo Mañá C2a, de produção norte-africana (fig. 12), e um fundo provavelmente pertencente a uma ânfora de tipo Greco-Itálico, produzida na costa tirrénica da Península Itálica.

Estes materiais encontravam-se ainda acompanhados por um interessante conjunto de unguentários piriformes de tipo helenístico, enquadráveis no Grupo B de E. Cuadrado (1977-1978), posteriormente retomado por M. Py (1993), com cronologias claramente republicanas, a que se somam ainda alguns exemplares bulbiformes do Grupo D de M. Py (*idem*), cujas origens remontam ao período tardo-republicano, prolongando-se contudo ao largo do Principado de Augusto e de todo o século I d. C. (fig. 12).

Ainda ao nível do repertório cerâmico, caberia assinalar a presença de uma terracota de estilo helenístico representando uma figura feminina de tipo *kourotrophos*, recentemente estudada (Gomes, 2014), cuja tipologia e iconografia se pode igualmente enquadrar no período Romano Republicano.

Ao nível do espólio metálico (fig. 13), os elementos claramente atribuíveis a esta fase são substancialmente mais escassos, mas pode ainda assim assinalar-se a presença de uma fíbula de tipo Schüle 4h (Schüle, 1969) ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 271-280), tipologia cuja cronologia Republicana foi recentemente demonstrada (Míguez, 2014), e de uma fíbula de tipo «Alésia» (Feugère 1985, Type 21) ou Ponte 41 (Ponte 2006, p. 343-353), especialmente característica da



Fig. 12 – Materiais cerâmicos de Época Romana Republicana (segundo Gomes; Alves, 2017).

segunda metade do século I a.n.e. (Feugère 1985, p. 306), embora perdure já em Época Imperial.

Outro interessante elemento corresponde ao cabo – muito deformado – de um *simpulum* de pega horizontal de Tipo Pescate, pertencente ao Tipo 1.A ou 1.B de M. Castoldi e M. Feugère (1991, p. 64-68). Os *simpula* pertencentes a estes tipos,

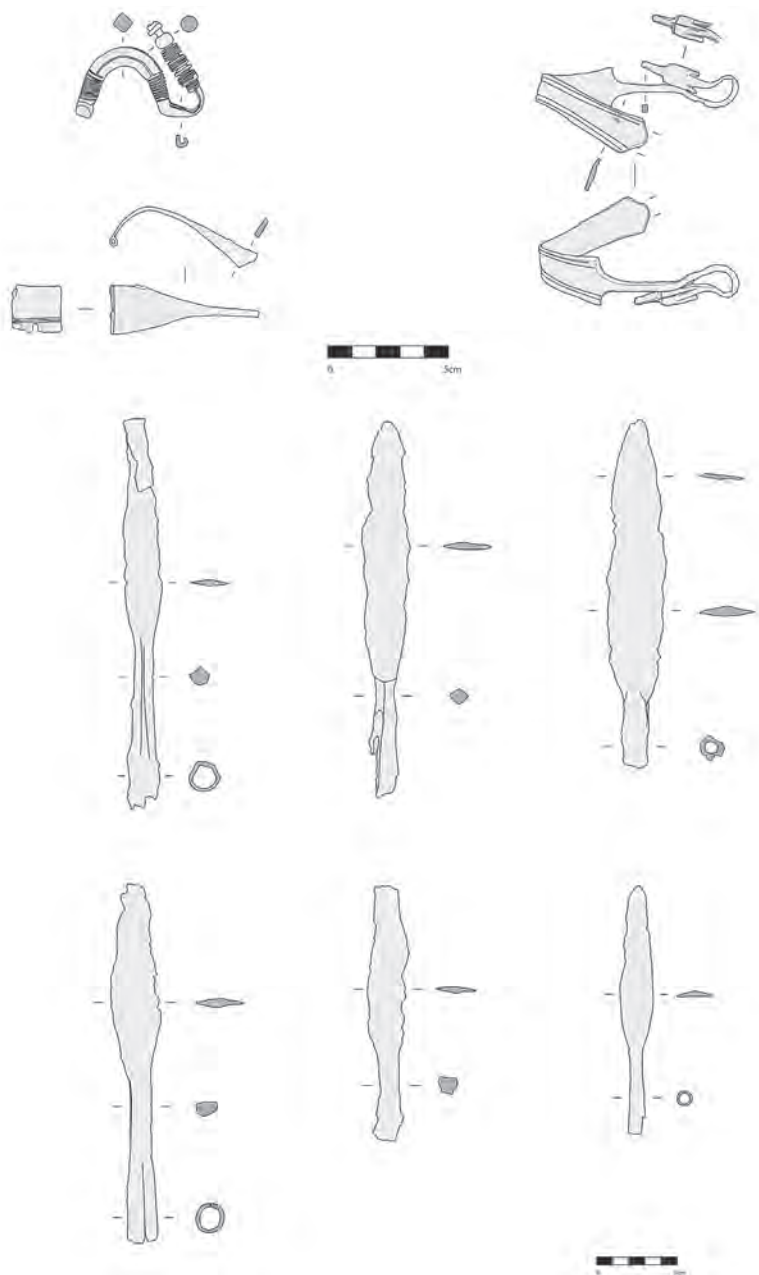


Fig. 13 – Materiais metálicos de Época Romana Republicana.

bem documentados na Península Ibérica em geral (Mansel, 2004, p. 20; Erice Lacabe, 2007, p. 198-199) e no atual território português em particular (Fabião, 1999, p. 175-179), apresentam no geral cronologias centradas no século I a.n.e., especialmente nos seus dois primeiros terços (Castoldi e Feugère, 1991, p. 64-68; Mansel, 2004, p. 20).

Finalmente, e ao nível do armamento, caberia resenhar a presença de um conjunto substancial de lanças planas de folha oval (Gomes, 2016, p. 284-285) não enquadráveis nas variantes definidas por F. Quesada (1997) para as lanças pré-romanas, contando não obstante com paralelos em contextos republicanos do Sudoeste Peninsular (Fabião, 1998; Nuñez Pariente de León e Quesada Sanz, 2000, fig. 9), o que poderia levar a pensar que se enquadram igualmente nesta fase.

Do ponto de vista cronológico, a ponderação das datações atribuíveis a estas várias categorias de materiais permite situar o início do horizonte Republicano do OSM em torno a meados do século II a.n.e., perdurando por outro lado de forma aparentemente contínua até à segunda metade/finais do século I a.n.e. (Gomes e Alves, 2017), entroncando com alguns escassos elementos representativos do Principado de Augusto e com a fase alto-imperial (cf. *infra*).

Esta Fase pode considerar-se pelo menos em parte paralela à Fase V definida para a sequência de ocupação do Castelo de Alcácer do Sal (Silva et al., 1980-1981, p. 211-213), encontrando-se o período Romano Republicano igualmente representado na área escavada em torno ao Convento de Araceli (Paixão, 2001, p. 165-166; Faria, 2002, p. 102), sobre a qual pouco se sabe até ao momento, e na vertente ocidental da colina do Castelo (Sepúlveda et al., 2001).

De acordo com os escassos testemunhos publicados, a necrópole de S. Francisco ter-se-á mantido igualmente em funcionamento ao longo deste período (Faria, 2002, p. 63-64), o qual sem dúvida contribuirá para explicar o uso relativamente difuso do OSM também durante esta etapa.

Do ponto de vista cultural, e para lá da evidente incorporação de Alcácer do Sal e da sua necrópole ocidental na *koiné* romano-republicana, o panorama disponível parece evidenciar uma marcada continuidade com as fases precedentes.

Com efeito, não contamos com quaisquer evidências relativas a uma transformação dos rituais ou das arquiteturas funerárias durante esta Fase, parecendo muito plausível que a cremação com a deposição secundária dos restos cremados em estruturas com escassa entidade arquitetónica tenha perdurado durante este período.

Por outro lado, e de forma significativa, a leitura funcional dos novos elementos que se incorporam no registo funerário desta Fase parecem evidenciar a continuidade de práticas já bem documentadas durante a Idade do Ferro, como a realização de banquetes e libações funerárias ou o uso de perfumes e essências durante os rituais ou como oferendas funerárias (Gomes e Alves, 2017).

Esta situação permite pensar que durante o período Romano Republicano as práticas funerárias da comunidade de Alcácer do Sal foram objeto do que já se designou como «Romanização Material» (Fuentes Dominguez, 1992, p. 589-590), em que os novos elementos de cultura material de origem ou inspiração forânea se viram incorporados em práticas com raízes nitidamente locais.

De facto, e como em tantos outros contextos, o verdadeiro impacto ideológico da dominação romana na esfera funerária só se fará sentir com o advento do Principado de Augusto, coincidindo com a transferência do centro de gravidade da necrópole para a área vizinha da Azinhaga do Senhor dos Mártires (Paixão, 1979, 1981; cf. tb. Pereira, 2013; Viegas, 2014).

2.3.2. A Fase IV (c. 25 a.n.e. – 200/225 n.e.)

Com a inauguração da necrópole da Azinhaga do Senhor dos Mártires, que de acordo com os escassos dados publicados caberia situar nos inícios do período Alto Imperial, a área do OSM parece ter-se convertido numa periferia deste novo espaço funerário.

Ainda assim, a presença de um expressivo conjunto de materiais deste período recolhidos na área da antiga necrópole sidérica, infelizmente ainda não completamente estudado (v. contudo Gomes, 2013; Viegas, 2014) permite pensar que a mesma continuou a albergar novos depósitos funerários durante o Alto Império, facto de resto já assinalado, *en passant*, por V. Correia (1925, p. 155).

Os dados atualmente disponíveis não permitem estabelecer com segurança as balizas cronológicas desta utilização alto-imperial da área do OSM, embora tanto as evidências resultantes do estudo dos vidros (Gomes, 2013) como da *Terra Sigillata* (Viegas, 2014) recolhidos nesta área permitam intuir que essa utilização recobrirá todo o período de uso da necrópole da Azinhaga do Senhor dos Mártires, datada por A. Cavaleiro Paixão entre os inícios do século I e os finais do II ou inícios do III n.e. (Paixão, 1981).

Os vestígios deste período na área urbana da atual Alcácer do Sal são abundantes (Silva et al., 1980-1981, p. 189-209; Faria, 1998, 2002; Sousa et al., 2008; Pereira, 2013), e a resenha dos mesmos não cabe no escopo da presente contribuição, mas caberia recordar que se trata de uma etapa de florescimento da *Imperatoria Salacia*, que terá recebido o *ius Latii vetus* possivelmente já com Augusto (Faria, 2001, p. 76; Alarcão, 2011, p. 328) sendo promovida à dignidade de *municipium* pouco depois (Faria, 2001, p. 76), tendo além disso sido erigida a cabeça de *civitas* no contexto do reordenamento administrativo do Império.

Neste contexto não pode, contudo, deixar de se resenhar a existência de um terceiro conjunto funerário, a necrópole do Bairro do Crespo, a Leste da colina do Castelo, datada já dos inícios do Baixo Império, especificamente ao que parece do século III n.e. (Faria e Ferreira, 1986; Faria, 2002, p. 63).

Resulta tentador relacionar a emergência deste espaço funerário com a retração e eventual abandono da necrópole alto-imperial da área do Senhor dos Mártires, mas infelizmente a informação disponível é muito limitada, sobretudo devido ao mau estado de conservação da necrópole do Bairro do Crespo, pelo que esta hipótese não se pode de momento confirmar.

3. CONCLUSÕES E PERSPETIVAS

O panorama esboçado nas páginas anteriores, ainda que muitas vezes limitado no seu alcance pelas lacunas existentes na documentação disponível, permite hoje afirmar com um grau de segurança considerável que a necrópole do OSM constitui um *unicum* no panorama funerário do Sudoeste Peninsular, na medida em que constitui o único exemplo conhecido de um espaço funerário utilizado de forma aparentemente contínua entre os inícios da Idade do Ferro e a plena Romanidade.

Enquanto tal, e como houve já oportunidade de comentar, a necrópole alcaerense constitui um laboratório privilegiado para o estudo da evolução diacrónica das práticas funerárias, e da forma dinâmica e complexa como essas práticas se moldaram e mobilizaram em contextos geopolíticos em constante mutação.

Com efeito, a inusitada longevidade do OSM converte este conjunto funerário num espelho da própria evolução social e ideológica da comunidade que o gerou, a partir da consolidação da Idade do Ferro regional, fortemente marcada pela presença de elementos culturais exógenos mas, ao mesmo tempo, arraigada a velhas fórmulas de representação do estatuto e do poder, próprias do Bronze Final regional (Gomes, 2016, p. 346).

A necrópole do OSM parece também refletir, durante o século VI a.n.e., a evolução dessa sociedade no sentido de uma relativa isonomia funerária que poderá tão-somente significar uma transferência progressiva dos cenários de encenação do poder e da ordem social do âmbito funerário para o âmbito de espaços e instituições já de corte plenamente urbano, hipótese que caberia no futuro confrontar com os dados exumados no povoado subjacente ao Castelo e à Cidade de Alcácer do Sal (cf. Arruda et al., no prelo).

Devido a um conjunto de vicissitudes inerentes à natureza do registo material estudado, a necrópole do OSM não oferece dados especialmente expressivos para analisar a transição da I para a II Idade do Ferro, embora como vimos permita situá-la de forma aproximada no segundo quartel/ meados do século V a.n.e., pelo menos ao nível das práticas funerárias.

Não obstante, a rica documentação enquadrável já em plena II Idade do Ferro permite caracterizar de forma bastante expressiva a fisionomia das relações geopolíticas de Alcácer do Sal, que de alguma forma se afastam do panorama atualmente conhecido para outras zonas da fachada atlântica peninsular, como o Baixo Tejo (Arruda, 1993; Cardoso, 2004; Sousa, 2014).

Tanto o repertório material como as práticas funerárias e de representação que lhe estão subjacentes evidenciam, com efeito, uma relação privilegiada com as áreas meridionais da Península Ibérica, quer com a Baixa Andaluzia quer com o próprio mundo Ibérico da Alta Andaluzia e do Sudeste Peninsular. A existência de nexos expressivos com esta última área constitui uma especificidade algo sur-

preendente da necrópole alcacerense, que merece ser estudada com maior detalhe no futuro.

As afinidades meridionais e mediterrâneas de Alcácer do Sal durante a segunda metade do I milénio a.n.e. parecem assim plenamente atestadas, refletindo-se também na sua evolução social, que pode considerar-se paralela à verificada na já referida área Ibérica (Almagro Gorbea, 1996). Com efeito, a presença de elementos relacionados com o banquete, de panóplias armamentícias e de elementos relacionados com a condução do cavalo e a prática da equitação parecem evidenciar a presença de elites de corte aristocrático e urbano, que adotam durante esta fase fórmulas de representação assentes na ideologia guerreira e equestre, em sintonia com os seus putativos interlocutores aristocráticos Ibéricos (*idem*; Almagro Gorbea, 2005; cf. tb. Quesada Sanz, 2003).

A evolução deste quadro social durante as fases terminais da Idade do Ferro não pode infelizmente rastrear-se no OSM, onde as evidências atribuíveis à segunda metade do século IV a.n.e. e toda a centúria seguinte são manifestamente ténues. A escassez de dados disponíveis sobre a necrópole de S. Francisco (Faria, 2002), que bem poderá ter constituído a principal necrópole de Alcácer do Sal durante esta etapa, não permite compreender o eventual significado sociopolítico da criação desta nova área funerária, voltada ao interior e ao *hinterland*, nem aferir das transformações ao nível das práticas sociais de representação que possam ter acompanhado essa criação.

Finalmente, e como ficou dito, o OSM oferece ainda alguns dados de interesse para o estudo do processo de integração de Alcácer do Sal e do Baixo Sado na esfera política romana, evidenciando uma inclusão comparativamente precoce de elementos de matriz itálica incorporados no quadro de práticas sociais e funerárias eminentemente locais. Este panorama sugere uma aparente continuidade ideológica que só se romperá de forma definitiva com o advento do Império, cujas fórmulas funerárias também marcam presença no OSM, convertido em periferia da necrópole da Azinhaga do Senhor dos Mártires (Paixão, 1979, 1981).

Naturalmente, e como ficou dito em várias passagens desta síntese, os dados aqui manejados, e os dados disponíveis sobre o OSM em geral (Gomes, 2016), revestem-se de uma natureza incompleta e lacunar, pelo que a proposta de faseamento agora apresentada pode e deve ser refinada no futuro com novos dados referentes quer às outras necrópoles de Alcácer do Sal, quer sobretudo à sequência de ocupação do povoado. A realização de novos trabalhos de campo no OSM, apesar de incerta nos seus possíveis resultados, poderia também contribuir decisivamente para iluminar alguns dos pontos mais obscuros da sequência antes apresentada.

Por outro lado, devo sublinhar que o presente contributo visou unicamente apresentar uma nova ordenação dos dados, sendo ainda possível aprofundar no

futuro a sua leitura social, política e cultural (cf. Gomes, 2016), recorrendo a uma metodologia comparativa abrangente, exercício que sem dúvida contribuirá para um conhecimento mais completo da sequência histórica da Idade do Ferro no Extremo Ocidente Peninsular.

Maio de 2017,
pontualmente revisto em outubro de 2019.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (2011) – Os *Cornelii Bocchi*, Tróia e *Salacia*. In CARDOSO, J. L.; ALMAGRO GORBEA, M., ed. lit. – *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina*. Lisboa: Academia Portuguesa da História; Madrid: Real Academia de la Historia. p. 323-347.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1996) – *Ideología y Poder en Tartessos y el mundo Ibérico*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALMAGRO GORBEA, M. (2005) – *Ideología ecuestre en la Hispania prerromana. Gladius*. Madrid. XXV, p. 151-186.
- ALMAGRO GORBEA, M., dir. (2008) – *La necrópolis de Medellín. I. La excavación y sus hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALMEIDA, F. d'; FERREIRA, O. da V. (1967) – Fechos e placas de cinturão, hallstáticos, encontrados em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 1, p. 81-95.
- ARRUDA, A. M. (1993) – A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada Atlântica peninsular. *Estudos Orientais*. Lisboa. IV, p. 193-214.
- ARRUDA, A. M. (1997) – *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra.
- ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, p. 207-291.
- ARRUDA, A. M.; COVANEIRO, J.; CAVACO, S. (2008) – A Necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. *Xelb. Silves*. 8, p. 117-135.
- ARRUDA, A. M.; FERREIRA, M.; SOUSA, E. de; LOURENÇO, P.; LIMA, J. e CARVALHO, A. R. (no prelo) – *Contributos para o conhecimento da Idade do Ferro de Alcácer do Sal: os dados da Rua do Rato*. Alcácer do Sal: Câmara Municipal de Alcácer do Sal.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T. de; OLIVEIRA, C. F. (2007) – Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim. In LÓPEZ CASTRO, J. L., ed. lit. – *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Madrid: CEFYP. p. 459-482.
- ARRUDA, A. M.; LOPES, M.^a C. (2012) – Dois vasos gregos da necrópole do Cerro Furado (Baleizão, Beja – Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 5, 2, p. 401-415.
- ARRUDA, A. M.; LOURENÇO, P.; LIMA, J. (2015) – Bronzes fenícios en Portugal: a propósito del hallazgo de un jarro piriforme en la necrópolis do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Phoenician Bronzes in the Mediterranean*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 447-456.
- ARTHUR, M.^a de L. C. (1952) – Necrópolis de Alcácer-do-Sal (Colección del Prof. Dr. Francisco Gentil). In *Crónica del II Congreso Arqueológico Nacional*. Zaragoza: Institución «Fernando El Católico». p. 369-380.
- ASTRUC, M. (1952) – *La necrópolis de Villaricos*. Madrid: Ministerio de Educación Nacional.
- AUBET, M.^a E. (1978) – La cerámica a torno de la Cruz del Negro. *Ampurias*. Barcelona. XXXVIII-XL, p. 267-287.

- AUBET, M.^a E. (2011) – La nécropole phénicienne de Tyr Al-Bass: idéologie et société d'après les données archéologiques. *Bulletin d'Archéologie et Architecture Libanaïses*. Beirut. Hors-Série VIII, p. 45-54.
- BARTOLONI, P. (1996) – *La necropoli di Bitia – I*. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche.
- BARTOLONI, P. (2000) – *La necropoli di Monte Sirai – I*. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche.
- BARTOLONI, P. (2012) – I Fenici a Rachgoun. *Sardinia, Corsica et Baleares Antiquae*. Roma. X, p. 67-92.
- BEIRÃO, C. de M. (1986) – *Une civilisation protohistorique du Sud du Portugal (Ier Âge du Fer)*. Paris: Éditions du Boccard.
- BELÉN, M.^a (1982) – Tumbas prerromanas de incineración en la necrópolis de Carmona (Sevilla). In *Homenaje a Conchita Fernández Chicarro*. Sevilla: Museo Municipal de Sevilla. p. 269-281.
- BONSOR, G. E.; THOUVENOT, R. (1928) – *Nécropole ibérique de Setefilla. Lora del Río (Sevilla)*. Fouilles de 1926-1927. Bordeaux; Paris: École des Hautes Études Hispaniques.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura, dos finais do IV milénio a. C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras: Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras.
- CARDOSO, J. L.; ARRUDA, A. M. (2016) – Fautas domésticas e rituais funerários em Alcácer do Sal. In VILAÇA, R.; SERRA, M., ed. lit. – *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades. Alimentação e comensalidade nas sociedades pré e proto-históricas*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. p. 193-218.
- CERDEÑO SERRANO, M.^a L. (1978) – Los broches de cinturón peninsulares de tipo céltico. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 35, p. 279-307.
- CASTOLDI, M. ; FEUGÈRE, M. (1991) – Les simpulums. In FEUGÈRE, M.; ROLLEY, C., ed. lit. – *La vaisselle tardo-républicaine en bronze*. Dijon: Université de Bourgogne. p. 61-88.
- CORREIA, V. (1925a [1972]) – Uma conferência sobre a necrópole de Alcácer do Sal. In *Obras*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Vol. IV, Estudos Arqueológicos. p. 151-168.
- CORREIA, V. (1925b [1972]) – Fechos de cinturão da necrópole de Alcácer do Sal. In *Obras*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Vol. IV, Estudos Arqueológicos. p. 187-195.
- CORREIA, V. (1925c [1972]) – Um amuleto egípcio da necrópole de Alcácer do Sal. In *Obras*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Vol. IV, Estudos Arqueológicos. p. 195-201.
- CORREIA, V. (1928 [1972]) – Escavações realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. In *Obras*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Vol. IV, Estudos Arqueológicos. p. 169-179.
- CORREIA, V. (1930 [1972]) – As fíbulas da Necrópole de Alcácer do Sal. In *Obras*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Vol. IV, Estudos Arqueológicos. p. 181-186.
- CORREIA, V. (1945) – *Conímbriga*. Coimbra: Tipografia Gráfica de Coimbra.
- CORREIA, V. H. (1993) – As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: arquitectura e rituais. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33:3-4, p. 351-370.
- CORREIA, V. H.; BEIRÃO, C. de M. (1995) – A II^a Idade do Ferro no Sul de Portugal: o estado actual dos nossos conhecimentos. In *Congresso Nacional de Arqueologia*, 21, Teruel, 1991. Actas. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico». p. 915-930.
- CUADRADO, E. (1977-1978) – Ungüentarios cerámicos en el mundo ibérico. Aportación cronológica. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 50-51, p. 389-400.
- ERICE LACABE, R. (2007) – La vajilla de bronce en Hispania. *Sautuola*. Santander. XIII, p. 197-215.
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo indígena e a sua romanização na área céltica do actual território português*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- FABIÃO, C. (1999) – A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:1, p. 163-198.
- FABIÃO, C. (2011) – *História da arqueologia em Portugal*. Lisboa: CTT.

- FARIA, A. M. de (2001) – *Oppida veteris Latii Eborae, quod item Liberalitas Iulia, et Myrtilis ac Salacia* (Plin. Nat. 4.117). *Vipasca*. Aljustrel. 10, p. 71-82.
- FARIA, J. C. (1998) – Algumas notas acerca do provável fórum de *Salacia Imperatoria* (Alcácer do Sal). *Conimbriga*. Coimbra. 37, p. 185-199.
- FARIA, J. C. (2002) – *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*. Lisboa: Colibri.
- FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (1986) – Estações inéditas da época romana do concelho de Alcácer do Sal - breve notícia. *Conimbriga*. Coimbra. 25, p. 41-51.
- FERNÁNDEZ-GOMEZ, J.; COSTA MAS, B. (2004) – Mundo funerario y sociedad en la Eivissa arcaica: una aproximación al análisis de los enterramientos de cremación en la necrópolis del Puig des Molins. In GONZÁLEZ PRATS, A., ed. lit. – *El mundo funerario. Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*, 3, Alicante, 2004. Actas. Alicante: Universidad de Alicante. p. 315-407.
- FEUGÈRE, M. (1985) – *Les fibules en Gaule Méridionale de la conquête à la fin du Ve s. ap. J.-C.* Paris: CNRS.
- FRANKENSTEIN, S. (1997) – *Arqueología del colonialismo. El impacto fenicio y griego en el sur de la Península Ibérica y el suroeste de Alemania*. Barcelona: Editorial Crítica.
- FUENTES DOMÍNGUEZ, Á. (1992) – Las necrópolis ibéricas y su transformación ante la romanización. In BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; ANTONA DEL VAL, V., ed. lit. – *Congreso de Arqueología Ibérica: Las necrópolis*, 1, Madrid, 1991. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. p. 587-606.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2014) – El peso de la tradición: imitación y adaptación de formas helenísticas en la cerámica común turdetana (siglos V-I a. C.). In GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E., ed. lit. – *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad* (s. VI a. C. – VI d. C.). Barcelona: Universitat de Barcelona. p. 205-238.
- GARCÍA TEYSSANDIER, E.; MARZOLI, D. (2013) – Phönizische Gräber in Ayamonte (Huelva, Spanien): ein Vorbericht. *Madrid Mitteilungen*. Madrid. 54, p. 89-158.
- GARRIDO ROIZ, J. P. (1970) – *Excavaciones en la necrópolis de «La Joya», Huelva (1.ª y 2.ª Campañas)*. Madrid: Ministerio de Educación.
- GARRIDO ROIZ, J. P.; ORTA GARCÍA, E. M.^a (1978) – *Excavaciones en la Necrópolis de «La Joya», Huelva II (3.ª, 4.ª y 5.ª Campañas)*. Madrid: Ministerio de Educación.
- GOMES, E. (2008) – *Os ex-votos proto-históricos do Castelo de Alcácer do Sal*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- GOMES, F. B. (2013) – Vidros romanos das necrópoles de Alcácer do Sal depositados no Museu Nacional de Arqueologia. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., ed. lit. – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 813-820.
- GOMES, F. B. (2014) – Uma terracota de estilo helenístico da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal): breves notas. *Conimbriga*. Coimbra. 53, p. 81-97.
- GOMES, F. B. (2015a) – The Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal) in the context of the Iron Age funerary practices of the Southwestern Iberian Peninsula. In ROCHA, L.; BUENO, P.; BRANCO, G., ed. lit. – *Death as Archaeology of Transition: Thoughts and Materials*. Oxford: Archaeopress. p. 327-341.
- GOMES, F. B. (2015b) – As «oil bottles» de tipo fenício no território português e o consumo de substâncias aromáticas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 5: 3, p. 289-310.
- GOMES, F. B. (2016) – *Contactos culturais e discursos identitários na Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- GOMES, F. B. (2017a) – Fusayolas de la necrópolis de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal): tipologia, función y simbolismo. *Saguntum*. Valencia. 49, p. 43-59.
- GOMES, F. B. (2017b) – Un conjunto de cerâmicas áticas inéditas de la necrópolis de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). *Onoba*. Huelva. 5, p. 45-58.

- GOMES, F. B.; ALVES, C. (2017) – The final phases of the Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal): the Roman Republican material. *SPAL*. Sevilla. 26, p. 87-111.
- GUIRGUIS, M. (2011) – *Necropoli fenicia e punica di Monte Sirai. Indagini archeologiche 2005-2007*. Sassari: Ortacesus.
- HARDEN, D. (1937) – The pottery from the precinct of Tanit at Salamambo, Carthage. *Iraq*. Cambridge. IV:1, p. 59-89.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2002) – *La toréutica orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2008b) – Grapas y charnelas de *diphroi*. In ALMAGRO-GORBEA, M., dir. – *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 542-552.
- LORRIO, A. (2008a) – Puntas de lanza. In ALMAGRO-GORBEA, Martín, dir. – *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 563-565.
- LORRIO, A. (2008b) – Cerámica gris. In ALMAGRO-GORBEA, Martín, dir. – *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 673-723.
- MAASS-LINDEMANN, G. (1995) – La necrópolis de Jardín (Vélez – Málaga. Málaga). Los materiales. *Cuadernos de Arqueología Mediterránea*. Barcelona. 1, p. 121-188.
- MANSER, K. (2004) – Vajilla de bronze en la Hispania republicana. In OLMOS, R.; ROUILLARD, P., ed. lit. – *La vajilla ibérica en Época Helenística (siglos IV-III al cambio de era)*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 19-30.
- MATALOTO, R. (2004) – *Um «monte» da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no I milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa: IPA.
- MATALOTO, R. (2008) – O Pós-Orientalizante que nunca o foi... Uma comunidade camponesa na Herdade da Sapatoa (Redondo, Alentejo Central). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 219-249.
- MAYET, E.; SILVA, C. T. da (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul. Portugal*. Paris: Diffusion du Bocard.
- MAYET, E.; SILVA, C. T. da (2001) – O Santuário de Abul B, uma presença púnica no Baixo Sado? In *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 173-195.
- MIGUEZ, J. (2013) – As fíbulas do tipo Schüle 4h no Sudoeste da Península Ibérica. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE, M.; GARCÍA CABEZAS, M., ed. lit. – *Encuentro de Arqueología del Suroeste*, 6, Vilafranca de los Barros, 2012. Vilafranca de los Barros: Ayuntamiento de Vilafranca de los Barros. p. 1303-1326.
- NICOLINI, G. (1969) – *Les bronzes figurés des sanctuaires ibériques*. Paris: P.U.F.
- NIVEAU, A. M.^a (2003) – *Las cerámicas gaditanas barnizadas de «tipo Kuass»*. Tipología, producción y distribución. Madrid: Real Academia de la Historia.
- NUÑEZ PARIENTE DE LEÓN, E.; QUESADA SÁNZ, F. (2000) – Una sepultura con armas de Baja Época Ibérica (o de época romana republicana) en la necrópolis del «Cerro de las Balas» (Écija, Sevilla). *Gladius*. Madrid. 20, p. 191-220.
- PAIXÃO, A. C. (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. Novos elementos para o seu estudo*. Tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- PAIXÃO, A. C. (1979) – Necrópole da Azinhaga do Senhor dos Mártires. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 2, p. 76-79.
- PAIXÃO, A. C. (1981) – Intervenção de emergência na necrópole romana da Azinhaga do Senhor dos Mártires – Alcácer do Sal – Distrito de Setúbal. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 4, p. 165-169.
- PAIXÃO, A. C. (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 1, p. 273-286.
- PAIXÃO, A. C. (2001) – Alcácer do Sal proto-histórica no contexto mediterrânico. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 149-172.

- PAIXÃO, A. C. (2014) – A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). Novos elementos para o seu estudo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 429-460.
- PERDIGONES, L.; MUÑOZ, A.; PISANO, G. (1990) – *La necrópolis fenicio-púnica de Cádiz*. Roma: Università degli Studi di Roma.
- PEREIRA, C. (2013) – Lucernas romanas de Alcácer do Sal: entre a prática e o sagrado. *Al-Madan*. Almada. II Série, 17:2, p. 13-28.
- PEREIRA, M. H. da R. (1962) – *Greek Vases in Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- PONTE, S. da (1985a) – Algumas fíbulas de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4: 3, p. 137-154.
- PONTE, S. da (2006) – *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Coimbra: Caleidoscópio.
- PRADOS TORREIRA, L. (1992) – *Exvotos Ibéricos de bronce del Museo Arqueológico Nacional*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- PY, M. (1993) – Unguentariums. In PY, M., dir. – *Dicocer. Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. av. n. è.-VIIe s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes: Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental. p. 581-584.
- QUESADA SANZ, F. (1997) – *El armamento ibérico: estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la cultura ibérica (siglos VI-I a. C.)*. Montagnac: Éditions Monique Mergoill.
- QUESADA SANZ, F. (2003) – El caballo en la antigua Iberia. In QUESADA SANZ, F.; ZAMORA MERCHÁN, M., ed. lit. – *El Caballo en la Antigua Iberia. Estudios sobre los équidos en la Edad del Hierro*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 9-20.
- ROUILLARD, P. ; PAIXÃO, A. C.; VILLANUEVA-PUIG, M.-C.; DURAND, J.-L. (1988-1989) – Les vases grecques d'Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4, 6-7, p. 43-108.
- RUFETE TOMICO, P. (1988-1989) – Las cerámicas con engobe rojo de Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva. X-XI, p.11-40.
- RUIZ MATA, D.; PÉREZ PÉREZ, C. (1995) – *El Poblado Fenicio del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz)*. Puerto de Santa María: Ayuntamiento del Puerto de Santa María.
- SAÉZ ROMERO, A. (2014) – Imitaciones en las vajillas de mesa en la Bahía de Cádiz desde la transición tardoarcaica hasta la época tardopúnica. Actualización de los datos y nuevas propuestas. In GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E., ed. lit. – *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad (s. VI a. C. – VI d. C.)*. Barcelona: Universitat de Barcelona. p. 79-118.
- SCHÜLE, W. (1969) – *Die Meseta-kulturen der Iberischen Halbinsel: Mediterrane und Eurasische Elemente in früh- und mittelalterlichen Kulturen Südwesteuropas*. Berlin: Walter de Gruyter.
- SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, É. M. de; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2001) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 2: 'cerâmicas de verniz negro' e cinzentas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4, 19, p. 199-234.
- SILVA, A. C. F. da; GOMES, M. V. (1992) – *Proto-história de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- SILVA, C. T. da (2005) – A presença fenícia e o processo de orientalização nos estuários do Tejo e do Sado. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; CELESTINO PÉREZ, S., ed. lit. – *El Período Orientalizante: Simpósio Internacional de Arqueología de Mérida, Protohistoria del Mediterráneo Occidental*, 3, Mérida, 2005: Actas. Madrid: CSIC. p. 749-766.
- SILVA, C. T. da; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de M.; DIAS, L. F. e COELHO-SOARES, A. (1980-1981) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p. 149-218.
- SILVA, C. T. da; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A.; DUARTE, S.; GODINHO, R. (2014) – Preexistências de Setúbal. 2.^a campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, n.º 10-12. Da Idade do Ferro ao Período Medieval. *Musa*. Setúbal. 4, p. 161-214.
- SILVA, J. P. N. da (1875) – Uma necrópolis romana em Portugal. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. Lisboa. S.I, 6, p. 91.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. da (1986) – Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas

na Travessa dos Apóstolos. In *Actas do Encontro de Arqueologia Urbana*, 1, Setúbal, 1985. Lisboa: IPPC. p. 87-101.

SOUSA, E. de (2009) – *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve: os casos de Castro Marim e de Faro*. Lisboa: UNIARQ.

SOUSA, E. de (2014) – *A ocupação Pré-Romana da foz do estuário do Tejo*. Lisboa: UNIARQ.

SOUSA, É. M. de; SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2008) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 6: conclusões. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:1, p. 149-161.

TORRES ORTIZ, M. (1999) – *Sociedad y Mundo Funerário en Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia.

TORRES ORTIZ, M. (2002) – *Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia.

TORRES ORTIZ, M. (2008) – Urnas de Tipo Cruz del Negro. In ALMAGRO-GORBEA, M., dir. – *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los Hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 631-654.

TORRES ORTIZ, M.; MEDEROS MARTÍN, A. (2010) – Un nuevo análisis de la necrópolis 'fenicia' de Rachgoun (Argelia). In FERJAOUI, A., coord. – *Carthage et les autochtones de son empire au temps de Zama. Hommage à Mhamed Hassin Fantar*. Tunis: Institut National du Patrimoine. p. 359-378.

VEIGA, S. P. M. E. (1891 [2005]) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Faro: Universidade do Algarve. Vol. 4.

VIEGAS, C. (2014) – Terra sigillata imports in Salacia (Alcácer do Sal, Portugal). In *Rei Cretariae Romanae Fautorum, Acta 43*. Bonn: *Rei Cretariae Romanae Fautorum*. p. 755-764.

VUILLEMOT, G. (1955) – La nécropole punique du phare dans l'île de Rachgoun (Oran). *Lybica, Série Archéologie-Épigraphie*. Argel. 3:1, p. 6-76.

Um unguentário de alabastro na Azougada (Moura, Portugal)

An alabaster vase in Azougada (Moura, Portugal)

ANA SOFIA ANTUNES*

Ao meu pai, que era esquisito com perfumes. Com saudade.

RESUMO

Nas escavações arqueológicas realizadas na década de 40 do século XX na Azougada (Moura, Portugal), sítio ocupado essencialmente entre o século V a. C. e o primeiro quartel da centúria seguinte, foi recolhido um unguentário de alabastro, peça de prestígio vinculada a contextos votivos ou culturais e áulicos (tal como o seu presumível conteúdo – substâncias aromáticas), que se integrará no tesouro sacro-aristocrático do sítio, representando *archaika*.

Esta evidência, a par do conjunto de elementos de prestígio e sagrados da Azougada, com destaque para o *smiting god*, revela a presença de uma elite de contornos aristocráticos, que porventura baseava simbolicamente o seu poder na religião e na antiguidade da linhagem (real ou ficcionada), recorrendo à divinização ou à mitificação de um antepassado e confirma a importância que o sítio assumiu no território que geria.

Palavras-chave: Azougada – Alabastro – *Archaika* – *Keimelia* – Idade do Ferro

ABSTRACT

An alabaster vase was collected in the archaeological excavations carried out in the 40's of the 20th century in Azougada (Moura, Portugal), a site occupied mostly in the fifth century BC and in the first quarter of the next century. This was a prestige object linked to votive or cultic and palatine contexts (such as its presumed content – aromatic substances) and was a part of the sacred-aristocratic treasure of the site, representing *archaika*.

* Mestre em Pré-História e Arqueologia. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

This evidence, along with the prestige and sacred elements of the Azougada, especially the smiting god, reveals the presence of an elite of aristocratic contours, which perhaps symbolically based its power on religion and antiquity of the lineage (real or fiction), using the divinization or the mythification of an ancestor and confirms the importance that the site took on the territory that was under its control.

Keywords: Azougada – Alabaster – *Archaika* – *Keimelia* – Iron Age

1. INTRODUÇÃO¹

A Azougada localiza-se no Baixo Alentejo, no concelho de Moura. Implanta-se numa pequena elevação à beira da margem esquerda do Ardila, um importante afluente do rio Guadiana, próximo da foz e tem pouco mais de um hectare de dimensão (fig. 1). O início da sua ocupação poderá ainda recuar à segunda metade do século VI, mas centra-se essencialmente em 400 e prolonga-se até ao primeiro quartel do século IV (Antunes, 2008; 2009a; 2009b).

As escavações arqueológicas realizadas entre 1941-1948 e 1952-1953 na Azougada conheceram determinadas vicissitudes, explanadas com pormenor em trabalhos já publicados (Antunes, 2009a; 2018), que provocaram, por um lado, a perda de informação sobre parte significativa da sua arquitetura, desmontada sem registo e, por outro, a desconexão entre a cultura material e os respetivos contextos, num sítio em que a excelente conservação dos artefactos, com muitas peças inteiras, conduz a pressupor um bom nível de preservação estratigráfica e contextual.

Partindo do unguentário de alabastro inédito da Azougada, sistematizam-se os testemunhos peninsulares que partilham da morfologia ou da matéria-prima e efetua-se uma análise do significado da sua presença no sítio e no território em que este se insere, refletindo-se acerca do papel que aquele assumiu e da sociedade sidérica do interior do Alentejo. Revisitam-se ainda algumas peças cerâmicas já publicadas (Antunes, 2009a), que poderão ter estado associadas ao unguentário de alabastro, tendo-se obtido para algumas, adicionalmente, mais dados em documentação de arquivo entretanto tratada e disponibilizada pelo Museu Nacional de Arqueologia.

¹ Todas as referências cronológicas mencionadas neste trabalho reportam-se a momentos a. C., dispensando-se repetir exaustivamente essa indicação ao longo do texto.

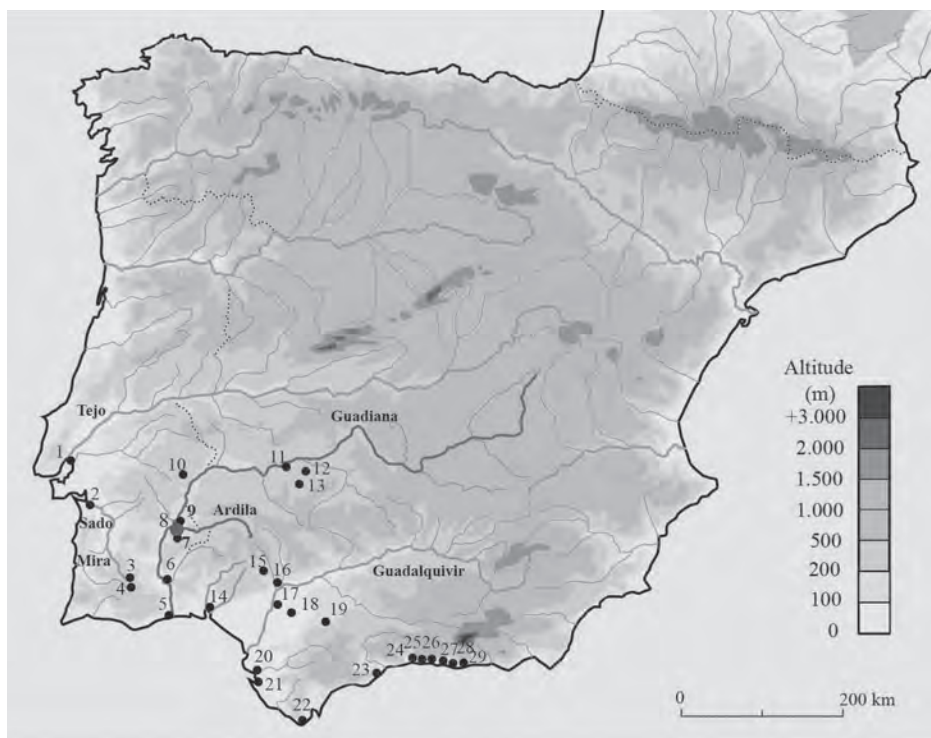


Fig. 1 – Mapa da Península Ibérica com localização dos sítios mais relevantes referidos no texto. 1. Almaraz. 2. Abul. 3. Neves-Corvo. 4. Fernão Vaz. 5. Castro Marim. 6. Mértola. 7. Cabeço Redondo. 8. Azougada. 9. Castro dos Ratinhos. 10. Espinhaço de Cão. 11. Medellín. 12. La Mata. 13. Cancho Roano. 14. Huelva. 15. Cerro Macareno. 16. Seteffilla. 17. Sevilha. 18. El Carambolo. 19. Montemolin. 20. Castillo de Doña Blanca / Las Cumbres. 21. Gadir. 22. Cerro del Prado. 23. Cerro del Villar. 24. Jardín. 25. Toscanos. 26. Trayamar. 27. Morro de Mezquitilla. 28. Lagos. 29. Almuñécar.

Embora não se tenha realizado uma análise petrográfica da matéria-prima a partir da qual a peça é elaborada e reconhecendo-se que a designação mais adequada seria recipiente de pedra, adota-se a nomenclatura que fez eco tradicionalmente na bibliografia – alabastro – por uma questão prática de enquadramento na investigação.

Com o objetivo de alcançar uma visão abrangente deste tipo de recipientes e da influência do significado da sua utilização nas sociedades autóctones, incluem-se as peças que, realizadas em cerâmica, mimetizam a sua morfologia e que têm sido consideradas contentores de unguentos ou substâncias aromáticas ou de outros produtos (como vinho) e que têm recebido denominações baseadas, por metonímia, na matéria-prima dos unguentários de alabastro – *alabastron*. Embora alguns autores tenham proposto utilizar aquela designação apenas para as peças de alabastro, preconizando o termo (espanhol) *alabastrinos* para um conjunto (ainda assim algo diversificado) de contentores cerâmicos (Gómez Peña, 2013, p. 901), preferiu-se manter a designação tradicional constante na biblio-



Fig. 2 – Fotografia de Manuel Heleno da Azougada, tirada desde a margem direita do Ardila, observando-se o barranco da Azougada (a sul) e o desenvolvimento dos trabalhos no topo do cabeço, numa das campanhas de escavação entre 1944 e 1947, anos nos quais sabemos que o diretor do Museu Etnológico se deslocou ao sítio (APMH/2/11/12-25/57).

grafia por remeter diretamente para a morfologia global que inspirou as produções cerâmicas.

A investigação dedicada à presença fenícia no litoral andaluz assumiu a designação de «vaso» para um conjunto diversificado de recipientes de alabastro, que oscilam morfologicamente entre a ânfora e o unguentário. Considerando que os recipientes de alabastro semelhantes ao da Azougada tendencialmente são associados à contenção de unguentos ou substâncias perfumadas e apesar de se desconhecer o conteúdo concreto da peça em análise, optou-se pela designação de unguentário, reconhecendo-se, todavia, que o termo pode

ser limitador, por não contemplar eventualmente a totalidade de produtos que estas peças podiam conter.

O estudo do unguentário de alabastro da Azougada assume grande relevância, uma vez que até à data apenas se conheciam dois exemplares no interior peninsular, na esfera da designada *periferia tartéssica* – o de Cancho Roano e o do Castillo del Guadajira. Estas peças surgem em sítios ocupados em Época Pós-Orientalizante, concretamente no século V no caso dos dois primeiros, cronologia avançada em relação à usualmente atribuída aos contextos dos recipientes de alabastro no litoral andaluz, centrada sobretudo no século VII pelo que estes dados requerem uma problematização.

2. O UNGUENTÁRIO DE ALABASTRO DA AZOUGADA

2.1. A peça

A análise macroscópica efetuada ao unguentário pétreo da Azougada sugere que é realizado na matéria-prima que é vulgarmente designada de alabastro. A peça, de cor creme, com veios brancos, encontra-se fragmentada e incompleta, sendo inexistentes elementos que permitam reconstituir o colo e o bordo (fig. 3, n.º 1 e fig. 4). Entre os fragmentos existentes, em número de oito, poucos suscitam colagens, habilitando, não obstante, a formação de parte de três segmentos do corpo (entre o início do colo, marcado por uma carena suave e o início do fundo, arredondado) que, todavia, não colam entre si.

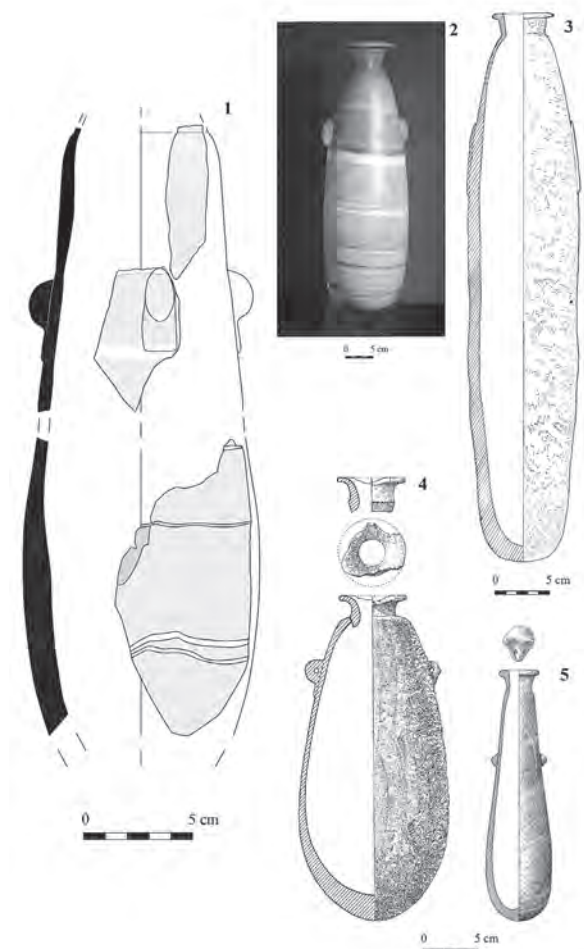


Fig. 3 – Unguentários de alabastro. 1. Azougada. 2. Sepultura 19A de Laurita (Martin Ruiz, 1995, fig. 175). 3. Cancho Roano (Maluquer de Motes et al., 1986, p. 229). 4. Sepultura 17 de La Joya (Garrido Roiz, 1970, fig. 68, n.º 2). 5. Sepultura 9 de La Joya (Garrido Roiz e Orta Garcia, 1978, fig. 35, n.º 3).



Fig. 4 – Unguentário de alabastro da Azougada. Fotografia da autora.

Esta circunstância obriga a efetuar uma proposta de altura para a peça, sempre cautelosa e sem cariz definitivo, com base nos paralelos existentes e na distância presumível entre fragmentos, partindo da sua orientação, auxiliada pela localização dos veios brancos que caracterizam a matéria-prima. Encontram-se presentes as duas pegas, provavelmente por serem os elementos mais robustos da peça e intui-se que a ausência dos fragmentos que permitiriam uma reconstituição (mais) completa do unguentário da Azougada se relacione possivelmente com uma recolha deficiente no terreno, quando da intervenção arqueológica, atendendo à forma expedita que ditou o desenvolvimento dos trabalhos.

Trata-se de uma peça com perfil ovoide alongado, com tendência para o alargamento do fundo, com 10,8 cm de diâmetro na parte mais larga do corpo e 6 cm de diâmetro na transição do corpo para o colo, marcada por um suave sulco. Tem uma altura preservada em torno aos 28 cm, mas poderá ser superior.

O unguentário da Azougada insere-se no tipo D de Martín Ruiz (1995, p. 170, fig. 171). Do ponto de vista morfológico, é particularmente semelhante à peça que foi utilizada como urna cinerária na sepultura 19A da necrópole de Laurita (tipo 6D), em Almuñecar, que se enquadrará no século VII, embora a peça seja mais antiga, tendo presumivelmente sido produzida entre 850 e 773, com base nos reinados que figuram nas inscrições de outros vasos da necrópole. É elaborada em alabastro creme, com veios brancos, de perfil ovoide e base alargada e ostenta duas pegas verticais sem orifício encastradas na metade inferior por um apêndice quadrangular em alto-relevo. A peça de Laurita tem 50 cm de altura e apresenta o colo em formato tronco-cónico invertido e o bordo horizontal e reto (Pellicer Catalán, 1963; 2007, p. 25-26, 49, 71, 121 e 144) – fig. 3, n.º 2.

O unguentário da Azougada é ainda semelhante ao exemplar piriforme com pega sem perfuração da sepultura 17 de La Joya, em Huelva, que tem 23 cm de altura e foi utilizado como oferenda (Garrido Roíz, 1970, p. 49, fig. 35, n.º 3 – fig. 3, n.º 4). A sepultura foi encastrada na segunda metade do século VIII (Torres Ortiz, 1999, p. 63) ou no século VII (Torres Ortiz, 2002, p. 208 e 362) e pertencia a um elemento muito destacado da sociedade, atendendo ao importante espólio que a integrava, abordado *infra*.

Um paralelo importante para a peça da Azougada, pela morfologia, pelo encastramento no interior da Península Ibérica num mesmo horizonte cultural e pela similitude genérica da cultura material entre os dois sítios, é o unguentário de alabastro de Cancho Roano (fig. 3, n.º 3), cujos fragmentos se distribuíam por estratos distintos, localizados a cotas diversificadas, nos compartimentos E-4, E-5 e E-6, contíguos ao edifício principal e na parede que separa E-5 de E-2, dentro da designada trincheira de violação (Maluquer de Motes, 1983, p. 112-113; Maluquer de Motes et al., 1986, p. 228-230).

Os autores referem que parte da zona do bordo (recolhida em E-4) se encontra muito afetada pela ação do fogo, o que é relacionado inicialmente com a incineração do seu conteúdo (óleo ou unguento perfumado) quando atirado para um altar ou para uma fogueira (Maluquer de Motes, 1983, p. 113) e, posteriormente, após o restauro completo da peça, com o incêndio que terá selado intencionalmente o edifício, justificando-se a fratura do restante recipiente em centenas de fragmentos com o ato voluntário de o destruir (Maluquer de Motes et al., 1986, p. 228). Considera-se, todavia, mais provável que a fragmentação do unguentário e a sua distribuição por depósitos sedimentares distintos resulte do colapso do edifício.

Ainda enquanto urnas cinerárias, recipientes de alabastro com uma morfologia genérica idêntica à do exemplar da Azougada e, nomeadamente, integrados nos tipos D de Martín Ruiz (1995, p. 170, fig. 171) e 6 de Pellicer Catalán (2007, p. 144), foram identificados na sepultura 3 de Trayamar e nas necrópoles do Cerro del Mar e de Jardín (fig. 20, n.º 14). Enquanto oferendas com conteúdos que, não obstante a inexistência de análises, se presumem luxuosos, peças deste tipo foram recolhidas nas sepulturas 9 (fig. 3, n.º 5) e 17 da necrópole de La Joya (Garrido Roíz, 1970, p. 49, fig. 3; Garrido Roíz e Orta García, 1978, p. 111, fig. 68; Pellicer Catalán, 2007, p. 50), entre outros exemplos.

Refira-se ainda que, no Próximo Oriente, o tipo 6 de Pellicer Catalán surge nos palácios de Asumasirpal II e de Asarhaddon, encontrando-se também com frequência no Egito em sepulturas da xxv dinastia. No Egeu e no Mediterrâneo encontram-se recipientes de alabastro e de cerâmica inspirados no tipo referido como oferendas funerárias em necrópoles dos séculos vi e v (Pellicer Catalán, 2007, p. 50).

2.2. O contexto

O unguentário de alabastro da Azougada foi recolhido na designada 3.ª campanha de trabalhos, que decorreu entre 17 de abril e 21 de maio de 1946, de acordo com as informações do caderno de campo elaborado por Manuel Pedro Madeira, ajudante de preparador de museu do então Museu Etnológico, enviado por Manuel Heleno para realizar a escavação, na qual José Fragoso de Lima não participou nesse ano, de acordo com informações constantes nas notas da visita de Manuel Heleno à Azougada, em 31 de outubro de 1946 (fl. 1).

Efetivamente, no dia 6 de maio, Manuel Pedro Madeira regista que «apareceram à mesma altura [75 cm] pedaços de um vasilho de pedra» (1946a, fl. 5) e, no dia 10, assinala «mais um pedaço do vasilho de pedra. Encontrado a 5 metros de distância dos primeiros» (fl. 7).

Não é fácil determinar o contexto original da peça, porque as indicações do caderno de campo são dúbias. Manuel Pedro Madeira inicia os trabalhos no dia 17 de abril «princiando [...] por desentulhar as valas que foram aterradas o ano passado» (fl. 1), mantendo-se na «continuação do desaterro até ao ½ dia» do dia seguinte (fl. 1).

No dia 19 adota uma nova estratégia: «Continuação da escavação – mandei abrir vala mais ao NE, fazendo ligação com a do ano passado a rodear assim o castro» (fl. 2). Depois de vários dias a descrever apenas alguns materiais que foram aparecendo (assinalando a sua profundidade), no dia 29 indica que se dedicou à «continuação dos trabalhos ao longo dos muros das construções do castro» (fl. 4v), presumindo-se que, não tendo sido referida a mudança para outra área de trabalho, entretanto teriam surgido estas estruturas na *vala mais*

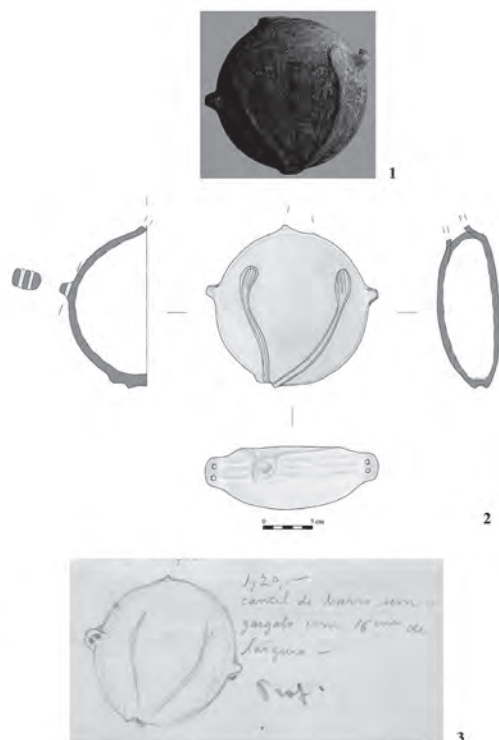


Fig. 5 – Cantil de engobe vermelho com braços e mãos.
1. Fotografia (MatrizNet). 2. Desenho (da autora). 3. Excerto do caderno de campo de Manuel Pedro Madeira (1946a, fl. 6).



Fig. 6 – Planta geral da Azougada em 1946 (Heleno, 1946, fl. 3, modificado).

ao NE, estranhando-se, todavia, a ausência de menção às mesmas. No dia seguinte mantém-se a «continuação dos trabalhos ao longo da construção» (fl. 4v). No dia 3 de maio «chegou-se ao fundo do pavimento [...] calcetado com pedra solta» (fl. 4v).

No entanto, no dia 6 de maio, no qual surgiram os primeiros fragmentos do unguentário de alabastro, refere que procede à «continuação dos trabalhos de desaterro» (fl. 5), que perduram no dia seguinte. No dia 8, entre as peças elencadas consta a indicação «1,20 m. Cantil sem gargalo com 16 cm de largura» (fl. 6) – fig. 5.3. Esta informação é importante para situar o unguentário de alabastro, nomeadamente quando combinada com as plantas esquemáticas desenhadas nos cadernos de campo, que ilustram a área escavada (Madeira, 1946a, fl. 10v; Heleno, 1946, fl. 3).

Nesta documentação efetua-se inequivocamente a localização do cantil de engobe vermelho (Antunes, 2009a, p. 129, n.º 41 e p. 133; Gomes, 2001, p. 110-G), encontrado já então fraturado no bordo, entre dois muros de orientação N-S, que definiriam um compartimento. Para Este desenvolvem-se mais dois compartimentos, um dos quais tinha um piso constituído por calçada, que corresponde ao descrito no dia 3 de maio (fig. 6 – B e C; fig. 7). Deduz-se, portanto, que os trabalhos de «desaterro» mencionados a partir de dia 6 de maio se traduzem num alargamento da área escavada para Oeste do compartimento calcetado, no âmbito da *vala mais ao NE* e não na reabertura de áreas escavadas no ano anterior. Intui-se ainda que por desaterro deveria Manuel Pedro Madeira efetiva e literalmente referir-se a remoção de aterro, ideia pré-concebida

que teria da constituição dos sedimentos até alcançar muros, que revela mais da forma como os trabalhos foram realizados do que da verdadeira natureza da estratigrafia.

É possível localizar estas construções atualmente no sítio porque Manuel Pedro Madeira deixou ficar uma oliveira (fig. 8 e 9), que se mantém até aos dias de hoje (fig. 10 e 11). No final da campanha, desenha uma planta esquemática e regista:

«1 – Fundo de cabana. Ao lado ponto X apareceram sementes queimadas e contas de barro. O (o) é uma oliveira que deixei ficar.

2 – Aparecem entre estes muros e ao lado loiça e ferro. Cantil.

3 – O fundo é calçetado. Apareceu nele as contas de chumbo rentes ao chão, o colar de chumbo e a pulseira do mesmo metal, etc.» (Madeira, 1946a, fl. 10) – fig. 7.

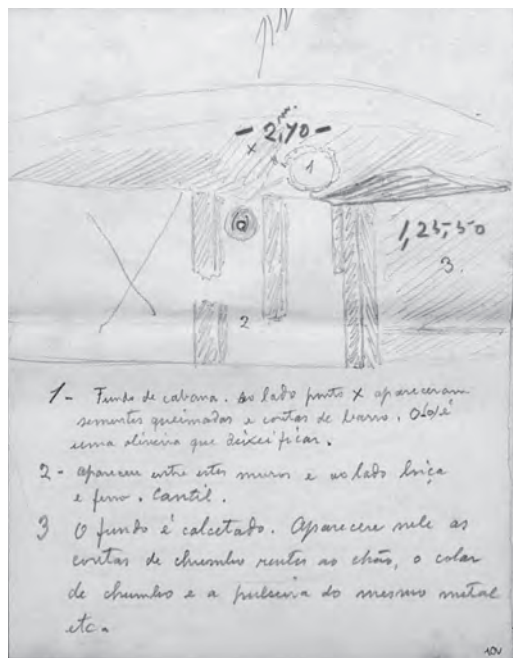


Fig. 7 – Planta esquemática das estruturas a norte (Madeira, 1946a, fl. 10v).

A estrutura de planta circular designada por «fundo de cabana», que será idêntica a outras que receberam a mesma designação na campanha de 1943, corresponderá com bastante probabilidade a um forno, conforme proposto pela signatária em trabalho recentemente publicado (Antunes, 2018b).

Entre as peças que poderiam associar-se ao cantil e ao unguentário de alabastro (partilhando pelo menos a proximidade e a profundidade), contam-se fíbulas, um «botão» e um anel que serão de bronze, tal como um objeto que poderá constituir uma asa de um recipiente metálico com asas de mãos (também designada na bibliografia por «braseiro»), peças de ferro, numerosas contas de chumbo (idênticas às que surgem em Cancho Roano – Maluquer de Motes, 1983, p. 84, e no Passo Alto, em Serpa – Antunes et al., 2017, p. 137, fig. 5) e outras peças da mesma matéria-prima, cossoiros e recipientes de cerâmica, incluindo um prato e uma taça com decoração de pétalas no fundo (Antunes, 2009a, p. 211, n.º 109 e p. 237, fig. 132). Uma interpretação mais desenvolvida sobre estes achados e o seu contexto será realizada no âmbito das reflexões finais, beneficiando de contributos decorrentes de vestígios e de trabalhos abordados no ponto seguinte.

2.3. Peças de alabastro na Península Ibérica

A matéria-prima vulgarmente designada por alabastro tem origem no Mediterrâneo Oriental (sendo necessário realizar análises petrográficas para fundamentar e especificar essa proveniência) e é comum a um conjunto de peças particularmente concentradas em sítios de influência fenícia do litoral andaluz na área



Fig. 8 – Fotografia de Manuel Heleno, observando-se os compartimentos ortogonais a norte e a oliveira que Manuel Pedro Madeira manteve (APHM/2/12/27-57).



Fig. 9 – Fotografia de Manuel Heleno, observando-se os compartimentos ortogonais a norte e a oliveira que Manuel Pedro Madeira manteve (APHM/2/12/47-57).

meridional da Península Ibérica. Aqui existem cerca de 50 vasos de alabastro e 20 fragmentos do mesmo material, maioritariamente em contextos do século VII e utilizados como urnas cinerárias (López Castro, 2006, p. 78), embora também existam unguentários em necrópoles depositados como oferendas, utilizando-se possivelmente o seu conteúdo em rituais de unção dos defuntos e em contextos sagrados e áulicos.

A análise efetuada ao exemplar da necrópole de Lagos especifica que a matéria-prima é, naquele caso, calcite estalagmítica, carbonato de cálcio (CaCO) ou mármore ónix, proveniente do Sinai ou do deserto oriental do Nilo (Pellicer Catalán, 2007, p. 47 e 53). Também as análises petrológicas realizadas aos exemplares de Cerro del Mar e da Casa da Viña demonstraram a sua origem egípcia (Martín Córdoba et al., 2006).

De acordo com a leitura tradicional, estes recipientes terão sido fabricados em Tebas durante o Império Novo ou em Heracleopolis Magna (Baixo Egito) nos séculos IX e VIII. Além do Egito, de acordo com Plínio, o alabastro podia ser obtido também na Síria, na região de Damasco, ou na zona de Al Mina, a norte de Ras Shamra (Ugarit), pelo que não é de descartar a hipótese de poderem ter sido fabricados nas cidades-estado fenícias (Pellicer Catalán, 2007, p. 47 e 53), assinalando alguns estudos a possibilidade de produção local de determinadas peças em Ugarit e em Kamid el-Loz, no Líbano (Bevan 2007, p. 78-99; Bonadies, 2015, p. 530). Por outro lado, também a Assíria desenvolveu uma produção própria de objetos e de esculturas de alabastro (Bashar, 2015, p. 214), existindo ainda uma tradição antiga de manufatura de peças de pedra em Chipre, na Anatólia e no Egeu, nomeadamente nas Cíclades e em Creta (Bonadies, 2015, p. 530). Foi ainda documentada a exploração de calcite (alabastro) nas grutas de Te'omim e 'Abud, em Israel (Frumkin et al., 2014).

De facto, a atribuição da produção exclusiva ou primordial de recipientes

de pedra (ditos de alabastro) aos artesãos egípcios tem vindo a ser matizada pela investigação, que assinala a semelhança da morfologia dos vasos de alabastro com as ânforas cananitas (Bonadies, 2015, p. 537), o que, de acordo com Ida Oggiano, implica que a produção daquelas peças poderia ter decorrido num dos seguintes moldes: manufaturadas no Próximo Oriente e transacionadas no Mediterrâneo; produzidas no Egito, por artesãos egípcios inspirados na morfologia cerâmica do Levante; ou fabricadas no Egito por artesãos fenícios que mesclavam elementos de diferentes origens (2010, p. 190-193). Os fenícios poderiam assim ter controlado não só a sua comercialização, como também o seu fabrico, o que tem implicações determinantes nas teorias que têm sido avançadas para explicar a sua presença no litoral andaluz, anulando a interferência de intermediários e de estratégias menos legítimas na sua obtenção.

A maioria dos exemplares andaluzes, nomeadamente das necrópoles de Cortijo de Montañez, Cerro del Mar, Trayamar, Lagos, Laurita e Adra e dos estabelecimentos de Castillo de Fuengirola, Cerro del Villar, La Loma de Benagalbón, Toscanos, Morro de Mezquitilla e La Fontenta seria possivelmente oriunda do delta do Nilo (Bubastis) ou do Baixo Egito (Menfis, Heliópolis ou Heracleópolis), de acordo com Manuel Pellicer Catalán (2007, p. 53), embora apenas análises petrográficas possam confirmar essa proveniência.

No caso da necrópole de Laurita, onde se regista a maior concentração de urnas de alabastro na Península Ibérica, assinala-se que cinco exemplares ostentam cartelas e hieróglifos de faraós da XXII dinastia egípcia, enquadrados entre 945-922 e um contem uma cartela e uma inscrição de Apófis I, datada em torno de 1600. De facto, os vasos de alabastro são muito comuns no Egito desde o Império Antigo, generalizando-se no Império Novo, sobretudo na XXII dinastia bubástica do Terceiro Período Intermediário, à qual correspondem os achados do Próximo Oriente e do Mediterrâneo, incluindo os das necrópoles da Andaluzia (Pellicer Catalán, 2007, p. 47 e 53).

No Egito, os vasos de alabastro eram um importante elemento de *status*, constituindo oferendas às divindades nos templos e ofertas diplomáticas aos governantes da área sírio-palestina, que os conservavam como tesouros ou como *sacra aegyptiaca* nos seus palácios. De um modo geral, o alabastro era uma matéria-prima de eleição para as divindades e para a realeza, construindo-se com ela altares, tronos e residências (López Castro, 2006, p. 79-80; Pellicer Catalán, 2007, p. 53).

Segundo a opinião tradicional da investigação, a maioria dos recipientes da XXII dinastia presentes no Próximo Oriente e no Mediterrâneo seria oriunda dos saques efetuados pelos etíopes do reino de Napata que unificaram o Egito na XXV dinastia entre 712 e 657 (Gamer-Wallert, 1978, p. 41-45 e 242-245, *apud* Mederos Martín e Ruiz Cabrero, 2002, p. 51), por piratas gregos ou por comer-



Fig. 10 – Fotografia atual do local dos compartimentos ortogonais a norte, observando-se a oliveira deixada por Manuel Pedro Madeira. Fotografia da autora.

cientes nos túmulos reais e aristocráticos de Tanis (Gamer-Wallert, 1973, p. 408 e Maluquer de Motes, 1963, p. 59, *apud* Mederos Martín e Ruiz Cabrero, 2002, p. 51) em momentos de anarquia durante a segunda metade do século VIII e no século VII (Pellicer Catalán, 2007, p. 53).

Esta interpretação esbarra, todavia, no facto de, no túmulo real de Takelot II, de onde teriam sido saqueados alguns dos vasos de alabastro, se manterem ainda intactas as joias sobre a múmia do rei (Padró i Parcerisa, 1982-83, p. 154). Por outro lado, a unificação do Egito sob a nova dinastia etíope terá decorrido de forma relativamente pacífica (Padró i Parcerisa, 1985, p. 216-217, *apud* Mederos Martín e Ruiz Cabrero, 2002, p. 51).

Já os exemplares identificados nos palácios assírios seriam, pelo menos em parte, provenientes dos saques efetuados pelos Assírios nas cidades fenícias. É o caso de Nimrud ou de Assur, onde se recolheu um vaso de alabastro de Takelot III (764-757) no palácio de Asarhaddon (681-670), cuja inscrição em cuneiforme revela que continha óleo perfumado e que fora

retirado do palácio sidónio de Abdimilkuti quando este foi capturado por Asarhaddon, em 676 (Culican, 1970, *apud* Mederos Martín e Ruiz Cabrero, 2002, p. 51; Pellicer Catalán, 2007, p. 53).

Ambas as teorias saqueadoras expostas apresentam um problema cronológico, uma vez que é possível que algumas das sepulturas da necrópole Laurita recuem ao século VIII (Aubet et al., 1991, p. 21; Negueruela, 1991, p. 199-207; Mederos Martín e Ruiz Cabrero, 2002, p. 41-47), o que antecede o saque do palácio de Abdimilkuti e a segunda invasão assíria do Egito. No caso do Próximo Oriente, a disseminação de vasos de alabastro (nos palácios da Assíria, de Sídon e de Samaria) decorrerá sobretudo do intercâmbio de bens de prestígio no âmbito de uma rede de contactos interdinástica de longa distância (Bonadies, 2015, p. 537-538).

Além desta circunstância, com base nos dados mais recentes relativos ao início da presença fenícia no litoral andaluz, que recua ao século IX a. C. (Aubet, 2008), não é despendianda a possibilidade de os vasos de alabastro terem começado a chegar à região nesse momento. Recorde-se que a ocupação da Plaza de las Monjas-Mendez Nuñez, em Huelva, foi datada entre finais do século X-inícios do século IX a. C. (González de Canales et al., 2004; 2006) e a fase IV de La Reban-

dilla, em Málaga, da segunda metade do século IX a. C. (Arancibia Román et al., 2011, p. 130).

José Luis López Castro, na linha de Leclant, que preconizava que os vasos de alabastro integravam os bens valiosos dos emigrantes fenícios no Ocidente (1972, p. 288, *apud* Mederos Martín e Ruiz Cabrero, 2002, p. 50), matiza a interpretação saqueadora (sublinhando o número excessivo de recipientes) e mercantil e apresenta uma leitura alternativa para a presença dos vasos de alabastro no litoral andaluz, advogando que alguns constituiriam pertences pessoais das aristocracias fenícias oriundas do Próximo Oriente e instaladas na Península Ibérica, podendo os vasos com inscrições ter constituído inicialmente oferendas reais, redistribuídas pelos governantes fenícios entre os membros secundários das famílias reais e entre os membros da aristocracia fenícia, que foram passando como heranças de geração em geração até alcançarem o Mediterrâneo Ocidental. Os vasos de alabastro estariam, portanto, impregnados de um vincado simbolismo genealógico (2006, p. 76-77 e 84).

Os colonos fenícios na Andaluzia seriam assim, não apenas os mercadores, mas também alguns elementos da aristocracia oriental, baseando-se o autor no facto de Justino (*Historiarum Philippicarum T. Pompeii Trogi Libri XLIV in Epitomen Redacti*, XVIII: 4-6) relatar que membros da aristocracia e da família real de Tiro acompanharam a princesa Elisa na fundação de Cartago. O autor considera ainda que, os casos em que mais do que um cemitério arcaico com sepulturas destacadas se associa a uma cidade, como ocorre com Almuñecar (a antiga *Sexi*), com a qual se relacionam as necrópoles do Cerro de San Cristobal (Laurita) e de Puente de Noy, refletem a existência de grupos aristocráticos distintos ou de segmentos de famílias do original grupo aristocrático tírio (López Castro, 2006, p. 76-77 e 84).

Outros autores insistem numa leitura diplomática e comercial para a presença dos recipientes de alabastro nas necrópoles andaluzas, onde se encontram reutilizados. Efetivamente, advogam que, numa primeira fase, durante o século VIII, época em que se documenta já a presença fenícia em *Sexi*, tal como o Egito atuava relativamente aos governantes do Próximo Oriente, também na Península Ibérica os vasos de alabastro, contendo vinho, serviam como oferendas diplomáticas aos líderes locais, como forma de garantir a chegada regular de estanho, bronze e prata ao Egito. Este comércio era assegurado pelos comerciantes fenícios (Padró i Parcerisa, 1982-1983, p. 154 e 158; 1983, p. 73-74; Mederos Martín e Ruiz Cabrero, 2002).

Por outro lado, uma importação dos vasos de alabastro para serem especificamente utilizados como urnas cinerárias é preconizada por M. Ramos Sainz (1990, p. 115, *apud* Mederos Martín e Ruiz Cabrero, 2002, p. 51).

A este respeito, refira-se que José Luiz López Castro considera que não existe uma rutura funcional nos vasos de alabastro, já que manteriam a mesma fun-

ção social nas colónias ocidentais e no Mediterrâneo Oriental neste período, constituindo a sua utilização como urnas cinerárias pelas aristocracias do litoral andaluz o ato ritual equivalente ao uso dos vasos canópicos de alabastro pelos membros da família real e pelos altos dignatários egípcios para a contenção das vísceras (2006, p. 84).

Na sua função original, no Egito, os vasos de alabastro continham produtos sumptuosos, nomeadamente vinho e óleos ou unguentos perfumados. A presença de vinho está comprovada nas inscrições hieroglíficas dos vasos das sepulturas 1 e 15 de Laurita, que referem que era esse o conteúdo original (López Castro, 2006, p. 81; Pellicer Catalán, 2007), mas também em vasos de Assur, Dêr-el-Bahri e Puerto de Santa Maria-Barbate (Mederos Martín e Ruiz Cabrero, 2002, p. 50). Análises químicas a resíduos existentes num vaso de alabastro da XVIII dinastia revelaram que continha um produto associado a cosméticos ou a perfume. A inscrição patente num vaso do palácio de Assur refere-se a «óleo dos príncipes» e Heródoto (*Histórias*, III, 20: 1), em torno a 525, menciona que o rei persa Cambises enviou um presente a um rei etíópico que integrava ouro, roupas púrpuras e um vaso de alabastro com óleo perfumado (López Castro, 2006, p. 81-82).

Outros conteúdos estão também documentados, nomeadamente num grande vaso de alabastro do palácio de Asumarsipal II e de Asarhaddon em Assur, com duas inscrições, referindo uma que veio do oásis de Bahria com uma boa quantidade de leite e outra, em assírio, que continha azeite (Pellicer Catalán, 2007, p. 52; Gómez Peña, 2013, p. 909).

Sem prejuízo de outros produtos, de um modo geral, os conteúdos originais dos vasos de alabastro terão sido maioritariamente o vinho e os óleos perfumados e desse modo terão sido exportados, configurando bens de prestígio presentes no Próximo Oriente e no Mediterrâneo Oriental em ambiente palatino. No Mediterrâneo Central e Ocidental, nomeadamente em Cartago e na Andaluzia, surgem em muitas necrópoles como urnas cinerárias, presumindo-se que se trate de uma reutilização, adaptando-se o recipiente a uma nova funcionalidade, já que teria contido inicialmente um dos produtos mencionados.

Passando a cotejar as evidências peninsulares destes recipientes, verifica-se que diversos achados em contexto funerário são provenientes da área envolvente da foz do rio de Vélez (Málaga), o que não surpreende, considerando a antiguidade e a expressão da presença fenícia na região. Na vertente oriental do Cerro del Peñon, sítio interpretado como constituindo a expansão de Toscanos entre meados do século VII e inícios do século VI (Niemeyer, 1982), foram encontrados à superfície dois fragmentos. Um, integrando o bordo e parte do corpo, foi recolhido em 1974 (Baena Alcazar, 1978, p. 161, fig. 3 e 4) e apresenta dimensões que sugerem a sua utilização como urna cinerária. Sobre o outro, um fundo identificado em prospeções de 1999, sabe-se que a análise petrológica confirmou



Fig. 11 – Fotografia atual do local dos compartimentos ortogonais a norte, observando-se a oliveira deixada por Manuel Pedro Madeira. Fotografia da autora.

a origem egípcia mas desconhecem-se as dimensões (Martín Córdoba et al., 2006, p. 307).

A presença destas peças, associada à recolha de um *thymiaterion* de bronze no mesmo local induziu os investigadores a propor a existência de uma necrópole na vertente oriental do Cerro del Peñon (Martín Córdoba et al., 2006, p. 307), ainda que ambos os tipos de peças possam surgir em contextos não funerários.

Na necrópole do Cerro del Mar (Veja de Mena), associada a Toscanos, na escavação de 1978 de H. Niemeyer, foi identificado o fundo de uma urna de alabastro na sepultura 9, que datará de inícios do século VII (Niemeyer, 1982; Martín Córdoba et al., 2006, p. 305). Também na campanha de O. Arteaga em 1976 se documentou outro exemplar do que seria uma urna cinerária de grande dimensão, cuja análise petrológica atestou a origem egípcia (Arteaga, 1977, p. 114-115, fig. 9; Córdoba et al., 2006, p. 307 e 309-310, fig. 6, foto 1). Finalmente, em recolhas de superfície efetuadas em 1974, foram recolhidos dois fragmentos (de bordo e de parede), semelhantes aos exemplares utilizados como urnas cinerárias (Baena del Alcazar, 1978, p. 160-161 e 164, n.º 1 e 2; Martín Córdoba et al., 2006, p. 305).

A cerca de 200 m a este de Cerro del Mar localiza-se a necrópole da Casa de la Viña, separando-os um pequeno ribeiro. As necrópoles seriam contemporâneas e relacionar-se-iam com Toscanos. Apesar de ter sido muito destruída e completamente saqueada, os dados existentes sugerem uma grande semelhança com a necrópole do Cerro de San Cristóbal-Laurita (Martín Córdoba et al., 2006).

Nesta necrópole, de acordo com os relatos do século XVIII, existiam diversos vasos de alabastro, de tamanhos distintos, desconhecendo-se, todavia, o seu número total. Dos cinco inventariados apenas se conhecem atualmente quatro, sugerindo as suas dimensões que dois seriam urnas cinerárias e os outros dois unguentários. Foram enquadrados no século VII, cronologia que deverá ser partilhada pelos fragmentos de outros vasos de alabastro recolhidos nas intervenções arqueológicas de 2005 e 2007, a partir das quais se propõem duas fases de utilização da necrópole, uma centrada entre as últimas décadas do século VIII e a primeira metade do século seguinte e a outra estendendo-se entre a segunda metade do século VII e o início do século VI (Pérez Díe, 1976; Berlanga Palomo, 2003, p. 382 e 385; Martín Córdoba et al., 2006, p. 311-322).

Finalmente, na região do rio de Vélez, importa referir a necrópole de Jardín, localizada a cerca de 300 m de Toscanos, onde surgiu um vaso de alabastro. De acordo com H. Schubart, nesta necrópole foi sepultada a população de Toscanos, nos últimos momentos de ocupação do sítio, no século VI, passando a ser utilizada nos séculos V e IV pelos habitantes da nova cidade púnica de Cerro del Mar (Schubart, 1995).

Em Sevilha, podem referir-se o exemplar da sepultura B da necrópole de Osuna (Engel e Paris, 1999 [1904], est. XL, C; Aubet, 1971, p. 113, est. 1; *apud* Torres Ortiz, 1999, p. 155 e Gómez Peña, 2013, p. 902) e o unguentário da sondagem norte do Túmulo I da necrópole de Setefilla (Bonsor y Thouvenot, 1928, p. 27 e 42, fig. 32, *apud* Torres Ortiz, 1999, p. 155 e Gómez Peña, 2013, p. 902 e 918, fig. 2, n.º 28), que se enquadrará no segundo quartel do século VIII (Torres Ortiz, 1996, p. 158).

Em Huelva, na necrópole de La Joya, existem peças de alabastro nas sepulturas 9 e 17 (Garrido Roíz, 1970, p. 39-51 e 71, fig. 35 e 36; Garrido Roíz y Orta García, 1978, p. 110-111 e 185, fig. 68; Torres Ortiz, 1999, p. 155; Gómez Peña, 2013, p. 902 e 918, fig. 2, n.º 1-4), enquadradas na segunda metade do século VIII (Torres Ortiz, 1999, p. 63) ou no século VII (Torres Ortiz, 2002, p. 208 e 362) – fig. 3, n.º 4 e 5. Na sepultura 9 foram depositados três unguentários, associando-se a um conjunto de oferendas e objetos pessoais de prestígio, com destaque para uma peça de marfim que Mariano Torres Ortiz considera que poderá constituir um *flabellum* ou ceptro e, como tal, revelar a presença de uma família real nesta necrópole (2002, p. 362).

Os unguentários apresentam perfis distintos, nomeadamente globular, com pega perfurada (conservando-se metade da peça); subcilíndrico, sem colo, com pega perfurada, de que apenas se conservava o segmento superior; e piriforme, com pega sem perfuração, completo (23 cm de altura) e com uma tampa de quartzo, além de um fragmento de bordo de uma peça de alabastro de maior dimensão (Garrido Roíz, 1970, p. 39-51 e 71, fig. 35 e 36), assemelhando-se o

unguentário piriforme ao exemplar da Azougada (fig. 3, n.º 1 e 5), conforme se assinalou *supra*.

Na sepultura 17 foram depositados dois unguentários, igualmente associados a um conjunto funerário de prestígio, que se enquadrará na segunda metade do século VIII (Torres Ortiz, 1999, p. 63) ou no século VII (Torres Ortiz, 2002, p. 208 e 362). Trata-se, aliás, da sepultura mais rica da necrópole, certamente associada a uma personagem destacada da sociedade, onde se identificaram elementos de um carro, bem como um conjunto recipiente com asas de mãos-jarro-*-thymiatherion*. Um unguentário apresenta perfil ovoide, está completo (27,7 cm de altura), tem pegs perfuradas sobre apêndices quadrangulares (fig. 3, n.º 4) e o outro é de pequena dimensão, com 5 cm de altura entre o fundo e o colo, estando ausente o bordo e tem paredes quase retas, com pegs não perfuradas (Garrido Roíz y Orta Garcia, 1978, p. 110-111 e 185, fig. 68).

Na sepultura secundária da necrópole de Las Cumbres (Cádiz), enquadrada no século VIII, foram depositados como oferendas dois pequenos unguentários de alabastro (Ruiz Mata e Pérez, 1988, p. 42 e 44; 1989, p. 291; Torres Ortiz, 1999, p. 155; López Rosendo, 2005, p. 673; Gómez Peña, 2013, p. 902 e 918, fig. 2, n.º 35 e p. 912, fig. 6, n.º 1b) – fig. 16, n.º 20.

No túmulo H da necrópole de El Acebuchal (Carmona, Sevilha) um unguentário foi depositado como oferenda entre as cinzas da incineração contida no interior de uma urna cerâmica, associado a peças de marfim e enquadrado nos séculos VII-VI (Bonsor, 1899, p. 29-30, fig. 25; Amores Carredano, 1982, p. 103-104; Sánchez, 1994, p. 137 e 150, fig. 28; Torres Ortiz, 1999, p. 155; Gómez Peña, 2013, p. 902 e 918, fig. 2, n.º 12). Embora a representação da forma seja simplificada, parece ser uma morfologia semelhante ao do unguentário da Azougada.

Finalmente, refira-se o unguentário da sepultura n.º 5 de Collado y Pinar de Santa Ana, em Múrcia (Hernández, 1999, p. 188-190, fig. 4, *apud* Gómez Peña, 2013, p. 902 e 918, fig. 2, n.º 13).

Em contexto não-funerário, no território atualmente português, importa referir os fragmentos de bordo de dois unguentários de alabastro de Almaraz, tendo um sido recolhido na camada 22 do Quadrado J27/4 e o outro na camada 14 do Quadrado K31/2 (em associação a um escaravelho de faiança). Estas sondagens intercetam dois segmentos do fosso, correspondendo as camadas referidas aos seus depósitos de colmatação (Barros, 1998, p. 40; Cardoso, 2004, p. 235 e 237, fig. 180; Olaio, 2015, p. 77). Desconhece-se, portanto, quando chegaram os unguentários de alabastro a Almaraz e qual seria o seu contexto de utilização inicial antes de serem descartados. Não será de afastar a possibilidade de este sítio, bem como Lisboa, controlando a foz do Tejo, terem constituído *ports of trade*, a partir dos quais se estabelecia um vasto eixo comercial através da bacia hidrográfica daquele rio, conforme mencionado já por alguns autores (Sousa, 2015, com bibliografia).



Fig. 12 – Deusa de Galera (Martín Ruiz, 2005, p. 240).

Em Huelva, recolheu-se um fragmento de fundo de unguentário no nível Ia de Méndez Nuñez 4 (Gómez Peña, 2013, p. 902), enquadrado no que respeita ao faseamento do sítio no Tartéssico Médio IIIa, cronologicamente integrado entre 725/700 e 650 (Fernández Jurado, 1988-1989, 1, p. 182; 2, p. 247, est. CXIX, n.º 7 e p. 264), um unguentário de perfil quase completo em Botica 10-12 (Fernández Jurado, 1988-1989, 1, p. 246, fig. 45; Fernández Jurado e Rufete Tomico, 1986, p. 188; *apud* Gómez Peña, 2013, p. 902) e um fragmento de parede de um pequeno unguentário em Plaza de las Monjas 12 / Méndez Nuñez 7-13 (González de Canales et al., 2004, p. 141, est. xxxvi, n.º 18 e LXII, n.º 8; 2006, p. 22, *apud* Gómez Peña, 2013, p. 902).

Ainda no litoral, no Cerro del Alarcón foram recolhidos três exemplares, correspondendo um, inserido no estrato I, a parte do terço superior da peça (est. 22, n.º 45), outro a um fragmento de parede (n.º 386) e o último, identificado à superfície, a um fragmento de parede com pega não perfurada (est. 21, n.º 433) – Maass-Lindeman, 2002, p. 214 e 243, *apud* Gómez Peña, 2013, p. 902.

Diversos fragmentos foram também encontrados em Toscanos, um dos quais no interior do Edifício C, cuja construção é situada em torno de 700 (Lindemann, Niemeyer e Schubart, 1972, p. 143; López Pardo, 2006, p. 82; Gómez Peña, 2013, p. 903 e 918, fig. 2, n.º 14-17). Este espaço foi interpretado inicialmente pelos investigadores alemães como armazém, pelo facto de no seu interior existirem sobretudo recipientes destinados ao transporte e à armazenagem e pelos paralelos arquitetónicos com estruturas semelhantes do Mediterrâneo e do Próximo Oriente, como em Motya e em Hazor, às quais foi atribuída a mesma funcionalidade (Niemeyer, 1985, p. 113). Mais recentemente, porém, foi destacada a complexidade arquitetónica deste edifício, que se distingue em dimensão, planta, estrutura e qualidade de construção e por isso considerado uma grande casa ou um edifício de carácter público (Schubart, 2002, p. 82; Arnold e Marzoli, 2009, p. 450). Fernando Prados Martínez, com base na sua arquitetura (plantas de compartimentos tripartidos) e implantação (localização em áreas centrais dos núcleos urbanos ou junto a eixos de comunicação), advoga que estes espaços não são meros armazéns, mas centros de mercado (*ports of trade*) controlados por uma autoridade político-religiosa (2000, p. 177), podendo ter constituído os antecedentes de *regiae* (2010, p. 61).

No Cerro de San Juan de Coria del Río (*Caura*, Sevilha), durante a campanha de escavações de 1994, foi recolhido um fragmento de unguentário de alabastro

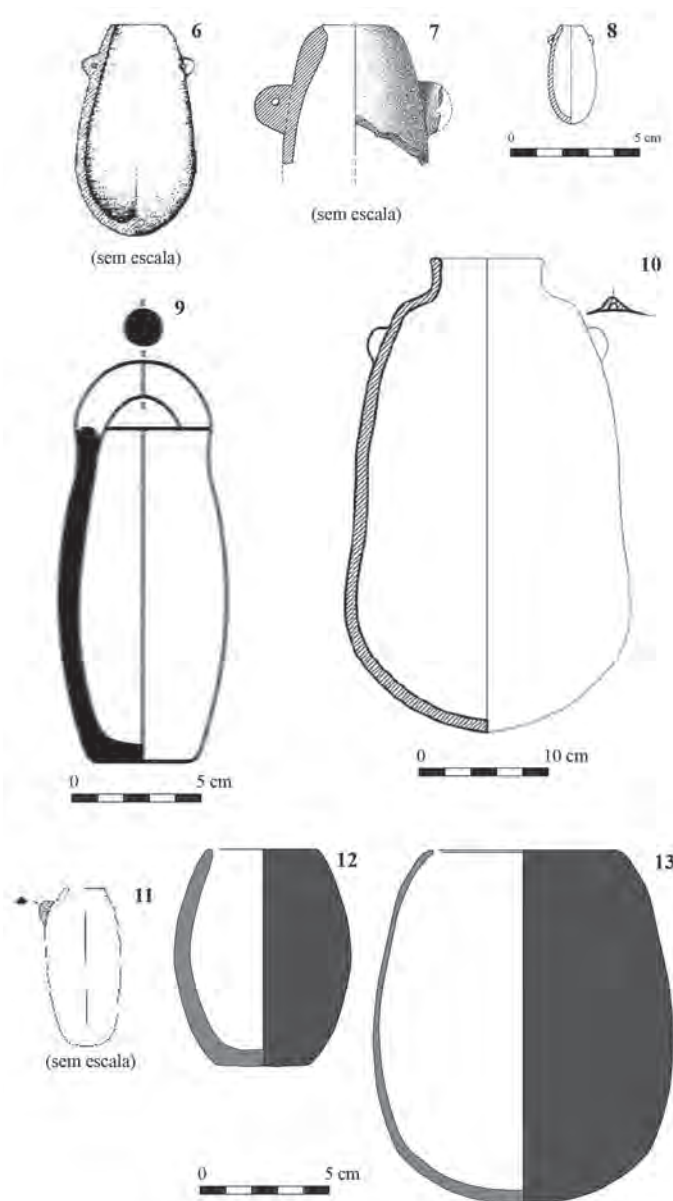


Fig. 13 – *Alabastra* de perfil subcilíndrico. Alabaastro: 6. Montemolín (Gómez Peña, 2013, p. 918, n.º 25); 7. Sepultura 9 de La Joya (Garrido Roiz, 1970, p. 49, n.º 1); 8. Casa de la Viña (Martín Córdoba et al., 2006, p. 320, fig. 11); Cerâmica: 9. Forma B.10 de La Mata (Rodríguez Díaz e Ortiz Romero, 2004, p. 219); 10. Ayamonte (García Teyssandier et al., 2016, p. 513, fig. 14, n.º 5); 11. Alt de Benimaquía (Gómez Peña, 2013, p. 918, n.º 21); 12 e 13. Azougada.

no estrato 9, associado à área interpretada como santuário (Gómez Peña, 2013, p. 904-905 e 923, fig. 9) dedicado a Baal-Saphon, que conhece cinco fases de reconstrução, entre os séculos VIII e VI e que estaria vinculado a um bairro onde habitaria uma comunidade oriental. A consagração a uma divindade tutelar da

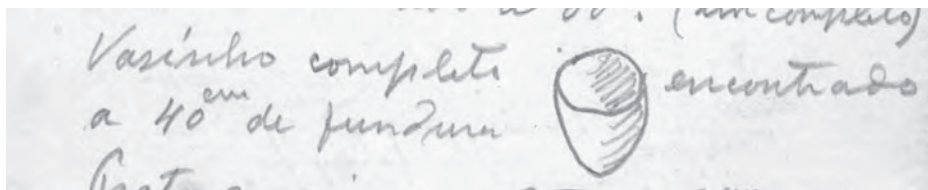


Fig. 14 – Excerto do caderno de campo de Manuel Pedro Madeira com a descrição e a ilustração da peça n.º 12 ou n.º 13 (1946b, fl. 27v).

navegação indicaria também que *Caura* terá funcionado como um *port of trade* (Escacena Carrasco, 2001; 2002, p. 34; Escacena Carrasco e Izquierdo de Montes, 2001 e 2008, p. 434-439). Desconhecem-se, no entanto, dados mais concretos sobre o contexto desta peça.

Em Montemolín (Sevilha) foi igualmente recolhido um unguentário de alabastro num local interpretado como santuário, nomeadamente no nível artificial C-5 (Chaves e de la Bandera, 1984, p. 149, fig. 5, n.º 18 e 19a; Gómez Peña, 2013, p. 902, 918, fig. 2, n.º 25 e p. 921, fig. 6, 3b) – fig. 13, n.º 6. Esta peça, de perfil subcilíndrico, alargado na base e sem colo, com pega perfurada, apresenta semelhanças morfológicas com um dos exemplares da sepultura 9 da necrópole de La Joya (Garrido Roíz, 1970, p. 49, fig. 35, n.º 1) – fig. 2, n.º 2, bem como com uma versão miniaturizada da necrópole da Casa de la Viña (Martín Córdoba et al., 2006, p. 320, fig. 11) – fig. 13, n.º 8, já referidos.

Finalmente, refiram-se os três unguentários das sepulturas 7, 21 e 28 da necrópole da Cruz del Negro mencionados por G. Bonsor, mas sem especificação da morfologia e da matéria-prima (Maier, 1992, p. 99, 102 e 104, *apud* Gómez Peña, 2013, p. 903).

No interior peninsular, nomeadamente na atual Estremadura espanhola, além do fragmento inédito de colo de vaso do Castillo del Guadajira, em Badajoz (Mederos Martín e Jiménez Ávila, 2016, p. 118; Jiménez Ávila, 2001, fig. 2 e 3; 2017, p. 94), destaca-se o unguentário de alabastro de Cancho Roano (Maluquer de Motes, 1983, p. 113; Maluquer de Motes et al., 1986, p. 228; Gómez Peña, 2013, p. 902) – fig. 3, n.º 3, achados que serão abordados com mais detalhe *infra*.

Sem um contexto mais preciso, constituindo recolha de superfície, contabiliza-se ainda o fragmento de fundo de Guadalhorce (Baena Alcazar, 1978, p. 161 e 164, n.º 5 e 6).

Confirmando a presença destas peças no século V e a importância do seu conteúdo temos o sarcófago antropomorfo feminino de Cádiz (Gómez Peña, 2013, p. 903), datado em torno a 460, feito de mármore, no qual se esculpiu um unguentário, que a personagem segura na mão (e.g. Mederos Martín, 2001, p. 30). Desconhece-se se poderá ainda ser um recipiente de alabastro ou se se trata de uma produção cerâmica.

De um modo geral, podemos constatar que os recipientes de alabastro não parecem ultrapassar os meados do século VI, pelo menos nos contextos litorais da Andaluzia. Esta circunstância é coerente se pensarmos nos agentes fenício-púnicos como responsáveis pela presença destas peças nesta região, coincidindo aquela cronologia com a queda de Tiro *circa* 573, o que provocou a rutura dos contactos com a metrópole e a supressão das relações com o Próximo Oriente (Gómez Peña, 2013, p. 906). A presença de unguentários no século V na designada *periferia tartéssica* suscita questões que se abordam nas Reflexões finais.

Na análise deste assunto assume ainda relevo a designada deusa de Galera (fig. 12), escultura de alabastro depositada na sepultura 20, de meados do século V, da necrópole ibérica de Tutugi (Granada), semelhante à de Pozo Moro que, pela sua arquitetura e pelo espólio que continha, pertenceria certamente a uma personagem destacada na sociedade, um monarca, de acordo com Martín Almagro-Gorbea (2009; 2010, p. 230-231).

A peça será mais antiga e terá sido executada numa oficina áulica sírio-fenícia do século VIII, destinando-se a servir como recipiente sagrado de óleo perfumado para a unção ritual de estátuas de divindades e/ou de reis divinizados. Embora outras interpretações tenham sido anteriormente propostas para esta escultura (Almagro-Gorbea, 2010, para uma sistematização historiográfica), o autor *supra* mencionado apresenta um conjunto de paralelos orientais de unguentários sagrados, alguns dos quais representando figuras femininas, que constituem um bom argumento para a sua análise da deusa de Galera. Esta fará então parte de um grupo de recipientes rituais sírios comuns nos séculos IX e VIII, realizados em materiais luxuosos (como marfim ou esteatite, entre outros), que alcançaram, além da Síria, o Egeu (Almagro-Gorbea, 2009; 2010, p. 219).

A presença de uma peça produzida no século VIII na Síria numa sepultura do século V em Granada não tem uma explicação simples, à semelhança da problemática respeitante aos unguentários de alabastro do litoral andaluz, com os quais partilha a conjuntura política, económica e social.

Martín Almagro-Gorbea considera que aquela peça chegou à Península Ibérica integrada na colonização fenícia, num contexto de crise no Oriente, pela mão de elites régias ou de membros da família real, uma vez que, tal como os grandes vasos de alabastro, também a escultura em apreço tem uma origem palatina, constituindo uma divindade régia. Este segmento da sociedade seria o mais exposto à expansão assíria e às mudanças sociopolíticas que aquela acarretava, acabando por fugir e por se instalar noutros lugares, evocando o referido autor a fuga de Luli de Tiro e a de Elisa para Cartago (2010, p. 230), tese semelhante à defendida por José Luis López Castro para os vasos de alabastro do litoral andaluz, que testemunhariam a presença da aristocracia que se deslocava com o(s) membro(s) da família real (2006, p. 76-77 e 84).

O cenário de fuga de um monarca do norte da Síria configura-se como o mais plausível para aquele investigador, uma vez que não foi deixada para trás a sua divindade protetora, materializada na escultura, da mesma forma que procedeu Eneias quando fugiu de Troia. Denunciando uma conceção sagrada do poder político de origem oriental, a escultura acabaria desse modo por integrar os *sacra* da família real de *Tutugi*, fomentando o culto dinástico, tendo sido enterrada com o monarca que protegia eventualmente num momento de crise política ou dinástica, em que a linhagem porventura terminaria, que poderá enquadrar-se nas profundas alterações sociais e ideológicas que se processam a partir do século VI (2010, p. 230-231).

Na perspetiva do mencionado autor, a escultura representará Astarté entronizada entre esfinges e encontrar-se-á simbolicamente concebida como Árvore da Vida, uma vez que dos seus seios, que apresentam duas perfurações, brota o néctar divino ou a ambrósia perfumada que dá vida e proteção ao rei, garantindo-lhe a vida eterna no Além, de acordo com textos e representações iconográficas orientais, com origem em temas míticos egípcios, assimilados pelos fenícios, que ilustram Astarté-Asherat a amamentar o rei, traduzindo uma iconografia legitimadora das monarquias sacras e equiparando a deusa à Árvore da Vida (2009, p. 7; 2010, p. 222, 223).

Os unguentos ou óleos perfumados assumiram uma grande importância no Oriente, onde eram utilizados para ungir estátuas, conferindo-lhes um estatuto divino. Em Israel os santuários eram perfumados de manhã e de tarde (Êxodo, 30: 7-9), ritual que tem uma provável origem egípcia e fenícia. É comum encontrar na Síria paletas de unguentos de esteatite e de marfim decoradas com a Árvore da Vida e com seres míticos, que protegeriam o seu conteúdo (Almagro-Gorbea, 2009, p. 18-20 e 24; 2010).

Na Península Ibérica, conhecem-se algumas paletas de unguentos, representando iconografias e mitologias orientais (seres míticos, entre outros), tanto de esteatite (Acurrucén), como de marfim, nomeadamente em Cancho Roano e nas necrópoles de Alcantarilla, Acebuchal, Bencarrón, Cruz del Negro, Los Alcores, Santa Lucía, Setefilla, La Joya e Medellín. A produção destas peças, em contexto hispano-fenício, centrar-se-á no século VII, mas poderá ter-se iniciado no final da centúria anterior (Gran-Aymerich e Puytison-Lagarce, 1995, p. 594; Almagro-Gorbea, 2008, p. 406-408 e 413).

Estas peças parecem poder testemunhar a existência de ritos de unção na Península Ibérica, relacionados com o culto a Astarté por via do seu conteúdo sagrado. O perfume procederia da Árvore da Vida e, desse modo, simbolizaria a divindade e a vida eterna, contrapondo-se aos maus odores dos mortos. Sendo Astarté a deusa que dispensava o perfume da imortalidade (Almagro-Gorbea, 2009, p. 18-20 e 24; 2010, p. 226), a presença de recipientes contendo perfumes

ou com eles relacionados (*thymiateria*, queimadores, paletas) em sepulturas seria assim uma forma de simbolizar a regeneração da vida.

2.4. *Alabastra* de cerâmica

Tal como sucede no Mediterrâneo, também na Península Ibérica os unguentários de alabastro foram reproduzidos em cerâmica (além de terem ali sido igualmente produzidos e aqui importados em vidro), demonstrando a disseminação dos rituais orientais ou orientalizantes, em particular em contextos considerados tartéssicos ou orientalizantes.

Por uma questão de maior facilidade de identificação, adota-se a designação usual na investigação para nomear, por metonímia, os unguentários cuja morfologia mimetiza os congêneres feitos de alabastro – *alabastron*. Podemos agrupar os seus perfis em três variantes: subcilíndrica, alongada e globular.

Na Azougada, alguns recipientes detêm uma morfologia que parece inspirar-se nas peças subcilíndricas, podendo o cunho do tempo e a personalidade reconhecida à produção local (Antunes, 2009a) ter originado uma adaptação do perfil. É o caso de duas peças de cerâmica manual, destituídas de asa e com fundo côncavo (fig. 13, n.º 13) ou plano, constituindo neste caso uma miniatura (fig. 13, n.º 12) – Antunes, 2009a, p. 361 e 390, fig. 253, n.º 370 e 371 e fig. 276 –, que poderão talvez constituir uma versão evoluída desta morfologia, balizada no século v. É possível que um destes recipientes corresponda ao que Manuel Pedro Madeira ilustrou no dia 22 de outubro de 1946, durante a designada 4.ª campanha de escavações, com a descrição «Vasinho completo encontrado a 40 cm de fundura» (Madeira, 1946b, fl. 27v) – fig. 14.

Sobre o contexto desta peça sabe-se apenas que os trabalhos se desenvolviam no lado ocidental do sítio, onde surgiram compartimentos de planta ortogonal: «Escavação do lado do Poente. Aparecimento de pequenas casas quadradas» (Madeira, 2006b, fl. 11v) – fig. 6-A.

Sobre esta área da escavação, redige Manuel Heleno nas notas que tomou na visita efetuada ao sítio em 31 de outubro de 1946: «Uma casa quadrada com 0,13 m x 1,60 m (interior) pedra solta. Fot. 5 e 6. Alt. 1,10. 7 – Porta. Larg. 0,60 m. 8 – Casa quadrada. Fot. 9 e 10 e 11 e 12 – casa com 4,5 m de comp. Larg. 1,80 m (int). Paredes esp. 0,40, alt. 0,53» (Heleno, 1946, fl. 3).

Apesar de não ter sido possível fazer uma correlação direta total entre a numeração de Manuel Heleno e a documentação disponível no Museu Nacional de Arqueologia, a estas descrições deverão corresponder as fotografias das figuras 15 a 19, tiradas então por Manuel Heleno, das quais constam compartimentos de planta ortogonal localizados no lado ocidental do cabeço. A fig. 18 parece poder corresponder à fotografia 7, ilustrando possivelmente uma porta.

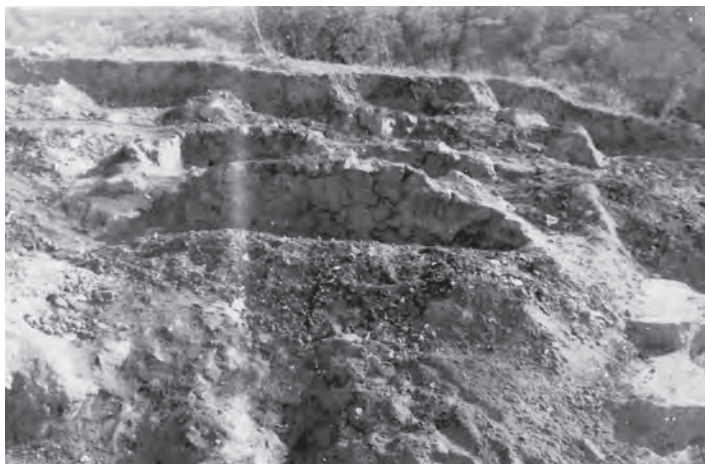


Fig. 15 – Fotografia de Manuel Heleno, registando compartimentos ortogonais no lado ocidental da Azougada (APMH/2/11/12-2/57).

A mimetização de peças de alabastro em cerâmica encontra-se em diversos contextos peninsulares. Mantendo a funcionalidade funerária que foi dada às peças de alabastro nas necrópoles fenícias do litoral andaluz, na sepultura 3 da necrópole fenícia de Ayamonte, enquadrada na segunda metade ou em finais do século VII, um *alabastron* cerâmico foi usado como urna cinerária (García Teyssandier et al., 2016, p. 509 e 513, fig. 14, n.º 5) – fig. 13, n.º 10.

A adaptação do perfil destes *alabastra* no âmbito da produção local pode observar-se no exemplar de Alt de Benimaquí, em Alicante (fig. 13, n.º 11), enquadrado em momentos iniciais da segunda metade do I milénio (Álvarez, Castelló e Gómez, 2000, p. 129 e 133). O facto de ser proveniente de um contexto de produção e armazenamento de vinho conduz a ponderar outra funcionalidade e, nomeadamente, outros conteúdos que não aromáticos para estas peças, em particular vinho, neste caso (Gómez Peña, 2013, p. 910 e 918, fig. 2, n.º 21). A este propósito, refira-se a forma B.10 de La Mata (fig. 13, n.º 9), enquadrada no século V, que apresenta uma asa sobre o bordo e que corresponde a um único exemplar, com 14 cm de altura, recolhido no interior de uma ânfora no compartimento E-1, destinando-se aparentemente à extração do produto armazenado (Rodríguez Díaz e Ortiz Romero, 2004, p. 219, fig. 80 e p. 224).

Dos *alabastra* com perfil alongado e globular não existem exemplares na Azougada, mas importa referir a sua presença no interior e no litoral meridional peninsular de modo a documentar um fenómeno de mimetismo que é mais amplo.

Um dos exemplos mais expressivos da reprodução cerâmica de unguentários de perfil alongado de alabastro é a peça de engobe vermelho da sepultura 100 de La Cruz del Negro (Sevilha) – fig. 20, n.º 15 –, que se encontrava associada a uma taça manual brunida de pé elevado (possível *timiatherion*), enquadrada nos séculos VI-V e cujo conteúdo se destinaria a ungir o defunto (Argantonio, 2000, p. 300, fig. 154). Este *alabastron* enquadra-se no tipo D de Martín Ruiz (1995, p. 170, fig. 171), relativo aos recipientes de alabastro, assemelhando-se ao unguentário da sepultura 19A de Laurita e, sobretudo, pela particularidade do fundo em bico, ao exemplar de Jardín (fig. 20, n.º 14), evocando, portanto, a forma do unguentário de alabastro da Azougada.

No Alentejo, os dois unguentários (fig. 20, n.º 18 e 19) depositados dentro da urna [278] e acompanhados por dois anéis de prata na necrópole da Tera (Pavia), que terá funcionado entre meados do século VI e meados do século V (Mataloto, 2010-2011, p. 89, fig. 8), também evocam morfologicamente os seus congêneres de alabastro e a mesma inspiração pode ser mencionada para o exemplar da necrópole de Torre de Palma (Monforte) – fig. 20, n.º 17 –,

integrável possivelmente no século VI (Langley et al., 2007, p. 248, fig. 7, n.º 2; Mataloto, 2010-2011, p. 81, fig. 2). Também aqui o seu conteúdo terá sido usado ritualmente na unção dos defuntos, além de funcionarem como elementos de prestígio.

Neste âmbito enquadra-se também uma peça de cerâmica de Caura (San Juan de Coria del Río) com 16 cm de altura, provavelmente associada ao santuário a que já aludimos *supra* (Bélen, 1993, p. 46; Neville, 2007, p. 129, *apud* Gómez Peña, 2013, p. 904 e 922, fig. 8).

No século V, uma versão evoluída e miniaturizada dos unguentários de perfil alongado (tipo D de Martín Ruiz) ou dos *alabastra* de vidro pode ser encontrada na Estremadura espanhola, em La Mata (Rodríguez Díaz e Ortiz Romero, 2004, p. 219, fig. 80, forma A.3) – fig. 20, n.º 16, num ambiente que podemos considerar de prestígio.

Finalmente, no que diz respeito aos *alabastra* de perfil globular, que mimetizam peças de alabastro como a da necrópole de Las Cumbres – Martín Ruiz, 1995, p. 60, fig. 30 (fig. 21, n.º 20) –, surgem exemplos de fabrico manual em Cancho Roano, no compartimento O-3 (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1996, p. 183, n.º 6) – fig. 21, n.º 24 – e na fase B do Sector Sul (Celestino Pérez *et al.*, 1996, p. 270, fig. 12, n.º 19) – fig. 21, n.º 25 – e de cerâmica cinzenta na sepultura 85C/21-2 da necrópole de Medellín, situada entre 625-600 (Almagro-Gorbea et al., 2006, p. 202-203, fig. 268 e 269, n.º 2; Lorrio, 2008, p. 713, fig. 797 – E1) – fig. 21, n.º 22.

Assinala-se ainda que uma peça de cerâmica oxidante da sepultura 43 da necrópole da Vinha das Calças, enquadrada entre meados/segunda metade do século VI e inícios da centúria seguinte (Arruda et al., 2016, p. 199-200 e 219, fig. 11, n.º 195) se assemelha com o unguentário de cerâmica cinzenta da necrópole de Medellín, o que parece poder comprovar que a inspiração naquela morfologia se prolonga até meados do I milénio (fig. 21, n.º 23).



Fig. 16 – Fotografia de Manuel Heleno, registando compartimentos ortogonais no lado ocidental da Azougada (APMH/2/11/12-3/57).

3. REFLEXÕES FINAIS...

O unguentário de alabastro da Azougada constitui uma peça de grande relevância, *per si*, em virtude das questões cronológicas, sociais e até rituais que suscita, tanto num plano regional, como inclusive peninsular, mas também pela análise que permite efetuar acerca do próprio sítio e da sociedade sidérica do interior do Alentejo.

A abrangência e a diversidade das leituras que esta peça motiva conduziram-nos, por uma questão de organização de ideias, a dividir as Reflexões finais nos dois pontos que se seguem.

3.1. ... Acerca de objetos rituais e espaços culturais e de prestígio

As substâncias aromáticas mantiveram um papel de relevo ao longo dos períodos Orientalizante e Pós-Orientalizante no Sul da Península Ibérica, conforme demonstra não só a presença de diversos tipos de unguentários (*oil bottles*, *jarritas*, etc.) e de outros recipientes relacionados (e.g. queimadores) entre os séculos IX e V em variados contextos (funerários, culturais, aristocráticos), como também os unguentários de alabastro e a sua imitação em cerâmica e em vidro.

Naturalmente que a questão que se levanta é saber se os unguentos e óleos perfumados e os recipientes que os contêm mantêm o mesmo significado numa geografia e num Tempo já tão distantes dos que produziram os objetos originais e os mitos e os rituais associados.

Na Azougada, o unguentário de alabastro deverá enquadrar-se em ambiente aristocrático, sem prejuízo de ter aqui acumulado uma função ritual/cultural, tal como poderá ter sucedido com o de Cancho Roano. Efetivamente, o perfume e o ato da unção funcionaram nas sociedades mediterrânicas como elemento diferenciador e constituem, a par dos testemunhos do consumo ritualizado de vinho e da existência de carros mais um elemento indicador da presença de uma elite aristocrática.

Embora os dados contextuais sejam escassos e sempre muito genéricos neste sítio da foz do Ardila e a associação entre artefactos e entre estes e estruturas tenha de ser por isso realizada com bastante cautela, a possível proximidade do unguentário de alabastro ao cantil de engobe vermelho (e a outras peças) constitui um dado relevante, ainda que não seja possível determinar se existiu uma relação contextual entre ambos.

O cantil, de engobe vermelho (o que já *per si* o distingue), com a representação de braços terminando em mãos sobre uma das faces (fig. 5), é uma peça fulcral neste contexto, na medida em que constitui um recipiente ritual que se destinava a conter uma substância sagrada. Já anteriormente avançamos a possibilidade de ser utilizado em atos ablutórios, em conjunto com um dos recipientes metálicos de asas de mãos existentes na Azougada (dos quais existiria uma asa na

sua proximidade), em substituição do típico jarro, precisamente devido ao simbolismo das mãos, premissa que se mantém válida.

Não descartámos também então a hipótese de conter óleos perfumados (Antunes, 2009a, p. 95-102), a qual adquire fundamento em função da presença do unguentário de alabastro na sua proximidade e da existência na Península Ibérica de (presumíveis) contentores de perfumes vinculados à imagem da divindade, designadamente Astarté, que neste caso estaria representada de forma simplificada no corpo do cantil, sobre o qual se apoiam os braços e as mãos. Estes dispõem-se num sentido ascendente, envolvendo o recipiente, talvez simbolizando proteção, tal como a deusa de Galera (Almagro-Gorbea, 2009; 2010) acolhe no seu regaço, envolvendo-a com os braços, a taça onde será vertido o perfume (fig. 12).

Na interpretação de Mário Varela Gomes, a iconografia patente no cantil representa a deusa-mãe Astarté apertando os seios (2001, p. 114). Embora esta seja uma possibilidade coerente, uma vez que são comuns os unguentários em forma de figura feminina segurando os seios, numa evidente simbologia da deusa que amamenta (e.g. Almagro-Gorbea, 2010, p. 220-222), atendendo à forma como os braços estão estendidos ao longo do cantil da Azougada e considerando notórios paralelos com algumas peças orientais e com a deusa de Galera, julgamos que o tema representado poderá ser, em alternativa, o da *mão que segura por baixo*, na designação de Martin Almagro-Gorbea. Efetivamente, na pequena escultura de Galera, a deusa (Astarté) acolhe no seu regaço, segurando por baixo com os dois braços, a taça onde era vertido o perfume sagrado que lhe brotava dos seios. Aquele autor identificou no Egito a origem deste tipo de representação, patente nas paletas de unguentos em forma de «nadadora» (Almagro-Gorbea, 2010, p. 212, fig. 175 e p. 224).

Por outro lado, a representação da *mão que segura por baixo* aplica-se aos recipientes que recebem o conteúdo sagrado e não aos que o dispensam. Esta diferença poderá eventualmente explicar-se pela reinterpretação local das peças originais, tal como sucede com outras morfologias, que concretizaria no cantil da Azougada uma duplicidade de funções, enquanto peça recetora e dispensadora. A própria função original relacionada com a forma do recipiente (cantil), que em princípio a habilitaria a ser transportada, poderá decorrer daquela circunstância.

De qualquer modo, existem no Egito e na Síria unguentários de alabastro (portanto, os dispensadores de substâncias) em que a deusa envolve com os braços um recipiente ou, no caso dos *alabastra* em forma de figura feminina, em que apoia os braços sobre a barriga, que é uma parte do unguentário (Almagro-Gorbea, 2010, p. 218, fig. 182 e p. 221, fig. 189), transmitindo a ideia de que a proteção do conteúdo decorre essencialmente da contenção proporcionada pelos seus braços, enquanto extensão de si própria. Neste sentido, o próprio cantil seria



Fig. 17 – Fotografia de Manuel Heleno, registando compartimentos ortogonais no lado ocidental da Azougada (APMH/2/11/12-30/57).

equiparado à divindade (Astarté), enquanto dispensador da substância sagrada.

Da mesma forma que a deusa de Galera constituiu uma adaptação de uma ideologia egípcia às crenças e aos rituais sírio-fenícios (Almagro-Gorbea, p. 224), o cantil da Azougada traduzirá a reinterpretação das tradições orientalizantes peninsulares por parte da sociedade indígena da foz do Ardila.

O paralelo simbólico do cantil da Azougada com a deusa de

Galera assume maior coerência quando se constata que a morfologia da peça é típica da área ibera, sendo inexistentes cantis na panóplia oleira a nível local/regional no Alentejo, bem como na tradição artefactual tartéssica e fenícia.

Estas circunstâncias combinadas, associadas à presença documentada na Azougada de outras morfologias e tecnologias oriundas do mundo ibérico (Antunes, 2009a; 2018a), reforçam a possibilidade de o cantil ritual constituir um objeto inspirado em peças com essa proveniência. Esta hipótese esbarra na inexistência (por ora) de recipientes idênticos que tenham promovido essa replicação, mas o tipo de pasta do cantil integra-se na que compõe o conjunto cerâmico de produção local/regional da Azougada (Antunes, 2009, p. 95), o que contraria a ideia de que seja uma importação. No entanto, o exame da pasta foi apenas macroscópico, pelo que a realização de análises laboratoriais seria fundamental para auxiliar a esclarecer esta problemática.

É ainda relevante a possível associação da taça globular com decoração de pétalas no fundo (Antunes, 2008, p. 337, fig. 10, n.º 17; Antunes, 2009a, p. 179 e 237, fig. 132, est. XXXVI, n.º 109) a este conjunto, na medida em que julgamos que esta representação poderá traduzir, de uma forma simplificada ou estilizada e com um evidente cunho regional, a flor de lótus ou, talvez com maior probabilidade, uma roseta (fig. 22, n.º 1).

A estilização ou simplificação dos motivos simbólicos poderá decorrer da sua perda de significado ou, pelo contrário, revelar um estágio em que a assimilação do seu significado se tinha já vulgarizado na sociedade, dispensando um maior detalhe na representação.

Este tipo de decoração poderá incluir-se no que a investigação tem designado de «margarita», à qual se poderão associar, de forma muito simplificada e até abstrata, outros exemplos na Azougada, documentados em pratos cuja morfologia se

enquadra na que contém aquele tipo de decoração (Antunes, 2008, fig. 17; Antunes, 2009, est. CXXIV, p. 352-354 e p. 396, fig. 263, n.º 340-341) – fig. 22, n.º 4 e 5 – e até numa peculiar peça de manufatura mais tosca (Antunes, 2009, p. 351 e 396, est. CXXIV, fig. 263, n.º 339) – fig. 22, n.º 3.

Estendemos por isso a interpretação deste motivo como uma representação simplificada de flores de lótus ou de rosetas a todos os recipientes que têm recebido a designação de pratos «margarita», vasos «margarita» ou que simplesmente o contenham, verificando-se a sua disseminação no Alentejo e na Estremadura espanhola, da foz do Guadiana até ao seu troço médio, pelo menos, passando pelo Sado, em recipientes cerâmicos de contextos funerários e áulicos ou cultuais.

Aqueles podem encontrar-se em Castro Marim, um dos quais recuperado no Compartimento 31, interpretado como *bothros*, anexo a um local de culto, localizado no compartimento 29 (Oliveira, 2008, p. 458, fig. 7, n.º 13530 e 9, n.º 2026), na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal (Gomes, 2016, p. 117, estampa XVII, n.º 242), em Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1996, p. 93), em La Mata (Rodríguez Díaz e Ortiz Romero, 2004, p. 219, forma A.2) e em Castillejos de Helechar (Domínguez de la Concha, 1989).

É provável que esta decoração, nomeadamente aplicada aos pratos «margarita», se tenha inspirado nas taças pintadas de tipo Medellin e na cerâmica de tipo San Pedro II, cujo fundo ostenta flores de lótus (Torres Ortiz, 2008a, p. 724-728).

Na sequência desta linha de pensamento, consideramos uma peça manual de pé elevado decorada com incisões (pétalas) da Azougada já publicada, um possível *thimiaterion* ou queimador (Antunes, 2009a, p. 358 e 398, est. CXXXI, fig. 269, n.º 354), ou um recipiente recebedor de substâncias aromáticas, decorado com flor de lótus ou uma roseta (fig. 22, n.º 2). Assinale-se ainda que esta constitui uma morfologia para a qual se registaram paralelos nos últimos anos nas necrópoles alentejanas das regiões de Beja e de Pedrogão, como Palhais (Santos et al., 2009; 2017, fig. 15-16), Vinha das Calças (Arruda et al., 2017, fig. 11, n.º 155 e 160) ou Carlota (Salvador Mateos e Pereira, 2017, fig. 4, 9 e 10), onde têm uma função ritual.

Em virtude da decoração vegetalista que ostentam, foi já atribuído um papel ritual aos pratos «margarita», vinculando-os ao culto a Astarté ou a Tanit (Celestino Pérez, 2001, p. 49) e foi considerada a possibilidade de conterem cosméticos ou drogas (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1996, p. 172 e 178, 197 e 222), denunciando o consumo de substâncias psicoativas, vinculado a hábitos de cariz ideológico por parte destas sociedades (Jiménez Ávila, 2016, p. 49), o qual adquire fundamento pela presença de *Papaver somniferum* L. (adormideira), nos vasos «margarita» de La Mata, ainda que tenha sido ressalvado o facto de aquela constituir uma planta oleaginosa passível de ser utilizada como aditivo para o pão (Rodríguez Díaz e Ortiz Romero, 2004, p. 220).

Com base nessa premissa, julgamos que deverá ser considerada com alguma probabilidade a elaboração de pão ou de outros bens panificáveis com determinadas propriedades e fins rituais, como os que poderão ter recebido a marca da matriz de bronze com touro sagrado comendo flores de lótus da Azougada (Antunes, no prelo), devendo ser ainda tomada em consideração a limitada distribuição deste tipo de recipientes e a sua associação a contextos muito específicos, de índole aristocrática e cultural, o que indicará a sua utilização (e a das substâncias neles contidas) por parte de segmentos restritos da sociedade.

No que concerne à roseta, na Palestina esta associa-se a Asherat, cujo culto está vinculado à árvore sagrada, que corresponde à árvore da vida (Almagro-Gorbea, 2010, p. 219). Neste ponto, não pode deixar de mencionar-se a possibilidade de o culto a Asherat ter já sido implementado na região de Moura na segunda metade do século IX-primeira metade do século VIII, nomeadamente no Castro dos Ratinhos (Prados Martínez, 2010), conforme se desenvolverá *infra*. No entanto, esse fenómeno terá sido esporádico e não se concebe, com base nos dados atuais, uma continuidade do culto na região.

No que respeita à flor de lótus, constitui um motivo simbólico igualmente importante nas crenças e nas narrativas míticas orientais e assimilado pela cultura tartéssica, estando vinculado a Astarté, enquanto planta da vida que constitui propriedade da divindade e que a simboliza (Almagro-Gorbea, 2002; 2013). Destaca-se a sua presença na Azougada, na já mencionada matriz de bronze que representa o touro sagrado comendo flores de lótus, iconografia que aludirá ao mito da manada sagrada de Astarté (Antunes, no prelo).

Tanto a roseta como a flor de lótus figuram em taças, tal como em paletas de marfim e de esteatita, nas quais eram vertidos os óleos ou unguentos perfumados (Almagro-Gorbea, 2010, p. 212, 218 e 221, fig. 176 e 177-C e E). Em contexto ritual, teria assim tanta importância o recipiente que recebia como aquele que dispensava a substância e que estava igualmente identificado ou protegido simbolicamente.

Afigura-se, portanto, elevada, a possibilidade de termos na Azougada um conjunto de objetos funcionalmente coerentes e relacionados entre si, vocacionados para a realização de atos rituais que incluíam substâncias aromáticas (sem prejuízo de outras) e que combinam uma matriz de prestígio e cultural ou votiva, cuja associação não é descabida nas sociedades Orientalizantes e Pós-Orientalizantes.

Na verdade, as evidências parecem apontar para a presença de objetos relacionados com o uso ritual de perfume nos sítios onde se considera existir culto a Astarté-Ísis-Afrodite-Vénus no Mediterrâneo durante o Período Orientalizante. Rodes, Chipre, Naucratis, Ibiza ou Cádiz são casos que ilustram o modo como o comércio e o consumo de perfumes se relacionavam com os grandes centros de culto associados à navegação dedicados à divindade oriental (López Rosendo, 2005).

Diversos unguentários foram também identificados, no litoral andaluz, em sítios onde terão existido santuários, como El Carambolo, Montemolín, Cerro de San Juan de Coria del Rio ou Huelva. A importância destes sítios radicava não só na orientação e proteção que conferiam à navegação, mas também no facto de constituírem palcos neutros sacralizados para a realização das trocas comerciais (Bélen, 2000).

A relação da Azougada com o rio não pode ser negligenciada e colocámos a hipótese em trabalhos anteriores de a Azougada ter funcionado como um sítio-guia da navegação, sem prejuízo da orientação de percursos terrestres, num troço concreto do Guadiana e do Ardila (considerando os obstáculos à navegação noutros segmentos do rio, com destaque para o Pulo do Lobo), assumindo-se como testa-de-ferro na foz deste último afluente (Antunes, 2008, 2009a e 2009b). A possível associação do cantil de engobe vermelho a Astarté, protetora da navegação e do comércio, poderá reforçar esta hipótese, bem como a da existência de um local de culto na Azougada, que poderia ser em simultâneo um espaço de reunião onde os encontros entre pares, as negociações e as transações se efetuassem sob a égide de neutralidade da divindade.

De facto, os compartimentos onde o unguentário de alabastro e o cantil de engobe vermelho foram encontrados, a par de outros elementos importantes, como o *smiting god* (fig. 24 e 25) e a cabeça de felino de bronze (que poderá ter pertencido a uma peça de mobiliário), de acordo com os cadernos de campo, talvez correspondam individualmente aos espaços de representação ou conviviais e de sacralidade do modelo proposto por Javier Jiménez Ávila para a evolução da arquitetura sidérica do Baixo e Médio Guadiana (2009b). Os escavadores da Azougada não referem a presença de um altar em nenhum dos espaços, mas atendendo ao ritmo expedito que ditou o andamento dos trabalhos, à maior importância concedida à recolha de artefactos, e à fragilidade desse tipo de estruturas, aquele poderia ter passado despercebido.

A Azougada espelharia assim, através da sua planta composta por compartimentos de planta ortogonal e estruturas complementares de planta circular, um tipo de arquitetura idêntico ao de alguns sítios do Alentejo Central e da Estremadura espanhola, como Espinhaço de Cão e possivelmente a fase inicial de Cancho Roano, prévio à implementação dos espaços de planta tripartida e à monumentalização e fortificação dos edifícios de tipo palaciano como Cancho Roano, La Mata e, próximo da Azougada, provavelmente o Cabeço Redondo.

Infelizmente a planta da Azougada está e estará para sempre incompleta, já que muitas das estruturas existentes foram desmontadas sem registo, o que condiciona a interpretação que se possa efetuar da sua arquitetura. No entanto, é possível observar que a Azougada apresenta um cenário construtivo mais organizado do que o do Espinhaço de Cão, distribuindo-se os compartimentos de forma

alinhada pelo contorno do cabeço e em torno de um pátio central calçadado, aparentemente de grandes dimensões (fig. 6), no que poderão residir questões cronológicas, entre outras, uma vez que o sítio do Alentejo Central não ultrapassa o século VI e a Azougada poderá recuar ao final dessa centúria, mas centra-se no século V (Antunes, 2009a).

3.2. ... Acerca de vetustos objetos, *archaika*, *keimelia*, elites e (putativas) Casas

Uma das questões que ressalta de imediato na abordagem ao unguentário de alabastro da Azougada é o desfasamento temporal entre a cronologia (contextual) das peças com as quais mantém paralelos tipológicos e morfológicos, provenientes de contextos funerários do litoral andaluz centrados no século VII (mas podendo a sua chegada à região recuar à centúria anterior e até ao século IX) e o intervalo de tempo que se pode aplicar à sua presença na Azougada, por inerência das balizas cronológicas que delimitam a ocupação do sítio, entre o século V e o início da centúria seguinte.

A existência de vetustos objetos de luxo em contextos pós-orientalizantes constitui um fenómeno um pouco mais alargado, que parece incidir na designada *periferia tartéssica*, mas também na área ibérica. O exemplo mais aproximado da Azougada é o do unguentário de alabastro de Cancho Roano. A identificação de uma peça usualmente presente em contextos antigos, de influência fenícia, no litoral andaluz, causou dificuldades aos primeiros escavadores do sítio em enquadrá-la cronologicamente, tendo sido então admitida uma associação à sua fase de ocupação mais antiga (Maluquer de Motes et al., 1987, p. 42 e 47).

Foi desde logo assinalada a semelhança do recipiente de alabastro de Cancho Roano com os unguentários das necrópoles de Laurita, Cruz del Negro e Jardín, bem como com os de Huelva, o que implicaria uma cronologia centrada no século VII, a qual é, todavia, contrariada pela existência, nos mesmos contextos, de elementos de bronze de atrelagem equestre e de cerâmicas áticas de figuras vermelhas, com destaque para a *kylix* com a representação da coruja associada a Atena, do hipotético pintor de Zalamea (Gracia, 2003, p. 33-36 e 127, n.º 2), balizáveis no século V (Maluquer de Motes, 1983, p. 113; Maluquer de Motes et al., 1986, p. 228).

Outra peça estremenha que permite assinalar mais um recipiente desta natureza no interior peninsular ao mesmo tempo que pode dar um importante contributo para esta problemática, apesar de se ter perdido o seu contexto de deposição original, é o fragmento inédito de colo de vaso de alabastro do Castillo del Guadajira, em Badajoz (Mederos Martín e Jiménez Ávila, 2016, p. 118; Jiménez Ávila, 2017, p. 94). Trata-se de um pequeno sítio de planície, eventualmente de *habitat*, mas no qual não é de afastar a existência de uma necrópole, conhecido apenas por materiais de superfície, que se enquadram em Época Pós-

-Orientalizante (Jiménez Ávila, 2001, fig. 2 e 3; Jiménez Ávila e Ortega Blanco, 2008a, p. 260-261, fig. 8), com exceção de uma fíbula de cotovelo, atribuível ao Bronze Final (Mederos Martín e Jiménez Ávila, 2016, p. 118, fig. 1) e, em princípio, do vaso de alabastro, o qual, embora não seja representado, se presume que seja mais antigo, considerando a lógica de produção e de chegada deste tipo de peças à Península Ibérica.

A *supra* mencionada deusa de Galera partilha esta divergência cronológica, constituindo uma escultura de alabastro produzida no século VIII na Síria que foi amortizada numa sepultura ibérica de meados do século V (Almagro-Gorbea, 2009; 2010, com sistematização de contributos anteriores).

Outros objetos, além das peças de alabastro, contribuem para esta problemática – é o caso das paletas de unguentos de marfim. Em Cancho Roano foram encontrados três destes objetos nos compartimentos 4 e 5 do edifício principal (Maluquer de Motes, 1983, p. 91, fig. 35; Gran-Aymerich e Puytison-Lagarce, 1995, p. 586-593; Almagro-Gorbea, 2008, p. 408). Recorde-se que parte dos fragmentos do unguentário de alabastro são também provenientes dos compartimentos 4 e 5, o que confere probabilidade à sua associação e uma grande coerência ao conjunto enquanto peças relacionadas com o uso de substâncias aromáticas.

Embora se desconheça a fase de ocupação à qual as paletas de marfim de Cancho Roano se poderão atribuir, mesmo que admitamos uma cronologia lata dentro do período de ocupação do sítio, existe uma grande diferença relativamente à data de produção proposta para este tipo de peças, com base na análise estilística da iconografia, centrada no século VII (Gran-Aymerich e Puytison-Lagarce, 1995, p. 594; Almagro-Gorbea, 2008, p. 413 e 511).

A mesma questão resulta dos fragmentos de uma ou mais placas decoradas com motivos zoomorfos orientais, atribuídos ao século VII, de La Mata, complexo monumental enquadrado no século V, onde se localizavam em E-12, compartimento exterior ao edifício principal (Rodríguez Díaz, 2004, p. 268-269, fig. 106 e p. 965, *apud* Almagro-Gorbea, 2008, p. 511) e se destinariam a decorar uma caixa ou uma peça de mobiliário de madeira.

Idêntica dicotomia aplica-se em Turuñuelo, sítio cuja ocupação se centrará no século V, mas onde uma das duas placas recolhidas apresenta motivos orientais com paralelos no Próximo Oriente em épocas anteriores (Jiménez Ávila e Domínguez de la Concha, 1995, p. 140, fig. 7, n.º 5 e 6).

Embora a paleta de unguentos da necrópole de Medellín, inserida no *bustum* 82/12, datado entre 600 e 575, se enquadre genericamente na cronologia proposta para a produção destas peças (Almagro-Gorbea, 2008, p. 406-408), as placas de marfim decoradas com motivos figurativos deste sítio suscitam a mesma problemática, ao pressuporem um fabrico em torno a 650 e ao conhecerem cronologias de deposição que oscilam entre 650 e 475 (Almagro-Gorbea, 2008, p. 445-464).



Fig. 18 – Fotografia de Manuel Heleno, registando uma possível porta nos compartimentos ortogonais no lado ocidental da Azougada (APMH/2/11/12-31/57).

A distância temporal entre o momento da produção de peças de marfim e o do seu contexto final de deposição nos casos de Medellín, La Mata e Cancho Roano sugere a Martín Almagro-Gorbea a existência de *tesauri* familiares, indicadores de famílias gentílicas ou régias, tendo as paletas de Cancho Roano servido para a unção do rei ou de um antepassado régio divinizado (2008, p. 416 e 511), numa lógica interpretativa semelhante à que o autor aplicou à deusa de Galera.

De facto, em Cancho Roano, os elementos relacionados com o perfume (unguentário de alabastro, *aryballoi* de Naucratis e de vidro e paleta de marfim) provêm de espaços (E-4, E-5 e E-6) onde se concentram os objetos de prestígio, nomeadamente elementos de toucador, joias de ouro e de prata, móveis suntuários, decorados com peças de marfim, elementos de banquete (espeto de bronze, ânforas e cerâmica ática – *kylikes* e taças Castulo) e de controlo económico (ponderais e um prato de balança), armas e elementos de atrelagem equestre (Almagro-Gorbea, Domínguez de la Concha e López-Ambite, 1990, p. 260-265), que traduzem, pelo menos, um ambiente aristocrático.

Além dos casos citados de Medellín (onde existe um conjunto vasto e diversificado, representado por pentes, placas decoradas, etc.), de Cancho Roano (onde também existem outras peças de marfim) e de La Mata, na Estremadura espanhola, a utilização de marfim está igualmente documentada num escaravelho de El Palomar (Almagro-Gorbea, 2008, p. 486). Particular relevância tem a referência à presença de marfim em bruto em Cancho Roano (Celestino Pérez, 1997,

p. 364, *apud* Almagro-Gorbea, 2008, p. 489), embora não se refira o seu contexto concreto, sugerindo a possibilidade de produção ebúrnea local e regional, nomeadamente do tipo de objetos a que aludimos. De qualquer modo, ainda que essa produção se confirme, não é expectável que recue ao século VII, atendendo à cronologia de ocupação do edifício (embora a fase mais antiga esteja escassamente escavada e documentada).

Registe-se que a continuação da produção de objetos de marfim nesta região se encontra atestada no século VI e no início do século V, testemunhada pelas placas com decoração geométrica (esquadrias retangulares) e lisas da necrópole de Medellín, que sucedem às composições figurativas, revelando a perda de qualidade da técnica e a desvinculação das influências orientais (Almagro-Gorbea, 2008, p. 469). Recorde-se que a partir da segunda metade do século V surge uma nova geração de marfins na Península Ibérica, testemunhados pelas caixas etruscas de Ibiza e de algumas necrópoles do Sudeste, as quais serão imitadas em osso pelo artesanato ibérico, podendo ter alcançado Cancho Roano (Jiménez Ávila e Domínguez de la Concha, 1995, p. 144).

Atendendo aos achados de Cancho Roano e à proximidade da cultura material (e de funções aristocráticas, entre outras) com a Azougada, não seria descabido que aqui tivessem existido objetos de marfim (ou de osso), nomeadamente paletas para unguentos, associadas funcionalmente ao unguentário de alabastro (ou a outros contentores de substâncias aromáticas), ainda que não disponhamos de evidências dos mesmos até à data.

A existirem, poderão não ter sido detetados quando dos trabalhos arqueológicos realizados ou permanecer ainda por exumar. Além dos objetos existentes no Museu Nacional de Arqueologia (Nabais e Soares, 2017), existem referências a peças de osso trabalhado nos cadernos de campo da Azougada, mas nem aquelas nem as que se encontram ilustradas parecem corresponder a este tipo de artefactos.

Ainda assim, recordando a iconografia usual nas paletas de unguentos, nas quais se representam animais mitológicos, incluindo grifos, evoque-se a placa de xisto da Azougada (Gomes, 2001, p. 110-F) – fig. 23, n.º 1 –, recolhida à superfície quando de trabalhos de realocação de sítios arqueológicos realizados nos anos 90 do século passado, no âmbito do projeto da barragem de Alqueva, na qual foram incisos um grifo (com uma iconografia muito próxima das representações patentes em pentes e paletas de unguentos de marfim) e, possivelmente, um touro.

Não descartando por completo essa hipótese, parece pouco provável que esta placa tenha sido usada como paleta de unguentos, considerando a sua simplicidade, embora nos escape a sua efetiva funcionalidade. É tentador ponderar o seu uso como modelo (iconográfico) para a execução de paletas de unguentos

de osso (considerando que se trataria de produção local), mas a inexistência (de momento) daquelas peças no registo arqueológico refreia essa propensão. Poderia também ter servido de modelo ou teste de traço para a execução de outras peças decoradas de material perecível, como pentes, caixas e pequenos objetos ou mobiliário de madeira, não se eliminando por completo a possibilidade de existência de paletas de unguentos de madeira.

Não será, todavia, irrelevante o facto de em Cancho Roano se ter recolhido, nas construções em frente a E-11, uma peça do mesmo tipo, com ambas as faces gravadas com cavalos a correr, alguns inacabados e enquadrados numa esquadria numa das faces (Maluquer de Motes et al., 1986, p. 221-225) – fig. 23, n.º 2. De qualquer modo, a placa da Azougada que, considerando a matéria-prima, se presume que constitua uma produção local, testemunha a presença, se não da mitologia, pelo menos da iconografia oriental. Adicionalmente, peças como o *smiting god* (fig. 24 e 25) e a placa de bronze cujos motivos foram descritos por Mário Varela Gomes como figurando touro com o disco solar (2001, p. 110-A e C), mas que a signatária propõe em alternativa que represente o mito do touro sagrado pastando flores de lótus (Antunes, no prelo), reforçam o argumento a favor da assimilação (aculturada ou não) das narrativas exógenas.

Voltando ao cerne da problemática que emerge do unguentário de alabastro da Azougada e das peças de alabastro e de marfim presentes no interior peninsular cuja morfologia e iconografia (oriental) remetem para o século VII, mas que encontraram o seu local de deposição final em contextos do século V, importa ensaiar tentativas de explicação para esse fenómeno, que adquire já amplos contornos.

Considerando que o comércio com o Próximo Oriente estaria condicionado a partir da queda de Tiro, em 573, poderíamos questionar-nos se a presença destas peças no interior peninsular decorreria eventualmente do saque de algumas necrópoles andaluzas na sequência da crise do século VI, à semelhança da leitura tradicional que responsabiliza o espólio de túmulos no Próximo Oriente pela chegada dos vasos de alabastro à Península Ibérica no século VII ou, em alternativa, como foi já ponderado por alguns autores, se estaria relacionada com a transmissão entre gerações de peças que chegaram às regiões do interior em época anterior (Almagro-Gorbea, 2008; 2009; 2010; Jiménez Ávila, 2008), hipótese que nos parece adquirir maior fundamento, podendo conceber-se teorias distintas (que não se excluem mutuamente) para a origem dessa presença mais antiga no interior.

Se considerarmos uma mera abordagem mercantil, numa abrangência territorial próxima da Azougada, estas peças têm enquadramento nos eixos comerciais estabelecidos com o litoral meridional entre os séculos VIII a VI, potenciados já pelos contactos estabelecidos desde o Bronze Final, mediados pelo padrão sírio de 9,4 g

(Antunes, 2017, p. 914-916), denunciados pelos motivos decorativos das cerâmicas de ornatos brunidos e pelas cerâmicas pintadas de sítios de altura e de planície localizados nos atuais concelhos de Serpa e de Moura, como Santa Margarida (Deus, Antunes e Soares, 2010; Antunes et al., 2012), Salsa 3 (Deus, Antunes e Soares, 2009; Antunes et al., 2012), Entre Águas 5 (Rebelo et al., 2009), Passo Alto (e.g. Soares et al., 2012), Álamo e Serra Alta (Soares, 2005) e pela presença esporádica de objetos de importação de matriz mediterrânica, como a fíbula de cotovelo, a pinça e a navalha de dorso curvo de bronze do Castro dos Ratinhos, em Moura (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 306, fig. 143, n.º 1-3, 17, 32 e 33).

Em Época Orientalizante, estes intercâmbios foram responsáveis pela chegada de outros produtos ao interior, de que podemos referir, para o Baixo Alentejo, o *pithos* e a fíbula de dupla mola de Torre Velha 3 (Estrela et al., 2012, p. 251; Antunes et al., 2017), a cerâmica cinzenta fina polida e as duas fíbulas de bronze de tipo Acebuchal da Casa Branca 11 (Antunes e Cosme, no prelo), em Serpa, as urnas Cruz del Negro, as ânforas de tipos 10.1.1.1 e 10.1.2.1. e algumas cerâmicas de engobe vermelho de Mértola (Barros, 2008), os vasos de engobe vermelho, os potes de tipos 8 e 11 de Tiro, as ânforas de tipos 7-10 de Ramón Torres, o fecho de cinturão de «duplo gancho», a possível fíbula de tipo Bencarrón-Acebuchal e as fíbulas de dupla mola do Castro dos Ratinhos (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 304-306 e 425-426) e o *thymiaterion* de bronze de Safara, em Moura (Vasconcelos, 1924, p. 34-35). A manutenção de trocas com o litoral peninsular de influência oriental está ainda atestada pela existência de um ponderal com 7,03 g na fase 1a (760-730 a. C.) do Castro dos Ratinhos (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 309; Valério et al., 2010, p. 1813), que traduz a presença do siclo fenício de 7,83 g (Antunes, 2017, p. 913).

Por outro lado, parece-nos igualmente plausível uma perspetiva diplomática, de acordo com a qual os unguentários de alabastro (com os seus conteúdos suntuários) e outras peças de prestígio terão constituído naquele período oferendas às elites locais, como forma de garantir a regularidade do aprovisionamento de cobre com destino ao litoral ou como um meio de promover a aceitação ou a facilitação da instalação de novas populações num território.

Sabemos que este método era usual no Próximo Oriente, estando documentado pelo menos relativamente ao Egito, que desse modo assegurava os seus interesses económicos junto dos governantes locais de outras regiões, tendo esta estratégia inspirado também uma das teorias sobre a presença de vasos de alabastro no litoral andaluz, neste caso em benefício dos interesses fenícios (Padró i Parcerisa, 1982-1983, p. 154 e 158; 1983, p. 73-74; Mederos Martín e Ruiz Cabrero, 2002). Seria por isso natural que a mesma lógica fosse implementada pelos fenícios ocidentais e pelos indígenas orientalizados nas relações com os líderes da intitulada *periferia tartéssica* (e.g. Rodríguez Díaz e Enríquez Navascués, 2001), na



Fig. 19 – Fotografia de Manuel Heleno, registando compartimentos ortogonais possivelmente na área Noroeste da Azougada (APMH/2/11/12-26/57).

ausência de melhor designação para uma região com uma identidade própria e que conheceu pautas de desenvolvimento específicas, mas que não teve o condão de ser evocada nas fontes.

Neste ponto, importa referir as grandes transformações desenvolvidas na segunda metade do século IX-primeira metade do século VIII no Castro dos Ratinhos, grande povoado do Bronze Final, estrategicamente implantado numa elevação destacada sobre o Guadiana, ocupado pelo menos desde o século XIII a. C. Efetivamente, a implementação, na fase 1b (datada entre 830 e 760 a. C. – Soares e Martins, 2010), de uma «acrópole» muralhada, de provável cariz simbólico, com construções erigidas de acordo com os cânones arquitetónicos (planta ortogonal, em alguns dos casos, solos e paredes revestidos de argila vermelha, bancos, etc.) e métricos (sistema modulado baseado no *codo fenício* ou *de Ezequiel*) e as técnicas construtivas orientais, com destaque para a que foi interpretada como santuário dedicado a Asherat e a Baal (ou a uma divindade indígena masculina associada), denuncia a presença de indivíduos plenamente conhecedores do culto e das técnicas, que seriam possivelmente elementos das populações orientais ou orientalizadas do litoral peninsular, tese já defendida pelos investigadores que ali realizaram escavações arqueológicas (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 244-258 e 426-428; Prados Martínez, 2010).

Na acrópole sidérica incluíam-se ainda duas cabanas de planta perfeitamente circular erguidas de acordo com as técnicas construtivas e o sistema modular

aplicados no edifício ortogonal interpretado como santuário, denunciando um projeto global implementado num só momento. Aquelas poderão ter servido como espaços de reunião e de residência do poder político, respetivamente, perpetuando a funcionalidade ancestral deste local destacado do povoado, uma vez que sucedem e se sobrepõem a cabanas de planta elíptica sucessivamente substituídas em vários momentos ao longo do Bronze Final (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 244-258 e 426-428).

A grande dúvida reside em saber quem encomendou este projeto, mimetizando cânones orientais articulados com tradições indígenas, se os herdeiros dos líderes ancestrais ou uma elite emergente dentro da sociedade local, ambos beneficiadores dos intercâmbios meridionais estabelecidos no Bronze Final e influenciados por esses contactos, com uma vontade e uma necessidade de assinalar e ostentar o seu poder recorrendo a novos parâmetros arquitetónicos, culturais (ainda que se possa admitir um eventual sincretismo com divindades indígenas) e porventura também sociais e políticos (Prados Martínez, 2010, p. 275).

Considerando a existência de um santuário de tipo semita na acrópole em associação a edifícios onde residiria e se exerceria o poder político, invoca-se a hipótese de se ter implementado uma liderança sacra (porventura uma monarquia) de modelo oriental, em que o chefe seria ressacralizado todos os anos, acompanhando a renovação do ciclo da vida, através do culto a Asherat, quando no solstício do verão o bétilo (Baal) projetava a sombra do sol sobre a árvore da vida, fecundando-a, no interior do santuário. De facto, a realidade testemunhada pelo Castro dos Ratinhos sugeriu aos investigadores que o escavaram a proposta de um momento de colonização antiga dos territórios do interior por via da conversão ritual e simbólica dos chefes locais (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 435).

Um paralelismo interessante encontra-se testemunhado no Guadiana Médio, no Cerro Borreguero (Badajoz), onde construções de planta ortogonal de Época Orientalizante se sobrepõem a uma grande cabana de planta oval datada dos séculos X-IX (Rodríguez González, 2016, p. 293; Celestino Pérez e Rodríguez González, 2017, p. 38).

Num plano essencialmente teórico, não pode ser descartada a possibilidade de os artefactos de prestígio arcaicos amortizados em contextos do século V terem pertencido originalmente a indivíduos exógenos, de origem oriental ou tartéssica aculturada, com destaque na sociedade (mercadores e aristocratas), que se instalaram nos territórios do interior e que se prolongaram genealogicamente nas regiões, nomeadamente neste caso na foz do Ardila, à semelhança do modelo proposto por José López Castro para a colonização fenícia do litoral andaluz, evocando a ida de Elisa para Cartago, acompanhada por membros da aristocracia e da família real tária (2006, p. 76, 77 e 84) e para a área ibérica granadina por

Martín Almagro-Gorbea, com base na deusa de Galera, referindo, além do mencionado episódio, a fuga de Luli de Tiro (2009; 2010, p. 230).

É improvável, todavia, que tenha sido esta a realidade no Castro dos Ratinhos, atendendo a que os indícios de uma influência ou presença oriental ou orientalizante se limitam aos *supra* descritos, sendo extremamente escassa a cerâmica importada, inexistente a metalurgia do ferro, estando ausente o uso do torno na produção local (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 425) e revelando a metalurgia do bronze e do ouro parâmetros rasteáveis na produção indígena do Bronze Final (Soares et al., 2010; Valério et al., 2010). Efetivamente, é mais plausível que seja a elite local, embora com o apoio ou mesmo o incentivo de agentes exógenos, a responsável pela implementação de uma nova realidade, que assume contornos mais ideológicos do que tecnológicos, procurando exalar formas de culto e de poder que na sua perspetiva mais a engrandeceria perante a população que governava e perante os seus pares regionais, não estando aqui certamente ausentes negociações vantajosas que lhe garantiriam o papel de intermediária privilegiada nos intercâmbios e contactos com o litoral.

A componente oriental ou orientalizante do Castro dos Ratinhos na segunda metade de 800-primeira metade de 700 constituiu um epifenómeno sem continuidade imediata (Antunes, 2014; Antunes et al., 2017). O santuário foi destruído por um incêndio, possivelmente num contexto de conflito, atendendo à ocultação da fina veste com sete botões de ouro, que se presume sacerdotal, sob a pedra que servia de base para o tronco que simbolizava Asher-rat e a árvore da vida. O edifício foi reerguido, mas novamente com recurso a técnicas construtivas indígenas típicas do Bronze Final e, embora se reconheça um ambiente de prestígio, perdeu a componente cultural, tendo este momento conhecido uma curta duração (760-730 a. C. – Soares e Martins, 2010). A reutilização como mera laje de pavimento no novo edifício da pedra que funcionava como bétilo no santuário (Berrocal-Rangel e Silva, 2010) é particularmente reveladora do abandono e porventura até da repulsa relativamente aos cânones orientais.

A reformulação simbólica das elites e uma eventual tentativa colonizadora fenícia ou tartéssica fortemente semitizada por via do poder político sacralizado não vingaram, verificando-se que o processo não se difundiu para a restante população, uma vez que neste período não se denota uma influência oriental ou orientalizante abrangente nas sociedades autóctones do Alentejo interior.

Os dados atuais parecem indicar que será a partir do século VII que se lançam as sementes do processo cultural, de matriz orientalizante, que germinará ao longo do século VI e encontrará plenitude na centúria seguinte, o que se relacionará com as próprias pautas de desenvolvimento da presença fenícia no litoral (mediterrânico e atlântico) peninsular e da sua maior capacidade de influência

das sociedades autóctones, bem como do papel que estas, semitizadas, tiveram na propagação do modelo político, social e cultural assimilado.

Embora escassos, os dados no interior do Alentejo não deixam de ser relevantes e permitem assinalar a presença de rituais de tipo oriental ou orientalizante associados a elites no século VII, testemunhados pelos *thimiateria* de bronze (Jiménez Ávila, 2002; 2005), nos quais se queimariam substâncias aromáticas, com destaque pela abrangência territorial relativamente à Azougada para o de Safara, em Moura (e.g. Vasconcelos, 1924, p. 34, 35; Jiménez Ávila 2002, p. 401 e 459, n.º 69), mas também pelo de Mourão, já no Alentejo Central (e.g. Correia, 1986; Jiménez Ávila, 2002, p. 405 e 466, n.º 82).

Na Península Ibérica, em contexto funerário, os *thimiateria* de bronze surgem em sepulturas consideradas por alguns autores como «principescas» (Aubert, 1984; *apud* Torres Ortiz, 1999, p. 155, 156). A presença de peças cerâmicas de produção local com marcado cariz simbólico (frequentemente coroadas de ornitormos) que assumiam a mesma função nos monumentos funerários Orientalizantes/Pós-Orientalizantes do Alentejo interior, como Palhais (Santos et al., 2009; 2017, fig. 15-16), Vinha das Calças (Arruda et al., 2017, fig. 11, n.º 155 e 160) ou Carlota (Salvador Mateos e Pereira, 2017, fig. 4, 9 e 10), na região de Beja e no «túmulo» II da Herdade do Pego, em Ourique (para o qual apontámos uma possível função ritual – Santos et al., 2017, p. 254), estando neste caso a peça destituída de decoração (Dias, Beirão e Coelho, 1970), reflete o sucesso do processo social e cultural de matriz orientalizante (re)iniciado na centúria anterior e denunciará a presença de elementos destacados na sociedade.

Presume-se que tenha sido precisamente no século VII (se não também antes, como vimos *supra*) que chegaram ao interior do Alentejo (bem como ao interior peninsular) os objetos de alabastro e de marfim referidos neste trabalho (e eventualmente outros de prestígio), seja por via comercial, seja por via diplomática, enquanto oferendas aos líderes locais, seja ainda por via da instalação, mais ou menos organizada, de elites exógenas, hipóteses que, na verdade, não se excluem mutuamente. A sua raridade e elevado valor económico, mas também simbólico, terão motivado o seu entesouramento e a sua impregnação de uma matriz genealógica ao serem mantidos pelos descendentes das elites do Período Orientalizante, os quais talvez acabassem por se incluir nas aristocracias do século V.

O entesouramento constitui um mecanismo ideológico que se desenvolve no âmbito de uma *economia de prestígio* ou de *dom e contra dom* (ou de oferta e contra oferta), característica das sociedades pré-monetárias, em que os objetos se antropomorfizam, ao vincular-se aos indivíduos e traduzem as relações socio-económicas do poder, constituindo uma ferramenta de perpetuação da organização social e do estatuto, nomeadamente das elites, como a aristocracia (Reboreda Morillo, 2015, p. 47, 48).

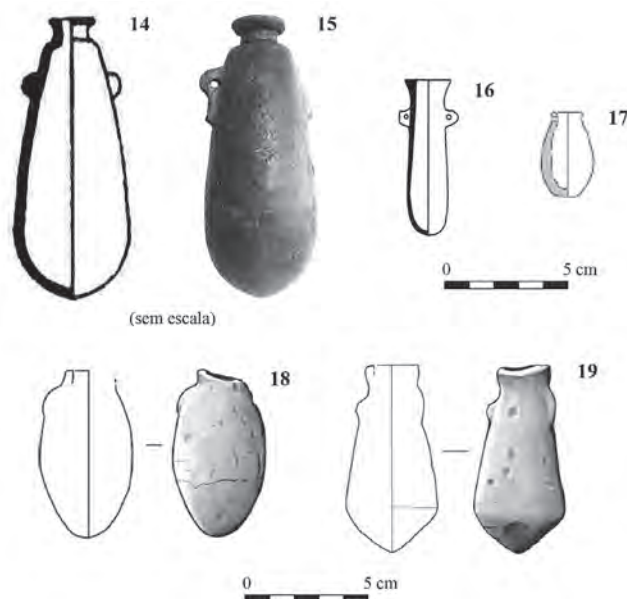


Fig. 20 – *Alabastra* de perfil alongado. Alabastro: 14. Jardín (Martín Ruiz, 1995, p. 170); Cerâmica de engobe vermelho: 15. Sepultura 100 de La Cruz del Negro (Argantonio, 2000, p. 300, fig. 154). Cerâmica comum: 16. Forma A.3 de La Mata (Rodríguez Díaz e Ortiz Romero, 2004, p. 219). Cerâmica cinzenta: 17. Torre de Palma (Mataloto, 2010-2011, p. 81, fig. 2). 18 e 19. Tera (Mataloto, 2010-2011, p. 89, fig. 8).

Os recipientes de alabastro, bem como as paletas de marfim e outros elementos de prestígio poderão ser considerados *objetos inalienáveis* (Weine, 1992 *apud* Rodríguez Díaz, Pavón Soldevila e Duque Espino, 2018b, p. 217), na medida em que terão cessado de circular comercialmente e se transmitem com as suas biografias de geração em geração, através de vínculos de parentesco. A sua circulação, quando ocorre, limita-se a contextos de elite caracterizados por redes horizontais que conectam indivíduos articulados por vínculos pessoais ou socioeconómicos (Rodríguez Díaz, Pavón Soldevila e Duque Espino, 2018b, p. 217). Seria, por exemplo, o caso das oferendas diplomáticas e de hospitalidade e dos dotes, que contribuiriam para consolidar as relações sociais e as alianças entre elites.

Por outro lado, inscrevem-se no conceito de *archaikum*, construções e objetos antigos estreitamente ligados aos antepassados, essenciais para as relações de localidade, utilizados em ritos distintos (Kistler et al., 2017, *apud* Rodríguez Díaz, Pavón Soldevila e Duque Espino, 2018b, p. 236).

Complementarmente, associam-se ao conceito de *keimelion*, atribuído às oferendas políticas e aos objetos *com biografias* entesourados progressivamente em diversos contextos do Egeu e do Mediterrâneo pelas elites e seus descendentes, mas também por instituições, nomeadamente santuários (González Ruibal e Ruiz-Gálvez, 2016; Rodríguez Díaz, Pavón Soldevila e Duque Espino, 2018b, p. 236).

Tal como foi proposto para o tesouro de Aliseda, que incluía como elemento mais antigo um torque de extremos voltados, e para o tesouro de Évora (Rodríguez Díaz, Pavón Soldevila e Duque Espino, 2018b, p. 236), os vetustos objetos de luxo entesourados até ao século V constituiriam *keimelia* com *archaika*, que

promoveriam elites ou grupos familiares aliçados no capital simbólico das suas linhagens e dos seus objetos de prestígio.

Uma das características das aristocracias Pós-Orientalizantes do interior do Alentejo e da Estremadura espanhola, sobretudo no século V, será precisamente o da ostentação por via do entesouramento, com destaque para as vetustas peças de prestígio, ideia que tem vindo, aliás, a ser salientada na investigação (Jiménez Ávila, 2008).

Além dos objetos de alabastro e das peças de marfim de estilo orientalizante já mencionadas, podem ainda encontrar-se outros objetos arcaicos em contextos de 400, já cotejados por alguns autores. É o caso de determinadas peças gregas, como o *aribalos* de Naucratis de Cancho Roano e a placa de marfim com um centauro de El Turuñuelo de Mérida (cuja produção recua ao século VI) e etruscas, designadamente os dois infundíbulos de bronze de Cancho Roano (Jiménez Ávila, 2008, p. 126-128).

Com algumas reservas, devido à natureza da sua recolha, será também eventualmente o caso de um passador de arnês de bronze com paralelos nos séculos VIII-VII e de um punhal do Bronze Pleno de El Jardín (núcleo de La Sorianilla), que poderá ter sido encontrado em conjunto com «braseiros» e outras peças pós-orientalizantes que indicarão porventura a presença de sepulturas aristocráticas (Jiménez Ávila, 2007; 2008, p. 112, 113, fig. 7). O facto de estas peças decorrerem do que foi classificado como um achado fortuito e de terem sido entregues pelos seus descobridores em vários lotes obriga, todavia, a encarar com muita cautela e até ceticismo estas associações artefactuais.

Outras situações em que poderemos estar em presença de *archaika* são o Torrejon de Abajo, onde os prótomos de bronze serão mais antigos (séculos VII-VI) do que a ocupação do sítio, balizada nos séculos VI-V (Jiménez Ávila e Ortega Blanco, 2008b) e em La Ayuela, residência de uma elite rural, onde alguns dos objetos de adorno terão perdurado pelas gerações que habitaram no local, entre os séculos VII e V (Rodríguez Díaz, Pavón Soldevila e Duque Espino, 2018b, p. 239, 240).

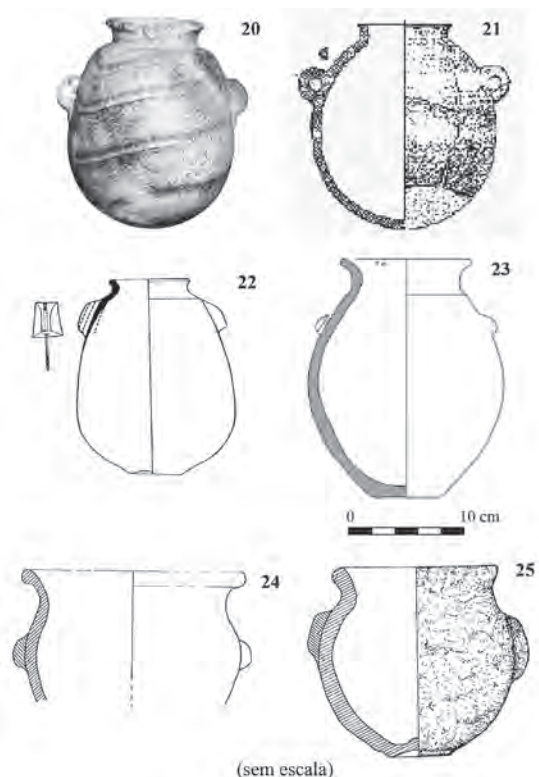


Fig. 21 – Alabastra de perfil globular. Alabastro: 20. Las Cumbres (Martín Ruiz, 1995, fig. 30). 21. Sepultura 2 de Trayamar (Gómez Peña, 2013, p. 921). Cerâmica cinzenta. 22. Sepultura 85C/21-2 de Medellín (Almagro-Gorbea et al., 2006, fig. 269, n.º 2). Cerâmica a torno oxidante. 23. Vinha das Calças (Arruda et al., 2016, p. 199, fig. 11, n.º 195). Cerâmica manual. 24 e 25. Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1996, p. 183, n.º 6 e Celestino Pérez et al., 1996, fig. 12, n.º 19).

Uma eventual relíquia poderia constituir igualmente a *oil bottle* de Palhais, em Beja, peça importada cuja produção não ultrapassará o primeiro quartel do século VI, identificada (descontextualizada) numa necrópole que terá perdurado entre o último quartel de 500 e meados da centúria seguinte (Santos et al., 2009; 2017, fig. 17), embora deva ser acautelada a circunstância de o sítio não se encontrar integralmente escavado.

O facto de desconhecermos o contexto dos *thymiateria* de bronze alentejanos referidos, bem como o da maioria destas peças na Península Ibérica, impede saber se também nestes casos se promoveu o entesouramento e a transmissão entre gerações.

Mas não só de *archaika* se alimentava a ostentação das aristocracias pós-orientalizantes. Aquela é também denunciada pelo entesouramento de objetos de luxo coevos, associados a comportamentos rituais e simbólicos das elites, caso dos conjuntos jarro-«braseiro» de bronze e da cerâmica ática, cuja elevada quantidade existente, sobretudo em Cancho Roano, não tem equiparação em nenhum outro sítio, conforme sublinhou Javier Jiménez Ávila (2008, p. 128). Neste ponto, é relevante mencionar a grande quantidade de cerâmica ática da Azougada, bem como os vários «braseiros» de bronze (que consideramos mais correto designar por recipientes metálicos de asas de mãos), que poderão testemunhar o mesmo fenómeno.

A dificuldade em rastrear as aristocracias orientalizantes e a sua evolução, devido às lacunas do registo arqueológico, tem motivado propostas de emergência de novas elites nos séculos VI-V, associadas essencialmente aos sítios aúlicos da Estremadura espanhola (Cancho Roano, La Mata), uma vez que os indícios das aristocracias rurais do século VII são escassos e ténues, reduzindo-se a achados isolados de artefactos de prestígio de bronze (maioritariamente jarros) – Jiménez Ávila, 2017 –, a partir dos quais aquelas são presumidas, mas não cabalmente caracterizadas, tal como acontece, aliás, no Alentejo interior, o que constitui mais um elemento comum a estes dois territórios.

Javier Jiménez Ávila visualiza no Pós-Orientalizante estremenho espanhol e alentejano uma estratégia de recurso ao passado como mecanismo de legitimação política (2002-2003; 2009b) e um processo de grupos aristocráticos emergentes, que procuram símbolos de legitimação anteriores ao Período Orientalizante com a intenção de se demarcarem ou até de substituírem as genealogias aristocráticas dos séculos VII e VI, sem que isso implique uma renúncia ao sistema ideológico associado (2009b, p. 73 e 92).

De acordo com o autor, as novas aristocracias rurais pós-orientalizantes necessitariam de referências simbólicas de legitimação do poder, possivelmente num contexto de crise, as quais se traduziriam na implementação em sítios ocupados em momentos anteriores, mas nunca coincidentes com ocupações de época

Orientalizante, de cujas linhagens se pretenderiam demarcar, por sobreposição ou por proximidade (como Neves, Fernão Vaz ou a necrópole de Tera) ou na associação a elementos mais antigos e idiossincráticos, como a estela de Cancho Roano (Jiménez Ávila, 2009b, p. 73). A esta tendência poderíamos acrescentar as necrópoles alentejanas da Quinta do Estácio 6, cujo recinto funerário maior se instalou sobre hipogeus da Idade do Bronze, respeitando-os (Pereiro, Mataloto e Borges, 2017) e do Monte do Bolor 1-2, integrada num espaço funerário com ocupação no Calcolítico e na Idade do Bronze (Soares et al., 2017), embora aqui se saliente sobretudo a longa tradição de ocupação da planície no Alentejo.

Refira-se, a propósito, que parece ter-se documentado uma ocupação neolítica ou calcolítica na Azougada, testemunhada pelos artefactos líticos recolhidos durante as escavações arqueológicas, alguns dos quais subjaziam aos compartimentos sidéricos, de acordo com os cadernos de campo de Manuel Pedro Madeira.

Neste contexto, atente-se ainda às palavras de Manuel Heleno: «Em 1941 o Dr. Frago e Duarte fizeram em Dezembro, nos dias 17 a 21 pesquisas e sondagens, trazendo bocados de cerâmica e uma laje [sic] com inscultura, partida» (1944a, fl. 17). Esta menção a uma laje decorada (lamentavelmente de paradeiro desconhecido) é deveras importante neste contexto, colocando-se a possibilidade de corresponder a uma estela de tipo alentejano do Bronze Pleno (que é, de facto, esculpida e não gravada), de que se conhecem diversos exemplares no Baixo Alentejo (embora concentrados na região oeste de Beja) ou a uma estela do Sudoeste (também designada estremenha ou de guerreiro), do Bronze Final (apesar de também não se encontrar representada regionalmente). Poder-se-ia argumentar que existe igual probabilidade de a peça descoberta corresponder a uma placa de xisto idêntica à que já foi referida, na qual se desenharam um grifo e possivelmente um touro por incisão. No entanto, seria mais lógico que aquela fosse descrita como placa e não como laje. A constituir uma das estelas referidas, funcionaria como *archaika*, de forma semelhante à estela de Cancho Roano, legitimando simbolicamente o poder da elite.

Sendo que nos parece incontornável a estratégia de recurso ao passado como mecanismo de legitimação política por parte destes grupos sociais, julgamos que deve ser explorada a possibilidade de estarmos na presença, não de elites emergentes, mas de elites tradicionais, com maior ou menor ancestralidade no território (real ou ficcionada, no caso de grandes saltos temporais) e que pretendiam demonstrar a antiguidade da sua genealogia (sobretudo quando de uma relocação no território), progressivamente aculturadas e cuja mobilidade geográfica decorreria de questões conjunturais e do crescimento da própria linhagem, as quais ostentavam através das respetivas relíquias familiares ou hereditárias (*archaika*) a antiguidade da sua estirpe, alicerçando no vínculo do Tempo a ligação ao espaço que dominavam e a legitimação social do seu poder. Esta estratégia

de ostentação de ancestralidade poderia até constituir uma resposta à emergência de novas elites, cuja existência não descartamos por completo, já que lidamos com um Tempo longo.

Na região de Moura, ainda que muito ligeiramente mitigado pelo *thimiatèrion* de Safara, permanece o *missing link* entre a ocupação do Castro dos Ratinhos e a da Azougada, apenas para mencionar os dois sítios icónicos deste território. Seriam os detentores dos *thimiateria* (e de outras peças de prestígio, como unguentários de alabastro) no século VII os descendentes das elites do Bronze Final, então já com alguns traços de aculturação e os antecessores das aristocracias do século V? Ou seriam elites emergentes, na sequência do aparente colapso da organização sociopolítica do Bronze Final, testemunhada pelo abandono dos povoados de altura e impulsioneadas pelos contactos e intercâmbios com o litoral atlântico e mediterrânico?

Já a presença das peças de alabastro na Azougada e em Cancho Roano, bem como das paletas de unguentos de marfim e dos objetos de bronze arcaicos em diversos sítios da Estremadura espanhola, parecem testemunhar pelo menos a ligação entre as elites do Período Orientalizante e as de Época Pós-Orientalizante (ou pelo menos parte delas), ainda que não consigamos rastrear de forma detalhada essa articulação, nem caracterizar de modo mais completo a sua evolução.

No Guadiana Médio, inspirados nos modelos preconizados para o Guadalquivir (e.g. González Wagner e Alvar, 2003, com bibliografia) e para a mesma região (Almagro-Gorbea, 1990; Celestino Pérez, 2005; Almagro-Gorbea et al., 2008), alguns autores advogam a existência de um processo político de colonização agrária em Época Orientalizante originada pela distribuição de terras por parte da aristocracia urbana de Medellín e alicerçada em relações clientelares e de servidão, que teria sido responsável pela implantação de sítios como o Cerro Manzanillo, El Chaparral e inúmeras instalações rurais de escala diversa na planície. Não descartam a possibilidade desta organização político-social coexistir, por um lado, com um modelo senhorial de ocupação do campo, baseado em sistemas tradicionais de poder e denunciado pelos bronzes rituais e objetos de prestígio e pelos edifícios mais antigos (B e C) de Cancho Roano e, por outro, com formas de campesinato autárquico, intuídas em determinadas necrópoles rurais, como Molino de Abajo ou Las Mayas de Usagre (Rodríguez Díaz, 2008; Rodríguez Díaz, Pavón Soldevila e Duque Espino, 2018b, p. 229-231).

No interior do Baixo Alentejo são inexistentes (no estágio atual da investigação) os povoados que pudessem deter um papel centralizador na gestão de macro territórios e um cariz urbano ou proto urbano, seja implantados em altura (com exceção porventura de Mértola, cuja função e articulação territorial requebrem maior definição), seja na planície. Esta é, na verdade, o palco privilegiado do povoamento sidérico no Guadiana Médio, bem como no Alentejo, destacando-se

ali sítios como El Palomar (Jiménez Ávila e Ortega Blanco, 2001; 2008a) e, de acordo com um conjunto de dados recentemente coligidos, também Medellín, cuja caracterização como povoado exclusivamente de altura deve ser matizada (Jiménez Ávila, 2017, p. 77-81), da mesma forma que deve ser repensada a sua origem orientalizante ou tartéssica, uma vez que se documentou uma precedência do Bronze Final na sua fundação, revelando processos de adaptação e aculturação progressiva da sociedade indígena, que se contrapõem a leituras de colonizações tartéssicas na região (Jiménez Ávila, 2016, p. 51, 52).

Perante os dados existentes de momento, não podemos associar a ocupação generalizada dos campos a que se assiste a partir do século VI (e porventura ainda no século VII) no interior do Alentejo a um processo de colonização, uma vez que está ausente a estrutura política e social que o determinaria. O cenário aqui será mais aproximado do fenómeno que para o Médio Guadiana foi apelidado de «senhoria-lização latente», segundo o qual se assiste a uma perduração das elites rurais durante um tempo longo, associado a uma estrutura política heterárquica ou descentralizada (Rodríguez Díaz, Pavón Soldevila e Duque Espino, 2018b, p. 218 e 231).

No interior do Alentejo, a partir do século VI destacam-se sítios que, esprelhando já plenamente uma arquitetura de cânones mediterrânicos e um modelo amplamente disseminado e assumido, pela sua dimensão e estruturação interna (múltiplos compartimentos organizados em torno de um pátio central, funcionalmente dedicados, onde se vislumbram espaços aristocráticos e sacros ou cultuais), podem revelar a presença destes senhores rurais, como Espinhaço de Cão (onde se identificou um possível altar – Mataloto, 2017, fig. 6), Malhadas das Taliscas 4 (Calado, Mataloto e Rocha, 2007, p. 147-151 e 153-156; Calado e Mataloto, 2008; Mataloto, 2004; 2009) ou o Monte do Roncão 11, onde se destaca a presença de um possível *larnax* e porventura do Monte Roncanito 4 (Marques, 2002; Marques et al., 2012, p. 33-54, fig. 10 – peça (019)7800), no Alentejo Central e Fernão Vaz (Beirão, 1986; Beirão e Correia, 1991; 1994; Correia, 1995, 1999; 2007; Arruda, 2001), Corvo I e Neves II (Maia, 1985-1986; 1987; 2008; Maia e Correia, 1985; Maia e Maia, 1986 e 1996; Arruda, 2001), no Baixo Alentejo.

Na margem esquerda do Guadiana, mais próximo da Azougada, poderá ter sido esse também o caso do Passo Alto (Serpa), apesar da sua planta ainda não ser totalmente conhecida, mas revelando a cultura material aspetos que se destacam, como a cerâmica cinzenta, uma placa enrolada de chumbo (idêntica a inúmeras existentes na Azougada) e uma peça de cerâmica semelhante à do Monte Roncão 11 (Soares et al., 2010; Antunes et al., 2017, fig. 5 e 8.1-3), a qual poderá igualmente corresponder a um *larnax*.

No interior do Baixo Alentejo, na margem direita do Guadiana, as putativas elites denunciadas pelo peculiar registo funerário que nos últimos anos tem vindo a surgir nas regiões de Beja e do Pedrogão, marcado por monumentos fune-

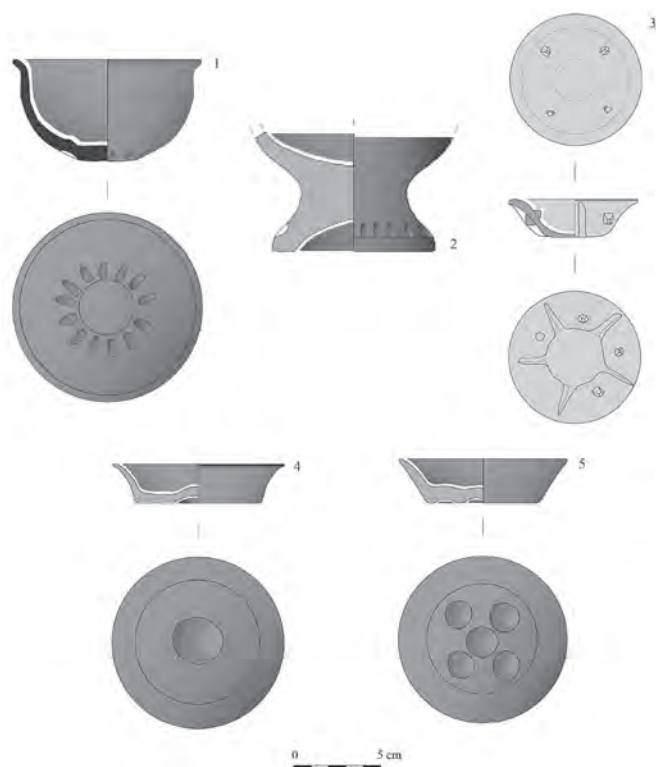


Fig. 22 – Peças com decoração de flores de lótus ou rosetas da Azougada.

rários no interior dos quais se inuma um indivíduo (por vezes dois) acompanhado de bens pessoais de prestígio e delimitados por fossos rituais escavados na rocha branca, parecem centrar-se num momento que se baliza, de modo lato, entre o século VI e a primeira metade da centúria seguinte.

Os monumentos funerários demarcariam simbolicamente o território do grupo social e/ou familiar que ali se encontrava representado. O progressivo adossamento de monumentos ou a posterior sepultação de indivíduos nos fossos delimitadores dos recintos funerários em alguns dos sítios revelam a importância de associação ao elemento mais ancestral (fundador da família/ linhagem?). Esta tendência havia já sido constatada nas necrópoles do Baixo

Alentejo situadas nos concelhos de Castro Verde e de Ourique (e.g. Arruda, 2001; 2004; Beirão, 1986; Correia, 1993; Jiménez Ávila, 2002-2003; Torres Ortiz, 1999; 2002; Vilhena, 2008), onde a prática tumular gregária recua ao Bronze Final, nas necrópoles da Atalaia e da Alcaria (Schubart, 1965; 1975). Trata-se, não obstante, de um modelo simbólico-arquitetónico disseminado num vasto território e plenamente assumido e reconhecido.

Já na área setentrional do Baixo Alentejo, temos dificuldade em caracterizar a origem daquela arquitetura funerária, já que o registo funerário do Bronze Final é escasso e, quando existe, remete para as fórmulas típicas do Bronze Pleno regional, plasmadas nos enterramentos em cista e em fossa (Antunes et al., 2012, p. 298, 299).

Quem eram, então, estas elites do século VI? Aristocratas necessariamente rurais, considerando a inexistência de vestígios de povoamento urbano ou proto urbano, que enriqueceram com as transações comerciais e/ou a posse da terra, iniciada pelos seus (quase invisíveis) antepassados na centúria anterior?

Efetivamente, os dados atuais indicam que o povoamento no interior do Alentejo, em ambas as margens do Guadiana, manteve um constante vínculo à planície entre o Bronze Final e a Época Pós-Orientalizante. Nos séculos VII-VI,

ocupações de planície, ainda que insuficientemente caracterizadas devido às lacunas decorrentes do grau de preservação dos vestígios e da limitação das áreas escavadas, podem ser rastreadas em Torre Velha 3 (Estrela et al., 2012), Salsa 3, Monte do Bolor 3 (Antunes et al., 2017) e Casa Branca 11 (Antunes e Cosme, no prelo), embora só no penúltimo caso se denote uma expressão habitacional propriamente dita.

A existência da necrópole do Monte do Bolor 1 (Soares et al., 2017) a 300 m do povoado do Monte do Bolor 3 torna plausível a associação entre os dois sítios, que se enquadrarão nos séculos VII-VI, sendo expressiva a dicotomia que a cultura material denota entre ambos, revelando o espaço funerário abundantes objetos de influência orientalizante, com destaque para os adornos pessoais, enquanto o *habitat* regista um predomínio de cerâmica manual com um vincado cunho indígena, ainda que não estejam ausentes peças de cariz mais destacado, como a cerâmica pintada, brunida e cinzenta (Antunes et al., 2017, p. 166). Não obstante, esta dicotomia poderá ser matizada pelo facto de não se ter escavado a parte residencial do sítio, mas aparentemente a produtiva, bem como pela circunstância de que a cerâmica depositada nas sepulturas não apresenta um nível tecnológico superior, sendo também manual (e até tosca – fenómeno comum nestas necrópoles), fazendo ainda sentido que os indivíduos se sepultem com os seus pertences pessoais, sobretudo num cenário cultural e social em que a ostentação seria um elemento relevante.

Se a maioria das necrópoles das regiões de Beja e Pedrogão parece apontar para uma certa isonomia na organização social, uma vez que são extremamente semelhantes entre si, revelando grupos (presumivelmente) familiares mais ou menos extensos com algum poder económico, expresso na plêiade de objetos sumptuosos que os indivíduos ostentam na morte, a análise da necrópole da Vinha das Calças (Arruda et al., 2017), a que foi escavada mais extensamente, denuncia, ao invés, evidentes desigualdades na tipologia das sepulturas (umas monumentalizadas e outras simples) e nos respetivos espólios, embora aqui também possam atuar fenómenos cronológicos.

É possível que alguns destes grupos rurais, simbolicamente alicerçados no membro fundador, se tenham destacado de forma progressiva, conformando elites que acabariam por se transformar nas aristocracias que encontramos no século V na Azougada e provavelmente também no Cabeço Redondo (Soares, 2012; Soares e Soares, 2016).

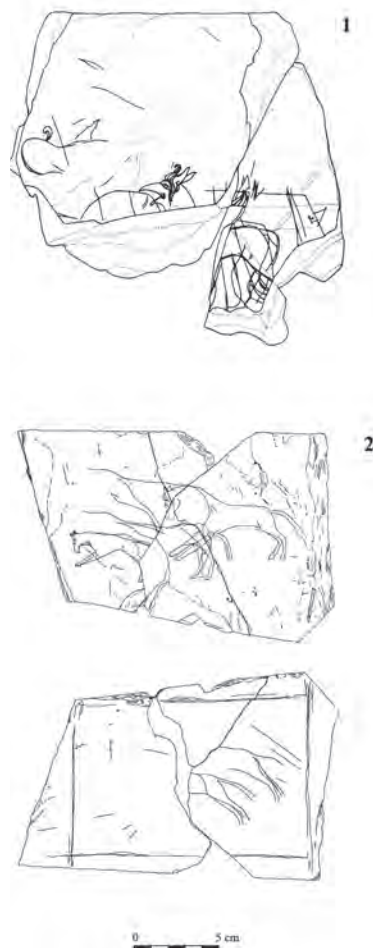


Fig. 23 – Placas de xisto gravadas. 1. Azougada (Gomes, 2001, fig. 3-F). 2. Cancho Roano (Maluquer de Motes et al., 1986, fig. 5 e 6).

Será num contexto em que se assiste à democratização ou à banalização dos indicadores de prestígio, conforme se poderá deduzir da quantidade de peças de elevado (ou médio?) valor socioeconómico identificadas nas necrópoles alentejanas e da sua limitada variabilidade morfológica e estética (constituindo um pacote de referência social) que se assiste ao entesouramento de peças únicas, arcaicas, exógenas, dotadas de um cariz biográfico ou genealógico e ideológico, por vezes acumulando uma tónica sacra que, enquanto símbolos de prestígio social, destacam os seus possuidores dos restantes pares.

O entesouramento é também promovido em contextos sacros, sendo comum identificar *keimelia* em santuários e em templos, onde eram efetuadas oferendas à(s) divindade(s) de diversificadas peças de prestígio (e.g. González Ruibal e Ruiz Gálvez, 2016; Garbati, 2018; García Cardiel, 2018), ato também impregnado de ostentação e de competição social.

Por outro lado, neste contexto de ostentação, em que se distinguem os possuidores dos objetos mais raros e *exóticos*, não pode ser descartada a possibilidade, muito pragmática, de existir simplesmente uma demanda por antiguidades e de um mercado que a satisfaça, fenómeno que, de qualquer modo, poderia andar a par do entesouramento genealógico, construindo-se ancestralidades tanto genuínas como forjadas.

No caso da Azougada, consideramos portanto que estamos perante *keimelia* com presença de *archaika* (o unguentário de alabastro), que integraria recipientes metálicos com asas de mãos e outros objetos de bronze, como os espetos, reveladores de rituais de comensalidade, caso do banquete, a par da cerâmica ática e da grande quantidade de ânforas, algumas das quais presumíveis contentoras de vinho. Contemplaria também mobiliário de luxo (com remates de prótomos de bronze), carros e cavalos e eventualmente tecidos e vestes (considerando o grande número de cossoiros recolhidos), com uma notória vertente aristocrática, mas que se associaria a uma evidente componente sacra.

Esta encontra-se testemunhada pelos objetos que relacionámos com Astarté (cantil, cerâmicas com flores de lótus ou rosetas) e com a mitologia tartéssica, também vinculada a Astarté (matriz de bronze de touro alimentando-se de flores de lótus), bem como pelo *smiting god* (Gomes, 1983), que poderia representar o elemento masculino deste par de divindades (fig. 24 e 25) e possivelmente também pelas taças com grafitos incisos, constituindo o unguentário de alabastro (e o seu presumido conteúdo aromático) por excelência a síntese de ambas as esferas, sendo peças desta matéria-prima, bem como os perfumes, usados de forma votiva na relação com a divindade e representando elementos de prestígio e de estatuto.

A Azougada poderia ter constituído assim uma residência aristocrática de importância regional, que integrava um santuário onde se prestava culto a Astarté e a uma divindade masculina do panteão sírio-fenício (sincretizados ou não com

deuses indígenas), ao qual com probabilidade se associava simbólica e ideologicamente a linhagem residente. Nesta perspetiva, afigura-se plausível que o *smiting god* represente um antepassado (herói-guerreiro) divinizado ou mitificado por via da equiparação à divindade e à cosmogonia que a peça simula e que, desse modo, legitimasse social e politicamente o poder da elite residente na Azougada e o projetasse para o território que geria, criando uma paisagem simbólica.

O controlo da relação com as divindades e da transmissão das cosmogonias vinculadas associar-se-ia portanto ao domínio dos meios de produção – testemunhados num conjunto de fornos possivelmente relacionados com o processo de transformação de cereal, da torrefação à panificação, que extravasaria o autoconsumo e porventura com a metalurgia e a olaria, também documentados por outras evidências (Antunes, 2018a; 2018b) –, de intercâmbio e de circulação, destacando-se os ponderais (Antunes, 2017), alicerçando a aristocracia residente o seu poder não só no fator económico, como também na religião e na memória.

Seguindo esta linha de pensamento, é tentador sucumbir à tendência que tem inspirado alguma investigação arqueológica nos últimos anos, explorando o conceito antropológico Lévi-Straussiano das «Sociedades de Casas» (e.g. González Ruibal e Ruiz Gálvez, 2016, com bibliografia; Rodríguez Díaz, Pavón Soldevila e Duque Espino, 2018a, com contributos de diversos autores), uma vez que tanto na Azougada, como na sociedade sidérica do interior do Alentejo, é possível identificar determinados vetores que se enquadram naquele tipo de organização social.

Este funcionaria em sociedades hierarquizadas mas não centralizadas (nomeadamente as heterárquicas), baseadas em sistemas agro-pastoris complexos e serviria para controlar e manter a propriedade. As características essenciais das «Sociedades de Casas» são as seguintes: bilateralidade e sistemas cognáticos, em que o dote tem um papel importante; a Casa como elemento simbólico, aspeto revelado por exemplo pela presença de santuários no interior das casas ou palácios, de casas que assumem funções de santuários e de templos ou a transformação de uma antiga casa num espaço ritual; um grande investimento na própria edificação (tamanho, complexidade, monumentalidade, decoração); símbolos de estatuto e de poder; e uma grande atenção ao passado, mediante ocupação dos mesmos locais ao longo de gerações, a manutenção de relíquias ou o culto aos antepassados (González Ruibal e Ruiz Gálvez, 2016, p. 384-388).

De facto, parece-nos que podemos identificar a maioria destas premissas, pontualmente, na Azougada e no interior do Alentejo. Desde logo, na Azougada, a existência de um espaço de culto (santuário) no espaço habitado ou mesmo, eventualmente, de uma casa que funciona como santuário; o investimento na edificação, testemunhado na monumentalidade natural que o destaque na paisagem desde a foz do Ardila confere à Azougada e na possível monumentalidade construída do Cabeço Redondo, além da adoção de um determinado modelo



Fig. 24 – Fotografia de 1944 de Manuel Heleno do *smiting god* de bronze (visão frontal) – APHM/2/11/54-77/88.



Fig. 25 – Fotografia de 1944 de Manuel Heleno do *smiting god* de bronze (visão lateral) – APHM/2/11/54-77/66.

arquitetónico, que se dissemina, plasmado na organização do espaço habitado em torno de um pátio central e na especialização funcional dos compartimentos, destacando-se os que manifestam comportamentos cultuais e de assembleia ou convívio; a demonstração de estatuto e de poder através do entesouramento e da ostentação; finalmente, a existência de *keimelia* familiares ou genealógicos, incluindo portanto *archaika* (como o unguentário de alabastro da Azougada) e um possível culto aos antepassados, por vezes heroicizados, que se vislumbra porventura no *smiting god* da Azougada, mas também nas necrópoles de comportamento gregário, com um progressivo adossamento das sepulturas (monumentalizadas) mais recentes às mais antigas e ainda nas estelas do Sudoeste com representações antropomórficas.

A importância da genealogia e da perpetuação dos antepassados, pelo menos das gerações mais próximas, encontra-se também espelhada na sociedade fenícia peninsular, conforme testemunha a inscrição que recorre a um duplo patronímico da urna de alabastro da sepultura 3 da necrópole de Laurita, na qual se pode ler *Burial / of Magon, the son of Arish, the son of Hilles*, seguindo uma fórmula comum na epigrafia funerária fenício-púnica (Zamora, 2013, p. 355 e 358; González Ruibal e Ruiz Gálvez, 2016, p. 400), impedindo-nos o receio de desvirtuar a leitura (em particular os antropónimos) a realização da tradução para português.

A natureza dos dados da Azougada, descontextualizados, constitui uma grande condicionante a todas as leituras que se procurem realizar sobre o sítio,

embora algumas associações artefactuais e contextuais baseadas nas informações dos cadernos de campo, em conjunto com o enquadramento na realidade arqueológica conhecida a nível regional e suprarregional permitam laborar no campo das possibilidades sustentadas e explorar um conjunto de interpretações que devem ser tomadas como hipóteses de trabalho.

O estudo do unguentário de alabastro permitiu revisitar outros objetos que poderiam complementar a sua função, numa perspectiva de prestígio e ritual ou cultural, conjugando-se a sua análise com dados contextuais constantes de documentação entretanto catalogada e disponibilizada, os quais nos conduziram num percurso que permitiu abordar um conjunto de questões relacionadas com a sociedade sidérica do interior do Alentejo e com a própria natureza da Azougada, onde se confirma a existência de um âmbito aristocrático e sacro, bem como a importância do sítio no contexto da Idade do Ferro Pós-Orientalizante Peninsular.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos revisores anónimos as sugestões e críticas efetuadas, que permitiram melhorar este trabalho e repensar a abordagem ao tema, salvaguardando que quaisquer omissões ou incorreções são naturalmente da responsabilidade da signatária.

Agradeço também ao Museu Nacional de Arqueologia a generosidade do tempo concedido para a revisão deste trabalho.

Agradeço a Javier Jiménez Ávila a informação sobre a existência do unguentário de alabastro do Castillo de Guadajira.

Expresso ainda um reconhecido agradecimento ao Pedro Albuquerque, que amavelmente se empenhou em corresponder ao pedido urgente que lhe fiz, permitindo-me aceder a bibliografia acabada de sair da gráfica em Sevilha a tempo de ultimar este trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura*. Madrid: CSIC. (Biblioteca Praehistorica Hispana; XIV).

ALMAGRO-GORBEA, M. (1990) – El Período Orientalizante en Extremadura. *La cultura tartésica y Extremadura*. Mérida. p. 85-126. (Cuadernos Emeritenses; 2).

ALMAGRO-GORBEA, M. (2002) – Tartessos, una cultura literária: textos, iconografía y arqueología. *Bolskan*. Huesca. 19, p. 15-33.

ALMAGRO-GORBEA, M. (2008) – Objectos de marfil y hueso. In ALMAGRO-GORBEA, M., dir. – *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia, p. 401-528.

- ALMAGRO-GORBEA, M. (2009) – La diosa de Galera, fuente de aceite perfumado. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 82, p. 7-30.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2010) – La diosa de Galera. In ALMAGRO-GORBEA, M.; TORRES ORTIZ, M. dir. – *La escultura fenicia en Hispania*. Madrid: Real Academia de la Historia, p. 186-233.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2013) – *Literatura hispana prerromana. Creaciones literarias fenicias, tartesias, ibéricas, celtas y vascas*. Madrid. (Colección Clave Histórica; 39).
- ALMAGRO-GORBEA, M.; DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, A.; LÓPEZ-AMBITE, F. (1990) – Cancho Roano. Un palácio orientalizador en la Península Ibérica. *Madrid Mitteilungen*. Madrid. 31, p. 251-308.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; JIMÉNEZ ÁVILA, J.; LORRIO, A.; MEDEROS, A.; TORRES, M. (2006) – *La necrópolis de Medellín. I. La excavación y sus hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; LORRIO, A. J.; MEDEROS, A.; TORRES, M. (2008) – *La necrópolis de Medellín. III. Estudios analíticos. IV. Interpretación de la necrópolis. V. El marco histórico de Medellín-Conisturgis*. Madrid. (Bibliotheca Archaeologica Hispana; 26.3).
- ALVÁREZ, N., CASTELLÓ, J. S.; GÓMEZ, C. (2000) – Estudio preliminar de las ánforas del Alt de Benimaquía (Dénia, Alicante). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses*. Castelló. 21, p. 121-136.
- ANTUNES, A. S. (2008) – ‘Castro’ da Azougada (Moura, Portugal): percursos do Pós-Orientalizador no Baixo Guadiana. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana I. El Río Guadiana en el Época Post-Orientalizante*, Mérida, 2006. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, p. 327-351.
- ANTUNES, A. S. (2009a) – *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizador da margem esquerda do Baixo Guadiana*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (O Arqueólogo Português; Supl. 5).
- ANTUNES, A. S. (2009b) – Castro da Azougada (Moura, Portugal): sacralidade e dinamismo comercial no Baixo Guadiana durante o Pós-Orientalizador. In *Símpoio Internacional de Arqueología de Mérida. Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*, 4, Mérida, 2005. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, p. 131-142.
- ANTUNES, A. S. (2014) – Alentejo. *Dizionario Enciclopedico della Civiltà Fenicia*. [Em linha]. Roma: Istituto di Studi sul Mediterraneo Antico; Consiglio Nazionale delle Ricerche, CSIC. Disponível em WWW:<URL:http://www.decf-cnr.org>.
- ANTUNES, A. S. (2017) – A Azougada (Moura) e o sistema metrológico da Idade do Ferro Pós-Orientalizador do Baixo e Médio Guadiana. In *Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 2, Lisboa, 2017. Lisboa: AAP, p. 905-926.
- ANTUNES, A. S. (2018a) – Moinhos de vaivém e giratórios da Azougada (Moura, Portugal). Um contributo para o estudo da moagem no Alentejo interior em meados do I milénio a. C. *CIRA. Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 6, p. 70-99.
- ANTUNES, A. S. (2018b) – Fornos/silos aéreos da arquitectura pós-orientalizante peninsular: a propósito de uns «fundos de cabana» e de umas estruturas circulares da Azougada. *Ophiussa*. Lisboa. 2, p. 113-139.
- ANTUNES, A. S. (no prelo) – O molde para amuletos com touro sagrado pastando flores de lótus da Azougada (Moura, Portugal). In *Mare Sacrum. Religión, cultos y rituales en el Mediterráneo. Homenaje al Profesor Jose María Blázquez. Coloquio Internacional del CEFYP*, 10, Cádiz, San Fernando, 2017. Cádiz: CEFYP.
- ANTUNES, A. S.; DEUS, M.; SOARES, A. M.; SANTOS, F.; ARÊS, L.; DEWULF, J.; BAPTISTA, L.; OLIVEIRA, L. (2012) – Povoados abertos do Bronze Final no Médio Guadiana. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: Instituto de Arqueología, p. 277-308.
- ANTUNES, A. S.; SOARES, A. M.; DEUS, M.; SOARES, R. (2017) – Povoamento «orientalizante» na margem esquerda do Guadiana. Uma leitura a partir do Passo Alto e do Castelo de Serpa. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana III. EL Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental, p. 131-157. (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta; 1).
- ANTUNES, A. S.; COSME, S. R. (no prelo) – Casa Branca 11 (Serpa, Portugal). Um sítio de planí-

cie da I Idade do Ferro no Alentejo Interior. In *Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, 10, Zafra. 2018. Zafra.

AMORES CARREDANO, F. (1982) – *Carta arqueológica de Los Alcores (Sevilla)*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla.

ARANCIBIA ROMÁN, A.; SAN JOSÉ, L. G.; JUZGADO NAVARRO, M.; DUMAS PEÑUELAS, M.; SÁNCHEZ-MORENO, V. M. (2011) – Aportaciones de las últimas intervenciones a la arqueología fenicia de la Bahía de Málaga. In ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M., ed. lit. – *Fenícios en Tartessos: nuevas perspectivas* Archaeopress: Oxford, p. 129-149. (British Archaeological Reports. International Series; 2245).

ARGANTONIO: *Rey de Tartessos*. Madrid: MEC, 2000.

ARNOLD, F.; MARZOLI, D. (2009) – Toscanos, Morro de Mezquitilla und Las Chorreras im 8. und 7. Jh. v. Chr. Siedlungsstruktur und Wohnhaustypologie. In HELAS, S.; MARZOLI, D., ed. lit. – *Phönizisches und punisches Städtewesen*. Mainz, p. 437-460.

ARRUDA, A. M. (2004) – Necrópoles Proto-Históricas do Sul de Portugal: o mundo oriental e orientalizante. In *Seminário Internacional sobre Temas Fenícios. El Mundo Funerario*, 3, 2002, Guardamar del Segura. Alicante: Universidad de Alicante, p. 457-494.

ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, p. 207-29.

ARRUDA, A. M. (2005a) – O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 23, p. 9-156.

ARRUDA, A. M. (2005b) – Orientalizante e Pós-Orientalizante no Sudoeste Peninsular: geografias e cronologias. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; CELESTINO PÉREZ, S., ed. lit. – *El Periodo Orientalizante. Actas. Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*, 3, Mérida. Mérida: CSIC, Instituto de Arqueología de Mérida, p. 277-303. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXXV).

ARRUDA, A. M.; BARBOSA, R.; GOMES, F.; SOUSA, E. (2016) – A necrópole da Vinha das

Caliças (Beja, Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. ed. lit. – *Sidereum Ana III. EL Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental, p. 187-225. (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta; 1).

ARRUDA, A. M.; OLIVEIRA, C. F. P. P.; FREITAS, V. (2016) – Castro Marim entre indígenas, fenícios e tartéssicos. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. ed. lit. – *Sidereum Ana III. EL Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental, p. 443-466. (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta; 1).

ARTEAGA, O. (1977) – Vorbericht ubre die Grabungskampagne 1976 bei Cerro del Mar. *Madrid-Mitteilungen*. Madrid. 18, p. 101-115.

AUBET, M. E. (1971) – Los hallazgos púnicos de Osuna. *Pyrenae*. Barcelona. 7, p. 111-132.

AUBET, M. E. (1984) – La aristocracia tartésica durante el período orientalizante. *Opus*. 3, p. 445-468.

AUBET, M. E. (2008) – Political and Economic Implications of the New Phoenician Chronologies. In SAGONA, C., ed. lit. – *Beyond the homeland: markers in Phoenician chronology*. Peeters: Leuven, p. 247-259.

AUBET-SEMMLER, M. E.; CZARNETZKI, A.; DOMÍNGUEZ, C.; GAMER-WALLERT, I.; TRELLISÓ, L. (1991) – *Sepulturas fenicias en Lagos (Vélez-Málaga, Málaga)*. Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente de la Junta de Andalucía, Dirección General de Bienes Culturales. (Intervenciones Arqueológicas en Andalucía; 1).

BARROS, L. (1998) – *Introdução à Pré e Proto-História de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada.

BARROS, P. (2008) – Mértola durante os séculos VI e V a. C. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana I. El Río Guadiana en el Época Post-Orientalizante*. Mérida, 2006. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, p. 399-414. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LXII).

BASHAR, M. (2015) – Los ungüentarios de alabastro en el Mediterráneo. I^{er} Milenio a. C. *Complutum*. Madrid. 26, 1, p. 213-223.

BEIRÃO, C. M. (1986) – *Une Civilisation Protohistorique du Sud de Portugal (1ère Âge du Fer)*. Paris: E. de Boccard.

- BEIRÃO, C. M.; CORREIA, V. H. (1991) – A cronologia do povoado de Fernão Vaz (Ourique, Beja). *Conimbriga*. Coimbra. XXX, p. 5-11.
- BEIRÃO, C. M.; CORREIA, V. H. (1994) – Novos dados arqueológicos sobre a área de Fernão Vaz. In *Homenaje a José María Blázquez*. Madrid: Ed. lit. Clásicas, p. 285-302.
- BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1984) – Coroplastia da Idade do Ferro do Sul de Portugal. In *Volume d'Hommage au géologue Georges Zbyszewski a l'occasion de son passage à la retraite (22 octobre 1979)*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, p. 431-468.
- BÉLEN, M. (1993) – Mil años de historia de Coria: la ciudad prerromana. *Azotea*. Coria del Río, Sevilla. 11-12, p. 35-61.
- BÉLEN, M. (2000) – Itinerarios arqueológicos por la geografía sagrada del Extremo Occidente. In *Santuarios fenicio-púnicos en Iberia y su influencia en los cultos indígenas*. *Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica*, 14, Eivissa, 1999. Eivissa, p. 57-102.
- BERLANGA PALOMO, M. J. (2003) – Nuevas aportaciones para la historia de la arqueología en la provincia de Málaga: documentos del Museo Nacional de Ciencias Naturales (II: los descubrimientos de «Casa de la Viña» (Vélez-Málaga) en el siglo XVIII. *Baetica. Estudios de Arte, Geografía y Historia*. Málaga. 25, p. 377-392.
- BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA, A. C. (2010) – O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). *Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (O Arqueólogo Português; Supl. 6).
- BEVAN, A. (2007) – *Stone Vessels and Values in the Bronze Age Mediterranean*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BONADIES, L. (2015) – Stone jars in the Mediterranean of the 1st millennium BCE. In MYNÁROVÁ, J.; ONDERKA, P.; PAVÚK, P., ed. lit. – *There and Back Again – the Crossroads II. Proceedings of an International Conference Held in Prague, 2014*. Praga: Charles University, Faculty of Arts, p. 529-548.
- BONSOR, G. E. (1899) – Les colonies agricoles pré-romaines de la vallée du Bétis. *Revue Archéologique*. Paris. XXXV.
- CALADO, M. (2002) – Povoamento Pré e Proto-Histórico da margem direita do Guadiana. *Al-Madan*. Almada. S. II, 11, p. 122-127.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2008) – O Post-Orientalizante da margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo Central). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante*. Mérida. p. 185-217. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XLVI).
- CALADO, M.; MATALOTO, R.; ROCHA, A. (2007) – Povoamento proto-histórico na margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo, Portugal). In *Arqueología de la tierra. Paisajes rurales de la Protohistoria Peninsular*. Cáceres, p. 129-179.
- CARDOSO, J. L. (2004) – A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a. C. até à chegada dos romanos: um ensaio de História Regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 12.
- CELESTINO PÉREZ, S. (1997) – Santuarios, centros comerciales y paisajes sacros. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellinenses*. Castelló. 18, p. 359-389.
- CELESTINO PÉREZ, S. (2001) – Los santuarios de Cancho Roano. Del indigenismo al orientalismo arquitectónico. In *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. Centro de Estudios del Próximo Oriente: CSIC, p. 17-56.
- CELESTINO PÉREZ, S. (2005) – El Periodo Orientalizante en Extremadura y la colonización tartésica del interior. In CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *El Período Orientalizante. Simposio Internacional de Arqueología de Mérida, 3, Mérida*. (Anejos de AEspA. XXXV). Badajoz. II, p. 767-785.
- CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, F. J. (1993) – *El palacio-santuario de Cancho Roano IV (el Sector Norte)*. Badajoz: Museo Provincial de Badajoz.
- CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, F. J. (1996) – *El palacio-santuario de Cancho Roano. V. El Sector Oeste*. Badajoz: Museo Provincial de Badajoz.
- CELESTINO PÉREZ, S.; HERNÁNDEZ CARRETERO, A.; JIMÉNEZ ÁVILA, F. J.; MARTÍN BAÑÓN, A.; PAVÓN SOLDEVILLA, I. (1996) – *El palacio-santuario de Cancho Roano. VI. El Sector Sur*. Badajoz: Museo Provincial de Badajoz.

- CELESTINO PÉREZ, S.; MARTÍN BAÑON, A. (1996) – *El palacio-santuario de Cancho Roano. VII. El Sector Este*. Badajoz: Museo Provincial de Badajoz.
- CELESTINO PÉREZ, S.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (2017) – Tarteso en Extremadura. *Revista de Estudios Extremeños*. Badajoz. LXXIII: 1, p. 13-56.
- CHAVES, F.; DE LA BANDERA, M. L. (1984) – Avance sobre el yacimiento arqueológico de Montemolín (Marchena, Sevilla). In BLAGG, T. F. C. JONES, R. F. J.; KEAY, S. J., ed. lit. – *Papers in Iberian Archaeology*. Oxford: Archaeopress, p. 141-157. (BAR International Series; 193).
- CORREIA, V. H. (1993) – As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: arquitectura e rituais. In *Congresso de Arqueologia Peninsular*, 1, Porto, 1993. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* Porto. XXXIII/ II, 3-4, p. 351-375.
- CORREIA, V. H. (1995) – The Iron Age in South and Central Portugal and the emergence of urban centres. *Proceedings of the British Academy*. London. 86, p. 237-262.
- CORREIA, V. H. (1999) – Fernão Vaz (Ourique, Beja). Balanço da investigação arqueológica. *Vipasca. Arqueologia e História*. Aljustrel. 8, p. 23-31.
- CORREIA, V. H. (2007) – Fernão Vaz. Um caso de estudo da paisagem rural do Sudoeste no período Orientalizante. *Arqueologia de la Tierra*. Cáceres, p. 181-194.
- CULICAN, W. (1970) – Almuñécar, Assur and Phoenician penetration of the Western Mediterranean. *Levant*. 2, p. 28-36.
- DEUS, M.; ANTUNES, A. S.; SOARES, A. M. (2009) – A Salsa 3 no contexto dos povoados abertos do Bronze Final do Sudoeste (Serpa). In *Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*, 4, Aracena, 2008. Aracena: Ayuntamiento de Aracena; Lisboa: IGESPAR, p. 514-543.
- DEUS, M.; ANTUNES, A. S.; SOARES, A. M. (2012) – Santa Margarida 1 (Serpa) no contexto do Bronze Final do Sudoeste. In *Congresso de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 5, Almodôvar, 2010. Almodôvar: Câmara Municipal, p. 171-188.
- DIAS, M. M.; BEIRÃO, C. B.; COELHO, L. (1970) – Duas necrópoles da Idade do Ferro do Baixo-Alentejo: Ourique. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 4, p. 175-219.
- DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, A. (1989) – *Un lote de cerámicas procedente de Benquerencia de La Serena (Badajoz)*. Badajoz. 1.
- ENGEL, A.; PARIS, P. (1999 [1904]) – *Una Fortaleza Ibérica en Osuna*. Granada: Universidad de Granada.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. (2001) – Fenícios a las puertas de Tartessos. *Complutum*. Madrid. 12, p. 73-96.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. (2002) – Dioses, toros y altares. Un templo para Baal en la antigua desembocadura del Guadalquivir. In FERRER, E., ed. lit. – *Ex Oriente Lux: las religiones orientales antiguas en la Península Ibérica*. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 32-75. (Spal Monografías; II).
- ESCACENA CARRASCO, J. L.; IZQUIERDO DE MONTES, R. (2001) – Oriente en Occidente. Arquitectura civil y religiosa en un barrio fenicio de la Caura tartésica. In RUIZ MATA, D.; CELESTINO, S., ed. lit. – *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: Centro de Estudios del Próximo Oriente – CSIC, p. 123-157.
- ESCACENA CARRASCO, J. L.; IZQUIERDO DE MONTES, R. (2008) – A propósito del paisaje sagrado fenicio de la paleodesembocadura del Guadalquivir. In DUPRÉ, X.; RIBICHINI, S.; VERGER, S., ed. lit. – *Definizioni dello spazio consacrato in ambiente etrusco, italico, fenicio-punico, iberico e celtico*. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche, p. 431-455.
- ESTRELA, S.; COSTEIRA, C.; ALVES C., PORFÍRIO, E.; SERRA, M. (2012) – Torre Velha 3 (Serpa): um novo ponto no mapa da Idade do Ferro do Sudoeste. In *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 5, Almodôvar, 2010. Almodôvar: Município de Almodôvar, p. 235-268.
- FERNÁNDEZ JURADO, J. (1988-1989) – Tartessos y Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva. X-XI.
- FERNÁNDEZ JURADO, J.; RUFETE TOMICO, P. (1986) – La orientalización de Tartessos y la presencia griega en Huelva. *Huelva y su Provincia*. Sevilla. 2, p. 166-218.

- FRUMKIN, A.; BAR-MATTHEWS, M.; DAVIDOVICH, D.; LANGFORD, B.; PORAT, R.; ULLMAN, M.; ZISSU, B. (2014) – In-situ Dating of Ancient Quarries and the Source of Flowstone ('calcite-alabaster') artifacts in the southern Levant. *Journal of Archaeological Science*. London. 41, p. 749-758.
- GAMER-WALLERT, I. (1973) – La inscripción del vaso de alabastro de la tumba núm. 1, de Almuñécar (Granada). In *Congreso Nacional de Arqueología*, 12, Jaén, 1971. Zaragoza: Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, p. 401-408.
- GAMER-WALLERT, I. (1978) – *Ägyptische und ägyptisierende Funde von der Iberischen Halbinsel*. Beihefte zum Tübinger Atlas des Vorderen Orients. Reihe B, Nr. 21. Wiesbaden: Reichert.
- GARBATI, G. (2018) – Colonne d'oro e di smeraldo. Note sulla circolazione e sulla manifestazione della ricchezza nei templi fenici. In FERRER ALBELDA, E.; PEREIRA DELGADO, A., coord. – *Los negocios de Plutón. Economía de los santuarios y templos en la Antigüedad* Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 63-91. (Spal Monografias; XXVIII).
- GARCÍA CARDIEL, J. (2018) – Los devoradores de regalos: santuarios y economía en el mundo ibérico. In FERRER ALBELDA, E.; PEREIRA DELGADO, A., coord. – *Los negocios de Plutón. Economía de los santuarios y templos en la Antigüedad*. Sevilla: Universidad de Sevilla. p. 119-146. (Spal Monografias; XXVIII).
- GARCÍA TEYSSANDIER, E.; MARZOLI, D.; CABACO ENCINAS, B.; HEUBNER, B.; GAMER-WALLERT, I. (2016) – El descubrimiento de la necrópolis fenicia de Ayamonte, Huelva (siglos VIII-VII a. C.). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. ed. lit. – *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental, p. 493-530. (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta; 1).
- GARRIDO ROÍZ, J. P. (1970) – *Excavaciones en la Necrópolis de «La Joya», Huelva (1ª y 2ª Campañas)*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia. (Excavaciones Arqueológicas en España; 71).
- GARRIDO ROÍZ, J. P.; ORTA GARCIA, E. M. (1978) – *Excavaciones en la necrópolis de «la Joya», Huelva. II. (3ª, 4ª y 5ª campañas)*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia. (Excavaciones Arqueológicas en España; 96).
- GOMES, F. J. B. (2016) – *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GOMES, M. V. (1983) – El «Smiting God» de Azougada (Moura). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 40, p. 199-220.
- GOMES, M. V. (2001) – Divindades e santuários púnicos, ou de influência púnica, no Sul de Portugal. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente. Actas do Colóquio internacional*, Lisboa, 2000. Lisboa: Universidade Aberta, p. 99-148.
- GÓMEZ PEÑA, Á. (2013) – Algunas notas sobre los alabastrinos fenicio-púnicos de la Península Ibérica. In *Congreso Internacional sobre Estudios Cerámicos*, 1, Cádiz, 2010. *Homenaje a la Dra. Mercedes Vegas*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, p. 900-926.
- GONZÁLEZ DE CANALES, F.; SERRANO, L.; LLOMPART, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (ca. 900-770)*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- GONZÁLEZ DE CANALES, F.; SERRANO, L.; LLOMPART, J. (2006) – The Pre-Colonial Phoenician Emporium of Huelva ca 900-770 BC. *BABesch. Bulletin Antieke Beschaving, Annual Papers on Classical Archaeology*. Louvain. 81, p. 13-29.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A.; RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. L. (2016) – House Societies in the Ancient Mediterranean (2000-500 BC). *Journal of World Prehistory*. 29. 3: 4, p. 383-437.
- GONZÁLEZ WAGNER, C.; ALVAR, J. (2003) – La colonización agrícola en la Península Ibérica. Estado de la cuestión y nuevas perspectivas. In GÓMEZ BELLARD, C., ed. lit. – *Ecohistoria del paisaje agrario. La agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo*. Valencia: PUV, p. 187-204.
- GRACIA ALONSO, F. (2003) – Las cerámicas áticas del Palacio-Santuario de Cancho Roano. In CELESTINO PÉREZ, S., dir. – *Cancho Roano. VIII. Los materiales arqueológicos I*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, p. 21-194.
- GRAN-AYMERICH, J.; PUYTISON-LAGARCE, É. (1995) – Recherches sur la période orientale en Étrurie et dans le Midi ibérique. *Comptes Rendus des Séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. Paris. 139.ª année, 2, p. 569-604.

- HELENO, M. – *Caderno de campo n.º 1*. 1944. *Excursão a Moura*. Out. [Manuscrito]. 1944a. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- HELENO, M. – *Caderno de campo n.º 2*. *Excursão a Moura*. Out. [Manuscrito]. 1944b. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- HELENO, M. – *Azougada e Outeiro de São Bernardo (Moura)*. Out. de 1946 [Manuscrito]. 1946. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- HELENO, M. – 1947. *Castro da Azougada* [Manuscrito]. 1947. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- HERNÁNDEZ, E. (1999) – Excavaciones en el collado y pinar de Santa Ana (Jumilla, Murcia). Campaña de 1993. *Memorias de Arqueología*. 8, p. 183-193.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2001) – Los complejos monumentales del Guadiana y su integración en el panorama del Hierro Antiguo del Suroeste peninsular. In RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S., ed. lit. – *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid, p. 193-226.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2002) – *La Toréutica Orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid. (Bibliotheca Praehistorica Hispana; 16).
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. – (2002-2003) – Estructuras tumulares en el Suroeste Ibérico. En torno al fenómeno tumular en la Protohistoria Peninsular. *Boletín de la Asociación Española de los Amigos de la Arqueología*. Madrid. 42, p. 1-120.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2005) – De los bronceos tartésicos a la toréutica Orientalizante. La bronzística del Hierro Antiguo en el mediodía peninsular. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; CELESTINO PÉREZ, S. coord. – *El Periodo Orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida: CSIC. Vol. 2, p. 1089-1116. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXXV).
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2007) – El Período Post-Orientalizante entre las provincias de Córdoba y Badajoz. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 18, p. 23-46.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2008) – El final del Hierro Antiguo en el Guadiana Medio. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época Post-Orientalizante*. Mérida: CSIC, p. 101-134. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XLVI).
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2009a) – Modelos arquitectónicos en la Protohistoria de Suroeste Peninsular: edificios «en tridente». In *Santuários, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*. Mérida: CSIC, Instituto de Arqueología de Mérida, p. 89-100. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XLV).
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2009b) – Arquitectura y modalidad: la construcción del poder en el mundo Post-Orientalizante. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 82, p. 69-95.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2016) – El Post-Orientalizante entre España y Portugal. Entre lo tartésico y lo turdetano. In MAIA, M., ed. lit. – *Actas da Mesa Redonda Turdetânia e Turdetanos*. Castro Verde. p. 35-58. (Cadernos do Museu da Lucerna; II).
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2017) – Ancha es Tartessos. El Periodo Orientalizante (siglos VIII-VI a. C.) en el tramo extremeño del Guadiana. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana III. EL Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental, p. 467-492. (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta; 1).
- JIMÉNEZ ÁVILA, J.; DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, C. (1995) – Materiales protohistóricos de «El Turuñuelo» (Mérida, Badajoz). *Pyrenae*. Barcelona. 26, p. 131-151.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J.; ORTEGA BLANCO, J. (2001) – El poblado orientalizante de El Palomar (Mérida, Badajoz). Noticia preliminar. In RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S., ed. lit. – *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: CSIC, p. 227-248.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J.; ORTEGA BLANCO, J. (2008a) – El poblamiento en llano del Guadiana Medio durante el Periodo Post-Orientalizante. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época Post-Orientalizante*. Mérida: IAM, p. 251-282. (Anejos de Aespa; XLVI).

- JIMÉNEZ ÁVILA, J.; ORTEGA BLANCO, J. (2008b) – El Torrejón de Abajo. Un yacimiento orientalizador en el entorno periurbano de Cáceres. In SANABRIA MARCOS, P. M., ed. lit. – *Arqueología urbana en Cáceres. Investigaciones e intervenciones recientes en la ciudad de Cáceres y su entorno. Actas de las Jornadas de Arqueología del Museo de Cáceres*. Cáceres: Museo de Cáceres, p. 83-111. (Memoria; 7).
- KISTLER, E.; ÖHLINGER, B.; DAUTH, T.; IRO-VEC, R.; WIMMER, B. (2017) – *Archaika* as a Resource. The Production of Locality and Colonial Empowerment on Monte Iato (Wester Sicily) around 500 BC. In SCHOLZ, A. K.; BARTELHEIM, M.; HARDENBERG, R.; STAECKER, J., ed. lit. – *Resource Cultures. Sociocultural Dynamics and the Use of Resources-Theories. Methods, Perspectives*. Tübingen: Universität Tübingen, p. 159-175.
- LECLANT, J. (1972) – Fouilles et travaux en Égypte et Soudan, 1970-1971. *Orientalia*. Roma. 41: 2, p. 249-291.
- LIMA, J. F. ([1942] 1988) – *Monografia arqueológica do concelho de Moura*. Moura: Câmara Municipal.
- LIMA, J. F. (1943) – *Cópia das notas tomadas no Castro da Azougada (Abril de 1943)*. *Diário das Escavações no Castro da Azougada em Abril de 1943* [Manuscrito]. 1943. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- LIMA, J. F. ([1943] 1981a) – O Castro da Azougada. História da sua descoberta e explorações. *Jornal de Moura* n.º 810 e 811 de 18 e 25/9/1943. In *Elementos Históricos e Arqueológicos do Concelho de Moura*. Moura: Biblioteca Municipal, p. 176-196.
- LIMA, J. F. ([1943] 1981b) – Da arqueologia. Influência grega no Castro da Azougada. *Jornal de Moura* n.º 810 e 811 de 18 e 25/9/1943. In *Elementos Históricos e Arqueológicos do Concelho de Moura*. Moura: Biblioteca Municipal, p. 308-311.
- LIMA, J. F. (1951) – Aspectos da romanização no território português da Bética. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. N.S. 1, p. 171-212.
- LINDEMAN, G.; NIEMEYER, H. G.; SCHUBART, H. (1972) – Toscanos, Jardín und Alarcón. Vorbericht über die Grabungskampagne 1971. *Madrid der Mitteilungen*. Madrid. 13, p. 125-57.
- LÓPEZ, E. (2005) – El perfume en los rituales orientalistas de la Península Ibérica. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; CELESTINO PÉREZ, S., coord. – *El Período Orientalizante*. I. Madrid: CSIC. p. 669-681. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXXV).
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (2006) – Colonials, merchants and alabaster vases: the western Phoenician aristocracy. *Antiquity*. Durham. 80, 307, p. 74-88.
- LORRIO, A. (2008) – Cerámica gris. In ALMAGRO-GORBEA, M., dir. – *La necrópolis de Medellín, II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia, p. 673-723.
- MAASS-LINDEMAN, G. (2002) – Los hallazgos fenicios del Cerro del Alarcón. In SCHUBART, H., ed. lit. – *Toscanos y Alarcón. El asentamiento fenicio de la desembocadura del río de Vélez. Excavaciones de 1967-1984*. Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la UFP; Málaga: Ayuntamiento de Vélez-Málaga, p. 189-244. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 8).
- MACÍAS, J. A.; CABACO ENCINAS, B.; GARCÍA TEYSSANDIER, E. (2016) – Primer avance sobre el asentamiento fenicio de Ayamonte (Huelva). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana III. EL Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental, p. 467-492. (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta; 1).
- MADEIRA, M. P. – *Diário das escavações feitas no Castro da Azougada, (Moura) no ano de 1944* [Manuscrito]. 1944. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- MADEIRA, M. P. – *Escavações no Castro da Azougada (Moura). Ano de 1946. 1.º semestre. 17 do 4 a 21 do 5/46. 3.ª campanha* [Manuscrito]. 1946a. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- MADEIRA, M. P. – *Castro da Azougada (Moura). Ano de 1946 de 26/8/46 a 28/10/46. 4.ª campanha* [Manuscrito]. 1946b. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- MADEIRA, M. P. – *Escavação no Castro da Azougada. Moura. Ano de 1947 – de 22 de Setembro a 1 de Novembro de 1947* [Manuscrito]. 1947. Acessível

vel na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.

MAIA, M. G. P. (1985-1986) – Neves II e a «fácies» cultural de Neves-Corvo. *Arquivo de Beja*. Beja. 2.^a S., III, p. 23-42.

MAIA, M. (1987) – Dois *larnakes* da Idade do Ferro do Sul de Portugal. In *Coloquio sobre linguas y culturas Paleohispánicas*, 4, Vitoria/Gasteiz, 1985. Veleia. Vitoria. 2-3., p. 223-242.

MAIA, M. (2008) – Reflexões sobre os Complexos Arquitectónicos de Neves-Corvo, na região central do Baixo Alentejo, em Portugal. In *Sidereum Ana I. El Rio Guadiana en el Época Post-Orientalizante, Mérida*, 2006. Mérida: Instituto de Arqueologia de Mérida, p. 353-364.

MAIA, M.; CORREA, A. (1985) – Inscripción en escritura tartésica (o del SO) hallada en Neves (Castro Verde, Baixo Alentejo) y su contexto arqueológico. *Habis*. Sevilla. 16, p. 243-274.

MAIA, M.^a; MAIA, M. (1986) – *Arqueologia da área mineira de Neves-Corvo. Trabalhos realizados no triénio 1982-1984*. Castro Verde: Somincor.

MAIA, M.^a; MAIA, M. (1996) – Arqueologia do couro mineiro de Neves-Corvo. *Mineração do Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal, p. 83-93.

MALUQUER DE MOTES, J. (1963) – Descubrimiento de la necrópolis de la antigua ciudad de Sexi en Almuñécar (Granada). *Zephyrus*. Salamanca. 14, p. 57-61.

MALUQUER DE MOTES, J. (1981) – *El Santuario Protohistórico de Zalamea de la Serena* (Programa de Investigaciones Protohistóricas IV). Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Universidad de Barcelona.

MALUQUER DE MOTES, J. (1983) – *El Santuario Protohistórico de Zalamea de la Serena, Badajoz, II, 1981-1982*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Universidad de Barcelona. (Programa de Investigaciones Protohistóricas; V).

MALUQUER DE MOTES, J.; GRACIA, F.; MUNILLA, G.; CELESTINO, S. (1987) – Cancho Roano. Un palacio-santuario del siglo V. *Revista de Arqueología*. Madrid. 74, p. 36-50.

MALUQUER DE MOTES, J.; CELESTINO, S.; GRACIA, F.; MUNILLA, G. (1986) – *El santuario*

protohistórico de Zalamea de la Serena, Badajoz, III, 1983-1986. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas y Universidad de Barcelona. (Programa de Investigaciones Protohistóricas; XVI).

MARQUES, J. A. F. (2002) – Panorâmica dos Trabalhos Arqueológicos efectuados no Bloco 14. Medieval/Moderno, Bacia do Degebe e Reguengos a Sul do Álamo. *Al-Madan*. Almada. II.^a S. 11, p. 145-151.

MARQUES, J. M.; GÓMEZ MARTÍNEZ, S.; GRILO, C.; BATATA, C. (2013) – *Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o Rio Degebe e a Ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos Medieval e Moderno): Bloco 14 – Intervenções e Estudos no Alqueva*. Évora: EDIA; DRCALEN (Memórias d'Odiana. Estudos Arqueológicos do Alqueva, 2.^a S.).

MARTÍN CÓRDOBA, E.; RAMÍREZ SÁNCHEZ; J. de D.; RUESCAS PAREJA, V.; RECIO RUIZ, A. (2006) – Necrópolis fenicias de los siglos VIII-VII en la desembocadura del río Vélez (Vélez-Málaga, Málaga). *Mainake*. Málaga. xxviii, p. 303-331.

MARTÍN RUIZ, J. A. (1995) – *Catálogo documental de los fenicios en Andalucía*. Sevilla: Junta de Andalucía.

MATALOTO, R. (2009) – Através dos campos: arquitectura e sociedade na Idade do Ferro alto alentejana. In *L'espai domèstic i l'organització de la societat a la protohistòria de la Mediterrània occidental (I^{er} millenni a. C.): Actes. Reunió Internacional d'Arqueologia de Calafell*, 4, Calafell, Tarragona, 2007. *ArqueoMediterrània*. Barcelona. 11, p. 279-298.

MATALOTO, R. (2010-2011) – Os Senhores da Terra: necrópoles e comunidades rurais do território alto alentejano nos séc. VI-V a. C. *Arqueologia e História*. Lisboa. 62-62, p. 77-100.

MATALOTO, R. (2017) – It's the End of the World as We Know It...: o final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro no interior alentejano. In CELESTINO PÉREZ, S.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E., ed. lit. – *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en la época tartésica* Mérida: CSIC, p. 363-392. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LXXX).

MEDEROS MARTIN, A. (2001) – Fenícios evanescentes. Nascimento, morte y redescubrimiento

de los fenicios en la Península Ibérica. I. (1780-1935). *Saguntum*. Valencia. 33, p. 37-48.

MEDEROS MARTÍN, A.; JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2016) – Las fibulas de codo del Bronce Final en Extremadura y las representadas en las estelas del Suroeste de la Península Ibérica. A propósito de una nueva fibula del Castillo del Guadajira (Lobón, Badajoz). Madrid: Universidad Autónoma. p. 117-134. (Anejos a Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid; 2).

MEDEROS MARTÍN, A.; RUIZ CABRERO, L. A. (2002) – La fundación de Sexi-Laurita (Almuñécar, Granada) y los inicios de la penetración fenicia en la Vega de Granada. *SPAL*. Sevilla. 11, p. 41-67.

NABAIS, M.; SOARES, R. (2017) – Os ossos trabalhados do Castro da Azougada (Moura, Portugal). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. – *Arqueologia em Portugal. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 263-301.

NEGUERELA, I. (1991) – Sobre la fecha de la necrópolis Laurita de Almuñécar. In AUBET, M. E., ed. lit. – *Jornadas de Arqueología fenicio-púnica*, I-IV, Ibiza 1986-89. Eivissa: Museu Arqueològic d'Eivissa, p. 199-207. (Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza; 24).

NEVILLE, A. (2007) – *Mountains of Silver & Rivers of Gold. The Phoenicians in Iberia*. Oxford: Oxbow Books, p. 199-207.

NIEMEYER, H. G. (1982) – Die phönizische niederlassung Toscanos: eine zwischenbilanz. In NIEMEYER, H. G., ed. lit. – *Phönizier im Westen. Madrider Beiträge*. Mainz. 8, p. 185-206.

NIEMEYER, H. G. (1985) – El yacimiento fenicio de Toscanos: urbanística y función. *Aula Orientalis*. Barcelona. 3, p. 109-126.

OGGIANO, I. (2010) – Nuovi dati sul ruolo degli artigiani fenici nella produzione delle anfore in pietra tra Egitto e Levante. In BARTOLONI, G.; MATTHIAE, P.; NIGRO, L.; ROMANO, L., ed. lit. – *Tiro, Cartagine, Lixus: nuove acquisizioni. Convegno Internazionale in Onore di Maria Giulia Amadasi Guzzo*. Roma, 2008. Roma: Università degli Studi La Sapienza, p. 181-205. (Quaderni di Vicino Oriente; 4).

OIAIO, A. (2015) – *Ânforas da Idade do Ferro na Quinta do Almaraz (Almada)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia. Universidade de Lisboa.

OLIVEIRA, C. (2008) – Produção e consumo de cerâmica manual no Castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V a.n.e. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante*. Mérida, p. 447-467. (Anejos de AEspA; XLVI).

PADRÓ I PARCERISA, J. (1982-83) – De nuevo sobre los hallazgos egipcios y egiptizantes de la Península Ibérica. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de Castellón*. 9, p. 149-191.

PADRÓ I PARCERISA, J. (1983) – Los fenicios y la distribución de objetos egipcios en el extremo occidente mediterráneo. In *Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*, 1, Roma, 1979. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche, p. 67-75. (Collezione di Studi Fenici; 16).

PADRÓ I PARCERISA, J. (1985) – *Egyptian-type Documents from the Mediterranean Littoral of the Iberian Peninsula before the Roman Conquest. III. Study of the Material. Andalusia*. Leiden: E. J. Brill. (Études Préliminaires aux Religions Orientales dans l'Empire Romain; 65; 3).

PELLICER CATALÁN, M. (1963) – *Excavaciones en la necrópolis púnica 'Laurita' del Cerro de San Cristóbal (Almuñécar, Granada)*. Madrid: Ministerio de Educación Nacional. (Excavaciones Arqueológicas en España; 17).

PELLICER CATALÁN, M. (2007) – *La necrópolis Laurita (Almuñécar, Granada) en el contexto de la colonización fenicia*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra, p. 11-73. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 15).

PEREIRO, T.; MATALOTO, R.; BORGES, N. (2017) – Alentejo, a Sul de Beja: a necrópole sidé-rica da Quinta do Estácio 6. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de Mérida, p. 303-331. (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta; 1).

PÉREZ DÍE, M.^a C. (1976) – Notas sobre cuatro vasos de alabastro procedentes de Torre del Mar (Málaga), conservados en el Museo Arqueológico Nacional de Madrid. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. Madrid. LXXIX: 4, p. 903-912.

PRADOS MARTINEZ, F. (2000) – ¿Almacenes o centros redistribuidores de carácter sacro? Una reflexión en torno a un modelo arquitectónico tipificado en la protohistoria mediterránea. In *Congreso Internacional del Mundo Púnico*, 2, Cartagena. Murcia: Universidad de Murcia. p. 173-180.

PRADOS MARTINEZ, F. (2010) – Una propuesta de caracterización de las llamadas ‘Regiae’ ibéricas: comercio, religión y control territorial a partir de un modelo arquitectónico. *Lucentum*. Alicante. XXIX, p. 57-80.

RAMOS SAINZ, M. L. (1990) – *Estudio sobre el ritual funerario en las necrópolis fenicias y púnicas de la Península Ibérica*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid. (Colección de Estudios; 22).

REBELO, P.; SANTOS, R.; NETO, N.; FONTES, T.; SOARES, A. M. M.; DEUS, M.; ANTUNES, A. S. (2009) – Dados preliminares da intervenção arqueológica no sítio do Bronze Final de Entre Águas 5 – Serpa. In *Encontro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*, 4, Aracena, 2008. Aracena: Ayuntamiento de Aracena; Lisboa: IGESPAR, p. 463-488.

REBOREO MORILLO, S. (2015) – La economía de prestigio en los poemas homéricos. Los bienes fenicios. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Phoenician Bronzes in Mediterranean* Madrid: Real Academia de la Historia, p. 47-54. (Bibliotheca Archaeologica Hispana; 45).

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (2008) – «Colonizaciones agrarias» y procesos regionales en la Protohistoria del Suroeste de la Península Ibérica. *Bolletino di Archeologia on line. International Congress of Classical Archaeology meetings between cultures in the ancient Mediterranean*. Volume Speciale. Roma, p. 47-63. Disponível em WWW:<URL: http://151.12.58.75/archeologia/bao_documento/articoli/6_Rodriguez%Diaz_paper.pdf>.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J. (2001) – *Extremadura tartésica, Arqueología de un territorio periférico*. Barcelona.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ORTIZ ROMERO, P. (2004) – «La Mata», un edificio organizado. *El edificio protohistórico de «La Mata» (Campanario, Badajoz) y su estudio territorial*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 75-313.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILLA, I.; DUQUE ESPINO, D. M. (2016) – Jerarquía y

heterarquía en las cuencas extremeñas del Guadiana y Tajo durante el Periodo Orientalizante. In BELARTE FRANCO, M.^a C.; GARCÍA, D.; SANMARTÍ, J., ed. lit. – *Les structures sociales protohistoriques a la Gàllia i a Ibèria. Homenaje a Aurora Martín i Enriqueta Pons. Reunió Internacional d'Arqueologia de Calafell*, 7, 2013. *Arqueo Meditèrrania*. Barcelona. 14, p. 295-313.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILLA, I.; DUQUE ESPINO, D. M., ed. lit. (2018a) – *Mas allá de las Casas. Familias, linajes y comunidades en la Protohistoria Peninsular*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILLA, I.; DUQUE ESPINO, D. M. (2018b) – Familias, linajes y «Grandes Casas» en la Extremadura Tartésica. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILLA, I.; DUQUE ESPINO, D. M., ed. lit. – *Mas allá de las Casas. Familias, linajes y comunidades en la Protohistoria Peninsular*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 209-264.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (2016) – *El reflejo de Tartessos en la periferia del Guadiana*. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid: Madrid.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E.; CELESTINO PÉREZ, S. (2017) – El valle medio del Guadiana durante la I Edad del Hierro: una nueva lectura sobre su organización territorial. In CELESTINO PÉREZ, S.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E., ed. lit. – *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Mérida: IAM-CSIC., p. 213-236. (Anejos de AespA; LXXX).

RUIZ MATA, D.; PÉREZ, C. J. (1988) – La necrópolis tumular de Las Cumbres. *Revista de Arqueología*. Madrid. 87, p. 36-47.

RUIZ MATA, D.; PÉREZ, C. J. (1989) – El túmulo 1 de la necrópolis de «Las Cumbres» (Puerto de Santa María, Cádiz). In *Tartessos: Arqueología Protohistórica del Bajo Guadalquivir*. Sabadell: AUSA, p. 287-295.

SALVADOR MATEOS, R. M.; PEREIRA, J. A. (2017) – A paisagem funerária a Oeste de Beja no período Orientalizante: as necrópoles de Carlota (São Brissos) e Cinco Reis 8 (Santiago Maior). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental, p. 333-352. (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta; 1).

- SANTOS, F. J. C.; ANTUNES, A. S.; DEUS, M.; GRILO, C. (2017) – A necrópole de Palhais (Beringel, Beja). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental, p. 227-261. (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta; 1).
- SCHUBART, H. (1965) – Atalaia. Uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 22, p. 7-136.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter; Madrid: Deutsches Archäologisches Institut.
- SCHUBART, H. (1995) – La necrópolis de Jardín. *Cuadernos de Arqueología Mediterránea*. Barcelona. I, p. 57-213.
- SCHUBART, H. (2002) – La campaña de excavaciones de 1967 en el asentamiento fenicio en la desembocadura del río de Vélez. In SCHUBART, H., ed. lit. – *Toscanos y Alarcón. El asentamiento fenicio de la desembocadura del río de Vélez. Excavaciones de 1967-1984*. Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la UFP; Málaga: Ayuntamiento de Vélez-Málaga, p. 19-94. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 8).
- SOARES, A. M. M. (2005) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 111-145.
- SOARES, A. M. M.; ANTUNES, A. S.; DEUS, M. (2012) – O Passo Alto no contexto dos povoados fortificados do Bronze Final do Sudoeste. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana II. El Río Guadiana en el Bronce Final*, Mérida-Badajoz, 2008. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, p. 249-276.
- SOARES, A. M. M.; ANTUNES, A. S.; QUEIRÓZ, P. F.; DEUS, M.; SOARES, R. M. G. M.; VALÉRIO, P. (2010) – A ocupação sidérica do Passo Alto (V.V. de Ficalho, Serpa). In *Encontro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*, 4, Aracena, 2008. Aracena: Ayuntamiento de Aracena; Lisboa: IGESPAR, p. 544-575.
- SOARES, R. (2012) – *Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa.
- SOARES, R. M.; BAPTISTA, L.; PINHEIRO, R.; OLIVEIRA, L.; RODRIGUES, Z.; VALE, N. (2017) – A necrópole da Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2 (S. Brissos, Beja). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental, p. 263-301. (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta; 1).
- SOARES, R. M.; SOARES, A. M. M. (2016) – O Cabeço Redondo (Moura). Um edifício monumental e singular na margem esquerda do Guadiana. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental, p. 421-442. (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta; 1).
- SOUSA, E. (2015) – The Iron Age of Lisboa. *Madriditer Mitteilungen*. Madrid. 56, p. 109-138.
- TORRES ORTIZ, M. (1996) – La cronología de los túmulos A y B de Setefilla. El origen del rito de la cremación en la cultura tartésica. *Complutum*. Madrid. 7, p. 147-162.
- TORRES ORTIZ, M. (1999) – *Sociedad y mundo funerario en Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- TORRES ORTIZ, M. (2002) – *Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- TORRES ORTIZ, M. (2008a) – Cerámica pintada de tipo Medellín. In ALMAGRO-GORBEA, M., dir. – *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia, p. 724-733.
- TORRES ORTIZ, M. (2008b) – La necrópolis de Medellín en su contexto tartésico y Mediterráneo. Uso ritual de perfumes. In ALMAGRO-GORBEA, M., dir. – *La necrópolis de Medellín. III. Estudios analíticos. IV. Interpretación de la necrópolis. V. El marco histórico de Medellín-Conisturgis*. Madrid: Real Academia de la Historia, p. 986-988.
- VALÉRIO, P.; SILVA, R. J. C.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; FERNANDES, F. M. B.; SILVA, A. C.; BERROCAL-RANGEL, L. (2010) – Technological continuity in Early Iron Age bronze metallurgy at the South-Western Iberian Peninsula. A sight from Castro dos Ratinhos. *Journal of Archaeological Science*. Cambridge, Mass. XXX, p. 1811-1819.
- VASCONCELOS, J. L. (1924) – Figuras de bronze antigas do Museu Ethnológico Português. Toiro

de bronze de Safara. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 26, p. 19-42.

VILHENA, J. (2008) – As armas e os barões assinalados? Reflexões em torno das necrópoles monumentais do «Ferro de Ourique» (sul de Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana I. El Rio Guadiana en el Época Post-Orientalizante*, Mérida, 2006. Mérida: Instituto de Arqueologia de Mérida, p. 373-397.

ZAMORA, J. Á. (2013) – The Phoenician inscription on an alabaster urn from the 'Laurita Necropolis' in Almuñécar (Granada, Spain). A new edition and interpretation. In LORETZ, O.; RIBICHINI, S.; WATSON, W. G. E.; ZAMORA, J. Á., ed. lit. – *Ritual, Religion and Reason. Studies in the Ancient World in honour of Paolo Xella*. Münster: Ugarit-Verlag, p. 347-370. (AOAT; 404).

Uma oficina de ourivesaria da Idade do Ferro no Sudoeste da Península Ibérica. Observações sobre a ourivesaria de Vaiamonte e outros brincos

An Iron Age gold workshop in southwest Iberia. Reflections on the jewelry from Vaiamonte and other earrings

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA*

RESUMO

Este artigo ocupa-se dos achados de ouro de Vaiamonte (Monforte, Portugal), onde há evidências da existência de uma oficina que produziu um tipo específico de brinco. São discutidos achados relacionáveis com estes e o panorama geral da produção de brincos no sudoeste da Península Ibérica entre o século V e I a. C.

Palavras-Chave: Ourivesaria – Sudoeste Peninsular – Idade do Ferro

ABSTRACT

This paper deals with the gold work finds from Vaiamonte (Monforte, Portugal) where there is evidence of the existence of a workshop dedicated to a specific type of earring. Related finds are analyzed, and the overall scene of earrings production in southwestern Iberia between the V and I century BC is discussed.

Keywords: Jewellery – Sw Iberia – Iron Age

* Museu Monográfico de Conimbriga, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos UC.

1. INTRODUÇÃO: O SÍTIO

A Cabeça de Vaiamonte é um grande sítio arqueológico nos limites norte das planícies do sul de Portugal, identificado como um *oppidum* da Idade do Ferro na primeira metade do século XX e sujeito a escavações arqueológicas na década de 1950.

As escavações foram de alguma importância, mas a sua real extensão e localização precisa são desconhecidas. A julgar pelas quantidades de material depositado no Museu Nacional de Arqueologia, devem ter sido substanciais, mas é claro que, considerando a dimensão geral do sítio, poderiam ter envolvido apenas uma fração da sua extensão total.

Subsistem muitas questões em aberto sobre se as escavações foram realizadas numa única área ou em várias frentes distintas e separadas. Isso poderia ser determinante para estabelecer se as joias encontradas no local foram identificadas num único contexto ou se são o produto de uma série de achados isolados, em muitos contextos diferentes. Essas peças, no entanto, são apenas brevemente mencionadas numa fonte secundária (Machado, 1964, p. 170). As peças não são especificamente referidas relativamente a nenhuma das quatro campanhas mencionadas nos anos de 1951, p. 153; 1952, p. 156; 1953, p. 159 e 1954 (?), p. 167.

As descobertas de Vaiamonte foram estudadas em muitas ocasiões e com diferentes envolvências e focos de interesse (Gamito; Arnaud, 1977, p. 165-202, Fabião, 1996, p. 35-84)¹. A avaliação geral é a de um sítio excepcionalmente rico; mas talvez essa avaliação deva ser matizada. Locais contemporâneos no Sudoeste

¹ Com o presente artigo já entregue para publicação, foi apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a tese de Teresa Pereira, «O papel do exército no processo de romanização: a Cabeça de Vaiamonte (Monforte) como caso de estudo» (Lisboa, FLUL, 2018, HYPERLINK "[redir.aspx?REF=b-om6TJMTJS85jXoCOQ7YawzLA-qkprKReqwbw_riySkZ11TvbVjXCAFodHRwOi8vaGRsLmhbmRsZS5uZXQvMTA0NTevMzc5MTQ.](http://hdl.handle.net/10451/37914)"http://hdl.handle.net/10451/37914), que infelizmente já não foi possível considerar.

demonstraram eloquentemente, em várias circunstâncias, a preservação de depósitos ricos fechados no século I a. C., como são os casos de Garvão (um depósito ritual secundário no que provavelmente era um santuário) e Capote (os restos selados de uma refeição comunitária ritualizada). Algo desse tipo (ou algo completamente diferente, é claro) poderia ter acontecido em Vaiamonte e justificar a abundância de material localizado pelas escavações.

Do ponto de vista cronológico, é a conjuntura militar sertoriana que provavelmente melhor explica esses casos (Gamito, 1987, p. 149-160; Almagro, 2008, p. 92). É também a data de encerramento do tesouro de Santana da Carnota que, como foi há muito observado (Perea, 1991, p. 231, Grupo 9: E), e será adiante elaborado, tem uma relevância direta nas questões levantadas pela joalheria de Vaiamonte.

A joalheria foi, de facto, a parte negligenciada dos achados e, até à data, nenhum inventário completo dos achados foi apresentado (sendo o melhor esforço nesse sentido o de Silva, 2014). O presente autor propôs, em 1994, que Vaiamonte era a localização de uma oficina de joalheria (Correia, 1995, p. 133), com base na opinião, não totalmente documentada nesse momento, que a peça aqui publicada como arrecada A5 era uma peça falhada na produção, descartada pelo ourives. Este ponto é aqui elaborado e ilustrado (algo que não aconteceu em ocasiões anteriores e ao contrário do que era pretendido, cf. Correia et al., 2013, p. 105-109, ou Correia, 2013, p. 57-61).

2. A OURIVESARIA DE VAIAMONTE

A ourivesaria da tardia Idade do Ferro coloca problemas específicos no seu estudo, que derivam da natureza das peças e dos processos da sua produção.

As peças de época sidérica já não são objetos únicos produzidos como artefactos individualmente projetados e executados, como na Idade do Bronze, à exceção óbvia de objetos baseados na adição de peças idênticas, como colares articulados ou grandes conjuntos de botões decorativos. Isto acontece por vários motivos que cristalizaram nas oficinas e nos circuitos comerciais após o período Orientalizante (sendo Baião a primeira evidência demonstrada de produção em série de peças idênticas numa ampla área geográfica [Correia et al., 2013, p. 72-76; Correia, 2013, p. 49-53]).

A existência de mecanismos comerciais próprios fornece um elemento de análise (a distribuição de peças reconhecivelmente saídas da mesma «mão»), dificultada apenas pelo carácter aleatório dos achados, ou seja, da evidência disponível. Isto é particularmente importante por requerer a adição aos elementos de estudo de aprofundadas análises físico-químicas das ligas metálicas e dos processos de produção (algo que não será feito no presente trabalho). Mas a difusão de peças presumivelmente de diferentes origens, e o período de tempo em que trabalhamos (defi-

nido amplamente, como deve ser), não requerem uma análise de muita precisão em fases de investigação que se podem considerar preliminares, como a presente.

O método aqui utilizado é baseado na tentativa de isolar grupos de peças com relações óbvias entre elas. Essas relações não são da mesma natureza em todos os casos, portanto, os grupos não são exatamente da mesma configuração: alguns são definidos por proveniência (sítio ou área), outros são definidos por estilo ou tipologia. Esta fluidez corresponde – é o núcleo da presente proposta – à percepção de que os produtores de joias e os usuários delas poderiam ter do que estava disponível. Os artesãos certamente sabiam o que estavam a produzir, e como e por quê, e certamente também tinham ideias sobre o que mais era (ou tinha sido) produzido noutros lugares ou tempos, por eles mesmo ou por outros artesãos; essa ideia de «disponibilidade» certamente estava presente também entre os potenciais adquirentes das peças, e, até certo ponto, poderia condicionar as próprias aquisições. A fluidez dos grupos aqui apresentados não é, deste ponto de vista, o produto de insuficiente informação num assunto em que, teoricamente e em condições de total disponibilidade da informação desejada, se poderiam indicar a divisão de grupos fechados pelos limites de fatores idênticos em todos eles (numa perspetiva «laplaciana»), mas antes uma abordagem à elasticidade que, ao longo do tempo, teria presidido às intenções dos adquirentes e à resposta que os artífices lhes poderiam dar.

3. UMA QUESTÃO DE TERMINOLOGIA

Será porventura útil definir exatamente o que se entende por ateliê, oficina ou centro de produção, já que essa é a realidade que o presente texto pretende indagar. Considerando-se pouco importantes as discussões terminológicas, sempre será possível avançar com definições operativas:

1 – Oficina é a instalação física onde trabalha um artífice ou conjunto de artífices especializados num determinado produto ou conjunto de produtos. Estes produtos, quando realizados em materiais não perecíveis, podem ser identificados pela arqueologia e tipificados formal ou físico-quimicamente. Tais tipologias identificam, portanto, a existência dessas oficinas e, por vezes, uma localização precisa pode ser apontada.

2 – De centro de produção falar-se-á quando as tipologias são fluídas, seja devido à: i) variabilidade dos produtos de oficinas produzindo objetos de uma determinada categoria, aparentados entre si mas revelando escolhas artesanais distintas, ou seja devido à: ii) evolução interna dos tipos de objetos produzidos numa mesma oficina ao longo de períodos mais ou menos longos, mas quando ainda assim uma localização geográfica suficientemente precisa pode ser apontada (caso contrário, apenas «área de produção» se pode utilizar).

3 – O galicismo ateliê deve reservar-se para os casos excepcionais onde a intervenção de uma mesma «mão» pode ser identificada, ou seja, para aqueles raros casos onde as particularidades individuais dos gestos operativos de um determinado artífice distinguem os seus produtos de quaisquer outros objetos que, podendo até ser do mesmo tipo, são demonstravelmente o resultado de um conjunto de gestos operativos distintos (e que são nomeadamente identificáveis, via de regra, em alguns pormenores decorativos, à maneira dos pintores).

Em concreto, para o objeto deste artigo, tendo sido há muito identificado um centro de produção de ourivesaria no Alto Alentejo ou na Extremadura espanhola a trabalhar ao longo da Idade do Ferro, propõe-se aqui a localização específica de uma oficina a trabalhar na Cabeça de Vaiamonte em finais do século II e inícios do século I a. C. Os restos de outros objetos – que muito provavelmente se conservavam nas instalações dessa oficina, para reciclagem – permitem identificar outras produções desse centro, sendo colocada a hipótese de que, de facto, sejam também produções dessa oficina, realizadas em datas mais recuadas.

4. OS GRUPOS

Grupo A: As descobertas de Vaiamonte

A1 – Arrecada² de corpo circular fechado com pendente sub-triangular, decorado com arame trançado soldado e pequenas esferas (oco, atualmente esmagado). (Inv. MNA Au494; Parreira; Pinto, 1980, n.º 101; Pingel, 1992, p. 297-298, cat. 286, n.º 2804; Correia et al., 2013, p.106, 169; Silva, 2014, n.º 22, fig. 1-1).

A2 – Fragmento de um brinco de corpo fechado semelhante a um escudo, decorado com quatro espirais achatadas (feitas com dois grupos de uma espiral inversa) com um grão central; a borda é decorada com fio torcido; restos de um sistema de suspensão articulado. (Inv. MNA Au561; Parreira; Pinto, 1980, n.º 101; Pingel, 1992, p. 297-298, cat. 286, n.º 2807; Correia et al., 2013, p. 106, 169; Silva, 2014, n.º 22, Fig. 1-2).

A3 – Par de arrecadas, decoradas com um cacho de seis grânulos com um pequeno grão extra no ápice; a área interna do aro é ocupada por uma espiral dupla e três grãos em disposição triangular; o aro em si tem uma decoração em

2 Utiliza-se o termo arrecada para designar os brincos que oferecem um duplo sistema de suspensão; brinco (com ocasional qualificativo) para os objetos de sistema de suspensão único. Noutras situações utiliza-se «brinco» como significante para «peça de adorno pessoal que se usa na orelha, presa ao lobo ou pendente» (*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências de Lisboa [Ed. Verbo, 2001]), incluindo, portanto, ambas as utilizações restritas.

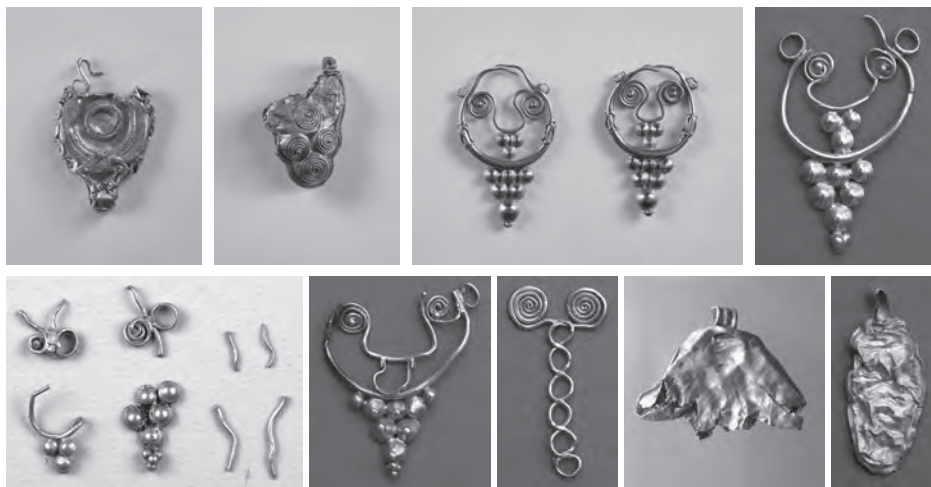


Fig. 1 – Ourivesaria de Vaimonte: 1, A1 (diam. 26 mm, alt. 40 mm); 2, A2 (alt. 25 mm); 3, A3 (alt. 43 mm); 4, A4 (peça completa alt. 42 mm); 5, A5 (alt. 38 mm); 6, A6 (alt. 41 mm); 7, A7 (15 x 19 mm); 8, A8 (alt. 25 mm). ADF/DGPC. Museu Nacional de Arqueologia.

filigrana de um meandro. (Inv. MNA Au576-577; Parreira; Pinto, 1980, n.º 101; Pingel, 1992, p. 297-298, cat. 286, n.º 2776 e 2780; Correia et al., 2013, p. 106, 169; Silva, 2014, n.º 22, fig. 1-3).

A4 – Par de arrecadas (uma gravemente danificada), decoradas com um cacho de seis grânulos com uma pequena pirâmide de quatro grãos no ápice; a área interna do aro é ocupada por uma espiral dupla e três grãos em disposição triangular. (Inv. MNA Au573-Au575; Parreira; Pinto, 1980, n.º 101; Pingel, 1992, p. 297-298, cat. 286, n.º 2782-2783; Silva, 2014, n.º 22, erroneamente ausente de Correia et al., 2013, p. 106, 169. Inv. MNA Au 575 nunca foi publicado e está incorretamente identificado em Silva, 2014, n.º 22, fig. 1-4, 5).

A5 – Arrecada circular, decorada com um cacho de seis grânulos com uma pequena pirâmide de quatro grãos no ápice; a área interna do aro é ocupada por uma espiral dupla e um fio em forma de ferradura. (Inv. MNA Au574; Parreira; Pinto, 1980, n.º 101; Pingel, 1992, p. 297-298, cat. 286, n.º 2781; Silva, 2014, n.º 22, erroneamente ausente de Correia et al., 2013, p. 106, 169; fig. 1-6).

A6 – Pendente de espiral dupla; um fio longo desenha um meandro alternado, terminando numa espiral em cada extremidade. (Inv. MNA Au425; Parreira; Pinto, 1980, n.º 101; Silva, 2014, n.º 22, fig. 1-7).

A7 – Pendente em flor de lótus. (Inv. MNA Au660; fig. 1-8).

A8 – Pendente em forma de folha. (Inv. MNA Au426; Parreira; Pinto, 1980, n.º 101, fig. 1-9).

A9 – Diversos. Três contas pequenas (Inv. MNA Au649, Au847-848) e fragmentos de folhas de ouro (Inv. MNA Au576, Au879). N. il.

COMENTÁRIO

A observação mais importante a ser feita é que a peça A5 é claramente uma peça falhada no momento da sua produção. Nalguma fase do processo de produção (provavelmente na soldadura final), a decoração do aro deslocou-se da posição desejada e a peça ficou inutilizada e sem possibilidades de recuperação por meios mecânicos. É quase certo que o mesmo aconteceu com os fragmentos de uma das peças A4 (Inv. MNA Au575) e, provavelmente, tanto o seu par quanto as peças A3 sofreram acidentes do mesmo género, mas nestas últimas peças é difícil decidir se a distorção visível é o resultado de um acidente de produção ou de processos pós-deposicionais que afetassem mecanicamente os objetos. As duas primeiras peças, no entanto, deixam claro que pelo menos algumas das peças de Vaiamonte deveriam estar destinadas a ser recicladas, indicando muito provavelmente a localização de uma oficina. Este ponto será elaborado mais adiante.

Grupo B: os achados da área de Estremoz

B1 – Brinco de aro simples, aguçado nas extremidades, com um cacho de seis grânulos. (Adquirido em 1923, atribuído à região «Évora-Estremoz». Inv. MNA Au171; Parreira; Pinto, 1980, n.º 103; Silva, 2014, n.º 26, fig. 2-1).

B2 – Idêntico, mas o último grânulo no pendente perdeu-se. (Mesma procedência. Inv. MNA Au170; Parreira; Pinto, 1980, n.º 103; Silva, 2014, n.º 26, fig. 2-2).

B3 – Arrecada, de aro aguçado nas extremidades, com um cacho de três grânulos; outros três, menores, decoram a parte interna do aro. (Parreira; Pinto,



Fig. 2 – Brincos de Estremoz e de outros locais: 1, B1 (alt. 15 mm); 2, B2 (alt. 19 mm); 3, B3 (alt. 26 mm); 4, B4 (alt. 21 mm); 5, B5 (alt. 30 mm); 6, B6 (diam. c. 26 mm). ADF/DGPC. Museu Nacional de Arqueologia.

1980, n.º 103; Silva, 2014, n.º 26, Inv. MNA 169, adquirido com os anteriores, atribuído a proveniência desconhecida, mencionado erroneamente entre as peças de Vaiamonte em Correia et al., 2013, p. 106, 169, fig. 2-3).

B4 – Como B1, falta pequena parte do aro. (Adquirido em 1934 num joalheiro em Estremoz, atribuído a «proveniência desconhecida». Inv. MNA Au430; Parreira; Pinto, 1980, n.º 106; Pingel, 1992, p. 291, cat. 249, n.º 2848; Silva, 2014, n.º 36; fig. 2-4).

B5 – Brinco de aro simples, aguçado nas extremidades, com um cacho de três grânulos. (Mesma procedência. Inv. MNA Au431; Parreira; Pinto, 1980, n.º 106; Pingel, 1992, p. 291, cat. 249, n.º 2849; Silva, 2014, n.º 37; fig. 2-5).

B6 – Fragmento do aro de uma arrecada aparentemente semelhante a A4. (Mesma procedência. Inv. MNA Au441; Parreira; Pinto, 1980, n.º 106; fig. 2-6).

COMENTÁRIO

Não existem informações concretas sobre as descobertas destas peças, mas a reiterada recuperação de brincos da mesma tipologia em vários locais ao longo dos anos (Vasconcelos, 1929, p. 182) por um joalheiro de outra forma desconhecido, no que era então uma área rural bastante remota (sendo as falsificações improváveis precisamente por essa razão) sugerem que todas as peças vêm do mesmo contexto genérico. Pode presumir-se que este contexto terá sido uma necrópole cuja localização foi esquecida ou nunca foi comunicada com precisão pelos saqueadores dos túmulos. A existência dessa necrópole poderia, de facto, ter sido um dos motivos que levaram Manuel Heleno a escavar em Vaiamonte: a ideia de um grande sítio, do qual a riqueza de achados potenciais era promissora (outro brinco, eventualmente perdido, já havia sido aí encontrado; cf. Vasconcelos, 1929, p. 184). Se esse foi o caso, as expectativas não foram goradas, mas a escassez de informações sobre estas e outras descobertas é desesperante.

Grupo C: O tesouro de Santana da Carnota (fig. 3)

Além dos objetos identificados por Viegas e Parreira (1984; Pingel, 1992, p. 315, cat. N37), parecem ter existido outros, entrados no circuito de tráfico de antiguidades, e atualmente incorporados na Coleção Estrada, em Abrantes: assinalam-se infra com *C.

C1 – Dois pares de arrecadas decoradas com um cacho de três grânulos com dois pequenos grãos extra na junção com o aro e uma pequena pirâmide de quatro grãos no ápice; a área interna do aro é ocupada por uma espiral dupla e um grânulo; há uma quinta peça do mesmo tipo, gravemente danificada. (Inv. MNA Au832-Au833, Au834-Au838, Au840; Viegas; Parreira, 1984, p. 91, n.º 141-142, 147-148 e 149; Correia et al., 2013, p. 107, 169; Silva, 2014, n.º 21).

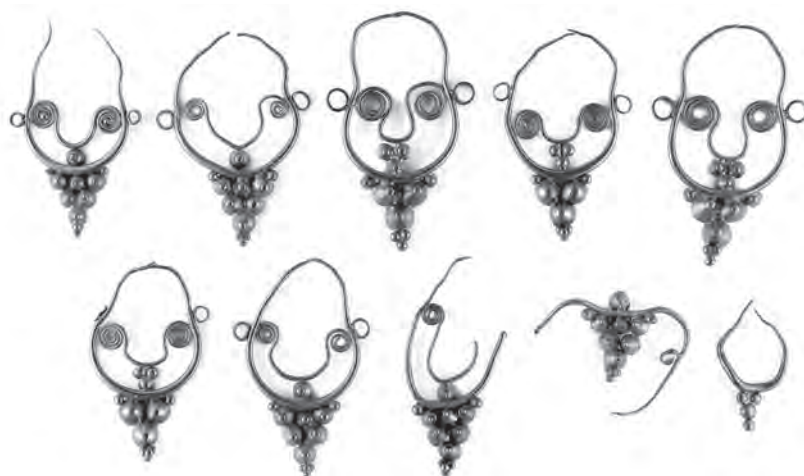


Fig. 3 – Ourivesaria do tesouro de Santana da Carnota (peças de maior dimensão c. 45/50 mm). ADF/DGPC. Museu Nacional de Arqueologia.

C2 – Dois pares de arrecadas decoradas com um cacho de três grânulos com dois pequenos grãos extra na junção com o aro e uma pequena pirâmide de quatro grãos no ápice; a área interna do aro é ocupada por uma espiral dupla e três grãos em disposição triangular. (Inv. MNA Au835-Au836, Au837-Au839; Viegas; Parreira, 1984, 91, n.º 143-146; Correia et al., 2013, p. 107, 169; Silva, 2014, n.º 21).

C3 – Brinco de aro simples, aguçado nas extremidades, com um cacho de quatro grânulos, em disposição triangular longa (2 + 1 + 1). (Inv. MNA Au841; Viegas; Parreira, 1984, p. 91, n.º 150; Correia et al., 2013, p. 107, 169; Silva, 2014, n.º 21).

*C4 – Par de arrecadas como A4/C2 (Inv. CEO 4282 e CEO 4284; Oosterbeck, 2009, p. 65). N. il.

*C5 – Arrecada como A5, mas com um círculo de arame no aro em vês do elemento em forma de ferradura (Inv. CEO 4285; Oosterbeck, 2009, 65). N. il.

Comentário

O tesouro em Santana da Carnota é um achado muito esclarecedor no tema a que este artigo se dedica.

O primeiro comentário que requer é o de que os brincos aí encontrados saíram da mesma oficina que os de Vaiamonte. Como as peças falhadas foram encontradas no sítio arqueológico, não pode haver dúvida de que a oficina estava aí localizada e que o tesouro de Santana da Carnota é, pelo menos parcialmente, o produto do saque desse povoado, no contexto das guerras sertorianas (o que corresponde ao que é conhecido de sua ocupação; Fabião, 1996, p. 35-84).

O segundo comentário, fortemente sugerido pelo brinco C3, é que, se alguma dúvida não tivesse sido esclarecida pela presença da suspensão fragmentada B6 no grupo B, deve agora ficar claro que os brincos de voluta dupla mais complexos

(A3-A4, C1-C2) e os brincos de cacho de uva mais simples (B1-B5, C3) coexistem. A perspectiva filogenética proposta por alguns autores (Tissot et al., 2013, p. 27-28), deste ponto de vista, não pode ser confirmada.

Os grupos A C, portanto, representam vários aspetos pós-deposicionalmente diferenciados da gama de produção de um ourives (ou de uma oficina de vários ourives) trabalhando no início do século I a. C. (Tabela 1). Existe para este grupo alguma indagação físico-química (Tissot et al., op. cit.), que será interessante reavaliar, quando iluminada já não por uma perspectiva evolutiva da produção, mas por uma visão alternativa de dispersão tipológica.

Grupo D: Outros brincos com cacho de grânulos

Os subgrupos são: Da – Possivelmente relacionados com o grupo de Estremoz; Db – Achados semelhantes da área ibérica.

Da1 – Brinco de aro simples, aguçado nas extremidades, com um cacho de três grânulos e um grão pequeno no ápice. (Conimbriga, Alarcão et al., 1979, p. 141-142, n.º 212, fig. 4-1).

Da2 – Par de brincos de aro, do mesmo tipo que C3. (Origem desconhecida, no Museu Nacional «Soares dos Reis», Porto. Pérez, 1985, p. 95-98; Pingel, 1992, p. 308, cat. 338, n.º 2902-2903; Macedo, 1993, 30, n.º 44, fig. 4-2).

Da3 – Similar a B5. (Proveniência desconhecida, numa coleção particular não identificada. Macedo, 1993, 30 n.º 45, fig. 4-3).



Fig. 4 – Brincos com pendentes em cacho de grãos: 1, Da1; 2, Da2, 3, Da3; 4, Db1; 5 Db2. Sem escala. (1 MMC/DGPC. Museu Monográfico de Conimbriga; 2-3 ADF/DGPC. Museu Nacional Soares dos Reis; 4 seg. Bandera, 1989; 5. El País).

Db1 – Brinco de aro simples, aguçado nas extremidades, com um cacho de três grânulos. (Origem desconhecida, numa coleção privada na Andaluzia; Bandera, 1989, p. 127-129, n.º 8, fig. 4-4).

Db2 – Par de brincos, do mesmo tipo que C3 / Da2, de Coimbra del Barranco Ancho. (Anónimo, 2008, fig. 4-5).

Db3 – Brinco de aro simples, com um único grânulo como decoração, do mesmo local. (Garcia; Page, 2002, p. 221).

Db 4 – Brinco de aro simples, com três decorações de três grânulos cada, de Tugia. (Gehrig; Niemeyer, 1990, 223, n.º 210; Pingel, 1992, p. 253, cat. 110, n.º 1919).

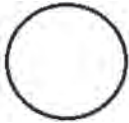







Aro										
Pendente	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
	Da1	B5 Da3			C1 (2x)		B3		C2 (2x)	
		C3 Da2								
		B1 B2 B4			A5 (ferradura) *C5 (círculo)				A3 A4 B6? *C4	

Tabela 1 – Esquema tipológico para os grupos A D.

Comentário

As referências neste grupo não pretendem ser um inventário completo de peças relacionadas, mas visam apenas demonstrar a existência de diferentes esferas cronológicas e geográficas que produzem a mesma tipologia do brinco.

Uma dessas esferas é o Oriente da Idade do Bronze e do Ferro mais antiga, começando no período micénico, a cuja influência as peças encontradas no Ocidente são atribuídas. M. Ponsich (1967, p. 21) e G. Pisano (1987, p. 80) concordam em atribuir a origem das peças que publicam ao grupo que pode muito facilmente ser isolado nas peças do Museu Britânico, como de facto J. L. Vasconcelos (1929, p. 183) já havia proposto para as peças da Estremoz.

Os brincos deste tipo conservados no Museu Britânico incluem vários exemplos de brincos com pingentes de três grãos, de Enkomi, túmulos micénicos 39 e 57 (Marshall, 1969, p. 27-28, n.º 470-487) e de vários locais no Levante e outros sítios em Chipre, Esmirna, Naukratis e proveniência desconhecida (Idem; 300, n.º 2596-2599; 166, n.º 1593 *; 292, n.º 2501; ibidem, n.º 2506-2507); As cronologias propostas são igualmente variadas. Além disto, da Sardenha existem cinco brincos idênticos, quatro em prata e um em ouro, de Tharros, e são referenciados outros três em ouro, no Museu de Cagliari (Pisano, 1987, p. 80); do Norte da África, são referenciados três brincos idênticos, de outras tantas sepulturas perto de Tânger (Ponsich, 1967, s.v. T. 4 em Aïn Dalhia Kebira e T. 25 e 99 em Djebila).

Mas a identificação das peças do grupo B e D com esses exemplos mais antigos deve ser rejeitada: seria bastante paradoxal que, nesta área do interior do sudoeste da Península (Estremoz), se achasse a maior concentração de brincos orientais, inferior apenas à de Tharros, na Sardenha, e que a rede de difusão fosse aqui mais significativa do que em qualquer outro lugar do Mediterrâneo. Deve tratar-se, portanto, de um exemplo de produção local, numa data diferente, de um protótipo (simples, aliás) mais antigo; algo a ser determinado por análises materiais que se espera que eventualmente sejam realizadas em todo o universo de peças envolvidas.

No grupo «ibérico» (Db), proveniente de áreas onde as importações orientais, nas quantidades aparentes, seriam plausíveis (Gehrig; Niemeyer, 1990, p. 223), mas para as quais a cronologia não é de todo segura, seria uma possibilidade identificar uma terceira área de produção. Todavia considerando algumas peças do grupo F, importações do Ocidente não podem ser descartadas, ao menos como hipótese, mas será necessário ponderar a questão da originalidade tipológica dos brincos de Galera (Pingel, 1992, p. 245-247, cat. 89, est. 21, 24-30).

Grupo E: Brincos com pendentes com espirais e semelhantes (cf. Vaiamonte, A2)

Os subgrupos são: Ea – Grandes brincos de disco aberto com pingente triangular; Eb – brincos de aro decorado; Ec – Brincos de placa lunular.

Ea1 – Par de brincos de disco aberto com um meandro em filigrana e filas de puas decorativas na borda e um pingente de seis espirais em disposição triangular: de Cortijo de Ébora (Blanco, 1959, p. 50-57; Pingel, 1992, p. 235-236, cat. 50, n.º 2091;). N. il.

Ea2 – Brinco de disco aberto, decorado com granulação em triângulos opostos e uma fileira de puas decorativas na borda, pendente de seis espirais em disposição triangular sobrepostos por uma armação destinada a duas incrustações: de Cogolludo (Celestino; Blanco, 2006, p. 131-132). N. il.

Eb1 – Brinco de aro aberto, decorado com fio torcido na borda; o pingente é decorado por sete espirais, dispostas em um hexágono com um no centro e tem uma forma triangular geral que é dada por um pequeno quadro para uma incrustação: proveniência desconhecida (Inv. MNA Au 146; Parreira; Pinto, 1980, n.º 106; Correia et al., 2013, p. 108, 169; fig. 5-1).

Eb2 – Brinco de aro aberto, decorado com fio torcido na borda; quatro espirais no pendente: dos arredores de Lagos (Inv. MNA Au116; Parreira; Pinto, 1980, n.º 105; Pingel, 1992, p. 293, cat. 258, n.º 2854; Celestino; Blanco, 2006, p. 81; Correia et al., 2013, p. 108, 169; Silva, 2014, n.º 34; fig. 5-2).

Eb3 – Brinco de aro aberto, decorado com fio torcido nas bordas; três espirais no pendente: proveniência desconhecida, anteriormente na coleção «Barros e Sá» (Inv. MNA Au986; Correia et al., 2013, p. 108, 169; Silva, 2014, n.º 38; fig. 5-3).

Eb4 – Arrecada, decorada com fio torcido na borda; o pendente é decorado por três espirais, com armações para incrustações frontais e laterais: de Monte Molião perto de Lagos (Inv. MNA Au 16, Parreira; Pinto, 1980, n.º 104; Pingel, 1992, p. 293, cat. 260, n.º 2853; Correia et al., 2013, p. 108, 169; fig. 5-4).



Fig. 5 – Brincos com espirais: 1, Eb1 (alt. 30 mm); 2, Eb2 (alt. 21 mm); 3, Eb3 (alt. 25 mm); 4, Eb4 (alt. 24 mm); 5, Eb5; 6, Eb6; 7, Ec1; 8, Ec2. 5-8, sem escala. (1-4 ADF/DGPC. Museu Nacional de Arqueologia; 5 Museo Arqueológico de Sevilla; 6-7 seg. Celestino; Pérez, 2006; 8 seg. Piñel, 1976).

Eb5 – Arrecada, coberta de arame; o pendente é decorado por seis espirais, com quadros para incrustações frontais e laterais: de Torre de Alocaz, Utrera (Fernandez, 1956, p. 63; Bandera, 1989, p. 155-157, fig. 5-5; Pingel, 1992, p. 273, cat. 178, n.º 2098).

Eb6 – Brinco de aro aberto, decorado com fio torcido na borda; o pendente é decorado por três espirais, com quadro frontal para incrustação: de La Coraja (Esteban, 1993, Celestino; Blanco, 2006, p. 133-134, fig. 5-6).

Ec1 – Brinco em forma de crescente, decorado por um fio torcido no centro, pingente triangular com um único meandro em filigrana e quadros para incrustação; há outro disco, que não é claro se é uma peça inteira ou um fragmento, decorado por dois fios torcidos nas duas arestas; de La Coraja (Esteban, 1993, Celestino; Blanco, 2006, p. 133-134; a primeira peça aparece completa na primeira referência, fragmentada no segundo; fig. 5-7).

Ec2 – Brinco em forma de crescente, decorado por três fios torcidos, um no centro e dois nas bordas, pendente triangular com três espirais e armações para incrustação na frente e nos lados: do Cerro del Berrueco (Medinilla) (Piñel, 1976, p. 352-354; fig. 5-8; Pingel, 1992, p. 302, cat. N2).

Ec3 – Brinco em forma de crescente, decorado por um fio torcido no centro, pingente com quadros para incrustação em disposição zoomórfica: supostamente duas peças, das quais apenas uma está documentada, de Coimbra del Barranco Ancho (García; Page, 2002, p. 223, II.1.5.2). N. il.

Comentário

A primeira observação a ser feita neste grupo de peças é que há uma evolução interna que deve ter um significado cronológico. O subgrupo Ea é claramente muito mais proximamente aparentado com a joalharia orientalizante do sul da Península, e talvez a peça de Marchena (abaixo, F4) represente o mesmo fenómeno.

Para todo o grupo, no entanto, há um elemento estilístico que deve ser atribuído a uma oficina ou à tradição de fabricação de um centro de produção: a espiral dupla, enrolada em direções opostas, com os centros marcados por grânulos. Este é um traço notável em peças como A2 de Vaiamonte, ou o ponto de união entre o crescente e o pendente na peça de Cogolludo (Ea2). O mesmo aspeto é determinante para a própria estrutura das peças no subgrupo Eb e ainda substancialmente nalgumas peças do subgrupo Ec.

E, uma fase ainda posterior, o conjunto dos brincos A3 a A5 e C1 a C3 e o pendente A6 mostram como esse dispositivo decorativo pôde ser transformado na própria estrutura da peça, mantendo intactos os detalhes mais finos do processo de produção (algo que pode ser chamado de «la manière»).

Pode, portanto, argumentar-se que uma oficina, ou mais do que uma no mesmo centro de produção (ou área), são individualizáveis pelo uso do fio de

ouro em espirais planas duplas usadas com grandes grânulos. As produções evoluíram de um estilo orientalizante de brincos de grande disco (Ea) através de uma série de etapas representadas por muitas variantes de decorações à base de espirais dos pendentes de brincos, às vezes aplicadas em aros (Eb) às vezes aplicadas em discos de forma crescente (Ec) até chegar a um estilo mais leve de brincos de aro simples, onde as espirais já não são apenas elementos de decoração, mas verdadeiros elementos estruturais (A3-A5 / C1-C3).

Ao longo desta evolução, as esferas de difusão dos produtos desta oficina ou centro variaram, mas é assinalável que o grupo Ec e suas variantes são populares na área ibérica. Sem análise direta dos exemplos mencionados, registre-se que vários autores que anteriormente trabalharam neste assunto mencionaram peças de Verdolay (Hartmann; Kalb, 1969, p. 93 apud Celestino; Blanco, 2006, p. 133), El Cigarralejo (T. 185 e 309, Cuadrado, 1987, p. 341 e 524, apud García; Page, 2002, p. 222), Tesorico (Broncano et al., 1985, p. 159, apud García; Page, 2002, p. 222), Albufereta (Rubio, 1986, p. 106, apud García; Page, 2002, p. 222) e Coimbra del Barranco Ancho (García; Page, 2002, p. 222); por causa do uso de espirais, os brincos de Tivissa (Radatz, 1969, p. 259-264) também devem ser aqui mencionados. O possível fenómeno de importações do Ocidente para a área ibérica, que pode ser sugerido a partir de peças do grupo Db, também pode possivelmente ser identificado na presente categoria.

Outra característica importante neste grupo é o uso de incrustações como decoração, revelada pela aplicação de quadros para o seu suporte. Estes geralmente adotam a disposição «taça sobre lágrima» – um segmento de esfera sobre um elemento circular apontado (Celestino; Blanco, 2006, p. 79-80) – às vezes com outros quadros circulares menores.

Há um óbice no facto de que nenhum elemento incrustado sobreviveu, nem mesmo em peças provenientes de necrópoles, onde se poderia esperar que os brincos tenham sido depositados nas suas condições originais e não tenham sido sujeitos a processos pós-deposicionais que os prejudicassem seriamente. Terão essas peças sido incrustadas com algum tipo de material perecível? Ou é apenas um problema técnico? (O diadema de Aliseda perdeu todas as suas incrustações de turquesas, com exceção de uma pequena peça. Cf. Almagro, 1977, p. 205).

Estas incrustações levantam ainda outra questão, que é a aparência zoomórfica das peças (Celestino; Blanco, 2006, p. 79-81; García; Page, 2002, p. 223), às vezes chamadas de «brincos em forma de cabeça de boi» (uma designação que o presente autor preferiria rejeitar). De facto, a aparência zoomórfica é um efeito secundário da perda da incrustação e de partes da espiral passarem a ser visíveis através do espaço onde ela esteve. Com qualquer tipo de incrustação opaca, o aspeto zoomórfico não seria visível; mas o hipercriticismo é inadequado aqui, olhando para peças posteriores, como as arrecadas de Arrabalde (Delibes, 1989,

p. 116-117), onde a «cabeça de boi» foi intencional e inequivocamente representada; talvez a intenção zoomórfica de alguma forma já existisse nas peças mais antigas.

Um grupo numeroso de peças como este, algumas delas provenientes de locais escavados modernamente, poderia, em princípio, fornecer alguns bons contextos, pontos de referência para a questão cronológica, capazes de fornecer um quadro da evolução estilística. Todavia, não é o caso. Somente as peças de La Coraja vêm de contextos devidamente escavados, mas ainda não foram exaustivamente publicadas, não sendo possível mais que apontar mais do que uma data geral do século IV a. C. (Esteban, 1993, p. 78-82).

Grupo F: Brincos de disco fechado, tipo Madrigalejo

F1 – Brinco grande decorado em *repoussé* com granulação no anverso e fio torcido no reverso: de Madrigalejo. (Almagro, 1977, p. 230-231; Pingel, 1992, p. 273, cat. 46; Celestino; Blanco, 2006, p. 135-136; fig. 6-1, anverso e 2, reverso).

F2 – Arrecada com um corpo central decorado com fio torcido e grânulos, com uma borda externa de pequenos apêndices em forma de vaso e um pendente triangular: hoje perdida, de Monsanto. (Cardozo, 1956, p. 455-458; Pingel, 1992, p. 273, cat. 239a; Silva, 2014, n.º 16, fig. 6-3).

F3 – Arrecada de suspensão dupla com um corpo redondo central com uma simples decoração de fio torcido, borda exterior de pequenos apêndices em forma de vasos e grande pingente triangular: hoje perdida, da Golegã. (Cardozo, 1956, p. 455-458; Pingel, 1992, p. 273, cat. 302; Silva, 2014, n.º 17, fig. 6-4).

F4 – Brinco de Marchena; a única foto disponível é de má qualidade, e a peça, que pertence a uma coleção privada, não foi estudada em pormenor (Bandera, 1989, p. 119-121).

Comentário

Estes quatro brincos e a peça A1 de Vaiamonte formam um grupo distinto (Perea, 1991, p. 231, Grupo9: B), ao qual se pode atribuir um protótipo nos brincos orientalizantes de Odemira (Correia, 2005, p. 1216-1218). O grupo, no entanto, tem claramente uma distribuição setentrional e ocidental.



Fig. 6 – Brincos de disco: 1, F1, anverso; 2, F1, reverso; 3-4, F2; 5 F3. Sem escala. (1-2 seg. Celestino Pérez, 2006; 3-5 seg. Cardozo, 1956).

O facto de que duas das quatro peças se perderam reduz drasticamente qualquer hipótese de prova definitiva para a teoria aqui apresentada, mas a semelhança entre o reverso do brinco de Madrigalejo e a peça de Vaiamonte é impressionante. Análises do material devem ser capazes de corroborar esse facto, se e quando forem realizadas.

A distribuição geográfica pode ser resumida e coerentemente descrita como centrada na bacia do Tejo.

Grupo G: Diversos

G1 – Brinco pequeno em forma de «navette», decorado com um meandro de filigrana perto do acessório de suspensão (ver paralelo em A3), do qual o sistema se assemelha fortemente ao de A2; fio trançado e pequenos grânulos decoram a borda: de Santana de Cambas (Inv. MNA Au180; Parreira; Pinto, 1980, n.º 98; Pingel, 1992, p. 307, cat. 336, n.º 2845; Correia et al., 2013, p. 109, 169; Silva, 2014, n.º 31; fig. 7-1).

G2 – Brinco pequeno hemisférico; extensões do corpo formam a suspensão; um fio em espiral e um grânulo formam um pendente: proveniência desconhecida, da coleção «Barros de Sá» (Inv. MNA Au985; Correia et al., 2013, p. 104, 169; Silva, 2014, n.º 35, fig. 7-2).

G3 – Brinco perdido de uma forma que torna a sua interpretação difícil na ausência do original. Aparentemente havia um quadro oblongo, com um dispositivo estrutural em forma de T, que possuía três pingentes soltos em forma de bolo-



Fig. 7 – Diversos: 1, G1 (20 x 22 mm); 2, G2 (alt. 21 mm); 3, G3 (sem escala); 4, G4 (58 mm); 5, G5 (55 mm); 6, G6 (39mm). (1-2, 4 ADF/DGPC. Museu Nacional de Arqueologia; 3 seg. Cardoso, 2004; 5 ADF/DGPC. Museu Nacional Soares dos Reis; 6 seg. Lima, 2016).

tas ou botões de flores e uma decoração de três grãos formando uma pequena pirâmide (decorando a área de suspensão?): do Bombarral (Ferreira, 1977, p. 211-213; Cardoso, 2004, p. 267; Silva, 2014, n.º 18, fig. 7-3).

G4 – Grande arrecada com pendente. O aro é feito de fio torcido e é ocupado por uma composição floral (?) feita de folha estampada; pendente de 10 grãos, com outros pequenos na união com o aro e pequena pirâmide de quatro grãos na ponta: de proveniência desconhecida (comprada pelo MNA em Coimbra em 1951, algumas vezes mencionada como sendo «do Norte de Portugal»). (Inv. MNA Au284; Parreira; Pinto, 1980, n.º 102; Pingel, 1992, p. 807, cat. 333, n.º 2803; Silva, 2007, p. 367, n.º 549; Correia et al., 2013, p. 81, 168; Silva, 2014, n.º 12; fig. 7-4).

G5 – Grande brinco lunular, decorado com fio torcido, que também decora um reforço estrutural em forma de T (como em G3); o pingente é formado por 8 hemisférios de arame coroados por um grânulo (semelhante ao de G2), quatro voltados para o anverso e os outros quatro para o reverso do brinco; esses hemisférios são decorados por grânulos menores: de São Martinho de Anta (Macedo, 1993, p. 29 n.º 43, Pingel, 1992, p. 305, cat. 320; Silva, 2007, p. 367, n.º 548, Silva, 2014, n.º 7, fig. 7-5).

G6 – Brinco lunular formado pela união de fios alternados de torção para a direita, torção para a esquerda e lisos, no total de sete. O fio do interior é arredondado em duas espirais decoradas por um grande grânulo no centro; uma peça transversal (recordando G3 e G5) assegura solidez à construção. Pendente de seis grandes meias-esferas com outras menores na união da lúnula com o pendente: de Tongobriga (Lima, 2016, p. 13, de outra forma não publicada).

5. CONCLUSÕES PRELIMINARES

Qualquer conclusão que possa ser apresentada aqui deve ser vista como preliminar, considerando que o exame microscópico das peças e a análise físico-química das suas ligas seriam necessários para confirmar algumas hipóteses sugeridas pela análise estilística.

Com efeito, os dados disponíveis, além das análises antes mencionadas no âmbito do projeto AuCorre, que padecem do referido problema de interpretação, são a série de análises realizadas por Axel Hartmann (1982) e valorizadas por Volker Pingel (1992) que, para além das limitações do próprio método, são, neste conjunto específico de peças, inconclusivas, o que certamente se deverá ao facto antes mencionado e que se deve tomar como um postulado, de que os objetos de ourivesaria destas datas são o produto de transformações de objetos de data mais antiga e proveniências variadas.

Peça Grupo de peças	Catálogo Pingel 1992	Grupo Hartmann 1982							
		L/Q	M/N	Mc/Nc	R II Ba	R II Bb	R II a	R II b	U
A	286	X	X	X			X	X	
B4, B5	249			X		X		X	
Da2	338			X					
Db4	110	?							
Ea1	50	?							
Eb2	258						X		
Eb4	260						X		X
Eb5	178								X
G1	336					X			
G4	333							X	

Tabela 2 – Analítica de algumas peças consideradas (segundo os dados de Pingel, 1992, p. 133-152).

No entanto, o estilo e contexto permitem que as seguintes ideias sejam expostas:

- Os grupos A e C demonstram que houve uma oficina de joias em Vaiamonte, produzindo um tipo característico de brinco (A3-A5/C1-C3): as arrecadas de aro circular com espirais e pendentes de grãos. Um grupo destes brincos encontrou o seu caminho para um tesouro com abundantes moedas romanas nos tempos das campanhas sertorianas, ocultado mais a oeste, na bacia do Tejo. É provável que os brincos tenham sido o produto do saque de Vaiamonte por uma unidade do exército romano, pois o sítio é, aparentemente, abandonado naquele momento.
- O grupo B e um elemento do grupo C representam outra produção da oficina de Vaiamonte: os brincos de aro simples com pendente em cacho de grãos. É improvável que a concentração de brincos dessa categoria específica na área de Évora-Estremoz seja diferente da produção do centro identificado acima.
- O Grupo D, por um lado, mostra que provavelmente havia uma larga esfera de difusão dos produtos daquela oficina e, por outro, ilumina como os ourives de Vaiamonte trabalhavam em modelos importados, alguns de data alta e origem oriental (como também é demonstrado pelas semelhanças impressionantes entre a filigrana que decora os brincos A3 e peças de Cádiz. Cf. Perea, 1986, p. 298-299).
- O grupo E é formado por um grande número de peças de estilo muito distinto, das quais uma está presente em Vaiamonte (A2). Não é possível verificar se o fragmento de Vaiamonte estava lá como um remanescente da produção da oficina ou se foi importado e, eventualmente, descartado para o monte de sucata, já que parece haver um hiato cronológico significativo entre a data assumida para a produção dos grupos A e B e a data sugerida para as peças deste grupo E

(século IV a. C.). No entanto, o estilo sugere que todas as peças poderiam ser produto da mesma oficina, trabalhando ao longo de dois ou três séculos, um intervalo de tempo que também não deve ser considerado demasiado grande para ser provável.

- O mesmo raciocínio aplica-se ao grupo F, com uma dupla diferença de ênfase: a cronologia aparentemente seria mais estendida, pois essas peças parecem ser de data mais antiga (ou, dito de outra forma, porque o brinco de Madrigalejo é geralmente considerado mais próximo das joias orientalizantes, embora sem razão concreta para tal); mas a geografia da distribuição seria mais consistente com um centro de produção localizado em Vaiamonte. Tudo considerado ainda parece ser uma proposta razoável para atribuir essas peças à oficina de Vaiamonte.
- Finalmente, as peças do grupo G, que por razões variadas (pormenores estilísticos, aspetos tipológicos) poderiam eventualmente ser atribuídas a um mesmo centro de produção, sugerem fortemente que a evidência residual que ainda precisa ser analisada é de natureza muito variada, e que havia muitos outros tipos de brincos a ser usados entre os séculos IV e I a. C., no Sudoeste Peninsular, do que podemos identificar imediatamente.

No geral, todas as peças aqui tratadas poderão constituir a evolução ulterior das produções representadas nas peças de Serradilla (Almagro, 1977, p. 221-230; Celestino; Pérez, 2006, p. 146-149) com tudo o que tal ligação significa, tanto cronologicamente quanto em termos de distribuição geográfica das peças.

Inevitavelmente, o estudo destas peças, do ponto de vista estilístico, é dominado pela (falsa) dicotomia Orientalizante/Pós-Orientalizante, que restringe inutilmente a duração do primeiro «momento» e ignora as evoluções internas do segundo (sobre este assunto, mas em outras classes de evidências, ver Correia, 2007, p. 191-192).

Dito isto, a análise aprofundada destas peças revela-se útil, tanto *per se* como base para estudos avançados e aprofundados (complementados por exames microscópicos e análises físico-químicas) que, eventualmente, nos permitirão entender algo mais desta área importante da arqueologia do Sudoeste Peninsular.

AGRADECIMENTOS

As instituições que conservam peças nas suas coleções foram inestimáveis no auxílio dado à elaboração deste artigo. Gostaria de agradecer: no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa, ao diretor António Carvalho e a Ana Isabel Santos e Paulo Alves; no Museu Nacional Soares dos Reis no Porto, à diretora Maria João de Vasconcelos e a Maria de Fátima Macedo; em Tongobriga, ao coordenador António Lima; em Conimbriga, a Humberto Rendeiro; e ainda aos serviços do Museu Arqueológico de Sevilla.

Este trabalho foi originalmente preparado como comunicação ao colóquio «Iron Age Gold in Celtic Europe – society, technology and archaeometry»; Laboratoire TRACES, Université Toulouse – Jean Jaurès, 11-14 março de 2015. Gostaria de agradecer a Barbara Armbruster o convite para participar nesse colóquio e a Roland Schwab o trabalho de edição da versão inglesa, que está publicada em Correia 2018.

A presente versão beneficiou do comentário de dois revisores anónimos, a quem se agradece, e, por outro lado, pôde ser atualizada nalguns pontos. Agradeço também à coordenadora editorial d'O *Arqueólogo Português*, Lúcia Cristina Coito, as diligências para a publicação do artigo.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; ALARCÃO, A. M.; PONTE, S. (1979) – *Fouilles de Conimbriga. VII – Trouvailles diverses, conclusions générales*. Paris: De Boccard.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*. Madrid: CSIC (Bibliotheca Praehistorica Hispana; 14).
- ALMAGRO GORBEA, M. (2008) – *Medellín-Conisturgis: reinterpretación geográfica del Suroeste de Iberia*. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. S. 126, 1-12, p. 84-115.
- ARNAUD, J. M.; GAMITO, T. J. (1977) – *Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I – Cabeça de Vaia Monte, Monforte*. O *Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª S., 7-9 (1974-1977), p. 165-202.
- BANDERA ROMERO, M. L. (1989) – *La joyería prerromana en la Provincia de Sevilla*. Sevilla: Diputación Provincial. (Arte Hispalense).
- BARNETT, R. D.; MENDLESON, C. (1987) – *Tharros. A catalogue of the material in the British Museum from Phoenician and other tombs at Tharros, Sardinia*. Londres: B. M. Publications.
- BLANCO DE TORRECILLAS, C. (1959) – *El tesoro del Cortijo de Eborra*. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 32, p. 50-57.
- BRONCANO, S.; NEGRETE, M. A.; MARTÍN, A. (1985) – *Avance de las excavaciones de urgencia realizadas en 'El Tesorico', Agramon-Hellin (Albacete)*. *Noticiario Arqueológico Hispanico*. Madrid. 20, p. 44-181.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV Milénio A.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras: Câmara Municipal. (Estudos Arqueológicos de Oeiras; 12).
- CARDOZO, M. (1956) – *Notícia de duas arrecadas de ouro antigas*. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 66, p. 449-462.
- CELESTINO PÉREZ, S.; BLANCO FERNÁNDEZ, J. L. (2006) – *La Joyería en los orígenes de Extremadura: el espejo de los dioses*. Mérida: IAM (Ataecina; 1).
- CORREIA, V. H. (1995) – *A transição entre o período orientalizante e a Idade do Ferro na Betúria Ocidental (Portugal)*. In VELAZQUEZ, A.; ENRIQUEZ, J. J., ed. lit. – *Celtas y Turdulos: La Betúria*. Mérida: MNAR, p. 127-150. (Cuadernos Emeritenses; 9).
- CORREIA, V. H. (2005) – *A presença orientalizante a Norte do Tejo e a ourivesaria arcaica do território português*. In CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *El Periodo Orientalizante*. Mérida: IAM; Madrid: CSIC, p. 1215-1224. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 35).
- CORREIA, V. H. (2007) – *Fernão Vaz: Um caso de estudo da paisagem rural do Sudoeste no Período orientalizante*. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILLA, I., ed. lit. – *Arqueología de la tierra*.

Paisajes rurales de la protohistoria peninsular. Cáceres: Un. Extremadura, p. 181-194.

CORREIA, V. H. (2013) – A ourivesaria arcaica no ocidente peninsular. Estado da questão, problemáticas arqueológicas e perspectivas de desenvolvimento do campo de estudo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 5, 3, p. 15-114.

CORREIA, V. H.; Parreira, R.; Silva, A. C. F. (2013) – *Ourivesaria arcaica em Portugal. O brilho do poder*. Lisboa: CIT.

CORREIA, V. H. (2018) – An Iron Age gold workshop in southwest Iberia: reflections on Vaiamonte and other earrings. In SCHWAB, R.; MILCENT, P.-Y.; ARMBRUSTER, B.; PERNICKA, E., ed. lit. – *Early Iron Age Gold in Celtic Europe. Society, Technology and Archaeometry*. Rahden: Marie Leidorf, p. 339-356. (Forschungen zur Archäometrie und Altertumswissenschaft; 6.1).

CUADRADO DÍAZ, E. (1987) – *La necrópolis ibérica de El Cigarralejo (Mula, Murcia)*. Madrid: CSIC (Bibliotheca Praehistorica Hispana; 23).

DELIBES DE CASTRO, G.; ESPARZA ARROYO, A. (1989) – Los tesoros prerromanos de la Meseta Norte y la orfebrería celtibérica. In GARCÍA CASTRO, J. A., dir. – *El Oro en la España Prerromana*. Madrid: Zugarto Ed., p. 108-129. (Revista de Arqueología; n.º especial).

ESTEBAN ORTEGA, J. (1993) – El poblado y la necrópolis de 'La Coraja', Aldeacentenera – Cáceres. In *El proceso histórico de la Lusitania Oriental en época prerromana y romana*. Mérida: MNAR, p. 55-112. (Cuadernos Emeritenses; 7).

FABIÃO, C. (1996) – O povoado fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte). *A Cidade: revista cultural de Portalegre*. Portalegre. N. S. 11, p. 35-84.

FÉRNANDEZ CHICARRO, C. (1956) – Museo Arqueológico de Sevilla. *Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales 1952-1953*. Madrid. 13-14, p. 51-70.

FERREIRA, O. V. (1977) – Notícia de algumas estações pré e proto-históricas e objectos isolados inéditos ou pouco conhecidos. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 3.ª S. 83, p. 203-218.

GAMITO, T. J. (1987) – O castro de Segóvia (Elvas, Portugal), ponto fulcral na primeira fase

das Guerras de Sertório. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 5, p. 149-160.

GARCÍA CANO, J. M.; PAGE DEL POZO, V. (2002) – Los objectos de oro de la necrópolis del poblado de Coimbra del Barranco Ancho (Jumilla, Murcia). *Anales de Murcia*. Murcia. 16-17 (2001-2002), p. 217-228. (Studia E. Cuadrado Oblata).

GEHRIG, U.; NIEMEYER, H. G. (1990) – *Die Phönizier im zeitalter Homers*. Mainz: Ph. von Zabern.

HALLADOS unos pendientes de 2.300 años en una necrópolis de Murcia. [Em linha]. *El País*. Madrid. 15/8/2008. [Consult. 6 agosto 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://cultura.elpais.com/cultura/2008/11/15/actualidad/1226703602_850215.html>.

HARTMANN, A.; KALB, P. (1969) – Investigaciones espectro-analíticas sobre hallazgos hispánicos de oro. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia. 12, p. 93-98.

HARTMANN, A. (1982) – *Prähistorische Goldfunde aus Europa II. Spectranalytische Untersuchungen und deren Auswertung*. Berlin: Obermann. (Studien zu den Anfängen der Metallurgie; 5).

LIMA, A. M., coord. (2016) – *Mudar de vida. Tongobriga, exposição permanente*. Porto: DRCN.

MACEDO, M. F. (1993) – *Raízes do ouro popular do Noroeste português*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

MACHADO, J. L. S. (1964) – Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. N. S., 5, p. 51-448.

MARSHALL, F. H. (1969, 2.ª ed.) – *Catalogue of the jewellery Greek, Etruscan and Roman in the Department of Antiquities British Museum*. Londres: Trustees of the B. M.

OOSTERBEK, L., coord. (2009) – *Museu ibérico de arqueologia e arte de Abrantes*. Abrantes: Câmara Municipal. Catálogo.

PARREIRA, R.; PINTO, C. V. (1980) – *Tesouros da arqueologia portuguesa no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*. Lisboa: IPPC.

PEREA CAVEDA, A. (1986) – La orfebrería púnica de Cádiz. In OLMO LETE, G.; AUBET, M.

E., dir. – *Los fenicios en la Peninsula Ibérica*. Sabadell: Ed. AUSA. vol. I, p. 295-322.

PEREA CAVEDA, A. (1991) – *Orfebrería prerromana. Arqueología del oro*. Madrid: Caja M.; Comunidad M. Catálogo Casa del Monte.

PÉREZ OUTEIRIÑO, B. (1985) – Notas sobre un par de brincois áureos do Museu Nacional «Soares dos Reis», do Porto. *Arqueologia*. Porto. 11, p. 95-98.

PINGEL, V. (1992) – *Die Vorgeschichtlichen goldfunde der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter. (Madriider Forschungen; 17).

PISANO, G. (1987) – Jewellery. In BARNETT, R. D.; MENDLESON, C. – *Tharros. A catalogue of the material in the British Museum from Phoenician and other tombs at Tharros, Sardinia*. Londres: B. M. Publications, p. 78-95.

PIÑEL, C. (1976) – Materiales del poblado de Las Paredes en el Cerro del Berruero. Una nueva arcaada. *Zephyrus*. Salamanca. 36-37 (1975-1976), p. 352-368.

PONSICH, M. (1967) – *Necrópoles Phéniciennes de la région de Tanger*. Tanger: Ed. Marocaines et Internationales. (Études et Travaux d'Archéologie Marocaine; III).

RADDATZ, K. (1969) – *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter. (Madriider Forschungen; 5).

REDONDO RODRÍGUEZ, J.-A.; ESTEBAN ORTEGA, J.; SALAS MARTÍN, J. (1991) – El castro de La Coraja de Aldeacentenera, Cáceres. In *Jor-*

nadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura, 1, Mérida-Cáceres, 1991. *Extremadura Arqueológica*. Mérida. 2, p. 269-282.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1995) – Extremadura prerromana. In *Arqueología en Extremadura: 10 años de descubrimientos*. Mérida: Junta de Extremadura; Madrid: Un. Autónoma de Madrid (Extremadura Arqueológica; IV).

RUBIO GOMÍS, F. (1986) – *La necrópolis ibérica de la Albufera de Alicante* (Valencia, España). Valencia: Academia de Cultura Valenciana.

SILVA, A. R. V. (2014) – *Leituras sobre ourivesaria arcaica portuguesa. Brincois, contextos e expressão territorial*. Coimbra: Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado.

SILVA, A. C. F. (2007) – *A cultura castreja do Noroeste de Portugal*. 2.ª ed. Paços de Ferreira: Câmara Municipal.

TISSOT, I.; TISSOT, M.; ALVES, L. C.; BARREIROS, M. A.; MARCELO, T.; CARVALHO, M. L., CORRÊGIDOR, V., GUERRA, M. F. (2013) – Arcaadas da coleção do MNA – o tesouro de Pancas: entre as idades do Bronze e do Ferro. In GUERRA, M. F.; TISSOT, I., ed. lit. – *A ourivesaria pré-histórica do ocidente peninsular atlântico. Compreender para preservar*. Lisboa: MNA; Projeto AuCorre, p. 103-106.

VASCONCELOS, J. L. de (1929) – Antiguidades do Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 28, p. 158-200.

VIEGAS, J. R.; PARREIRA, R. (1984) – Der schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer, Portugal). *Madriider Mitteilungen*. Mainz. 25, p. 79-91.

As colunas duplas ou bilobadas na Lusitânia: o caso de Bobadela

The «double columns» or «bilobate» columns in Lusitania: The Bobadela case

LÍDIA FERNANDES*

RESUMO

Analisa-se um tipo muito curioso de colunas, designadas na bibliografia portuguesa de diversas formas, sendo a mais comum a de «colunas duplas» ou «bilobadas». Apesar de, em território nacional, apenas estarem registadas em Bobadela (Beira Alta), existem outras variantes formais que também se podem aproximar. Este tipo de elementos arquitetónicos ocorre igualmente em Mérida, sem que até ao momento tenha sido explicitada a sua utilização.

Propõe-se uma interpretação funcional para estas peças, assim como se procuram as influências arquitetónicas que estarão na sua origem, o que permite interpretá-las como próximas das colunatas do «tipo Rodes» e, de igual modo, de alguns exemplares empregues em Roma.

Palavras-chave: Arquitetura – Colunas – Romanização – Peristilos

ABSTRACT

This paper focuses on a very interesting type of columns, designated in the Portuguese bibliography in numerous ways, the most common being «double columns» or «bilobate» columns. In the Portuguese territory, they are only registered in Bobadela (Beira Alta), although there are other formal variants that can also be related. This type of architectural elements also occurs in Mérida, regardless of the fact that, until the moment, there is no explanation for its use.

We propose a functional interpretation for these elements and seek the architectural influences in their origin, interpreting them as close to the «Rodes-type» colonnades and, likewise, to some examples used in Rome.

Keywords: Architecture – Columns – Romanization – Peristyles

* Arqueóloga. Coordenadora do Museu de Lisboa – Teatro Romano/EGEAC (C.M.L.). Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra.

INTRODUÇÃO

A questão das colunas duplas surge com a problemática suscitada por uns curiosos fustes que se preservam na aldeia de Bobadela (Beira Alta), antiga cidade romana da qual desconhecemos a original designação (fig. 1).

Desde há muito que estas peças desafiam a interpretação sobre a sua funcionalidade. Em boa verdade, poucos foram aqueles que verdadeiramente se debruçaram sobre estas peças no intuito de questionar a sua função e, especialmente, a sua integração arquitetónica.

Trata-se, afinal, e pelo título que empregamos neste texto, de dois fustes de coluna que se unem entre si através do estrangulamento existente entre os dois mas sem que constituam elementos distintos ou exentos. Outras designações são empregues, como acontece com a terminologia de «fustes bilobados», em «forma de

8» ou «duplos», consoante o epíteto empregue por vários autores, como teremos oportunidade de observar.

O tema foi analisado pela primeira vez por Jorge de Alarcão (1995, p. 155-180), num artigo onde o autor investiga de forma mais analítica o património epigráfico daquela que foi a *splendissima civitas*, a Bobadela romana da qual desconhecemos o topónimo latino, mas que assim é mencionada numa inscrição (CIL II 397, Amaral, 1982, p. 106-119). Nesse trabalho, o autor apresenta uma interpretação funcio-



Fig. 1 – Fustes duplos, ou bilobados, existentes na atual aldeia de Bobadela. Fotografia de Lúcia Fernandes.

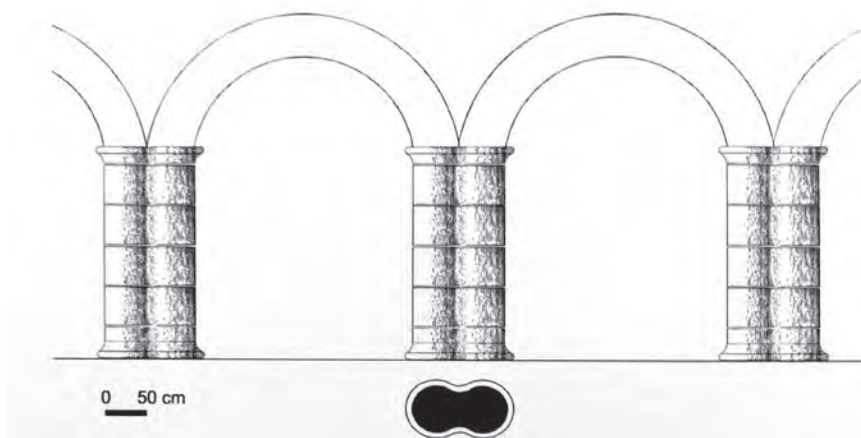


Fig. 2 – Hipótese de reconstrução das ditas colunas duplas, apresentada por Jorge de Alarcão. (Reprodução da imagem apresentada pelo autor, 1995, Est. 5.1).

nal para estes curiosos fustes sobre os quais refere o seguinte: «Tais pedras [com forma de 8] não podem ser senão tambores que, assentes uns sobre os outros e rematados por uma grande imposta, serviriam de suporte a arcos, como reconstituímos na nossa Est. 5.1.» (fig. 2). Esta explicação e integração arquitetónica suscitou-nos, desde o início algumas dúvidas, o que nos levou a tentar perceber tal interpretação.

Na verdade, a função apresentada por aquele investigador, apontava no sentido de tais colunas se destinarem a suporte de um aqueduto. Em descrições do século XIX, concretamente de Henriques Secco (*apud* Alarcão, 1995, p. 156), refere-se a existência de dois aquedutos romanos que ainda se preservavam, à época, naquela aldeia beirão, razão pela qual Jorge de Alarcão relaciona estas colunas duplas precisamente com aquela infraestrutura defendendo que, pela sua dimensão, os tambores de coluna duplos poderiam ter servido de suporte às condutas de alimentação de água da antiga cidade romana de Bobadela.

Ainda que J. Alarcão duvide da existência de dois aquedutos, considerando que a dimensão da cidade o não justificaria, acrescenta que a referência feita por Henriques Secco deva ser atribuída a um ramal do aqueduto principal e não precisamente a dois aquedutos. Outra hipótese apontada pelo autor é a de que, um dos ramais destas infraestruturas – que as fontes do século XIX referem localizar-se um a nascente e outro a poente de Bobadela – possa corresponder a uma cloaca e não exatamente a um aqueduto ou ramal (Alarcão, 1995, p. 162).

Estas são, até à data, as interpretações que têm sido apontadas para estes elementos. Na verdade, a ausência de outros exemplares similares justifica, até certo ponto, a ausência de estudos ou de outras hipóteses funcionais. No entanto, o simples facto de se registarem em contexto claramente romano e o facto de existi-

rem outros exemplares semelhantes na capital da província da Lusitânia suscitou-nos distintas interpretações das até agora apresentadas.

Jorge de Alarcão tem o grande mérito de ter chamado a atenção para estas peças e de lhes ter proposto, pela primeira vez, uma integração arquitetónica. Acertadamente lhes conferiu uma importância que, também pensamos, se lhes deve atribuir.

1. A DEFINIÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS DESIGNADOS POR «COLUNAS DUPLAS»

Antes de mais, convém definir o que são colunas duplas. Esta designação é meramente pragmática e relaciona-se diretamente com a morfologia dos exemplares. É precisamente por esta razão que a terminologia empregue por J. Alarcão é a de «colunas em 8». De facto, a sua forma assemelha-se a um «8», ainda que o estrangulamento central não seja acentuado, antes descrevendo uma curva pouco marcada.

Outros autores definem estes exemplares como colunas «bilobadas», termo empregue essencialmente na bibliografia francesa. Assim, os termos «colonne bilobée, à extérieur» e «en 8» têm igual correspondência na «colonna bilobata», em italiano, ou na «bilobat column» em inglês, ainda que também seja empregue a designação de «double column».

Trata-se efetivamente de colunas duplas, ligadas entre si, ou seja, não são exentas, o que poderá indicar que esta precisa morfologia poderá ter sido obtida aquando da extração da matéria-prima da pedreira. Este aspeto é da maior importância, não pelo facto de nos auxiliar numa interpretação funcional das peças, mas antes no sentido de poder fornecer indicações quanto ao projeto arquitetónico para o qual estes materiais eram encomendados.

De facto, esta situação poderia ter ocorrido caso os fustes fossem monolíticos por serem elementos tão grandes que o máximo desbaste fosse realizado antes do início do transporte de forma a facilitá-lo. Pressupunha, assim, que o projeto para o qual estes fustes fossem encomendados se encontrava integralmente realizado aquando da encomenda dos materiais. No entanto, estes blocos bilobados articulam-se em tambores, de forma semelhante aos que compõem os tradicionais fustes de coluna, o que diminui substancialmente a dimensão de cada um. Ainda assim, estes tambores apresentam um comprimento que ultrapassa um metro e uma altura de quase 0,60 m, ou seja, 2 PR, o que constitui uma considerável dimensão.

Se bem que pedreiras de granito não faltassem nas imediações da antiga Bobadela, talvez se possa propor que estes tambores fossem talhados no local de extração e não em estaleiro de obra, ainda que, aí decerto se tenha realizado a etapa final de afeiçãoamento e de acabamento final.

Independentemente deste fator, há casos onde se encontram colunas duplas, triplas e quádruplas, assim talhadas de forma a facilitar o transporte. Com efeito, no porto de Óstia, concretamente no «depósito dos mármore importados», um grupo de quatro fustes de colunas foi encontrado *in situ*, pronto a ser levado para o estaleiro de obra (Adam, 1989, p. 26 e 27), demonstrando assim, a forma como estes materiais seriam transportados com o objetivo de facilitar e rentabilizar a rapidez de entrega da encomenda. Interessa sublinhar que esta situação ocorreria especialmente nos transportes marítimos. Este meio, que não tanto o terrestre, pelo natural peso inerente, suscitaria o transporte de enormes blocos não desbastados totalmente, potenciando deste modo a quantidade a transportar.

Temos assim duas situações: uma na qual os fustes duplos são empregues com essa forma, sendo intencional a morfologia que adotam, e outra onde os fustes são assim talhados por uma questão de transporte e comercialização da matéria-prima. É claramente o primeiro caso que nos interessa, uma vez que, em Bobadela e em outros locais que analisaremos, as colunas duplas teriam, a nosso ver, uma função bem determinada.

2. ANÁLISE COMPARATIVA

2.1. *Augusta Emerita*

2.1.1. *Augusta Emerita*: o fórum

O melhor paralelo que conseguimos encontrar para as peças de Bobadela será precisamente na capital da província da *Lusitania*, *Augusta Emerita*.

Este facto é por si deveras relevante, uma vez que os modelos arquitetónicos e decorativos adotados no território provincial serão os ditados pela sua capital. É esta que prescreverá os preceitos técnicos e os modelos a serem implementados, enquanto representante do novo poder político e onde, em primeira mão, chegam os cânones centro-imperiais. Será natural, deste modo, que seja a partir deste centro recetor que se propaguem as novas técnicas, modelos e os arquétipos que, de forma mais ou menos fiel, serão seguidos no restante território. Deste modo, afigura-se bem menos estranho que o emprego deste tipo de colunas duplas em Mérida se replique em outras zonas da província, como Bobadela, a pouco mais de 300 km.

Um autor que desde há muito se tem dedicado à análise de elementos arquitetónicos, José Luis de la Barrera Antón (2000, fig. 12), menciona alguns fustes duplos encontrados na Calle Romero Leal e que o autor interpreta como tendo pertencido a um edifício público (fig. 3). Recorrendo a uma terminologia italiana, menciona que são «dobles, geminados, com solución “a cuore”» (*idem*, inv.



Fig. 3 – Fotografia dos fustes duplos mencionados por Barrera Antón, provenientes da Calle Romero Leal, em Mérida. (Rep. Barrera Antón, 2000, Lám. 10.1).

n.º 9, Lám. 10.1, fig. 12.4.). Um dos aspetos mais curiosos em relação a algumas destas peças é o facto de possuírem um diâmetro diferente entre si, ou seja, são dois fustes, unidos entre si, com diâmetros distintos, o que, à primeira vista, poderá dificultar ainda mais a proposta de uma específica funcionalidade para tais exemplares.

Outro dado importante é a atribuição augustana que o autor aponta para tais peças. Afirma igualmente que os mes-

mos seriam originalmente estucados, ainda que na atualidade não conservem vestígios de tal revestimento. Este aspeto revela-se importante, pois remete tais exemplares para a primeira fase de monumentalização de *Augusta Emerita* quando esta técnica construtiva – o recurso à matéria-prima local e o seu posterior revestimento a estuque – era empregue.

Mais recentemente tem-se evidenciado esta primeira fase construtiva da capital emeritense. Monumentos que se pensava serem posteriores à fundação augustana, como o caso do Arco de Trajano, apenas para fornecer um exemplo, estão agora em revisão, concluindo-se por uma fase inicial da época de Augusto, ainda que o seu aspeto tenha sido alterado posteriormente através do revestimento com placas de mármore da sua superfície, o que ocorre em época de Tibério, com o objetivo de «ajustarse a la fâcies marmórea del nuevo recinto, pues el granito estucado hubiera desmerecido la puerta de ingreso monumental a tan importante complejo [provincial de culto imperial]» (Alvarez Martinez, Nogales Basarrate, 2014, p. 244-247).

Numa segunda fase construtiva, como vemos, é o emprego do mármore que se generaliza, o que levou à aplicação deste novo material no revestimento dos edifícios públicos, o que ocorre, por exemplo, na própria fachada do teatro de Mérida (Rörling, 2009, p. 163-172), fenómeno que deverá ser relacionado com o início da exploração das pedreiras de mármore da zona do anticlinal de Estremoz/Vila Viçosa (Arianna Fusco, Mañas Romero, 2006, p. 21-26).

Menciona ainda Barrera Antón que as peças encontradas na Calle Romero Leal foram depositadas na Alcazaba de Mérida, local onde tivemos oportunidade de as observar. O autor não especifica, na sua obra sobre a decoração arquitetónica dos *fora* emeritenses, qual a exata proveniência daqueles elementos arquitetónicos (fig. 4).

A diferença de diâmetros que os fustes duplos possuem comprova a desigualdade de módulos. Existem tambores com 40/57 cm; 40/55 cm; 42/57 cm; 43/60 cm; 43/58 cm; 44/56 cm. Significa este facto que os fustes de coluna seriam altos, diminuindo progressivamente o seu diâmetro à medida que aumentava a sua altura, o que ocorreria tanto nos fustes menores quanto nos maiores, mas que a proporção não se verificaria entre os mesmos, isto é, cada fuste – apesar de ligado ao seu «fuste gémeo» – adotava a dimensão que o seu módulo preconizava.

A altura dos tambores não importa tanto quanto o seu diâmetro. É este, pelos preceitos enunciados por Vitruvius, que deverá ser tido em conta na altura de dimensionar um edifício. Como refere, é o diâmetro do imoscapo (parte inferior do fuste) que fornecerá essa dimensão (Vitruvius, Livro III, Cap. III, 7). Esta informação, cotejada com as distintas dimensões dos fustes, permite deduzir que num mesmo edifício existiram dois módulos distintos, uma vez que os vários tambores apresentam diâmetros substancialmente diferentes.

Torna-se evidente que o edifício ao qual tais peças terão pertencido seria de grandes dimensões. Pelo menos seis tambores de colunas duplas encontram-se alinhados, atingindo uma proporção bastante razoável, uma vez que cada um dos tambores tem uma altura de cerca de 0,60 m. Por outro lado, depreendemos que as restantes peças que se encontram depositadas no local, junto a este conjunto de colunas duplas, sejam igualmente provenientes da Calle Romero Leal. Pelo que nos é dado observar, foram recolhidos muitos mais elementos arquitetónicos, sendo que alguns se referem a fustes de coluna, silhares e cornijas. Não podemos esquecer que estas peças devem ser relacionadas com um dos *fora* de Mérida, uma vez que é na Calle Romero Leal que se localizaria a escadaria de acesso ao templo dito de Diana (Hiernard, Álvarez Martínez, 1975, p. 572). Em redor do templo e do *temenos*, existiria uma área porticada, como posteriormente se veio a confirmar (Álvarez Martínez, Nogales Basarrate, 2003) e como se encontra sugerido pelo recente projeto de arquitetura implementado no local.

Parece-nos, pois, pertinente a ideia de as colunas duplas, assim como os restantes materiais depositados na Alcazaba, terem pertencido a este espaço forense, o qual se encontra datado da primeira fase de monumentalização da cidade,



Fig. 4 – Colunas duplas com diâmetros desiguais remontadas no chão no interior da Alcazaba, Mérida. Estas peças são provenientes da Calle Romero Leal. Fotografia de Lídia Fernandes.

em época fundacional de Augusto (Alvarez Martinez, Nogales Basarrate, 2003; Antonio Pizzo, 2010, p. 580 e 581) e antes do início da exploração das pedreiras de mármore da zona de Estremoz, Borba e Vila Viçosa (Edmondson, 2011, p. 35).

Falta determinar o local ocupado pelos fustes. Não é plausível que tais elementos tenham pertencido ao templo, uma vez que a estrutura base ainda hoje se mantém. A própria arquitetura do templo, com as suas colunas encimadas por capitéis coríntios, também eles estucados (Barrera Antón, 1984, p. 70-75) e um *podium* alto, seguindo a tipologia mais habitual deste tipo de construções², não parece ter alguma vez contemplado a presença de fustes duplos no seu perímetro e, muito menos, na cela do templo. Parece-nos que os fustes bilobados, a terem coexistido com o templo, terão sido posicionados no seu exterior. Infelizmente é bastante difícil perceber como seria arquitetonicamente a área envolvente do designado templo de Diana, uma vez que um outro templo, talvez dedicado a César, tenha igualmente existido nesse lugar (Nogales Basarrate, Alvarez Martinez, 2014, p. 243).

Como referem os autores que analisam tais edifícios, «con los datos objetivos actuales es complejo trazar un espacio forense augusteo. Fue una área articulada en torno a dos espacios abiertos con sendos templos? De ser así, uno sería la plaza con el Templo de Diana, y un segundo espacio, aún complejo de interpretar, relacionado con ese otro templo de tipología muy temprana, emulando como se ha planteado al templo dedicado a César en la propia Roma. Serían dos templos de advocación complementaria: uno dedicado al divino César y el segundo a Roma y Augusto, ambos bajo parámetros constructivos muy similares desde un punto de visto edilicio» (*idem*, p. 244).

Os dados apresentados em 2009 no trabalho elaborado sobre a génese e evolução dos *fora* da cidade romana de Mérida traz-nos informações sobre a possível funcionalidade a atribuir a estas peças. Com efeito, a Calle Romero Real localiza-se muito próximo, concretamente no limite sudeste do espaço forense, e estando o seu limite sudoeste sobreposto por esta atual artéria viária. No trabalho mencionado encontra-se bem definida a planta que se propõe para este conjunto arquitetónico nas suas diversas fases evolutivas. Com efeito, o designado «Templo de Diana» encontrava-se rodeado por um espaço sagrado, o *temenos*, tendo em seu redor um edifício em forma *pi* (aberto no lado sudeste, um dos lados maiores do *forum*) e composto por duas galerias. O nível mais baixo do terreno do lado ocidental obrigou à edificação de um criptopórtico com cobertura abobadada. Os dois pórticos ou edifícios em forma *pi*, de planta idêntica, teriam cada um, uma largura de 8 m, sendo difícil em alguns casos, perceber como se articulariam (Ayerbe Vélez, et al., 2009, p. 667-805). As duas galerias em forma de *pi* que

2 Como o templo de Santarém, o de Évora ou ainda o de Almofala, em território nacional.

rodeariam o templo teriam uma utilização pública e seriam cobertas com telhado de duas águas através da colocação de traves de madeira onde apoiaria o telhado formado por *tegulae* e *imbrices* (*Idem ibidem*, p. 693). Nada impede, pois, de supor que entre as duas galerias que rodeariam o templo, formando este pórtico duplo, fosse empregue a solução de elevação superior da galeria maior através da colocação de colunas duplas. Deste modo, obter-se-ia maior iluminação no pórtico de maior perímetro, assim como um nível superior de circulação. De sublinhar ainda que esta solução não implica um peso demasiado grande na parte superior do edifício uma vez que a estrutura de madeira do pavimento e os acessos em igual material não teriam grande peso no conjunto da estrutura do nível superior. A planta assim delineada, enquadrando-se cronologicamente na fase construtiva da época de Augusto, pode ser facilmente compreendida pelo corte proposto, constante no trabalho agora mencionado, para a «cabeceira da plataforma central do foro de la colonia» (*Idem ibidem*, fig. 4) onde, aliás, se propõe uma altura ligeiramente diferente entre os dois edifícios em forma de *pi* (fig. 5).

A proposta que fazemos é, deste modo, a de que as colunas duplas tenham integrado a área evolvente porticada que, como agora sabemos, seria dupla, podendo ter suscitado uma curiosa solução de aproveitamento dos fustes de coluna para dois módulos distintos em dois recintos rodeados por colonatas. Os fustes forneceriam apoio, em simultâneo, às arquitraves que suportariam as duas zonas cobertas, a distintas alturas.

2.1.2. *Augusta Emerita*: peças do *post scaenam* do teatro (zona sul)

Interessa referir um outro tipo de tambores de fuste que, ainda que ligeiramente distintos dos que acabámos de analisar, oferecem uma morfologia sub-elíptica com topos arredondados. Os fustes são tratados como um todo: blocos

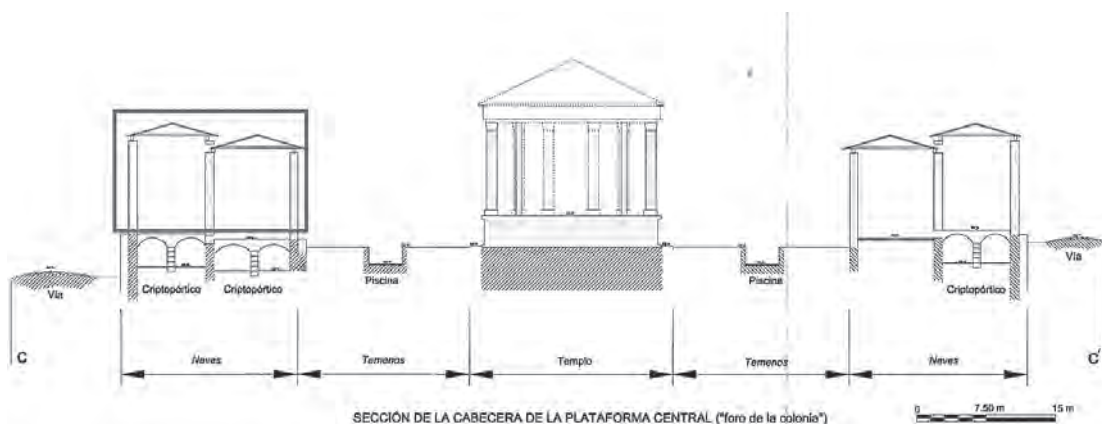


Fig. 5 – Corte da «cabeceira da plataforma central do foro de la colonia» in Ayerbe Vélez, R., et al., 2009, fig. 4, encontrando-se assinalada a zona dos edifícios duplos, em forma de *pi*, onde poderá ter sido empregue a solução das colunas duplas uma vez que existe uma diferença de altura entre os respetivos pisos.



Fig. 6 – Fustes «sub-elípticos» localizados por trás da fachada cénica do teatro de Mérida integrados no muro de acesso ao corredor sul do peristilo (perspetiva de sul para norte da colonata do lado oriental). Fotografia de Lúcia Fernandes.

retangulares de topos arredondados que se sobrepõem entre si (fig. 6). Não existe qualquer moldura ou estrangulamento central, afastando estes exemplares dos de morfologia em «8» que agora analisamos.

Curioso é, também, o local onde se encontram. Conservam-se atualmente, dois destes conjuntos de elementos na parte sul da área do *post scaenam*, imediatamente por trás da fachada cénica do teatro de Mérida: tambores, sobrepostos entre si, retangulares mas de ângulos arredondados. Como referido, não possuem qualquer estrangulamento central e encontram-se *in situ*, implantando-se a meio do pequeno lanço de degraus que estabelece a ligação entre o largo corredor situado por detrás da fachada cénica e os corredores laterais, a poente e a nascente, que correspondem às áreas de peristilo que ladeiam o jardim central do *post scaenam*.

Conservam-se somente, como referido, dois destes pilares sub-elípticos: um na escadaria do lado nascente³ e outro na do lado poente. O primeiro possui sete tambores sobrepostos e os três degraus articulam-se com a sua parte inferior. Situa-se no muro que separa o corredor que existe imediatamente por trás da *scaena frons*, ou seja, na área abrangida pelo *porticus post scaenam* que se desenvolve a norte. Se no caso do exemplar que se posiciona a poente, a sua localização não se coaduna com esta ideia, talvez por esta zona denunciar uma maior intervenção de restauro e reposicionamento dos elementos⁴, no caso do exemplar situado a nascente é fácil perceber que estes fustes sub-elípticos se localizam no centro de uma

³ Atualmente este elemento ostenta, na sua parte superior, um capitel coríntio que, claramente, não lhe pertence.

⁴ No fuste poente, este não se posiciona no mesmo alinhamento do corredor do peristilo existente. Poderá ter sido recolocado no presente local durante os trabalhos de restauro do teatro?

escadaria que, do corredor sul (de implantação nascente/poente), permite o acesso à ala nascente do peristilo, com uma orientação norte/sul. De ambos os lados deste fuste, o público poderia ter acesso ao jardim porticado do teatro, como se torna bem visível numa fotografia mais antiga (cf. Velázquez Jiménez, 2010, p. 119, fig. 24). Pensamos que estes elementos não foram aqui posicionados durante os trabalhos de restauro do monumento. A ligação que estabelecem com o espaço construído envolvente, especialmente no caso dos fustes sub-elípticos a nascente, como sublinhámos, constitui um garante do seu correto posicionamento: a ligação às escadarias adjacentes; o tambor inferior, que serve de base, perfeitamente encaixado entre os degraus; a axialidade em relação à largura do peristilo, como é bem evidente na figura 6, são elementos que comprovam a sua posição original.

Estes elementos são referidos por Antonio Pizzo como «pilar construído com sillares de granito superpuestos, realizados com hiladas horizontales que se caracterizan por un acabado redondeado en la cara sur de la estructura. El aparejo empleado es muy regular y los bloques de granito bien escuadrado, con juntas horizontales alineadas» (Antonio Pizzo, 2010, p. 322, fig. 372). Na verdade, os blocos apresentam um acabamento arredondado não apenas num dos seus lados (o lado sul, como refere o autor) mas em ambos. Embora estes fustes não sejam similares aos fustes duplos que agora analisamos, observamos uma solução criada para casos específicos com o intuito de solucionar um problema de carácter técnico, como é tão recorrente na arquitetura romana.

2.1.3. *Augusta Emerita*: peças do *post scaenam* do teatro (zona norte)

Na análise das colunas bilobadas que se encontram na Alcazaba de Mérida, Barrera Antón aponta outros exemplares como paralelo, como o caso de uma peça situada na área do *porticus post scaenam* do teatro romano de Mérida.

Trata-se de dois tambores de coluna sobrepostos, e com uma base inferior que possui a mesma morfologia bilobada, e que, atualmente se encontram encimados por dois capitéis toscanos, os quais, no entanto, lhes não deverão pertencer. Estes fustes bilobados são os únicos que se identificam em toda a área do conjunto monumental do teatro e anfiteatro (fig. 7).

Estes elementos como que rematam o murete que rodeia o tanque que se encontra na área por trás da fachada cénica (*porticus post scaenam*). Este pequeno muro estabelece a separação entre a zona coberta – o peristilo – e a área a céu aberto do jardim.

Múltiplos fustes encontram-se posicionados no próprio muro, concretamente no seu limite exterior, sendo visíveis na face norte do muro do tanque e encontrando-se embebidos no muro no seu lado oposto. Este facto leva a tecer várias considerações, uma vez que é relevante a conclusão a que se chega quanto ao facto de os fustes bilobados pertencerem, ou não, ao muro que rodeia



Fig. 7 – Tambores duplos que se observam do *post scaenium* do teatro de Mérida. Fotografia de Lídia Fernandes.

o peristilo e o tanque ou se, pelo contrário, aí foram colocados numa fase posterior ao da sua construção.

Focar-nos-emos, por ora, naqueles fustes duplos que temos vindo a analisar. Eles localizam-se em frente à *exedra* que, axialmente, se situa no topo do peristilo. Trata-se de uma sala ricamente ornamentada que, lateralmente, possui vários nichos onde se localizavam estátuas da família imperial. Inicialmente interpretada como «*aula* de culto imperial» e pela imagética conservada atribuída aos anos 4-14 d.C. (Trillmich, 2004, p. 280), foi também apresentada a hipótese de ter funcionado como *lararium*, com reservas quanto à sua cronologia (Arce, 2002, p. 238) e, mais recentemente, sendo interpretada como «Aula Sacra» (Mateos, Soler, 2015, p. 111-118).

As colunas bilobadas localizam-se em frente à entrada da *exedra* mas a delimitar o fim do tanque mencionado, o qual se interrompe neste espaço permitindo um acesso direto pelo jardim e que, passando pela área coberta do peristilo, permite aceder à *exedra*. Pensamos que a *exedra*, ou *lararium* pela sua importância simbólica, mas também pelo facto de marcar o eixo da composição arquitetónica, tenha sido

coberta, devendo ser contígua à do peristilo, mas talvez apresentando um maior pé-direito, não sendo despropositado pensar que o telhado fosse aqui mais alto, destacando-se da volumetria evidenciada pelo restante peristilo em forma de U.

Os exemplares bilobados, como já referimos, não nos parece que tenham originalmente pertencido ao local onde hoje se encontram. Este aspeto aplica-se, de igual modo, aos restantes fustes de coluna que aí se observam, o que nos leva a analisar de forma mais pormenorizada o local e a forma como estes fustes de coluna se integram, hoje neste espaço arquitetónico. Estas colunas localizam-se no peristilo norte do *post scaenium* integrando o muro lateral do tanque aí existente. Este tanque reporta-se «a uma fase que es lógico adscribir directamente al proyecto edilicio original, o a una etapa inmediatamente cercana al mismo, debido a la configuración topográfica y urbanística del espacio, pertenecen gran parte de las estructuras que forman la *porticus post scaenam*» (Antonio Pizzo, 2010,

p. 288). No entanto, acreditamos que a zona correspondente ao murete terá sofrido alterações ao longo do tempo. Parece-nos difícil apontar cronologias para eventuais obras neste espaço, uma vez que não possuímos quaisquer dados arqueológicos e estratigráficos. Apesar disso, alguns dados podem ser apontados relativamente a uma precedência e consequente posterioridade de algumas reformulações construtivas, oferecendo, assim, indicações cronológicas relativas.

Se observarmos uma das zonas onde melhor se conserva o reboco, é evidente que ele se encontra encoberto pelo próprio murete (fig. 8). Quanto ao aparelho construtivo do próprio muro, é nítido o emprego de elementos possivelmente reaproveitados, como o caso de *lateres* partidos, que nos parecem corresponder a uma remodelação mais tardia⁵. Treze bases, com os respetivos fustes, localizam-se no limite sul deste corredor norte do peristilo, estando integradas no murete que circunscreve o tan-

que: três do lado poente e as restantes no murete nascente, uma vez que o tanque se interrompe no eixo do peristilo, permitindo o acesso à *exedra* acima descrita.

Em termos morfológicos, as peças são bastante similares entre si. O imoscapo é acentuadamente alto e as bases somente possuem, pelo menos visível, um toro. Do mesmo modo, estes elementos encontram-se colocados por cima de blocos pétreos, ainda que nos pareça que as peças estejam *in situ*.

Um dado comum a estes exemplares é o facto de todos conservarem vestígios de reboco e, em alguns casos, de estuque, registando-se a sua preservação em grandes porções enquanto em outras peças o revestimento conservado é reduzido. Se observarmos os fustes de coluna, todos eles embebidos no murete, as bases que agora mencionamos não são visíveis do lado sul, somente sendo visíveis na sua totalidade do lado norte, uma vez que o murete não as abrange por completo (fig. 9). Por outro lado, foi recriado, em *opus signinum*, uma outra pequena base, que igualmente reveste a parte superior do murete e que se pode associar ao mesmo tipo de revestimento que forma a meia-cana do interior do tanque. Por esta e outras razões, pensamos que o tanque e, especialmente, o muro que o



Fig. 8 – Limite poente da parte nascente do murete que rodeia a estrutura hidráulica. A base que se observa é uma base dupla e é possível observar a zona conservada do reboco. Fotografia de Lídia Fernandes.

⁵ Ainda assim, não é possível assegurar que se trate de um restauro realizado nos anos de 1940/50.



Fig. 9 – Perspetiva de sudoeste para nordeste do murete da estrutura hidráulica, observando-se os fustes embebidos naquele murete e não sendo visíveis, deste lado, as respetivas bases. Observam-se também as concavidades existentes nos fustes. Fotografia de Lídia Fernandes.

acompanha e que estabelece o limite do peristilo, terá tido um arranjo arquitetónico distinto do atual.

O facto de existirem concavidades quadradas nos fustes, como se observa na fig. 9, além de outras, retangulares, a um nível mais alto, pode levar a pensar que, originalmente, a separação entre tanque e peristilo poderia ser feita através de um gradeamento, o que levaria a que o nível de água do tanque fosse substancialmente mais baixo, correspondendo, possivelmente, a um simples «espelho de água». Esta ideia permite explicar a razão de as bases e fustes destes exemplares se apresentarem embebidos no muro, de possuírem tantas camadas de reboco e de ter sido realizado uma «falsa» base em *opus signinum* sobreposta ao próprio muro.

O igual posicionamento das concavidades quadrangulares que se observam nos fustes leva a não questionar o seu original posicionamento. Por esta razão, não nos parece pertinente colocar a questão de os fustes aqui terem sido posicionados em épocas distintas. Pensamos que a criação do peristilo em forma de U e, afinal, a organização deste espaço do *post scaenam*, será fruto de um projeto uno, pensado e realizado num único momento. Esta interpretação, no entanto, não obsta a que, ao longo dos tempos, tenham sido introduzidas alterações arquitetónicas de pormenor, como nos parece ter acontecido com a substituição das eventuais «cancelas», ou gradeamentos, a que acima nos referimos e, de igual modo, a sua eventual substituição, em dado momento, por um muro e um tanque de maiores dimensões ou de maior altura.

Em recentes sondagens arqueológicas levadas a cabo na parte poente do peristilo⁶, foi exumada uma base em *opus signinum* (revestimento igual ao do tanque que hoje se observa). Este aspeto reforça a ideia por nós preconizada de se tratar, originalmente, de uma solução do tipo «espelho de água».

Na parte inferior destes dois tambores de coluna bilobados observa-se uma base de coluna, também ela dupla (fig. 7). É a única base deste tipo que conhecemos até ao momento, diferenciando-se daquelas de Bobadela pelo facto de estarem talhadas num bloco autónomo⁷. A morfologia desta base, ao contrário do que parece acontecer nos fustes duplos que a sobrepõem – onde os dois diâmetros são semelhantes – parece ser desigual. Este facto significa que a moldura que se conserva numa das bases lhe aumenta consideravelmente o diâmetro, distanciando-a do aspeto final que oferece a outra base contígua, que apresenta os dois toros talhados na pedra⁸. Temos duas tipologias de base: uma toscana (apenas com um toro) e outra ática (com dois toros) mas sem plinto. Este facto pode indicar a utilização de duas ordens arquitetónicas distintas, a toscana e a jónica.

A ideia defendida por Barrera Antón, de que estas peças realizadas em granito local e depois revestidas a estuque se integram cronologicamente no primeiro momento construtivo de *Augusta Emerita*, leva a supor que estes fustes de coluna duplos de Mérida se enquadrem, de igual modo, neste primeiro momento de monumentalização da urbe. Também curioso é constatar que a morfologia do bloco pétreo seria, afinal, bastante distinta do aspeto final que o mesmo deteria após a aplicação do reboco e do revestimento com estuque. Se abstrairmos este revestimento, o que nos é dado observar é uma base tipologicamente muito simples, composta por uma faixa inferior de maior diâmetro, que poderemos definir por «toro» da base integrando-se na definição de «base toscana». A parte superior, lisa e vertical, corresponderá ao imoscapo. A outra base gémea, com dois toros, define uma «base ática».

Se compararmos estes perfis com os restantes exemplares existentes no *post scaenam* do teatro, observamos que existem grandes similitudes apesar do desigual estado de conservação. Estas bases áticas, com dois toros e um escapo central, sem plinto e com os pormenores morfométricos que ostentam, apontam para um tipo de base que se deve adscriver a cronologias recuadas, possivelmente relacionadas com a edificação do teatro, que se atribui aos anos 16 a. C., de acordo com a epigrafia e que documenta a data da inauguração do monumento, embora estas

6 Tivemos oportunidade de visualizar tais achados em março de 2016.

7 Achamos curioso que J. L. de la Barrera Antón não a mencione pois é um exemplar deveras único na decoração arquitetónica da Lusitânia e do restante Império.

8 A moldura inferior destas bases é simples, retilínea, com cerca de 9 cm de altura. O reboco e o estuque que recobre a superfície conservam-se, ainda que em estado muito deficiente, em quase toda a superfície perimetral na base do lado direito, atingindo uma altura de quase 15 cm, ainda que a base do lado esquerdo apenas conserve uma pequena porção do estuque, mas em bom estado de conservação.

cronologias estejam, neste momento em revisão e se aponte para obras contínuas de remodelação durante todo o tempo útil do próprio monumento (Mateos Cruz, Pizzo, 2011, p. 173-194).

Poderemos sintetizar do seguinte modo os aspetos arcaicos destas bases áti-cas: igual ou semelhante diâmetro dos toros, ausência de molduras intercalares, escapo pouco alto e pouco profundo, ausência de perfil parabólico deste último elemento, ausência de plinto e, por fim, o emprego da pedra local e o seu revesti-mento com reboco e estuque⁹.

Ainda que esta datação tenha de ser um pouco relativizada, pois sabe-se agora que o projeto construtivo ocorreu durante um lato período cronológico e que o arranjo final do espaço apenas se cumpriu com a finalização do anfiteatro em 8 a. C. – o que não impede os múltiplos arranjos que estes dois edifícios sofre-ram ao longo dos tempos –, pensamos que esta peça se pode atribuir ao primeiro momento construtivo¹⁰. Ainda assim, o local onde a peça hoje se encontra não corresponderá, em nossa opinião, ao seu posicionamento original, como tivemos oportunidade de comprovar o que acima escrevemos e que poderemos sintetizar da seguinte forma: o muro do tanque sobrepõe-se às bases, camuflando-as; esta solução de finalização do muro que rodeia o tanque com as colunas bilobadas não tem simetria com o que ocorre no lado poente do tanque. Estes aspetos obri-gam a concluir que o original posicionamento destes elementos terá sido distinto do que hoje ocupam. Se esta hipótese de integração das colunas bilobadas na área do *porticus post scaenam* do teatro não nos parece pertinente, importa refletir onde poderão ter sido colocadas, o que em nossa opinião pode ser relacionado com a hipótese de terem existido dois peristilos, de diferentes alturas. Com efeito, a utili-zação das colunas duplas somente junto à *Aula Sacra* não explica a função dos fus-tes sub-elípticos que observámos a meio da largura da colunata do lado nascente e que se encontra *in situ*. Se observarmos a envolvente do perímetro atribuído a esta área do *post scaenam* é fácil constatar a presença de grandes desníveis. A norte, implantam-se as latrinas e, a um nível um pouco superior, a rua que estabelecia a ligação, por esse lado, ao anfiteatro. Do lado nascente, o espaço é delimitado por um grande muro. Por cima desse muro foram, entre 1997 e 1998, realizadas sondagens arqueológicas com o objetivo de aí construir camarins de apoio ao Festival de Teatro Clássico, que anualmente tem lugar no recinto arqueológico. Foi precisamente neste local que surgiram vestígios que, se por um lado trazem

9 Sobre este tipo de base cf., entre outros autores, Gutierrez Behemerid, 2003, p. 188 e s. e 2006, p. 295 e s.; Chiner Martorell, 1990, p. 89 e s.

10 Sobre as principais fases construtivas do teatro remete-se para a belíssima síntese de Antonio Pizzo onde o autor sintetiza as principais fases de construção do monumento com as sucessivas remodelações que sofreu ao longo do tempo baseando-se quer na bibliografia até ao momento existente, quer à arqueologia da arquitetura (Pizzo, 2010, p. 281-323). Novas interpretações baseadas nesta mesma metodologia de trabalho, haviam sido apresentadas por Durán Cabello, 2004.

nova luz ao arranjo da envolvente do peristilo, por outro dificultam ainda mais a sua compreensão.

Foram aqui encontradas, a cerca de 3 m de profundidade, sepulturas de incineração que podem ser datadas de meados do século I d. C. (Mateos Cruz, Márquez Pérez, 1997, p. 301-320). Mas foi igualmente detetado um grande muro (com um comprimento de 36 m e 0,60 m de largura) que se alicerçou no afloramento rochoso. Paralelo a tal muro registou-se a presença de vários pilares, com afastamentos equidistantes entre si (4 em 4 m) e que «formariam parte de una de las basas para sostener pilares, relacionados con las pilastras que probablemente conformarian en origen los salientes de muro paralelo. En el lado Oeste, a 5 m de distancia de las cimentaciones de los pilares se conservan los restos del muro de cierre del peristilo del teatro en su lado oriental que, paralelo al muro UE 7, delimitaría la construction en su zona occidental» (*idem*, p. 305). Também a meados do século I d. C., mas algo posterior aos enterramentos mencionados, parece poder atribuir-se esta edificação, a qual os autores propõem que possa ter sido uma basílica e que terá concluído o arranjo deste lado oriental do teatro e da sua ligação ao anfiteatro. Também nos compartimentos junto ao *aditus maximus* oriental se confirmou a existência de um pórtico dividido em duas naves, que possibilitava a circulação entre o teatro e pórtico norte (*Idem, ibidem*).

Esta solução explicaria a grande largura dos pórticos, de tal forma que obrigava a duas fiadas de colunas, a meio da largura do pórtico e coincidente com a implantação dos fustes sub-elípticos. Atualmente é o grande muro oriental que delimita esta zona. No entanto, pelas intervenções arqueológicas da década 1990, será possível apontar a hipótese de tal muro não existir e de se tratar de uma zona peristilada, a distintas alturas, que estabeleceria a ligação à possível basílica.

2.2. Outros paralelos fora da Lusitânia

2.2.1. Província da Gália Narbonense: «Villa des Tours»

Um dos exemplos mais relevantes no que toca a paralelos para as colunas bilobadas, ou duplas, é oferecido, em território gaulês, pela conhecida «Villa des Tours», ou seja, «a cidade das Torres» próximo da atual Aix-en-Provence, no sul de França e que, em época romana integrou a província *Narbonense*.

Esta cidade era importante, tal como o demonstra o facto de ter tido um teatro de consideráveis proporções, com cerca de 100 m de diâmetro, o que o coloca ligeiramente abaixo do teatro de Arles e de Orange, respetivamente com 102 e 103 m de diâmetro, mas acima dos teatros vizinhos de Fréjous e de Vaison, respetivamente com 95 e 84 m. A cronologia deste assentamento poderá atribuir-se ao cônsul romano *Caius Sextius Calvinus* em 122 a. C., que fundou a cidade de *Aquae Sextiae* no decurso de uma investida contra o *oppidum* de Entremont.

Num dos peristilos da *villa* conhecida por «Jardin de Grassi», localizada na parte norte da cidade romana, foram encontrados dois fustes de coluna duplos, caracterizados por terem sido encontrados *in situ* e pelo facto de apresentarem alturas e diâmetros consideravelmente distintos entre si. A par destes fustes foi igualmente encontrada uma base, de idênticas características morfométricas, o que permite relacionar fustes e base entre si (Benoit, 1947, p. 100-101). Tudo indica que tais elementos encontrados *in situ*, correspondam a uma solução arquitetónica do próprio peristilo ao qual o autor atribui a designação de «peristilo rodiano», designação que adiante explicitaremos.

A base possui uma altura de 24 cm e dois toros que enquadram um escapo, ou escócia. A parte inferior é composta por plinto de dimensões distintas e a parte superior possui parte do imoscapo de dois fustes de distintos diâmetros.

Quanto aos dois fustes de coluna bilobados ou «gémeos», como o autor designa, «fût jumelé» (Benoit, 1947, p. 101, fig. 2 e 3), um dos fustes possui 3,87 m de altura, encontrando-se ligado a um fuste menor com 1,95 m de altura. Outro aspeto curioso é que o autor atribui ao fuste maior um capitel coríntio enquanto ao fuste menor atribui a ordem jónica, interpretação que o autor faz pelos vestígios encontrados, ainda que não tenha sido recolhido qualquer exemplar em ligação direta aos fustes ou que, morfologicamente, a indique (Benoit, 1947, p. 103).

O autor filia estes capitéis, pela sua análise estilística, em protótipos greco-asiáticos que se podem situar cronologicamente entre o fim da República e o início do Império. Este tipo de peças, com uma ornamentação luxuriante, representa um novo gosto da província da Narbonense, que se rende aos novos modelos de uma «renascença neo-asiática» (Benoit, 1947, p. 104).

Além desta ornamentação arquitetónica de influência oriental, também a organização interna das casas reconhecidas naquela cidade romana evidencia tais características, como é o caso de a sua estrutura interna se organizar em torno não apenas de um peristilo, comum às casas tipicamente romanas, mas de apresentar um novo polo de circulação centrado no que o autor designa, e como acima mencionámos, num «peristilo do tipo Rhodes». Esta solução pode, igualmente, ser aplicada em outros casos como acontece em pórticos, sendo designados por *Porticus Rhodiaca*» (Brunet-Gaston, 2008, p. 36).

Este tipo de pátio pode ou não ter peristilo e caracteriza-se fundamentalmente por um dos seus lados ser aberto. Esta é a diferença fundamental já descrita por Vitróvio entre a casa grega e a romana (Livro VI, Cap. 7, 1 e 5).

A questão fundamental na análise destes fustes bilobados reside na interpretação que o autor preconiza para a sua específica localização na zona do peristilo, ou antes, na ligação entre dois espaços que se posicionam topograficamente a distintas alturas. Ainda segundo Brunet-Gaston, essa é a prescrição vitruviana deste tipo de peristilo, em que a face virada a sul é aberta ao exterior. Este dado é tanto mais

importante quando se torna necessário resolver, arquitetonicamente, a ligação entre zonas cobertas de peristilos a distintas alturas. Assim, uma das soluções encontradas refere-se ao emprego de colunas duplas, com fustes de desiguais alturas.

A tradição de peristilos simétricos, com colunatas iguais nos seus quatro lados, é assim matizada, por influência oriental, através da introdução de diferenças volumétricas e morfológicas que se manifestam na criação de novos pátios que rompam com a tradicional simetria romana. Em múltiplos locais observa-se a alteração dos espaços internos das habitações, com a introdução de novos pátios que em alguns casos se relacionam com os antigos. Nestas novas soluções arquitetónicas, uma das colunatas, caso permaneçam as quatro, oferece uma maior altura e é precisamente na ligação entre os peristilos de distintas volumetrias que se opta, por vezes, por esta solução de colunas duplas, as quais poderão ter o mesmo diâmetro ou, quando o módulo dos espaços arquiteturais for distinto, poderão adotar dimensões distintas.

2.2.2. Província da Gália Narbonense: Vaison-la-Romaine

Um paralelo bastante pertinente é o que se pode observar no designado «Sanctuaire à Portique», situado na cidade romana de Vaison-la-Romaine (Provença, Costa Azul), uma das mais ricas da Gália Narbonense. A existência de dois módulos de colunas distintos – um que delimita uma entrada monumental no pórtico e outro, menor, que pertence à colunata do peristilo – não cria qualquer alteração ao sistema axial, uma vez que as colunas de maiores dimensões definem um pé-direito alto que suporta um tímpano e as menores se relacionam com o pórtico, situando-se a um nível inferior (fig. 10).

Esta poderia, igualmente, ter sido a solução para o pórtico *post scaenam* do teatro de Mérida, em particular na solução adotada para a *Aula Sacra*. Tomando como exemplo o «Sanctuaire à portique» de Vaison-la-Romaine, poderíamos propor, seguindo aquele modelo, uma maior altura da parte coberta da *Aula Sacra* – sublinhando a sua importância de culto imperial – e evidenciando, assim,

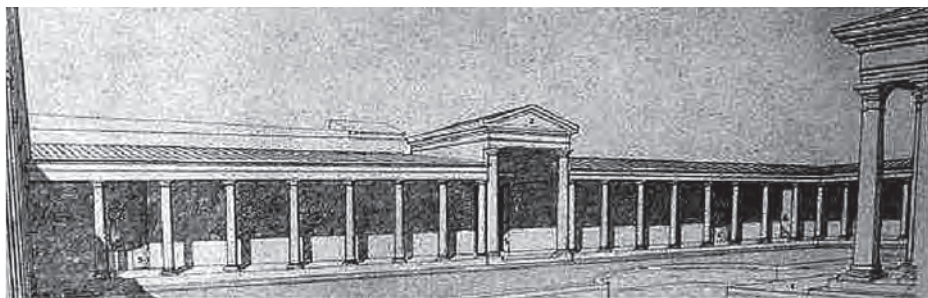


Fig. 10 – Reconstituição do «Sanctuaire à Portique» da cidade de Vaison-la-Romaine. <http://www.francebalade.com/provence/vaison.htm> (consult. 2 de jan. de 2016).

a sua entrada e a sua própria localização no conjunto peristilado do recinto *post scaenam*. De igual modo, também no «Sanctuaire à Portique» a altura distinta do pórtico demarca a entrada numa sala onde se localizaria um altar de culto.

2.2.3. Província da Gália Narbonense: *Durocortorum* (Reims)

É também na Narbonense, concretamente em Reims, que voltamos a encontrar novos exemplares de colunas duplas. As intervenções arqueológicas levadas a cabo na atual biblioteca da cidade, junto à Catedral, entre 1998 e 2000, permitiram colocar à vista vestígios importantes do que terá sido a antiga cidade de *Durocortorum*. Curiosamente, os fustes descobertos apresentam idênticas proporções às observadas nos fustes recolhidos no «Jardin de Grassi» em Aix-en-Provence, ou seja, um fuste maior com 3,87 m e o menor com 1,95 m (Brunet-Gaston, 2008, p. 36).

Se à primeira vista tal desproporção parece estranha, ela ilustra uma solução técnica que suscita grande liberdade em termos construtivos. O aspeto destes elementos pode ser visualizado no trabalho da investigadora, que analisa os elemen-

tos arquitetónicos provenientes da escavação e que aqui reproduzimos (fig. 11).

Não é claro, no entanto, perceber em que tipo de edifício tais elementos se integrariam. As hipóteses apontadas são a de terem pertencido a um edifício público, possivelmente uma basílica ou um santuário, ainda que a hipótese de integrar um espaço privado, como uma *domus*, não seja de excluir, especialmente tendo em conta os exemplos conhecidos de *domus* que as empregam. No caso de terem pertencido a uma *domus*, a sua localização, segundo a autora, deverá coadunar-se com a entrada monumental (*fastigium*) da sala de banquete (*oecus*), virada ao jardim (Brunet-Gaston, 2008, p. 36).

Não podemos deixar de transcrever o que a mesma investigadora afirma, ao referir que «l'usage de ce thème architectural renvoie alors à une fonction publique, ou semi-publique. Cette configuration, d'un usage répandu en Italie, et dont le prototype est à chercher dans les cités hellénistiques de l'Asie Mineure, trouve de nombreuses applications en Gaule

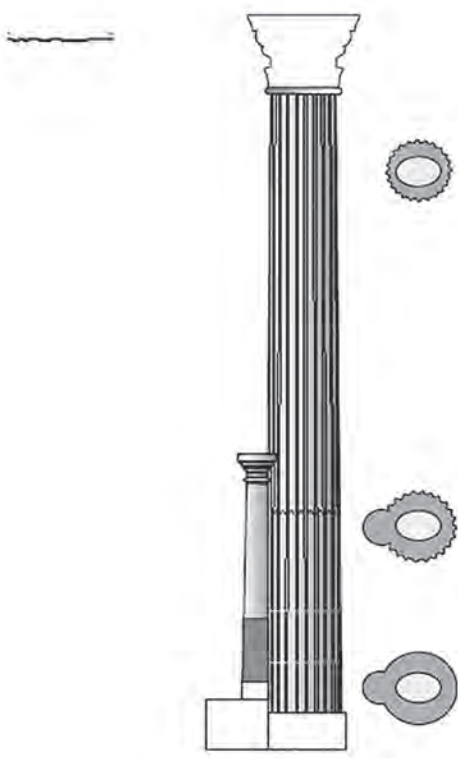


Fig. 11 – Reconstituição das colunas duplas de Reims. (Adaptado de Brunet-Gaston, 2008, p. 36, fig. 2_52 A).

vers la fin du Ier siècle et au IIe siècle apr. J.-C., lorsque la *domus* bénéficie d'une monumentalisation de plus en plus importante dans sa parure architecturale» (*Idem, ibidem*).

Independentemente da função que o edifício onde tais colunas se integravam teria, tais elementos arquitetónicos fariam parte de um conjunto de carácter cenográfico e majestoso, onde a ornamentação desempenharia um lugar de relevo. Datável este edifício, pelo seu contexto arqueológico, do século I d. C., integra-se num contexto de monumentalização dos edifícios públicos e privados largamente influenciado por novas correntes estilísticas que partem da região oriental e se vão espalhando para o mundo ocidental.

É em contexto semelhante que se pode enquadrar o conhecido santuário romano de Cigognier («Santuário das Cegonhas»), em Avenches (*Civitas Helvetiorum*, atualmente na Suíça) com colunas próximas, em termos de funcionalidade, das que observámos no «Sanctuaire à Portique» de Vaison-la-Romaine. Situado num amplo complexo monumental onde igualmente se integraria o teatro da cidade helvética, hoje conserva-se somente uma coluna, conhecida na região pela designação de «Pilar das Cegonhas». A cronologia deste edifício enquadra-se entre os séculos I e II d. C., num contexto de monumentalização de cidade então levado a cabo (Van Andringa, 2008, p. 133). Não conseguimos perceber, no entanto, se a coluna mencionada se refere a uma coluna para adossar – embebida nos blocos quadrados e retangulares que formariam a parede ou estrutura do próprio edifício – ou se, pelo contrário, se trata de uma coluna com idênticas características às que temos vindo a analisar¹¹.

Pensamos que o emprego das colunas duplas, além da solução estrutural subjacente à sua «criação» – implantando-se na interceção de dois níveis de pórticos de distintas alturas e possibilitando assim a junção de dois volumes discordantes –, adotou, a partir de certa altura, um papel de carácter mais decorativo e simbólico. Esta outra vertente torna-se mais explícita com os exemplares que a seguir analisaremos, mas tendo ficado já enunciada no caso do «Sanctuaire à Portique» de Vaison-la-Romaine, onde o seu emprego se revestiu de um carácter eminentemente simbólico e monumental, muito mais que estrutural no conjunto do edificado.

2.2.3.1. – Gália Céltica: «Maison au Grand Péristyle» (Vieux, Calvados)

É igualmente neste sentido que se enquadra a proposta de Pascal Vipard no trabalho que apresenta sobre as elites urbanas da Gália e a sua relação com as casas de peristilo, concretamente o caso da «Maison au Grand Péristyle à Vieux»

11 Na verdade, este exemplar arquitetónico é apontado como paralelo para este tipo de colunas (Brunet-Gaston, 2008, p. 36). No entanto, como pelas imagens que observámos não conseguimos ter uma ideia precisa de qual seria a morfologia destes elementos, optámos por não os analisar de forma mais circunstanciada.



Fig. 12 – *Maison au Grand Péristyle à Vieux* (Calvados), datável do século III d. C. (Adaptado de Vipard, 2006, p. 244, fig. 7).

(Calvados) pertencente aos *Viducasses*, um povo da Gália «Lyonnaise» e que aqui reproduzimos (fig. 12) (Vipard, 2007, p. 227-277). Neste exemplo, as modificações que a partir de um dado momento são realizadas na *domus* refletem-se não somente no interior, mas, de igual modo, na sua entrada, que passa a ter um carácter declaradamente monumental e intencionalmente impactante. A criação de um pórtico, com um carácter decorativo, é acrescentado ao espaço anterior, de forma simples, através da colocação de dois níveis de colunas, com distintas alturas, sendo que a maior tem a finalidade estrutural de suportar o piso superior enquanto as colunas de menores dimensões suportam um arco de volta perfeita que se enquadra arquitetonicamente nos intercolúneos anteriores, definidos pelas colunas maiores.

Neste caso, temos uma função decorativa, a qual, no entanto, poderia ter sido conseguida recorrendo a distintas soluções.

2.2.4. Província da Gália Aquitânia: Saintes Antiques

Também na província romana da Aquitânia encontramos novos paralelos para as colunas duplas. Em Saintes Antiques, cidade romana localizada a norte e próxima da atual cidade de Bordéus, registam-se alguns exemplares. Apesar do bom estado de conservação das peças, estas não foram encontradas *in situ*.

A cidade, importante pela sua localização – situada num troço da rede viária estabelecida desde cedo por Agripa que, partindo de Lyon, ligaria esta cidade à parte poente do território gaulês –, evidencia uma monumentalização implementada em diversas etapas (Tranoy, s.d., p. 228-230). Uma das mais relevantes foi a que se traduziu pela construção do enorme anfiteatro, da época de Cláudio, mas cujo local de edificação foi determinado, urbanisticamente, em tempos de Tibério.

Aqui regista-se a presença de fustes, mas igualmente de bases e capitéis duplos. A existência de capitéis que num dos lados se encontram ligados a fustes (canelados) indica o posicionamento de arquitraves a distintas alturas.

As peças enquadram-se cronologicamente, pelos capitéis que ostentam, em época Flávia. Os capitéis estão associados a fustes de caneluras torsas e os fustes duplos estão decorados por caneluras verticais. As bases associadas não possuem plinto e apresentam dois toros de idêntico diâmetro (Tardy, 1989, p. 46, 49-53) (fig. 13).

Outro exemplar corresponde a um fuste com capitel e base toscanos (*Idem*, p. 141, 142, 144, 145, 149) e, ao contrário das peças anteriores, este capitel possui ábaco liso e alto, que se interrompe (tal como a face lateral do capitel) quando se inicia o volume do fuste duplo, de maior diâmetro e que, por essa razão, se prolonga superiormente dada a sua maior altura. A autora não aponta qualquer cronologia para este exemplar, no entanto a exuberância decorativa dos espécimes, quer do capitel quer dos fustes, ornamentados uns por caneluras verticais e outros por caneluras oblíquas («colunas torsas»), indica uma marcada qualidade técnica e devem ter ornamentado um edifício público importante que, cronologicamente, ainda que somente pela análise estilística, se enquadrará nos meados, ou finais, do século I d. C.



Fig. 13 – Capitel coríntio em fuste duplo, um canelado e outro torso. Fuste com base dupla. (Adaptado de TARDY, 1989, p. 51, Fig. 22).

2.3. Península Itálica

2.3.1. Pompeios

O exemplo que nos oferece a casa de *L. Albucius Celsus*, em Pompeios, batizada por «Casa das Bodas de Prata», constitui um modelo paradigmático no que respeita ao emprego das colunas bilobadas de distintas alturas e, por conseguinte, de diferentes diâmetros.

Sendo uma das *domus* mais antigas da cidade, atribuível ao século I a. C., terá sofrido obras de remodelação em 62 d. C. O interior possui um peristilo com cinco colunas dóricas. No corredor nascente, seis colunas (mais corretamente pilares octogonais dos quais a parte inferior é circular). É precisamente nos ângulos entre pilares e colunas que se presenciam as colunas duplas (fig. 14).

O posicionamento destes elementos indica que o objetivo seria dotar com mais fontes de luz as habitações, normalmente fechadas ao exterior. Nas casas urbanas, ao invés do que sucede nas grandes *villae*, que se abrem ao exterior, são os átrios e os peristilos que fornecem ar e luminosidade. Não é de estranhar, pois, que se procure potenciar estas aberturas, criando novas áreas sobrepostas. Em termos construtivos, as colunas duplas de distintos diâmetros potenciam este artifício técnico e com um aumento de custos muito controlado permitem a reso-



Fig. 14 – Peristilo da «Casa das Bodas de Prata», em Pompeios. <http://www.telefonica.me.uk/nores.htm> (consult. 30 de dezembro 2015).

lução das questões de luminosidade e arejamento do interior das habitações de maiores dimensões.

F. Benoit refere exemplos desta nova organização interna e das alterações que se vão processando na arquitetura doméstica. Em Delos, a «Casa das Máscaras» ou a «Casa do Tridente», ambas datáveis do século II a. C., são exemplos dessas transformações. Neste último caso, as colunas duplas não o são verdadeiramente uma vez que os arquitetos arranjam um subterfúgio para obviar à sua colocação: uma colunata, de maior altura que as restantes, permite atingir o nível superior da casa. A meio da altura das colunas de maiores dimensões foi colocada uma espécie de consola (com uma terminação ornamentada com figuras animais) onde se apoiam as arquitraves do peristilo ou do átrio e que se situam ao nível dos restantes capitéis (Robertson,

2004, p. 301 e s.). Será nestas soluções mais antigas e também mais diversificadas que se deverá buscar a origem destas novas soluções construtivas que posteriormente se divulgarão pela Península Itálica.

Não obstante, não se pode deixar de sublinhar que a arquitetura romana se caracteriza precisamente por um grande grau de adaptabilidade e pragmatismo, encontrando soluções diferenciadas consoante os casos. A par das soluções acima mencionadas, surgem outros exemplos em Pompeios, como o da «Casa degli Amorini Dorati», onde uma semicoluna e um pilar retangular – talhados numa única peça –, encimado este último por um capitel de pilastra, estabelecem afinal a mesma solução que as colunas duplas com distintos diâmetros de que agora falamos. Este exemplo adota um distinto recurso traduzido pela junção entre pilar/fuste.

Outros exemplos registam-se também na cidade romana de Palmira, em tempos de Augusto, concluindo-se que o modelo das colunas duplas foi alastrando pelas várias províncias do império. Na Gália, como tivemos ocasião de observar, mas também no Norte de África, como em *Volubilis*, por exemplo, encontramos exemplos deste novo modelo arquitetural (Benoit, 1947, p. 106).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensamos que os paralelos apresentados contribuem para determinar a funcionalidade das colunas duplas ou bilobadas que encontramos em Bobadela, questão que inicialmente nos propusemos analisar. O que escrevemos ao longo deste trabalho permite propor novas hipóteses de reconstituição arquitetónica e funcional de idênticos exemplares que surgem em *Augusta Emerita*, quer os referentes ao fórum colonial, quer aos que se encontram no *post scaenam* do teatro.

No primeiro caso, pensamos pertinente supor que a colunata do fórum teria dois níveis, com idênticos níveis de cobertura. As diferenças de cotas identificadas no solo, apesar de não serem acentuadas, parecem reforçar a ideia de uma altura diferenciada do edificado. A planta em *pi* dos dois edifícios poderá ter suscitado esta solução com vista a uma uniformização arquitetónica e a um melhor aproveitamento do espaço, que se traduziria por arquitraves que repousariam nas colunas duplas com fustes de diferentes alturas. Teríamos, assim, uma solução similar à que encontramos na «Casa das Bodas de Prata», em Pompeios.

Também se poderá colocar a hipótese de tais colunas se localizarem nas entradas que atravessariam o pórtico envolvente da praça, talvez situadas a nordeste e noroeste da mesma, (Ayerbe et al., 2009, p. 689). Esta solução seria, deste modo, muito semelhante ao exemplo que nos é oferecido no «Santuário de Pórticos», em Vaison-la-Romaine.

No caso do teatro romano da mesma cidade, a ideia que nos parece mais pertinente é a de tais colunas se terem localizado ou junto à designada *Aula Sacra*, onde o pé-direito da cobertura seria provavelmente maior. Proporíamos, assim, um desenho não muito distinto ao que hoje se apresenta na legenda de reconstituição 3D existente no local (elaborado pelo Consórcio do Conjunto Monumental de Mérida), talvez com o nível de cobertura da *exedra* mais destacado. Provavelmente, as colunas duplas localizavam-se no limite do peristilo, junto ao jardim, numa solução arquitetónica que, na sua parte superior, finalizaria num tímpano. Esta ideia inicial, no entanto, pode ceder terreno face à interpretação de um peristilo de diferentes alturas que se situaria no lado oriental e possivelmente também no lado ocidental, ainda que neste local a ausência de dados e de estruturas conservadas torne mais difícil a confirmação desta interpretação. Com efeito, os dados arqueológicos que mencionámos remetem para a possibilidade de ter existido um peristilo mais largo do que o que agora se conserva, tendo o seu limite oriental correspondido aos pilares assentes no afloramento rochoso e implantados a 5 m do atual muro de fecho do peristilo. Quanto à função de tal edifício, os autores apontam para a possibilidade de ter sido uma basílica, sendo que a sua ligação ao peristilo, de forma a harmonizar

as respetivas coberturas, poderia ter recorrido à solução das colunas duplas ou bilobadas.

Esta hipótese parece-nos deveras aliciante ainda que se enquadre num contexto que carece de validação. Os dados da escavação arqueológica não são peremptórios e desconhecemos qual a solução final que este edifício terá tido na sua ligação ao peristilo. No entanto, se a área do *post scaenam*, com as suas colonatas, foi construída reutilizando as antigas colunas de granito estucadas que originalmente estavam na fachada cénica, não será desacertado pensar que essas mesmas colunas poderão ter sido empregues no edifício construído no lado oriental do peristilo, tendo igualmente, em tal processo, sido reutilizadas as colunas duplas, as quais, ainda que não provindo da fachada cénica do teatro, poderiam pertencer a outra área do conjunto cénico, uma vez que a técnica e a morfologia evidenciada por estes exemplares é precisamente a mesma das restantes da época de Agripa/Augusto.

Mas outra questão se levanta. Não podemos esquecer que apenas possuímos um exemplar de colunas duplas! A colocação destes elementos em ambos os lados da área do *post scaenam* obrigaria à existência de um elevado número de exemplares, o que torna difícil de aceitar que apenas um se tenha conservado...

No caso de Bobadela, parece lógico propor-se ambas as hipóteses: a de as colunas duplas terem pertencido ao peristilo do fórum ou a de terem demarcado uma *exedra* no mesmo, de culto imperial. Sabe-se hoje da existência de templos naquela *splendidissima civitas*, ainda que, na opinião de J. Alarcão e com base na epigrafia conservada sejam dedicados ao Génio do Município e a Vitória (1995, p. 159 e s.), o que nada impede, no entanto, a demarcação da área de culto através da monumentalização do pórtico de fachada.

A ideia apontada por Jorge de Alarcão (1995, p. 162) relativamente às colunas duplas é a de que «tal solução [não] tivesse sido adotada nos pórticos do fórum. O mais provável é que tais pórticos tenham adotado o modelo, normal no século I d. C., de colunas isentas e arquitrave». O autor propõe, assim, que as colunas duplas tivessem a função de suporte do aqueduto, de acordo, aliás, com o desenho de reconstituição que apresenta (fig. 2) e onde as colunas suportariam arcos que descarregariam diretamente nos fustes de coluna.

Avançamos, pois, face ao exposto neste trabalho, com distinta possibilidade. Por um lado, estes fustes pertencem a colunas e, como tal, apenas se completam com a respetiva base e os correspondentes capitéis. Por outro lado, em cima do capitel, quando se trata de uma função estrutural como o atesta o diâmetro dos fustes, não descarrega o peso de um arco mas sim de uma arquitrave. Encontramo-nos, assim, bem mais próximo da solução apontada por Helena Frade: a de tais fustes pertencerem a um edifício do tipo «*forum-bloco*», cujo pórtico seria constituído, em toda a sua volta, por colunas duplas que suportavam o entablamento

(Frade, Caetano, Portas, Madeira, 1995, p. 228). Não obstante esta ideia, o exposto pelos autores não vai mais além quanto à funcionalidade dos fustes duplos.

Parece-nos mais plausível a utilização das colunas duplas no peristilo do fórum, o que pressupõe um peristilo bem mais largo do que aquele que agora se encontra reconstituído (fig. 15). A parede nascente onde assentaria a colunata, e que hoje ainda se encontra magnificamente bem preservada, poderá, afinal, ter estabelecido a ligação entre o peristilo do fórum e um outro, a um nível mais elevado.

Na dissertação final de mestrado apresentada por Rui Marques Silva (2014, p. 71) sobre a cidade romana de Bobadela¹², apresenta-se a ideia de tais fustes «pertencerem a um outro edifício público da arquitetura romana, como, por exemplo, a um teatro? Só futuras investigações arqueológicas o poderão desvendar...». Acharmos difícil esta hipótese uma vez que integramos tais exemplares na colunata do fórum ou numa das entradas do mesmo. De facto, não podemos esquecer que a quantidade de tambores duplos é acentuadamente menor que o de fustes simples que se preservam no local e, por tal facto, pela amostragem evidenciada, é de concluir que serão em menor número porque estariam apenas representadas num edifício público importante, como o fórum, e não em vários locais ou numa edificação tão extensa quanto o seria um aqueduto, na hipótese de J. de Alarcão, ou de um teatro, seguindo a hipótese de Rui Silva. Convém referir, a este propósito, que os tambores de coluna duplos que se conservam em Bobadela são somente quatro, além do que possui, talhado no próprio bloco, a base das colunas que se integram na ordem toscana. Quanto aos diâmetros, nos dois que nos foi possível medir, variam entre os 62/52 cm.

Um dado relevante, apresentado por Rui Silva, é o facto de indicar o que, segundo a sua interpretação, poderá ser um fuste triplo (*Idem*, p. 71, n. 90). O autor propõe para este elemento arquitetónico uma funcionalidade que se aproxima daquela que ocorre em épocas bem mais tardias, concretamente em época medieval e moderna, na arquitetura religiosa. De facto, em muitas igrejas e especialmente em grandes catedrais, será corrente observar fustes quádruplos ou unidos entre si de forma ainda mais complexa, com um número maior de fustes a formar o conjunto. Mas este será um novo e distinto caminho, que posteriormente trará múltiplas outras soluções.

Assim, a hipótese de reconstituição apresentada por Rui Silva (fig. 16) poderia ter um óbvio enquadramento na arquitetura religiosa cristã de época moderna, mas não nos parece que se enquadre na arquitetura romana da antiga cidade de Bobadela.

¹² A quem agradecemos a profícua troca de ideias que mantemos desde há algum tempo, assim como a total disponibilização de dados das suas intervenções arqueológicas.



Fig. 15 – Parte nascente do fórum de Bobadela, após as escavações arqueológicas realizadas no local e com o respetivo arranjo arquitetónico. Esta área seria porticada e o muro que se encontra no lado direito da imagem (em segundo plano, ao fundo) estabelece a separação com a zona onde, mais a norte, se localiza o anfiteatro. Fotografia de Lúcia Fernandes.

Muitos exemplos se poderiam indicar, como no caso da Igreja de São Martinho de Dume, do século VI d. C., onde a utilização de colunas duplas ocorre, como em tantos outros casos, com o objetivo não de solucionar um problema técnico, mas antes de uma solução estética, especialmente quando as coberturas das igrejas se elevam sendo acompanhadas por fustes e nervuras.

Por fim, a questão da cronologia. Em quase todos os exemplos apontados, a cronologia, ainda que por vezes de difícil precisão, situa-se entre os meados ou finais do século I d. C. Embora o propósito deste trabalho seja o de expli-

car a integração arquitetónica deste tipo específico de colunas, não podemos deixar de comentar, ainda que de forma breve, este assunto. No caso de Bobadela a morfologia das bases associadas aos fustes duplos indica estarmos perante peças toscanas, as quais geralmente se incluem, no caso da província da Lusitânia (mas também em muitos outros), nos contextos dos primeiros momentos de implementação do poder político romano e coincidente, em alguns casos, com o da inicial monumentalização das cidades e/ou com a sua própria criação. É o que vemos, por exemplo em Idanha-a-Velha ou em *Ammia* (Fernandes, 1997, vol. II, e 2001, p. 95-158).

Sem querermos entrar em pormenores em relação a estes aspetos, diremos apenas que o emprego desta ordem, tipicamente romana, a par da jónica, na sua primeira formulação, serão as eleitas na capital da província, *Augusta Emerita*, mas também nas cidades situadas na sua envolvência mais direta, na ornamentação dos novos edifícios públicos. A técnica, no entanto, é claramente indicadora da profunda influência itálica que transportam os primeiros construtores destas cidades, que recorrem à tradição tardo-republicana de emprego da pedra local depois estucada. Em Mérida, a par destas duas ordens, também a coríntia faz desde cedo a sua aparição, como vemos no templo de Diana, mas seguindo igualmente a técnica de aplicação do estuque que presenciamos naquelas outras ordens (Barrera Antón, 1984).

O modelo é claramente itálico e pode situar-se na transição entre a época romana-republicana e a época de Augusto. Um exemplo desta anterioridade poderá ser apontada por exemplo, para os pórticos que terão sido edificadas em

Roma junto ao Templo de Bellona e ao lado do teatro de Marcelo (Pensabene, 2011, p. 251-291). No primeiro caso não temos propriamente colunas duplas mas antes fustes adossados a pilares retangulares formando um bloco único. Estes monumentos, a par do *Tabularium*, inscrevem-se num momento particular da arquitetura romana que «sono la causa dell'introduzione a Roma nell'edilizia civile a carattere monumentale di fastose architetture che ormai seguono nella decorazione le mode ellenistiche» (*Idem*, p. 254).

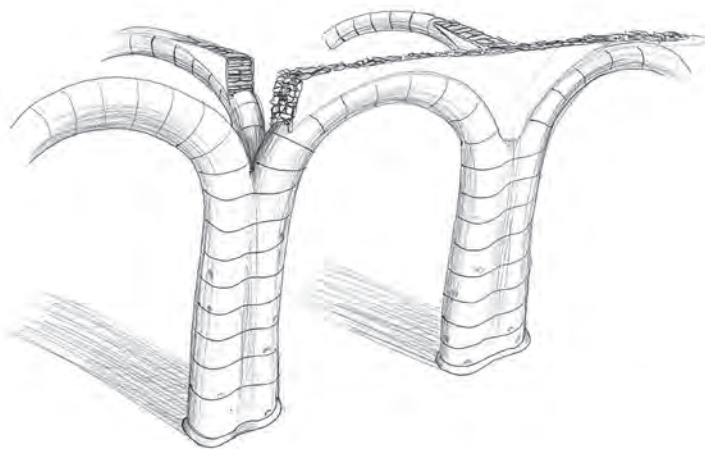


Fig. 16 – Reprodução do desenho de Rui Silva. Modelo-teórico para a aplicação construtiva das «colunas triplas» ou «em forma de trevo». (Silva, 2014, Esquema 10).

O que pensamos ter ocorrido em território nacional é um claro intuito de respeito para com a *consuetudo italica*, o que leva, em muitos casos, ao que podemos considerar como um anacronismo. O exemplo mais paradigmático será a manutenção da ordem jónica que segue esta tradição republicana da ornamentação dos edifícios. Tal verifica-se na ordem arquitetónica empregue na fachada cénica dos teatros de *Olisipo* e de *Mettelinum* (Fernandes, no prelo) sem que se verifique uma atualização da sua ornamentação em épocas posteriores, como veremos ocorrer em Mérida.

Na verdade, a quantidade de capitéis toscanos existentes em território nacional, assim como na província da Lusitânia, indica uma preferência por esta ordem num período muito concreto da Romanização do território (Fernandes, 1997, Fernandes, no prelo). Rapidamente a ordem arquitetónica que atrairá as atenções será, em definitivo, a ordem coríntia. Bastará pensarmos, por exemplo, nos belíssimos capitéis coríntios e compósitos de Beja. No entanto, estas peças integram-se num novo modelo decorativo que nada tem a ver com aquele onde a tradição do estuque e a ordem toscana remetiam para influências itálicas bem vincadas. São peças que, enquadráveis nos finais do século I d. C., poderão ter ornamentado o templo do fórum daquela cidade ou o pórtico envolvente. De salientar o facto de um dos capitéis apresentar três faces, o que obriga a pensar numa coluna de ângulo que, segundo J. Alarcão, poderá ter pertencido à basílica (1990, p. 49) ou que, segundo Maria Antonieta Ribeiro (1999, p. 255), se localizaria no cimo de uma escadaria sendo que as faces compósitas da peça pertenceriam ao pórtico do edifício e a restante face coríntia que possui pertenceria a uma colunata interior. No entanto, este capitel não se inclui em qualquer fuste bilobado que permita

estabelecer algum paralelo com os exemplares que agora analisamos, antes a um bloco retangular que se integraria na construção.

Pensamos, assim, ainda que com algumas dúvidas que procuraremos dissipar com o aprofundamento do tema, que as colunas duplas serão, no caso lusitano, de criação augustana ou de cronologia muito próxima, mas que serão reutilizadas sucessivamente em contextos posteriores.

A origem deste modelo das colunas duplas haverá que a procurar nos ambientes privados do mundo oriental, modelo que, a partir de certa altura, é adotado na Península Itálica em idênticos contextos domésticos. A partir de meados do século I d. C. as colunas duplas fazem a sua entrada na Gália, de forma generalizada nas suas várias províncias, ainda que a sua função se adapte quer a ambientes domésticos quer, possivelmente também, a edifícios públicos.

Por fim, a adoção deste modelo na Península Ibérica regista-se, pelo que é do nosso conhecimento, decerto muito incompleto, apenas na Lusitânia (fig. 17). Embora os contextos pareçam poder ser atribuíveis a meados do século I d. C., pensamos que nos encontramos, pelo menos em relação a alguns casos, perante peças reaproveitadas.

Esta importação de modelos não teria necessariamente que se processar através da Gália. O estacionamento de tropas romanas em solo hispano desde tempos longínquos permite alterar esta eventual transmissão que passaria por aquela província. Neste processo, nada nos garante que a Lusitânia tenha sido uma recetora precoce dos modelos orientais e/ou itálicos, chegados aqui de forma direta.

Por fim, pode colocar-se a questão de as colunas bilobadas, que possuem diâmetros diferentes em cada um dos seus fustes, resolverem, arquitetonicamente, a ligação entre peristilos a distintas alturas. No entanto, como explicar a sua presença quando os diâmetros são iguais? Esta constitui, a nosso ver uma «não questão», uma vez que os exemplares observados até ao momento não registam diâmetros iguais. Deste modo, pensamos que o objetivo de criação destas peças deva ter sido o de possibilitar a ligação entre partes de edifícios construídos a cotas diferentes.

Do conjunto analisado, ainda que não exaustivo, podemos estabelecer alguns grupos tipológicos. Sintetizando, teríamos deste modo dois grupos:

- 1) Grupo Lusitano: exemplares de Bobadela e Mérida: caracterizam-se pela sua proximidade formal e cronológica e podem ter-se enquadrado em similares contextos arquitetónicos.
- 2) Grupo Galo-Itálico: exemplares da Gália e da Península Itálica: os casos são mais diversificados e surgem em contextos essencialmente domésticos ou de carácter religioso. A influência é claramente centro-itálica, ainda que

esta, tal como outras soluções, se deva procurar em influências de origem helenística.

* * *

Até ao momento empregámos, ao longo do texto, a denominação de «colunas bilobadas» ou «colunas duplas». Este será, provavelmente, o termo que continuaremos a utilizar pela simplicidade e duplicação imediata entre forma e designação. No entanto, ainda que o continuemos a empregar, poderemos, a partir de agora, relacionar com as «colunas do tipo Rodes», facilitando a procura de tipologias e paralelos.

Só a publicação sistemática de elementos arquitetónicos poderá completar o quadro aqui delineado. Estas pedras, tantas vezes deixadas a um canto, numa qualquer escavação, ou destinadas ao pó das reservas onde ficam esquecidas décadas a fio, possibilitam, como pensamos ter demonstrado, tantas e tantas interpretações. Tivemos a sorte de os exemplares da Lusitânia que aqui analisámos se encontrarem em sítios visitáveis. Se assim não fosse muito difícil seria escrever ou pensar algo sobre eles.

Um agradecimento especial, como oportunamente mencionado, a Virgílio Correia, a Rui Silva e a Pedro Carvalho.



Fig. 17 – Mapa do Império Romano onde se encontram assinalados os locais mencionados no texto, onde se registam colunas duplas ou bilobadas.

NOTA

O presente artigo foi entregue em março de 2016, com revisão realizada em julho de 2018. Por este facto, algumas ideias que se apresentam encontram-se desatualizadas. Optámos por não atualizar a bibliografia uma vez que o texto foi feito com recurso aos estudos à data disponível e não nos seria possível uma reformulação do mesmo.

Ainda assim, gostaríamos de chamar a atenção para dois aspetos. O mais relevante refere-se ao *porticus post scaenam* do teatro de Mérida. Intervenções arqueológicas realizadas no local e a publicação de um volume inteiramente dedicado à apresentação dos resultados (saído em finais de 2018) revelou novas informações. Em alguns casos as hipóteses que aqui apresentamos carecem de revisão, embora outras se mantenham atuais, especialmente pela inconsistência, em nossa opinião, de algumas das conclusões apresentadas naquele volume no que respeita à cronologia de alguns elementos arquitetónicos do *porticus post scaenam*. Ayerbe Vélez, R; Peña Jurado, A. «La porticus post scaenam del teatro romano de Augusta Emerita». In *La Scaenae Frons del Teatro Romano de Mérida*. Mérida: CSIC, 2018. (Anexos de AEspA; 86, p. 259-289).

No caso de Beja e da integração dos capitéis compósitos monumentais, somos igualmente a referir uma outra publicação, da autoria de J. Lehmann (saída a público em 2018), que propõe a sua localização num propileu de acesso ao *forum*. *Lenguaje imperial – el diálogo entre la decoración arquitectónica y escultórica de un edificio monumental en Pax Iulia (Beja)*. In Márquez, C.; Ojeda, D., ed. lit. – *Escultura Romana en Hispania*. VIII. Córdoba: Universidad de Córdoba, p. 479-498.

BIBLIOGRAFIA

- ADAM, P. (1989) – *La construction romaine: matériaux et techniques*. Paris: Picard. (Grands Manuels Picard).
- ALARCÃO, A.; ÉTIENNE, R. (1977) – *L'Architecture*. Paris: Diff. E. de Boccard. (Fouilles de Conimbriga; I**).
- ALARCÃO, J. (1990) – A urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto. In *Stadt und Ideologie. Die monumentalisierung hispanischer stadt Zwischen Republik und Kaiserzeit*. Kolloquium, Madrid, 1987. München: Verlag der Bayerischen Akademie Wissenschaften. p. 43-57.
- ALARCÃO, J. (1995) – A *Splendissima civitas* de Bobadela (Lusitânia). *Anas – Revista del Museo Nacional de Arte Romano*. Mérida. 15/16 (2002/2003), p. 155-180.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. (1992) – El templo de Diana. *Cuadernos de Arquitectura Romana*. Murcia. 1, p. 83- 94.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; NOGALES BASARRATE, T. (2003) – *Forum Colonia Augustae Emeritae: Templo de Diana*. Mérida.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; NOGALES BASARRATE, T. (2014) – Colonia Augusta Emerita. Creación de una ciudad en tiempos de Augusto. *Studia Historica Antigua*. Salamanca. 32, p. 209-247.

- AMARAL, A. E. M. (1982) – Sobre três inscrições perdidas de Bobadela (Oliveira do Hospital). *Conimbriga*. Coimbra. 21, p. 106-119.
- ARCE, J. (2002) – *Estatuas y retratos imperiales en Hispania Romana*. Madrid: CSIC; Mérida: Instituto de Arqueología. p. 235-250. (Archivo Español de Arqueología. Anejos; LXXV).
- AYERBE VÉLEZ, R.; BARRIENTOS VERA, T.; PALAMA GARCÍA, F. (2009) – Arquitectura, Configuración y Restitución de los Recintos. In AYERBE VÉLEZ, R.; BARRIENTOS VERA, T.; PALMA GARCÍA, F., ed. lit. – *El foro de Augusta Emerita: Génesis y Evolución de sus Recintos Monumentales*. Madrid: CSIC; Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida. p. 667-805. (Archivo Español de Arqueología. Anejos; LIII).
- BARRERA ANTÓN, J. L. de la (1984) – Los Capiteles Romanos de Mérida. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. (Monografías Emeritenses; 2).
- BARRERA ANTÓN, J. L. de la (2000) – *Decoración Arquitectónica de los Foros de Augusta Emerita*. Roma: L' Erma Di Bretschneider. (Bibliotheca Archaeologica; 25).
- BENOIT, F. (1947) – La maison à double péristyle du Jardin du Grassi a Aix-en-Provence. *Recherches Archéologiques dans la région d'Aix-en-Provence (Bouches-du-Rhône)*. *Gallia*. Paris. 5:1, p. 98-122.
- BÖGLI, H., (1996) – *Aventicum. La ville romaine et le musée. Guide du site et du Musée d'Avenches*. Avenches: MRA. (Guides archéologiques de la Suisse; 19).
- BOLETIM da Direcção Geral e Monumentos Nacionais (1948) – Ruínas de Conimbriga. Lisboa. 52-53:9.
- BRUNET-GASTON, V. (2008) – Esquisse du paysage architectural à *Durocortorum*. *Archéologie Urbaine à Reims*. Bulletin de la Société Archéologique Champenoise. Reims. T. 102:2.
- COARELLI, F. (2005) – *Pompéi la Vie Ensevelie*. [S.l.]: Larousse.
- CORREIA, V. H. (2013) – A arquitetura doméstica de Conimbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos. (Anexos de Conimbriga; 6).
- DURÁN CABELLO, R. (2004) – *El teatro y el anfiteatro de Augusta Emerita. Contribución al conocimiento histórico de la capital de Lusitania*. Oxford: Archeopress. (BAR Internacional Series; 1207).
- EDMONDSON, J. (2011) – A «Tale of two Colonies»: Augusta Emerita (Mérida) and Metellinum (Medellín) in Roman Lusitania. In *Roman Colonies in the first century of their Foundation*. Oxford: Oxford Books.
- FERNANDES, L. (1997) – *Capitéis Romanos da Lusitania Ocidental*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa. Dissertação de Mestrado em História de Arte. 4 vols. (texto policopiado).
- FERNANDES, L. (2001) – Capitéis do Teatro Romano de Lisboa. *Anas – Revista del Museo Nacional de Arte Romano*. Mérida. 14, p. 29-51.
- FERNANDES, L. (2008) – A ordem toscana na Lusitânia ocidental: problemática e caracterização do seu emprego: a propósito das peças reutilizadas da Igreja de São Pedro de Lourosa (Coimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:2, p. 231-270.
- FERNANDES, L. (2009) – Capitel das *Thermae Cassiorum de Olisipo* (Rua das Pedras Negras, Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12:2, p. 191-207.
- FERNANDES, L. (2010) – Capitéis romanos do concelho do Sabugal: sobre a utilização da ordem toscana em território nacional. *Sabucale*. Sabugal. 2, p. 25-50.
- FERNANDES, L. (2011) – A decoração arquitetónica de época romana do *municipium olisiponense*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14, p. 263-311.
- FERNANDES, L. (2012) – A decoração arquitetónica de época romana: aspetos de centralidade/descentralidade na região ocidental da província da Lusitânia. *Revista Cira Arqueologia*. [Em linha]. 1, p. 131-148. Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga, Vila Franca de Xira, 2008. [Consult. 30 maio 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://www.cm-vfxira.pt/uploads/document/file/904/05_-_A_decora_o_arquitet_nica_de_poca_Romana.pdf>
- FERNANDES, L. (2014) – The production of architectural elements in the city of *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisbon): the capitals. In *XVIII CIAC: Centro y periferia en el mundo clásico/Centre and periphery in the ancient world*, Mérida, 2013. Mérida: Museo Nacional de Arte Romana. p. 1435-1437.

- FERNANDES, L. (no prelo) – The Augustan Architectonic Decoration in West Lusitania: Between Archaism and the Italic Consuetude. In *XIV A.D. SAECVLVM AVGVSTVM Congresso Internacional O Século de Augusto*, 14, Lisboa, 2014.
- FRADE, H.; CAETANO, J. C.; PORTAS, C.; MADEIRA, J. L. (1995) – Notas para o estudo do urbanismo da cidade romana de Bobadela. *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*. Porto. XXXV:4, p. 221-241.
- FUSCO, A.; MAÑAS ROMERO, I. (2006) – *Mármoles de Lusitania*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano; Fundación de Estudios Romanos.
- GROS, P. (1981) – Les temples géminés de *Gla-num*. Étude préliminaire. *Revue Archéologique de Narbonnaise*. 14, p. 125-158.
- GUTIERREZ BEHEMERID, M. A. (2003) – La Decoración Arquitectónica en la *Colonia Clunia Sulpicia*. *Studia Archeologica*. Valladolid. 92.
- GUTIERREZ BEHEMERID, M. A. (2006) – El teatro de Clunia. Nuevas Aportaciones. In *Los Teatros Romanos de Hispania. Jornadas Cordobesas de Arqueología Andaluza*, 3, Córdoba, 2002. Córdoba. p. 291-310.
- CHINER MARTORELL, P. (1990) – *La Decoración Arquitectónica en Saguntum*. Valencia: Generalitat Valenciana.
- HAUSCHILD, T. (1992) – El templo romano de Évora. *Cuadernos de Arquitectura Romana*. Múrcia. 1, p. 107-118. *Templos Romanos de Hispania*.
- HIERNARD, I.; ÁLVAREZ MARTINEZ, J. M. (1975) – En el año del bimilenario dos importantes descubrimientos arqueológicos en Mérida. *Estudios Extremeños*. Mérida. XXXI:7 p., 1 pl.
- CIL II = HÜBNER, E. (1869 e 1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum – II, Supplementum*. Berlin.
- LÉZINE, A. (1959) – Chapiteaux toscans trouvés en Tunisie. *Kartago*. Cartágo. 6.
- MATEOS CRUZ, P.; PIZZO, A. (2011) – Los edificios de ocio y representación. El teatro y el anfiteatro de Augusta Emerita. In *Actas Congreso Internacional El Yacimiento Emeritense 1910-2010*. Mérida: Ayuntamiento de Mérida. p. 173-194.
- MATEOS CRUZ, P.; SOLER, B. (2015) – El aula sacra del teatro de Mérida. Nuevas consideraciones sobre su concepción arquitectónica y la cronología de su pavimento marmóreo. In *Actas del Congr s Internacional d'Arqueologia i MonicAntic, August i les Prov ncies Occidentals 2000: Aniversari de la mort d'August*, 2, Tarragona, 2014. Tarragona: Fundació Privada Mútua Catalana. p. 111-118.
- NOGALES BASARRATE, T.; ALVAREZ MARTINEZ, J. M. (2014) – Colonia Augusta Emerita. Creación de una Ciudad en tiempos de Augusto. *Studia Historica, Historia Antigua*. Salamanca. 32, p. 209-247.
- OLEIRO, J. M. B. (1992) – *Conimbriga. Casa dos Repuxos*. Conimbriga: Museu Monográfico. (Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal; I).
- PEDRO MATEOS; MÁRQUEZ, J. (1997) – Nuevas estructuras urbanas relacionadas con el Teatro Romano de Mérida: el pórtico de acceso. *Mérida. Excavaciones Arqueológicas. Memoria*. Mérida. 3, p. 301-320.
- PENSABENE, P. (2011) – Il «Portichetto» tuscanico presso il tempio di Bellona e la «Via Trionfale». *Bullettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma*. Roma. CXII, p. 252-291.
- PICARD, P. (2007) – Maison à péristyle et élites urbaines en Gaule sous l'Empire. *Gallia*. Paris. 64, p. 227-277.
- PIZZO, A. (2009) – La construcción de los complejos forenses de Augusta Emerita. In AYERBE VÉLEZ, R.; BARRIENTOS VERA, T.; PALMA GARCÍA, F., ed. lit. – *El foro de Augusta Emerita: Génesis y Evolución de sus Recintos Monumentales*. Madrid: CSIC; Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida. p. 623-663. (Archivo Español de Arqueología. Anejos; LIII).
- PIZZO, A. (2010) – Las técnicas Constructivas de la Arquitectura Pública de Augusta Emerita. Madrid: CSIC; Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida. p. 580 e 581. (Archivo Español de Arqueología. Anejos; LVI).
- ROBERTSON, D. S. (2004) – *Greek and Roman Architecture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SECCO, A. S. H. (1853) – *Memoria histórico-chorographica dos diversos concelhos do distrito de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SILVA, R. M. M. (2014) – *Bobadela em Época Romana: Cidade e Território Periurbano*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).

TARDY, D. (1989) – Le Décor Architectonique de Saintes Antiques. *Aquitania*. Paris. 5.

TRANOY, L. (s/d) – Mediolanum Santonum, Saintes: de la fondation jusqu'à l'époque julio-claudienne. [Em linha]. *Simulacra Romae*, p. 228-230. [consult. 2 jan. 2016]. Disponível em <http://bib.cervantesvirtual.com/portal/simulacra/romae/libro/c12.pdf>

RIBEIRO, M. A. (1999) – *Capitéis Romanos de Beja*. Beja: [S.l.]

RÖRING, N. (2010) – Nuevo estudio arquitectónico de la fachada escénica del teatro romano de Augusta Emerita. In RAMALLO ASENSIO, S. F.; RÖRING, N., ed. lit. – *La scaenae frons en la arquitectura teatral romana*. Symposium Internacional, Cartagena, 2009. Actas. Murcia: Universidad de Murcia; Cartagena: Fundación Teatro Romano de Cartagena. p. 163-172.

TRILLMICH, W. (2004) – Los programas arquitectónicos de época julio-claudia en la Colonia Augusta Emerita. In *Congreso la decoración arquitectónica en las ciudades romanas de occidente*, Cartagena, 2003. Actas. Murcia: Universidad de Murcia. p. 321-335.

TRILLMICH, W. (2004a) – Monumentalización de espacio público emeritense como reflejo de

la evolución histórica colonial: el ejemplo del teatro emeritense y sus fases. In *Augusta Emerita. Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. p. 275-284. (Monografías Emeritenses; 8).

VAN ANDRINGA, W. (2008) – Sanctuaires et genèse urbaine en Gaule romaine. In *Topographies a crée et rituels. Le cas d'Aventicum, capitale des Helvètes. Actes du Colloque International d'Avenches*, 2006. *Antiqua*. Bâle. 43, p. 121-135.

VELÁZQUEZ JIMÉNEZ, A. (2010) – 1910-1936 la época de las grandes excavaciones. *Mérida 2000 Años de Historia 100 Años de Arqueología*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. p. 88-123.

VITRUVIUS on Architecture (1995) – Frank Granger (Trad.). Edinburgh: Loeb Classical Library.

Recursos eletrónicos:

[Consult. 2 de jan. de 2016]. Disponível em: WWW:<URL:<http://www.francebalade.com/provence/vaison.htm>>.

[Consult. 1 de jan. 2016]. Disponível em: WWW:<URL:<http://www.archeoplus.ch/fr/archeo/avenches/aven-fr-cigo-3.htm>>.

[Consult. 30 de dez. 2015]. Disponível em: WWW:<URL:<http://www.telefonica.me.uk/noces.htm>>.

Contributo para o estudo da *villa* de Pisões (Lusitânia): Escavação de dois fornos romanos de produção cerâmica

Contribution to the study of Villa de Pisões
(Lusitânia): Excavation of two ceramic kilns
of Roman origin

PATRÍCIA BARGÃO *, RAQUEL HENRIQUES **

RESUMO

No âmbito dos trabalhos da minimização de impacto arqueológico da construção do Adutor de Cinco Reis, foram identificados nas imediações da *villa* romana de Pisões (concelho de Beja, freguesia Santiago Maior), duas estruturas de *later*, de planta circular, que correspondem a fornos cerâmicos de cronologia romana.

Em área anexa a estas estruturas de combustão, registou-se a presença de um conjunto de paredes, de pedra seca, que foram interpretadas como um átrio de entrada, parte integrante deste complexo de produção cerâmica.

O sítio foi integralmente escavado, e as estruturas identificadas foram desmontadas na sua totalidade. Assim, os vestígios arqueológicos identificados na área que viria a ser afetada pela implantação de uma conduta de água de ligação ao Adutor de Cinco Reis foram salvaguardados através da conservação pelo registo arqueológico.

O processo de escavação e desmonte das estruturas resultou na recolha de um abundante acervo cerâmico. O estudo que apresentamos consiste na leitura e interpretação das estruturas identificadas e dos principais materiais recolhidos, numa tentativa de caracterizar um complexo de fornos, parte integrante da *pars rustica* da *Villa* de Pisões.

Palavras-chave: Fornos romanos – *Villa* de Pisões

* Arqueóloga e investigadora da UNIARQ (patricia.bargao@gmail.com)

** Arqueóloga (raquelinhenriques@gmail.com)

ABSTRACT

In the archaeological works, carried out during the construction of the Cinco Reis Pipeline, near the Roman villa of Pisões (Municipality of Beja, Santiago Maior Parish), two plain circular, later structures were identified and classified as Roman ceramic kilns.

Next to the kilns, some stone walls which we believe that belong to an entrance hall of the kilns were also found.

The site was completely excavated and the identified structures were entirely dismantled within the area where the water line and pipeline was constructed.

This process of excavation and dismantling of structures resulted in an abundant ceramic ensemble. This study consists on the interpretation of the identified structures and the main materials collected in order to characterize a kiln complex, part of the *pars rustica* of Pisões villa.

Keywords: Roman kilns – Pisões, villa

1. INTRODUÇÃO

No âmbito dos «trabalhos de minimização de impactos sobre o património cultural» do projeto de construção do Adutor de Cinco Reis realizados em 2011/12, (o qual faz parte da ligação Pisão – Beja integrada no subsistema de Alqueva), foram identificados, nas imediações da *Villa* romana de Pisões (distrito e concelho de Beja, freguesia de Santiago Maior), dois fornos romanos de planta circular, construídos com recurso a uma vala de fundação de grandes dimensões escavada na rocha. Destas estruturas de combustão, sobreviveu até aos nossos dias apenas a parte correspondente aos *furnia*, a boca de alimentação ou *preafurnia* e corredor de dois fornos, bem como uma área de átrio que interliga estas duas estruturas de combustão.

O sítio arqueológico foi integralmente escavado, e as estruturas identificadas foram desmontadas na sua totalidade de modo a salvaguardar, através do registo arqueológico, os vestígios identificados.

Este processo de escavação e desmonte das estruturas resultou na recolha de um abundante acervo cerâmico que, a par com a leitura e interpretação das estruturas identificadas, permitiu caracterizar este edificado, que certamente foi parte integrante da *pars rustica* da *villa* de Pisões.

1.1. Localização geográfica e enquadramento geomorfológico

O sítio de Pisões situa-se, do ponto de vista administrativo, no distrito de Beja, concelho de Beja, freguesia de Santiago Maior. Localiza-se na Carta Militar de Portugal na folha 521 (1:25000, Série M888, Ed. 3, 2000).

O sítio localiza-se numa elevação suave, sobranceira à ribeira do Barranco. É acessível através da Estrada Nacional 18. Partindo de Beja em direção a Aljustrel, a cerca de 800 m antes de chegar à aldeia de Penedo Gordo há uma entrada de



Fig. 1 – Vista de satélite com a localização da *villa* de Pisões e dos fornos de Pisões.

terra batida, à direita, que corresponde ao caminho de acesso à *villa* romana de Pisões.

O sítio encontra-se a cerca de 2 km da EN18, num cabeço a sul.

Do ponto de vista geomorfológico, trata-se de uma zona de peneplanície, onde suaves elevações se sucedem a pequenas áreas de vale com uma rede de drenagem de padrão dendrítico, traçado meandriforme e com alguma densidade, dominada por diversas linhas de água. O sítio apresenta uma altitude média de 188 m em relação ao nível do mar.

Os terrenos onde se implanta o complexo de fornos correspondem a uma área de cultivo agrícola, dedicada ao plantio de vinha e ao olival. Do ponto de vista geológico, trata-se de uma área pertencente aos gabros de Beja, rochas gabro-dioríticas que tendencialmente se encontram fraturadas e alteradas.

1.2. Enquadramento histórico e antecedentes do Projeto

O sítio de Pisões é conhecido pela *villa* romana de Pisões, cujas ruínas se situam na Herdade da Almagrassa, cerca de 10 km a sudoeste da cidade de Beja.

É em 1967 que surge a primeira informação publicada sobre o sítio, reportada num periódico diário, que indica que Fernando Ribeiro encontrou o sítio arqueológico sendo este constituído por uma barragem romana e parte da *pars urbana* de uma *villa*.

O sítio foi escavado entre finais da década de 60 inícios da década de 70 do século XX, e todos os trabalhos foram conduzidos por Fernando Ribeiro. Con-

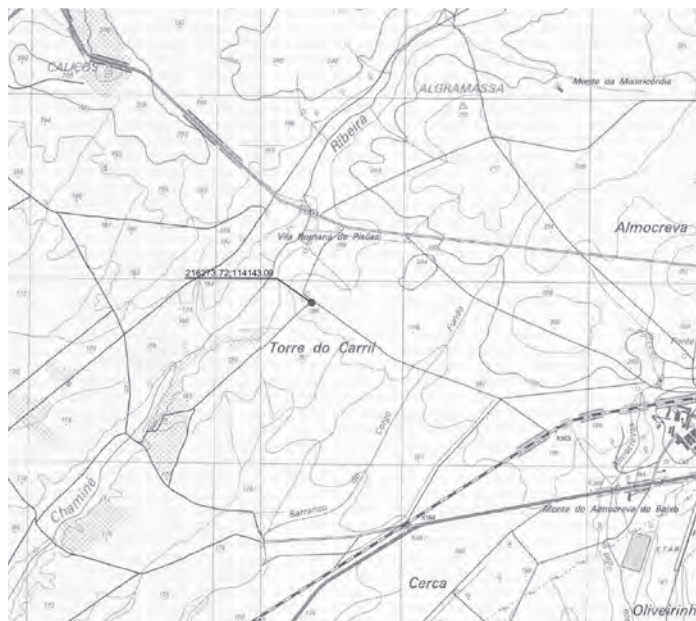


Fig. 2 – Localização coordenada dos fornos de Pisões em Carta Militar 1/25000.

tudo, destas escavações apenas resultaram duas publicações, nas quais se apresenta praticamente a totalidade da *pars urbana* da *villa* (Ribeiro, 1967 e 1972). Ainda no final da década de 70, o sítio foi novamente escavado, sob a direção de Fernando Nunes Ribeiro, António Manuel Monge Soares e João Mário Lopes Sardica. Nesta segunda intervenção as áreas são de menores dimensões e incidem apenas sobre parte da *pars urbana* anteriormente escavada, de forma a melhor caracterizar a *villa* (Parreira, 1979).

Importa ainda referir que os elementos associados à arqueologia funerária foram recentemente recompilados através do estudo dos mausoléus da *villa* (Pereira, et al. 2013).

Já no século XXI, fruto de trabalhos de minimização de impactos arqueológicos no âmbito do «Projecto de Electrificação da Villa Romana de Pisões», foi identificado um troço de um aqueduto romano que abasteceria a *villa* de água e faria parte integrante da sua *pars rustica* (Serra, 2007, p. 505).

Os resultados do trabalho de escavação que agora se apresentam surgem no seguimento do projeto designado por Troço de Ligação Pisão – Beja, que foi alvo de um processo de avaliação ambiental realizado em 2006, 2008 e novamente em 2010.

Na avaliação ambiental em 2006 em conjunto com o Troço de Ligação Pisão – Roxo e de acordo com a DIA foi realizado um estudo prévio, no qual foram identificadas ocorrências patrimoniais através dos trabalhos de prospeção arqueológica realizados pela empresa Nova Arqueologia.

Os resultados das prospeções e sondagens prévias permitiram avaliar o potencial arqueológico do sítio, tendo sido salvaguardado no caderno de encargos da empreitada do Adutor de Cinco Reis que os trabalhos de decapagem mecânica fossem realizados com balde de limpeza e alvo de acompanhamento arqueológico permanente.

Durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico da decapagem do coberto vegetal, na travessia da conduta pelo sítio de Pisões foram identificadas várias ocorrências patrimoniais. Trata-se maioritariamente de estruturas negativas

escavadas na rocha, que foram, como medida de minimização de impacto, alvo de escavação arqueológica.

De entre as ocorrências identificadas, apenas uma correspondia a uma dispersão de materiais de cronologia romana, que se encontrava cerca de 100 m a SO do caminho de terra batida que liga a estrada nacional à *villa* de Pisões.

Pela caracterização da arte factual dos materiais de superfície e dada a proximidade com a *villa* romana, foi preconizada, como medida de minimização de impacto, a escavação integral destes vestígios, circunscrevendo e englobando toda a sua área de concentração numa só área de escavação.

2. ARQUITETURA E CONTEXTOS ESTRATIGRÁFICOS

O total de área escavada é de 68 m², permitindo a intervenção na totalidade dos vestígios identificados.

Trata-se de dois fornos de planta circular cuja grelha era sustentada por um conjunto de arcos, que apresentavam distintas dimensões e técnicas construtivas.

De acordo com o funcionamento canónico dos fornos, em particular os de cronologia romana, estes eram compostos por duas partes sobrepostas: uma primeira desenvolvia-se ao nível do subsolo, designada por *furnium* ou câmara de combustão, e a outra a partir do nível do solo, denominada câmara de cozedura ou *laboratorium*. Estas duas áreas de laboração encontravam-se separadas por uma grelha perfurada, para facilitar a circulação do ar quente entre a câmara de cozedura e a câmara de combustão.

Na parte superior, designada por câmara de cozedura (*laboratorium*), as peças eram colocadas sobre a grelha e, no final deste processo, a câmara era selada para reter o calor.

A colocação da lenha na câmara de combustão realizava-se através de um corredor de alimentação, sendo a queima iniciada junto à boca. (Almeida e Ferreira, 1969, p. 62-65).

Assim, o **forno 1** apresentava uma câmara de combustão com 4 metros de diâmetro orientada a N-S, com uma parede perimetral conservada em 90 cm de altura e construída exclusi-



Fig. 3 – Vista geral do forno 1 no sentido NO-SE.



Fig. 4 – Vista de pormenor dos arcos do forno 1.

vamente em argila. A grelha, também ela composta por material laterício e argila era sustentada por cinco arcos compostos por *lateres* e argila.

A técnica construtiva deste primeiro forno consistiu na abertura de uma vala de fundação de planta circular, escavada integralmente no brando substrato rochoso de gabro-dioritos. Dentro desta interface fundacional foram edificados cinco arcos, dos quais apenas se preservaram os seus arranques (v. fig. 4). Deste modo, o abatimento parcial das abóbadas, veri-

ficado em todos eles, não permitiu especificar o tipo de arco, não sendo possível, por esta razão, detalhar a técnica construtiva utilizada. Não obstante, a parte preservada dos arcos é composta por material laterício de tipo *lateres*, sobrepostas em fiadas intercaladas e ligadas entre si por um sedimento compacto, muito argiloso, de cor castanha avermelhada.

Após a edificação dos arcos, foi construída uma parede de argila, cilíndrica e pouco espessa (cerca de 10 cm), com cerca de 90 cm de altura conservada, que assenta diretamente sobre a rocha e cobre parcialmente as bases dos arcos, criando o ambiente redutor necessário à combustão.

Assim, trata-se de uma estrutura frágil, cuja consolidação foi realizada através do preenchimento integral da vala de fundação, no espaço compreendido entre a parede de argila e a interface rochosa. Este preenchimento foi realizado através da colocação de um sedimento argiloso, de grão grosso e de cor negra, pouco compacto.

Deste modo, o espaço compreendido entre o perímetro interno da vala de fundação e a parede externa da estrutura de argila apresenta uma largura máxima de 40 cm e foi preenchido para maior estabilidade da estrutura de combustão.

O espaço interno da câmara de combustão (ou *furnium*) encontrava-se



Fig. 5 – Vista geral do forno 2 no sentido NO-SE.

preenchido por diversos níveis de derrube que correspondem ao abatimento dos próprios arcos e, muito provavelmente, a parte da grelha.

Nos fornos romanos, a grelha desenvolve-se habitualmente, sobre arcos de volta inteira, construídos em tijolo. No caso concreto de Pisões, deduzimos que a técnica utilizada não seria muito distinta, a julgar pela amálgama de tijolos e de fragmentos de *tegulae* que se encontravam no fundo da câmara de combustão.

Os principais vestígios da grelha foram identificados nos níveis de derrube, escavados no interior do *furnium*. Neste contexto, o espólio recolhido sugere que a própria grelha correspondesse a uma estrutura também ela composta por materiais de construção cerâmicos e argila.

Ainda no que respeita ao forno 1, importa referir que a boca de alimentação do *prae-furnium* corresponde apenas a uma estreita entrada com cerca de 60 cm de largura, de tosco acabamento, onde seria realizado o acesso entre esta câmara de combustão e o átrio.

O **forno 2** tem dois metros de diâmetro interno e 90 cm de altura conservada, orienta-se a oeste e apresenta uma estrutura idêntica ao forno 1, possuindo, contudo, muito menores dimensões. Esta estrutura de combustão apresenta o arranque de apenas quatro arcos e não possui qualquer parede de argila, sendo que a parede e o perímetro do forno correspondem à interface de fundação, escavada na rocha.

Os arcos são construídos em *lateres* e o ligante é argila, e excetuando as suas dimensões, significativamente menores que as do forno 1, trata-se de estrutu-

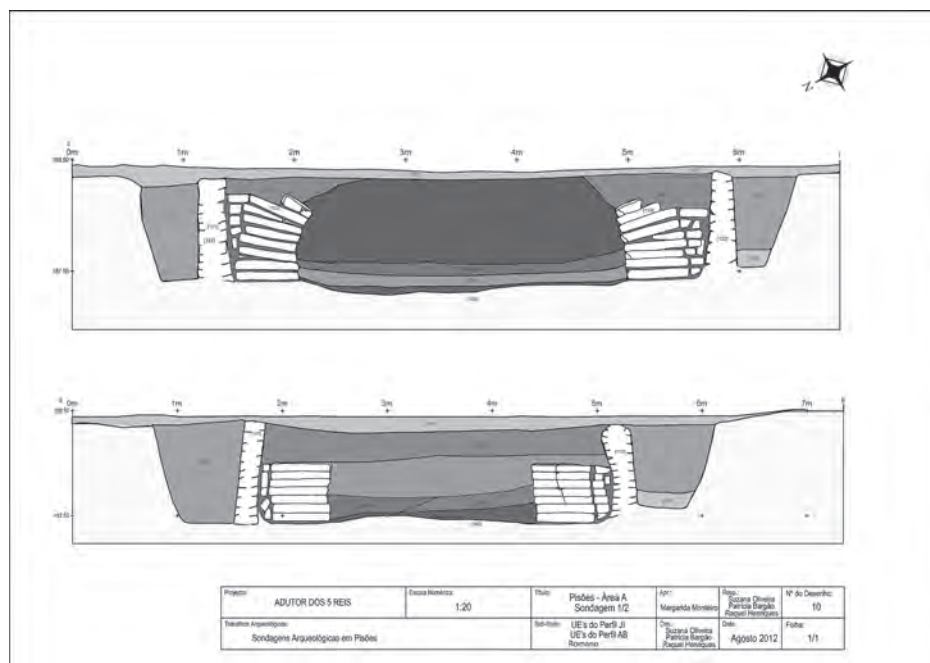


Fig. 6 – Perfis estratigráficos do forno 1 (escala 1:20).

ras idênticas. Deste modo, verificou-se que os arcos do forno 2, tal como os do forno 1, estão apoiados diretamente, na base da vala de fundação, no substrato rochoso.

O forno 2 não apresenta grelha, nem vestígios da mesma, pois o seu interior encontrava-se preenchido por um grande estrato de aterro. Os poucos vestígios de derrube foram identificados no fundo da vala de fundação e correspondem ao abatimento parcial dos arcos, documentado pela presença de alguns *imbrices*.

Este fenómeno de preservação indicia que a câmara de cozedura do forno 2 se encontrava a uma cota mais alta que a câmara de cozedura do forno 1, motivo pelo qual se encontrava mais destruída pelos intensos trabalhos de lavoura documentados no sítio.

Em clara associação aos fornos, registou-se a presença de um compartimento que ligava o forno 1 ao forno 2. Este conjunto de estruturas designadas por átrio parecem ter uma funcionalidade eminentemente ligada à laboração dos próprios fornos, pois teria funcionado como antecâmara, e a presença de muros de pedra seca, serviria para proteger a câmara de combustão dos ventos, fenómeno observado noutros complexos de fornos romanos (Sabrosa, et al., 2012, p. 148-157). Um dos principais indícios de laboração destas estruturas de

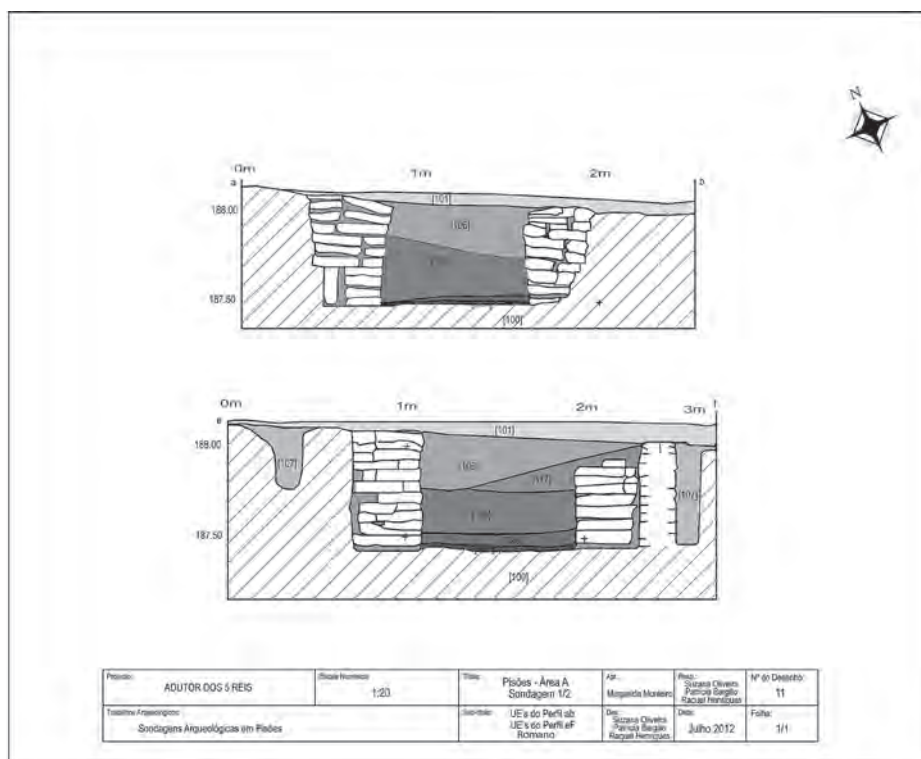


Fig. 7 – Perfis estratigráficos do forno 2 (escala 1:20).

combustão é a presença de uma área de cinzeiro, junto da boca de alimentação do forno 1.

O acesso aos fornos era efetuado através deste átrio quadrangular de paredes pétreas construídas através da técnica da pedra seca, trata-se de um compartimento idêntico ao do complexo de fornos da Quinta da Granja (Cachoeiras, Vila Franca de Xira), embora de menores dimensões (id., *ibid.*, p. 10).

Assim, este complexo de fornos, pelas suas características (dois fornos e um átrio) e sua implantação (nas proximidades de uma *villa*), apresenta um paralelo com os da Quinta da Granja, que embora se localize noutra região mostra um padrão construtivo com características morfológicas bastante aproximadas ao complexo de Pisões. Tipologicamente estes fornos são enquadráveis no tipo I/d segundo a classificação de Cuomo de Caprio (Di Caprio, 1992, p. 69-85).

Importa sublinhar que estas estruturas estão implantadas a cerca de 400 metros a Este da *villa* de Pisões. Este local foi parcialmente escavado e musealizado, na década de 70 do século XX, tendo sido identificada a *pars urbana* na *villa*, a casa senhorial e as termas. Deste modo, com a descoberta destes fornos julga-

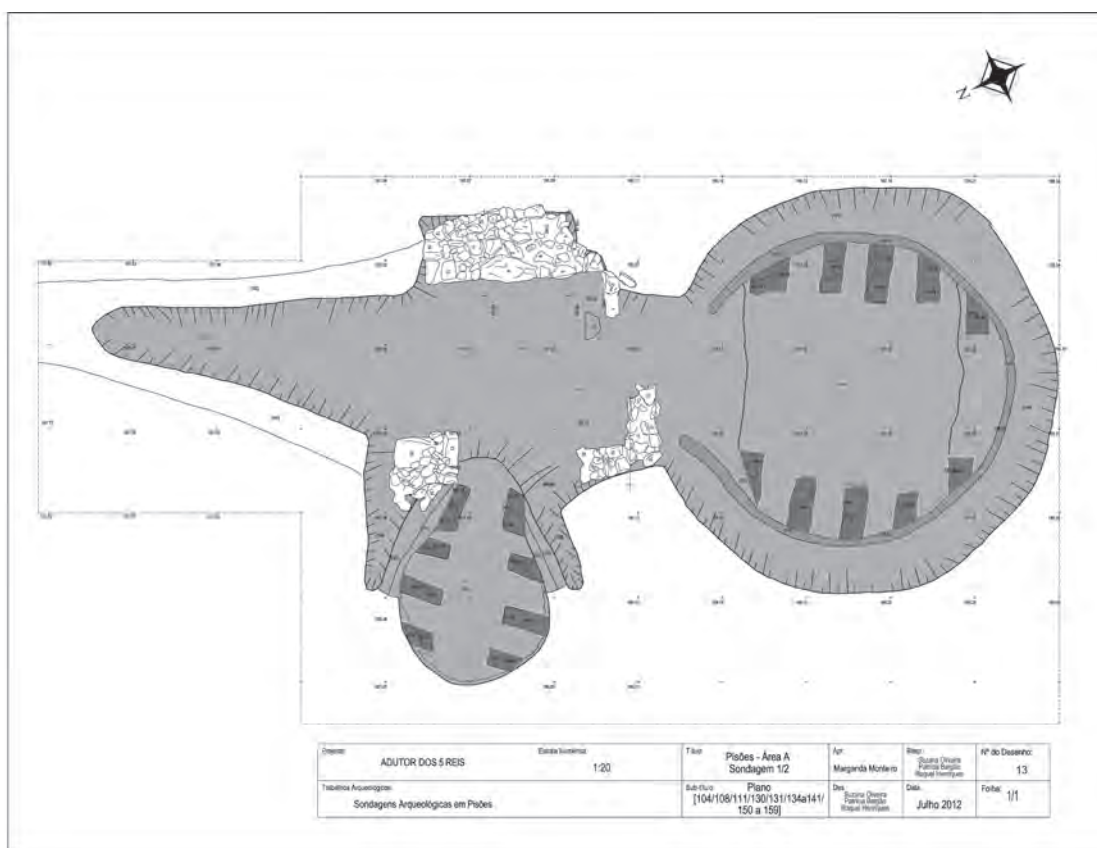


Fig. 8 – Planta geral do complexo de fornos.

mos estar na presença da *pars rustica* da *villa de Pisões*, ou de pelo menos parte da *pars rustica*, a qual se desenvolve para Este da *pars urbana*. Os intensos trabalhos agrícolas e revolvimentos no subsolo destruíram quaisquer estruturas positivas existentes preservando-se apenas estruturas negativas escavadas na rocha como é o caso dos *prae-furniua*.

A escavação e o desmonte integral destas estruturas resultou na recolha de um abundante acervo cerâmico. Assim, embora a funcionalidade deste espaço seja evidente, o estudo dos materiais permitiu procurar indicadores funcionais da própria *villa* e balizar possíveis cronologias de produção.

A maior concentração de materiais encontrava-se no limite norte do compartimento pétreo correspondente ao átrio de acesso aos fornos, no lado oposto à sua entrada. Esta concentração de materiais é um fenómeno que pode ter várias explicações, incluindo fenómenos pós-deposicionais. Não obstante, a interpretação que nos parece mais plausível é que esta concentração de arte factua indica a presença de uma área de lixeira implantada numa zona periférica do complexo fabril. Importa referir que estes materiais se encontravam à superfície, num depósito de considerável dimensão, tratando-se, naturalmente de uma deposição secundária, com sucessivos revolvimentos, dada a escassa potência estratigráfica do terreno. Deste modo, os materiais além de serem muito diversificados estão muito fragmentados e erodidos.

3. OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

A escavação deste complexo de fornos permitiu a recolha de um conjunto significativo de materiais, maioritariamente cerâmicos.

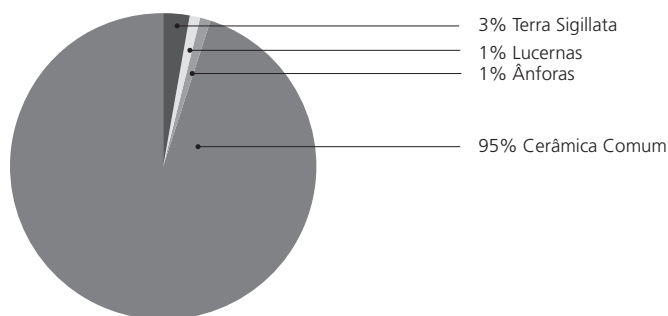


Gráfico 1 – Gráfico de distribuição percentual dos fragmentos cerâmicos recolhidos.

Assim, a amostra recolhida é composta por mais de um milhar e meio de fragmentos, dos quais 44% pertence ao universo das cerâmicas de construção. Neste sentido, optámos por efetuar uma separação e contabilização de todo o material laterício.

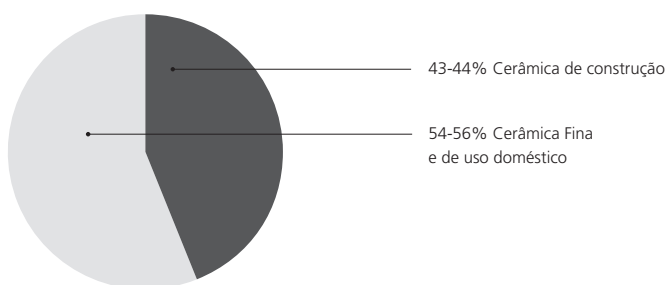


Gráfico 2 – Gráfico de distribuição percentual da cerâmica de construção exumada.

Dos materiais recolhidos, destacam-se pela sua abundância e estado de conservação os materiais de construção, que correspondem a *tegulae*, *imbrice* e *lateres*. Salienta-se o facto de estes materiais fazerem parte do derrube das próprias estruturas e estarem associados à grelha ou à câmara de combustão, como parece ser o caso dos *lateres*, que representam 51% da amostra.

Não obstante, parece claro que alguns dos materiais de construção, pela sua tipologia, não fariam parte integrante das estruturas edificadas dos fornos, mas dos materiais neles produzidos. A presença de tijolos de quadrante de coluna é interpretada como um indicador de que estes fornos produziram materiais de construção, pois este tipo de tijolo não faz parte da estrutura original. Embora seja uma percentagem minoritária, é significativa a sua representação, pois seguramente este tipo de tijolo foi utilizado na construção da *pars urbana* da *villa* de Pisões.

Neste sentido, sublinhamos igualmente a presença de um abundante conjunto de fragmentos de grandes recipientes de tipo *dolium*, alguns dos quais apresentam alterações de coloração nas pastas e no volume das paredes, que se encontram parcialmente deformadas. Assim, estes «acidentes de cozedura» parecem evidenciar a produção local de materiais de construção e alguma cerâmica comum mais grosseira.

No que respeita à cerâmica de uso doméstico, foram recolhidos cerca de 800 fragmentos, dos quais cerca de 500 são classificáveis. Trata-se maioritariamente de cerâmica comum de produção local/regional, cerca de 96% da amostra. Assim, além dos fragmentos de *dolia* já referidos, foram identificadas tampas, taças/tigelas, potes e panelas, colocando-se a hipótese de todas estas formas terem sido produzidas localmente.

As formas apresentadas enquadram-se nos repertórios formais já conhecidos para o Alentejo, cujos principais paralelos encontramos no conjunto de cerâmica comum de S. Cucufate (Pinto, 2003) ou no espólio funerário das necrópoles do Alto-Alentejo (Nolen, 1985).

Deste modo, coloca-se como hipótese a cerâmica comum ter sido produzida no forno de menores dimensões, e os materiais de construção e grandes recipientes

tes terem sido produzidos no forno principal. Contudo, não há uma evidência clara desta atribuição funcional, dada a profunda afetação do sítio, provocada por intensos trabalhos agrícolas.

4. LEITURAS E FUNCIONALIDADES ESPAÇO E CRONOLOGIA

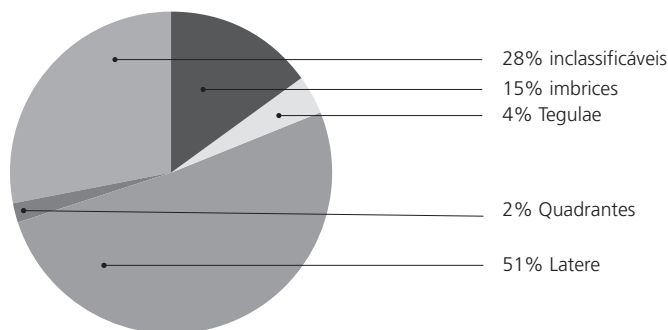


Gráfico 3 – Gráfico de distribuição percentual das cerâmicas de construção por categoria.

Quanto à cronologia, é possível estabelecer uma baliza de ocupação de acordo com a tipologia da cerâmica importada recolhida em contexto. A presença de *terra sigillata* sudgálica lisa das formas Dragendorf 15-17, 27, 36 e 18-31, bem como fragmentos de lucerna – um disco de uma lucerna de volutas (Dressel 9) e uma asa (Ponsich 7), e fragmentos de almofarizes béticos de bordos ovalados e espessos permitem propor uma cronologia entre meados do século I d. C. e finais do mesmo século. A ausência de *terra sigillata* de produção hispânica, bem como de cerâmica de cozinha africana, são aqui lidas como elementos datantes que permitem sustentar, face aos dados recolhidos, uma ocupação alto-imperial deste espaço. Deste modo, os inúmeros paralelos existentes, como a Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003), Castro Marim (Viegas, 2009) ou Monte Molião, Lagos (Arruda, Viegas e Bargão, 2010) apresentam conjuntos de materiais idênticos aos recolhidos nos fornos de Pisões em associação a outros (cerâmica comum, ânforas e cerâmica fina) de cronologia ligeiramente mais tardia, do século II d. C.

A cerâmica comum de produção local encontra paralelo na tipologia de produções locais de São Cucufate, particularmente nas formas relacionadas com o Horizonte 1 de ocupação da *villa* de cronologia alto-imperial (Pinto, op. cit., p. 204).

Salientamos, contudo, que deste complexo de fornos apenas se preservou uma parte em contexto, associada essencialmente aos níveis fundacionais. Assim, a quantidade mais significativa de materiais foi recolhida à superfície, sem contexto, ou em contexto de deposição secundária, tendo sofrido profundos revolvimentos causados por trabalhos agrícolas.

Esta evidência permite colocar a hipótese de a entulheira destes fornos ter sido parcialmente destruída e de a abundância de materiais à superfície ser fruto dessa mesma destruição.

Outro elemento a salientar é a presença de materiais de importação, nomeadamente de cerâmica fina, embora claramente dissociados do contexto desta produção local; permitem estreitar a cronologia de ocupação, bem como documentar a existência de importações de proveniência bética e sudgálica.

A leitura que nos parece mais relevante é que a recolha destes materiais vem fundamentar e reafirmar o enquadramento deste complexo no âmbito da *villa* de Pisões, não apenas pelo horizonte cronológico, mas pela presença de produtos de luxo num contexto fabril que espelha os hábitos de consumo da própria *villa*.

Assim, parece inegável a cronologia alto-imperial e a sua direta associação à primeira fase de ocupação da *villa*, datada do século I d. C., sublinhando deste modo o carácter autossuficiente deste estabelecimento rural, através da transformação de matéria-prima para a construção das estruturas edificadas na *villa*, mas também para a confeção, armazenagem e consumo de alimentos.

Escavações arqueológicas da *villa* de Pisões e os estudos efetuados nas ruínas que, até ao momento, se encontram parcialmente escavadas, confirmam que a *villa* terá sido ocupada entre os séculos I d. C. e IV d. C. Os trabalhos arqueológicos realizados na *villa* incidiram apenas na área residencial e colocaram a descoberto um conjunto de compartimentos destinados à habitação, bem como tanques, piscina e termas de apreciáveis dimensões.

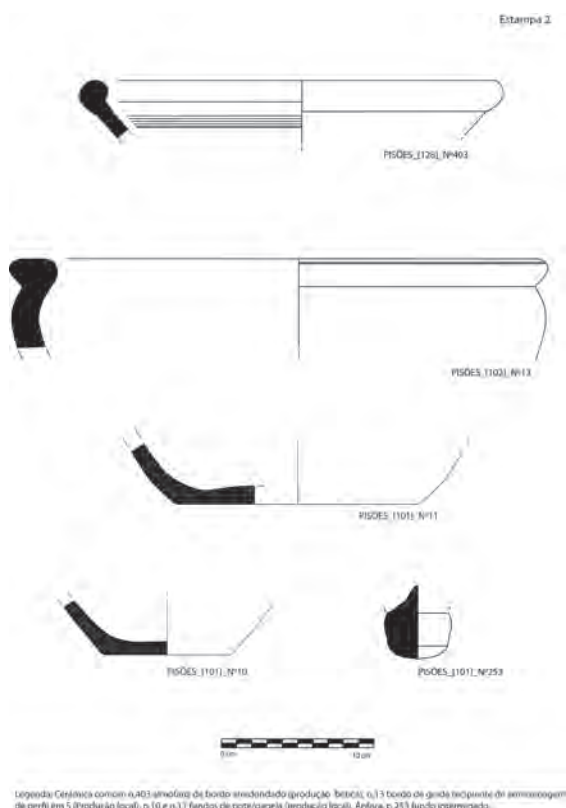
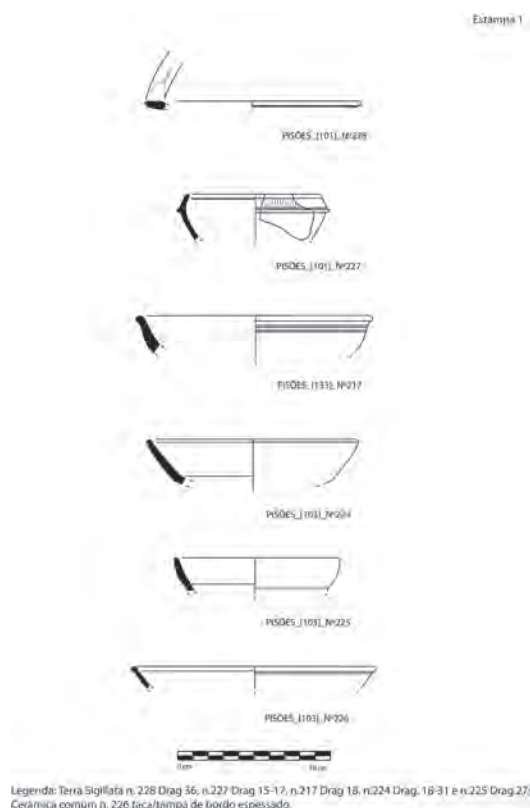
Neste sentido, parece importante sublinhar o carácter funcional dos fornos, bem como a sua cronologia, que permite estabelecer uma relação direta entre a datação dos níveis fundacionais da *villa* e as estruturas de combustão. Esta associação sustenta a hipótese de que parte do material laterício produzido nos fornos possa ter sido utilizado na construção da *pars urbana* da própria *villa*.

Pese embora este tipo de proposta interpretativa não ser inédita (Santos, 2011, p. 19), torna-se mais verosímil perante as evidências arqueológicas agora apresentadas.

Neste sentido, parece importante referir a presença de um aqueduto romano nas imediações da *villa*, construído exclusivamente por *lateres* (Serra, op. cit, p. 197). Embora a datação desta estrutura não seja clara, de acordo com o autor por falta de contextos estratigráficos seguros (id., ibid.), trata-se de uma estrutura de condução de água, romana, que pela sua implantação abasteceria a *pars urbana* da *villa*.

A quantidade de matéria-prima necessária à construção desta estrutura explicaria, por si só, a construção de fornos cerâmicos como os identificados em Pisões.

Esta hipótese permite defender igualmente a cronologia de abandono dos fornos, dado que, durante a utilização usual da *villa* como espaço residencial, não



se justificaria a manutenção de dois fornos cerâmicos em plena laboração, a não ser que esta produção apresentasse um carácter de comercialização regional ou local que viabilizasse a continuidade de produção durante o período de ocupação da própria *villa*.

BIBLIOGRAFIA

ADAM, J. P. (1989) – *La construction romaine – matériaux et techniques*. 10.^a edição. Paris: Grands Manuel Picard.

ALMEIDA, F.; FERREIRA, O. V. (1969) – Uma «Fornax» Lusitano-romana na Egitânia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, p. 61-70.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. e BARGÃO, P. (2010) – A cerâmica comum de produção local de Monte Molião. *Xelb. Silves*. 10.

BRAZUNA, S.; COELHO, M. (2012) – A Villa das Almoinhas (Loures). Trabalhos arqueológicos de diagnóstico e minimização. In Atas Mesa Redonda «de Olisipo a Ierabriga». *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 1, p. 103-114.

BROCHADO, C.; ALMEIDA, A.; LEAL, C. (1987) – O forno cerâmico romano do Eixo – Aveiro. *Portugalia*. Porto. Nova Série, p. 69-81.

- CARDOSO, G.; GONÇALVES, J. L. e RODRIGUES, S. (1998) – Forno romano de cerâmica descoberto em Peniche. *Al-Madan*. Almada. II série, 7. p. 69-79.
- CARVALHO, R. (1990) – Forno cerâmico da estação romana da Barragem da Marateca – Castelo Branco. *Jornadas Arqueológicas*, 4, Lisboa, 1990. Atas. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- DI CAPRIO, N. C. (1992) – Les ateliers de potiers en Grande Grèce: quelques aspects techniques. In BLONDÉ, F. e PERREAULT, J., ed. lit. – *Les ateliers de potiers dans le monde grec aux époques géométrique, archaïque et classique. Actes de la Table Ronde organisée à l'École Française d'Athènes*, Athènes et Paris, 1987. Paris : De Boccard, p. 69-85. (BCH Supplément; XXIII).
- FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitânia: Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. LAGÓSTENA, G.; BARRIOS, L.; BERNAL CASASOLA, D., ed. lit. – *Figlinae Baeticae: talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a. C.-VII d. C.)*. Congreso Internacional, Cádiz, 2003: actas. Vol. 1, p. 379-410.
- NOLEN, J. (1985) – *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança.
- PARREIRA, R. (1979) – Escavações arqueológicas na vila romana de Pisões. *Informação Arqueológica*. Braga. 1, p. 26-27.
- PEREIRA, C.; SOARES, A. M.; SOARES, R. M. (2013) – Os mausoléus da villa romana de Pisões: a morte no mundo rural romano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 303-321.
- PINTO, I. V. (2003) – *A cerâmica comum das Villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- PINTO, M. (2012) – O forno Romano da Pipa (Arruda dos vinhos). In Atas Mesa Redonda «de Olisipo a Ierabriga». *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 1.
- RAPOSO, J.; FABIÃO, C.; ALMEIDA, J. (2009) – *A Olaria romana da Quinta do Rouxinol*. Seixal. Livro-guia de exposição. Seixal: Ecomuseu do Seixal.
- RIBEIRO, F. (1967) – *A vila romana de Pisões*. Beja: Separata de Noticiário Arqueológico Regional.
- RIBEIRO, F. (1972) – *A Villa Romana de Pisões*. Beja.
- ROCA ROUMENS, M.; FERNANDEZ GARCÍA, M. I. (2005) – *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*. Málaga: Universidad Málaga. (CVDAS; 1).
- SABROSA, A.; HENRIQUES, F. R.; CARVALHO, E.; GERMANO, A. (2012) – Os fornos romanos da Quinta da Granja (Cachoeiras, Vila Franca de Xira) e Quinta de Santo António (Carregado, Alenquer). In Atas Mesa Redonda «de Olisipo a Ierabriga». *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 1, p. 148-157.
- SANTOS, J. C. (2011) – *Escavação arqueológica de um forno romano. Exemplo de aplicação de medida minimizadora em contexto de obra. Relatório de escavação*. Policopiado.
- SERRA, M. (2007) – Novos dados para o conhecimento da Vila Romana de Pisões (Beja). *Vipasca: Arqueologia e História*. Aljustrel. 2.ª série. 2, p. 503-550.
- SILVA, A. C. F.; LOPES, A. B.; TUNA, M. (1982) – O forno cerâmico Romano de Louredo (Santa Marta de Penaguião). *Portugália*. Porto. Nova série. 2/3.
- SILVA, A. C. F. da S.; LOPES, A. B.; LOBATO, M. J. (1984) – O Forno Cerâmico Romano de Canelas (Vila Nova de Gaia). *Gaia*. Vila Nova de Gaia. 2.
- VIEGAS, C. (2003) – *A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém – Cerâmica, economia e comércio*. Lisboa: DGPC. (Trabalhos de Arqueologia; 26).
- VIEGAS, C. (2009) – *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- TREMOLEDA I TRILLA, J. (2000) – *Industria y artesanado cerámico de época romana en el nordeste de Cataluña: época augustea y altoimperial*. Oxford: Archaeopress. (BAR International Series; 835).

Banqueting for eternity – two reliefs of the Lisbon National Museum of Archaeology

Banquetes para a eternidade – dois relevos do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa

MARIA DO SAMEIRO BARROSO*

ABSTRACT

This article presents a funerary banquet, housed at the Lisbon National Museum of Archaeology. It belongs to the so called *Bildungsmahl*, learned banquets carved in funerary reliefs, portraying philosophers. It is an unpublished marble relief sculpture of unknown provenance (Inv. Nr. 2006.428.1.). This relief was compared with Greek and Byzantine *Totenmahl* reliefs (funerary banquets), and appears to be a banquet from the Classical Greek period. Funerary reliefs from the late Roman period portray philosophers accompanied by the Muses as symbols of inspiration, harmony and connection with the divine. The «Sarcophagus of the philosophers and Muses», carved on a Roman sarcophagus lid, found in Chelas (Lisbon), dating from the third/fourth century AD, also housed in the Lisbon National Museum of Archaeology, completes this survey.

Keywords: Funerary banquet – *Bildungsmahl* – Roman funerary banquet – Muses – Roman archaeology

RESUMO

Este artigo apresenta um banquete funerário do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa, que pertence ao chamado *Bildungsmahl*, conceito que engloba banquetes esculpidos em relevos funerários, retratando filósofos. É uma escultura em relevo de mármore inédita de proveniência desconhecida (Inv. Nr. 2006.428.1.). Este relevo foi comparado com os banquetes gregos e bizantinos, designados como *Totenmahl*, e parecendo tratar-se de um banquete do período

* Medical Doctor, researcher of History of Medicine, Director of the Department of History of Medicine of the Portuguese Medical Association, researcher of the Research Centre for Anthropology and Health (CIAS), Faculty of Science, University of Coimbra and Centre for History, Faculty of Letters, University of Lisbon. Personal email: msameirobarroso@gmail.com

clássico grego, retratando um filósofo. Os relevos funerários do final do período romano representam os filósofos acompanhados pelas Musas como símbolos de inspiração, harmonia e conexão com o divino. O «Sarcófago dos filósofos e musas», esculpido numa tampa de sarcófago romano, encontrado em Chelas (Lisboa), datado do século III/IV d. C., também do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa, completa este estudo.

Palavras-chave: Banquete funerário – *Bildungsmahl* – Banquete funerário romano – Musas – Arqueologia romana

1. INTRODUCTION

Ancient *Totenmahl* reliefs or funerary banquets attracted the attention of archaeologists and classicists from the beginning of the nineteenth century onwards. Special deceased, such as kings, in the Middle East, and war heroes during the archaic and classical periods in Greece, deserved beautiful monuments with blissful banqueting carvings. Poets, philosophers and healing heroes also deserved those blessings. In the Hellenistic period, books and writing material often replaced food and drinking in cultural banquets. In Roman times, ordinary citizens also made tombstones, portraying themselves in banquets for eternity. Funerary banquets first appeared in ancient Orient.

2. THE FUNERARY BANQUET IN ANCIENT ORIENT

It is usually accepted that the earliest known appearance of the scene of the reclining banquet in art is the Assyrian relief from Nineveh depicting the Garden Feast of Assurbanipal. The king, lying on a couch under an arbour, is drinking from a bowl. The queen, sitting on a throne at the foot of the couch, also holds a drinking bowl. A table before the couch holds several objects, while attendants bring offerings, fan the royal couple, and play musical instruments. A visible expression of opulence and power emanates from the king and queen (Dunbabin, 2003, p. 14-15) (fig. 1).

The French Classicist and Orientalist Jean-Marie Dentzer carried out an extensive research on funerary banquets on different kinds of monuments, such as vases, figurines, votive reliefs, funerary stelai, or depicted on buildings and sarcophagus, in the Middle East, from the third millennium onwards, and in the Greek world, from the seventh until the fourth century BC. The patterns of the



Fig. 1 – Garden Feast of Assurbanipal. Nineveh relief, c. 646-636 BC. WA 124920 Courtesy of the British Museum, London.

sitting banquet include a main male sitting figure, leaning on a *kliné*, a woman sitting in front of him, a cupbearer and a table with food. The central pattern of the banquet seems to have been carried into the Greek and Etruscan funerary arts. The banquet expresses royal power, being equivalent to hunting or war scenes (Denzler, 1982, p. 152-153).

3. THE *TOTENMAHL* (FUNERARY BANQUET) IN GREECE

Much has been written on this subject. Reviewing this topic, the American classicist, Jennifer Larson, pointed out examples of a distinct group of reliefs, known from the eighteenth century, called *Totenmahl* or hero-feast reliefs, dating from the sixth century until the Hellenistic period (Larson, 1995, p. 43-45).

In the beginning of the eighteenth century, the German Classical archaeologist Friedrich Wilhelm Eduard Gerhard (1795-1867) recorded unknown Greek images of men, heroes and gods. Among them, a scene figures as a *Totenmahl*. It depicts a bearded half-nude man reclined on a *kliné*, his right hand raising a *rhyton*, and a three legged table with lion's paw legs and some food on it before him. A woman is sitting on a bench on the left side, in front of him. She is wearing a long undergarment and a cloak covering her head. On his left side, near the man's elbow, a tree is depicted. A snake coiled in a branch, moves forward, trying to drink from a plate. A small figure of a servant or cupbearer stands at his service (Gerhard, 1830, B. 1- 4, Plate LXXVI) (fig. 2).

The main traits of the Greek *Totenmahl* motive are visible in this drawing: the half-nude man reclined in a banquet, a woman sitting beside him, a snake coiling from a tree, and a table with victuals. The tree may be absent. Just a snake and



Fig. 2 – *Totenmahl* relief from Greece in Gerhard, 1830, Plate LXXVI, 2 (Public domain).

a cupbearer are also frequently depicted in Greek funerary banquets. According to the German-Greek art historian, Rhea Thönges-Stringaris, this scene was called *Totenmahl* (death-feast) for the first time. The Greek *Totenmahl* reliefs, carved on funerary or votive reliefs, appeared from the sixth century BC onwards. Funerary reliefs display quotidian scenes; votive reliefs are dedicated to a god or chthonic hero (Thönges-Stringaris, 1965, p. 1-2).

3.1. Greek stelai and funerary banquets

Funerary banquets are part of the Greek stelai. In the sixth century BC, grave stelai, particularly in Attica, developed into veritable monuments standing above

graves. From the middle of the sixth century onwards, one side of the picture bears a depiction of the deceased, usually in the form of a hoplite, holding a staff or spear, or an athlete holding an *aryballos*, a javelin or a discus, or an old man leaning on his staff, accompanied by his dog. Towards the end of the archaic period, a law passed by Cleisthenes (570-507 BC) banned the construction of the grave stelai in an attempt to restrict the construction of luxurious tombstones for economic and political reasons (Kaltsas, 2002, p. 18). Stelai continued to be produced in other areas, particularly in the Aegean islands. Grave stelai appeared again in Attica in the decade 430-420 BC, taking the shape of a small temple (*naiskos*) where the deceased occupied a prominent place (Kaltsas, 2002, p. 23).

The reliefs were not found in necropolis and were not related to tombs. In many cases, they may have come from known sanctuaries (Larson, 1995, p. 44). In the first Attic funerary banquets, worshippers began to appear as small figures, wrapped in *himations*, in devotional gestures. The number varies from one to couple, a group or a whole family. Sometimes they carry sacrificial animals and other offerings. Servants may attend them. A horsehead is typically carved, usually on the upper right corner of the relief. The complete horse may be represented. A snake is typically represented either under the table, trying to reach the food, or drinking from the hero's plate. It can also appear on the background. A dog comes up in some funerary banquets. Armours may be part of the background. The table may be rectangular or round, with three legs, and victuals on it, usually pyramidal cakes, small round fruits, pomegranates and eggs. An incense burner or a big

candle, handled by the woman, was added in the middle of the fourth century BC (Thönges-Stringaris, 1965, p. 18-20).

Greek funerary banquets are related to Greek heroization motifs. *Chrêstos* (excellent) is an epithet frequently applied to dead in Attic grave-reliefs, presumably in recognition of the virtues of the deceased when alive, figures in inscriptions from the fifth century BC onwards. In Thessalian and Boeotian funerary inscriptions, the dead are commonly accorded the title *hêrôs* (hero), even in the case of persons of no consequence (Garland, 1895, p. 10). Among the specially commemorated were war heroes. A particular cult glorified those who fell at Marathon under the polemarch. Usually the Athenian war dead were given a state-burial (Garland, 1985, p. 89).

The origin for the worship of heroes is not known. As it has been emphasized, the conception of a transfigured soul endowed with prevision and the power to dispense or withhold blessings had no place in the Homeric poems. *Hêrôa*, shrines erected for the worship of heroes, sometimes containing votive material, date from the Geometric period onwards (Garland, 1985, p. 88). Pleasures waiting the dead in Hades are suggested by the series of *Totenmahl* reliefs which would have us believe that life below was a great drinking party. The inspiration for the motif seems to derive from votive reliefs with representations of deities and heroes like Pluto and Persephone, which make their first appearance in Greece towards the end of the sixth century BC (Garland, 1985, p. 70).

As for heroes, in Greek mythology, any object struck by lightning was treated with reverence. Those who had been struck by lightning were known as *dioblêtoi*, «those smitten by Zeus». They were believed to have been deliberately marked apart by the god. Such were Herakles, Kapaneos and Semele (Garland, 1985, p. 99). Lightning also struck Asclepius before ascending to the Olympus in Pindar's third Pythian Ode (Pindar, 3th Pythian Ode, v. 59 in Race, 1997, p. 250-251). The German archaeologist, Ferdinand Kutsch (1889-1972) referring to Asclepius as the main Attic healing god, gave notice of several reliefs and funerary banquets depicting the hero-god with her daughters Hygea, Panacea, and other members of the healing family, identified in inscriptions in Attica and Piraeus (Kutsch, 1913, p. 127-135). Some funerary banquets were found in Asclepieia, but it is not clear whether they were dedicated to Asclepius (Thönges-Stringaris, 1965, p. 53).

3.2. Funerary banquets from the Classical period

The earliest *Totenmahl* relief from the Classical period appears in to be a *stele* found in Peiraios dated c. 400 BC. The series comes to an end c. 300-280 BC. Examples are found in Attica and all over the Greek world, including Sparta, Argos, Corinth, Boeotia, Aetolia, Poteidaia, Melos, Delos, Thasos, Samos, and in

Asia Minor and Italy. Inscriptions figure in many of them. The stelai could be erected to members of both sexes, as inscriptions state. Compositional features include the head of a horse in a square box in the top left corner of the relief and the dead man's armour suspended in the background as hanging from a wall. A snake appears either coiled under the table, raising its head towards the food or entwined around a tree. Sometimes a wine-pourer attends (Garland, 1985, p. 70).

As for the presence of snakes and horses, it seems to be related to previous shamanic practices in which these animals point the way to the Otherworld (Müller-Ebeling and Rättsch, 2011, p. 82).

It is unclear whether the figures were as enjoying the pleasures of the after-life in earthly existence or whether they are frozen in life, caught at a particular moment as they wished to be remembered by their friends (Garland, 1985, p. 70-71). The names and status of the deceased are sometimes carved in the inscriptions, as ΗΡΩΣ, heroized dead. In Attic, at least the fourth century BC, the deceased could be heroized, but the word hero does not appear, just his name. By the third century, the *Totenmahl* motif complete with snake and horse was used for gravestones (Larson, 1995, p. 44).

In Attic, the heroized deceased could be a powerful sublime being which could harm or benefit, a hero who was revered and feared. Those who had died shortly after burial were frequently heroized in the Hellenistic period. The heroization did not mean a superhuman elevation but a human appreciation. Heroes are mythified deceased (Thönges-Stringaris, 1965, p. 50 and note 7, and 54). They may wear a *polos* (a round cap), but the *polos* did not mean that they were gods. The snake incorporated the chthonic hero's attributes. Drinking from its plate, coiling to the food, it was a dominant trait that bound the honoured man with the underworld (Thönges-Stringaris, 1965, p. 54).

The hero mostly represented in the *Totenmahl*, in the classical period, might be an eponymous hero, a fore-father, a healing hero, ΙΑΤΡΟΣ. Many stelai had no inscriptions (Thönges-Stringaris, 1965, p. 51). Kutsch surveyed of the cults of the healing heroes: Asclepios, Amphiaraus, Amtynos, Dexion and others. Asclepios's serpent would have remained as a memory of his character as a hero (Kutsch, 1913, p. 32). In the Classical period, especially in the fourth century BC, votive and funerary reliefs were built at the same time, bringing together heroes and gods (Thönges-Stringaris, 1965, p. 62).

The sitting woman has been associated with deities. According to Jennifer Larson, heroic cult, in addition to its chthonic character, was often associated with ancestors and prosperity of the land. Many cults involved the worship of a heroic pair. In myth there is also a strong tendency to pair heroes with consorts after death. Herakles was paired with Hebe on Olympus, most pairings being made in Elysion or some other «neverland» on the edge of the world. Alkmene was said to be

the wife of Rhadamantos in Elysion. Anonymous manifestations of the same phenomenon appear on reliefs and in epigraphy (Larson, 1995, p. 78-79). In short, we can say that husband and wife association is the most frequent in the heroic reliefs.

4. THE *TOTENMAHL* RELIEF FROM THE LISBON NATIONAL MUSEUM OF ARCHAEOLOGY

The piece is a well preserved rectangular white marble relief. The dimensions are: 20 cm large, 17 cm height and 4,5 cm thick. The provenance is unknown as well as the date of entrance in the Museum. It was inventoried in 2006. It may one day come to know. It possibly was brought to the Museum after José Leite de Vasconcelos (1858-1941), the founder of the National Museum of Archaeology because he recorded everything. It is worked only on the front, certainly to be embedded in a wall, surrounded by a frame. Within the frame a low relief scene is carved, depicting a bearded half-naked man, reclined on a *kliné*, raising his right hand, holding a *rhyton*. His left arm hides behind two rectangular objects (books, closed *diptyches* or wax tablets). Sitting in front of him, a woman holds a similar object. A rectangular table with straight legs in front of the *kliné* displays no objects on it. A coiling snake appears under it. The woman is wearing an undergarment, probably a *chiton*, and a cloak (*himation*).

She wears a band encircling her head; her hair is picked up, possibly wrapped in a net. Two smaller figures behind her, a man and a woman worshippers stand with hands folded in prayer. The woman wears a *himation* covering her head (fig. 3) The relief sculpture fits within the funerary banquets which appear in the Classic period in the context of funerary monuments, exalting the deceased in scenes related to warrior's heroization (Archive files of the National Museum of Archaeology).



Fig. 3 – *Totenmahl* relief, Lisbon National Museum of Archaeology, Inv. Nr. 2006.428.1. Courtesy of the Lisbon National Museum of Archaeology.

4.1. The *Totenmahl* relief from the National Archaeological Museum Athens (Inv. Nr. 3873)

Jennifer Larson points the funerary banquet from the National Archaeological Museum Athens, Inv. Nr. 3873, as the typical fourth century BC funerary relief (Larson, 1995, p. 44). It is a pentelic marble votive relief, found in Vyronos Street, Makriyanni, Athens, in 1940. Size: Height: 0.335 m, with: 0.375 m. Nikolas Kaltsas, Director of the Athens National Archaeological Museum, described the relief:

The slab has the form of a naiskos with pilasters, an epistyle and a cornice with antefixes. The relief belongs to the «funeral banquet» type. At the right, the god or hero is half-reclining on a couch, wearing a polos on his head. He holds a rhython in his right hand and a bowl in his left. A woman holding a pyxis sits on the end of the couch. In front of them is a table spread with food, and a snake rearing its head. At the right edge, a nude servant with his back turned to the spectator holds a bowl. At the left is a family of worshippers (man, wife and two children), with a slave in front of them leading a sacrificial pig. Further back in the procession is another slave with a goose, and at the back, a maidservant with a hamper on her head. In the background at the top left corner, the protome of a horse is executed in very low relief in a border. Last quarter of the fourth century BC (Kaltsas, 2002, p. 231) (fig. 4).



Fig. 4 – *Totenmahl* relief, National Archaeological Museum Athens, Inv. Nr. 3873. Courtesy of the National Archaeological Museum Athens.

4.2. Similarities and differences between these two reliefs

Both reliefs share similarities of Classical funerary banquets. In both, the central figure is a half nude bearded man, reclined on a *kliné*. Both hold a *rhyton* in the right hand, and a serpent rearing its head. In front of them, there is a table. A woman dressed similarly sits in front of the men. Worshipers figure on both reliefs. In both reliefs, the reclining banqueter holds a *rhyton*. *Rhyton* cups were vessels for storing and drinking wine. The word comes from the Greek *rhyta*,



Fig. 5 – Terracotta *Rhyton* in the shape of a dog's head, c. 350-300 BC, provenance: Apulia, South Italy, Inv. Nr. 06.1021.250. Courtesy of the Metropolitan Art Museum New York.

meaning «to go through». They were provided with a hole at the top and at the bottom so that wine could flow. They were used in ancient Orient. Persian *rhyton* cups were made of gold or silver and had the form of animal heads. In Minoan Crete, they were used as libation vessels. *Rhyton* cups were highly praised by horse mounted warriors from the Central Asian Steppes (Soper, 2004).

Greek *rhyton* cups were also found in other funerary contexts. A funerary terracotta *rhyton* cup from Apulia, South Italy, dating from 350-330 BC, housed at the Metropolitan Art Museum New York, depicts kneeling Eros with fan and mirror and a Maltese dog (fig. 5). Dogs sometimes rest beneath the table instead of a snake in Greek a *Totenmahl* relief found in the *Asclepieion* in Piraeus (c. 400 BC), housed at the Athens National Museum (Inv. Nr. 1501) (Kaltsas, 2002, p. 136, Figure 262). Dogs are also frequently depicted in funerary stelai from Byzantium (Robert; Firatli, 1964, p. 38).

Some differences between both reliefs are striking. In the Athens relief, the man wears a *polos* on his head, he holds a bowl in his left hand, the table has victuals on it, the woman holds a *pyxis*, and a protome of a horse is executed in very low relief. A servant, a family of worshipers, and a slave leading a sacrificial pig complete the scene.

In the Lisbon relief, the man wears no *polos* and leans his left arm on closed diptyches. The woman offers him two closed diptyches. Worshippers are also present. No horse protome is depicted. The table has nothing on it.

4.3. Dating

The Athens relief belongs to the Classic period. The Lisbon relief also seems to belong to the Classical period. The women's hairstyle, similar in both reliefs, is typical of the Classical period. According to the historian Victoria Sherrow: *After the fifth century BC, women usually bound up their hair, often parting it in the center and pulling it back into a chignon or toupee. The ponytails may have originated in Greece.* In that period, Greek women also used ribbons, metal hoops and cloth bandeaus on their hair (Sherrow, p. 141).

The Lisbon relief keeps characteristics of Classic Attic funerary banquets which were widespread through the Greek world and that almost disappeared in the Hellenistic period. The theatrical posture of the banqueter wearing a *polos* and raising a *rhyton*, is very unusual from the Hellenistic period onwards. Worshippers, servants and sacrificial animals are also usually absent (Thönges-Stringaris, 1965, p. 44-46). The presence of the *rhyton* cup also places the Lisbon relief in the Classical period. However, the presence of writing material in the Lisbon relief, identifying the deceased as a philosopher, is not usually found in this period.

The Lisbon relief seems to mark a transition between the Classical period and the Hellenistic period, since the theatrical posture, raising a *rhyton*, the presence of worshippers, and the woman's hairstyle are characteristic of the Classical period. The presence of writing material is characteristic of the Hellenistic period. Nevertheless, in the Lisbon relief a drinking vessel and books appear in the same relief.

4.4. Funerary banquets from the Hellenistic period

By the time of Ptolemy Soter I (367-283 BC), reading books was the sign of the development of a broad ad cultural phenomenon (Zanker, 1995, p. 194). Philosophers figure as heroes in a small group of byzantine stelai, having the funerary banquet as a background. Instead of a drinking cup, in this group of stelai, the man holds scrolls. A servant may also offer him a scroll. Writing materials: feathers, diptyches and scrolls witness the laborious work of the deceased. Sometimes, instead of the table a big coffer is displayed. In the beginning of the

Hellenistic period, the man is represented with a hand on his chin or temples (Fabricius, 1999, p. 248-249).

4.5. Funerary banquets from Byzantium

The law against luxury by Demetrius of Phaleron in 317 BC marks the end of the production of big luxurious stelai in Attica. After this date stelai are quite sober and carry just an inscription. However, they are adorned with a pediment with some remains of painting. In some sarcophagus, coins point out to the dating. The furniture depicted in the stelai also helps to determine the dating. Canopy *kliné* always belong to the imperial period. Most stelai from Byzantium belong to the second century BC until the first century AD. Besides these there are few stelai from the Roman period. In the third century AD, after the flourishing reign of Septimius Severus (193-211 AD), the number of stelai increases. Most stelai from Byzantium date from the Hellenistic period. The complete set of stelai dates from the fourth century BC to the fourth century AD (Firatli; Robert, 1964, p. 44).

Among these stelai, funerary banquets were the most relevant typology found, counting almost one hundred, approximately half the stelai, mostly composed by a man reclining on a *kliné*, on the right, and a sitting woman on the left, with a table beside. Other secondary details come into sight, another figure or a child, standing or sitting on the *kliné* (Firatli; Robert, 1964, p. 18). Funerary banquets frequently appear in Cyzicus and Daskyleion (Firatli; Robert, 1964, p. 22). Philosophers and poets figure in funerary banquets from the Hellenistic period in Byzantium. The funerary monuments of poets are often identified by a lyre. The philosophers are usually depicted with scrolls, diptychs, pens and writing material.

4.6. Furniture and other objects depicted in the stelai

The table is a main element in the funerary banquets of Byzantium, all being round. No rectangular are found. Sometimes for reasons of space tables are placed by one side, just a part of it is visible. The feet of the table may have in the shape of lion's paw, horse hoof or bifid deer or goat hooves. On one stele, appeared the shape of a swan head. Later, in the Roman period, tables are represented with no ornament. Dishes are disposed on the tables. Volumes and writing material lay on them sometimes. *Kliné* are usually simple styled. A high canopy usually comes out in Roman stelai. The deceased usually reclines on a mattress and supports his left arm on a cushion. Seats may also show up (Firatli; Robert, 1964, p. 40-41). Swords, belts, horseheads, harnesses are usual depicted warrior accessories. Mirrors, combs, baskets of wool, jewel cases are characteristic of women's stelai (Firatli; Robert, 1974, p. 31-35). Scrolls, cases to keep writing material (stiletos, writing feathers), and rectangular objects that may be books, wax tablets or

closed diptyches, are characteristic of intellectuals, especially philosophers (Robert; Firatli, 1964, p. 33-34).

5. THE *BILDUNGSM AHL*

In the course of the later second and first century BC, the venerable image of the *Totenmahl* relief was transformed into what might be called a *Bildungsmahl* (learned banquet). Table and shelves were not filled with food, but with book rolls and writing implements, as food for thought. Cultivated gentlemen held open book rolls instead of drinking vessels (Zanker, 1998, p. 193).

A naiskos from Byzantium depicting a half-nude reclined man, reclining on a *kliné*, holding a scroll in his left hand, is a typical example of a reclining philosopher at a *Bildungsmahl*. The man has no beard, which makes him look young. A horsehead comes out on the upper right corner of the relief. A woman, wearing a *himation* that covers her head, sits beside him. Dyptiches are piled on a round three legged table. Food and drink are absent. On the left, a servant holds what seems to be a scroll. Another servant, on the right of the table hands an open diptych to the woman. Another servant stands behind the woman, holding a torch. The naiskos is housed in Archaeological Museum of Istambul, Inv. Nr. 16 (Fabricius, 1999, Tafel 32).

The diptyches displayed in these funerary banquets are similar to the depicted in the Lisbon plate. The square table is usually depicted in Greek funerary banquets, not in Byzantium funerary banquets. This feature points out the Lisbon relief as Greek and not from Byzantium.

5.1. Later funerary banquets

Despite the decrease in the production of stelai during the Hellenistic period, the image of the reclining banqueter was of incredible and enduring potency. It remained among the most characteristic of Graeco-Roman art from the seventh century BC until the fifth century AD (Dunbabin, 2003, p. 6). In a wide variety of contexts, Roman funerary banquets survived as wall paintings, in tombs, on mosaic pavements and in funerary sculpture, carved in relief on the fronts and lids of sarcophagi or smaller monuments such as urns, alters or on stelae to be erected on the grave (Dunbabin, 2003, p. 6). They were not erected just for heroes, but also for Roman citizens who conveyed their messages for the living.

5.2. Roman funerary banquets

The funerary relief of C. Rubrius Urbanus (fig. 6) enlightens the message of the deceased. It is a drawing from the collection of Cassiano dal Pozzo. It is housed in the British Museum (Franks 364), dating from the first or second

century AD. In the upper part is carved with a figured scene, the lower with a long inscription. As the inscription states, the monument was ordered by the deceased for himself, his wife, Antonia Domestica, and Cn. Domitius Urbicus Rubricanus, his son, and for his freedmen, freedwoman and their descendents. This inscription did not belong to a hero, but to a Roman citizen, conveying his feelings. It highlights the meaning of the monument. The Latin text figures in the *CIL* 06, 25531:

Qui dum vita data (e)st semper vivebat avarus heredi parcens invidus ipse sibi / hic accumbentem sculpi genialiter arte se iussit docta post sua fata manu / ut saltem recubans in morte quiescere posset securaque iacens ille quiete frui / filius a dextra residet qui castra secutus occidit ante patris funera maesta sui / sed quid defunctis prodest genialis imago hoc potius ritu vivere debuerant / C(aius) Rubrius Urbanus sibi et Antoniae / Domesticae coniugi suae et Cn(aeo) Domitio / Urbico Rubriano filio suo et libertis / libertabusque posteri(s)que eorum et M(arco) / Antonio Daphno fecit.

It was translated into English by Katherine Dunbabin:

*While life was granted him, he always lived sparingly
saving for his heir, mean too with himself.
Here he bade himself be artfully sculptured by skilful hand,
merrily reclining after his own demise,
so that at least he might rest recumbent in death,
and enjoy assured repose there lying.
His son sits on his right, who followed soldiering
and died before the sad funeral of his own father.
Yet what good does a merry image do the dead?
This is the way they ought to have lived.
(Dunbabin, 2003, p. 1)*

C. Rubrius Urbanus is dressed (not half-nude), being a Roman citizen, not a hero or god. He faces the observer, reclined on a couch. His son, a soldier who died before him, is sitting on his right side. His head is missing. Rubricus holds a jar. A three legged table with drinking cups lies before him. The table legs are decorated by monkeys. The ambience is of pleasure and luxury. However, Rubrius explains that his life was not so comfortable, prosperous or happy, but he wanted to have a place where *he might rest recumbent in death*. He wanted to leave a merry image of himself, although it has no great significance for the dead. In his funerary inscription, Rubricus conveys a direct testimony, clearly explaining the mean-



Fig. 6 – Roman Funerary of C. Rubrius Urbanus. Drawing. Courtesy of the British Museum, London.

ing of the funerary banquet for a Roman citizen.

5.3. The sarcophagus of the Muses and philosophers

The Muses (Μοῦσαι) daughters of Zeus and Mnemosyne, goddess of memory, were divine singers, rejoicing the gods with their melodies. They presided over thought in all its forms, eloquence, persuasion, wisdom, history, mathematics, astronomy. In Classical times, they were listed as follows: Calliope (the Muse of Epic poetry), Clio, (the Muse of History), Erato (the Muse of Lyric Poetry), Euterpe (the Muse of Music), Polimnis, Melpomene (the Muse of Tragedy), Polyhymnia

(the Muse of eloquence and and Sacred Poetry), Terpsicore (the Muse of Dance), Thalia (the Muse of Comedy) and Urania (the Muse of Astromy) (Grimal, 1992, p. 319-320). Their gifts were incorruptible, golden, ageless, eternal, as the lyric poet Sappho, born around 630 BC, on the Greek island of Lesbos, conveyed in a poem:

*Gold is the son of Zeus,
Immortal, bright;
Nor moth nor worm may eat it,
Nor rust tarnish.*

*So are the Muse's gifts
The offspring fair,
That merit from high heaven
Youth eternal.*
(O'Hara, 1910, p. 40)

In Roman times, philosophers were portrayed with Muses. They were part of heroization through culture (Ewald, 1999, p. 24). A fragment of a sarcophagus from the Tonley collection of the British Museum, dated from the second century AD, presents a reading figure, seated and dressed in Greek citizen attire, together

with Thalia, the Muse of Comedy. She stands in front of him, holding her mask. The man seems to recite verses. The deceased seems to be celebrating the exceptional quality of his literary learning (Zanker, 1995, p. 268-269) (fig. 7).

Muses played a dominant role in art, in late antiquity. They were the source of all poetry, a link to the divine. From them flowed all the inspiration. Husband and wife were often represented on their sarcophagus as the Poet and his Muse, also as a metaphor for conjugal harmony (Zanker, 1995, p. 327-328). They evoke an ancient literary *topos* of Sappho regarded as the tenth Muse by Plato. This *topos* also figures in sepulchral inscriptions from the imperial time (Ewald, 1999, p. 36).

The motif of the gathering of the Muses was popular in later centuries (Zanker, 1995, p. 270). A «Sarcophagus of the Muses», from Valado, Alfeizerão (Portuguese territory), dating from the third/fourth century AD, portrays a philosopher surrounded by the seven Muses. It was found in Valado dos Frades, Alfeizerão, in 1780. It is possible paleo-Christian. In the nineteenth century, it was housed in the Monastery of Alcobaça. Now it is housed at the Museum of the Association of Portuguese Archaeologists (Gonçalves, 2012/2013).

Philosophers are depicted accompanied by Muses on a lid of a marble Lusitanian-Roman sarcophagus discovered near Lisbon (Beato), dated from the third/fourth century AD, Inv. Nr. 994.21.1. Two relieves were carved on it. Each relief displays two philosophers sitting on benches. The bench of the philosopher on the right side of the right relief has the shape of a small *kliné*. The philosophers recline half nude, holding scrolls. They are young bearded men, resembling the heroes depicted in the Greek funerary banquets.

Four Muses stand, talking to the philosophers. They wear Greek garments. Thalia, Muse of Comedy and Melpomene, Muse of the Tragedy, are talking to the philosopher sitting at the left relief. Their instruments identify them. Polymnia, Muse of the music and Calliope, Muse of the history, are depicted on the right relief. They are identified by their instruments. Polymnia holds a lyre and a plectrum. Calliope holds a scroll. A column stands behind her. Theatre curtains, hanging from each corner are depicted. Two theatre masks frame the sculptural



Fig. 7 – Man reading with Muse. Fragment of a sarcophagus from Asia Minor c. 200 AD, courtesy of the British Museum, London.



Fig. 8 – Sarcophagus of the Philosophers and the Muses, Inv. Nr. 994.21.1. Courtesy of the Lisbon National Museum of Archaeology. DGPC/ADF, José Pessoa.

composition. An extended theatre curtain appears at the centre. The philosopher sitting at the left side of the right relief is bald. This feature has been seen as similarity with the Greek philosopher, Socrates (died in 399 BC). The provenance of the sarcophagus is possibly an italic workshop, or even Rome or its outskirts (Matos, 2002, p. 314-315, Figure 5) (fig. 8) The philosophers are presented for eternity, standing for their literary knowledge, wisdom, and for praising art and aesthetic elevation. The relief figures in Ewald's Catalog of Roman Sarcophagus portraying philosophers and Muses (Ewald, 1999, Tafel 100).

Two other reliefs, presenting funerary banquets are housed in the Lisbon National Museum of Archaeology.

A fragmentary sarcophagi frieze from the Roman archaeological site of Troia, fourth century AD, also housed in the National Museum of Archaeology, Inv. Nr. 994.10.1, depicts three scenes, a night hunting scene, an ox cart, driven by a coachman and a banqueting scene. Three men with a festive look hold drinking cups. The man on the right holds a *rython*. Some bread, a wine container and a boarhead comes out. The men sitting at the centre is bearded. No books or Muses appeared. The frieze has been regarded as symbolizing human's path and the triumph of good over evil, depicted in the hunting of wild animals. The cart stands as a symbol of the transmigration of the soul into eternity (Matos, 2002, p. 313-314, fig. 8).

A mithraic relief from the third century AD, also from Troia, stands amongst the most outstanding testimony for the cult of the ancient Persian god Mithra in the Iberian Peninsula. It depicts a funerary banquet related to this cult. The frieze is kept in a private collection. A mould is housed in the National Museum of Archaeology (Ribeiro, 2002, p. 479-40, Figure 155).

6. CONCLUSION

The Greek *Totenmahl* relief is a frequent and intriguing representation of gods and heroes in the Greek world until the Hellenistic period, and provides relevant issues for the comprehension of the iconography of other heroes, such as philosophers and poets.

In Roman times, it may depict just ordinary citizens who even explain why they wanted to be remembered, also banqueting in everlasting bliss for eternity.

The unpublished marble relief from the Lisbon Museum of Archaeology matches the features of funerary banquets of the Greek Classic period. The portrayed hero matches the features of a philosopher, as those seen in *Totenmahl* reliefs from the Hellenistic period. The relief seems to mark a transition from *Totenmahl* reliefs of the Classical period into the *Bildungsmahl*, learned banquet, representing a philosopher or a deceased who wished to portray himself for eternity, appreciating philosophy and literature.

The «Sarcophage of the Muses», dated from the third/fourth century AD, depicts philosophical readings. Funerary banquets and relieves portraying philosophical readings are charged with positive and pleasant feelings about death that lived up to the late Roman period, adding the motif of the Muses, as an inspiring touch for a blissful death.

ACKNOWLEDGEMENTS

I would like to thank to Dr Álvaro Figueiredo who first draw my attention to this marble relief, Dr António Carvalho, Director of the Lisbon National Museum of Archaeology, and Luísa Guerreiro from the Museum inventory department for their kind support to my research, and I would like to thank Professor José d'Encarnação for the kind reading of the manuscript in what concerned the identification of the unpublished relief and to the anonymous referees for their insightful comments and suggestions.

REFERENCES

- DENZER, J.-M. (1982) – *Le motif du banquet couché dans le proche-orient et le monde grec du VIIe au IVe siècle avant J.-C.* Paris: Université Panthéon-Sorbonne.
- DUNBABIN, K. M. D. (2003) – *The Roman Banquet. Images of Conviviality*, Cambridge: Cambridge University Press.
- EWALD, B. C. (1999) – *Der Philosoph als Leitbild. Ikonographische Untersuchung an Römischen Sarkophagreliefs*, Mainz: Von Zabern.
- FABRICIUS, J. (1999) – *Die hellenistischen Totenmahlreliefs, Grabrepräsentation und Wertvorstellungen in ostgriechischen Städten*. München: Verlag Dr. Friedrich Pfeil.
- FIRATLI, N.; ROBERT, L. (1964) – *Les Stèles Funéraires de Byzance Gréco-Romaine. Avec l'édition et l'index commenté des épitaphes*. Paris: A. Maisonneuve. (Bibliothèque Archeologique et Historique de l'Institut Français d'Archéologie d'Istanbul; XV).
- GARLAND, R. (1985) – *The Greek Way of Death*. New York: Cornell University Press, Ithaca.
- GERHARD, E. (1827-1844) – *Antike Bildwerk zum ersten male bekannt. Drei Lieferungen*. Stuttgart und Tübingen, II Bande.

- GONÇALVES, L. J. (2012/2013) – *Análise de um artefacto arqueológico. Sarcófago das Musas*. Arqueologia e Património. Serena Mancini n.º 5823. Faculdade de Belas-Artes de Lisboa, Ciências da Arte e do Património.
- GRIMAL, P. (1992) – *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa: Difel.
- KALTSAS, N. (2002) – *Sculpture in the National Museum, Athens*. Hardy, D. (transl.). Athens: Kapon Editions.
- KUTSCH, F. (1913) – *Attische Heilgötter und Heilheroen*. Gießen: Verlag von Alfred Töpelmann.
- LARSON, J. (1995) – *Greek Heroine Cults*. Madison, Wisconsin; London: The University of Wisconsin Press.
- MATOS, J. L. (2002) – *Sarcófagos romanos da Lusitânia Ocidental*. In RIBEIRO, J. C., ed. lit. – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 311-315.
- MÜLLER-EBELING, C. and RÄTSCH, C. (2011) – *Tiere der Schamanen: Krafttier, Totem und Tierverschlingende*. Aarau; München: AT Verlag.
- O'HARA, J. M. (1910) – *The poems of Sappho; an interpretative rendition into English*. Portland: Smith & Sale.
- PINDAR (1997) – *Olympian Odes Penthemimerata*. Ed., Translation by William H. Race. London: Harvard University Press.
- RIBEIRO, J. C. (2002) – *Relevo mitraico*. In RIBEIRO, J. C., ed. lit. – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 479-480.
- SHERROW, V. (2006) – *Encyclopedia of Hair. A Cultural History*. London: Greenwood Press.
- SOPER, B. M. (2004) – *Ancient Rhytons*. In *The Old World Archaeologist. Journal of the Old World Archaeological Study Unit*. 24: 3.
- THÖNGES-STRINGARIS, R. (1965) – *Das Griechische Totenmahl*. In *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts Athenische Abteilung*. Band 80. Berlin: Verlag Gebr. Mann. Sonderdruck.
- ZANKER, P. (1995) – *The Mask of Socrates: The Image of the Intellectual in Antiquity*. A. Shapiro, transl. Oxford: University of California Press.

Monedas y propietarios. La *villa* romana de Quinta das Longas (Elvas, Portugal)

Coins and owners. The roman villa of Quinta das Longas (Elvas, Portugal)

NOÉ CONEJO DELGADO*; ANTÓNIO CARVALHO**

RESUMEN

A través del registro monetario documentado en las diferentes intervenciones arqueológicas efectuadas en la *villa* romana de Quinta das Longas (Elvas, Portugal), se pretende realizar una reconstrucción económica y social de este yacimiento arqueológico. Por otra parte, el análisis de la moneda perdida y utilizada junto al aparato decorativo, nos permite reflexionar sobre el concepto de propiedad y de los propietarios rurales de la antigua provincia romana de la Lusitania.

Palabras clave: *Villa* – Moneda – Economía Romana – Mundo Rural – Propiedad

ABSTRACT

Through the monetary register documented on the different archaeological excavations made on the Roman villa of Quinta das Longas (Elvas, Portugal), we pretend to make economic and social reconstruction of this archaeological site. On the other hand, the analysis of the lost and used currency and the decorative device, allows us to establish lines about the concept of ownership and landowners of the ancient Roman province of Lusitania.

Key-words: *Villa* – Coin – Roman economy – Rural world – Property

* Universidad de Sevilla. Departamento de Prehistoria y Arqueología. Miembro del grupo de investigación «De La Turdetania a la Bética» (HUM: 152) de la Universidad de Sevilla.

** Diretor do Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa, Portugal). Investigador de UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

1. INTRODUCCIÓN

A lo largo de las diferentes intervenciones arqueológicas efectuadas en la *villa* de Quintas das Longas, se han documentado un gran número de piezas monetales en buen estado de conservación. La moneda, bien registrada estratigráficamente, permite al arqueólogo generar una visión bastante aproximada de su uso, de su valor, y de su papel en la economía del yacimiento arqueológico en sí.

A las características arquitectónicas de la *villa* de Quinta das Longas, hay que sumarle la singularidad de su aparato decorativo y también su situación geográfica, la cual ha permitido la inclusión de este lugar en los circuitos comerciales de la *Lusitania* romana. Como es lógico, el cotejo del numerario hallado con otros materiales nos proporciona una visión económica y social mucho más completa del yacimiento. Por su parte, el consumo de mercancías y el uso monetario nos permiten incluso caracterizar a su propietario y reflexionar sobre otros yacimientos rurales lusitanos.

2. LA VILLA DE QUINTA DAS LONGAS

La *villa* romana de Quinta das Longas se ubica dentro de la Freguesia de São Vicente e Ventosa, en el concejo de Elvas (Portugal), en una gran planicie regada por la ribera de Chaves, un afluente del río Caya, por lo que su ubicación está más que identificada con los cánones establecidos por los agrónomos romanos (Carvalho, 1993, p. 275; Carvalho y Almeida, 2003, p. 113; Carneiro 2014a, p. 193) (fig. 1). Por otra parte, la cercanía a una fuente acuífera está totalmente relacionada con el aparato decorativo del edificio, debido al juego arquitectónico formado por las fuentes y estanques documentados en toda la construcción (Nogales et al., 2004). Su ubicación con respecto a las vías de comunicación es más que interesante para conocer el desarrollo socio-económico del yacimiento. Locali-

zado a 80 km al oeste de *Augusta Emerita*, la villa se encontraba en pleno cruce de las vías XII, XIV, XV del Itinerario Antonino, las cuales conectaban la capital de la provincia con la ciudad de *Olisipo* (Almeida y Carvalho, 2004). La circulación de mercancías, personas e ideas no pasó desapercibida por parte de los propietarios y habitantes de este lugar, quienes han demostrado un consumo continuado de productos durante toda la vida del yacimiento (Almeida y Carvalho, 2004).



Fig. 1 – Situação de la villa de Quinta das Longas en la Península Ibérica.

Durante los últimos años del siglo xx e inicios del xxi se realizaron 14 campañas arqueológicas dirigidas por uno de los autores de este artículo, António Carvalho, desde 1991 hasta 2005, y con Maria José de Almeida, desde 1994 (por algunos años también con Isabel Pinto), fomentadas, principalmente, por el Ministerio de Cultura de Portugal, a través del Instituto Português de Arqueologia y por el Ayuntamiento de Elvas. Las múltiples intervenciones han generado un amplio volumen de materiales de diversa índole. Los resultados del estudio de las estructuras y de los materiales han visto la luz a través de publicaciones seriadas y/o participaciones en congresos y mesas redondas, produciendo una gran cantidad de bibliografía especializada (Carvalho, 1994; Almeida y Carvalho, 1998, 2004, 2005; Almeida y Carvalho, 1999-2000, 2003; Nogales Basarrate et al., 2002 y 2004; Gonçalves et al., 2003; Sepúlveda 2003; Cardoso e Detry, 2005; Guerra et al., 2006-2007; Oliveira et al., 2011; Royo et al. 2011; Carneiro, 2014a, p. 193-197).

La *villa* de Quinta das Longas corresponde a un edificio que concuerda con la tipología arquitectónica de la Antigüedad Tardía (López; Rodríguez, 2000-2001; Chavarria, 2007, p. 94), no solo en la articulación del espacio, sino también en la reutilización de objetos cerámicos de los siglos anteriores en el interior de los diferentes aparejos utilizados (Almeida y Carvalho, 1998). La *villa* se configura en torno a un amplio peristilo con estanque, alrededor del cual se disponen las diferentes estancias, muchas de ellas con suelos decorados con *opus teselatum* y *opus sectile*. Se aprecian en todas sus alas, norte, sur, y oeste, estructuras absidadas con diferente funcionalidad, algunas de ellas sin establecerse aún un uso concreto.

En cuanto a la distribución del espacio, la entrada al edificio se situaría en la zona este del complejo, la cual fue arrasada a finales del siglo xix, en torno al año 1881 con la plantación de una viña. Las fauces conectarían directamente con el peristilo. En el ala sur se encuentran habitaciones de tamaños muy distintos, una de ellas con ábside decorado con *opus tessellatum* donde se puede observar un *Chrismón*, un hecho raro en Lusitania en esta cronología y sobre este tipo de soporte (Oliveira et al., 2011). En la parte sur-este se halla una estancia cuadrangular con un amplio ábside, cuyo pavimento combina el *opus tessellatum* con el *opus sectile*, interpretada ésta como un lugar destacado dentro de la *villa*: muy posiblemente un *triclinium* de invierno o una *cubicula* para el *dominus*, ya que la sala presenta bajo el pavimento del ábside un *hypocaustum* para garantizar la calefacción. En el ala oeste se documenta una amplia sala con triple ábside. Atendiendo a las dimensiones de este espacio, se deduce que pueda tratarse también del *triclinium* de verano de la *villa*. Al norte de esta estancia se descubrió un amplio espejo acuífero con pavimentos de la misma factura que el *opus sectile* documentado en uno de los ábsides del ala sur. Este espejo tendría una doble finalidad: por una parte embellecer la vista, por otra, generar frescor en el periodo estival. Estaba conectado con un amplio *nymphaeum* en la zona noreste por un pórtico con una

cobertura sustentada por siete columnas de las que solo se conservan sus bases en granito. El *nymphaeum* estaba compuesto por una amplia sala cuadrangular, sin cobertura, con el mismo pavimento de *opus sectile* – con casi 3000 placas cuadradas de mármoles y pizarra de 19 × 19 cm – y también sería rematada al norte por un ábside. Este espacio abierto estaba decorado por varios conjuntos escultóricos de figuras mitológicas de altísima calidad artística, realizados en mármoles de excelente calidad, por escultores ligados a los talleres del círculo de Afrodísias (Nogales Basarrate et al., 2004, Royo et al., 2011). Al oeste de esta habitación se encuentran un estanque y otras estancias de las que no se ha podido interpretar aún su funcionalidad. Tanto el espejo, como el pórtico y el *nymphaeum* creaban una magnífica fachada de carácter escenográfico junto a la ribera de Chaves. Un hecho que permitía que la *villa*, desde la otra orilla, generase una imagen monumental y muy sorprendente (fig. 2, 3 y 4).

Por lo que respecta a la decoración de todo el conjunto, el uso del mármol, la documentación de un grupo escultórico y el juego con diferentes estructuras hidráulicas en la *pars urbana*, hacen de la *villa* de Quinta das Longas un yacimiento muy diferente de cualquier otro ejemplo lusitano conocido hasta hoy (Carvalho y Almeida, 2003) (fig. 5 y 6). Es cierto que ya se han documentado otras *villae* cercanas con motivos acuáticos, como los mosaicos de la *villa* romana de la Cocosa (Badajoz) (Álvarez, 1983) o Horta da Torre (Fronteira) (Carneiro, 2014b, p. 221-223), no obstante, ninguna ha aportado un conjunto de esculturas tan significativo como este. El grupo se encuentra incompleto, seguramente a causa de los expolios sufridos en época moderna para construcciones cercanas (Nogales et al., 2004, p. 111).

Por otra parte, las excavaciones solo se han desarrollado en la *pars urbana* de la *villa*. Aquí se ha podido constatar la existencia de fases anteriores al yacimiento



Fig. 2 – *Villa* romana de Quinta das Longas en 2010. Vista de oeste.

Fig. 3 – Villa romana de Quinta das Longas, vista de norte. Recreación virtual de Nuno Farinha e António Carvalho. Una propuesta (2015).

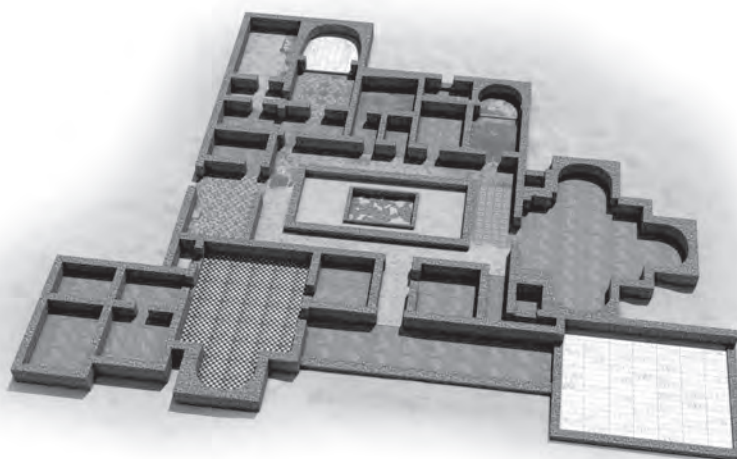


Fig. 4 – Villa romana de Quinta das Longas, vista de norte. Recreación virtual de Nuno Farinha e António Carvalho. Una propuesta (2015).



descrito. Diferentes sondeos y estructuras con factura diferente demuestran que la fundación de este yacimiento puede datarse en mediados del siglo I d. C. como así lo atestigua la cerámica hallada. A su vez fueron identificadas algunas estancias de la fase anterior (Villa I), de forma cuadrangular, en el área norte, entre el espejo de agua y el *nymphaeum*, bajo el pavimento del pórtico. Estas parece que pertenecieron a la *pars rustica* o *fructuaria* de la primera fase (Villa I) de Quinta das Longas. A esta fase le precede un periodo de abandono que es solventado con la construcción de las estructuras que hoy conocemos, datadas en la segunda mitad del siglo III (Villa II). La reutilización de materiales y estructuras para el levantamiento del nuevo edificio ha imposibilitado poder conocer la distribución y la planta del primer edificio, ya que no nos encontramos ante



Fig. 5 – Hallazgo del conjunto escultórico (Nogales et al., 2004).



Fig. 6 – Personaje masculino angüipédo (Nogales et al., 2004).

una mera remodelación de los espacios habitacionales, sino una profunda restructuración arquitectónica que redefinió nuevas áreas para funciones completamente distintas a las anteriores. Al sur de la *pars urbana* se han hallado indicios de lo que puede ser las termas de la *villa*, un espacio que aún es necesario excavar y documentar.

Por lo que respecta a la *pars rustica* de la *villa* bajo-imperial, existen por lo menos tres hipótesis con respecto a su ubicación. Por lado hubiese podido haber sido destruida con la plantación de la viña que arrasó la parte este de la *pars urbana*. Por otra, situarse al oeste o sur de la *pars urbana*, que es lo más probable. También podría encontrarse en la otra orilla de la ribera de Chaves, pues igualmente allí se han documentado evidencias. Pero es poco probable, ya que durante el invierno sería imposible atravesar la ribera sin un puente. Hoy no se tiene certeza segura de su emplazamiento, aspecto más que necesario para conocer el discurrir económico del yacimiento y la gestión de los recursos naturales de entorno.

3. REGISTRO MONETARIO

De la misma manera que se había realizado con cualquier otro tipo de evidencia arqueológica, el material numismático documentado en la *villa* ha sido registrado minuciosamente estableciéndose así una relación directa entre la UE donde ha aparecido y la ubicación de esta en el edificio. El cotejo de estos tres datos, nos ha permitido generar sobre la planimetría del yacimiento la posición donde fueron halladas la mayor parte de las monedas.

Como es lógico, existen lugares donde la pérdida de moneda es francamente difícil, pues como sucede en la actualidad, resulta mucho más fácil reencontrar

una moneda extraviada sobre un pavimento firme que sobre suelos de tierra. Las monedas halladas en Quinta das Longas responden a esta misma premisa. Por ello muchas de ellas han sido documentadas en la parte exterior del edificio, como se ha podido comprobar en el plano siguiente (fig. 7) donde se aprecia el lugar donde han sido halladas muchas de ellas.

En este estudio han sido incorporadas todas las piezas halladas en las intervenciones efectuadas sobre Quinta das Longas (gráfico 1 y 2). Hemos tenido en cuenta estudios previos como el de José Ruivo, quien estudió parte de tal conjunto y cuyos resultados fueron publicados parcialmente (Almeida y Carvalho, 2004; Ruivo, 2008 (II), p. 283-284). De las 62 monedas documentas en Quinta das Longas, tan solo 3 han sido consideradas como frustras debido al pésimo estado de conservación. Otras 2 del conjunto han sido fechadas en época medieval y contemporánea. Por lo que respecta a las 57 piezas restantes, 5 han sido datadas en la segunda mitad del siglo I d. C., y el grueso del numerario restante en los siglos III y IV d. C., momentos que corresponden a la mayor actividad del yacimiento.



Fig. 7 – Plano de Quinta das Longas, sobre el cual se han ubicado las monedas del catálogo.

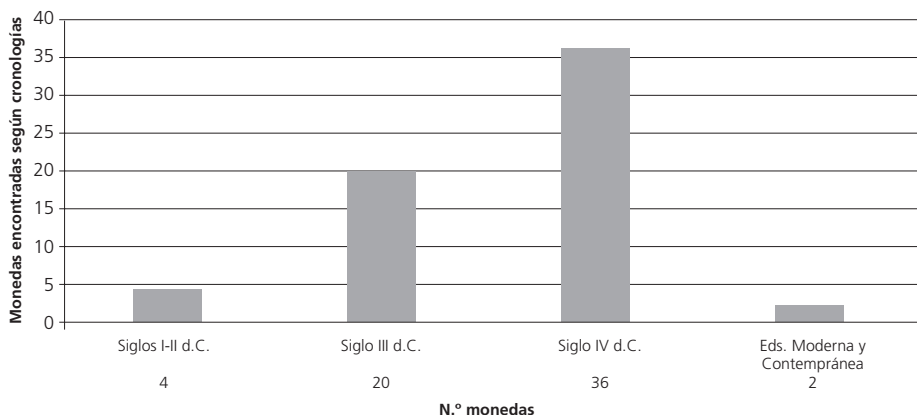


Gráfico 1 – Número monedas acuñadas por siglos.

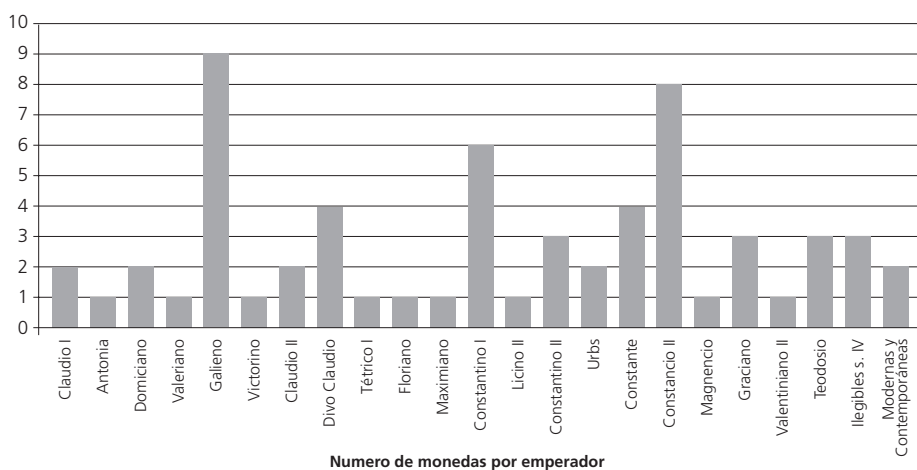


Gráfico 2 – Número de monedas acuñadas por emperador.

4. CONTEXTUALIZACIÓN NUMISMÁTICA

Las piezas halladas en Quinta das Longas responden al numerario de uso corriente perdido en un espacio de tiempo muy prolongado. Este hecho lo demuestran dos aspectos bien diferenciados: el acusado desgaste de muchas de las piezas (laminas 1 a 4) y la aparición de estas en estratos con materiales muy posteriores que corresponden a la segunda etapa de ocupación de la *villa*.

Un claro ejemplo de este uso continuado son las emisiones del siglo I d. C. Así pues se han documentado para esta cronología 2 ejemplos de imitaciones hispanas de Claudio I, un as a nombre de Antonia y otro emitido por Domiciano. Por su valor intrínseco, estas emisiones no pasaron desapercibidas por los usuarios, de ahí que es muy probable que se encontraran enroladas en la masa monetaria circulante en los siglos II y III, de ahí que hayan aparecido en contextos

de la Villa II. Esto era más que habitual, pues así se ha observado en otros yacimientos rurales lusitanos (Conejo Delgado, 2015) y en contextos urbanos como *Conimbriga* (Pereira et al., 1974, p. 218-219) y *Ammaia* (Ruivo, 2012, p. 336). Por su parte, Blázquez Cerrato (2002, p. 281-284) ha observado cómo las imitaciones de Claudio I recorrieron en cantidad la Vía de la Plata. Las vías que conectaban *Olisipo* a *Augusta Emerita* no estarían al margen de tal circulación, por lo que estos hallazgos son un breve testimonio de estas emisiones. No obstante, es muy probable que las piezas señaladas pertenezcan a los niveles anteriores de ocupación. De no ser así, sorprende el hecho que no haya aparecido ninguna emisión del siglo II, ya que estas circularon en abundancia por los campos lusitanos e hispanos (Arias, 2012, p. 199). La carencia de estas acuñaciones puede ser un reflejo del periodo de abandono de la Villa I y transición documentado en la Villa II.

Por lo que respecta a la moneda emitida en el siglo III d. C., sobresalen por una parte las acuñaciones de los emperadores Galieno (9 piezas), Claudio II (2 piezas) y las imitaciones de *Divo Claudio* (4 piezas); y por otra, emperadores con escasa representación como Victorino (1 pieza), Tétrico I (1 pieza), Florianio (1 pieza) y Maximiano (1 pieza). La mayor parte de estos ejemplares han aparecido en contextos con cronologías tardías.

La presencia de estos antoninianos no sólo nos demuestra cómo la segunda fase de la *villa* de Quinta das Longas se encuentra inmersa en los diferentes circuitos de difusión monetaria, sino que también se nutre de los círculos comerciales coetáneos. Este hecho está demostrado en el consumo de abundante cerámica fina, de mesa y de almacenaje (Almeida y Carvalho, 2004, p. 380-381) registrada en los estratos contemporáneos documentados en la *villa*, y que han aparecido asociadas a las citadas piezas, como podremos comprobar en la tabla comparativa que hemos preparado. Por otra parte, la aparición de un basurero ubicado en la parte oeste del edificio ha permitido generar una buena imagen del consumo doméstico de sus habitantes durante los siglos III y IV d. C. (Almeida y Carvalho, 2005) y del paulatino proceso de abandono de este centro.

Por lo que respecta a la circulación de los antoninianos de Galieno, Claudio II y sus imitaciones, estos presentan indicios de una circulación acusada, como ha sido observado en muchos yacimientos peninsulares (Ripollès, 2002, p. 2008). De hecho, para Ruivo, el hallazgo de estas piezas puede responder no a una pérdida, sino a una depreciación producida por la pérdida de valor de la pieza (Ruivo, 2008, p. 283). No obstante, se han documentado este tipo de piezas en contextos peninsulares del siglo IV y V debido a su prolongada y masiva circulación (Ripollès, 2002, p. 208-209). En el caso de la Lusitania, Ruivo ha observado este mismo fenómeno en las ciudades de *Conimbriga* (Ruivo, 2008, p. 282-283), *Ammaia* (Ruivo, 2012, p. 341) y en la *villa* de São Cucufate (Ruivo, 2008, p. 282-283). En relación a Quinta das Longas, en el mapa de dispersión de hallazgos

muestra perfectamente esta misma dinámica. Así pues podemos tomar de referencia la UE 225 que ha aportado un número significativo de restos materiales. En esta unidad aparecieron cuatro antoninianos (Galieno [n.º 13], Claudio II [n.º 16], *Divo Claudio* [n.º 20] y Tétrico [n.º 22]) junto a restos de *terra sigillata* clara y ánforas del tipo Almagro 51c que han sido fechadas en el siglo IV y V. Una cronología muy lejana con respecto al momento de acuñación de los ejemplares hallados. Este hecho indica la prolongada circulación de ejemplares del siglo III, su utilización en época posterior a pesar de haber sido desmonetizados previamente y su presencia en la masa circulante de época tardía, cuando ya se había producido el fin del aprovisionamiento monetario de Occidente.

Por lo que respecta a la moneda emitida por los emperadores galos, esta no debe pasar desapercibida pues no suele ser abundante en los contextos lusitanos (Ruivo, 2008, p. 298). Su presencia en Quinta das Longas puede estar justificada por los flujos comerciales establecidos entre *Olisipo* y *Augusta Emerita*. Si atendemos a las reflexiones de Ruivo sobre este tema, el autor considera que la circulación de estas monedas en la Lusitania estaría justificada por las actividades comerciales atlánticas desarrolladas por mercaderes procedentes de la Galia y Britania (Ruivo, 2008, p. 302).

Las acuñaciones del siglo IV son las más numerosas, con un total de 36 piezas emitidas bajo 7 emperadores. Aun así tenemos que considerar que gran parte de estas monedas presentan una conservación un tanto precaria, lo que nos ha impedido en muchos casos poder identificar su lugar de emisión, realizando por tanto una catalogación aproximada pero siempre lo más ajustada posible.

En un análisis pormenorizado del numerario correspondiente al siglo IV, podríamos considerar dos momentos de representación: las monedas acuñadas bajo la dinastía constantiniana y la dinastía valentiniana.

En cuanto a la primera, se observan ejemplos de las reformas efectuadas por Constantino (6 piezas) a partir del 318, con una reducción considerable de la plata del bronce argentífero que convierte a los *follis* en *nummi*; observándose en ellos reversos característicos como *Victoriae Laetae Princ Perp* o *Beata Tranquilas* (San Vicente, 1999, p. 70). También se ha catalogado una moneda acuñada por Licinio I que responde al intento por parte de Constantino de retirar de la circulación todas las monedas acuñadas por este emperador a partir del año 324 (San Vicente, 1999, p. 71). Las piezas emitidas a partir del 330 hablan de la última reforma de Constantino, quien reduce el peso del *nummus* en torno a 1,5 gramos y donde se aprecian piezas acuñadas con los tipos de *Urbs Roma* (2 piezas) y *Constantinopolis* (1 pieza), en homenaje a la fundación de esta última (San Vicente, 1999, p. 71).

El periodo comprendido entre 337 y 361 está caracterizado por un abundante número de piezas emitidas bajo mandato de Constancio II (9 piezas) y Constante (4 piezas) donde se observan los reversos característicos de *Gloria Exercitus* y *Fel Tem Reparatio*. Las que portan el segundo tipo responden a las emisiones posteriores de la

reforma del año 353, con pesos cercanos a 2,25 gramos y donde abundan las imitaciones (San Vicente, 1999, p. 82). La presencia de estas últimas es un claro testimonio del segundo periodo inflacionario que sufre el Imperio Romano (Ripollès, 2000, p. 211). No hay duda de que la ruralidad hispana no fue ajena a esta realidad monetaria, ya que las piezas emitidas por Constancio II y Constante son las más frecuentes en todos los contextos de *villae* peninsulares (Chavarría, 2007, p. 87-88). Este hecho debe tenerse en cuenta desde dos perspectivas. Por una parte la meramente numismática: la emisión de piezas de imitación como respuesta a una necesidad de numerario. Por otra, la de tipo comercial: la necesidad de numerario para la realización de transacciones comerciales. De hecho, es durante los años centrales del siglo IV cuando se produce el mayor índice de consumo de materiales importados en Quinta das Longas (Almeida y Carvalho 2004, p. 380-381). Esto se ha podido comprobar en algunos estratos fechados en esta cronología. Por ejemplo en la UE 127 donde se han hallado piezas de la dinastía constantiniana, concretamente de Constantino y de Constancio II, con cerámicas *terra sigillata* clara africana fechable en mediados del siglo IV.

Por su parte, autores como Depuyrot (1992, p. 100) y Sienes (2000, p. 125) han observado que el elevado número de imitaciones de esta época puede responder al crecimiento de acuñaciones auríferas, hecho que implicaría una mayor demanda de emisiones de bronce para las pequeñas transacciones. Las imitaciones referidas se encontrarían perfectamente incluidas en la teoría de ambos autores, ya que los mosaicos, pavimentos y esculturas de mármol de las que se dota Quinta das Longas no serían pagadas en piezas de imitación, sino en otras de mayor valor como las de oro.

En lo que se refiere a la moneda acuñada por la dinastía valentiniana, Graciano (3 piezas), Valentiniano II (1 pieza), y Teodosio (3 piezas), todas, excepto una pieza del anterior responden al tipo *Reparatio Reipub* que fue emitido entre los años 378-388; mientras que la restante presenta en el reverso el *Gloria Romanorum*, que fue acuñado desde 392-395 en gran número por cecas orientales. El valor intrínseco de estas piezas llevaría la depreciación de las anteriores, como el caso de las imitaciones que seguirían circulando. En este sentido, Quinta das Longas aporta un ejemplo muy ilustrativo: la amortización de estas piezas (concretamente las n.º 42, 50, 58 del catálogo) en el basurero hallado en la zona noroeste de la *villa*. Los materiales hallados en la UE 52, la cual corresponde a tal amortización, aportaron materiales fechados en la segunda mitad del siglo IV y principios del V (Almeida y Carvalho, 2005, p. 305-307).

A pesar de que se produce una disminución de la moneda circulante durante los últimos años del siglo IV, el bronce sigue teniendo una gran difusión (San Vicente, 1999, p. 710; Cepeda, 2000) sobre todo en las zonas costeras (Ripollès, 2002, p. 212) y con una circulación intensa en el entorno de la Vía de la Plata (García Figuerola, 1999). Recordemos que la *villa* romana de Quinta das Longas se encontraba conectada perfectamente a esta última a través de uno de sus ramales

secundarios. Diversos autores interpretan este aprovisionamiento con las continuadas relaciones comerciales establecidas entre las ciudades costeras lusitanas y béticas con las zonas orientales (García Figuerola, 1999; Cepeda, 2000). No obstante se estima que la llegada de estas emisiones valentinianas y teodosianas fuera muy posterior al 395, habiendo llegado en conjunto una vez habían sido desmonetizadas (García Figuerola, 1999, p. 378; Cepeda, 2000, p. 167). Hoy el debate sigue abierto.

La presencia de AE2 es muy frecuente en los contextos costeros peninsulares, siendo tenue en algunos del interior (Ripollès, 2002, p. 212). Parece ser que en Quinta das Longas circularon con relativa frecuencia hasta el siglo V y VI cuando estos fueron depreciados y la *villa* es abandonada. Esto se ha podido comprobar con el hallazgo de ejemplares en UE con materiales cerámicos de uso común, tierras oscuras y numerosos fragmentos de carbón y escoria. Hecho que fue interpretado como evidencias de la ocupación tardía de la *villa*, en momentos previos de su abandono final (la moneda n.º 52 [UE 324], n.º 53 [UE 79], n.º 54 [UE 278], n.º 55 [UE 327]). La ubicación de estos hallazgos en el plano puede trasladarnos al momento de abandono de la parte urbana de la *villa*, siendo las áreas adyacentes reutilizadas por familias campesinas. Dinámica muy parecida a la observada en estas fechas en el resto de Hispania. (Chavarría, 2007, p. 129 y s.).

	UE	Moneda	Principales Materiales Arqueológicos Asociados
Camada superficial	1	1. – Claudio I, 5. – Valeriano, 6. – Galieno, 8. – Galieno, 9. – Galieno, 12. – Galieno, 18. – Divo Claudio, 19. – Divo Claudio, 21. – Victorino, 24. – Maximiano, 26. – Constantino, 30. – Constantino, 31. – Constantino, 33. – Constantino II, 39. – Constancio II, 40. – Constancio II, 41. – Constancio II, 42. – Constancio II, 46. – Constancio II, 47. – Magnencio, 57. – Teodosio, 59. – Frustro, 61. – Frustro. 62. – María II.	Un gran número de fragmentos de materiales revueltos: Ánforas béticas y lusitanas con cronologías que varían del siglo III al V. <i>Terra sigillata</i> hispánica y clara africana. Cerámica común y <i>dolia</i> . Materiales de construcción (<i>lateres</i> , <i>tegulae</i> y <i>imbrices</i>), estucos (también pintados), pavimentos (<i>opus tessellatum</i> y <i>signinum</i>) y mármoles decorados. metales (clavijas y clavos) y escorias.
Proceso de abandono	327	55. – Teodosio	Cerámica común muy fragmentada. Carbones. Materiales de construcción (<i>lateres</i> , <i>tegulae</i> y <i>imbrices</i>). Estucos.
	324	54. – Graciano	Escoria, carbón y fragmentos de cerámica de almacenamiento.
	74	28. – Constantino	Escoria.
	75	52. – Graciano	Fragmentos de cerámica común. Escoria.
	225	13. – Galieno, 16. – Claudio II, 20. – Divo Claudio, 22. – Tétrico	Ánforas Almagro 51c. (s. IV-V).
	79	53. – Graciano	Fragmentos de cerámica de almacenamiento. Escorias, carbones y huesos.
	16	34. – Licinio II	Fragmentos de materiales de construcción (<i>lateres</i> , <i>tegulae</i> y <i>imbrices</i>) y estucos. Lucernas con tipos de s. III-IV. Cerámica común.

Ocupación villa II	UE	Moneda	Principales Materiales Arqueológicos Asociados
	211	14. – Galieno	Cerámica común. Escoria.
	49	4. – Domiciano, 32. – Constantino II.	Fragmentos indeterminados de lucernas. <i>Terra sigillata</i> hispánica tardía (s. IV).
	127	25. – Constantino, 27. – Constantino, 36. – Em. Conmemorativa, 37. – Constancio II, 38. – Constancio II	Fragmentos de <i>Terra sigillata</i> hispánica, muy desgastada, clara africana (s. IV), cerámica de almacenaje y de cerámica común.
	285	7. – Galieno	Fragmentos de <i>Terra sigillata</i> clara indeterminada y de cerámica común, muy desgastados. Carbones, escorias.
	328	44. – Constancio II	Fragmentos de cerámica común y <i>Terra sigillata</i> clara y vidrio de formas indeterminados. (s. IV).
	166	3. – Antonia, 10. – Galieno.	Fragmentos indeterminados de lucernas. <i>Terra sigillata</i> hispánica y africana (s. II-III).
	210	15. – Claudio II	Fragmentos de cerámica común.
	243	2. – Claudio I.	Fragmentos de cerámica común.

Tabla 1 – Asociación de las monedas halladas en Quinta das Longas con algunos de los principales materiales arqueológicos hallados en su respectiva UE.

El hallazgo de ejemplares desmonetizados en contextos puramente tardíos demuestra el mantenimiento de una economía monetaria a pesar de haberse producido el fin del aprovisionamiento monetario en Occidente. Tanto los AE2 valentinianos y teodosianos que acabamos de mencionar, como los antoninianos hallados en contextos del siglo IV y V, conformarían – junto a otras piezas – la masa monetaria circulante en los siglos V y VI. Estas especies monetarias servirían la continuidad de las transacciones en las economías domésticas, las cuales recurrirían en algunas ocasiones a otros tipos de intercambio como el trueque, siempre y cuando no dispusieran de numerario para tal efecto. En esta misma coyuntura no podemos olvidar el papel del oro. Bien es cierto que no se ha producido ningún hallazgo en Quinta das Longas de este tipo, pero el rol que jugó esta especie monetaria en la economía peninsular de esta misma época no puede pasarnos desapercibido. El pago de tributos y rentas se realizaba con este metal y no es de extrañar que los habitantes de Quinta das Longas contribuyeran y/o efectuaran sus pagos bajo este tipo de especie hasta el proceso de su abandono.

5. QUINTA DAS LONGAS: EL CONSUMO COMO HECHO SOCIAL

La moneda hallada en Quinta das Longas, la contextualización de estas en el registro arqueológico y una comparación entre este yacimientos y otros coetáneos nos hacen reflexionar sobre un concepto bien definido en el mundo rural

lusitano: el consumo como hecho social. La *villa* romana ha sido considerada tradicionalmente como un verdadero escaparate de promoción y ascenso social (Carneiro, 2014b). De hecho, no son pocos los estudios consagrados a este tipo de cometido, donde las decoraciones de muros y pavimentos son la base de estas investigaciones (Chavarría, 2007, p. 94). No obstante, en muchas ocasiones se ha podido advertir una carencia de integración, donde la moneda, mercancías importadas y exportadas, elementos decorativos y evidencias arquitectónicas no son valoradas desde una misma perspectiva: ejemplos de un consumo con miras sociales.

Para comprender la verdadera esencia de Quinta das Longas, también debemos tener en cuenta otros factores políticos y sociales, los cuales pueden explicar en cierta medida el carácter ocioso y recreativo del edificio. Aquí cobra gran importancia la observación que realiza Banaji (2001, p. 174) sobre cómo a lo largo del Imperio se genera un nuevo orden social en la ruralidad romana. El autor apuesta por la paulatina creación de una clase media agraria donde ya no solo se encuentran los aristócratas, sino también burócratas, profesionales liberales, comerciantes, y un estrato campesino más rico, que ha generado fortunas con actividades comerciales, muy diferentes a las tradicionalmente agrarias. Esta clase social, con un amplio desahogo económico, es quien también adquiere fincas que han quedado en ruina, deuda o simplemente libres en la transición del siglo II al III d. C. en la Lusitania (Rodríguez y Carvalho, 2015, p. 243). Por su parte, el nombramiento de *Augusta Emerita* como capital de la *Diocesis Hispaniarum* también influyó en este mismo cometido. Tanto Arce (2002, p. 18-19) como Cordero Ruiz (2013, p. 268) han demostrado cómo la ciudad se convierte en un verdadero foco de atracción, adonde llegan familias adineradas que no dudan en invertir en propiedades rurales del *territorium emeritense*. Hecho que aunque parezca aislado, también se ha observado en otras partes de Hispania (Chavarría, 2007, p. 42).

Por otra parte, la *villa* romana lusitana, y por ende también la hispana, no se escapa de su inclusión en las redes comerciales cercanas, las cuales pondrán en comunicación estos centros rurales con los urbanos. La consecuencia es lógica: la llegada a estos lugares tanto de mercancías con múltiples procedencias, personas, ideologías y modas. En este sentido debemos prestar atención a las conclusiones establecidas por Bost (1992-1993, p. 225) sobre el carácter económico de estos centros rurales. El autor distingue dos tipos de *villae*: las cerradas al comercio y preocupadas por el autoabastecimiento; las abiertas a las redes comerciales y propensas a la exportación e importación. Hoy podríamos matizar estos planteamientos, ya que se han documentado innumerables yacimientos, que a pesar de tener una escasa extensión muestran evidencias de un consumo de mercancías importadas. Según Bost, las *villae* presentaban por tanto las mismas necesidades de consumo que los centros urbanos. Por su parte, tradicionalmente se ha enten-

dido la dicotomía: ciudad como sinónimo de consumo, campo como sinónimo de producción. No obstante, bien sabemos que en las ciudades también se elaboraban productos que luego eran consumidos en las áreas rurales (Deru y Villaescusa, 2014). Autores como Deru y González Villaescusa destacan del consumo su vertiente social. Un hecho que puede ser interpretado como la búsqueda de la novedad y la transmisión de identidad. Si trasladamos esta reflexión a Quinta das Longas podemos considerar que la adquisición de bienes (mercancías y aparato decorativo) puede estar justificada por un consumo ligado a la ostentación y a la demostración social.

Bien es cierto que hoy es muy difícil establecer una visión completa sobre la esfera económica de Quinta das Longas, ya que no se ha hallado su respectiva *pars rustica*. No obstante, descartamos que el sustento principal de este yacimiento sea la actividad agropecuaria. Es muy probable que existieran unas dependencias destinadas a actividades productivas y de almacenaje, como así demuestran las pequeñas prensas de aceite documentadas (Almeida y Carvalho, 2003). Estas estructuras presentarían unas dimensiones modestas, con un carácter puramente autosuficiente con tal de solventar las necesidades directas de la población doméstica del edificio. Tampoco podemos descartar que el propietario de Quinta das Longas no disfrutara de tales productos, aunque haya evidencias de un consumo de los mismos pero procedentes de otros lugares (Almeida y Carvalho, 2005). Este consumo, ligado totalmente al amplio aparato decorativo del edificio son razones para considerar el amplio poder adquisitivo del *dominus* de esta *villa*.

Es muy factible que los ingresos de este propietario procedieran de múltiples fuentes, es decir, que no estuvieran solo basados en la tenencia de fincas rurales (Wallace-Hadrill, 1991). Así, basándonos en este concepto de multipropiedad (Chavarría, 2007, p. 41-42) podremos establecer la existencia en la Lusitania de propietarios con numerosos ingresos procedentes, también, de acciones comerciales urbanas (Wallace-Hadrill, 1991). Estos, poseedores de un gran nivel adquisitivo, no dudaron en realizar inversiones extravagantes sobre sus propiedades rústicas, a imitación de quienes le precedieron. El objetivo era claro: demostrar al sector social al que pertenecen su poder económico, su apertura a las modas urbanas y su amplia formación intelectual. Autores como Melchor (2013) consideran que el *dominus* de una *villa* utiliza el aparato decorativo de esta para expresarse entre los de su rango. Es una manera clara de fijar posiciones en un mundo marcado por las relaciones socio-económicas entre los miembros de las élites locales y regionales, por no hablar de las redes clientelares. La *villa*, según Melchor puede ser considerada una prolongación de la *domus* del *dominus* (Melchor, 2013, p. 120-121). Esta reflexión puede aplicarse también al caso de Quinta das Longas. La comparación entre los pavimentos de *opus sectile* documentados en

esta *villa* y los hallados en la Casa de los Mármolos del yacimiento de Morería, en *Augusta Emerita* (Nogales et al., 2004, p. 112; Corrales Álvarez, 2014, p. 896) puede ejemplificar dos hechos: o bien estamos ante un mismo propietario, hecho imposible de demostrar; o bien estamos ante una prueba evidente de la circulación de modas decorativas por el *ager emeritense*. Este último aspecto es más que evidente, si atendemos a otros ejemplos documentados en la Lusitania: el caso más significativo es el modelo de peristilo coetáneo que comparten varias *villae* situadas en la fachada atlántica en torno a la vía XVI (Rodríguez y Carvalho, 2008, p. 314). Descartándose la misma propiedad, la idea de un taller itinerante, un arquitecto de renombre o un tipo arquitectónico en boga entre las élites urbanas de *Olisipo* y/o *Scallabis* durante mediados del siglo IV. Una demanda de formas arquitectónicas que encaja perfectamente en esta particular visión del consumo como manera de promoción social, alejándonos en cierta medida de las necesidades de habitabilidad de un edificio.

Después de esta reflexión, es muy complicado saber quién pudo haber sido el *dominus* de Quinta das Longas. Sin pruebas epigráficas ni referencias escritas, es imposible hoy poder aportar un nombre o establecer una relación entre el yacimiento y una familia lusitana. Bien es cierto que sobre este cometido ya se han realizado numerosas reflexiones (Arce, 2005, p. 16-18; Chavarria, 2007, p. 43-49; Cordero Ruiz, 2013, p. 289-290) no aportando nosotros nada nuevo a lo que ya se ha escrito. No obstante, si es cierto que Quinta das Longas puede responder a las posesiones de esa aristocracia de alto grado residente en *Augusta Emerita* tras su declaración como *Diocesis Hispaniarum* (Arce, 2005, p. 16-18). Cordero Ruiz (2013, p. 288) considera que la mayor parte de las ricas *villae* existentes en el territorio de la capital podían pertenecer a los altos cargos de la administración imperial. Pero también el autor destaca así mismo la importancia del propietario que sin cargos en la administración disponía de un gran poder adquisitivo gracias a sus propiedades, lo que le permitía consumir todo tipo de mercancías y servicios. Acertada es sin duda la conclusión de Cordero Ruiz sobre la naturaleza de estos centros: lugares destinados al *otium* por parte de sus propietarios (Carneiro, 2014b), los cuales no abandonaban sus respectivas actividades, bien fueran de la administración imperial, bien de la gestión económica de sus propiedades (Cordero Ruiz, 2013, p. 290). En el fondo, «vivir del prestigio» como así lo ha definido Reyes Domínguez cuando estudió el mercado artístico del *conventus Astigitanus* durante el Alto Imperio. (Reyes Domínguez, 2007).

6. CONSIDERACIONES FINALES

Las reflexiones que hemos establecido sobre el concepto de propiedad permiten demostrar el carácter social de un hallazgo numismático. La moneda en

Quinta das Longas no solo nos ofrece la posibilidad de acercarnos a cómo era la moneda circulante en los últimos años del Imperio Romano, conocer la moneda corriente o incluso, aproximarnos al público que la usó. Y es que, en muchas ocasiones, los arqueólogos y/o historiadores que se dedican no solo al mundo de la ruralidad, parece que olvidan que los yacimientos que someten a estudio no estaban habitados por personas.

Creemos que las connotaciones sociales que pueden extraerse de cualquier material arqueológico no deben pasar desapercibidas, pues no solo nos están aproximando a patrones de consumo, sino también a modas, gustos y caprichos, los cuales pueden caracterizar de una manera más completa a la sociedad del momento.

El caso de Quinta das Longas nos ofrece la posibilidad de conocer la existencia de un propietario con gran poder adquisitivo, con posible residencia en la capital lusitana, formando parte de la élite urbana y/o provincial. Estos hechos le permitieron estar en contacto con las diferentes modas decorativas del momento y a ponerlas en prácticas en su *villa* de recreo.

Sobre las propiedades rurales de la élite romana se ha reflexionado en diversas ocasiones (Chavarría, 2007, p. 41), siendo un campo complejo que necesita aún hoy nuevas revisiones. Pero más aún es necesario esclarecer la manera de gestionar una entidad tan interesante como la *villa* romana. Caracterizar al propietario en sí y la manera de afrontar los problemas de una posesión agraria, es quizás una de las asignaturas pendientes, la cual goza de una gran dificultad por el número precario de pruebas documentales que permiten tal acercamiento, pero sin duda confiamos, que tarde o temprano podamos llegar a conocer esta particularidad de la sociedad rural romana, que sin duda creemos que no difiere mucho de los gestores agrarios actuales.

7. CATALOGO

Debido a que el registro monetario aportado por la *villa* romana de Quinta das Longas es bastante amplio, hemos optado por realizar su catálogo resumido en la siguiente tabla, con tal de economizar espacio.

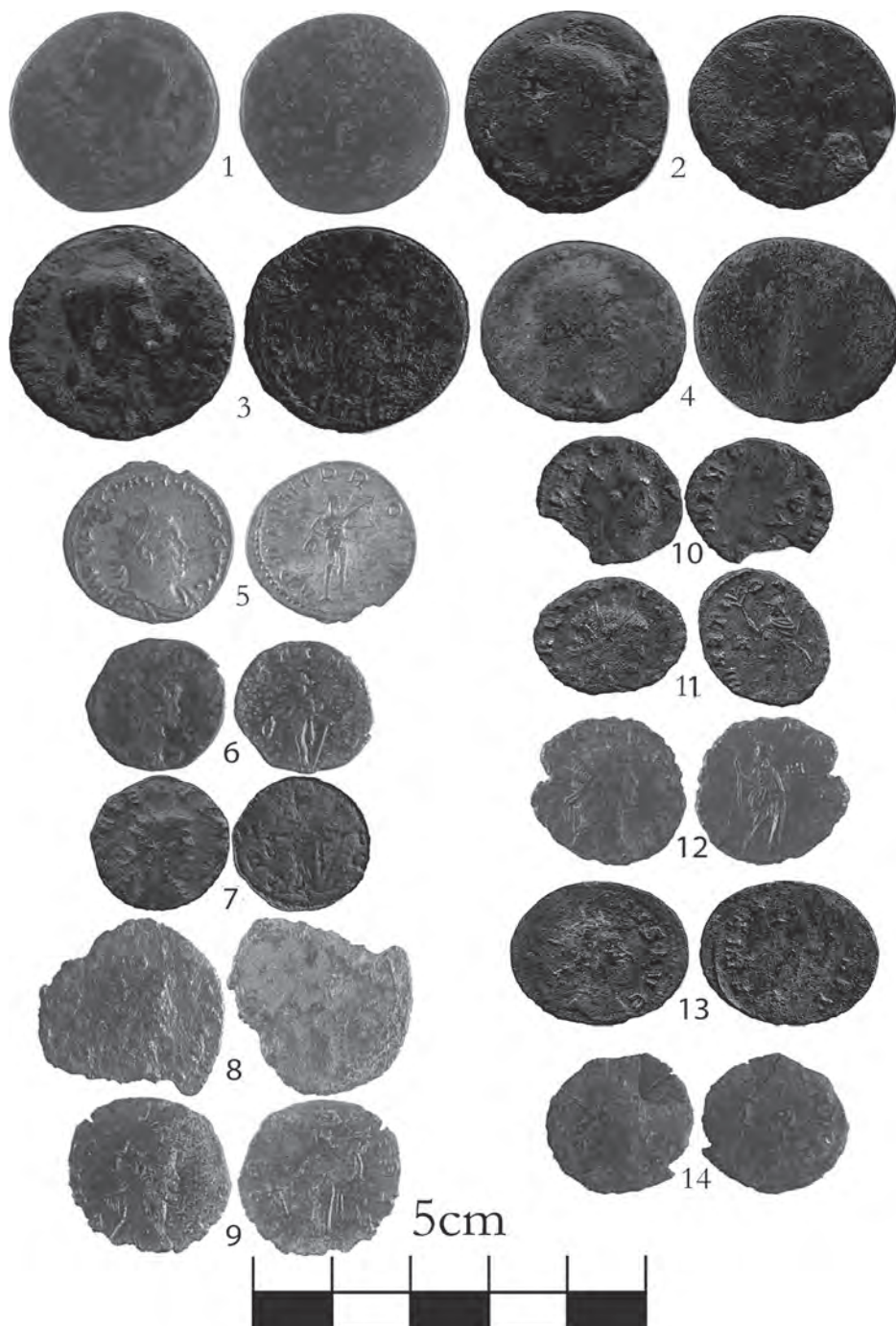
La tabla está compuesta por once campos bastante simples y convencionales. La numeración del catálogo ha sido generada una vez se ha producido el estudio monetario. Junto a esta numeración se encuentra el lugar que ocupa la pieza en el monetario del Museo Nacional de Arqueología de Lisboa. Después aparece el campo «V» que hace referencia al tipo de moneda que se describe (As, Ant: Antoniniano; Follis: *Follis*; Num: *Nummus*). Le acompaña a este campo los de «P» que contiene el peso expresado en gramos con dos dígitos, «M» que indica el módulo en milímetros y «E», el eje de cuños reflejado en horas. A continuación aparece

la abreviatura «Emp» que hace referencia al emisor de la pieza. Le sigue la ceca y la marca de ceca, la cual está representada con la abreviatura «Mar». Para evitar la extensión, se ha optado por mencionar el tipo monetario documentado en el reverso de cada moneda. Se ha ampliado la información si la pieza lo requiere. El siguiente campo contiene la cronología de la emisión, la referencia bibliográfica con la abreviatura «RIC» (*Roman Imperial Coinage*) y finalmente se ha decidido incorporar la unidad estratigráfica donde se documentó cada pieza.

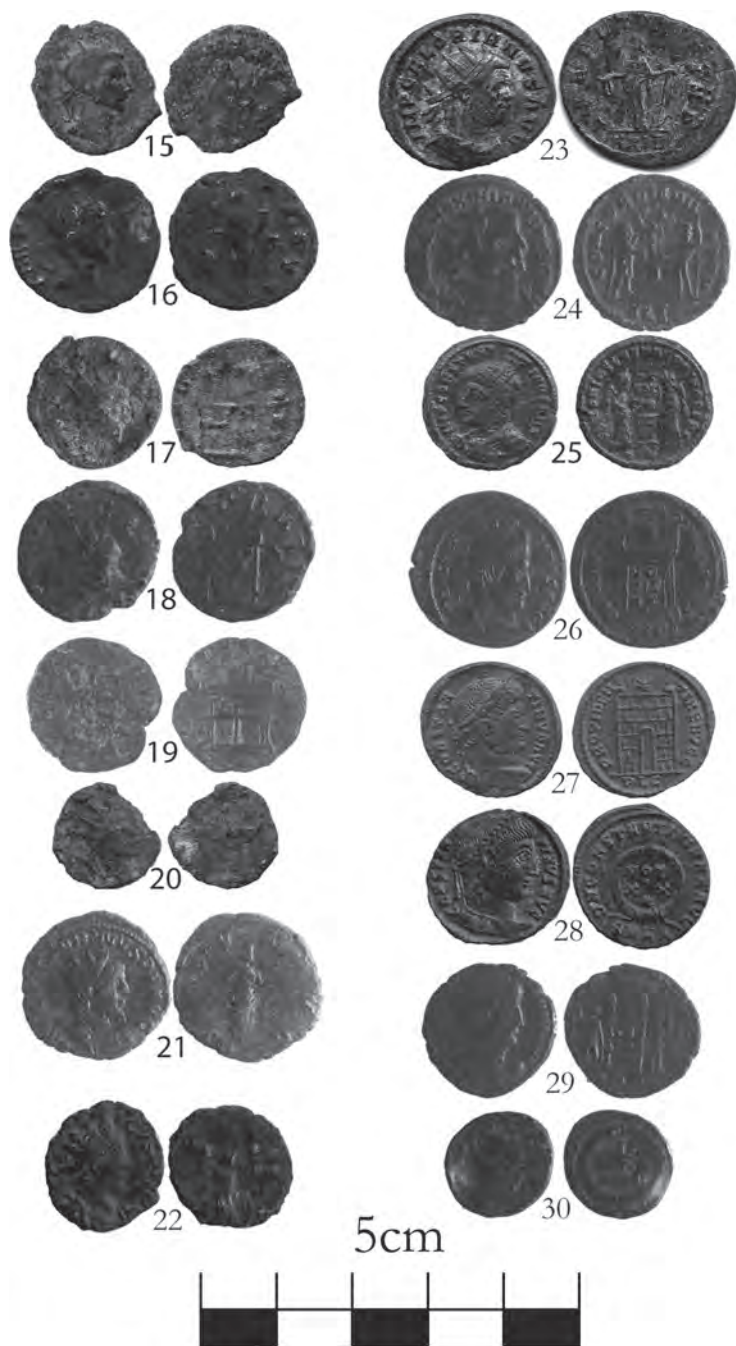
N.º	V	P	M	E	Emp.	Ceca	Mar.	Reverso	Cron.	RIC	UE
1 (373.34)	As	8,90	27	8	Claudio	Im.	-	Minerva	41-50	t. I n.º 100. p. 128.	1
2 (374.22)	As	7,77	27	2	Claudio	Im.		Minerva	41-50	t. I n.º 100. p. 128	243
3 (374.21)	As	10,41	21	7	Antonia	R		Claudio togado con instr. sacerdotales	41-54	t. I n.º 92. p. 127	166
4 (373.57)	As	8,59	26	6	Domiciano	R		Figura femenina a izq	81-96	No es posible cat.	49
5 (373.44)	Ant	3,06	22	6	Valeriano	R		APOLINI PROPVG	253	t. V-I n.º 74. p. 45	1
6 (373.25)	Ant	2,59	18	7	Galieno	R		LAETITIA AVG	263	t. V-I n.º 145. p. 142	1
7 (373.47)	Ant	1,77	18	5	Galieno	ANT	VIIC	LAETITIA AVG	263	t. V-I n.º 616. p. 185	285
8 (373.38)	Ant	3,12	20	12	Galieno	R		ABVNDANTIA AVG	266	t. V-I n.º 346. p. 161	1
9 (373.21)	Ant	1,27	21	1	Galieno	R	S	FORTVNA REDUX	266	t. V-I n.º 193. p. 147	1
10 (374.10)	Ant	1,64	24	11	Galieno	R	Q	ANNOA AVG	266	t. V-I n.º 162. p. 145	166
11 (273.41)	Ant	2,47	20	2	Galieno	R	A	MARTI PACIFERO	266	t. V-I n.º 236. p. 151	464
12 (373.41)	Ant	2,82	19	2	Galieno	R	H	SECVRIT PERP	266	t. V-I n.º 280. p. 155	1
13 (374.19)	Ant	2,08	23	1	Galieno	R		IOVI CONSERVAT	266	t. V-I n.º 212. p. 149	225
14 (374.12)	Ant	1,88	18	6	Galieno	R	?	IVNONI CONS AVG	267	t. V-I n.º 224. p. 150.	211
15 (374.11)	Ant	2,22	16	4	Claudio II	R	s	PROVIDENT AVG	269	t. V-I n.º 94. p. 218	210
16 (374.5)	Ant	2,78	20	11	Claudio II	R	ç	AEQVITAS AVG	269-70	t. V-I n.º 14. p. 212	225
17 (374.5)	Ant	1,73	19	5	Divo Claudio	Im.		CONSECRATIO Altar	Post. 270	t. V-I n.º 261. p. 233	473
18 (373.27)	Ant	2,02	19	10	Divo Claudio	Im.		CONSECRATIO Altar	Post. 270	t. V-I n.º 261. p. 233	1
19 (373.42)	Ant	1,73	18	5	Divo Claudio	Im.		CONSECRATIO Altar	Post. 270	t. V-I n.º 261. p. 233	1

N.º	V	P	M	E	Emp.	Ceca	Mar.	Reverso	Cron.	RIC	UE
20 (374.18)	Ant	1,51	15	10	Divo Claudio	Im.		CONSECRATIO Altar	Post. 270	t. V-I n.º 261. p. 233	225
21 (373.25)	Ant	2,78	20	1	Victorino	Ceca II		SALVS AVG	Post. 269	t. V-II n.º 66. p. 393.	1
22 (374.5)	Ant	1,84	16	7	Tétrico I	Ceca I		PAX AVG	272	t. V-II n.º 100. p. 409	225
23 (374.4)	Ant	3,72	23	6	Floriano	R	XXIB	LAETITIA FVND	276	t. V-I n.º 34. p. 353	452
24 (373.37)	Ant	2,68	21	1	Maximiano	ALE	*Δ/ALE	CONCORDIA MILITVM	296	t. VI n.º 46b. p. 619	1
25 (373.51)	Fol	2,90	18	12	Constantino	TIC	PT	VICTORIAE LAETAE PRIN PER	318	t. VII n.º 83. p. 372	127
26 (373.30)	Fol	3,08	21	11	Constantino	TIC	·PTR·	BEATA TRA-NQVILITAS	321	t. VII n.º 342. p. 201	1
27 (373.50)	Fol	3,01	19	1	Constantino	LV	PLG	PROVIDENTIAE CAES	324	t. VII n.º 225. p. 136	127
28 (374.1)	Fol	2,94	19	5	Constantino	HER	*/SMHA	VOT XX	324	t. VII n.º 60. p. 549	74
29 (373.29)	Fol	1,88	18	12	Constantino	TR	Corona/ TRP	GLOR-IA EXERC-ITVS	333	t. VII n.º 549. p. 218	1
30 (373.40)	Fol	0,96	14	6	Constantino	COS	CONS	POP ROMANRVN	330	t. VIII n.º 21. p. 448	1
31 (373.39)	Fol	4,81	23	6	Constantino II	LV	F/T/ PLG	SOLI INVIC-TO COMITI	309	t. VI n.º 308. p. 265	1
32 (373.56)	Fol	1,39	16	6	Constantino II	LO	Corona/ PLN	VICTORIAE LAET PRINC PERP	320	t. VII n.º 180. p. 108	49
33 (373.31)	Fol	2,77	19	6	Constantino II	ARL	QARL creciente	VIRTVS – CAESS.	325	t. VII n.º 294. p. 265	1
34 (373.54)	Fol	2,71	20	11	Licinio II	R	RX/F/RT	SOLI INV-I-CTO COMITI	314	t. VII n.º 29. p. 299	16
35 (373.55)	Num	2,51	20	1	Emisión Conmemort.	ARL	PCONST	Victoria a izq.	330	t. VII n.º 344. p. 271	22
36 (373.55)	Num	2,19	19	12	Emisión Conmemort.	LV	PLG	Loba, Rómulo y Remo y estrellas	335	t. VII n.º 275. p. 140	127
37 (373.53)	Num	1,35	17	2	Constancio II	TES	SMTSΓ	GLORI-A EXER-CITVS	336	t. VII n.º 224. p. 529	127
38 (373.52)	Num	1,20	14	5	Constancio II?	--	--	GLORI-A EXER-CITVS	336- 342	No se puede catalogar	127
39 (373.26)	Num	1,43	14	2	Constancio II	ARL	G/ PARL	GLORI-A EXER-CITVS	340	t. VIII n.º 57. p. 206	1
40 (373.43)	Num	1,49	13	1	Constancio II	AQ	AQP	GLORI-A EXER-CITVS	340	t. VIII n.º 27a. p. 316	1
41 (373.36)	Num	1,21	16	12	Constancio II	R	R:S	VICTORIAE DD AVGGQ	347	t. VIII n.º 83. p. 253	1
42 (373.60)	Num	1,55	16	12	Constancio II	R	R:P	VICTORIAE DD AVGGQ	347	t. VIII n.º 80. p. 253	1
43 (374.8)	Num	2,45	18	7	Constancio II?	--		FEL TEMP REPARATIO	Post. 350	No se puede catalogar	370
44 (374.9)	Num	1,36	19	11	Constancio II?	--		FEL TEMP REPARATIO?	Post. 350	No se puede catalogar	328

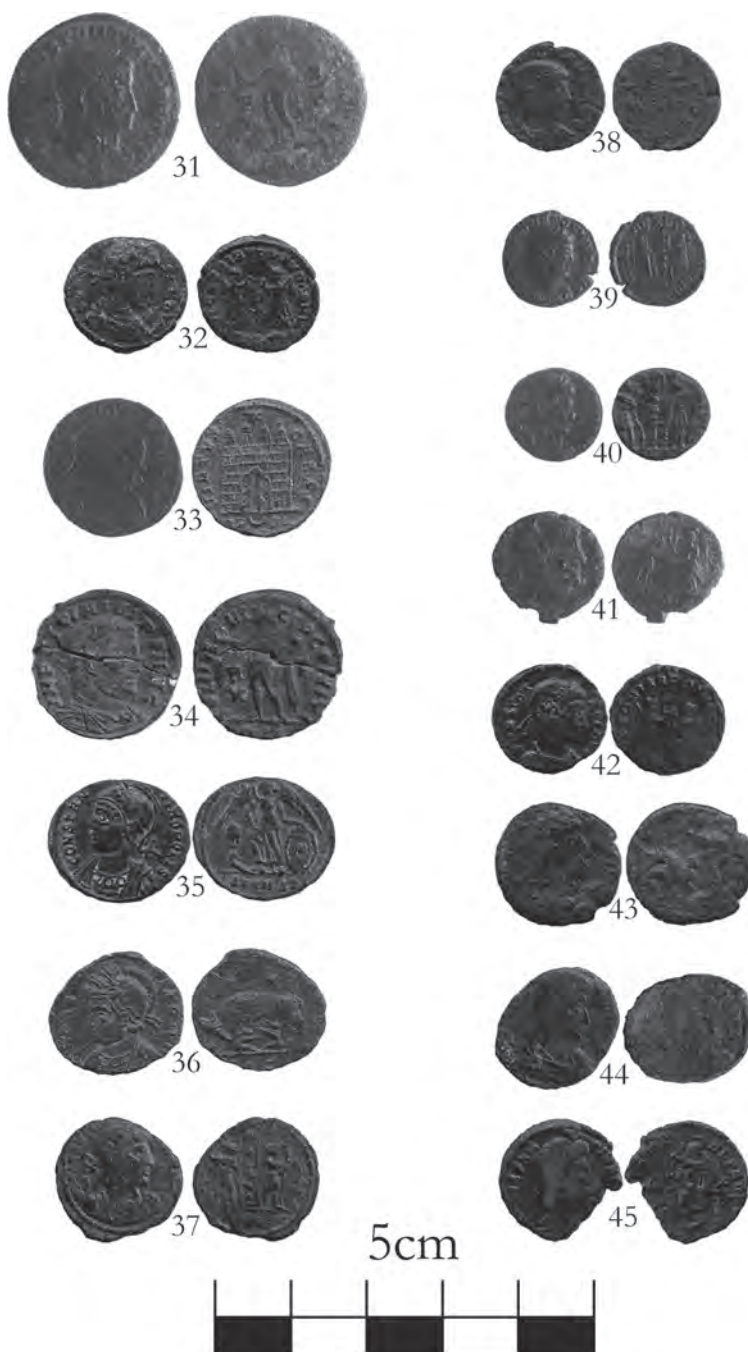
N.º	V	P	M	E	Emp.	Ceca	Mar.	Reverso	Cron.	RIC	UE
45 (374.6)	Num	1,22	16	1	Constancio II	NIC	M/ --NA	FEL TEMP REPARATIO	355- -360	t. VIII n.º 110. p. 482	446
46 (373.28)	Num	1,80	18	11	Constancio II	ARL	TCON	FEL TEMP REPARATIO	355- -360	t. VIII n.º 266. p. 224	1
47 (373.33)	AE2	5,00	25	11	Magnencio	R	Re	GLORIA ROMANORVM	350- -352	t. VIII n.º 197. p. 265	1
48 (373.48)	Num	1,50	15	11	Constante	--		GLORI-A EXER-CITVS	336- -342	No se puede catalogar	440
49 (374.3)	Num	1,48	15	7	Constante? Const. II?	--		Frustró	330- -360	No se puede catalogar	80
50 (373.58)	Num	1,72	16	11	Constante?	--		FEL TEMP REPARATIO	355- -360	No se puede catalogar	52
51 (374.2)	AE2	4,28	24	7	Graciano	NIC	SMNA	REPARATIO REIPVB	378- -383	t. IX n.º 27ª1. p. 257	75
52 (374.15)	AE2	4,37	23	5	Graciano	R	SMRP	REPARATIO REIPVB	378- -383	t. IX n.º 43ª1. p. 125	324
53 (374.20)	AE2	4,82	25	5	Graciano	ARL	PCON	REPARATIO REIPVB	378- -383	t. IX n.º 20ª1. p. 67	79
54 (373.45)	AE2	4,59	26	6	Valentiniano II	--		REPARATIO REIPVB	378- -383	No se puede catalogar	278
55 (374.14)	AE2	1,45	17	11	Teodosio	--		GLORIA ROMANORVM	392- -395	Frag. no se puede catalogar	327
56 (373.46)	AE2	5,66	25	7	Teodosio	SIS	ASISC	REPARATIO REIPVB	378- -383	t. IX n.º 26c1. p. 150	278
57 (373.59)	AE2	3,72	22	6	Teodosio	--		REPARATIO REIPVB	378- -383	No se puede catalogar	1
58 (373.59)	Num	1,33	12	7	Frustró	--	--	Frustró	s. IV	No se puede catalogar	52
59 (373.35)	Num	4,67	23	--	Frustró	--	--	Frustró	s. IV	No se puede catalogar	1
60 (374.16)	As	9,86	27	--	Frustró	--	--	Frustró	s. I-II	No se puede catalogar	225
61 (373.22)	¿?	1,23	21	--	Frustró	--	--	Frustró	Medvl.	No se puede catalogar	1
62 (373.32)	Reis	24,70	37	12	Maria II	LIS	--	Escudo con leyenda	1849	--	1



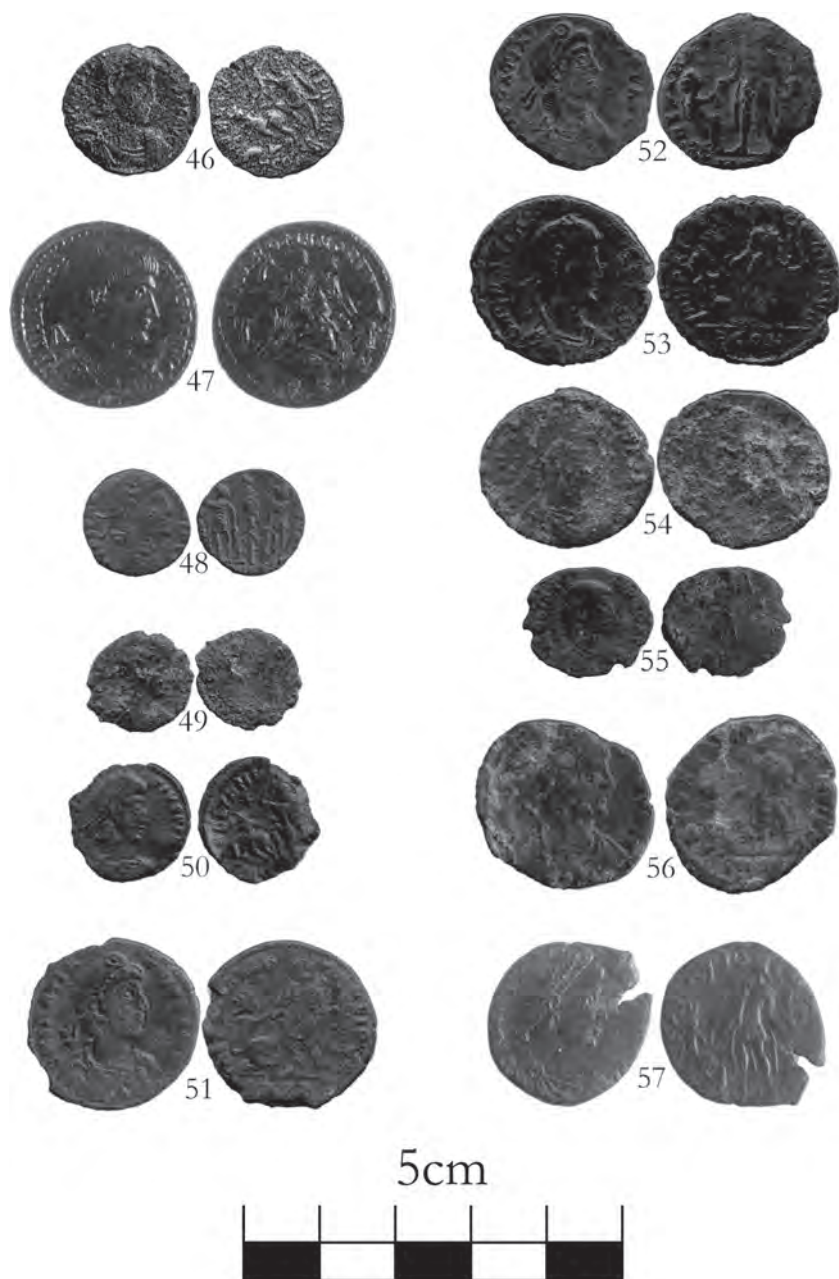
Lamina 1 – Registro Monetario de la villa romana de Quinta das Longas.



Lamina 2 – Registro Monetario de la *villa* romana de Quinta das Longas.



Lamina 3 – Registro Monetario de la villa romana de Quinta das Longas.



Lamina 4 – Registro Monetario de la *villa* romana de Quinta das Longas.

NOTA

El conjunto de monedas de la *villa* romana de Quinta das Longas fue integrado en el *corpus* estudiado para la tesis doctoral (Universidad de Sevilla y Universidad de Lisboa) de uno de los autores de este artículo (NCD), dedicada a *Economía monetaria de las áreas rurales de la Lusitania romana*, durante una estancia predoctoral en el MNA en 2015.

BIBLIOGRAFÍA

- ALARCÃO, J. de (1988) – *O Domínio romano em Portugal*. Lisboa: Mem Martins: Publicações Europa-América.
- ALMEIDA, M. J. e CARVALHO, A. (1998) – Ânforas da *villa* romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): resultados de 1990-1998. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:2, p. 137-163.
- ALMEIDA, M. J. e CALVALHO, A. (2004) – Vias e circulação de produtos no SW do *Conventus Emeritensis*: o exemplo de Quinta das Longas (Elvas, Portugal). In GORGES, J. G.; CERRILLO, E. y NOGALES, T., coord. – *Mesa Redonda Internacional sobre la Lusitania Romana*, 5, Cáceres, 2002: *Las Comunicaciones*. Cáceres: Ministério de Cultura, p. 369-389.
- ALMEIDA, M. J. e CARVALHO, A. (2005) – *Villa* romana da Quinta das Longas (Elvas, Portugal): a lixeira baixo-imperial. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 299-368.
- ÁLVAREZ MARTINEZ, J. M. (1983) – El mosaico del tritón de la villa romana de «La Cocosa» (Badajoz). In *Homenaje al Prof. Martín Almagro Basch*. Madrid: Ministerio de Cultura. vol. 3, p. 3278-388.
- ARCE, J. (2002) – Mérida Tardorromana (300-580 d. C.). *Cuadernos Emeritenses*. Mérida. 22.
- ARIAS FERRER, L. (2012) – *Hispania en el siglo II d. C. Circulación y perduración de la moneda*. Oxford: Archeopress (Bar International Series; 2327).
- BANAJI, J. (2001) – *Agrarian change in late Antiquity: gold, labour and aristocratic dominance*. Oxford: University Press.
- BLAZQUEZ CERRATO, M. C. (2002) – *Circulación monetaria en el área occidental de la Península Ibérica. La moneda en torno al «Camino de la Plata»*. Montagnac: Éditions Monique Mergoil.
- BOST, J. P. (1992-93) – Villa y circulación monetaria: Hipótesis de trabajo, *Studia Historica. Historia Antigua*. Salamanca. X-XI, p. 219-225.
- CARDOSO, J. L. e DETRY, C. (2005) – A lixeira baixo-imperial da *villa* da Quinta das Longas (Elvas): análise arqueozoológica e significado económico-social. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 369-386.
- CARNEIRO, A. (2010) – Em *pars* incerta. Estruturas e dependências agrícolas nas *villae* da Lusitânia. *Conimbriga*. Coimbra. XLIX, p. 225-250.
- CARNEIRO, A. (2014a) – *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2 vol.
- CARNEIRO, A. (2014b) – *Otium*, materialidade e paisagem nas *villae* do Alto Alentejo português em época romana. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie II. Historia Antigua*. Madrid. 27, p. 207-231.
- CARVALHO, A. (1992) – Escavações arqueológicas na *villa* romana da Quinta das Longas. *Al-madan*. Almada. II s., 1, p. 90.
- CARVALHO, A. (1994) – A *villa* romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas) as prospeções de 1990. In *Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 5, Lisboa, 1994: Actas. Lisboa: AAP. vol. 2, p. 239-251.
- CARVALHO, A. e ALMEIDA, M. J. (1999-2000) – Una década de trabalhos na *villa* romana da Quinta das Longas. *A cidade*. Portalegre. N. S., 13/14, p. 13-37.

- CARVALHO, A. e ALMEIDA, M. J. (2003) – A água e o mármore na *villa* baixo-imperial da Quinta das Longas. *Elvas-Caia. Revista Internacional de Cultura e Ciência*. Lisboa; Elvas. 1, p. 113-126.
- CEPEDA, J. J. (2000) – Maiorina Gloria Romanorum. Monedas, tesoros y áreas de circulación en Hispania en el tránsito del siglo IV al siglo V. *AEspA*. Madrid. 181-182, p. 161-192.
- CHAVARRÍA ARNAU, A. (2007) – *El final de las villae en Hispania (siglos IV-VIII)*. Bruxelles: Brepols Publishers, Turnhout.
- CONEJO DELGADO, N. (2015) – Producción, comunicación, comercio y moneda en la Lusitania romana: el caso de la villa romana de Clavelinas (Torremejía, Badajoz). *Saguntum (P.L.A.V.)*. Valencia. 47, p. 121-137.
- CORDERO RUIZ, T. (2013) – *El territorio emeritense durante la Antigüedad tardía (siglos IV-VIII)*. Génesis y evolución del mundo rural lusitano. Madrid: CSIC. (Anejos de *AEspA*; LXVI).
- CORRALES ÁLVAREZ, A. (2014) – *La arquitectura doméstica en Augusta Emérita*. Tesis Doctoral Inédita. Universidad de Extremadura. Facultad de Filosofía y Letras. Cáceres.
- DEPEYROT, G. (1992) – Le système monétaire de Dioclétien à la fin de l'Empire Romain. *Revue belge de Numismatique*. Bruxelles. 138, p. 33-106.
- DERU, X. y GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (2014) – Discussion préalable autour du concept de consommation. In DERU, X. y GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R., dir. – *Consommer dans les campagnes de la Gaule romaine. Actes du X^e congrès de l'Association AGER*. *Revue du Nord*. Lille. H.s. 21, p. 13-19.
- FABIÃO, C. (2014) – La Lusitania: una provincia romana atlántica. In *Congreso Internacional de Arqueología Clásica: Centro y periferia en el mundo clásico*, 18, Mérida, 2013. Mérida: Ministerio de Cultura, p. 1657-1664.
- FIGUEROA, M. (1999) – La circulación del Ae2 teodosiano en la vía de la Plata. In MORA, M.; CENTENO, R. M. S. y GARCÍA-BELLIDO, M.^a P., coord. – *Rutas, Ciudades y monedas en Hispania: Encuentro Peninsular de Numismática Antigua*, 2, Porto, 1997: *Actas*. Madrid: CSIC, p. 367-380.
- GONÇALVES, V.; CARVALHO, A.; POMBAL, S. (2003) – A ocupação pré-histórica da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 109-142.
- GORGES, J. G. (1979) – *Les villes hispano-romaines: Inventaire et problématique archéologiques*. Paris: De Boccard.
- GORGES, J. G. (1990) – Villes et villas de Lusitanie: interactions – échanges – autonomies. In *Les villes de Lusitanie romaine : hiérarchies et territoires*. Paris: De Boccard, p. 91-113.
- GREENE, K. (1986) – *The Archaeology of the Roman Economy*. London: Batsford.
- GUERRA, A.; CARVALHO, A. y ALMEIDA, M. J. (2006-2007) – *Tertulius*; un antropónimo en la villa romana de Quinta das Longas (Elvas, Portugal). *Anas*. Mérida. 19-20, p. 117-125.
- LÓPEZ QUIROGA, J.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2000-2001) – El final de las villae en Hispania. I. La transformación de las pars urbana durante la Antigüedad Tardía. *Portugalia*. Porto. XXI-XXII, p. 137-190.
- MELCHOR GIL, E. (2013) – Entre la «*urbs*» y el «*fundus*»: conmemoración funeraria y honorífica de las élites locales hispano-romanas en sus propiedades rústicas. *Veleia*. Bizkaia, 30, p. 119-142.
- NOGALES BASARRATE, T.; CARVALHO, A. y ALMEIDA, M. J. (2004) – Programa decorativo de la Quinta das Longas (Elvas, Portugal). Un modelo excepcional de las villae de la Lusitania. In *Reunión de escultura romana de Hispania*, 4, Lisboa, 2002: *Actas*. Madrid: Ministerio de Cultura, Subdirección General de Información y Publicaciones. p. 103-156.
- OLIVEIRA, C.; CARVALHO, A. e ALMEIDA, M. J. de (2011) – La Villa da Quinta das Longas (Elvas, Portugal): Les mosaïques du Bas-Empire. In *Colóquio Internacional da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo (AIEMA)*, 10, Coimbra, 2005: *O Mosaico Romano nos Centros e nas Periferias. Originalidades, Influências e Identidades*. Coimbra: Museu Monográfico de Conímbriga; Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação. p. 903-914.
- PASTOR MUÑOZ, M. (2004) – Vías de comunicación y relaciones comerciales entre *Betica* y *Lusitania*. In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E. y NOGALES, T., coord. – *Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las comunicaciones*, 5, Cáceres, 2002. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 195-222.

- PEREIRA, I.; BOST, J. P y HIERNARD, J. C. (1974) – *Fouilles de Conimbriga. III – Les Monnaies*. Paris: E. de Boccard.
- PIRES, A. T. (1901) – Catálogo do Museu Archeologico de Elvas. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 6, p. 209-236.
- RIC (Roman Imperial Coinage) = t. I: SUTHERLAND, C. H. V. (1923) – *Roman Imperial Coinage, from Augustus to Vitellius*. London: Spink and Son Ltd.
- t. v-1: WEBB, P. H. (1933) – *Roman Imperial Coinage, from Valerian to Florian*. London: Spink and Son Ltd.
- t. VI: SUTHERLAND, C. H. V. (1967) – *Roman Imperial Coinage, from the Diocletian Reform to Maximinus II*. London: Spink and Son Ltd.
- t. VII: BRUUN, P. M. (1966) – *Roman Imperial Coinage, from Constantine I to Licinius*. London: Spink and Son Ltd.
- t. VIII: KENT, J. P. C. (1981) – *Roman Imperial Coinage: The Family of Constantine I*. London: Spink and Son Ltd.
- t. IX: MATTINGLY, H.; SUTHERLAND, C. H. V.; LITT, D.; CARSON, R. A. G. (1951) – *Roman Imperial Coinage, from Valentinian I to Theodosius I*. London: Spink and Son Ltd.
- RIPOLLÈS, P. P. (2002) – La moneda romana imperial y su circulación en Hispania. *AEspA*. Madrid. 185-186, p. 195-214.
- RODRIGUEZ MARTÍN, F. G. y CARVALHO, A. (2015) – Las villae como testimonio emblemático del mundo rural romano. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; CARVALHO, A. y FABIÃO, C., ed. lit. – *Lusitania Romana. Origen de dos pueblos*. Mérida: MNAR. p. 237-247. (Studia Lusitana; IX).
- ROYO, H., LAPUENTE, P.; BASARRATE-NOGALES, T.; CARVALHO, A.; ALMEIDA, M. J. (2011) – Primeiros resultados arqueométricos en el estudio del conjunto escultórico de la villa romana de Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas). In *Congresso Ibérico de Arqueometria*, 9, Lisboa, 2011. Poster.
- RUIVO, J. (2008) – *Circulação monetária na Lusitânia do século III*. Tese de doutoramento inédita. Universidade do Porto. I y II.
- RUIVO, J. (2012) – As moedas da Porta Sul, do Forum e das Termas. In CORSI, C., ed. lit. – *Ammaia II: The Excavation Contexts. 1994-2011*. Ghent: Ghent Academia Press. p. 335-351.
- SAN VICENTE, J. L. (1999) – *Circulación monetaria en Hispania durante el siglo IV d. C.* Madrid: Fábrica Nacional de Moneda y Timbre.
- SEPÚLVEDA, E. (2003) – Terra sigillata hispânica facetada da Quinta das Longas, Elvas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:1, p. 287-297.
- SIENES HERNANDO, M. (2000) – As imitações de moedas de bronze do século IV d.C. na Península Ibérica: o caso do AE2 *Reparatio Reipub*. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 13.
- WALLACE-HADRILL, A. (1991) – Elites and trade in the roman town. In RICH, J. y WALLACE-HADRILL, A., ed. lit. – *City and country in the Ancient World*. London; New York: Routledge. p. 241-272.

Inscrição árabe de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz, Évora)

Arabic inscription in Santa Vitória do Ameixial (Estremoz, Évora)

ANA LABARTA*, CARMEN BARCELÓ**

RESUMO

Dá-se a conhecer *later* romano reutilizado com escrita árabe, que se guarda no Museu Nacional de Arqueologia (MNA) de Lisboa. Foi achado em 1970 na *villa* lusitano-romana de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz), destituído de contexto arqueológico, num montículo de materiais de construção recolhidos nas escavações de 1915-1916.

Contém 10 linhas de escrita árabe de tipo cúfico, sem pontos, nem vogais, nem sinais auxiliares. As letras gravaram-se em vazio, com algum artefacto metálico de ponta fina, e colocando a peça de maneira que o lado maior fique na vertical.

A aparência das letras sugere datar a inscrição entre a última década do século XI e o primeiro quarto do século XII, entre 1090 e 1125, na época dos almóadas. A impressão visual é que estamos perante uma inscrição de tipo rural e popular, feita por uma pessoa que tinha bom domínio da escrita, mas não era lapicida profissional nem estava ligado à elite cultural ou política.

O artigo oferece edição e tradução do texto árabe, que se compõe de:

- a) *basmala* inicial, uma invocação a Deus presente no princípio de todas as inscrições;
- b) uma exclamação relacionada com três personagens do Antigo Testamento conhecidas também pelo Islão: Adão, Moisés e Salomão;
- c) dois versículos do Alcorão. O primeiro faz referência aos génios que trabalhavam para Salomão e não perceberam a morte dele; se eles soubessem, teriam poupado um ano de trabalho. O segundo adverte que os projetos de Deus se cumprem embora sejam estranhos para nós.

O conteúdo é somente religioso; não é o de uma fundação, nem o de um epitáfio. Não tem nomes próprios nem data. As suas fórmulas religiosas não

* Docente da Faculdade de Filologia. Universidade de Valencia (Espanha). E-mail: ana.labarta@uv.es.

** Docente da Faculdade de Filologia. Universidade de Valencia (Espanha). E-mail: carme.barcelo@uv.es.

são as habituais nas inscrições conhecidas do *Al-Andalus*. No conjunto parece um aviso de que a morte é inevitável e da necessidade de estarmos cientes disso. Acreditamos que a inscrição tem carácter espontâneo e popular e não responde a um povoado muçulmano no lugar; é o resultado da reflexão de alguém que ao passar por este sítio arqueológico usou um dos materiais para registar os seus pensamentos.

Palavras-chave: Epigrafia árabe – Período islâmico – Almorávidas – *Gharb Al-Andalus*

ABSTRACT

This study deals with a Roman brick reused to write on it an Arabic inscription. It was found in 1970 in the Lusitanian-Roman Villa of Santa Vitória do Ameixial (Estremoz), deprived of archaeological context, among the building materials collected during the 1915-1916 excavations and is now kept in Lisbon, in the Museu Nacional de Arqueologia.

It contains 10 rows of Arabic script of the type called Kufic, without dots, vowels or any auxiliary signs. The script was inscribed with a fine-tipped metal artefact, and putting the piece so that the larger side stays upright. The appearance of the letters suggests the inscription should be dated between the last decade of the 11th century and the first quarter of the 12th century, between 1090 and 1125, at the time of the Almoravids.

The visual impression is that of a rural and popular type of inscription, made by a person who had good knowledge of writing, but who was not a professional engraver and was not connected to the cultural and official elite.

The article offers the edition and translation of the Arabic text, which is composed of:

- a) the *basmala*, an invocation to God present at the beginning of all Islamic inscriptions;
- b) an exclamation related to three characters of the old testament known also by Islam: Adam, Moses and Solomon;
- c) two verses of the Quran. The first one refers to the geniuses who worked for Solomon and didn't realize his death; if they knew that, they would have saved a year's work. The second warns that God projects are fulfilled even though they are unknown to us.

The content is only religious; we are not in front of a foundation inscription, nor an epitaph; we don't have proper names or a date; the religious formulae are not the usual found in the known inscriptions of Al-Andalus.

In a whole, it looks like a warning that death is inevitable and we need to be aware of that. We believe that the inscription has spontaneous and popular character and does not respond to the existence of a Muslim village or settlement in that place; it is only the result of the action of someone passing by this archaeological site in mediaeval times that used one of its materials to register his thoughts.

Keywords: Arabic epigraphy – Islamic period – Almoravids – Gharb al-Andalus

Em janeiro de 2017, o Diretor do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa (MNA), Dr. António Carvalho, solicitou-nos um relatório sobre a inscrição árabe – destituída de contexto arqueológico – que tinha sido coletada anteriormente no sítio da *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz), e que foi entregue no Museu¹. O estudo desta peça motivou este trabalho, e os resultados são apresentados para sua apreciação pela comunidade científica².

A presente inscrição vem juntar-se ao importante grupo de lápides árabes preservado em Portugal (Labarta e Barceló, 1987a; Borges, 1998); muitas das quais são evidências do período islâmico peninsular e algumas têm grande importância histórica (Barceló, 2013); outras, porém, vieram de fora de Portugal, de perto ou de longe, trazidas pelos conquistadores ou adquiridas por coletores (Labarta, 2015). Acreditamos que cada nova descoberta fornece informações valiosas sobre o território, a arabização e a islamização dos habitantes, costumes e crenças, além de detalhes mais específicos de cada uma, relacionados com a ciência epigráfica.

CONTEXTO DE RECOLHA DA PEÇA

A descoberta da *villa* lusitano-romana de Santa Vitória do Ameixial ocorreu na sequência de trabalhos de exploração de uma pedreira na aldeia de Santa Vitória. O proprietário dos terrenos comunicou o facto ao diretor do Museu Etnológico

1 José Luís de Matos entregou esta peça ao Museu, em 12 de janeiro de 2017, em cerimónia pública na Sociedade de Geografia de Lisboa, durante a conferência «Mouros e cristãos no Ocidente do *Al-Andalus* no contexto tardo-romano de St.ª Vitória do Ameixial».

2 Aproveitamos esta oportunidade para agradecer ao Diretor do MNA, à Luísa Guerreiro, do serviço de inventário e coleções e à conservadora-restauradora Margarida Santos, as fotografias da peça e os dados relativos ao achado, número de inventário e medidas.

Português, José Leite de Vasconcelos (1858-1941), que enviou o conservador do Museu, Luís Chaves (1888-1975), para proceder às primeiras escavações neste sítio, o que ocorreu em 1915 e 1916. Chaves imediatamente deu notícias dos resultados em jornais locais e mais tarde publicou dois estudos que mostraram o interesse dos restos romanos encontrados, e em especial dos mosaicos (Chaves, 1938).

É uma *villa* de características rurais, incluindo vestígios do peristilo e de zona termal, que foi edificada entre o final do século I a. C. e o início do século IV d. C. durante a romanização da Península Ibérica. A *villa* terá tido uma primeira ocupação no século I, como é documentado pelo aparecimento de uma moeda de Nero e cerâmica datada deste período. No entanto, a ocupação mais significativa, em termos de vestígios materiais, é já do Baixo-Império (finais do século III, inícios do século IV).

Foram encontrados neste sítio treze painéis de mosaicos que serviam de pavimento –nomeadamente na parte do peristilo que chegou até aos nossos dias – de motivos predominantemente geométricos, sendo famoso o mosaico de Ulisses (Torres Carro, 1978). Além dos mosaicos, o espólio recolhido no local e transportado para Lisboa, onde se encontra depositado no MNA, integra ainda importantes vestígios de escultura de vulto em mármore e escultura arquitetónica, materiais de construção e pinturas murais, utensílios variados, loiças domésticas, vidros, vasos de bronze, adornos femininos de ouro e osso, jogos, anéis de metal ou de vidro e um rico tesouro de 3000 moedas romanas.

As escavações arqueológicas foram retomadas em 1970. O Dr. José Luís de Matos, então funcionário do MNA, foi incumbido pelo diretor do museu, Professor Doutor D. Fernando de Almeida, de fazer uma recuperação e limpeza das estruturas da *villa* romana de Santa Vitória. Ao chegar ao local, num montículo de materiais de construção recolhidos nas escavações, ao serem removidos entulhos e vegetação rasteira, meio coberta por estes detritos e juntamente com restos de cerâmica (cerâmicas modernas e fragmentos de cerâmica romana), quase à superfície, encontrou a peça em questão que recolheu. Em 2017 doou-a ao Museu (n.º de inventário 2017.9.1).

DESCRIÇÃO DA PEÇA

O suporte é um tijolo de cerâmica com forma retangular paralelepípedica, possuindo faces planas, parecendo ser o aproveitamento de um *later* romano. Mede 26 cm de altura x 22,5 cm de largura x 4,6 cm de espessura. A peça é preservada quase completa; tem sofrido alguns danos, especialmente nas bordas e faltam também três ângulos. Numa das faces aparecem linhas de texto em escrita árabe que ocupam quase toda a superfície, de contorno retangular (fig. 1).



Fig. 1 – Inscrição árabe de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz, Évora). MNA, Lisboa. Foto DGPC/ADF/José Paulo Ruas.

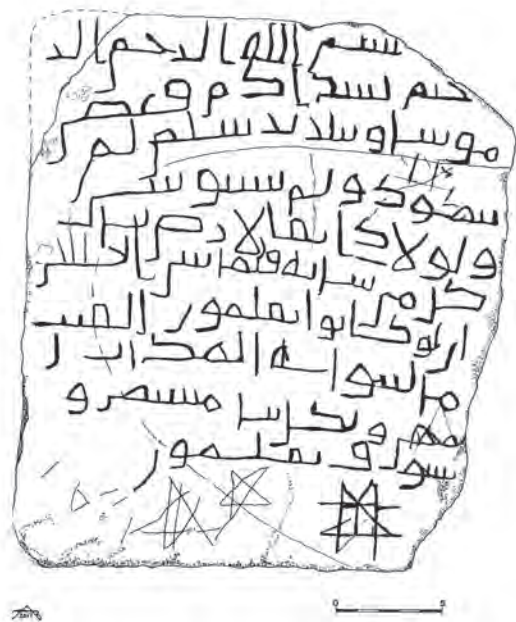


Fig. 2 – Inscrição árabe de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz, Évora) (seg. C. Barceló).

O texto da inscrição é preservado na sua integridade embora falte o canto superior direito; o que prova que o *later* já o tinha perdido na época em que foi usado como elemento de suporte da escrita. Ao contrário, o canto esquerdo foi perdido após a gravação da inscrição árabe e por isso perdeu alguns traços no final da primeira linha. Outros traços têm sido danificados por golpes que têm lascado a borda direita.

A inscrição é constituída por 10 linhas. As linhas de escrita não são horizontais, mas irregulares, não se mantêm paralelas nem é constante a distância entre elas. A escrita árabe é do tipo cúfico, sem pontos, nem vogais, nem sinais auxiliares. As letras gravaram-se em vazio, com algum artefacto metálico de ponta fina, e para leitura coloca-se a peça com o lado maior na vertical.

As incisões são amplas e profundas. A impressão visual é que estamos perante uma inscrição de tipo rural e popular, feita por uma pessoa que tinha um bom domínio da escrita, mas não era um lapicida profissional nem estava ligado à elite cultural ou política.

Além da escrita, na parte inferior da superfície gravada vemos duas estrelas de cinco pontas, incisas com pouca profundidade, por objeto afiado. À direita, na mesma posição, há outro desenho, gravado com a mesma profundidade que o texto árabe. Consiste em duas linhas paralelas verticais, atravessadas por duas paralelas horizontais; formam o que poderia ser um pequeno tabuleiro para o jogo da velha ou jogo do galo; um segmento vertical divide o quadrado central, e outros segmentos unem pontas talvez com a intenção de formar uma estrela de oito pontas.

O TEXTO ÁRABE. EDIÇÃO

Na edição, respeitamos a ortografia e os finais de linha do original (fig. 2), sem restaurar as letras que faltam nem os erros na escrita. Falaremos destes aspectos na secção relativa à epigrafia. Nossa edição é a seguinte:

بسم الله الرحمن الرحيم [الر]
 حيم بشد ادم وعصى
 موسا وسرير سليمان لم
 نتعود ولم نستوسن
 ولو لا دابة الأرض تأ
 كل من سآته فلما تبين الجن
 أن لو كانوا يعلمون الغيب
 ما لبثوا في العذاب ا
 [ل]مهن ولكل نبا مستقر و
 سوف تعلمون

O TEXTO ÁRABE. TRADUÇÃO

Na nossa tradução mantemos as linhas e incluímos entre colchetes as referências a passagens do texto do Alcorão.

1. Em nome de Deus, o Clemente, o [Miseri-]
2. cordioso. Pela força de Adão, o bastão
3. de Moisés e o trono de Salomão! Não
4. teríamos procurado refúgio e não teríamos dormido
5. se não tivesse sido por «a besta da terra que co-
6. meu seu cetro. E quando (caiu), tornou-se evidente para os *jinn*s
7. que se eles tivessem conhecido o desconhecido
8. não tinham ficado no tormento
9. vil» [Alcorão XXXIV, 14] e «cada anúncio tem seu prazo e
10. sabereis» [Alcorão VI, 67].

COMENTÁRIO EPIGRÁFICO E DATAÇÃO

Não é o mesmo um desenho em relevo ou uma gravura incisa, esculpir em mármore ou em terracota, o resultado do trabalho de lapicida profissional ou o de um amador. Contudo, os traços caligráficos subjacentes no *later* são os que caracterizam as inscrições do império dos Almorávidas (fig. 3). A forma de alguns traços especiais pode ser comparada com a da epigrafia cúfica em relevo da área de Almeria, a que forneceu o maior número de estelas deste período (Ocaña, 1964).



Fig. 3 – Alfabeto da inscrição árabe de Santa-Vitória. Século XII (seg. A. Labarta).

No alfabeto árabe desta época, que se estende entre 1084 e 1145, destaca-se o grafema que representa *ʿayn* medial que não tem a forma triangular aberta ou fechada de outras cronologias se não a de um quadrado fechado. Assim o vemos gravado no *later* de Estremoz e nas inscrições de Almeria – especialmente nas da segunda década do século VI da Hégira.

Outras características específicas são:

- a) a letra *mīm* final adquiriu na etapa taifa um apêndice que se prolonga na direção da linha inferior, um aspeto já consolidado neste período almorávida;
- b) *hāʾ* medial é um triângulo cortado por uma linha oblíqua;
- c) *nūn* final e isolada ainda mantém a forma angular da época Taifa.

A lápide de Almeria que guarda maior número de semelhanças ou coincidências com a inscrição de Santa Vitória é uma estela do ano 522 H/1128 (Ocaña, 1964, n.º 54). Além disso, também uma lápide de mármore achada recentemente em Córdoba e datada do ano 516 H/1123 amostra vários grafemas com desenhos semelhantes aos já mencionados (Martínez Núñez, 1996, p. 145, fig. 1).

Dentro da área do *Garb al-Andalus* a nossa inscrição tem paralelos gráficos com uma lápide, achada no castelo de Alcácer do Sal, esculpida em relevo e datada no ano 492 H/1099 já em época dos Almorávidas e preservada no Museu Municipal de Alcácer (n.º de inventário 4584) (Labarta e Barceló, 1987b, p. 239-241).

Pelo contrário, os traços que oferecem duas inscrições incisas deste mesmo período, provenientes de Cáceres (498/1105) e Trujillo (528/1133) (Pavón, 1967 e 1970; Rosselló, 1978, n.º 3; Pérez Álvarez, 1992) não têm semelhança com os da escrita cúfica do *later* que aqui estudamos.

A aparência das letras sugere datar a inscrição entre a última década do século XI e o primeiro quartel do século XII, entre 1090 e 1125, em época almorávida.

PARALELOS

A reutilização de um *later* romano para inscrever um texto árabe não é usual, mas não é um caso excecional, conhece-se outro exemplo, vindo também da mesma província romana. É outro *later* romano do qual deu notícia Zozaya (1986, p. 117 nota 9 e fig. VIb). As medidas são: 28,5 cm de altura x 23,5 cm de largura x 5 cm de espessura. Achou-se em 1968 em Vegas de la Alameda (Fuente del Maestre, Badajoz) e encontra-se no Museu de Badajoz (n.º de inventário 4247). Tem gravadas nove linhas de escrita árabe em estilo cúfico simples, também incisa, sendo a estela funerária de um homem (Martínez Núñez, 2013, n.º 10).

COMENTÁRIO AO TEXTO

Como se aprecia, através da tradução e edição, o texto árabe está composto de:

- a) *basmla* inicial (linhas 1-2), uma invocação a Deus presente no princípio de todas as inscrições;
- b) uma exclamação relacionada com três personagens do Antigo Testamento conhecidas também pelo Islão: Adão, Moisés e Salomão (linhas 2-3);
- c) dois versículos do Alcorão, o primeiro dos quais faz referência à inesperada morte de Salomão.

Embora se trate de passagens conhecidas do texto sagrado islâmico, a escrita incisa no *later* tem algumas discrepâncias em relação ao que diz o texto do Alcorão:

- a) no início da linha 4, parece que foi gravado *natakawwad* em vez de *nata'auwwad*;
- b) no início da linha 6, a palavra *minsa'ata-hu* foi cortada, como se fossem duas palavras, uma delas a preposição *min*.
- c) perto do final desta linha 6, vemos *tabayyana* em vez da forma *tabayyanat* que figura neste versículo;
- d) no mesmo versículo foi omitida – por descuido ou voluntariamente – a palavra árabe *harra*.
- e) no início da linha 9, a palavra *al-muhīn* do versículo corânico 9 foi escrita *al-muhīn*, com a omissão da letra *yā'*.

O conteúdo é somente religioso; não é o de uma fundação, nem o de um epitáfio. Não têm nomes próprios nem data. As suas fórmulas religiosas não são as habituais nas inscrições conhecidas do *Al-Andalus*. No conjunto parece um aviso de

que a morte é inevitável e da necessidade de estarmos cientes disso, da ameaça do castigo do inferno para aqueles que não agem com previsão da vida após a morte.

A menção da vara de Moisés pode estar relacionada com Alcorão II, 60. O versículo diz: «E quando Moisés pediu água para o seu povo, nós dissemos: “Bate a rocha com a tua vara!”. E dela brotaram doze fontes. Todos sabiam de qual tinham que beber. Comei e bebei da graça de Deus e não cometeis injustiças nem origineis desordem na terra nem a corrompeis».

A vara de Moisés desempenha um papel importante nas lendas medievais islâmicas. De acordo com alguns autores, teria baixado do Paraíso e antes de Moisés, teria sido de vários profetas começando com Adão, como Noé, Abrão, Ismael, Isaac e Jacob; de acordo com uns, deu-lhe a vara um anjo e para outros, obteve-a de sua esposa. Na tradição islâmica é uma vara milagrosa; o compilador da literatura exegética *al-Ta'labī* (m. 427 / 1035) detalha notavelmente as suas maravilhas: brilha no escuro; produz água na seca; se for plantada no solo, torna-se uma árvore de fruta; produz leite, mel e aroma perfumado; frente ao inimigo torna-se um dragão duplo; fende montanhas e rochas; permite cruzar rios e mar; afasta as feras do gado (Heller, 1993, p. 639).

O fragmento do Corão XXXIV, 14 refere-se ao poder de Salomão sobre os gênios (*ǧinn*) que habitam a terra. O versículo anterior (13) afirma que «eles fizeram ao rei de Israel tudo o que ele queria: salões (*maḥārib*), estátuas (*tamāṭīl*), jarros (*ǧifan*) como poços (*jawāb*) e caldeirões (*quḍūr*) imóveis». Diz o tradutor Julio Cortés (1980, p. 511, nota) que, quando Salomão morreu, ficou em pé por um ano suportado na sua cana para que os gênios – ignorantes da sua morte – dessem termo às obras que tinham confiadas. Este comentário explica o significado do versículo presente na lápide: o caruncho ou a besta da terra comeu a cana e quando, sem apoio, Salomão caiu, os gênios perceberam que ele tinha morrido há muito tempo e que se eles soubessem teriam poupado um ano de trabalho.

A inscrição termina com o versículo VI, 67 que adverte que os projetos de Deus se cumprem embora sejam estranhos para nós; portanto, o crente deve estar preparado em todos os tempos para a morte e o julgamento subsequente por suas ações na terra.

A meditação na frente das ruínas do acampamento da tribo ou de antigos vestígios é um tópico da literatura árabe clássica, desde as suas origens na era pré-islâmica, que se tornou um estereótipo quase obrigatório no prólogo dos longos poemas chamados *qaṣīda*; existem numerosos textos de renomados autores que usam este recurso literário. Evocar o passado, a ruína dos grandes impérios, a transitoriedade da vida humana, o *ubi sunt* dos romanos, é algo que vem automaticamente ao espírito de um árabe com uma mínima educação literária.

O Alcorão também insiste na fugacidade da vida do crente que tem que estar alerta em todos os momentos pela possibilidade de que sua vida acabe quando

menos espera. Acreditamos que a inscrição tem carácter espontâneo e popular e não responde a um povoado muçulmano no lugar; é o resultado da reflexão automática de alguém que estava passando por este sítio arqueológico e que usou um dos materiais para registar o que pensava.

Carmen Barceló indica que os monumentos romanos, que ainda existem em muitos países árabes, têm amostras de graffiti árabes, desde um datado do ano 75/694 gravado sobre o arco de Marco Aurélio na cidade libanesa de Trípoli ou os também muito antigos, do ano 117/735, incisos e pintados nas paredes da cidade arruinada de Antinoë no Egito (Barceló, 1997, p. 135).

O ânimo do homem medieval ficava impressionado por um edifício arruinado. Os escritos medievais árabes recolhem muitos exemplos, como fez o cordobês *Ibn Baṣkuwāl*, no seu livro sobre personagens de *Al-Andalus*. Na biografia de *Aḥmad b. 'Alī al-Ġabalī* (que morreu no início do século XI) informa que fez a peregrinação para Meca e que no caminho para Medina entrou numa ruína onde viu escrito numa parede, virada ao sul, o seguinte verso: «Você é um tolo se seu coração procura glória em vão, porque a morte se aproxima no tempo em que os pecados fluem» (Barceló, 1997, p. 135).

É notável que essas mesmas considerações sobre a transitoriedade da vida foram expressas em termos semelhantes por Luís Chaves na conclusão do seu estudo dos restos da *villa* romana de Santa Vitória: «No século IV fôra feita ou estava de pé, consoante o provam a letra das inscrições, o tipo dos mosaicos, as moedas, etc. A horda das invasões, tê-la-ia destruído; e o tempo, que nada poupa, cobriu o abandono e as ruínas dos homens com a sepultura de terra em que tudo afunda e esconde» (Chaves, 1938, p. 117).

BIBLIOGRAFIA

BARCELÓ, C. (1997) – *Graffiti árabes: un intento de clasificación*. In GIMENO, F.; MENDIGORRI, M. L., ed. lit. – *Los muros tienen la palabra. Materiales para una historia de los graffiti*. *Seminari Internacional d'Estudis sobre la Cultura Escrita*, 2, Valencia, 1994: Actas. Valencia: Departamento de Historia Antigua y de la Cultura Escrita. p. 121-147.

BARCELÓ, C. (2013) – Lisboa y Almanzor (374 H/985 d. C.). *Conimbriga*. Coimbra. 52, p. 165-194.

BORGES, A. G. M. (1998) – Epigrafia árabe no Gharb. [n.º 272-308, 310]. In *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 227-255, 264-267.

CHAVES, L. (1938 [1956]) – Estudos lusitano-romanos. I. A «Villa» de Santa-Vitória do Ameixial (Concelho de Estremoz). Escavações em 1915-1916. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 30, p. 14-117.

EL CORÁN. Edición preparada por Julio Cortés (1980). Madrid: Editora Nacional.

CORTÉS, J. (1980) – cf. EL CORÁN.

HELLER, B. (1993) – Mūsā. In *The Encyclopaedia of Islam*. 2.^a ed. Leiden: Brill, vol. VII, p. 638-639.

LABARTA, A. (2015) – Epigrafia árabe sobre piedra en el *Garb al-Andalus*. In MALPICA, A.; Sarr,

B., ed. lit. – *Epigrafía Árabe y Arqueología Medieval*. Granada: Alhulia, p. 205-238.

LABARTA, A.; BARCELÓ, C. (1987a) – Inscripciones árabes portuguesas: situación actual. *Al-Qanṭara*. Madrid. 8, p. 395-420.

LABARTA, A.; BARCELÓ, C. (1987b) – Dos inscripciones árabes halladas en Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 239-243.

MARTÍNEZ NÚÑEZ, M. A. (1996) – Estelas funerarias de época almorávide aparecidas en Córdoba. *Miscelánea de Estudios Árabes y Hebraicos*. Granada. 45, p. 133-146.

MARTÍNEZ NÚÑEZ, M. A. (2013) – *Epigrafía Árabe del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz*. Badajoz. Museo de Badajoz.

MARTINS, A. – *Villa Lusitano-Romana de Santa Vitória do Ameixial*. IGESPAR, Ministério da Cultura de Portugal. [Consult 02 jul. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/>

[patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70269/>](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70269/>).

NUNES, J. CASTRO (1993) – *Villa Lusitano-Romana de Santa Vitória do Ameixial*. [Consult. 30 jun. 2017]. Disponível em WWW: <URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2766>.

OCAÑA, M. (1964) – *Repertorio de inscripciones árabes de Almería*. Madrid; Granada: C.S.I.C.

SOUCEK, P. P. (1993) – Solomon's throne/Solomon's bath: model or metaphor? *Ars Orientalis*. Washington D.C. 23, p. 109-34.

TORRES CARRO, M. (1978) – La escena de Ulises y las sirenas del mosaico de Santa Vitória (Portugal). *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 44, p. 89-102.

ZOZAYA, J. (1986) – Huesos grabados con inscripciones árabes. *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*. Madrid. 22, p. 111-126.

Cerâmica pintada a branco sobre engobe vermelho: Uma produção tardo-medieval de difusão suprarregional

White painted reddish slipware: a late medieval production with a supra-regional diffusion

MARCO LIBERATO*, HELENA SANTOS**, NUNO SANTOS***,
MASSIMO BELTRAME****, JOSÉ MIRÃO*****

RESUMO

Cerâmica pintada a branco sobre engobe vermelho designa uma produção baixo-medieval que foi comercializada num espaço geográfico alargado e se afirmou como artigo de consumo restrito, muito embora não apresentasse cobertura vítrea ou esmaltada. Mimetizando os motivos das apreciadas cerâmicas esmaltadas que aportavam nas cidades portuguesas, vindas do Levante, terá sido essa a mais-valia comercial que dinamizou a sua afirmação nos mercados do *Entre Tejo e Odiana*, permitindo a grupos sociais menos endinheirados usufruir de produtos requintados, quando comparados com a restante cerâmica sem revestimento, mas menos dispendiosos que as referidas importações. Discute-se ainda o eventual papel das comunidades muçulmanas na génese desta produção e na depuração dos motivos utilizados, bem como a localização dos presumíveis centros de produção, recorrendo a técnicas arqueométricas.

Palavras-chave: Cerâmica pintada a branco – Iconografia – Mudejarismo – Séculos XV-XVI – Redes comerciais

* Bolseiro de doutoramento da FCT. Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciência do Património.
marcoliberato@hotmail.com.

** Arqueóloga. lenamps@hotmail.com.

*** Arqueólogo. nuno.arh.santos@gmail.com.

**** Laboratório HERCULES. UNESCO Chair in Intangible Heritage and Traditional Know-How: Linking Heritage, Universidade de Évora, Largo Marquês de Marialva, 8, Évora, Portugal, massimo@uevora.pt.

***** Laboratório HERCULES, Universidade de Évora, Largo Marquês de Marialva, 8, Évora, Portugal. Departamento de Geociências, Escola de Ciência e Tecnologia, Colégio Luís António Verney, Rua Romão Ramalho, n.º 59, 7000-671 Évora. jmirao@uevora.pt

ABSTRACT

White painted reddish slipware it's a late medieval production that was commercialized in a large geographic space as a restricted consume item, even without glazed or enameled coverage. By mimicking the motifs of the enameled ceramics that arrived to the Portuguese cities from the Spanish Levant, this would have been the commercial added value that stimulated their affirmation in the markets of Entre Tejo and Odiana region, allowing social groups with economic constrains to enjoy exquisite products – when compared to the rest of the unglazed ceramics – but less expensive than the mentioned importations. The presumable role of the Muslim communities in the genesis of this production is also discussed, namely in the process of choosing the used motifs. Finally, the location of the presumed production centers is advanced, based in archaeometric techniques.

Keywords: White painted reddish slipware – Iconography – Mudejar style – XV-XVI centuries – Commercial networks

1. INTRODUÇÃO

Em 2005, o tipo de cerâmica que agora se analisa foi isolada no registo arqueológico da vila de Palmela como uma produção específica, tendo sido reconhecidos no essencial os seus aspetos técnicos, bem como a origem exógena dos protótipos das suas composições ornamentais (Carvalho, 2005, p.v.12). No entanto, o cumular de exemplares identificados em várias povoações portuguesas permite agora uma abordagem mais sistemática às suas características técnicas, formais e decorativas, ao enquadramento socioeconómico e cultural que dinamizou a sua produção, bem como avançar mais seguramente na identificação da origem geográfica das importações cujos motivos ornamentais esta produção mimetizou.

Decorrente da profusão de estruturas negativas comumente interpretadas como silos de armazenagem que vão surgindo em Santarém – certamente relacionada com a brandura do substrato geológico e com a vocação agrícola da cidade – são vulgarmente exumadas nesta cidade peças cerâmicas com elevada percentagem do perfil preservado, não sendo invulgares os exemplares praticamente completos. Condições ideais para uma rigorosa datação contextual das cerâmicas recuperadas nos seus enchimentos e para a apreensão, neste caso concreto, das suas composições decorativas, dificultada ou mesmo impossível quando tratamos com fragmentos muito reduzidos. Assim, as peças escalabitanas assumem um papel axial nesta exposição, complementada com todos os exemplares desta produção que neste momento se encontram publicados.

2. ASPETOS TÉCNICOS

A característica que se impõe no primeiro contacto com este tipo de cerâmica é o recurso à pintura a branco, técnica ornamental que, mau grado episódica-

mente utilizada noutros âmbitos culturais, é geralmente associada de forma algo acrítica ao período islâmico. No entanto, verifica-se que não existe nenhuma relação de continuidade com as soluções decorativas dos séculos XI-XII, esquemáticas e geométricas, que desaparecem do registo arqueológico de Santarém no decorrer da centúria de Trezentos (Liberato, 2012, p. 103).

A cerâmica pintada a branco sobre engobe vermelho constituiu claramente uma produção tardo-medieval, fixada entre o século XV e o século XVI, sendo evidente que as diferenças não se esgotam no âmbito cronológico, mas são também imediatamente perceptíveis ao nível técnico e ornamental. De facto, a espessura do traço dos desenhos nesta produção traduz-se geralmente na existência de relevo, enquanto nas cerâmicas islâmicas e «epi-islâmicas» se verificava uma aplicação tendencialmente bidimensional, pouco cuidada na rigorosa definição dos motivos, característica que se acentua nos contextos mais tardios (Id., *ibid.*).

Outro elemento que permite definir estas cerâmicas como uma produção específica, que replica sempre as mesmas técnicas, é a aplicação de um engobe de tom laranja-avermelhado que cobre irrepreensivelmente todas as irregularidades das peças, criando uma superfície absolutamente homogênea, onde se adivinham apenas as marcas do que parece ser uma pequena espátula utilizada no seu alisamento. Este acabamento terá certamente uma função estética, uma vez que, além da uniformização da superfície – que em termos tácteis se assemelha mesmo a um «vernizamento» nas peças mais tardias – potencia o contraste cromático com o pigmento branco, acentuando assim os motivos desenhados. Não se trata, portanto, de cerâmica comum, mas antes de um artigo com esmerado acabamento e com preocupações estéticas evidentes, correspondendo indubitavelmente a um produto de consumo restrito.

3. MOTIVOS E PROGRAMAS ORNAMENTAIS

Apresentam-se agora os exemplares recuperados em Santarém pelas razões já expostas, cuja análise permite rastrear e sistematizar os motivos e esquemas decorativos patentes em todas as peças publicadas até ao momento, independentemente do local da sua identificação.

A intervenção na **Praça Sá da Bandeira**, que não foi coordenada por nenhum dos redatores, o que impede uma rigorosa integração cronológica, ofereceu uma série de exemplares desta produção, atualmente depositados na reserva do Museu Municipal de Santarém¹, apresentando-se agora três peças provenientes do silo 24

1 Aproveitamos para agradecer quer a autorização para visitar esta reserva e desenhar as peças, prontamente concedida pela Chefe do Serviço Municipal de Bibliotecas, Arquivo e Património Cultural da Câmara de Santarém, Dr.ª Luísa Cotrim, quer o auxílio prestado pela equipa de Arqueologia nas pessoas do Dr. António Matias e do Sr. Tiago Martinho.

que, a julgar pela presença de cerâmicas vidradas sobre pasta branca, terá sido amortizado na Baixa Idade Média, mau grado as mesmas se encontrarem classificadas como islâmicas no relatório correspondente (Batata, 2003).

A primeira peça, que será uma jarra ou um púcaro, foi ornamentada com motivos vegetalistas (fig. 1:1), tendencialmente realistas, sendo mesmo possível identificar folhas de uma quercínea, o que por si só constitui um indicador cronológico, dada a difusão de motivos semelhantes ou aparentados no contexto da escultura gótica, em que o naturalismo se afirmou definitivamente (Pereira, 1995, p. 426). Sobre suporte cerâmico, este motivo pode ser observado, por exemplo, nas produções de Teruel de meados do século xv (Martins et al., 2010, p. 156).

Durante os mesmos trabalhos foi recuperada uma outra jarra (fig. 1:2), que apresenta como motivo principal grandes círculos preenchidos com reticulado, separados por conjuntos de três traços verticais, enquanto junto ao colo se observa a presença de uma moldura cuja pequena área preservada não permite discernir os elementos com que foi composta. Novamente fica demonstrado que os programas ornamentais constituem um elemento de datação bastante rigoroso, uma vez que o uso de reticulados é um dos elementos que mais frequentemente surge na loiça gótico-mudéjar da região valenciana (Pascual e Martí, 1986, p. 157).

Um terceiro fragmento, do qual não é possível discernir a forma do recipiente (fig. 1:3), ilustra a dificuldade em identificar e categorizar os elementos ornamentais quando se recuperam parcelas demasiado pequenas das composições. Assinale-se, no entanto, que é possível observar um elemento secundário bastante comum e que se assume como um caractere individualizador desta produção, apesar da sua simplicidade, que consiste em pequenos círculos totalmente preenchidos, eventualmente aplicados a partir de gotas de tinta que se precipitariam na ponta dos pincéis e que tendem a ocorrer no interior de representações geometrizes.

A escavação arqueológica dos n.º 2 a 8 da Avenida Cinco de Outubro ofereceu também algumas peças cerâmicas que correspondem à produção em apreço e permite algumas considerações cronológicas e quantitativas, na medida em que todo o material recuperado na mesma se encontra já inventariado. Num púcaro, de que se recuperou apenas um fragmento do fundo, é reconhecível nova representação vegetalista, neste caso associável a uma espiga de cereal (fig. 1:5), motivo também recorrente nas produções levantinas (Pascual e Martí, op. cit, p. 157). Uma outra peça continua a reforçar a relação desta produção com a iconografia clássica da cerâmica mudéjar da região de Valência, na medida em que junto do arranque de asa de um pequeno púcaro surge pintado um motivo antropomórfico que remete para uma mão humana (fig. 1:5). É certamente uma representação iconográfica da fórmula contra o mau-olhado *hamsa fi'ayni-k*, de origem berbere, que se disseminou na Península durante a presença almorávida (Navarro e Jimé-

nez, 2009, p. 702) e se vulgarizou como símbolo apotropaico durante a época almóada, aplicado por exemplo em talhas estampilhadas, referenciando-se este motivo em Mértola (Khawli, 1994, p. 144), em Silves e Sevilha (Gomes e Gomes, 1986, p. 139), em Jerez de la Frontera (Montes, 1987-1988, p. 182) ou em Alcácer do Sal (Paixão e Carvalho, 2001, p. 221). A sua representação continuaria vigorosa nas produções mudéjares, ocorrendo quer nas aragonesas provenientes de Teruel (Álvaro, 2006, p. 323), quer nas oriundas dos ateliês valencianos de Manises e Paterna, onde se afirma como um motivo decorativo recorrente desde o século XIII (Mesquida, 2002, p. 160).

Assinale-se que estes dois fragmentos serão os exemplos mais antigos desta produção, uma vez que a datação contextual do depósito [939], de onde foram recuperadas, parece demonstrar que este despejo, relacionado com atividades metalúrgicas, ocorreu na primeira metade do século XV (Liberato, 2012, anexo VII). De referir ainda que o seu engobe – bem como o de outros pequenos fragmentos recuperados no mesmo contexto – não é tão uniforme como o verificado nos restantes exemplares escalabitanos aqui mencionados. Importa, portanto, testar com futuros elementos se estamos perante um fenómeno pós-deposicional ou uma marca «genésica» da afirmação desta produção, que nos seus primórdios não teria ainda atingido o esmero técnico que se constata nos exemplares mais tardios.

A representação de formas imbuídas de simbolismo no contexto do mundo muçulmano não se esgota no exemplo já avançado. O motivo geométrico que se observa numa parede de uma peça formalmente inclassificável (fig. 1:6) parece corresponder a uma simplificação de uma representação clássica do Paraíso. Consiste numa estrutura cruciforme que remete para os quatro rios que o cruzariam, sendo que em composições mais complexas cresce uma «árvore do Paraíso» de cada um dos vértices centrais (Zozaya, 2002, p. 139). Reduzido à sua forma esquemática, surge precocemente nas produções de Paterna durante o século XIII (Mesquida, 2002, p. 175).

Mesmo o motivo de «aspas» verticais que surge numa jarra recuperada no mesmo arqueossítio (fig. 1:7) poderá corresponder a uma readaptação da representação simbólica da «árvore da vida» – elemento mitológico difundido no Mediterrâneo pelo menos desde época romana, mas que no universo islâmico parece ter ganho nova pujança via Pérsia (Pérez, 2002, p. 99) – uma vez que foi muitas vezes utilizado para desenhar o seu caule nas produções mudéjares. Apresenta um outro motivo vegetalista, comum nesta produção, que consiste num caule de onde vão surgindo folhas estilizadas, uma vez mais à imagem das cerâmicas valencianas, onde ambas as representações foram utilizadas pelo menos desde o século XIII (Mesquida, 2002, p. 67 e 103). Assinale-se que nas produções levantinas surgem frequentemente gavinhas, pelo que podemos estar perante a representação de videiras, designação que utilizamos doravante.

Como foi já avançado, só foi possível realizar uma abordagem quantitativa aos materiais cerâmicos provenientes desta escavação arqueológica, onde foram recuperados mais de 80.000 fragmentos. Empiricamente verifica-se que está ausente da esmagadora maioria dos contextos baixo-medievais sendo que, por exemplo, não se identificou pintura a branco no espólio do depósito [2058], um dos contextos quatrocentistas que ofereceram mais fragmentos, cerca de oito centenas. Já nos depósitos onde surgiu, corresponde a uma percentagem diminuta das cerâmicas recuperadas, sempre inferior a 2%, o que contrasta com o verificado para contextos islâmicos onde a pintura a branco atingia sempre valores superiores a 14% (Liberato, op. cit, p. 43). Raridade que sublinha a sua inserção na categoria de produção de consumo restrito, mau grado não receber qualquer revestimento vidrado.

Também no âmbito do projeto de edificação da Clínica Dr. Ruy Puga, no n.º 28 a 30 da Rua Luís de Camões, durante as campanhas de escavação arqueológica foram exumados exemplares recolhidos em contextos de deposição secundária (colmatação de silos). Verifica-se que se enquadram também numa baliza cronológica – definida por referências estratigráficas e análise comparativa – que corresponde ao período tardo-medieval (séc. xv).

Assim, a jarra recuperada no depósito [1002] (fig.1:8) conserva a forma do corpo ovoide a globular, com fundo convexo, sendo visível a marca da extremidade inferior da asa na parede do bojo. A superfície externa apresenta uma decoração composta por motivo fitomórfico curvo no qual se inserem motivos maiores sugerindo, uma vez mais, tratar-se de folhas de carvalho. As semelhanças com outra peça já apresentada (fig. 1:1) são evidentes, sugerindo uma especialização de determinadas olarias na sua produção e a correspondente standardização de algumas soluções decorativas.

Já o púcaro proveniente do sedimento [1004] (fig. 1:9) oferece corpo de forma ovoide, delimitado do fundo – presumivelmente plano – por uma canelura horizontal. O colo é baixo, com bordo extrovertido e lábio de secção semicircular. Em termos decorativos, a peça exhibe como decoração central um reticulado pintado em diagonal que preenche uma moldura de formato subquadrangular, contornada por uma faixa decorativa de elementos triangulares.

Por último, a jarra recuperada do depósito [1149] (fig. 1:10) afirma-se como uma peça singular, quer em termos morfológicos quer em termos decorativos, merecendo uma descrição mais cuidada, na medida em que é o exemplar desta produção mais completo e com decoração mais complexa reconhecido até ao momento. Possui uma base larga de fundo convexo, apoiada em três pés, ascendendo depois até um bojo ovoide a globular, associado a um colo alto com forma troncocónica invertida reta. O topo termina com um bordo extrovertido com lábio de secção triangular. No início do hemisfério superior do bojo destaca-se

um bico vertedor cilíndrico, incompleto, sob o qual se desenvolve uma pequena asa de secção oval que descreve uma volta, unindo à parte inferior do colo. Oposto ao bico e a meio do bojo reconhece-se o arranque de uma asa de secção triangular cuja orientação seria vertical, fazendo ligação à parte superior do colo (em falta). A peça ostenta uma grande variedade ornamental, agrupada em diferentes composições decorativas. Os temas encontram-se organizados horizontal e verticalmente, sobre o bordo, o colo, o bojo, asas, bico vertedor e nos pés. O bordo mostra grupos de dois traços com inclinações opostas, as «aspas» que já referimos, repetidos em toda a extensão. Está separado do colo por uma banda horizontal que encima um motivo fitomórfico estilizado, a que já aludimos aquando da descrição de outra jarra (fig. 1:7). O mesmo elemento de carácter vegetal/foliar está representado horizontalmente no colo, surgindo na vertical na superfície do bojo, sob o bico vertedor. Na parte inferior do colo, a circundar o bico vertedor, destaca-se um elemento reticulado em diagonal sinuoso. Por sua vez o arranque do bojo está demarcado do colo por duas linhas horizontais paralelas.

O bojo é a área onde se reconhece a principal composição decorativa, replicada em duas faces. Apresenta um signo-salomão dobrado (Vasconcelos, 1918), a que se sobrepõe um motivo estelar octogonal, no centro do qual surge representada uma mão humana, correspondendo uma vez mais à *hamsa*. Esta composição principal está demarcada lateral e inferiormente por um adorno que combina formas geométricas de difícil caracterização, podendo corresponder a uma representação do «cordão da eternidade». Junto ao arranque da asa volta a surgir uma mão humana pintada, sendo que os pés estão decorados com duas pinceladas horizontais, padrão que foi também aplicado no bico vertedor e nas asas.

Sistematizando agora os motivos decorativos utilizados nesta produção, tendo como referentes os seus aspetos formais e iconográficos, podemos individualizar cinco grupos. Destacam-se as representações **vegetalistas**, que podem surgir como motivo principal, como no caso apresentado das folhas de quercínea ou do motivo floral de Lisboa que se refere adiante, mas são mais frequentes enquanto elementos complementares, sendo especialmente apreciadas as espigas e «videiras». Os motivos **geométricos** são também amplamente utilizados, surgindo destacados círculos e quadrados, enquanto aspas enfileiradas e bordaduras ou cordões desenhados a partir de matrizes triangulares surgem em planos secundários. São ainda incluíveis nesta categoria outros elementos que, mais que motivos propriamente ditos, constituem antes padrões de preenchimento, sendo exemplo os reticulados ou os pontos circulares. Foram ainda isolados os desenhos **estelares**, tomando como referência o número e orientação dos vértices das representações, pelo que neles se incluem a forma octogonal da peça representada na fig. 1:6, a par das diversas variantes referenciadas do signo-salomão. Reproduções **antropomórficas** resumem-se, por ora, a mãos humanas, mas a frequência deste

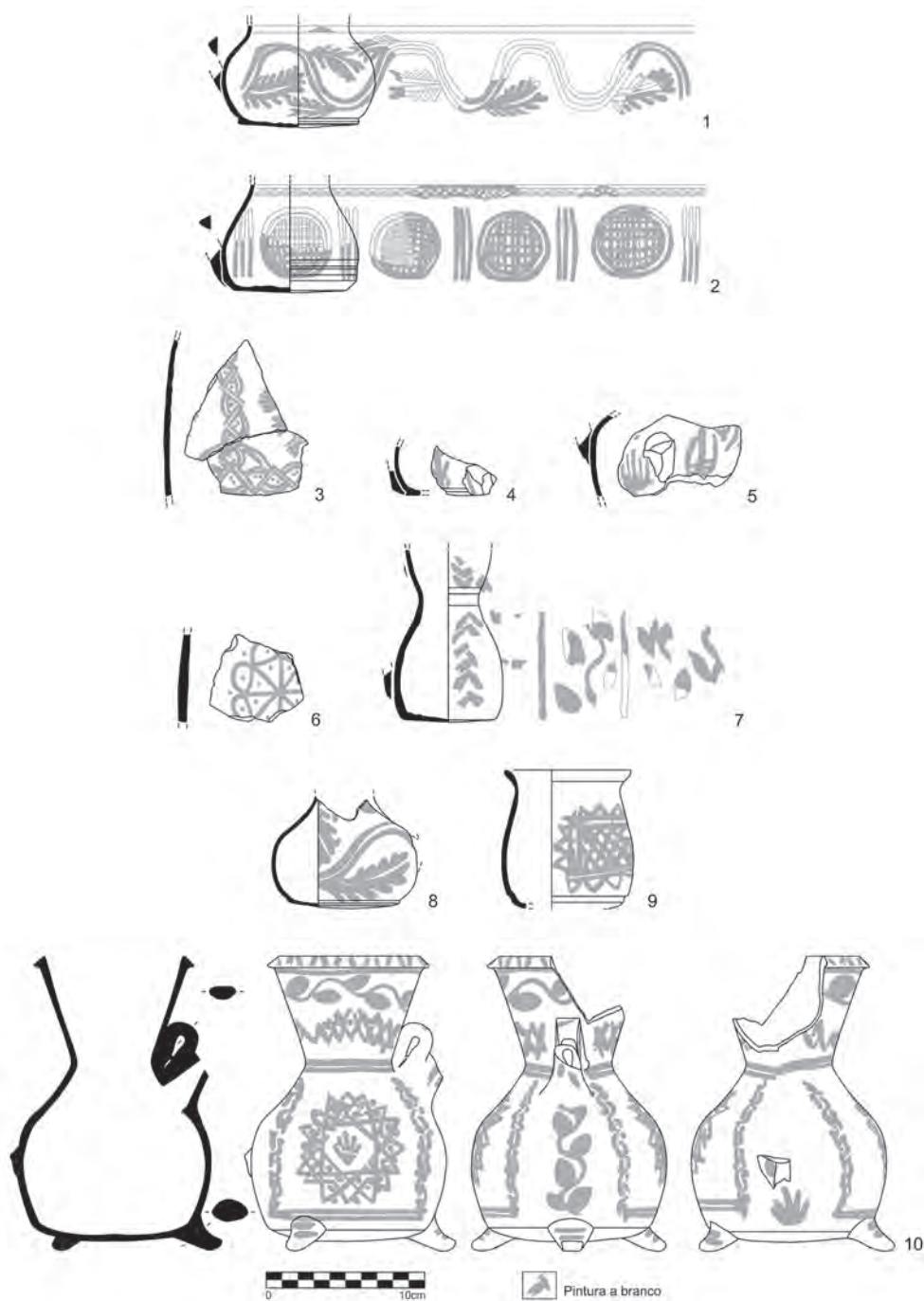


Fig. 1 – Cerâmica pintada a branco sobre engobe vermelho recuperada em Santarém.

motivo justifica a criação da categoria. Um último conjunto corresponde aos elementos **indeterminados**, onde serão agrupáveis os motivos que, devido a questões como o absoluto esquematismo da representação ou a pequenez dos fragmentos, não permitem uma imediata inclusão em qualquer das outras categorias.

4. DISTRIBUIÇÃO E LOCAIS DE PRODUÇÃO

Importa agora elencar os exemplares desta produção identificados noutras povoações portuguesas, destacando-se de entre elas **Lisboa**, tanto pelo número de peças reconhecidas, como pelo padrão de distribuição na sua malha urbana. Sublinhe-se também que os contextos em que surge nesta cidade têm sido integrados cronologicamente nos finais do século xv/inícios do século xvi.

Assim, foi publicado um lote proveniente do **Castelo de S. Jorge** que permite reforçar as considerações até agora avançadas acerca dos seus aspetos técnicos, uma vez que as autoras do artigo destacam a facilidade de individualização desta produção a partir do seu acabamento (Gaspar e Gomes, 2016, p. 326). Permite ainda incluir o prato no lote de formas da cerâmica pintada a branco sobre engobe vermelho, na medida em que ilustra um exemplar que foi decorado com esquemas para-vegetais obtidos a partir de traços de pigmento e um segundo onde parece ter sido desenhado um motivo floral (Gaspar e Gomes, 2016, fig. 8). Dos elementos representados, destaca-se uma forma estelar decorando um púcaro e uma parede de um recipiente indeterminado, que apresenta a composição mais completa deste conjunto e que consiste num signo-salomão dobrado, no centro do qual foi pintado um símbolo semelhante – mas na sua forma simplificada – rodeado por um círculo, ocorrendo ainda uma terceira representação deste elemento, eventualmente apotropaico, no interior do pentágono formado pelas linhas do anterior. Assinale-se que esta composição apresenta também dois elementos complementares muito comuns nesta produção cerâmica: os pequenos círculos e o enchimento com reticulado (Gaspar e Gomes, 2016, fig. 8), a que já nos referimos. Os restantes fragmentos provenientes do mesmo arqueossítio e apresentados nesse estudo não permitem grandes considerações sobre os motivos presentes, devido às suas dimensões reduzidas.

A publicação reproduz fotograficamente mais cinco fragmentos provenientes das escavações da **Sé de Lisboa** (Gaspar e Gomes, 2016, fig. 12) que permitem antecipar uma distribuição generalizada pela cidade. Já as suas reduzidas dimensões impossibilitam, uma vez mais, qualquer contributo para a sistematização dos programas iconográficos desta produção cerâmica.

Também no **Martim Moniz** foram exumados pelo menos doze exemplares desta produção, em contextos de lixeira datados de entre os séculos xvi e xvii, muito embora o autor do estudo faça recuar a sua produção uma centena de

anos (Coelho, 2012). Independentemente da sua rigorosa datação, estão presentes uma vez mais motivos estelares e vegetalistas em primeiro plano, enquanto reticulados e círculos preenchidos complementam as composições.

No entanto, esta produção cerâmica circulava noutros centros de consumo, exponencialmente menos dinâmicos que as grandes cidades do Tejo. Na referência pioneira que já mencionámos, Rafael Carvalho publicou dois fragmentos recuperados em **Palmela**, onde se podem observar motivos aparentemente fitomórficos, correspondendo um deles a uma ramagem ou folhagem muito realista, informando ainda da identificação de fragmentos desta produção em **Alcácer do Sal**, **Sesimbra** e **Sintra** (Carvalho, 2005, p. V.12), muito embora sem acrescentar mais pormenores acerca da origem estratigráfica dos mesmos, da sua eventual publicação ou paradeiro. Ainda no mesmo âmbito geográfico, referencia-se um fragmento cerâmico recuperado no castelo de **Torres Vedras**, que apresenta decoração geométrica a partir de linhas brancas, alternando com os círculos preenchidos típicos desta produção (Amaro e Luna, 2004, p. 85).

Mais a sul, está presente em contextos de transição para Idade Moderna, provenientes do silo/cisterna e do silo I do castelo de **Montemor-o-Novo**. Muito embora o seu diminuto tamanho não permita discernir o programa decorativo, a autora do estudo evidenciou o «engobe forte e pintura que em tudo difere das restantes peças» apresentadas, de tradição islâmica (Pereira, 2005, p. 134). Também em **Tavira** se recuperou um púcaro datado da segunda metade do século xv decorado com uma forma retangular preenchida por reticulado, que ocupa grande parte do corpo da peça (Lopes, Covaneiro e Cavaco, 2006, p. 315). Em **Loulé** identificou-se um fragmento desta produção na escavação dos Banhos Islâmicos, em contexto quatrocentista (Torres e Gómez, 2017).

O único exemplo eventualmente correspondente a esta produção identificado até ao momento no Norte do país provém do Porto, encontrando-se publicada uma peça pintada a branco «sobre engobe vermelho» (Real et al., 1995, p. 176). Embora os autores proponham uma cronologia em torno do século XIII, o aspeto técnico relevado e o facto de decorar um prato, forma cerâmica mais comum na Baixa Idade Média, permite perspetivar que estaremos eventualmente perante o mesmo tipo de produção, muito embora os motivos sejam muito simples. No entanto, dada a impossibilidade de afirmar categoricamente a sua correspondência com a mesma, aquela cidade não consta do esboço de distribuição apresentado (fig. 2). Refira-se ainda que no registo arqueológico baixo-medieval de Coimbra foram identificadas peças pintadas a branco, mas o recurso exclusivo a padrões geométricos e esquemáticos, bem como a ausência de engobe (Silva, 2016) afastam-nas definitivamente da produção aqui declarada.

Verifica-se, assim, que de acordo com os dados atualmente disponíveis, as bacias do Tejo e Sado terão sido os corredores preferenciais para a distribuição

desta produção cerâmica, que incluiria ainda os circuitos mediterrânicos, a julgar pela sua presença em Tavira e Loulé. Já o exemplar de Montemor-o-Novo permite especular que o dinâmico eixo viário Lisboa – Évora também carregava esta produção, sendo previsível a sua futura identificação nos centros urbanos alto-alentejanos.

A partir dos exemplos apresentados verifica-se que a homogeneidade técnica e iconográfica registada na cerâmica pintada a branco sobre engobe vermelho, a par da sua raridade no registo arqueológico, constituem claros indícios de que a mesma correspondia a uma produção de consumo restrito, certamente produzida em poucas olarias, eventualmente concentradas geograficamente. A frequência relativa destas cerâmicas em Santarém, bem como a sua referência em contextos da primeira metade do século XV, habilitam esta cidade como um potencial centro de produção.

A arqueometria também não invalida esta hipótese. No âmbito da análise arqueométrica realizada a cerâmicas islâmicas e pós-islâmicas da cidade de Santarém, foram selecionadas vinte e três amostras cerâmicas do sítio arqueológico de Avenida 5 de Outubro n.º 2-8, tendo sido utilizado um espectrómetro XRF portátil. O estudo incluiu fragmentos de cerâmica recuperados dentro de dois fornos, um anterior à conquista da cidade e outro datável do século XIII, bem como amostras de cerâmica comum e pintada a branco recuperadas em vários silos, incluindo duas amostras de cerâmica pintada a branco sobre engobe vermelho, cronologicamente enquadráveis entre os séculos XV-XVI (fig. 1:5 e 1:6).

A análise química por p-XRF é uma ferramenta rápida e completamente não destrutiva, ideal para o estudo do património cultural. Esta técnica já foi aplicada com sucesso em estudos de proveniência de obsidiana (Frahm, 2012) e em particular, de cerâmica (Barone et al., 2010; Speakman et al., 2011). As amostras foram analisadas com um espectrómetro XRF portátil modelo Bruker Tracer III SD equipado com um tubo de raios-X de Rodio e um detetor SDD (resolução de 145 eV a Mn Ka). As análises foram feitas utilizando um filtro (filtro verde, 12 mil de Al + 1 mil Ti + 6 mil Cu) que permite a análise de vários elementos químicos que estão



Fig. 2 – Distribuição da cerâmica pintada a branco sobre engobe vermelho. 1 – Santarém; 2 – Lisboa; 3 – Sintra; 4 – Torres Vedras; 5 – Palmela; 6 – Sesimbra; 7 – Alcácer do Sal; 8 – Montemor-o-Novo; 9 – Tavira; 10 – Loulé.

presentes na amostra, como elementos químicos maiores (Fe, Mn) e em traços (Rb, Sr, Zr, Y, Th, Ga e Nb). As condições de análise utilizadas foram 40 kV, 35 mA e um tempo de aquisição de 300 s para toda a amostra. Foi utilizado o *S1PXRF software* (v. 3.8.30) para registar os espectros e *ARTAX software* (v. 5.3.0.0) para a avaliação e a análise semi-quantitativa dos dados. Considerando que o estudo no momento inclui apenas vinte e três amostras, os resultados mostram que todas elas são semelhantes, criando um grupo muito homogêneo. Isto sugere que a cerâmica comum sem decoração, bem como a pintada a branco, foi produzida na cidade desde pelo menos o final do domínio islâmico até à Baixa Idade Média, utilizando, provavelmente, a mesma matéria-prima obtida localmente.

Esta hipótese não colide com o facto de análises químicas realizadas a peças pintadas sobre engobe vermelho de Lisboa demonstrarem «grande afinidade» com as produções de cerâmica comum dessa cidade (Gaspar e Gomes, 2016), sugerindo também uma produção autóctone. Por outro lado, não é impossível que a cerâmica pintada a branco se fosse difundindo para outras povoações, à medida que aí agregava procura, impelindo os oleiros locais à sua produção. Neste sentido, com as cautelas que devem acompanhar as datações contextuais, recordamos que em Santarém esta produção surge em depósitos com uma cronologia mais antiga que a verificada para Lisboa.

5. A CONJUNTURA SOCIOECONÓMICA E CULTURAL

Independentemente da diacronia e das coordenadas geográficas do aparecimento desta produção, parece evidente que ela ilustra uma transferência iconográfica ocorrida numa escala alargada. Pelos exemplos apresentados, rapidamente se verifica que os motivos utilizados têm os seus melhores protótipos nas produções mudéjares levantinas, que se disseminam por todo o território português a partir do século XIV, mas especialmente na centúria seguinte. A sua aceitação junto dos estados sociais mais prestigiados traduziu-se num forte impacto, constituindo mesmo «el único producto importado desde España por Italia que influye decisivamente sobre las producciones de aquel país», implicando mesmo o desenvolvimento na área de Florença das cerâmicas definidas como «famiglia ítalo-morisca» (Pérez, 2002, p. 93), atestando-se assim o fascínio generalizado que as produções valencianas imprimiam em vários centros oleiros, incluindo aqueles que tradicionalmente se dedicavam à produção de cerâmicas de consumo restrito.

Torna-se assim verosímil que, no caso da pintura a branco sobre engobe vermelho, a mimetização da ornamentação patente naquelas importações corresponda à intenção de atribuir uma mais-valia estética às peças cerâmicas, com vista à sua inserção em redes comerciais que extrapolassem o âmbito meramente local, mesmo sem recorrer a conhecimentos técnicos mais complexos, como os

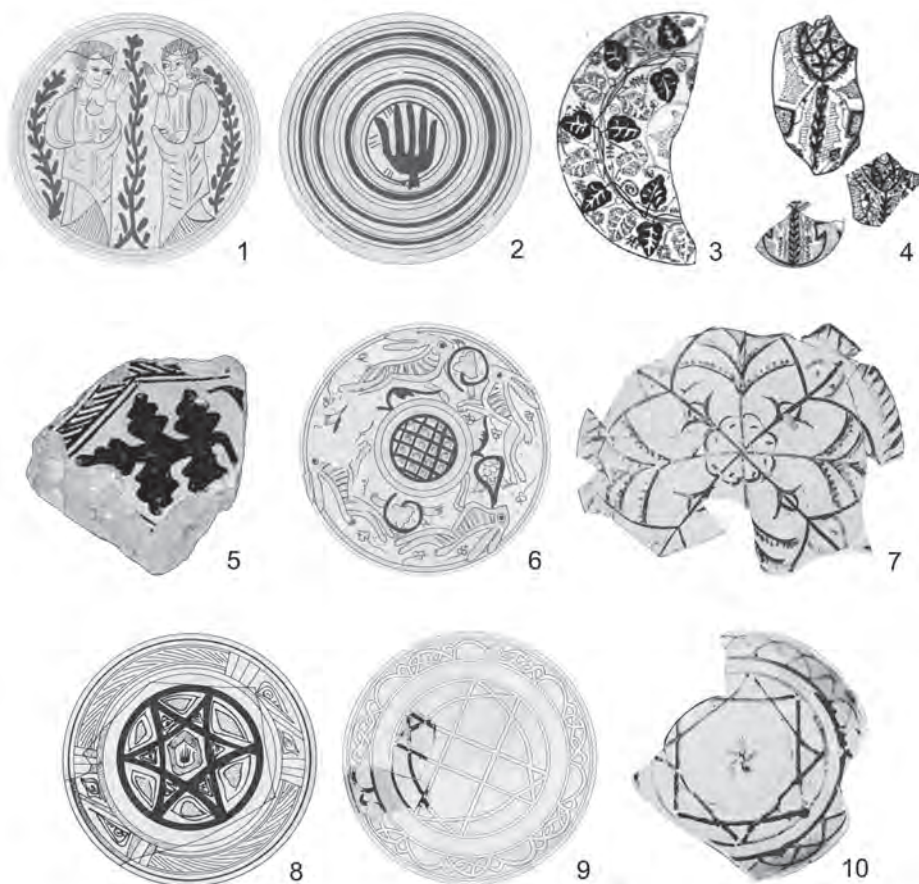


Fig. 3 – Fontes valencianas ou aragonesas dos motivos presentes na cerâmica pintada a branco sobre engobe vermelho: alguns exemplos. 1 – Espigas, século XIV (Pascual e Martí, 1986); 2 – Mão humana, século XIV (Pascual e Martí, 1986); 3 – *Videira*, século XIII (Mesquida, 2002); 4 – *Aspas*, século XIII (Mesquida, 2002); 4 – *Folha de quercínia*, século XV (Martins, 2010); 5 – *Círculo preenchido com reticulado*, século XIV, (Pascual e Martí, 1986); 6 – *Paraíso*, século XIV (Lerma, 1992); 7 – *Signo-salomão simples*, século XIII-XIV (Lerma, 1992); 8 – *Signo-salomão dobrado*, século XIV-XV (Lerma, 1992); 8 – *Estrela octogonal*, século XIV-XV (Lerma, 1992).

necessários para combinar técnicas como o esmalte e a pintura. Pelos exemplos avançados, verifica-se que só decorou cerâmica de mesa, ocorrendo perfis que podem ser considerados excecionais no contexto da cerâmica sem revestimento, como o jarro profusamente decorado proveniente de Santarém (fig. 1:10), cujas características formais, só por si e dada a sua raridade, o tornariam cativante, mas certamente menos dispendioso que peças importadas de uma qualquer cidade mediterrânica. Permitiria assim aos grupos sociais menos favorecidos tentar replicar, na medida das suas possibilidades, o gosto e o consumo das elites.

Quando ao longo da Idade Moderna as referências documentais se multiplicam, torna-se possível identificar, sem dúvida, produções de cerâmica sem revesti-

mento que se destacaram devido a características específicas e que chegam mesmo a granjear fama internacional, como o caso dos púcaros de Estremoz. Que a vertente estética era valorizada parece ser um facto adquirido, a julgar pelo registo de um acompanhante da princesa D. Maria que ao chegar à vila norte-alentejana, em 1543, não deixou de escrever no seu diário que «se os graes e os pucaros sam fermosos mais merecem as mulheres». Cerca de três décadas depois, o secretário do legado papal deslocado à corte de D. Sebastião anota a presença, na mesa do monarca, de recipientes montados com argila vermelha a que os locais chamavam «barro d'Estremoz», considerando-os «muito lindos» (Vasconcelos, 1921, p. 13-14).

As peças pintadas a branco sobre engobe vermelho seriam mais um exemplo das oportunidades comerciais de algumas cerâmicas sem revestimento e seriam transacionadas por todo o reino, como nos anuncia o esboço de distribuição que apresentamos e que será certamente alargado com o cumular de publicações de contextos tardo-medievais. Esquematicamente, em termos de distribuição geográfica da procura, estas colocar-se-iam numa posição intermédia entre a cerâmica comum – cuja área de consumo, quando muito, se processava no âmbito regional – e as peças vidradas ou esmaltadas que eram comercializadas numa escala cada vez mais alargada, tendencialmente «global», como demonstram as escavações arqueológicas nas colónias espanholas do Novo Mundo (Deagan, 1987).

Essa história de sucesso comercial, enfatizada pelos poucos recursos técnicos utilizados, que consistiam basicamente em destacar cromaticamente motivos apelativos sobre um fundo vermelho, poderá ser relacionada com a minoria muçulmana, dado os ornamentos utilizados? Ao assumirmos a sua produção em Santarém, vários argumentos podem ser convocados na defesa de uma resposta afirmativa.

Desde logo por questões demográficas, uma vez que a comunidade escalabitana deveria ser numerosa, a julgar pelas dimensões da necrópole identificada no Largo Cândido dos Reis, onde foram escavados 350 enterramentos depositados em decúbito lateral, numa área de 9681 m² (Matias, 2009, p. 646-647). Localizada no exterior do perímetro amuralhado construído por D. Sancho I, corresponderá com elevada probabilidade ao necrotério da população islâmica que se conservou na cidade após a conquista cristã até ao édito de expulsão. A identificação de uma *maqabriya*, na escavação dos n.º 2 a 8 da Avenida Cinco de Outubro, datada de 1298 (Lopes e Santos, 2013, p. 998) poderá significar que – a comprovar-se que não se trata de uma «curiosidade» transportada para a cidade no âmbito de uma visita ou expedição militar a «terra de mouros» – pelo menos alguns membros da comunidade muçulmana trecentista mantinham uma forte ligação aos paradigmas culturais do Islão.

Indiscutível é a existência de oleiros e oleiras muçulmanos na Santarém quatrocentista, relevada pelos diplomas coevos (Barros, 2004, p. 65), que porventura

estimulados pelo desejo de comercializar, mas também pela eventual familiaridade com alguns motivos, poderão estar por detrás do reativar da utilização da pintura a branco como elemento decorativo. Verifica-se que estão ausentes desta produção as figuras humanas ou animais que frequentemente decoraram as peças valencianas. Destacamos, pela simplicidade do seu desenho, a inexistência de representações de peixes, um símbolo frequentemente associado diretamente com a figura de Cristo, pelo que se poderia argumentar que os oleiros muçulmanos, depurando o reportório levantino, preferiram e propagaram conscientemente os motivos diretamente relacionados com as suas crenças mágico-religiosas. Nesta perspetiva, as qualidades estéticas destas cerâmicas seriam eventualmente expnenciadas pelo carácter apotropaico da sua decoração, leitura que permite, por exemplo, equacionar a correspondência do jarro amiúde referido (fig. 1:10) com uma peça para reservar água para lavar as mãos ou para ser utilizado para servir uma bebida específica, protegendo o seu utilizador de agentes patogénicos cujo ciclo de vida dinamizava, à época, medos e superstições que o signo-salomão ajudou a sossegar durante séculos (Martins et al., 2012).

Infelizmente o registo arqueológico não permite responder categoricamente a estas problemáticas. Como tal, destaque-se que, independentemente da religião professada pelos atores deste processo de osmose cultural, os programas decorativos da cerâmica pintada a branco sobre engobe vermelho estão em total consonância com a regionalização do gótico final, na sua vertente mudéjar, que se traduziu na integração das temáticas «islâmicas» nos gostos de diferentes estratos sociais. No que ao território português diz respeito, este processo é particularmente detetável nas materialidades do *Entre Tejo e Odiana* onde, anunciando os ventos da Modernidade, as distâncias encurtavam e uma produção esteticamente aprazível, mas sem especial aparato técnico, poderia ser encontrada na generalidade dos mercados.

BIBLIOGRAFIA

- ÁLVARO ZAMORA, M. I. (2006) – Las artes decorativas mudéjares en Aragón: la cerámica. In *Arte mudéjar en Aragón, León, Castilla, Extremadura y Andalucía*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. p. 315-348.
- AMARO, C.; LUNA, I. (2009) – *Castelo de Torres Vedras, 2003: Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*. Policopiado.
- BARONE, P.; CRUPI, V.; LONGO, F.; MAJOLINO, D.; MAZZOLENI, P.; SPAGNOLO, G.; VENUTI V.; AQUILIA, E. (2011) – Potentiality of Non-destructive XRF Analysis for the Determination of Corinthian B Amphorae Provenance. *X-Ray Spectrometr.* Antuérpia. 40:5, p. 325-403.
- BARROS, M. F. (2004) – Os mouros de Santarém. A comuna e os espaços. In *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578): catálogo da exposição*. Santarém: Museu Municipal de Santarém. p. 61-67.
- BATATA, C. (2003) – *Relatório final do acompanhamento e escavação arqueológica do projecto «Valoriza-*

ção *Urbanística da Praça Sá da Bandeira e Rua Serpa Pinto, Santarém*». Documento policopiado.

CARVALHO, A. R. (2005) – Intervenção arqueológica no «Mercado Velho» de Palmela: primeiros resultados. *Al-madan*. Almada. II.ª Série, 13, adenda eletrónica, p. VI-V.18.

COELHO, R. G. (2012) – *Céramiques décorées à la peinture blanche issues de la production régionale appartenant au Moyen Âge tardif (Place Martin Moniz, Résumé Lisbonne, Portugal)*. [Em linha]. [consultado 27 março 2016]. Disponível em WWW:<URL: http://www.camertola.pt/sites/default/files/COELHO_Ceramique%20de%20Lisbonne.pdf>.

DEAGAN, K. (1987) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and The Caribbean, 1500-1800*. Washington, D.C; Londres: Smithsonian Institution Press. Vol. I: Ceramics, glassware and beads.

FRAHM, E. (2012) – Non-destructive Sourcing of Bronze Age near Eastern Obsidian Artefacts: Redeveloping and Reassessing Electron Microprobe Analysis for Obsidian Sourcing. *Archaeometry*. Oxford. 54:4, p. 623-642.

GASPAR, A.; GOMES, A. (2015) – Cerâmicas pintadas a branco dos séculos XV/XVI encontradas no castelo de S. Jorge, Lisboa, Portugal. In *Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, 10, Silves, 2012. Silves: Câmara Municipal de Silves; Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p. 326-332.

GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (1986) – Cerâmicas estampilhadas, muçulmanas e mudéjares, do poço-cisterna de Silves. In *Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, 1, Setúbal, 1985. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 127-141.

KHAWLI, A. (1994) – Arcos estampilhados da cerâmica islâmica de Mértola. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 3, p. 133-145.

LERMA, J. V. (1992) – *La loza gótico-mudejar en la ciudad de Valencia*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos. (Monografías del Museo Nacional de Cerámica y de las Artes Suntuarias «González Martí»; 1).

LIBERATO, M. (2012) – *Cerâmica pintada a branco na Santarém medieval. Uma abordagem diacrónica: séculos XI-XVI*. Lisboa: Faculdade de Letras

da Universidade de Lisboa. Tese de mestrado policopiada.

LOPES, G.; COVANEIRO, J.; CAVACO, S. (2006) – Claustro do Convento da Graça. Análise dos materiais cerâmicos e faunísticos provenientes de dois contextos fechados. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 3, Silves, 2005. XELB. Silves. 6, vol. I, p. 311- 326.

LOPES, G.; SANTOS, H. (2013) – Um fragmento de maqabrīyya mudéjar de Santarém. In *Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 1, Lisboa. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 955-959.

MARTINS, A.; NEVES, C.; COSTA, C.; LOPES, G. (2010) – Sobre um conjunto de silos em Beja: a Avenida Miguel Fernandes. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13:1, p. 145-165.

MARTINS, A.; LOPES, G.; SANTOS, H.; PEREIRA, M.; LIBERATO, M.; CARPETUDO, P. (2013) – O registo arqueológico de uma superstição. O signo-salomão no Alentejo: séculos XV-XVIII. In *Velhos e Novos Mundos. Congresso Internacional de Arqueologia Moderna*, Lisboa, 2011. Lisboa: Centro de História d'Aquém e d'Além Mar. p. 567-570.

MATIAS, A. J. (2009) – Culturas distintas, um mesmo espaço. O Largo Cândido dos Reis na caracterização de gestos quotidianos e rituais funerários de Santarém medieval. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 6, Silves, 2008. O Gharb no al-Andalus: Sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos. Xelb. Silves. 9, p. 637-654.

MESQUIDA GARCÍA, M., dir. (2002) – *La cerámica dorada. Quinientos años de su producción en Paterna. Reflejos del Mediterráneo*. Paterna: Ajuntament de Paterna; Regidoria de Cultura.

MONTES MACHUCA, C. (1987-1988) – Algunas cerâmicas estampilladas de Jerez de la Frontera (Cádiz). *Estudios de Historia y Arqueología Medievales*. Cádiz. VII-VIII, p. 175-195.

NAVARRO PALÁZON, J.; JIMÉNEZ CASTILLO, P. (2009) – La cerâmica andalusi de Múrcia a la llegada de Alfonso X. In *Alfonso X y su época. Catalogo de la exposición celebrada en Múrcia*. Múrcia: Ayuntamiento de Múrcia; Caja Mediterráneo. p. 695-704.

PAIXÃO, A. C.; CARVALHO, A. R. (2001) – Cerâmicas almôadas de al-Qasr al-Fath (Alcácer do

- Sal). In GARB, *sítios islâmicos do sul peninsular*. Lisboa: IPPAR; Mérida: Junta de Extremadura. p. 199-229.
- PASCUAL, J.; MARTÍ, J. (1986) – *La cerámica verde-manganeso bajomedieval valenciana*. Valencia: Ajuntament de Valencia.
- PEREIRA, M. (2005) – Os silos do Castelo de Montemor. O espólio cerâmico. *Almansor*. Montemor-o-Novo. 2.ª Série, 4, p. 109-146.
- PEREIRA, P., dir. (1995) – *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 1. (Grandes Temas da Nossa História).
- PÉREZ GUILLÉN, I. V. (2002) – El árbol de la vida: de sus orígenes órficos a la difusión desde Paterna al ámbito del Quattrocento italiano. In *La cerámica de Paterna. Reflejos del Mediterráneo*. Valencia: Museo de Bellas Artes, p. 92-104.
- REAL, M. [et al.] (1995) – Conjuntos de cerâmicas da intervenção arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX. In *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, 1, Tondela, 1992. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 171-186.
- SILVA, R. C. da (2016) – «Traços» mouriscos na cerâmica de meados do século XV do antigo Paço Episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro). In *Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, 10, Silves, 2012. Silves: Câmara Municipal; Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p. 924-927.
- SPEAKMAN, R. J.; LITTLE, N. C.; CREELB, D.; MILLER, M. R.; IÑÁÑEZA, J. G. (2011) – Sourcing Ceramics with Portable XRF Spectrometers? A Comparison with INAA Using Mimbres pottery from the American Southwest. *Journal of Archaeological Science*. 38:12, p. 3483-3496.
- TORRES, C.; GÓMEZ, S., coord. (2017) – *Banhos Islâmicos de Loulé. Musealização dos Banhos Árabes de Loulé – Casa das Bicas. Relatório final dos trabalhos arqueológicos. Agosto-Dezembro de 2016*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. Policopiado.
- VASCONCELOS, C. M. de (1921) – *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VASCONCELOS, J. L. de (1918) – Signum Salomonis (Estudo de Etnografia comparativa). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 23, p. 203-316 e 382-384.
- ZOZAYA, J. (2002) – Iconografia Califal. In *Al-Andalus Omeya*. Córdoba: Fundación Prasa, p. 119-142.

Algunas fortalezas portuguesas olvidadas en el Norte de Marruecos: la Graciosa, Mamora y el Seinal

Some forgotten portuguese fortresses in the North of Morocco: Graciosa, Mamora and the Seinal

CARLOS GOZALBES-CRAVIOTO*, ENRIQUE GOZALBES-CRAVIOTO**,
HELENA GOZALBES GARCÍA***

RESUMEN

El presente trabajo estudia la documentación y los restos del registro arqueológico de tres fortalezas muy efímeras establecidas en Marruecos por parte del Reino de Portugal a lo largo de los siglos XV-XVI: La Graciosa (junto al río LouKKos), La Mamora (junto a Kenitra) y El Seinal (junto a Alcazarseguer/Qsar Saghir). Se trata de tres actuaciones de ocupación militar muy poco conocidas y cuyos restos materiales intentamos precisar en un estudio sobre el terreno. Por regla general ninguna de estas tres fortalezas se citan en los trabajos sobre la presencia portuguesa en Marruecos. Aquí precisamos su exacta localización y en el caso del Seinal, se documenta con fotos sus últimos restos antes de su desaparición definitiva.

Palabras-clave: Expansión portuguesa – Reino de Fez, Siglos XV y XVI, Fortificaciones portuguesas, Norte de Marruecos

ABSTRACT

The present research studies the documentation and archaeological remains of three very strong ephemeral fortresses established in Morocco by the Kingdom of Portugal throughout the 15th-16th centuries: the Graciosa (on the river

* Universidad de Málaga.

** Universidad de Castilla-La Mancha.

*** Universidad de Granada.

Loukkos), the Mamora (next to Kenitra) and the Seinal (next to Alcazarseguer/Qsar Saghir). These are three projects of a military implantation very poorly known and whose material remains we try to access throughout a field research. By general rule none of these three fortresses are referred in the Works about the Portuguese presence in Morocco. Here we specify its exact location and in the case of Seinal, their last remains are documented with photos before their definitive disappearance.

Keywords: Portuguese expansion – Kingdom of Fez, 15th-16th centuries – Portuguese fortifications, North of Morocco

RESUMO

Este artigo estuda a documentação e os vestígios arqueológicos das três fortalezas muito efêmeras estabelecidas em Marrocos pelo Reino de Portugal ao longo dos séculos xv e xvi: Graciosa (Oued Loukkos), Mamora (Kenitra) e o Seinal (Alcácer-Ceguer/Qsar Saghir). São três projetos de ocupação militar muito pouco conhecidos, e cujo material se procurou explorar através de trabalho de campo. Estas fortalezas não têm sido referidas nos trabalhos sobre a presença portuguesa em Marrocos. Aqui precisamos a sua exata localização e no caso de Seinal os seus últimos vestígios são documentados por fotografias.

Palavras-chave: Expansão portuguesa – Reino de Fez, séculos xv e xvi – Fortificações portuguesas, Norte de Marrocos

PARTE GENERAL

La existencia de los vestigios de las diversas fortalezas construidas por los portugueses en Marruecos, y de una forma muy señalada en el caso de Alcazar-seguer ubicada en la costa del estrecho y objeto de excavaciones en la actualidad (El Boudjay, 2013) comenzó a ser reflejada por los viajeros y diplomáticos del siglo XIX; en la colección de fotografías realizadas hacia el año 1890 por parte del embajador francés H. de la Martinière, y que está conservada en la *Bibliothèque Nationale* de París, existen algunas realizadas por él mismo sobre la fortaleza mencionada (Martinière, 1919). Más adelante, los principales vestigios materiales de algunas de esas fortalezas lusitanas fueron señalados por la bibliografía histórica más o menos específica, de tal forma que en el momento actual disponemos de una bibliografía relativamente amplia, aunque por lo general en muchos aspectos anticuada y poco completa, acerca de las construcciones y sobre todo también de la epigrafía lusitana existente en Marruecos. En el caso de Portugal, la materialidad de estas fortalezas atrajo la atención, sin unos mayores resultados referidos a un avance en los conocimientos, de algunos investigadores y eruditos, como muestran las visitas efectuadas en el curso de la expedición científica al Norte de Marruecos en 1923 (Gozalbes, 2018).

Como es bien sabido, la presencia militar portuguesa en las costas marroquíes se inició con la ocupación de la ciudad de Ceuta en 1415, y tuvo dos grandes zonas o territorios de desarrollo, por un lado en el litoral Norte del país, por el otro en el Sur atlántico. Sin duda, los momentos más importantes de dicha expansión se iniciaron en el año 1471, con la conquista lusitana de las ciudades de Tánger y de Arcila, y también con la ocupación de las plazas meridionales, entre las que destacaban las de Azamor y la de Mazagán (El-Yadida), perdurando ésta última hasta el siglo XVIII. Pero la época de esplendor de la presencia lusitana en la zona

septentrional finalizó hacia 1550, cuando se produjo el abandono de algunas de las plazas como Alcazarseguer y Arcila (Ricard 1951a, p. 225-449 y 1955 p. 337-381), y tuvo un epílogo con la desgraciada expedición militar años después por parte del rey D. Sebastião, derrotado y muerte en la batalla del río Mekhazen, que tantas implicaciones tuvo en el desarrollo de la Historia de Portugal.

Las construcciones militares portuguesas en Ceuta, en Tánger y en Arcila (por citar solo las más norteafricanas) fueron sin duda particularmente relevantes, pero no es menos cierto que muchas de ellas fueron rehechas y reutilizadas con posterioridad, en una transformación importante que obliga a discernir entre las distintas fases constructivas que están presentes. Sin embargo, esas modificaciones no se produjeron en el caso de Alcazarseguer, una villa ocupada en 1458 y abandonada en 1550, pero cuyas construcciones después básicamente no fueron reutilizadas por los marroquíes, y por tanto se han mantenido abandonadas en su estado primigenio hasta los tiempos recientes (Véase entre otra bibliografía Redman et al., 1979-80, Gozalbes Busto, 1975 y Correia, 2008).

El objeto del presente estudio es el de presentar al conocimiento la existencia, o desaparición en algún caso, de los vestigios de tres fortalezas lusitanas frustras, en la medida en la que la iniciativa de su construcción, ciertamente iniciada, no terminó con una construcción y una ocupación definitiva del lugar. Se trata por nuestra parte de una primera aproximación a las mismas a partir de unas visitas y de una simple prospección y estudio en superficie, pero que han permitido de salida su difícil localización, junto a la utilización complementaria e imprescindible de los textos o documentos que certifican su existencia simplemente temporal. Tratamos con ello de contribuir a una somera aproximación a la existencia de estos vestigios materiales, desconocidos y en gran parte olvidados en la Historia de la expansión portuguesa ultramarina.

Se trata, por orden cronológico de la propia ocupación portuguesa, de las localizaciones de las fortalezas de La Graciosa (1489), de La Mamora (1515) y del Seinal (1550), construcciones que identificaremos a partir de la documentación escrita y cuyos restos arqueológicos actuales precisaremos (fig. 1). Con



Fig. 1 – Localización de las fortalezas portuguesas: 1. La Graciosa; 2. La Mamora; 3. El Seinal.

ello simplemente damos inicio a un estudio que en absoluto se plantea ser completo pero que aporta novedades al conocimiento y, así lo creemos, permitirá profundizar en el futuro en el conocimiento de la materialidad de algunos de estos tres proyectos frustrados.

1. LA GRACIOSA

1.1. Datos históricos

El rey D. João II llevaba tiempo preparando una avanzada de expansión en el interior de Marruecos, como territorio que consideraba de interés para Portugal en vísperas del final de la «Reconquista» castellana. Prueba de ese interés y preparación se encuentra en su obtención en el año 1486 de la Bula Papal *De Orthodoxe Fidei* que apoyaba la realización de una Cruzada en Marruecos. El intento de esta expansión tuvo su fundamento tres años más tarde, en 1489, cuando los portugueses remontaron el río Loukkos que desemboca en Larache, y a unos kilómetros de su ría, establecieron una fortaleza que recibió el nombre de «La Graciosa». El cronista Garcia de Resende, que es quien ofrece datos más fidedignos, señala que la Armada portaba «mucha piedra y madera labrada, mucho ladrillo y cal y herramientas y todas las cosas necesarias en gran abundancia» (Garcia, 1902, cap. 81-82). Pero el rey marroquí Mulay Ech-Chej se percibió que La Graciosa constituía el primer hito de una expansión militar portuguesa, que ponía en peligro su capital septentrional como era Alcazarquivir, razón por la que rápidamente reaccionó.

Los impetuosos ataques marroquíes se vieron favorecidos por las condiciones insalubres del lugar, al borde del río pero al mismo tiempo rodeado por el Norte por una serie de áreas pantanosas (que por cierto décadas después afectaron negativamente en el mismo punto a la expedición del rey D. Sebastião) que ocasionaban paludismo. Además debe tenerse en cuenta la escasísima habilidad en su localización, puesto que los guerreros marroquíes lograron cortar el río, y con ello impidieron el que los guerreros lusitanos allí sitiados pudieran recibir socorro. Indudablemente La Graciosa constituyó un lugar absolutamente desafortunado, al contrario de lo que habría resultado en el sentido militar la ocupación en desembocadura misma del río del lugar en el que se asienta Larache. Finalmente, como señaló el cronista Rui de Pina en su capítulo titulado «Fundamento e fin da Graciosa», el rey portugués se sintió obligado a negociar la evacuación de la tropa para salvar la misma. Estas circunstancias son además muy bien conocidas debido a la carta en la que D. João II explicaba y justificaba los hechos al Papa Inocente VIII.

1.2. Conocimiento de La Graciosa

La ocupación del lugar durante sólo unos meses significó, por un lado, que ciertamente existieron construcciones efectivas, pero también que las mismas debieron de ser todavía particularmente modestas. En la carta al Papa el propio rey reconocía que las fortificaciones de la villa eran pequeñas. Ello explica también el que su propia desaparición fuera bastante completa en muy poco tiempo. Entre 1525 y 1545 el cronista portugués Bernardo Rodrigues, autor de unos *Anais de Arzila*, recorrió en varias ocasiones la zona con la caballería lusitana, y aun sabiendo de su localización no supo discernir si se trataba de un simple castillo o tenía mayores dimensiones como una villa fortificada (Bernardo, 1925 p. 425-426).

El investigador francés Henry de Castries, quien llamó por vez primera la atención sobre su existencia, no supo localizarla con exactitud (Castries, 1920 p. 417-422), al igual que David Lopes en la edición de los citados *Anais de Arzila* que especulaba con otro lugar (Rodríguez, 1925, p. 425-426). Sería el investigador español C. L. Montalbán quien, animado por Joaquim de Moreira Fontes y por Afonso d’Dornellas en la expedición científica de 1923, se vio animado a la exploración, y logró identificar la localización exacta en un meandro del río Loukkos (Montalban, 1929), que explicaba el nombre de «Gezira» (la isla) que le dio León el Africano (León, 1995 p. 113-114). Años más tarde, en 1939, Montalbán realizó una campaña de excavaciones en el lugar que consideraba que antes de la ocupación lusitana podía haber sido el templo de Hércules mencionado en algunas ocasiones por las fuentes clásicas. Después del estudio inédito de Montalbán, que incluso ocasionó la visita de autoridades españolas (fig. 2), el lugar de La Graciosa se perdió de la memoria y del estudio científico.



Fig. 2 – Visita de las autoridades españolas del Protectorado con T. García Figueras en las excavaciones de La Graciosa en 1940. Foto – Fondo García Figueras en la Biblioteca Nacional de Madrid.

1.3. Localización

La Graciosa se hallaba en una «isla» en el curso del río Loukkos sin mayores precisiones; Bernardo Rodrigues en el siglo XVI constaba que la fortaleza o villa se hallaba en el curso del río a medio camino entre Larache y Alcazarquivir, a tres leguas de cada una (Rodrigues, 1925, p. 495). La ubicación de la fortaleza de La Graciosa se pierde de la memoria con posterioridad a los estudios de 1939 y



Fig. 3 – Vista aérea del meandro del río Loukkos y del lugar exacto de la Fortaleza portuguesa de La Graciosa.

1940. No obstante el propio plano recogido por Montalbán, y utilizado en esa época por García Figueras (1941), mostraba con claridad la ubicación de la misma. Por nuestra parte intentamos, a partir del plano recogido por Montalbán y García Figueras, el acceder a su territorio. Sin embargo nos encontramos con grandes dificultades, precisamente porque los carriles o caminos de tierra desde el

Norte terminaban por interrumpirse debido a la existencia de zonas lacustres. Por otra parte, es cierto que el lugar ha cambiado relativamente mucho debido a la construcción de la pista de tierra, como camino elevado, sobre los cultivos que fue precisamente el que nos permitió llegar hasta el lugar.

Pero no es menos cierto que a favor de nuestra propia localización se encontraba el hecho de que La Graciosa se hallaba al borde del río Loukkos, y más precisamente en el interior del principal meandro del mismo existente en toda la región (fig. 3). Este meandro se encuentra en el término del poblado de Kahanna, cuyas viviendas se asientan al Este del lugar, en la misma orilla del río.

Coordenadas centrales: 35° 07'49.34"—6° 02'41.23"

1.4. La fortaleza portuguesa

Montalbán no publicó los resultados de las excavaciones, aunque sí pasó los datos y fotografías a T. García Figueras, que fue quien publicó los mismos de una forma muy somera. En cualquier caso, también en los Archivos del Museo Arqueológico de Tetuán se conserva sin signatura señalada, tanto correspondencia, fotografías, como un plano que recoge los resultados de la excavación. Es indudable que con anterioridad existió una ocupación del lugar, poco precisada. Montalbán creyó que eran vestigios del templo de Hércules, pero más propiamente parece por los sillares reutilizados que se trataba de un hábitat romano (fig. 4), de extensión indeterminado, así como de una ocupación medieval pues León el Africano indicaba que allí había una pequeña ciudad, abandonada precisamente debido a las expediciones lusitanas: es muy verosímil que en este caso pueda referirse a la expedición realizada por las tropas de Arcila en 1478 (León, 1995, p. 173-174).

Las fotografías conservadas en el Archivo del Museo de Tetuán muestran con bastante claridad el estilo de la excavación realizada en la parte correspondiente de la fortaleza (fig. 4). Las mismas muestran claramente el estilo de la época, consistente en la apertura de las zanjas siguiendo la línea de dirección de los muros. En una carta dirigida por C. L. Montalbán a T. García Figueras, del 20/08/1940, se hacía la descripción de aquello que percibía en el lugar y que ha permanecido inédito hasta el momento:

«Los muros pertenecen a una fortificación de los siglos XIV al XVI pero cuyo periodo quedará perfectamente definido en el curso de los trabajos. El lado del muro que estaba descubierto tiene ochenta y seis metros, observándose en él tres ángulos de diez grados. Los trabajos en el primer ángulo dejaron al descubierto una torre circular que bate los ángulos muertos que forman en pequeño ángulo del muro. No admite ya duda alguna que los trabajos se hacen sobre los restos de una fortificación que seguramente tendrá en otros ángulos otras torres». (Carta en los archivos del Museo Arqueológico de Tetuán)

La línea de los muros, por tanto, era de unas dimensiones relativamente importantes. El propio C. L. Montalbán realizó un croquis acerca de la misma (fig. 5), en el que insertaba las distintas torres que pudo detectar en la línea, y que ciertamente reflejan una fortificación más propia del final de la Edad Media mucho más que la que correspondería a la Edad Moderna, con una ausencia total de baluartes, al menos en los restos que se aprecian. En la carta del rey portugués al Papa se señalaba que el espacio reducido construido en esos momentos contenía una muralla, una fosa y también un contra-escarpe.

Lo que tenemos aquí se trata obviamente del muro de cierre de la fortaleza. En la actualidad del mismo se conservan algunos lienzos de su parte superior, que están en buena parte cubiertos por la vegetación, con unas muy débiles señales de los dos lugares en los que se identificaron las torres en la excavación de 1940. Se trata en esta parte de una mezcla de pie-



Fig. 4 – Torre de la fortificación de La Graciosa en las excavaciones de G. Figueras de 1940.

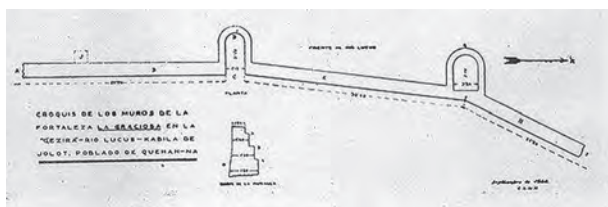


Fig. 5 – Croquis del muro y torres descubiertas en 1940 en La Graciosa.



Fig. 6 – Estado actual del muro portugués de La Graciosa en medio de los sembrados.



Fig. 7 – Línea del muro cubierta por la tierra dando al río Loukkos.

dra con argamasa, como en el fragmento que recogemos junto al lugar donde se hallaba una de las torres (fig. 6 y 7).

Este muro de cierre de la fortaleza, sin duda modesto, la cerraba por su parte Norte, dando a la zona pantanosa ya referida. Pero obviamente el trazado del mismo exigía la existencia de un referente del mismo por la parte meridional. La construcción elevada, ya indicada, de la pista de tierra altera todo el lugar. Ahora bien, la observación realizada en nuestra visita al lugar permite descartar que sea verosímil el que la pista se construyera encima del muro meridional. Por el contrario, al otro lado de la pista, dando al río, encontramos sin duda la clave en su momento no expresada por Montalbán. Allí el terreno muestra el trazado de toda una línea casi segura del muro, aunque el mismo se encuentra totalmente cubierto, ofreciendo una diferencia de altura que da lugar a la zona del río en la que, en este caso simplemente verosímil, es la existencia del pequeño puerto de desembarco (fig. 7).

En la esquina Sudeste se encuentra precisamente un talud en saledizo, que a nuestro juicio encierra sin duda una torre mayor o bastión en esquina. Este fragmento supone el cierre de la fortaleza por el Sur, en el que identificamos la línea del Este. Por el contrario, al igual que ocurre en el muro del Norte excavado en 1940, ante la vista es imposible de distinguir el límite del Oeste. A juzgar por los restos, nos encontramos ante una fortaleza en general de forma aproximada al cuadrado, con un frente entre los dos extremos de Norte a Sur algo superior a los 100 metros de longitud: no olvidemos que además el muro documentado en 1940 era próximo a esa misma longitud, lo que acerca la forma a ese cuadrado que interpretamos (fig. 8). No olvidemos que la ocupación según los documentos se efectuó por parte del capitán Gaspar de Jusarte con 160 soldados, pero algunas semanas después llegaron al lugar 500 hombres, y según la carta al Papa el soberano portugués informaba de la presencia de nada menos que 1560 combatientes en el momento final. Así pues, unas dimensiones próximas a un cuadrado mínimo

de 100 metros de lado, quizás algo más, justifican esa ocupación de varios cientos de guerreros, así como la duda del cronista Bernardo Rodrigues de si iba a ser villa o fortaleza.

2. LA MAMORA

2.1. Datos históricos

En los planes de la expansión portuguesa por el reino de Fez, una vez fracasado el intento de ocupar posiciones en el curso del río Loukkos, algunos años más tarde el interés se desplazó más hacia el Sur, a la zona de la desembocadura del río Sebu. Después de la toma de la plaza de Azemur en el año 1513, el rey D. Manuel II ordenó a D. António de Noronha apenas dos años más tarde que, al mando de unos 8.000 hombres, tomara la posición en la desembocadura del Sebu.

La nueva plaza fuerte lusitana tomaría el nombre de San Juan. Pero lo cierto es que apenas unos meses más tarde el vigoroso ataque marroquí ocasionó a los portugueses la pérdida de la mitad de los efectivos militares y el abandono de la incipiente fortaleza.

En todo caso, los principales datos que conocemos acerca de La Mamora portuguesa los encontramos en la crónica de Damião de Góis, así como en los relatos de Juan León el Africano y de Mármol Carvajal. Sobre todo es relevante el primero de éstos pues, según él mismo afirmaba, fue testigo presencial de la derrota lusitana final y de la recuperación marroquí del lugar: «yo fui testigo de esa contienda y después de estos acontecimientos partí para mi viaje a Constantinopla». Góis ofrece unos datos muy genéricos acerca de las actuaciones del general Don António de Noronha. Como era también corriente en la época, en los barcos se transportó una «villa de madeira», que se ubicó provisionalmente como protección mientras se realizaban las obras (Góis, 1749, p. 427-429).

Según narra León el Africano ya estaban puestos los cimientos de la fortaleza y comenzados a elevar los muros en el lugar de los provisionales instalados en el momento mismo de la ocupación (León, 1995, p. 137-138). En primer lugar lograron rechazar un desordenado ataque de los marroquíes, pero confiados en la victoria hicieron una salida para atacar el campamento-fortaleza donde sufrieron una terrible derrota. El gobernador portugués solicitó entonces socorro por parte

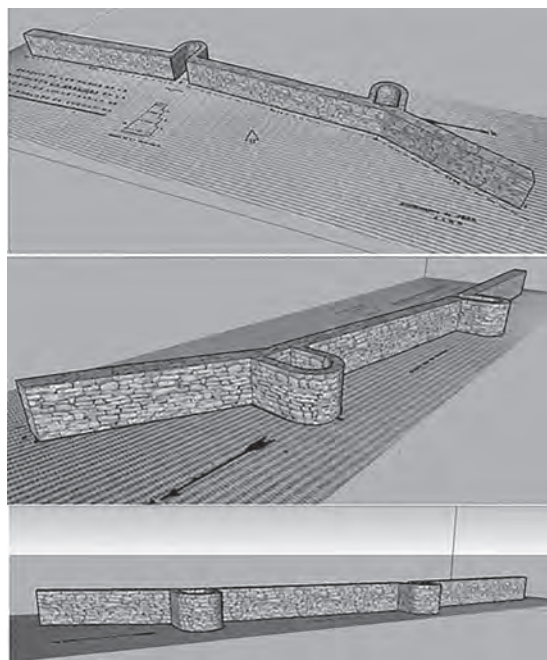


Fig. 8 – Croquis en 3D de una parte de La Graciosa em base a las excavaciones de 1940.

de la flota que se hallaba frente al río, pero el mismo fue impedido por la artillería marroquí. Las disensiones entre portugueses y españoles que colaboraban, con el abandono por parte de los segundos debido a la muerte de su rey (sucedió el 23 de enero de 1516) ocasionaron el caos. La desbandada de los soldados hacia los barcos ocasionó una enorme mortandad.

2.2. Localización

La ubicación aproximada de la misma, al menos a grandes rasgos, no tiene grandes dificultades. De hecho, un siglo más tarde fue España quien tomó el relevo de Portugal y en época del rey Felipe III mandó una expedición que ocupó la plaza. En ella se construyó, en la altura, una imponente fortaleza, con múltiples instalaciones que hoy se conservan en muy mal estado. Lo principal de la fortaleza española fue comenzada a realizarse en el mismo año de 1614 por parte del arquitecto Cristobal de Rojas, que murió muy poco tiempo más tarde. Un plano español del año 1621 fija exactamente la posición de la fortaleza en la altura, dominando el río y muy cerca de su desembocadura con una forma poligonal. Como puede verse perfectamente, el río era navegable hasta mucho más adentro de la posición de la fortaleza (fig. 9).

Coordenadas centrales aproximadas: 34° 15' 28.69 " — 6° 40' 17. 20"

2.3. La fortaleza

Generalmente se considera por parte de la historiografía que los muros de La Mamora en parte pudieron ser levantados por parte de los españoles sobre al menos algunos de los cimentados previamente por los portugueses. Realmente a la vista de las murallas, obviamente construidas en momentos en los que tenía ya gran importancia la artillería, no dan muestras algunas al respecto.

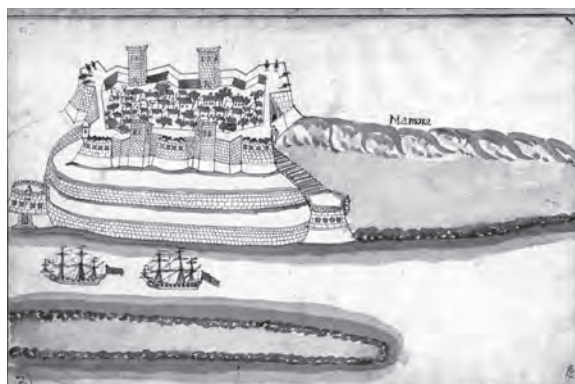


Fig. 9 – Planta de las fortificaciones españolas de La Mamora en el siglo XVII.



Fig. 10 – Planta de La Mamora. Archivo General de Simancas. Leg.00796.

La Mamora española (fig. 11) soportaría a lo largo del siglo XVII diversos asedios por parte de los marroquíes que logró superar. No obstante, muy reducida la guarnición, en el año 1681 fue conquistada por las tropas marroquíes del Sultán Mawlay Ismail. El lugar cambió su nombre al que lleva en la actualidad, Mehdiya, y en el interior de la fortaleza española se construyeron nuevas instalaciones militares, y también una residencia palaciega con una mezquita incluida. La puerta monumental de la fortaleza (fig. 12), de estilo árabe, utilizada en ocasiones para documentar la arqueología árabe, es por tanto una obra muy moderna, y que debemos de datar en el siglo XVIII. Y también las vistas de las fotos antiguas, de comienzos del Protectorado, reflejan que la misma constituye en buena parte no ya una reconstrucción sino incluso una recreación realizada por los franceses en su momento.

En realidad, ninguna de estos aspectos tiene nada que ver con la fortaleza portuguesa establecida en 1515 por la sencilla razón de que la misma no se encontraba en este mismo lugar donde se levantó la gran plaza española. Aunque la historiografía así lo haya considerado, entre otras cosas por la lógica de la ocupación, por constituir el mejor lugar para la fijación de la fortificación, lo cierto es que está prácticamente descartado el que ambos emplazamientos coincidan a la luz de una fuente española que indica justamente y de forma expresa todo lo contrario. Al año siguiente de la ocupación española realizada en 1614, Agustín de Horozco escribió un discurso narrando ese episodio. En el capítulo 3.º trataba de los antecedentes de la ocupación del lugar, con la presencia portuguesa, con el título de *Armada del rey Don Manuel de Portugal sobre La Maamora, comiençala a fortificar, pierdela y procurase cegar aquel puerto por el rey Nuestro Señor*.

Horozco indica que el soberano portugués ordenó realizar la exploración de la zona de la desembocadura a Don António de Noronha, y que noventa y nueve años justos antes de la ocupación española, una armada portuguesa con doscientas velas entre grandes y pequeñas, junto con ocho galeras, y con unos 8.000



Fig. 11 – Muros de la Fortaleza Española de La Mamora. Al fondo la barra del río y un malecón actual.



Fig. 12 – Puerta monumental de entrada en la fortaleza de La Mamora (Mehdiya).

soldados, desembarcaron en este lugar donde finalizaba el río con muchísimo trabajo y peligro. Entonces refleja el dato silenciado, en este caso nuevamente respecto al error de la ubicación de la fortaleza: *eligiendo para ello sitio en tan mala parte que apenas podían estar, ni trabajar el él por ser llano de la playa, sobre la misma barra, y no aver tomado un cerro allí cerca, desde adonde los enemigos los tuvieron siempre sujetos y a caballero, siendo éste en la playa de la parte del río que cae hacia Zale, pero como mejor podían y a grandes riesgos, abrieron fosos con çanja de catorce palmos de altura y veinte de boca, metiendo y soltando en ella el agua del mar quando querían* (Horocho, 1615).

Los datos concretos de Horozco son más amplios que los de Damião de Góis (1749, p. 427-429), aunque realmente son coincidentes con éste, que habla de las mismas dimensiones para la «cava». Pero además en ambos casos se indica que el foso se fabricaba para ser llenado con agua del mar, lo que ya de salida descarta totalmente la ubicación en lo alto, donde se levantaría más tarde la fortaleza española. Los datos de Horozco son más precisos, al señalar que prácticamente se realizó la obra donde estaba la barra, justo por tanto donde acababa la línea de la arena. Todo ello refleja que la construcción de la efímera fortaleza lusitana se realizó no en lo alto, como la española, sino erróneamente en la parte más baja, justo en la desembocadura misma del río.

El estudio que hemos realizado de la topografía del lugar bajo de La Mamora, en la desembocadura del Sebou, muestra dos realidades. En primer lugar, que las posibilidades de interpretación son bastante limitadas o concretas, y en segundo lugar que la transformación y la urbanización del territorio es muy profunda. Justamente donde termina la zona de las arenas de la barra del río se encuentra hoy en plena expansión una urbanización, que ha ocupado indudablemente el espacio en el que según los datos derivados de Agustín de Horozco, y en parte

de Damião de Góis, se realizó la construcción de la desafortunada fortaleza lusitana. No cabe duda alguna de que los débiles restos de la misma, el foso e indicios murarios, que pudieran haber pervivido, habrían desaparecido definitivamente con estas obras urbanas. Por encima de esta zona concreta, se encuentra una zona más alta, que eleva el terreno, en la que actualmente también se han comenzado a extender las viviendas. Esta mayor altura en el terreno es justamente sin duda la que ocuparon los marroquíes para batir



Fig. 13 – Altura que se está comenzando a urbanizar desde la que marroquíes batieron a los portugueses ocupantes de La Mamora. Al fondo la desembocadura del río.

desde arriba a los ocupantes portugueses, desde el lugar que ocupan estas viviendas de la fig. 13.

3. EL SEINAL

3.1. Datos históricos

En 1458 el rey D. Afonso V conquistó la plaza de Alcazarseguer y procedió a un notable aumento de sus fortificaciones (Redman, 1978-79 y 1980, Correia, 2008) (fig. 14). En estos momentos, la distancia desde la alcazaba – ribat medieval (Gozalbes Busto, 1975) – hasta el mar ya constituía un claro inconveniente, por lo que se dictaminó la construcción de una coracha marítima: se trataba de un pasillo entre dos murallas que conducía desde el alcázar hasta un gran pórtico, donde se colocaban las luces para comunicarse con los barcos, que enviaban sus chalupas para entrar con notable seguridad y asegurar el abastecimiento marítimo de la fortaleza lusitana. No obstante, seguía existiendo el inconveniente de que la playa o pequeña bahía solo tenía un resguardo al Poniente para las pequeñas embarcaciones (Gozalbes Cravioto, 1977).

En este sentido, las noticias que se recibían en Lisboa a principios del mes de febrero de 1549 eran particularmente preocupantes: unas tropas dirigidas por el Cherif, habían conquistado Fez y marchaban sobre Ceuta y Alcazarseguer (Castries, 1921, p. 151-153, 166-168). El rey portugués D. João III ordenó, el 27 de febrero, a don Afonso de Noronha, que era el gobernador de Ceuta, que comenzara de inmediato la construcción de un fuerte de tierra, madera y piedra en la altura del Seinal (Ricard, 1951a, p. 310, 315), ordenando al mismo tiempo a Luís de Loureiro el desplazarse a Andalucía, para efectuar una reclutar de tropas y aprovisionarse convenientemente de víveres y de municiones: *Me pareseo muyto meu serviço, mandar com tanta brevidade como se riquere fazer no Seinal a força que ha muitos dias que tenho prathicada* (Ricard, 1937, ch. 39). Según se desprende de una carta de estas mismas fechas, es casi seguro el que en ese lugar del Seinal existiera previamente una torre de señales o facho: *E acham que se en cima da torre do Seynal, se faz húa fortaleza...* (Ricard, 1951a, p. 327).



Fig. 14 – La Fortaleza portuguesa de Alcazarseguer (abajo) vista desde la altura del Seinal. En la foto se distinguen también algunos barracones militares españoles de la época del Protectorado.

El siete de abril, don Afonso de Noronha ocupó sin resistencia alguna la altura del Seinal e inició los trabajos de construcción de la nueva fortaleza: *En el cerro están bien fuertes porque el sitio lo es tanto que cualquiera cosa que hagan basta para que peleando la gente que esta alli, no les haga enojo el Xarife, ni otro que pueda más* (Ricard, 1937, p. 257). Las órdenes enviadas a don Afonso de Noronha eran para que contara con unos 5300 hombres, de los que 4000 serían soldados, 1000 peones y 300 artesanos (Ricard, 1937, p. 290), aunque no parece que en realidad llegase a reclutarse ni la mitad de esos efectivos. La importancia que se le daba a estas obras hace que el rey ordene al arquitecto Miguel de Arruda, que fabrique una maqueta de la montaña con los trabajos hechos y los proyectados, que comenzarían con un castillo de madera sin foso.

A mediados de Abril hay varias cartas dirigidas entre D. João III y el Almirante de Castilla, Bernardino de Mendoza, solicitando su colaboración: *Y que le a pedido de parte de los capitanes que le llevase en las galeras d'açadoneros y 300 soldados y otras muchas munições para hacer la fuerça, por que, por falta desto, no hazen en Alcaçar casi nada en la fuerça (=Seinal)* (Castries, 1921, p. 231).

Pocos días después, el 25 de abril, Juan de Mendoza se presentó en Qsar Saghir para inspeccionar los trabajos de construcción de la fortaleza en el Saynai (Castries, 1921, p. 254). Indica que la posición era muy fuerte por su propia configuración geográfica dominante de todo el territorio que la rodeaba y con la posibilidad de ser auxiliada desde el mar si se construía un puerto (fig. 15). En estas fechas del mes de abril, según el informe de Juan de Mendoza: *An echo toda la muralla de palizada por de fuera y por de dentro, y puesto sus trocos y maderos a manera de bastión, de braça y medio de ancho la muralla; y porque tiene falta de tierra y mucha piedra y alli no pueden ponelles bateria y por hazerse fuerte con brevedad,*

ban hinchendo de piedra de mamposteria todo lo que abya de yr de tierra y faxina la fuerça desta manera y después hazella despacio de obra perpetua (Castries, 1921, p. 257).

A primeros de mayo, una carta de Luis de Rueda a Maximiliano de Austria (regente de Castilla), nos indica que la fortaleza del Seinal en esos momentos *está al presente en estado de defensa* (Castries, 1921, p. 272, 276). A pesar de ello, don Afonso de Noronha solicita al rey hacer algunas construcciones para que los soldados pudiesen pasar mejor el invierno (Ricard, 1951a, p. 359).



Fig. 15 – Vista del extremo occidental de la fortaleza del Seinal (se detecta el muro de cierre por esta parte de una torre).

En el mes de julio, Pedro de Mascarenhas es enviado por el rey para nuevamente inspeccionar los trabajos que se realizaban en el Seinal, pasando primero por Tánger para recoger aprovisionamientos. (Ricard, 1937, cap. 46). Llega al Seinal el 7 de agosto, haciendo inmediatamente un informe desfavorable a la conservación de la fortaleza, puesto que los informes de los marinos que aconsejaban sobre la construcción del puerto, también eran negativos. Por ello, el rey ordena suspender los trabajos, al mismo tiempo que se preparase la evacuación de Alcazarseguer y del Seinal, al igual que había hecho con Arcila en el mes de junio.

Con la decisión de abandonar la fortaleza, se nombra capitán de ella en el mes de agosto a António Leite, que había sido anteriormente gobernador de Mazagán entre 1520 a 1524 y de Azemur en 1529-30 y de 1537 a 1541 (Cenival, 1934, p. 575). Este se tiene que hacer cargo de una situación tremendamente complicada, en la que muchos soldados (la mayor parte castellanos) desertan: *He tão aspera a vida d'este Seynal qued com o espedir da gemte que se d'aquy despidio, naõ haa que posa, thee os que ficao* (Ricard, 1951a, p. 330).

En el mes de agosto, el factor o «administrador» del Seinal, Gaspar Dias de Landim señala el problema de la desertión que se producía de los soldados ociosos y pedía que se le dieran instrucciones concretas al gobernador *pera que sayba o que ha de ffazer* (Ricard, 1951a, p. 359). En estas fechas, el contador hace recuento de los hombres del Seinal; había 800 soldados y 233 obreros. De las seis compañías existentes, cinco eran castellanas y soportaban peor que las portuguesas el que se les pagara con retraso.

El abandono definitivo de las dos fortalezas tendría lugar entre septiembre y octubre de 1549. Un año después, en esas fechas se indicaba que también estaba abandonada la fortaleza de Alcazarseguer (Menezes, 1790, p. 70, 71). El 16 de septiembre, el abandono es ya un hecho, puesto que se produce el ataque de cuatro «galeotas moras», al barco que transportaba las municiones del Seinal, desde Tánger (a donde se habían llevado en un primer momento) a Ceuta (Ricard, 1953, p. 399).

El día 30 de noviembre, el embajador portugués ante el emperador Maximiliano, Lourenço Pires de Távora, señala al rey los reparos que tuvo para darle la noticia del abandono al emperador y que le dio la noticia lo mejor que pudo, señalando la ausencia de agua potable en el Seinal, y la imposibilidad de que el puerto fuera adecuado (Ricard, 1951a, p. 383-389).

A mediados del siglo XVI, Duarte Pacheco Pereira nos describe el lugar de la siguiente forma: *um castelho velho quasi derribado que ha Nome Alcacer o Velho; o outro monte que esta a parte de terra contra Occidente, se chama o Sermil; e porque issto se melhor entenda, pusemos aquí Alcacer com alguma parte de su aterra pintado pelo natural* (Godinho, (s.f.), p. 8). Desgraciadamente, el dibujo al que hace referencia Duarte Pacheco, está perdido o al menos que sepamos no se ha localizado en los archivos portugueses.

3.2. Conocimiento del Seinal

Desde esas fechas, el Seinal o Yebel Gomari, ha estado abandonado hasta principios del siglo xx, en el que el ejército español construyó un puesto de observación, afectando a las fortificaciones portuguesas. En su entrada constaba el escudo de ingenieros del ejército español con la fecha de 1925, según las fotos que pudimos hacer antes de su destrucción definitiva. Poco después o simultáneamente, se ubicaron tres baterías de costa.

Poco antes de efectuarse las construcciones militares españolas, Michaux-Bellaire nos describe aquellas fortificaciones: *Sobre la cúspide del Djabel el Ghomari y dominando inmediatamente la desembocadura del río El Qçar, sobre la orilla derecha,*



Fig. 16 – Líneas detectadas de muros de la fortaleza del Seinal en relación con la de Qsar Saghir.

hemos encontrado una parte del muro de recinto, muro que mide de 8 a 10 metros de espesor y que está formado de gruesas piedras talladas. Siguiendo ese muro, se encuentran en todo el recorrido restos de torres cuadradas y si se penetra en el interior del recinto por una de las numerosas brechas que se han hecho, merece la pena hacerse camino a través de espesos tallos de lentiscos y los numerosos casquetes de piedra que atestiguan la existencia en este lugar de una construcción considerable (1916, p. 348). Por nuestra parte, trazamos el siguiente trazado en la fotografía aérea (fig. 16).

Curiosamente la primera descripción del lugar, con anterioridad a ser afectado por la obra militar española, se produjo a comienzos del siglo xx. El geólogo G. Buchet realizó una medición y planimetría de las ruinas de la fortaleza de Qasar Seghir, y entonces visitó la altura existente al otro lado del río y que dominaba la desembocadura. En ese momento vislumbraba la existencia de una gran cantidad de restos, en especial de cimientos de casas relativamente bien construidas, que contrastaban con la construcción más primitiva de las murallas que a su juicio habían sido realizadas en seco. Los elementos que más llamaron su atención fueron los montantes de las puertas, así como sus propios dinteles derribados, que estaban formados por grandes y alargadas piedras bien talladas. También observaba la existencia de algunos grandes «agujeros» repletos de agua, sin duda restos de depósitos y quizás de silos para almacenaje. Pero a falta de un conocimiento mejor acerca de este tipo de restos arqueológicos, Buchet concluyó que se debía de tratar de un recinto prehistórico de época avanzada (Buchet, 1906, p. 8-9). Estos datos, así como la propia dificultad de con-

sulta del trabajo de Buchet, han posibilitado su pleno desconocimiento hasta el momento.

Las restricciones como zona militar hicieron inaccesible el lugar durante el protectorado español. Solamente Cesar Morán y Guillermo Guastavino Gallent, pudieron acceder al lugar hacia el año 1948, describiéndolo de la siguiente forma: *a pesar de estas defensas naturales, todo el extenso solar de la cumbre está circuido de murallas caídas pero que en varios puntos conservan hiladas superpuestas sin cal ni argamasa. En muchos parajes el muro tiene 2'20 metros de anchura y se ven los cimientos con las hiladas exteriores paralelas.*

Al occidente del recinto hay un lugar en que la muralla pasaba por encima de un peñasco inclinado hacia fuera y para impedir que el muro resbalase excavaron en la roca un cajetín perpendicular a la inclinación, afina de sujetar en él las piedras de la muralla. También se ven otras muescas y cortaduras grabadas sobre el peñasco, las cuales no nos atrevemos a interpretar... Pero por los vestigios que quedan se ve que ha sido asiento de una población anterior, quizá a los romanos, ya que su emplazamiento es como el que solían escoger los fenicios para sus transacciones con los indígenas. (Morán y Guastavino, 1948, p. 21-22). También tenemos que considerar la noticia que nos da la crónica de D. João III de Juan de Andrade sobre el hallazgo durante la construcción del fuerte portugués: *ese mismo día, volcando una piedra sobre una roca donde se iba a hacer una travesa, se encontró una cruz laureada, lo que llenó a todos de alegría, sobre todo porque era un viernes, día indicado por ese signo sagrado* (Ricard, 1937, p. 297). En nuestras dos visitas no pudimos comprobar la existencia de éstos restos anteriores a los de la fortificación portuguesa del siglo XVI, pero debe de tenerse en cuenta la total afectación de la zona por las sucesivas ocupaciones militares. Como puede observarse, la ocupación militar había eliminado ya absolutamente todos los vestigios del interior que sobre todo Buchet, pero también Michaux-Bellaire, habían detectado.

Tras producirse la recuperación de su independencia por parte de Marruecos, en el año 1956, las instalaciones estuvieron custodiadas y cerradas al paso, lo que explica la inexistencia de trabajos sobre estas fortificaciones portuguesas. (Cresier, p. 1995; Gozalbes Cravioto, 1977).

En el año 2006 – poco antes de que se iniciara la construcción del nuevo cuartel – pudimos acceder y comprobar la existencia de la fortificación portuguesa, cuyos restos eran visibles sobre todo en su zona Oeste, coincidentes todos sus restos con la descripción de Morán y Guastavino Gallent, 1948).

3.3. Localización

La llanura fluvial más importante de la parte central de la costa africana del Estrecho de Gibraltar, la constituye la desembocadura del río Segher, y forma el mejor camino de penetración hacia el interior. *Es la salida natural del corredor de*

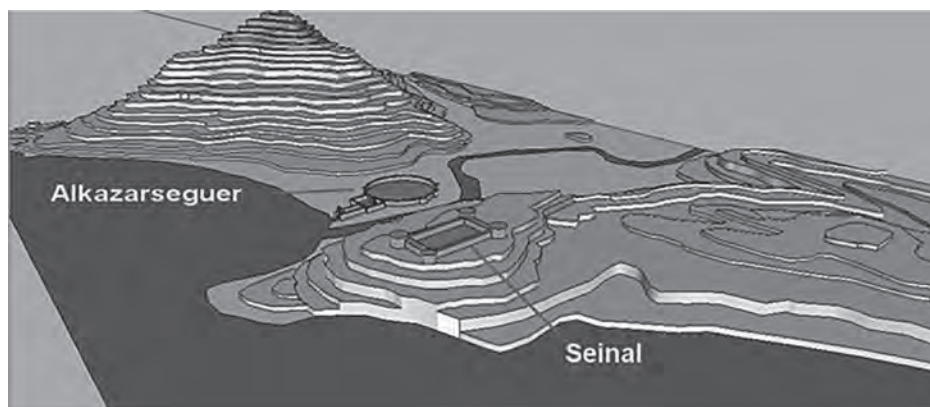


Fig. 17 – Reconstrucción en 3D de la zona de Alkazarseguer y del Seinal.

Yebala hacia el Estrecho, enlazando con uno de los afluentes del río Martín, el Yemis y el valle de este río... (Gozalbes Busto, 1975, p. 55). Junto a la orilla derecha de la desembocadura los almohades fundaron la ciudad de Alkazarseguer en el siglo XII (Redman, 1986), con casi total seguridad a partir de la existencia previa de una rábita en el mismo lugar (Gozalbes Busto, 1975, p. 55).

Al otro lado del río Seghir, hacia el Oeste, existe una colina de unos 77 metros de altura que cae casi en vertical hasta el mar, con unos fuertes desniveles hacia el Este y hacia el Oeste y con una amplia meseta que se extiende hacia el Sur. Esta meseta dominaba plenamente la propia ciudad, lo que siempre constituía una amenaza sobre la misma, porque permitiría bombardear a la ciudad y controlar todo lo que ocurría dentro del recinto fortificado. Sobre este monte, denominado en las crónicas y documentos con el nombre de Seinal (hoy Jebel Gomari) se enviaron una serie de informes al rey portugués indicando la conveniencia de construir un fuerte en lo alto, que se conectaría con un futuro puerto en su parte inferior. Este topónimo de Seinal también existía en una torre de Ceuta que servía para enviar señalizaciones). El lugar siempre ha sido bien identificado y localizado, pero nunca ha sido investigado convenientemente y por desgracia ya ha sido destruido definitivamente (fig. 17).

Coordenadas centrales: 35° 50'37.04"—5° 33'49.90"

3.4. La fortaleza

La construcción de la fortaleza portuguesa tenía una forma trapezoidal con pequeños quiebros en sus lados, adaptándose a la topografía del terreno y con posibles bastiones en las esquinas con una estructura casi circular, ya que pudimos apreciar vestigios de dos de ellos, que eran los correspondientes a la zona Oeste. Daba la impresión de que no solamente eran circulares, sino que

incluso habían tenido talud. Es probable que las torres intermedias que existían en el trazado murario fuesen cuadradas, tal como nos indica Michaux-Bellaire (1916).

La fortificación aparentaba ocupar aproximadamente solo un tercio del total de la plataforma-meseta superior, aproximadamente algo menos de los 1000 metros cuadrados. Los muros actualmente apenas alcanzan en algunos lugares un metro de altura, para desaparecer totalmente en su zona Este, y tienen una anchura cercana a los dos metros (fig. 18 y 19). En su cimentación se utilizaron sillares-sillarejos de un gran tamaño que sugieren la reutilización de elementos de una posible fortificación anterior a la portuguesa. La argamasa utilizada es escasamente caliza. En cuanto a las construcciones del interior de la fortaleza, las casas o almacenes de relativa buena calidad, y los depósitos de agua, no quedan en superficie los menores vestigios.

Por las descripciones documentales, sabemos que la fortificación tenía un bastión adelantado (quizás hacia el mar) y que aunque al principio no se pensó en la construcción de un foso, el mismo se terminó haciendo. No observamos ningún resto cerámico antiguo, dado que la zona estaba muy deteriorada por las instalaciones militares españolas de la época del protectorado (fig. 20) y sus correspondientes derrumbes, pero sin duda todavía hubieran aparecido importantes evidencias en una excavación.



Fig. 18 – Línea de muralla Oeste de la fortaleza portuguesa del Seinal.



Fig. 19 – Línea de muralla de la fortaleza del Seinal.



Fig. 20 – Bajorelieve del Cuerpo de Ingenieros del ejército español (hoy destruido) en el edificio de la antigua dirección de tiro de la batería del Seinal

En el año 2008 el ejército marroquí terminó la construcción de un nuevo puesto militar, imposibilitando de nuevo el paso, y afectando de forma negativa a los escasos restos que aún se apreciaban de la fortificación portuguesa haciéndolos desaparecer por completo, tal como podemos observar en las fotos aéreas que son de un libre acceso en Internet. Más que nunca, nos encontramos ante una fortaleza portuguesa no ya perdida sino también, como en La Mamora, enteramente destruida.

4. CONCLUSIONES

En definitiva, hemos localizado tres pequeñas fortificaciones portuguesas norteafricanas que por regla general ni siquiera son citadas en los estudios sobre el Marruecos portugués. Ello ha sido debido sin duda a su efímera existencia, pero esencialmente a que sus restos han desaparecido por diversas circunstancias. En el caso de La Mamora y de la Graciosa, quedarían ocultos muy pronto por los aluviones de los ríos. En el caso del Seinal, en principio fue la construcción de una batería de costa por parte del ejército español. Esta batería está ya fechada el menos en 1929, según un precioso bajorelieve (ya desaparecido) que existía en la torre de control de tiro (fig.19). No obstante, todavía a principios de siglo, (a pesar de estar prohibido y controlado su acceso), pudimos hacer algunas fotos, antes de su definitiva destrucción. En cuanto al solar en donde estuvo La Mamora portuguesa, hoy día está construido de viviendas. Solo sería posible todavía una investigación arqueológica adecuada en el lugar de La Graciosa, en donde su terreno está dedicado a la agricultura y continuamente afectado por las labores agrícolas y los continuos aluviones del río, que hacen que sea un terreno pantanoso en algunos momentos del año.

BIBLIOGRAFÍA

BUCHET, G. (1906) – *Mission Buchet: rapport sommaire d'ensemble*. Paris.

CARABELLI, R. (2012) – *L'Heritage portugais au Maroc. Un patrimoine d'actualité*. Tours: Consortium Mutual Heritage.

CARTAS sin clasificar del Archivo del Museo Arqueológico de Tetuán.

CASTRIES, H. de (1920) – Graciosa, une ville portugaise oubliée au Maroc. *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres. Comptes Rendus*. Paris. 64: 5, p. 417-422.

CASTRIES, H. de (1921) – *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. Archives et Bibliothèques d'Espagne*. Paris: Ernest le Roux; Madrid: Ruiz Hermanos. T. I.

CENIVAL, P. de (1934) – *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. Archives et Bibliothèques de Portugal*. Paris: Paul Geuthner. T. I.

CENIVAL, P.; LOPES, D. y RICARD, R. (1946) – *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. Archives et Bibliothèques de Portugal*. Paris: Paul Geuthner. T. II.

- CRESSIER, P. (1995) – La fortification islamique au Maroc. Éléments de bibliographie. *Archéologie Islamique*. Paris. 5, p. 163-196
- CORREIA, J. (2008) – *Implantação das cidades portuguesas no Norte de África. Da Tomada de Ceuta a meados do século XVI*. Porto: FAUP – Faculdade de Arquitetura da Universidade Porto. (Alcaarseguer, p.142-169; Graciosa, p. 319; Mamora, p. 343).
- EL-BOUDJAY, A., dir. (2013) – *Ksar Seghir. 2500 ans d'échanges internationnelles en Méditerranée*. Tânger: Institut des Études Hispano-Lusophones.
- GARCÍA FIGUERAS, T. (1940) – *Expedición de los portugueses al río de Larache y fundación de la fortaleza de La Graciosa en el Lukus (1489). Datos para su estudio*. Larache: [s.n.].
- GODINHO, V. M. (s. f.) – *Documentos sobre a expansão portuguesa*. Lisboa: *Souvenirs du Maroc. Voyages et missions*. Paris. Vol. II.
- GÓIS, Damião de (1749) – *Chronica do serenissimo Senhor rei D. Manuel*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa. p. 427-429.
- GOZALBES BUSTO, G. (1975) – Datos para la historia de Alkazarseguer. Contribución al estudio de la Historia de Marruecos. *Cuadernos de la Biblioteca Española de Tetuán*. Tétuan. 12, p. 55-57.
- GOZALBES CRAVIOTO, C. (1977) – Las corachas portuguesas de Alkazarseguer. *Cuadernos de la Biblioteca Española de Tetuán*. Tetuán. 15. p.49-61.
- GOZALBES CRAVIOTO, C. (1980) – La costa del Estrecho de Gibraltar en los siglos xv y xvi. Notas de toponimia portuguesa. *Cuadernos de la Biblioteca Española de Tetuán*. Tétuan. 21-22, p. 149-184;
- GOZALBES CRAVIOTO, E. (2008) – Notas de historiografía arqueológica: la visita de Joaquim Fontes a Tetuán y Tamuda (Marruecos) en 1923. Lisboa. 11:1, p. 285-295.
- HOROZCO, A. de (1615) – *Discurso historial de la presa que del puerto de La Mamora hizo el Armada Real de España en el año de 1614*. Madrid.
- MÁRMOL CARVAJAL, L. (1573) – *Descripción General de Affrica*. Granada. Libro Tercero, fols. 80-82.
- MARTIAL DE WITTE, C. (1958) – Une lettre inédite du Roi Jean II au Pape Innocent VIII sur l'affaire de Graciosa. *Studia*. Lisboa. 1, p. 90-100.
- MARTINIERE, H. de la – (1919) *Souvenirs du Maroc. Voyages et missions*. Paris: Plon.
- PAULA, F. M. (2016) – *Portugal em Marrocos: olhar sobre um Património comum*. Lisboa: Argumentum.
- MENEZES, F. de (1790) – *Historia de Tangere*. Lisboa.
- MICHAUX-BELLAIRE, E. (1916) – El Qçar Eç Ceghir. *Révue du Monde Musulman*. Paris. 12, p. 329-376.
- MONTALBAN, C. L. (1929) – *Estudios sobre la isla mencionada por Plinio con el templo y Ara de Hércules*. Manuscrito de la Biblioteca Nacional de Madrid. Mss/22892.
- MORÁN BARDÓN, C.; GUASTAVINO GALLENT, G. (1948) – *Vías y poblaciones romanas en el Norte de Marruecos*. Madrid: Otice.
- LEON EL AFRICANO, J. (1995) – *Descripción General del África y de las cosas peregrinas que allí hay*. Trad. de S. Fanjul. Barcelona: Lunwerk. p. 173-174.
- PINA, R. de (1816) – *Chronica de D. Joao II*. Lisboa. cap. 38.
- REDMAN, Ch. (1968) – *Qsar es-Seghir, an archaeological view of medieval life*. Londres: Academic Press.
- REDMAN, Ch.; BONNE, J. L.; MYERS, L.; ENDEN, J. (1979-1980) – Fourth season of excavation at Qsar Es Seghir. *Bulletin d'Archéologie Marocaine*. Rabat. XII, p. 263-284.
- RESENDE, G. de (1902) – *Chronica de el rey D. Joao II*. Lisboa. vol. 2, cap. lxxxixi y lxxxii.
- RICARD, R. (1937) – Les portugais et l'Afrique du Nord sous le règne de Jean III (1521-1557) d'après la chronique de Francisco de Andrade. *Hesperis*. Paris. XXIV, p. 259-330.
- RICARD, R. (1951a) – *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. Archives et Bibliothèques de Portugal*. Paris: Paul Geuthner. T. IV.
- RICARD, R. (1951b) – L'évacuation des places portugaises du Maroc sous Jean III. In *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. Archives et Bibliothèques de Portugal*. Paris: Paul Geuthner. T. IV, p. 227-381.
- RICARD, R. (1953) – *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. Archives et Bibliothèques de Portugal*. Paris: Paul Geuthner. T. V.

RICARD, R. (1955) – *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*. Coimbra: Universidade. p. 337-381.

RODRIGUES, B. (1925) – *Anais de Arzila*. Ed. de David Lopes. Lisboa: Academia das Ciencias de Lisboa. Vol. 1 (1508-1525), p. 425-426.

SANCHO DE SOPRANÍS, H. (1954) – Algunas noticias sobre las fortificaciones de La Mamora. *Archivos del Instituto de Estudios Africanos*. Madrid. 31, p. 31-50.

VALERO, D. (1952) – *Petite histoire des ruines portugaises au Maroc*. Casablanca: Les Presses des Imprimeries de France.

Nota de leitura

PATRICK LE ROUX – Espagnes romaines. L'Empire dans ses provinces. Scripta Varia II. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 3.º trimestre de 2014. 714 p. Collection «Histoire». ISBN: 978-2-7535-3434-6.

Passa-se uma vida a lecionar e, simultaneamente, a investigar os temas de sua predileção, quando, até há uns dez anos, as universidades proporcionavam aos seus docentes a possibilidade de fazerem investigação, porque os não sobrecarregavam de burocracia e lhes não aumentavam inkomportavelmente o número de horas letivas; quando a Universidade era uma *universitas*, ou seja, a comunidade de estudantes e de professores, em busca de uma aprendizagem para a vida.

Patrick Le Roux (nascido a 3 de outubro de 1943) está agora, naturalmente, já jubilado, professor emérito da Universidade de Paris XIII. Pertence, por conseguinte, àquela feliz leva de docentes que fez a sua vida de docente universitário desde os anos 60 até à entrada em vigor da chamada «reforma de Bolonha», que de Bolonha nada tem, porque essa vetusta Universidade a ela teve o bom senso de não aderir.

Pôde assim Patrick Le Roux – nomeadamente no âmbito das atividades do então Centre Pierre Paris, da Universidade de Bordéus III, que tinha a Hispânia romana como alvo principal de investigação sob a direção de Robert Étienne – preparar a sua tese de doutoramento sobre o papel essencial que o exército romano teve na organização das províncias ibéricas, desde o reinado do imperador Augusto até à invasão de 409, tese que viria a ser publicada (Diffusion de Boccard, 1982) e que constitui, ainda hoje, o *vade-mécum* para o estudo dessa temática. Fruto das investigações posteriores sobre essa temática será a coletânea (também com textos inéditos) *La toge et les armes – Rome entre Méditerranée et Océan* [Scripta Varia I] (P. U. Rennes, 2.º semestre de 2011).

Concomitantemente, ia Patrick Le Roux preparando comunicações a congressos, intervenções como conferencista e artigos em revistas da especialidade, trabalhos em que, de um modo geral, as fontes epigráficas constituíam elemento fundamental para as suas conclusões. Nas epígrafes se observam, por exemplo, de modo palpável os efeitos do contacto dos Romanos com as populações indígenas e, também, a forma como essas comunidades se organizaram, obedecendo, ou não, de forma restrita, aos cânones estabelecidos. Temas, por conseguinte, aliciantes, a que o investigador não podia ser alheio.

E chegou depois o momento em que esses textos, dispersos por revistas e atas de reuniões científicas, careciam de ser reunidos em volume, até para ilustrar mais exemplarmente a opção teórica feita pelo investigador em relação a este ou àquele tema, enquadrável sempre em problemática mais vasta. Não sem, antes, o estudo feito ao longo de tantos anos lhe houvesse também proporcionado apresentar uma síntese geral: e foi isso que fez com o seu *L'Empire Romain* (Que sais-je? PUF, Paris, fevereiro de 2005), que seria traduzido no mesmo ano para italiano (*L'Impero Romano*, Newton & Compton editori, Roma, novembro de 2005) e, em abril de 2009, para português (*Império Romano*, L & PM Editores, Porto Alegre).

O livro ora em apreço vem, pois, na sequência de outras coletâneas (sempre reformuladas e atualizadas), subordinadas a títulos diversos, sempre – como este – passíveis de alguma reflexão, não isenta de provocação: *Romains d'Espagne (Cités & politique dans les provinces – I^{er} siècle av. J.-C. – III^e siècle ap. J.-C.* (Armand Colin, Paris, 1995); *La Péninsule Ibérique aux Époques Romaines* (Armand Colin, Paris, julho 2010). A sua obra mais recente, *Mémoires Hispaniques – Essai sur la Pratique de l'Histoire* (Casa de Velázquez, Madrid, 2012), fugirá, porém, a esse carácter de recompilação organizada e estruturada, para se assumir como aprofundada reflexão acerca do modo de fazer História, um tema que sempre foi caro ao autor, porque acredita ser, amiúde, o relato histórico reflexo das pulsões do historiador, não desgarrado nunca da época em que escreve ou analisa o passado.

A segunda parte do título – «O Império nas suas províncias» – aceita-se facilmente: o objetivo será verificar como é que as estruturas político-económicas e, até, culturais dos Romanos se moldaram ao pré-existente e vice-versa. Agora, a primeira parte visa, obviamente, gerar a curiosidade: as «Espagnes romaines»? Note-se, para já, que, por mais que expliquemos que Espagne, do ponto de vista político, é uma realidade que só existe após o reinado de Fernando e Isabel, os reis católicos, e que, muito antes disso, desde 1143, existia na Península outro país independente, Portugal, e que, por conseguinte, no tempo dos Romanos, Espagne não há... isso equivale a bradar no deserto e não vale a pena insistir! Mas a questão mantém-se, mesmo que, da parte do autor, haja plena consciência da realidade histórica: *Espagnes* no plural, porquê? Porque, de facto, mesmo no decorrer da «ocupação» romana, houve diferenças importantes – assim o entendo eu – entre as várias regiões, quer se faça uma análise do ponto de vista da divisão territorial pelos povos pré-existentes, quer se analise a distribuição dos cultos a divindades indígenas, a deuses do panteão clássico romano ou a númenes importados do Mediterrâneo Oriental, quer se explore o modo como romanos e indígenas se empenharam no aproveitamento dos recursos naturais, quer se observe a diversidade da paisagem urbana, ainda que reflexo de cânones ancestrais... «Hispanias» diversas...

Já tive ensejo de me interrogar, exatamente em comentário ao, atrás citado, *La Péninsule Ibérique aux Époques Romaines*, se poderíamos considerar a História uma

ciência objetiva ou se, mercê de o historiador ser suscetível de se deixar influenciar pelas teorias do seu tempo, a subjetividade é, também aqui, fator a ter em conta. Em relação a Patrick Le Roux, creio poder asseverar que sempre manteve, a esse respeito, uma atitude crítica, irrequieten, que, afinal, sem porventura disso se aperceber, realmente deixa perceber no texto que, sem assinar, inclui, mais ou menos nos mesmos termos, logo no início das «coletâneas» atrás citadas:

«Tous les articles et les communications repris ici ont été révisés et recomposés sans réécriture du texte original», esclarecendo que «Les ajouts sont signalés dans le texte entre crochets et sous la forme de *post-scriptum* en fin de chapitre qui proposent une bibliographie postérieure à la publication originelle et des orientations renouvelées sur le sujet traité», para concluir, no penúltimo parágrafo, com um certo destaque que não se vê mas se intui:

«L'ouvrage constitue un nouveau livre inédit, mis à jour et complété par des indications destinées à en faciliter l'utilisation» (p. 6).

Trata-se, sem dúvida, de uma posição deveras original, que demonstra, de modo especial, esse espírito inquieto do autor em tudo pesquisar e de tudo estar ao corrente. E se esse tom peremptório – «constitui um novo livro inédito»! – pode provocar no leitor menos atento alguma surpresa, direi que essa atitude é reflexo, precisamente, do modo como Patrick Le Roux incansavelmente trabalha e profundamente medita. E os seus livros não podiam, pois, ser doutra forma: densos, férteis em minuciosas análises e fundamentados em argumentos que explora ao pormenor. Daí que não sejam de leitura fácil nem se possam apresentar como destinados a um público que não esteja bem dentro das problemáticas abordadas. É esse o seu estilo, quer na escrita, quer na oralidade – e é, não temos dúvida, dessa densidade informativa, atentamente estudada, que das novas ideias propostas lograremos tomar consciência plena.

Aliás, vai nesse sentido o *Avant-propos* (p. 9-11), assinado por quantos colaboraram na reunião dos trabalhos aqui inseridos – oito dos seus mais diretos colaboradores –, pois consideram que o volume «rend compte de ce tropisme ibérique qui plonge ses racines dans des souvenirs d'enfance [...], mais il montre aussi combien sa connaissance de la Péninsule Ibérique s'est nourrie d'un va-et-vient permanent entre Rome et les espaces provinciaux» (p. 10). Ou seja, a história da Hispânia não pode encarar-se desgarrada da história do Império Romano em geral.

Após essa abertura, apresenta-se a bibliografia do autor (p. 13-26), dividida em obras e edições, e artigos e contribuições ordenadas cronologicamente (1971-2013).

À 1.^a parte do volume foi dado o título *Construções provinciais* (p. 27-170); à 2.^a (p. 171-272), *Poderes urbanos*; à 3.^a (p. 273-338), *Dos soldados e dos provinciais*; à 4.^a (p. 339-541), *As marcas romanas*; à 5.^a (p. 543-626), *Memórias de pedra e*

de bronze. Completam o volume: o mapa das cidades e dos povos da Hispânia Romana (p. 627); o rol das abreviaturas (p. 629-630); a bibliografia geral (p. 631-654); índice de fontes (literárias, epigráficas, jurídicas e papirológicas) – p. 655-671; um muito útil índice de nomes próprios (p. 673-680) e os não menos úteis índices geográfico (p. 681-687) e de assuntos (p. 689-702). O volume não abunda em ilustrações; mesmo assim, foi incluído, nas p. 703-704, o respetivo índice.

Ao todo, 35 capítulos, em *Times New Roman* corpo 12 e a um espaço, com notas de rodapé em corpo 10 – e dou esta informação para que se compreenda a densidade de informação aqui inserida. Um asterisco no título de cada capítulo remete para a informação do local onde o texto foi publicado pela primeira vez; e, na verdade, todos têm *post-scriptum* de atualização bibliográfica e de comentário. São mantidos, em cada capítulo, os subtítulos do texto original.

Complementando mui eficazmente as recolhas anteriores (que o autor me perdoe se não consigo encontrar termo mais adequado para qualificar os seus volumes, cujo ineditismo, apesar disso, é, como assinala, incontestável), este *Espagnes romaines* constituirá doravante, até pela facilidade de consulta, apesar do seu tamanho (mais de 700 páginas, como se assinalou), um *vade-mécum* obrigatório para quem precise de se documentar sobre o que foi o domínio romano na Península Ibérica, desde a «invenção da província romana da Hispânia Citerior de 197 a. C.» até, por exemplo, ao século IV, quando o escol da população hispano-romana parece ter entrado em crise, ainda que, também neste aspeto, haja, segundo o autor e eu estou inteiramente de acordo com ele, «uma historiografia a carecer de renovação» (p. 407).

Compreende-se a impossibilidade de, em mera recensão de obra tão vasta, entrar em pormenores ou adiantar propostas de discussão temática. Permita-se-me, por conseguinte, que apenas assinale uma passagem, a meu ver, deveras sintomática da forma como o autor analisa a História. No *post-scriptum* ao capítulo V, que transcreve a comunicação apresentada, em 2007, à VII Mesa-redonda da Lusitânia romana, em que abordou a instituição da província romana da Lusitânia (p. 95-110), comenta:

«Le bilan met en valeur les difficultés méthodologiques qui sont celles auxquelles conduit la logique des travaux actuels concernant non pas seulement la Lusitanie mais l'ensemble des provinces occidentales: entre positivisme juridique et préoccupations identitaires modernes il est peu probable que des solutions puissent être durablement trouvées. Un exemple éloquent est celui des 'colonies latines' dont les définitions habituelles se heurtent à des contradictions insurmontables: le cas le plus représentatif est celui d'*Auenticum* dont le statut romain ou latin n'est toujours pas établi de manière unanime» (p. 111).

Na verdade, termino como iniciei este apontamento de recensão de obra tão complexa e completa em termos de análise: Patrick Le Roux continua a chamar

a atenção para a necessidade de se procurar fazer uma História objetiva, baseada em dados concretos interpretados com fundamentos credíveis. E um tópico em que esgrime constantemente a sua argumentação é precisamente o da nefasta influência das «preocupações identitárias modernas».

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

A Direção da Revista, por considerar absolutamente relevante a publicação da nota seguinte, em face do excecional significado da «redescoberta» do manuscrito, *The Lisbon book of pantuns* (século XVIII), apresenta-a n' *O Arqueólogo Português*. A importância de divulgar de imediato estes «achados» nas nossas coleções bibliográficas levou-nos a incluí-la desde já neste volume da revista. Posteriormente o manuscrito será estudado, comentado e publicado também em fac-simile.

The Lisbon book of *pantuns*

IVO CASTRO*, HUGO C. CARDOSO*, GIJS KOSTER**, ALEXANDER ADELAAR***,
ALAN BAXTER****

Recently, in the archives of Lisbon's *Museu Nacional de Arqueologia*, a manuscript of considerable historical, linguistic and literary interest, presumably hailing from 18th century Batavia (now Jakarta, in Indonesia), has been discovered. «Rediscovered» might be a more accurate term, since the manuscript, which bears the title of *Panton Malaijoe dan Portugees* (Malay and Portuguese Pantuns), was not entirely unknown. In fact, it surfaced in the 19th century and was mentioned by one of its former owners, Professor Hugo Schuchardt from the University of Graz, in his description of the Portuguese-lexified creole of Batavia and Tugu.¹

Later on, it was once again described by its subsequent owner, Leite de Vasconcelos², who saw it in Schuchardt's possession in 1900 and was so impressed that he requested a copy for himself. Schuchardt refused at first but, after an ugly quarrel,³ relented and promised to bequeath the manuscript to Vasconcelos after his death. When this finally occurred, in 1927, Vasconcelos did receive the manuscript but was so busy with other projects that he never found the time to study it in depth, nor to make it known that he had it in his possession. Vasconcelos' extremely detailed will and testament, while identifying several items of his personal library, made no mention of it.

As a result, the manuscript was considered lost, or displaced, for almost a century. Recently, however, as the librarian of the Museu Nacional de Arqueologia, Livia Cristina Coito and Ivo Castro went through some boxes of assorted documents in Vasconcelos' archives in search of something else, they came across the book of *pantuns*, still kept in the very envelope in which it was sent to Vasconcelos by a librarian of Graz. Having previously published the correspondence between Schuchardt and

* Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras.

** Universidade do Minho (retir.).

*** Palacky University (Olomouc) & Asia Institute, University of Melbourne.

**** University of Saint Joseph (Macau).

1 SCHUCHARDT, H. (1890) – Kreolische Studien IX. Über das Malaioportugiesische von Batavia und Tugu. *Sitzungsberichte der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften zu Wien (philosophisch-historische Klasse)*. Vienna. 122: IX, p. 17.

2 In his *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Paris, 1901, §18, Vasconcelos says : «M. Schuchardt possède un très intéressant ms. du XVII^e siècle, contenant une collection de *Pantuns* («chansons») en malais et portugais-creole de Batavia, que j'ai vu chez lui».

3 For details, see CASTRO, I.; FRATESCHI VIEIRA, Y.; RODRIGUES-MOURA, E. (2008) – Cartas a três (Carolina Michaëlis entre Leite e Schuchardt). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 26, p. 451-470.

Vasconcelos,⁴ Castro was able to identify the manuscript as well as its importance, and subsequently invited the collaboration of specialists of Asian-Portuguese creole languages (Hugo Cardoso and Alan Baxter) and of Malay/Indonesian language and literature (Alexander Adelaar and Gijs Koster) to work on it.

This particular combination of expertise is warranted by the contents of the manuscript. About half of it consists of sequences of *pantuns* written in Malay and the other half of sequences of *pantuns* written in a Southeast-Asian Portuguese-lexified creole which is now identified, with some degree of certainty, as the variety formerly spoken on the Indonesian island of Java.⁵ In addition to these, the manuscript also contains one *pantun* written in an admixture of both languages. To illustrate its contents, an excerpt from one of the Malay *pantuns* in the manuscript is given in (a), one from a Creole *pantun* is given in (b), and a section of the mixed Malay/Creole *pantun* in (c); in the last excerpt, verses 1 and 3 are in Malay and verses 2 and 4 in Creole Portuguese:

- | | | |
|-----|--|--|
| (a) | <i>Laksamana ilir berguri</i>
<i>Singgah ke batu mengintai suluh</i>
<i>Tuan laksana minta bercerai</i>
<i>Tinggal baju bekas kan tubuh</i> | The admiral sails downstream to dock his ship.
Calling in at the rock he spies a scout.
It seems you, my lady, request us to separate,
That leaves me only your old jacket to put on. |
| (b) | <i>Wika todo dosi mana</i>
<i>Owi parmie, que, eúi vala</i>
<i>quando nos schega tangerang</i>
<i>todo noos miste balla.</i> | Come here, all of you, sweet sisters,
Listen to what I say:
When we reach Tangerang, ⁶
We must all dance. |
| (c) | <i>Marie sienie doedok</i>
<i>nonjha d' meu almâ,</i>
<i>doedock nonjha doedoeck</i>
<i>minha vloor d' palma:</i> | Let's sit down here,
Lady of my soul,
Sit down, lady, sit down,
My palm flower. |

A *pantun* is a Southeast Asian poetic form consisting of a quatrain in which the first line rhymes with the third and the second one with the fourth (A-B-A-B). Its first

4 CASTRO, I.; RODRIGUES-MOURA, E., eds. (2015) – *Hugo Schuchardt / José Leite de Vasconcellos. Correspondência*. Bamberg: University of Bamberg Press. Available at <<https://opus4.kobv.de/opus4-bamberg/frontdoor/index/index/docId/45504>>.

5 For further information on the extinct Portuguese-based creole of Java spoken predominantly in the city of Batavia (modern Jakarta) and nearby Tugu, see: BAXTER, A. (1996) – Portuguese and Creole Portuguese in the Pacific and Western Pacific Rim. In WURM, S.; MÜLHAÜSLER, P.; TRYON, D., ed. lit. – *Atlas of languages of intercultural communication in the Pacific, Asia and the Americas*, vol. 2.1. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, p. 299-338; MAURER, P. (2011) – *The former Portuguese Creole of Batavia and Tugu (Indonesia)*. London: Battlebridge; MAURER, P. (2013) – Batavia Creole structure dataset. In MICHAELIS, S.; MAURER, P.; HASPELMATH, M.; HUBER, M., ed. lit. – *Atlas of Pidgin and Creole language structures online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. [accessed 27 Sept. 2019]. Available at <<http://apics-online.info/contributions/43>>; CARDOSO, H. C.; HAGEMEIJER, T.; ALEXANDRE, N. (2015) – Crioulos de base lexical portuguesa. In ILIESCU, M.; ROEGEST, E., ed. lit. – *Manuel des anthologies, corpus et textes romans*. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 670-692.

6 Tangerang is a city in the province of Banten, just west of the Indonesian capital Jakarta.

couplet (called the *pembayang*: the foreshadower) may, through relations of assonance and alliteration with the words in the second couplet, riddlingly suggest the real meaning (*maksud*) that is conveyed there. *Pantun* poetry, frequently taking the shape of sequences of quatrains, is essentially a form of oral literature, normally composed *ex tempore* as it is sung, either solo or in alternation, often with musical accompaniment. It is thematically varied, but the theme of love is particularly prominent.

The composition of quatrains in a Portuguese-based creole following the *pantun* structure appears to have been frequent in Southeast Asia. Available evidence comes from Malacca and even Timor,⁷ but Indonesian samples are very scarce. Therefore, the Creole Portuguese *pantuns* in this manuscript become extremely relevant, given the shortage of sources for the extinct creole of Java. In fact, our knowledge of this language is based on a limited set of written records⁸, which do contain a few quatrains, so this manuscript is a significant addition to the available corpus. As such, it greatly improves our understanding of this variety and also of the historical developments surrounding the establishment of a Portuguese-lexified creole on the island of Java.⁹

On the other hand, the Malay *pantuns*, of which the manuscript also contains a rich corpus, are equally relevant, from many perspectives. They appear to be a product of the Portuguese Creole-speaking community of colonial Batavia, known then by terms such as *mardijkers*, a term which identified South Asian and Southeast Asian mercenaries serving and living in the region. As such, these poems, much like the Creole *pantuns*, provide local Indonesian perspectives that are otherwise hard or even impossible to come by. Through them, we not only get a rare insight into the use of Malay – an early form of what is now Batavia-Malay (*omong Betawi*) – as spoken by the *mardijkers*, we can gauge how this particular population experienced early colonial society and how it reacted to important historical events taking place in its time.

In view of the linguistic, historical, literary, and ethnographic significance of this archival source, the authors of this note have embarked on the preparation of a diplomatic edition and facsimile of the manuscript, together with translation and commentaries, in order to make it available to scholars of various disciplines. This collaborative work will soon result in the first ever publication of *Panton Malaijoe dan Portugees*, the Lisbon book of *pantuns*.

7 For Malacca, see RÊGO, A. S. (1942) – *Dialecto português de Malaca; Apontamentos para o seu estudo*. Lisboa: Agência Geral das Colónias; for Timor, see CASTRO, A. O. (1908) – *Flores de coral; Últimos poemas*. Dili: Imprensa Nacional. The Timorese data is discussed in BAXTER, A.; CARDOSO, H. C. (2017) – Early notices regarding Creole Portuguese in former Portuguese Timor. *Journal of Language Contact*. Leida; Boston.10:2, p. 264-317.

8 Essentially, those collated and studied by Maurer (2011), op. cit.

9 For a first linguistic exploration of the data contained in the manuscript, namely with respect to the Asian implantation of a Creole Portuguese causal morpheme, see CARDOSO, H. C. (2019) – The synchrony and diachrony of an Asian-Portuguese causal morpheme. *Journal of Ibero-Romance Creoles*. 9: 1, p. 27-54.

Normas de redação

A revista utiliza o sistema de «double blind peer review».

Os originais aceites para publicação devem seguir as normas abaixo referidas.

1. Apresentação do texto

O original não deve exceder as 40 p., com as imagens incluídas, e deverá ter em consideração o seguinte:

1.1. Texto em ficheiro Word sem formatação. Os originais em língua portuguesa deverão respeitar o Acordo Ortográfico, resolução n.º 26/91 de 23 de agosto.

1.1.1. Título do artigo em português e inglês.

1.1.2. Texto com caracteres em alfabeto árabe deverão ser enviados com a extensão rtf, para não desformatar o texto original.

1.2. Texto batido a dois espaços.

1.3. Parágrafos recolhidos.

1.4. Resumos, bibliografia e legendas das ilustrações, apresentados juntamente com o texto.

1.5. Resumo em português e em língua inglesa. Incluir também até cinco palavras-chave, em português e inglês, que caracterizem o conteúdo do artigo.

1.6. A revista utiliza o sistema de notas infrapaginais e bibliografia no final do artigo.

1.6.1. As primeiras notas serão as notas com a afiliação dos autores e assinaladas por*.

1.6.2. As notas incluirão apontamentos breves e questões relacionadas com o texto original, sendo numeradas sequencialmente com números em expoente.

1.6.2. A bibliografia no final do artigo é impressa em duas colunas e constitui a lista, organizada por ordem alfabética, de todos os autores citados. Os autores espanhóis devem ser alfabetados pelo penúltimo apelido; os portugueses, pelo último (não contam as preposições).

1.7. Cada original deverá apresentar a seguinte uniformização de critérios no que respeita a:

1.7.1. Título do artigo. Exemplo:

**Porque é que a arte do Côa
se concentra na margem
esquerda? Condicionantes
geológicas e ambientais para**

a formação e conservação dos suportes artísticos do Vale do Côa

Why is the Côa River Valley rock art mainly located on the left bank? Geological and environmental constraints for the rock art panels' formation and preservation

1.7.2. Subtítulo (1). Exemplo:

2. BIOGRAFIA DAS ROCHAS DO CÔA

Subtítulo (1.1). Exemplo:

2.1. Formação

Subtítulo (1.1.1). Exemplo:

2.1.1. Exposição

1.8. Convém assinalar no texto o local ideal para entrar cada ilustração, de modo a respeitar-se, tanto quanto possível, a ideia do autor (tendo em conta o critério de que a ilustração deve aparecer depois do texto a que se refere).

1.9. Por regra, a Direção da revista não aceita a inclusão de dois artigos dos mesmos autores no mesmo volume, exceto em caso de divulgação de uma descoberta relevante ou, de ainda, existirem páginas disponíveis.

2. Referências bibliográficas

São redigidas de acordo com a Norma Portuguesa de 1994 (NP 405-1). No caso de correspondência e documentos eletrónicos deve seguir-se, respetivamente, a Norma Portuguesa de 2000 (NP 405-3) e a Norma Portuguesa de 2002 (NP 405-4).

2.1. Abreviaturas

2.1.1. Solicita-se a utilização exclusiva de abreviaturas nos nomes próprios dos autores.

2.1.2. Quando a bibliografia inclui dois ou mais autores com o mesmo apelido, os respetivos nomes serão indicados por extenso.

2.1.3. Os títulos das publicações periódicas não deverão ser abreviados.

2.2. Autoria

2.2.1. Na bibliografia final, devido a requisitos da investigação atual, permite-se a indicação dos nomes de todos os autores, independentemente do seu número.

2.2.2. Os editores literários e compiladores podem ser tratados como autores, desde que apareçam destacados na página de título. Neste caso, devem acrescentar-se ao nome as abreviaturas ed. lit. ou compil.

2.3. Dados da publicação

2.3.1. No caso de o local de edição e/ou editor não virem referenciados na publicação, utilizam-se as seguintes expressões:

Ex: [S.l.: s.n.], 2000

Paris: [s.n.], 2010

[S.l.]: Hachette, 2015

2.3.2. Se o ano da publicação não vier mencionado, indica-se a data de impressão, *copyright* ou depósito legal:

Ex: imp. 2010

cop. 2012

D. L. 1980

2.4. Série ou coleção

A série ou coleção em que a obra está incluída é apresentada como aparece no documento, no fim da referência:

Ex: (BAR; 2822).

2.5. Exemplos:

Monografias:

ALARCÃO, J. de (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América. 139 p.

LISBOA Subterrânea (1994). Lisboa: Soc. Lisboa 94, Museu Nacional de Arqueologia; Milão: Electa. 278 p. Catálogo.

Contribuições em monografias:

HEINZ, C.; THIÉBAULT, S.; VERNET, J.-L. (1993) – Gestion et dégradation de la forêt préhistorique méditerranéenne. In *Le Néolithique au Quotidien*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme. p. 12-18. (Documents d'Archéologie Française; 39).

DAVEAU, S. (1994) – A foz do Tejo, palco da história de Lisboa. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Soc. Lisboa 94, MNA; Milão: Electa. p. 24-30. Catálogo.

GONÇALVES, V. S. (2008) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois subsistemas magico-religiosos no Centro e Sul de Portugal. In HERNANDEZ PÉREZ, M. S.; SOLER DÍAZ, J. A.; LÓPEZ PADILLA, J. A., ed. lit. – *Congreso del Neolítico Peninsular*, 4, Alicante, 2006. Alicante: Museo de Alicante. vol. 2, p. 112-120.

Artigos de publicações em série:

ALVES, F. J. S.; DIAS, J. M. A.; ALMEIDA, M. J. R. de; FERREIRA, O.; TABORDA, R. (1988-1989) – A armadilha de pesca da Época Romana descoberta na Praia de Silvalde (Espinho). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 6/7, p. 187-226.

CARDOSO, J. L. (1995) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35:1, p. 115-129. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular.

Correspondência e manuscritos:

HELENO, M. – *Caderno de campo n.º 8* [Manuscrito]. 1952. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.

SARMENTO, F. M. – [Carta] 1881 Maio 20, Guimarães [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. 1881. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal: CoR J LV 3124/20708.

Material cartográfico:

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 339 [Material cartográfico]/ Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1: 25000. – Lisboa: S. C. E., 1970.

Documentos eletrónicos:

THACKER, P. T.; BROOKS, B. E.; PEREIRA, C. M. C. (2002) – Detecting Paleolithic Activity Areas Through Electrical Resistivity Survey: An Assessment from Vale de Óbidos, Portugal. *Journal of Archaeological Science* [Em linha]. London. 29:6, p. 563-570. [Consult. 30 Jun. 2003]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.sciencedirect.com>>.

VIEGAS, C.; RAPOSO, J. M. C.; PINTO, I. V. (2014) — Almagro 51C (Lusitania occidetal). In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* [Base de Dados em linha]. [Consult. 26 jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://amphorae.icac.cat/tipol/view/75>>.

3. Citações

A citação permite identificar a publicação onde se obteve a ideia, o excerto, etc.

3.1. A forma adotada pela revista é colocar no texto, entre parênteses, o nome do autor, o ano da publicação e, se necessário, o ou os números das páginas citadas. Se o nome do autor vier integrado no texto deverá colocar-se, entre parênteses, o ano e os números das páginas.

Exemplos: segundo Encarnação (1984, p. 132-137)
(Jones e Smith, 1986, p. 93)

3.1.2. Quando a responsabilidade da obra é partilhada por mais de três autores indica-se no corpo do texto apenas o nome do primeiro, seguido da expressão et al., em redondo.

Exemplo: (Cavaco, et al., 2013, p. 349)

3.2. Se a bibliografia contiver vários documentos do mesmo autor e editados no mesmo ano, acrescenta-se ao ano de publicação uma letra (a, b, c, ...) na citação e na referência bibliográfica.

Exemplo: «Já em 1963 tinha sido achado por J. Fragoso de Lima (1963a) ...»

3.3. Quando uma obra é citada várias vezes ao longo do texto, pode optar-se pela utilização da abreviatura ob. cit. ou op. cit.

Exemplos: «apesar da opinião contrária de F. Poplin (ob. cit., p. 15) ...»
(Bouchud, op. cit., p. 25)

3.4. Sempre que um documento não tenha sido consultado pelo autor e que a citação seja feita por intermédio de outro autor, devem-se anteceder as citações pela abreviatura cit. por (citado por) ou *Apud* (segundo, conforme).

4. Apresentação de datas

4.1. A revista adota as regras constantes da proposta sobre referência de datas de radiocarbono aprovada no 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto: Sociedade de Antropologia e Etnologia, 1995. v. 6. (Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 35: 2).

4.2. Na citação de datas resultantes da aplicação de outros métodos, devem indicar-se os mesmos elementos requeridos para a referência de datas de radiocarbono (laboratório, número da datação, data obtida e margens de erro), seguidos das siglas que usualmente identificam o respetivo método (TL, U/Th, etc.). Nestes casos, em que a convenção de equivalência BP = 1950 não é seguida e também não se utiliza ou não faz sentido a distinção entre «datas convencionais» e «datas reais», devem ser referidas a anos de calendário, segundo o sistema tradicional português: a. C. (antes de Cristo), d. C. (depois de Cristo).

4.3. A referência a grandezas cronológicas (ex.: III milénio, século IV, terceiro quartel do século II, etc.), não reportadas expressamente a nenhuma data específica de radiocarbono, como tal identificada, ou aquelas que realizem a síntese de datas obtidas por métodos diferentes, seguirão o sistema tradicional português: a. C. (antes de Cristo) e d. C. (depois de Cristo).

4.4. De um modo geral, aconselha-se vivamente, quando tecnicamente possível, a utilização do sistema de referência tradicional português (a. C./d. C.), no pressuposto de que o mesmo corresponde necessariamente a datas reais de calendário e obriga, portanto, no caso de datações de radiocarbono, à prévia calibração das datas convencionais obtidas.

5. Apresentação das ilustrações

5.1. Os originais devem permitir uma redução ao tamanho da mancha, salvo quando se considere absolutamente indispensável recorrer a desdobrável. A mancha é de 20,3 cm x 12,4 cm, devendo ser incluído nela o espaço ocupado pela legenda composta.

5.2. A revista é impressa a uma cor, pelo que a reprodução de desenhos e fotografias será igualmente feita a uma cor.

5.3. As imagens em formato digital (desenhos ou fotografias) deverão ter uma resolução mínima de 300 dpi para uma dimensão mínima igual à largura da mancha (12,4 cm) e enviadas por Wetransfer, nos formatos PSD, JPG, TIFF, RAW, EPS ou vetorial EPS.

5.4. Desenhos ou fotografias, quadros e gráficos deverão ser numerados sequencialmente pelo seguinte critério:

5.4.1. Desenhos ou fotografias

Fig. 1, 2 ...

Nas figuras deverá constar uma escala gráfica.



5.4.2. Quadros

Quadro 1, 2 ...

5.4.3. Gráficos

Gráfico 1, 2 ...

6. Quadros e tabelas

Os títulos dos quadros e tabelas e os dados restantes virão alinhados à esquerda com filetes verticais e horizontais. Exemplo:

Ref.	Tipo Bordo	Perfil Bordo	Dir. Bordo	Pasta	Cozedura	Arrefec.	ENP n.º	ENP dim.	Trat. Sup.
2006.245.8	Não esp.	Arredondado	Reto	Compacta	Oxidante	Oxidante	Escassos	Finos	Alisada
2006.245.9	Não esp.	Arredondado	Reto	Compacta	Redutora	Oxidante	Escassos	Finos	Alisada
2006.245.10	Não esp.	Arredondado	Reto	Compacta	Redutor	Oxidante	Escassos	Finos/médios	Polida

Quadro 3 – Anta do Espragal: morfologia do bordo, pastas e acabamentos dos recipientes cerâmicos

7. Entrega dos originais

Só serão aceites para publicação os originais apresentados segundo as normas de redação da revista, iniciando-se apenas a composição de originais que estejam completos:

- Título em português e inglês;
- Resumo em português e em inglês, com indicação de três a cinco palavras-chave também nas duas línguas;
- Texto original;
- Bibliografia;
- Legendas das ilustrações;
- Ilustrações com qualidade para publicação.

8. Correção de provas

A correção da primeira prova dos artigos a realizar pelos autores, na paginação enviada em PDF, deverá ser efetuada nos comentários do Adobe Reader.

ISSN 0870-094X



9 770870 094003

50007



N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO